



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

# MENSAGEM

À

# ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA

# 1991

Leve  
o Rio Grande  
no peito.



# ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

GOVERNADOR DO ESTADO  
Síval Guazzelli

PROCURADOR-GERAL DA JUSTIÇA  
Paulo Olímpio Gomes de Souza

PROCURADOR-GERAL DO ESTADO  
Jorge Arthur Morsch

SECRETÁRIO DA JUSTIÇA  
Luiz Carlos Lopes Madeira

SECRETÁRIO DA FAZENDA  
Antonio Carlos Brites Jaques

SECRETÁRIO DO INTERIOR, DESENVOLVIMENTO REGIONAL E URBANO E OBRAS PÚBLICAS  
Assis Roberto Sanchotene de Souza

SECRETÁRIO DA AGRICULTURA E DO ABASTECIMENTO  
Marcos Palombini

SECRETÁRIO DA EDUCAÇÃO  
Iara Sílvia Lucas Wortmann

SECRETÁRIO DA SEGURANÇA PÚBLICA  
José Fernando Cirne Lima Eichenberg

SECRETÁRIO DE RECURSOS HUMANOS E MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA  
Bayard Pelegrini de Azevedo

SECRETÁRIO DA SAÚDE E DO MEIO AMBIENTE  
Nelson Carvalho Nonohay

SECRETÁRIO DA INDÚSTRIA E COMÉRCIO  
Gerhard Joseph Theisen

SECRETÁRIO DO TRABALHO, AÇÃO SOCIAL E COMUNITÁRIA  
José César Martins Filho

SECRETÁRIO DOS TRANSPORTES  
Waldir Walter

SECRETÁRIO DE ENERGIA, MINAS E COMUNICAÇÕES  
Percy Louzada de Abreu

SECRETÁRIO DE COORDENAÇÃO E PLANEJAMENTO  
Telmo Borba Magadan

SECRETÁRIO DA CULTURA  
Carlos Jorge Appel

SECRETÁRIO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA  
Enéas Costa de Souza

SECRETÁRIO EXTRAORDINÁRIO PARA ASSUNTOS INTERNACIONAIS  
Luiz Octávio Vieira

SECRETÁRIO ESPECIAL DE GOVERNO  
César Busatto

SECRETÁRIO ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL  
José Antonio Vieira da Cunha

CHEFE DA CASA CIVIL  
Manoel André da Rocha

CHEFE DA CASA MILITAR  
Cel PM Albino Sampaio dos Santos

# SUMÁRIO

1 — APRESENTAÇÃO .....	IX
2 — ATUAÇÃO DO SETOR PÚBLICO DO ESTADO	
2.1 — EDUCAÇÃO	
2.1.1 — Secretaria da Educação (SE) .....	5
2.1.2 — Fundação Escola Técnica Liberato Salzano Vieira da Cunha (FETLSVC) .....	30
2.1.3 — Fundação de Atendimento ao Deficiente e ao Superdotado no Rio Grande do Sul (FADERS) .....	31
2.2 — CULTURA	
2.2.1 — Secretaria da Cultura (SEDAC) .....	35
2.2.2 — Fundação Orquestra Sinfônica de Porto Alegre (FOSPA) .	40
2.2.3 — Fundação Theatro São Pedro (FTSP).....	41
2.2.4 — Fundação Piratini — Rádio e Televisão Educativa (FP-RTE) .....	41
2.3 — SAÚDE E MEIO AMBIENTE	
2.3.1 — Secretaria da Saúde e do Meio Ambiente (SSMA) .....	47
2.4 — SANEAMENTO	
2.4.1 — Companhia Riograndense de Saneamento (CORSAN) .....	57
2.4.2 — Sistema Integrado de Tratamento de Efluentes Líquidos (SITEL) .....	59
2.5 — TRABALHO, AÇÃO SOCIAL E COMUNITÁRIA E HABITAÇÃO	
2.5.1 — Secretaria do Trabalho, Ação Social e Comunitária (STASC)	65
2.5.2 — Companhia de Habitação do Estado do Rio Grande do Sul (COHAB/RS) .....	68
2.5.3 — Fundação Sul-Riograndense de Assistência Senador Dutra (FUNDASUL) .....	70
2.5.4 — Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor (FEBEM) ....	73
2.5.5 — Fundação Gaúcha do Trabalho (FGT) .....	78
2.6 — SEGURANÇA PÚBLICA	
2.6.1 — Secretaria da Segurança Pública (SSP) .....	87
2.7 — JUSTIÇA	
2.7.1 — Secretaria da Justiça (SJ) .....	93

2.8	—	<b>MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL</b>	
2.8.1	—	Procuradoria-Geral da Justiça (PGJ) .....	101
2.9	—	<b>DEFESA JUDICIAL DO ESTADO</b>	
2.9.1	—	Procuradoria-Geral do Estado (PGE) .....	107
2.10	—	<b>ENERGIA, MINAS E COMUNICAÇÕES</b>	
2.10.1	—	Secretaria de Energia, Minas e Comunicações (SEMC) ...	117
2.10.2	—	Companhia Estadual de Energia Elétrica (CEEE) .....	118
2.10.3	—	Companhia Riograndense de Telecomunicações (CRT) ....	121
2.10.4	—	Conselho Estadual de Mineração (CEM).....	122
2.10.5	—	Companhia Riograndense de Mineração (CRM) .....	123
2.10.6	—	Comissão Estadual de Energia (CENERGS) .....	124
2.11	—	<b>TRANSPORTES</b>	
2.11.1	—	Secretaria dos Transportes (ST) .....	129
2.11.2	—	Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem (DAER).	130
2.11.3	—	Companhia Intermunicipal de Estradas Alimentadoras (CINTEA) .....	141
2.11.4	—	Departamento Estadual de Portos, Rios e Canais (DEPRC).	142
2.11.5	—	Departamento Aeroviário do Estado (DAE) .....	143
2.12	—	<b>PLANEJAMENTO</b>	
2.12.1	—	Secretaria de Coordenação e Planejamento (SCP) .....	151
2.12.2	—	Fundação de Economia e Estatística “Siegfried Emanuel Heuser” (FEE) .....	163
2.13	—	<b>RECURSOS HUMANOS E MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA</b>	
2.13.1	—	Secretaria de Recursos Humanos e Modernização Adminis- trativa (SERHMA) .....	185
2.13.2	—	Companhia Rio-Grandense de Artes Gráficas (CORAG) ..	188
2.13.3	—	Fundação para o Desenvolvimento de Recursos Humanos (FDRH) .....	188
2.14	—	<b>PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA MÉDICO-HOSPITALAR</b>	
2.14.1	—	Instituto de Previdência do Estado do Rio Grande do Sul (IPERGS) .....	193
2.15	—	<b>PROCESSAMENTO DE DADOS</b>	
2.15.1	—	Companhia de Processamento de Dados do Estado do Rio Grande do Sul (PROCERGS) .....	199
2.15.2	—	Comissão Estadual de Informática do Rio Grande do Sul (CEIRGS) .....	202
2.16	—	<b>DESENVOLVIMENTO REGIONAL E URBANO E OBRAS PÚBLICAS</b>	
2.16.1	—	Secretaria do Interior, Desenvolvimento Regional e Urbano e Obras Públicas (SDO) .....	207
2.16.2	—	Fundação Metropolitana de Planejamento (METROPLAN).	210
2.17	—	<b>GABINETE DO GOVERNADOR</b>	
2.17.1	—	Secretaria Extraordinária para Assuntos da Casa Civil ....	221
2.17.2	—	Casa Militar .....	222
2.17.3	—	Secretaria Especial para Assuntos Internacionais (SEAI) ..	223
2.17.4	—	Conselho de Apoio às Ações Comunitárias (CAAC) .....	229
2.17.5	—	Secretaria Especial de Governo (SEG) .....	231

<b>2.18</b>	<b>— AGRICULTURA E ABASTECIMENTO</b>	
2.18.1	— Secretaria da Agricultura e do Abastecimento (SAA) .....	235
2.18.2	— Associação Rio-Grandense de Empreendimentos de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER/RS) .....	240
2.18.3	— Companhia Estadual de Silos e Armazéns (CESA) .....	243
2.18.4	— Fundação Zoobotânica do Rio Grande do Sul (FZB) .....	245
2.18.5	— Instituto Riograndense do Arroz (IRGA) .....	246
2.18.6	— Instituto Sul-Riograndense de Carnes (ISRC) .....	250
2.18.7	— Companhia Riograndense de Laticínios e Correlatos (CORLAC) .....	251
2.18.8	— Centrais de Abastecimento do Rio Grande do Sul S. A. (CEASA/RS) .....	254
<b>2.19</b>	<b>— INDÚSTRIA E COMÉRCIO</b>	
2.19.1	— Secretaria da Indústria e Comércio (SIC) .....	259
2.19.2	— Açúcar Gaúcho S.A. (AGASA) .....	268
2.19.3	— Companhia de Desenvolvimento Industrial e Comercial do Rio Grande do Sul (CEDIC) .....	269
2.19.4	— Central Vitivinícola do Sul S.A. (VINOSUL) .....	276
2.19.5	— Produtos Gaúchos S.A. (PROGASA) .....	277
2.19.6	— Festa Nacional da Uva, Turismo e Empreendimentos S.A. (FENUVA) .....	277
<b>2.20</b>	<b>— CIÊNCIA E TECNOLOGIA</b>	
2.20.1	— Secretaria de Ciência e Tecnologia (SCT) .....	283
2.20.2	— Fundação de Ciência e Tecnologia (CIENTEC) .....	289
2.20.3	— Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul (FAPERGS) .....	296
<b>2.21</b>	<b>— TURISMO</b>	
2.21.1	— Companhia Riograndense de Turismo (CRTUR) .....	305
<b>2.22</b>	<b>— INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS</b>	
2.22.1	— Banco de Desenvolvimento do Estado do Rio Grande do Sul (BADESUL) .....	311
2.22.2	— Banco do Estado do Rio Grande do Sul (BANRISUL) ....	314
2.22.3	— Caixa Econômica Estadual do Rio Grande do Sul (CEE/RS)	315
<b>2.23</b>	<b>— ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA</b>	
2.23.1	— Secretaria da Fazenda (SF) .....	319
<b>3</b>	<b>— TABELAS</b> .....	<b>325</b>

# **1 — APRESENTAÇÃO**

Of. GG nº 046/91

Porto Alegre, 15 de fevereiro de 1991.

**Senhor Presidente:**

Ao iniciar-se a presente Legislatura, temos a honra de nos dirigir a essa Casa para, cumprindo não apenas o preceito Constitucional, mas também os compromissos assumidos com a comunidade rio-grandense, encaminhar o relatório das atividades do Poder Executivo.

Essa Casa renovou-se nas eleições proporcionais de 1990, oxigenando-se com o processo democrático, exercitado com entusiasmo e civilidade pela nossa gente. Assim também acontecerá com o Governo do Estado. Devemos, dentro de trinta dias, entregar o mandato ao futuro Governador, eleito pela mesma vontade dos gaúchos, expressa pelo voto livre e universal.

Ao receber o mandato, iniciado em 1987 por Pedro Simon, tivemos a honra e a satisfação de dar continuidade a sua obra, caracterizada por um novo estilo de governar. Ao encerrar-se este período, transferimos o encargo com a consciência de ter realizado um trabalho todo voltado para o desenvolvimento do nosso Estado.

As dificuldades enfrentadas pelo Estado no ano de 1990 - produto do reordenamento da economia promovido pelo Governo Federal com forte conteúdo recessivo - não comprometeram os objetivos básicos traçados ao longo da gestão administrativa.

O Governo foi obrigado, é certo, a revisar o seu programa de obras, alongando cronogramas, adequando prioridades, o que foi procedido à vista das estimativas da arrecadação e, especialmente, da elevação de custos decorrente de um processo inflacionário persistente e crescente.

A revisão procedida buscou, tanto quanto possível, preservar um princípio básico que norteou a ação do Governo ao longo dos quatro anos: o de que o crédito, que gera compromissos futuros, não deve se esgotar na cobertura ao custeio, reservando-se os recursos necessários para investimentos indispensáveis.

Excelentíssimo Senhor  
Deputado César Augusto Schirmer  
DD. Presidente da Assembléia Legislativa do Estado  
Nesta Capital

Em que pese a conjuntura desfavorável, que se acentuou no final de 1990, o Rio Grande do Sul apresentou, neste último ano e no anterior, um desempenho de sua economia superior à média nacional.

## **I - A ESTRATÉGIA DE AÇÃO ADOTADA PELO GOVERNO**

### **1. A QUADRO FINANCEIRO**

Ao início da gestão, em 1987, duas questões despertaram grande preocupação, tornando pública uma sensação de ingovernabilidade da Administração Estadual: a rede física de serviços deteriorada, exigia grandes esforços de reforma e, muitas vezes, de completa recuperação de determinadas instalações; por outro lado, a situação financeira mostrava reflexos de um Estado depauperado, com um pesado endividamento de Cz\$111 bilhões correspondendo a US\$5,34 bilhões, e representando 70 meses de arrecadação de ICM de março de 1987.

Compromissos de curto prazo vencidos e não pagos - alguns com atraso de 6 meses - com fornecedores, prestadores de serviço e Prefeituras somavam Cz\$7,6 bilhões, ou cinco vezes a arrecadação do ICM daquele mês.

A junção destas duas questões leva-nos a compreender a precariedade dos serviços públicos naquela época. O Estado, na sua administração direta e indireta, havia perdido a sua razão de ser, vivia para si mesmo. Os investimentos, realizados a uma média anual de US\$206,5 milhões no período 1983/1986, eram insuficientes para repor a rede que se deteriorava. Havia urgência em reverter a situação.

O desafio de sanear as finanças públicas foi aceito. Ações enérgicas foram tomadas. A orientação sugerida envolvia quatro pontos básicos:

- a renegociação da dívida pública;
- um melhor controle das empresas estatais;
- o equilíbrio orçamentário e operacional;
- a retomada dos investimentos com recursos próprios e/ou com a identificação de novas fontes de financiamento.

Com relação à dívida pública, conseguiu-se a rolagem de 100% dos títulos e o refinanciamento de operações externas utilizando-se linha de crédito do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), com redução substancial dos encargos e dilatação dos prazos de vencimento.

A reativação do Fundo de Liquidez da Dívida Pública, em níveis compatíveis com o estoque desta dívida, permitiu, por consequência, a redução do seu custo financeiro.

Até dezembro de 1990 o valor da dívida consolidada da administração direta e indireta foi reduzido para US\$4,74 bilhões, um decréscimo, em valores absolutos, no montante de US\$600 milhões.

Paralelamente, foi implantado o Programa de Acompanhamento das Entidades Estatais - PAE/RS, voltado às maiores empresas, que perfazem mais de 90% das receitas e investimentos de todo o conjunto, com o objetivo básico de integrar a estratégia empresarial à estratégia do Governo como um todo.

Os resultados desse trabalho se fizeram sentir através da redução dos débitos financeiros da CRT e do equacionamento do contencioso da CEEE com o Governo Federal que proporcionou uma redução no estoque da sua dívida em US\$551,0 milhões que, uma vez contabilizados, reduzirão o estoque consolidado da dívida para US\$4,19 bilhões. Este abatimento já foi reconhecido pela União na Conta de Resultados a Compensar (CRC). Ao mesmo tempo, promoveu-se a rolagem de parte expressiva dos débitos da CEEE para com a Fazenda Nacional, num prazo de 20 anos, com 5 anos de carência.

Do lado da receita, agilizou-se a cobrança da dívida ativa, intensificou-se o combate à sonegação e ao atraso no recolhimento dos impostos, destacando-se o grande esforço que a Procuradoria Geral do Estado vem realizando para cobrar em dia as inadimplências. Nesta parte, convém salientar o Projeto de Lei proposto pelo Executivo e acolhido pelo Legislativo, elevando as multas resultantes das inadimplências.

Do lado da despesa, o Governo, despendendo somente o essencial para a manutenção da máquina, proporcionou, já em 1987, um resultado operacional positivo de Cr\$35,8 bilhões ou de Cr\$675 milhões se considerados os investimentos do exercício.

Situação inédita, desde o início da década de 70, o saldo operacional, considerados os investimentos, manteve-se positivo também durante 1988 e 1989 com valores de Cr\$22,17 bilhões e Cr\$8,99 bilhões, respectivamente. Os valores acima estão atualizados pelo IGP/DI - FGV para dezembro de 1990.

Dados preliminares do balanço de 1990, ainda não totalmente concluído, permitem prever um saldo operacional positivo de Cr\$18,8 bilhões, representando, aproximadamente, 10% de uma receita própria líquida estimada em Cr\$186,93 bilhões. Registre-se o pesado ônus financeiro, que de forma crescente, vem se abatendo sobre o Tesouro do Estado, tendo em vista a rolagem da dívida mobiliária, paralelamente ao resgate de títulos imposto pela política de arrocho monetário em vigor no País. Espera-se que o recém anunciado Fundo de Aplicações Financeiras possa representar uma perspectiva com vistas ao equacionamento deste grave problema que aflige os Tesouros Estaduais.

Apesar disso e consequência dos resultados alcançados ao início do período, o Governo conseguiu, em 1988, 1989 e no primeiro semestre de 1990, retomar os investimentos necessários à satisfação das necessidades da comunidade

gaúcha, consciente de que estas são sempre mais expressivas do que os recursos disponíveis para satisfazê-las.

Foram realizados, no período, investimentos diretos pelo Governo no valor total de US\$1,8 bilhões, retomando, o Estado, a capacidade de investimento com recursos próprios.

## **2. O PLANEJAMENTO DA AÇÃO DO ESTADO**

Como demonstração da vontade política de resgatar o papel do setor público enquanto agente do desenvolvimento, assumimos a responsabilidade de propor à sociedade gaúcha caminhos para a retomada do crescimento e para a melhoria das condições de vida do nosso povo.

Tendo como marco referencial a posição geopolítica do Rio Grande do Sul na América Latina e o ideário da integração, o Governo construiu a sua base de planejamento, identificando a preparação da infra-estrutura necessária à ação dos setores produtivos e à recuperação dos equipamentos sociais como tarefa precípua do Estado.

Três linhas de ação realizadas com resultados positivos neste quadriênio terão reflexos políticos nas próximas gestões.

Num primeiro momento, o Governo preocupou-se em formular propostas de ação em direção a um futuro desejado, proporcionando a transição de um Estado sem capacidade de investir, ao azar das forças externas e do centro do País, para um Estado ativo, com metas definidas e recursos identificados para alcançá-las. Para tanto, buscou um modelo de planejamento dinâmico, aberto e democrático, institucionalizando a Programação do Setor Público e reativando o Sistema de Planejamento através de sua Comissão de Coordenação e das unidades setoriais.

Como segunda linha de ação, a criação da Central de Projetos, na Secretaria de Coordenação e Planejamento, teve como objetivo e resultado preparar os elementos básicos de captação e racionalização da aplicação de recursos, não só do próprio Estado, mas, e em especial, do setor privado e de fontes externas.

Finalmente, em paralelo às ações do saneamento financeiro e prevendo a retomada dos investimentos, institucionalizou-se a metodologia de priorização e acompanhamento da aplicação dos recursos excedentes à manutenção da máquina estatal. Implantou-se, na Secretaria Especial de Governo, o Sistema de Acompanhamento dos Projetos Prioritários com especial abrangência sobre o período 1989/90, período em que se atingiu um volume de investimentos da ordem de US\$1,1 bilhões, produto do equilíbrio das contas nos exercícios anteriores. Este sistema teve por objetivo básico definir metas para o biênio e alocar os meios necessários à sua consecução, tendo como produto um rol de quase 200 Projetos Prioritários, identificados de acordo com os parâmetros e diretrizes definidores da nova base de planejamento do Estado.

A consciência de que um Governo deve ter projetos, informa o estilo de toda uma ação administrativa, onde pensamos o hoje e também o amanhã, com os olhos postos no futuro do Rio Grande do Sul.

### **3. EIXOS DE AÇÃO PRIORITÁRIOS**

À medida que se delineavam os primeiros superávits operacionais significativos para investimento, em paralelo com a definição de uma base conceitual para o planejamento, foi possível estabelecer os eixos de ação prioritários para investimentos.

#### **3.1 Ações na Área Econômica**

Tendo a posição do Estado no contexto da integração latino-americana como marco referencial, definiu-se, de imediato, a necessidade de promover-se o desenvolvimento científico e tecnológico em paralelo com ações de fomento aos setores produtivos básicos - a indústria e a agricultura.

Nessa direção, foram criadas a Secretaria Especial de Assuntos Internacionais e a Secretaria de Ciência e Tecnologia que desempenharam papel fundamental na nova postura de desenvolvimento do Estado. Através da primeira, o Rio Grande do Sul pôde avaliar os impactos e participar ativamente dos Protocolos de Integração Brasil/Argentina, identificar oportunidades no exterior e promover o seu potencial produtivo além das fronteiras nacionais.

Já a segunda foi a responsável por uma inédita articulação entre Governo, Empresariado e Universidades na concepção de uma Política Integrada para o setor e na mobilização de recursos técnicos e financeiros de praticamente todas as instituições vinculadas ao desenvolvimento científico e tecnológico.

Dois poderosos instrumentos de fomento às atividades produtivas privadas foram acionados neste Governo.

No estímulo ao setor industrial, o Fundo Operação Empresa - FUNDOPEM foi responsável pelo direcionamento de US\$2,2 bilhões de novos investimentos em 52 projetos aprovados por suas características inovadoras, dinâmicas e pelo potencial de geração de emprego e renda. Outros projetos em exame deverão ser definidos em breve, estimando-se um número superior a 60 projetos até 15 de março vindouro.

No setor agrícola, o Fundo Estadual de Apoio ao Pequeno Estabelecimento Rural (FEAPER), com a característica inédita de financiar o pequeno e médio produtor rural no seu investimento fixo e não no custeio, já beneficiou 6.400 famílias.

### **3. 2 Ações na Área de Infra-Estrutura**

As ações no sentido da recuperação das redes e de serviços públicos a cargo do Estado nortearam-se pelo entendimento que tivemos de que compete ao setor público prover a infra-estrutura necessária à ação produtiva do setor privado. Tanto mais necessária se faz essa atuação, quanto mais se cogita de que o Estado somente se beneficiará do processo de integração se enfrentá-lo com eficiência e competitividade.

O Governo sempre teve clara compreensão de que as necessidades nesta área - em especial pela precariedade da situação encontrada - extrapolam em muito a capacidade de investimento com recursos próprios. Por esse motivo foi concebido pela Central de Projetos, com o apoio dos órgãos setoriais, o Programa de Desenvolvimento da Infra-Estrutura para a Retomada do Crescimento, levado à consideração dos organismos internacionais de financiamento, em especial o Banco Interamericano de Desenvolvimento e o Banco Mundial.

Paralelamente, parcela ponderável de recursos próprios foi canalizada para obras de infra-estrutura, compreendendo inclusive obras de responsabilidade do Governo Federal, cujo fluxo de recursos havia sido interrompido.

A ampliação da rede física priorizou:

- a quase duplicação da malha rodoviária pavimentada;
- a construção e ampliação de subestações e de linhas de transmissão, na área de energia;
- a definição e início da implantação do programa de automatização de todas as sedes municipais com sistema DDD, na área de comunicações;
- a aplicação de recursos do Tesouro do Estado em saneamento básico face às escassas aplicações federais.

### **3. 3 Ações na Área Social**

Uma necessidade que se impôs desde os primeiros dias da administração foi a de recuperar a deteriorada rede física dos equipamentos sociais.

Elaborou-se, então, um ambicioso programa de obras que contempla:

- O Programa de Construção e Ampliação de Escolas;

- O Programa de Recuperação da Rede Hospitalar compreendendo as novas instalações dos hospitais: Psiquiátrico São Pedro, Sanatório Partenon, Itapoã e Geral de Caxias do Sul, a duplicação do Instituto de Cardiologia, a ampliação da capacidade do Laboratório Farmacêutico do Estado (LAFERGS), além da criação do Centro do Dependente Químico junto ao Hospital Parque Belém;
- O Programa de Reconstrução e Ampliação da Rede Penitenciária, com destaque à Penitenciária de Alta Segurança de Charqueadas, em fase final de execução, mais o Hospital Penitenciário junto ao Presídio Central de Porto Alegre;
- O Programa de Construção de Prédios para as Instalações da Brigada Militar e Polícia Civil;
- O Projeto Vida Centro Humanístico, com 30.000 m<sup>2</sup>, na Zona Norte de Porto Alegre, buscando resgatar os valores do ser humano;
- O Programa Integrado de Melhoria Social - PIMES, com aporte de recursos do Banco Mundial e participação dos Municípios.

Ciente de que a verdadeira integração social da sociedade se completa na sua afirmação cultural, o Governo conferiu especial prioridade a esse segmento, fomentando, através do Conselho de Desenvolvimento Cultural, recentemente transformado em Secretaria de Cultura, todo o tipo de produção e manifestação da identidade, da arte e da cultura gaúcha. Foram restaurados diversos prédios culturais e históricos, como a Biblioteca Pública do Estado, o Museu Farroupilha, a Casa de Cultura Mário Quintana, a Casa do Artesão, entre outros.

### **3.4 Ações na Área Institucional e Administrativa**

O último, porém não menos importante, eixo da ação prioritária do Governo foi a racionalização de suas estruturas institucionais e administrativas, conferindo-lhes maior eficiência, evitando o "inchamento" do quadro e realizando uma política salarial compatível com a capacidade financeira do Setor Público.

A criação da Secretaria de Assuntos Internacionais, de Ciência e Tecnologia e de Cultura sem o ônus de contratações adicionais; a implantação do Sistema de Acompanhamento de Projetos Prioritários pela Secretaria Especial de Governo junto ao Gabinete do Governador; a informatização de diversos organismos, produto da política de descentralização adotada pela PROCERGS, com especial ênfase para a Fundação de Economia e Estatística que implantou moderníssimo Banco de Dados informatizado e interligado com outras instituições nacionais; a criação da Escola Superior de Administração Pública que já formou, duas turmas de administradores de alto nível; são exemplos da ação do Governo neste sentido.

A política de remuneração do funcionalismo procurou, através da criação do Conselho Estadual de Política Salarial, compatibilizar os justos anseios dos servidores públicos com a realidade financeira do Estado, repondo perdas salariais ao longo do período, excessão feita a partir do 2º semestre de 1990, pelo agravamento da crise recessiva que o País vive.

O calendário de pagamento dos servidores foi cumprido ao longo da gestão, excetuando-se a folha de janeiro último, esta parcelada face ao volume dos compromissos do erário, considerando-se a sobrecarga do 13º salário, mais o terço de férias e a própria antecipação das férias.

## **II - PROGRAMA DE INVESTIMENTOS PRIORITÁRIOS**

Os esforços para contenção de despesas, para agilização de recebimentos da receita tributária - quer pela cobrança da dívida quer pela alteração de prazos de recolhimento e elevação das multas - aliados à negociação da dívida, proporcionaram uma aplicação média anual de quase 20% da receita própria líquida em investimentos no período 1987/90.

O Programa de Investimentos Prioritários foi concebido para otimizar a alocação dos recursos próprios do Tesouro do Estado, em especial diante das medidas adotadas pelo Governo Federal no sentido de "zerar o déficit público", que excluíram os Estados e Municípios das linhas setoriais de financiamentos de longo prazo.

Assim, esses investimentos, além de resgatar a credibilidade do Setor Público Estadual, muitas vezes destinaram-se a obras de competência do Governo Federal nas áreas de transporte, saneamento básico, habitação, reforma agrária e extensão rural, cuja imprescindibilidade induziu o Estado a assumir sua implementação sob pena de arcar com conseqüências mais onerosas.

Com base nas prioridades definidas nos eixos básicos de ação, o Governo elegeu um rol de Programas e Projetos que denominou Projetos Prioritários para o biênio 1989/90, os quais acompanha através de sistemas automatizados de forma detalhada, obra por obra, para que se concretizem no prazo mais curto possível. Alguns projetos não serão concluídos até março de 1991, devido ao porte das obras, exigindo grandes prazos de implantação ou, mesmo, ao fato de terem se viabilizado muito recentemente.

Apesar disto, traduzem o resultado do esforço do Governo em retomar os investimentos com recursos próprios.

Cabe destacar que o conjunto de Projetos Prioritários atende às demandas maiores da sociedade através de ações com resposta rápida e, de forma estratégica, prepara o Rio Grande do Sul para participar do processo de integração latinoamericana, buscando a modernidade, a competitividade e o desenvolvimento.

Uma visão global do desempenho deste Programa é obtida a partir dos principais indicadores sintetizados no quadro abaixo seguidos de uma descrição mais detalhada de cada Projeto:

**PROJETOS PRIORITARIOS - SINTESE**

AREA	UNIDADE	REALIZAÇÕES		
		Concluídas	Em Execução	Total
<b>Infra-Estrutura:</b>				
<b>a) Transportes:</b>				
<b>DAER:</b>				
- Estradas Pavimentadas	km	1493	1236	2729
- Reconstruções duplicações e acessos	km	195	127	322
<b>METROPLAN:</b>				
- Ligações e Acessos	km	43	8	51
<b>Total:</b>	km	1731	1371	3102
<b>b) Energia - CEEE:</b>				
- Implantação e ampliação de subestações	Subestação	50	21	71
- Linhas de Transmissões	km	168	449	617
- Novos Consumidores	Consumidor	356.000	---	356.000
<b>c) Telecomunicações - CRT:</b>				
- Ampliações da Rede	Terminal	99.919	132.911	232.830
- Automatização DDD	Cidade	64	118	182
<b>d) Saneamento - CORSAN:</b>				
- Ampliação da Rede	km	1.886	13	1.899
- Aumento da Reservação	m <sup>3</sup>	11.450	2.287	13.737
- Novos Consumidores	Consumidor	607.000	---	607.000

## PROJETOS PRIORITÁRIOS - SÍNTESE

ÁREA	UNIDADE	REALIZAÇÕES		
		Concluídas	Em Execução	Total
<b>Econômica:</b>				
a) Agricultura e Abastecimento				
- Alimento para o Povo	Ptos. Venda	104	---	104,0
- Implantação de Micro-bacias	Microbacia	229	---	229
- Aquisição de Terras para Reforma Agrária	Ha.	19.081,7	---	19.081,7
- Reflorestamento	Muda	69.000.000	---	69.000.000
- Irrigação				
- Micro-açudes	Número	1.200	94	1.294
- Barragens/Pontes	Número	30	56	86
- Grandes Barragens	Número	---	3	3
b) Indústria e Comércio				
- Fundopem (Projetos Aprovados)	Número	52	---	52
- Berçários Industriais	Número	2	1	3
c) Ciência e Tecnologia				
- Centros Tecnol. Estado	Número	---	2	2
- Centros/Polos Tecnolog. (Constr. por Convênio)	m2	---	6.100	6.100
	Número	---	6	6

## PROJETOS PRIORITARIOS - SINTESE

AREA	UNIDADE	REALIZACOES		
		Concluídas	Em Execução	Total
<b>Social:</b>				
<b>a) Educação:</b>				
- Construção/Reconstrução de Escolas	Número	706	294	1.000
- Novas Vagas	m2	252.046	200.690	452.736
	Número	151.896	98.104	250.000
<b>b) Saúde e Meio-ambiente:</b>				
- Construção/Reconstrução de Hospitais	m2	7.474	9.387	16.861
- Implantação do SUS	Município	125	---	125
<b>c) Cultura:</b>				
- Restauração de Prédios Históricos	m2	16.818	652	17.470
<b>d) Habitação Popular:(*)</b>				
- Unidades Residenciais	Número	11.531	4.376	15.907
	m2	349.481	153.815	503.296
- Lotes Urbanizados	Número	2809	3959	6768
- Reurbaniz. de Favelas	Número	94	3208	3302
<b>e) Ação Social:</b>				
- Prédios Construídos/Reconstruídos	m2	36.380	360	36.740
<b>f) Segurança Pública:</b>				
- Construção de Prédios	Número	88	58	146
- Construção de Prédios	m2	35.533	28.154	63.687
- Aquisição de Veículos	Número	1.534	---	1.534
<b>g) Justiça:</b>				
- Construção de Penitenciárias	m2	3.497	32.912	36.409

(\*) Acrescente-se mais 12.260 unidades iniciadas na gestão anterior e concluídas na atual, equivalentes a 453.032 m2.

## TOTAL DE AREA CONSTRUIDA/RECONSTRUIDA

- Concluída:	701.229	m2
- Em execução:	432.070	m2
- Total:	1.133.299	m2

## **1. PROJETOS DE EXPANSÃO E MODERNIZAÇÃO DOS SETORES PRODUTIVOS**

### **1. 1 Área Agrícola**

#### **1. 1. 1 Irrigação:**

O Programa Estadual de Irrigação conta com 30 barragens-ponte concluídas e mais 56 em execução, através de convênios com Prefeituras. Já foram concluídos 1. 200 micro-açudes, beneficiando 1. 078 famílias, e mais 94 encontram-se em execução. Três grandes barragens estão em execução no Município de São Gabriel. Com a dragagem dos arroios Bretanha e Grande, no Município de Arroio Grande, e após a conclusão da interligação do Município de Santa Vitória do Palmar ao sistema elétrico sul-sudeste, o programa beneficiará 267. 000 ha de lavouras.

#### **1. 1. 2 Reforma Agrária:**

Programa de competência da União, mas, em face de ausência de investimentos da mesma, o Governo Estadual adquiriu 19. 081,7 ha, através do FUNTERRA, beneficiando 756 famílias. Além da terra é dada assistência técnica aos agricultores em processo de assentamento. Foram distribuídos 5. 201 ranchos e créditos através do BADESUL/PROCERA.

#### **1. 1. 3 Alimento para o Povo:**

Com o objetivo de levar à população de baixa renda alimento a preços abaixo do mercado, o Governo, através da CEASA e FUNDASUL, adquiriu 20 ônibus especialmente adaptados para estabelecer 200 pontos de venda em Porto Alegre e na Região Metropolitana, cada um beneficiando 250 famílias. Atualmente já foram implantados 104 pontos.

#### **1. 1. 4 Apoio ao Pequeno Produtor Rural:**

Consciente da importância da participação do pequeno produtor rural na produção agrícola e, visando ao desenvolvimento do setor, o Governo criou o Fundo Estadual de Apoio ao Pequeno Estabelecimento Rural - FEAPER, que já beneficiou 6. 400 famílias, em 160 Municípios, através de linhas de financiamento para correção e conservação do solo, melhorias de habitações rurais, construção de paióis e armazéns comunitários e do Programa Troca-Troca.

Esse programa financia sementes fiscalizadas de milho e feijão que posteriormente são ressarcidas com os respectivos produtos da lavoura. Foram distribuídas 4.622 toneladas de sementes certificadas.

Na área de armazenagem foram financiados 2.200 paióis individuais, com capacidade de até 300 sacos e 9 armazéns comunitários, com capacidade de 6.000 a 25.000 sacos. O objetivo final dos financiamentos em armazenagem é reduzir em 20% as perdas pós-colheita de milho em 105 Municípios, aumentando, em até 100.000 toneladas a capacidade de armazenagem.

#### **1.1.5 Programa Florestal Estadual:**

Foram distribuídas 69 milhões de mudas, através da implantação de viveiros em convênios com Prefeituras, cooperativas e escolas agrícolas. O objetivo do programa é suprir, a curto prazo, o "déficit" florestal do Estado, de 40.000 ha/ano, recompor a cobertura florestal, proteger os mananciais hídricos, controlar a erosão, bem como implantar 400.000 ha de florestas industriais.

#### **1.1.6 Programa Estadual de Desenvolvimento da Citricultura:**

O objetivo é tornar o Estado auto-suficiente no consumo "in natura" e desenvolver a produção industrializada de cítricos através da formação de viveiros e assistência técnica aos produtores de cítricos. Já foi distribuído 1 milhão de mudas de laranja Valência, beneficiando 126 Municípios.

#### **1.1.7 Microbacias Hidrográficas:**

Este programa visa a apoiar as pequenas propriedades rurais através do manejo adequado do solo, da água e das matas com o conseqüente aumento da produção e da produtividade. É uma atividade executada pela EMATER, já tendo sido implantados 229 projetos, beneficiando uma área de 222.000 ha, onde moram 11.200 famílias.

### **1.2 ÁREA INDUSTRIAL:**

#### **1.2.1 Fundo Operação Empresa - FUNDOPEM:**

Instituído com o objetivo de incentivar financeiramente a expansão de novos investimentos fixos no Estado, já conta com 52 projetos aprovados, representando o emprego direto de 13.598 pessoas, e investimentos fixos de US\$2,2 bilhões.

### **1. 2. 2 Desenvolvimento da Indústria Aeronáutica:**

Com a adoção de mecanismos de cláusulas de compensação "offset", o programa visa ao desenvolvimento de empresas gaúchas, voltadas ao setor aeronáutico, com a capacitação tecnológica através da adoção de normas de qualificação internacionais e concessão de incentivos fiscais e financeiros.

Foi assinado, em 1989, o protocolo de intenções entre o Governo do Estado e o Departamento de Aviação Civil do Ministério da Aeronáutica buscando apoio tecnológico e institucional para o setor.

Ainda em 1989, foi aprovada por essa egrégia Assembléia Legislativa, a Lei 8. 892, reduzindo a alíquota do ICMS de 17% para 12,0% na aquisição de aviões, helicópteros, peças e componentes aeronáuticos, quando estas se efetuarem com cláusula de compensação igual ou superior a 5%.

### **1. 2. 3 Implantação de Áreas Industriais Municipais:**

Com o objetivo de promover a interiorização do desenvolvimento industrial, foi criado este Programa de apoio à implantação de áreas ou esquinas industriais. Atualmente, 15 Municípios já foram contemplados com recursos do Tesouro do Estado, apoio técnico e de infra-estrutura, como redes de água e esgoto, energia e comunicações. Através da CEDIC, vários Municípios receberam assessoramento para a localização de áreas industriais, plano diretor de uso do solo e projetos.

#### **1. 2. 4 Berçários Industriais:**

Tem por objetivo apoiar microempresários industriais, que apresentem propostas de produção de novos bens. O Estado constrói pavilhões de aproximadamente 640 m<sup>2</sup>, dividido em módulos de 40 m<sup>2</sup>, dotados de infra-estrutura básica: água, energia, comunicações e serviços administrativos, que são rateados condominialmente. Esses espaços são cedidos na forma de comodato, por três anos. Estão concluídos os berçários de Torres e de Tramandaí e em execução o de São Gabriel. Foram também firmados entre a SIC e CEDIC os contratos para construção de berçários industriais em Rio Grande, Santa Maria e São Sebastião do Caí.

#### **1. 2. 5 Consolidação/Expansão do Pólo Petroquímico:**

A Petroquímica mereceu uma atenção especial por parte do Governo do Estado, destacando-se a autorização obtida junto ao Governo Federal para desgargalamento em 37% da COPELUL, Central de Matérias Primas do Pólo Petroquímico de Triunfo, passando de 420. 000 t/ano, de eteno, para 577. 000 t/ano. Foi, também, autorizada sua ampliação, o que significará um incremento de produção de mais 346. 000 t/ano.

Um outro destaque foi a aprovação da instalação das plantas MVC-PVC, Soda-Cloro e Fenol-Cumeno-Acetona, o que permitirá a produção de 180. 000 t/ano de MVC, 180. 000 t/ano de PVC, 125. 000 t/ano de Soda Cáustica, 111. 000 t/ano de Cloro, 148. 000 t/ano de Cumeno, 110. 000 t/ano de Fenol e 67. 000 t/ano de Acetona, possibilitando a produção de plásticos de alta densidade, adubos e fertilizantes e componentes químicos para a indústria farmacêutica.

A consolidação e expansão do Pólo Petroquímico passa, necessariamente, pela duplicação da Refinaria Alberto Pasqualini, na sua unidade de destilação atmosférica para a produção de nafta, diesel e GLP. Nesta parte, o Governo do Estado sempre defendeu, junto à PETROBRÁS, a aplicação do resultado financeiro da COPELUL para cobrir as obras de ampliação da REFAP, o que finalmente acaba de ser definido pelas autoridades federais.

#### **1. 2. 6 Distrito Industrial Alvorada - Viamão**

Está concluído o acesso principal (Passo dos Negros), com a pavimentação e drenagem profunda de 2. 940 metros e o sistema viário secundário já foi licitado.

#### **1. 2. 7 Desenvolvimento Tecnológico**

Representando uma área de extremo interesse governamental, por sua capacidade de sustentação à indústria, através de novos processos de produção e informação, como também, pela pesquisa de novos materiais, foi criada, em 1987, a

Secretaria para Assuntos de Ciência e Tecnologia que, entre outros atos, participou, coordenou e executou diversos projetos, dos quais os mais importantes são destacados a seguir:

#### **1. 2. 7. 1 Centro de Biotecnologia:**

Criado mediante convênio entre a UFRGS e FAPERGS, está localizado no Campus do Vale, em Viamão, compreendendo uma obra de 4. 300 m<sup>2</sup>, inaugurado em março de 1990. Com esse Centro objetiva-se aumentar os conhecimentos na área de Biotecnologia através da pesquisa aplicada e do desenvolvimento de recursos humanos.

#### **1. 2. 7. 2 Centro de Informática:**

Com o objetivo de capacitar recursos humanos e viabilizar o aproveitamento de tecnologia desenvolvida em Laboratório, o Governo do Estado e a Universidade Federal do Rio Grande do Sul celebraram, em 1989, convênio para a construção de um centro de pesquisa e desenvolvimento em informática.

#### **1. 2. 7. 3 Centro de Testes e Ensaios em Equipamentos Eletrônicos - Laboratório de Interferência Eletromagnética (LIE)**

Com o objetivo de realizar testes e ensaios em interferência eletromagnética, para posterior desenvolvimento e homologação de produtos e equipamentos eletrônicos, está sendo construído no Campus da CIENTEC, em Cachoeirinha, um laboratório voltado, inicialmente, para áreas de telecomunicações, informática e automatização industrial.

#### **1. 2. 7. 4 Centro de Química Fina:**

Localizado, também, no Campus da CIENTEC, envolve a instalação de uma planta-piloto e laboratório visando a proporcionar os meios físicos que viabilizem a execução de um programa de pesquisa e desenvolvimento de processos em química fina.

### **1. 2. 7. 5 Pólo Tecnológico - Região Noroeste:**

Em convênio com instituições da Região Noroeste do Estado, o Governo tem repassado recursos destinados à construção de plantas industriais para abrigar, em regime de rotação, empresas com atividades produtivas inovadoras que utilizam processos tecnológicos tradicionais, nas áreas metal-mecânica, eletro-eletrônica, informática, agropecuária, tecnologia de alimentos e construção civil.

### **1. 7. 2. 6 Pólo de Alta Tecnologia-Zona Sul:**

Com previsão de construção de uma planta industrial em condições de receber (em regime de rotação) empresas de alta tecnologia, o Governo do Estado firmou Protocolo de Intenções com instituições da Zona Sul visando a estimular e viabilizar atividades produtivas nascentes, de alta tecnologia, na região.

Foram firmados convênios com a Universidade Federal de Pelotas para a manutenção do Radar Meteorológico e para a consolidação do Centro de Biotecnologia; com a Universidade Católica de Pelotas para o Programa de Pesquisa e Desenvolvimento de Instrumentação Biomédica e com a Fundação Universidade de Rio Grande, para a consolidação do Programa de Transferência de Tecnologia em Ecosondagem Pesqueira.

Com a institucionalização recente da Secretaria, e para que fosse definido um rumo para o seu desenvolvimento, o Governo realizou 10 Seminários Microrregionais e um Seminário Estadual para identificação das demandas setoriais e integração de produtores e usuários de tecnologia. Obteve-se como produto uma Política de Ciência e Tecnologia para o Estado capaz de refletir a realidade do setor.

## **2. PROJETOS DE EXPANSÃO E MELHORIA DA INFRA-ESTRUTURA BÁSICA**

### **2. 1 Área de Transportes**

Em face da precariedade da malha rodoviária pavimentada no Estado, tanto no que compete à esfera federal como à estadual e, considerando as demais modalidades de transportes, algumas de vinculação exclusivamente federal que transcende às deliberações do poder público estadual, o Governo decidiu-se por um arrojado Plano de Expansão e Recuperação da Rede, com ênfase nas rodovias pavimentadas e aeroportos. Em paralelo, iniciou pleitos junto à PORTOBRÁS, PETROBRÁS e RFFSA para a realização de obras que, com as estaduais, têm em comum a importância dos benefícios que aportarão para o Rio Grande do Sul.

## **2. 1. 1 Plano de Obras do DAER**

Este plano contempla 2. 729 km de novas estradas pavimentadas, entre obras executadas e em execução; são 596 km de rodovias vicinais, 204 km de rodovias federais delegadas e 1. 929 km de rodovias estaduais, acessos e ligações, além de 216 km de restauração e 106 km de duplicação. Acrescente-se ainda mais 51 km de ligações e acessos na Região Metropolitana, executados pela METROPLAN, atingindo, no total, 3. 102 km.

Das obras do Plano, destacam-se:

### **2. 1. 1. 1 Estrada do Mar**

Com 105 km, liga o Município de Osório a Torres pela orla marítima, percurso alternativo à BR-101. Visa ao desenvolvimento da Região do Litoral Norte, ao mesmo tempo que prepara o Estado para a integração turística em nível nacional e internacional.

### **2. 1. 1. 2 Rota do Sol**

Ligando o Centro do Estado e Região da Serra ao Litoral Norte, com 204 km, visa ao escoamento da produção serrana, pelas rodovias litorâneas, ao centro do País e também o desenvolvimento regional por atender a uma antiga e justa aspiração das duas regiões. Questões ligadas à preservação da Mata Atlântica estão sendo examinadas pelos órgãos federais e estaduais para que se encontrem as soluções recomendáveis, compatibilizando o desenvolvimento econômico com a proteção ambiental.

### **2. 1. 1. 3 Mutirão**

Com 198 km, através de um esforço conjunto entre os Municípios do Alto Uruguai, Estado e Batalhão Ferroviário do III Exército, permitirá a ligação do Município de Tucunduva a Frederico Westphalen, gerando uma economia significativa de transporte em importante região do Estado.

### **2. 1. 1. 4 Estrada do Sul**

Constitui-se no segmento meridional da BR-101, com 270 km ligando Palmares a São José do Norte. Estão em obras os trechos Palmares-Bacopari, com 28 km e Bacopari-Mostardas, com 83 km.

### **2. 1. 1. 5 Porto de Rio Grande**

A preocupação com o Porto de Rio Grande faz parte de uma estratégia maior, que leva em conta a ligação com o Pacífico, o escoamento da produção do norte da Argentina e do Paraguai, além de um maior e melhor aproveitamento para atividades que estão se expandindo em consequência de novos investimentos na região.

Sob este prisma, o Governo deu atenção especial à automação do Terminal Trigo e Soja que agilizará o processo de carga e descarga (projeto concluído); vem pleiteando, junto à PETROBRÁS, a reconstrução do Terminal Petroleiro e, junto à PORTOBRÁS, a recuperação dos Molhes da Barra, a ampliação do Terminal de "Containers", a construção do Terminal de Carvão e Fertilizantes e a construção do Terminal de Gás (GLP). Também, acompanha as tratativas para a construção do Terminal de Celulose.

### **2. 1. 1. 6 Construção do Ramal Ferroviário de Cachoeira do Sul**

Projeto em fase de conclusão que, associado à construção do Cais de Acostagem, viabilizará o entroncamento rodo-hidro-ferroviário, facilitando o escoamento da produção atual e possibilitando o desenvolvimento de novas atividades produtivas pela melhoria dos fatores locacionais.

### **2. 1. 1. 7 Projeto do Ramal Ferroviário de Candiota**

A ligação ferroviária às minas de carvão de Candiota e às instalações da fábrica de cimento CIMBAGÉ, perfazendo 30 km, permitirá a exportação do minério. A construção do ramal necessita ser compatibilizada com o cronograma de construção do Terminal de Carvão e Fertilizantes.

### **2. 1. 1. 8 Aeroportos**

Obras de sinalização noturna, sistema AVASIS, ampliação dos terminais de passageiros, prolongamento de pistas são algumas ações de ampliação, recuperação e modernização dos aeroportos de Caxias do Sul, Rio Grande, Passo Fundo e Santo Ângelo. Está sendo concluído o novo aeroporto de Alegrete e, em fase inicial, o aeroporto de Torres.

### **2. 1. 9 Ponte São Borja-Santo Tomé**

De competência da União, objetiva a ligação rodo-ferroviária com a Argentina possibilitando maiores opções para o escoamento das safras de grãos via Porto de Rio Grande. Poderá integrar, no futuro, a ligação do Atlântico (Porto de Rio Grande) com o Pacífico (Porto de Antofagasta). Está em fase de licitação

com previsão de abertura das propostas para abril de 1991. O acesso à ponte, pelo lado brasileiro, ficará a cargo do Estado, com a participação do Município de São Borja.

## **2. 2 ÁREA DE ENERGIA**

### **2. 2. 1 Transmissão e Geração de Energia**

A preocupação do Governo, nesta área, traduz-se na busca de formas de evitar o colapso energético previsto para os próximos anos e que só não ocorreu devido à estagnação do crescimento econômico brasileiro do final da década de 1980. Não são poucos os pleitos junto ao Governo Federal para viabilização técnica e financeira da construção da Usina de Dona Francisca, com 125 MW; da construção de Candiota III - 1ª turbina, com 350 MW; da implantação da Mina de Poacá para fornecer carvão a Candiota III; da conclusão da Mina de Leão II, cuja finalidade é abastecer a Usina Termoelétrica de Jacuí I, obra de responsabilidade da União.

Em função dos altos investimentos que exige o setor, o Governo optou por aproveitar a energia gerada no centro do País, então ociosa, até que novas usinas do Plano 2. 010, da ELETROBRÁS, fossem iniciadas. A construção de novas usinas exige o aporte de recursos externos ou oriundos da União, para financiar obras da ELETROSUL ou da própria CEEE. Esta opção pela energia gerada no Centro do País originou repasses de recursos do Tesouro do Estado à CEEE, com o objetivo de construir e ampliar subestações e linhas de transmissão. Até o momento, já foram construídas 11 novas subestações e ampliadas outras 39; encontram-se em obras mais 21 subestações (15 ampliações e 6 implantações); já estão concluídos 168 km de linhas de transmissão e em execução 449 km, dos quais 243 km referentes à interligação de Santa Vitória do Palmar ao Sistema Sul-Sudeste. Este conjunto de obras possibilitará a ligação de mais 356. 000 consumidores.

Na área de energia alternativa encontram-se em tratativas o reaproveitamento de 15 pequenas centrais hidrelétricas desativadas da CEEE e a construção de outras 7 por cooperativas municipais de energia.

Para um melhor aproveitamento eólico do Litoral Sul estão sendo instalados 32 anemógrafos para medição dos ventos e estão em fase de testes de funcionamento três turbinas eólicas.

### **2. 2. 2 Projeto do Gasoduto Brasil/Argentina**

Com o objetivo de reforçar a oferta de energia, em especial aquela destinada ao consumo industrial, e tendo em vista as positivas repercussões ambientais que proporciona, o Governo empenhou-se na viabilização desse empreendimento junto aos Governos do Brasil e da Argentina e junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento. Do BID obteve-se a disposição de financiar os estudos de

viabilidade técnica e econômica e, se for o caso, os projetos de engenharia final, já tendo sido negociada com o Governo Federal a prioridade para essa ação.

Com uma possibilidade de fornecimento inicial de 2.000.000 Nm<sup>3</sup>/dia, poderá proporcionar numa segunda etapa de até 4.000.000 Nm<sup>3</sup>/dia. A oferta inicial representa um acréscimo de 8,6% ou 108.000 TEP/ano (toneladas equivalentes de petróleo por ano) na matriz de consumo energético estadual. Compreende investimentos da ordem de US\$290 milhões.

Como medida paralela, a cargo do Estado, foi obtida a autorização legislativa para a criação da Companhia de Gás do Rio Grande do Sul - SULGAS, empresa que será responsável pela distribuição do produto no Estado.

## **2.3 ÁREA DE COMUNICAÇÕES**

### **2.3.1 Ampliação e Modernização da Rede de Telecomunicações**

Tendo como preocupação inicial o saneamento das finanças da CRT, o Governo decidiu-se por duas linhas básicas de ação.

A primeira, de caráter empresarial, visava à ampliação e modernização do sistema. Para isto, foram instalados 99.919 terminais, e estão em instalação mais 132.911, totalizando, no período, a instalação de 232.830 terminais telefônicos, aumentando em 52% a planta instalada.

A segunda, de caráter social, é a implantação de serviço telefônico automático em 182 sedes municipais, fazendo com que, a médio prazo, todos os Municípios do Estado tenham serviço telefônico automático com DDD. Já foram concluídas as obras de automatização de 64 sedes municipais, sendo que outras 118 estão com as obras em andamento.

## **2.4 ÁREA DE SANEAMENTO BÁSICO E URBANIZAÇÃO**

O Saneamento Básico, responsável pela redução dos índices de doenças epidemiológicas, tomou-se prioridade do Governo. O biênio 1989/90 caracterizou-se como o de maiores aportes de recursos do Tesouro do Estado, na história da CORSAN. No quadriênio 1987/90 já foram construídos 1886 km de rede e mais 13 km estão em execução, perfazendo 1899 km, beneficiando 607.000 novos consumidores. Já foram construídas ou ampliadas obras de aumento de reservação que atingem 11.450 m<sup>3</sup>, com mais 2.287 m<sup>3</sup> em andamento, totalizando 13.737 m<sup>3</sup>.

Com o objetivo de atender às camadas sociais mais pobres no combate às doenças transmissíveis, o Governo vem, através do Programa de Saneamento Comunitário - PROSAN, implantando equipamentos comunitários e melhorias

sanitárias domiciliares e escolares de saneamento. Já foram implantados 10. 234 módulos sanitários, propiciando a instalação de 51. 771 melhorias sanitárias em água, dejetos e lixo; já foram firmados 713 contratos de prestação mútua de serviços, abrangendo 173 Prefeituras e beneficiando 386. 836 pessoas, 159 escolas e 6. 423 alunos.

Na área de urbanização, a METROPLAN desenvolve o Projeto Ação nas Vilas, que compreende a construção de centros comunitários, postos de saúde, extensões de redes elétricas, redes de esgoto, beneficiando 576. 000 pessoas.

Com o objetivo de apoiar os governos municipais na viabilização de projetos de infra-estrutura urbana e social, a Secretaria de Coordenação e Planejamento coordena dois importantes projetos prioritários: o Fundo de Investimentos Urbanos (FUNDURBANO/RS), tradicional instrumento de apoio aos Municípios, que aplicou mais de 10 milhões de BTN's em obras municipais de infra-estrutura urbana, usinas de reciclagem de lixo, drenagem urbana e cinturão verde. Durante o exercício de 1990 foram investidos recursos da ordem de 5. 635. 322,20 BTN's, um total de 288 contratos financiados. No curso da gestão governamental 1987/90, foram firmados, com os Municípios gaúchos, 911 contratos de financiamento totalizando um montante aplicado de 15. 587. 461,13 BTN's.

Neste quadriênio foram executadas, entre outras obras, 78,6 km de esgotos pluviais e mistos; 2. 300. 000 m<sup>2</sup> de pavimentações, 29. 931 m<sup>2</sup> de quadras de esporte; 7. 745 m<sup>2</sup> de prédios públicos e 11. 120 ha de levantamentos planialtimétricos para elaboração de planos diretores.

Evidenciando a afirmação deste organismo no seu papel de Fundo e, como tal, de um instrumento capaz de financiar efetivamente programas estaduais a serem executados pelos Municípios, cabe mencionar um acúmulo de capital líquido da ordem de 6. 927. 887,43 BTN's.

O Fundo de Investimentos do Programa Integrado de Melhorias Sociais FUNDOPIMES, criado em 1989, constitui-se, por suas características de autofinanciamento, no passo inicial para o estabelecimento de mecanismos permanentes de viabilização de políticas municipais de desenvolvimento urbano, tendo como gestor financeiro o BADESUL. Com linhas de crédito nas áreas de saneamento básico, infra-estrutura, equipamentos comunitários, meio ambiente, habitação e desenvolvimento institucional, e um investimento previsto de US\$227 milhões, o Programa obteve junto ao Banco Mundial um empréstimo da ordem de US\$100 milhões, em janeiro de 1989.

Durante o exercício de 1990, e em janeiro de 1991, foram aprovados pelo Conselho Diretor, concessões de colaboração financeira, no valor de Cr\$1,2 bilhões, beneficiando vinte Municípios sendo que, dentre os projetos aprovados, destaca-se, pelo volume de investimentos, o de Porto Alegre, que destinará Cr\$460,3 milhões para desenvolvimento institucional, pavimentação, drenagem, reurbanização e coleta de lixo em vilas populares. Também foram estabelecidos os critérios para o controle de operação de crédito e aprovada a concessão de colaboração financeira à CORSAN, no valor de Cr\$759,59 milhões, para obras de expansão dos sistemas de saneamento municipais.

### **3 PROJETOS DE NATUREZA SOCIAL**

Parcela expressiva dos recursos do Tesouro do Estado foi destinada ao resgate da dívida social em educação, saúde, segurança pública, justiça, ação comunitária e cultura.

#### **3.1 ÁREA DE TRABALHO, AÇÃO SOCIAL E COMUNITÁRIA**

##### **3.1.1 Habitação de Caráter Social**

A ação do Estado, através da COHAB, traduz-se no financiamento de materiais de construção, retomada de obras, preparação de lotes urbanizados, assentamentos espontâneos e recuperação de conjuntos habitacionais. Entre retomada de obras, lotes urbanizados, mutirão habitacional, financiamentos e construções, o Governo do Estado concluiu 11.531 unidades, estando em execução 4.376, perfazendo 15.907 unidades. Com obras de recuperação e reurbanização foram, ou estão sendo beneficiadas mais 36.303 famílias. A COHAB acaba de firmar convênio com a Caixa Econômica Federal, que destinará recursos federais, no valor de Cr\$5,2 bilhões, para o financiamento de 7.000 unidades habitacionais para proprietários de terrenos com renda mensal até cinco salários mínimos, compreendendo projetos diversificados em 73 Municípios.

##### **3.2 Assistência e Promoção Social**

Destacam-se projetos voltados à criança e ao jovem carente, como Recriança, SOS Criança, Atenção Criança, com objetivos de protegê-los de maus tratos, proporcionar práticas esportivas, culturais e de lazer, em coparticipação com as Prefeituras Municipais e entidades comunitárias, sob a supervisão da FUNDASUL. O Projeto de Atendimento à Criança e ao Adolescente beneficiou 14.550 crianças em 33 Municípios do interior e mais 3.500 crianças em Porto Alegre.

Foi inaugurado, em 1990, o Projeto Vida-Centro Humanístico, em Porto Alegre, colocando à disposição da população gaúcha atividades de saúde, educação, lazer, cultura, profissionalizantes, com o objetivo de proporcionar, às populações mais necessitadas, as mesmas atividades realizadas pela classe média, abordando a questão a partir de uma ótica humanística. Com este mesmo objetivo, já foram recuperados 8 Centros Sociais Urbanos, e mais 11 estão em obras, respeitando sempre as necessidades e interesses de cada comunidade carente.

Da mesma forma, tem sido preocupação específica do Governo a assistência ao idoso, o que levou à criação do Conselho Estadual do Idoso, em 1988.

Congrega entidades e serviços comunitários com objetivos de atendimento e promoção dos idosos, valorizando a família e a integração social dos mesmos.

Também o jovem, através do Centro do Adolescente, criado em 1988, foi alvo da ação governamental, buscando efetivar a participação do mesmo na melhoria da qualidade de vida.

Com o objetivo de concretizar aspirações coletivas, o Projeto Iniciativas da Comunidade desenvolveu ações conjuntas do Governo do Estado com Prefeituras Municipais e entidades assistenciais e comunitárias, tendo sido assinados 1.250 convênios, entre Municípios e entidades comunitárias.

### **3.3 Trabalho e Renda**

Com o objetivo de despertar e apoiar as atividades do trabalhador, formal ou informal, o Governo, através da Fundação Gaúcha do Trabalho, implantou os projetos: Centro do Trabalhador Autônomo, em Porto Alegre, tendo cadastrado 379 trabalhadores; Casa do Artesão, em Porto Alegre, com 1.300 m<sup>2</sup> e 14.352 trabalhadores cadastrados; Universidade do Trabalhador, em São Leopoldo, e Reativação de Moinhos Coloniais, no interior, com 6 moinhos e 1 alambique restaurados e 203 microunidades de produção implantadas, beneficiando 852 pessoas.

### **3.4 ÁREA DE EDUCAÇÃO**

Neste segmento da administração pública, o Governo tem como Projeto Prioritário de destaque a Construção e Reconstrução de Escolas. O projeto contempla um adicional de 706 escolas já edificadas, com 252.046 m<sup>2</sup>, através das Secretarias de Obras e de Educação ou de ações conjuntas destas com os Municípios e as comunidades. Serão acrescidas à rede mais 294 escolas que estão sendo finalizadas, correspondendo a 200.690 m<sup>2</sup>, totalizando 452.736 m<sup>2</sup>, o equivalente a 250.000 vagas escolares, em todo o Estado. O programa de reconstrução de diversos prédios, que não possuíam a mínima condição de funcionalidade, beneficiou 103 obras de substituições à rede escolar, já executadas, e 70 obras em desenvolvimento.

Encontram-se, também, em execução, na Secretaria de Educação, 18 projetos de alta relevância para o setor, entre os quais destaca-se a Recuperação do Ensino Técnico Industrial, Agrícola e Comercial, cujo objetivo é qualificar as escolas técnicas para que possam acompanhar o desenvolvimento dos setores produtivos. Outro projeto importante, refere-se ao Mobiliário Escolar necessário para suprir as novas escolas construídas, além de outros materiais e equipamentos e recursos humanos necessários ao funcionamento da rede escolar.

### 3.5 ÁREA DE SAÚDE

As Prefeituras e Comissões Interinstitucionais de Saúde passaram a assumir as responsabilidades pelos serviços de saúde - a partir da descentralização, pelo Governo Federal, do Sistema Nacional de Saúde - através de repasses de recursos, da União e Estado, para os Municípios. Atualmente, 125 Municípios contam com sistema implantado.

Outro projeto de destaque é a Expansão do Laboratório Farmacêutico do Estado do Rio Grande do Sul - LAFERGS, com 1.270m<sup>2</sup>, visando a triplicar a produção de medicamentos para consumo da rede pública estadual de hospitais e postos de saúde.

A rede física hospitalar, com 7.474 m<sup>2</sup> concluídos e 9.387 m<sup>2</sup> em execução, totalizando 16.861 m<sup>2</sup>, foi contemplada com diversas obras de ampliação e recuperação, dentre as quais destacam-se: a reconstrução do Hospital Psiquiátrico São Pedro, do Hospital Sanatório Partenon, do Hospital Colônia Itapoã; ampliações e reformas dos Hospitais de Cachoeirinha e Alvorada; construção do Hospital de Caxias do Sul, a duplicação do Instituto de Cardiologia; várias obras no Hemocentro e Instituto de Pesquisas Biológicas; a criação do Centro de Reabilitação em Saúde Bucal, junto ao Centro de Saúde Modelo.

### 3.6 ÁREA DE SEGURANÇA PÚBLICA

Nesta área destacam-se dois grandes Projetos Prioritários:

O primeiro refere-se à construção de novos prédios para instalações da Brigada Militar e Polícia Civil. Já foram concluídos 88 prédios, sendo 26 da Polícia Civil e 62 da Brigada Militar. Estão em execução mais 42 prédios destinados à Polícia Civil e 16 à Brigada Militar, perfazendo 146 prédios, num total de 63.687 m<sup>2</sup>, entre quartéis, companhias e pelotões da Brigada Militar, delegacias e centrais de polícia.

O segundo projeto refere-se aos equipamentos e viaturas para a Brigada Militar e Polícia Civil. Foram adquiridos 1.534 veículos automotores, em co-participação com o Ministério da Justiça, Prefeituras e CONSEPROS.

Tendo em vista a importância conferida a esta área, foram realizados investimentos expressivos em: informática, comunicação e equipamentos diversos; reformas do Instituto Médico Legal; remodelação do Instituto de Identificação; criação da Central de Comunicação, que interliga as delegacias distritais e as especializadas; criação das Companhias Femininas de Polícia Militar, Grupamento Florestal, Policiamento Aéreo - utilizando motoplanadores Ximango que permitem modernas formas operacionais.

A criação de 85 novas delegacias, 3 delegacias especializadas para a mulher, 4 novos distritos policiais em Porto Alegre, 12 postos policiais especializados para a mulher; o ingresso de 413 novos investigadores na Polícia Civil, 1.500

policiais militares na Brigada Militar e a autorização legislativa para acrescentar em 4.001 servidores o efetivo da Brigada Militar, reforça as relações entre as instituições policiais e a comunidade. Esta é uma demonstração clara de que o Governo do Estado vem agindo de acordo com os anseios dos gaúchos na luta por maior segurança.

#### 4 ÁREA DE JUSTIÇA

Os Projetos Prioritários desta área visam à ampliação, reconstrução e reorientação da rede penitenciária, merecendo citação especial a construção da Penitenciária de Alta Segurança de Charqueadas, com 13.140 m<sup>2</sup> e capacidade para 300 detentos, com a qual se espera, isolando os mais perigosos, eliminar as redes informais onde os detentos menos perigosos "fazem escola". Outras obras significativas são a recuperação do Presídio Central, o novo Hospital Penitenciário, a recuperação do Instituto Psiquiátrico Forense, e, no Hospital Parque Belém, a criação do Centro do Dependente Químico - CDQUIM, objetivando o atendimento do dependente químico e sua família, de forma integral, beneficiando 2.000 pessoas/ano. Atualmente 3.497 m<sup>2</sup> foram concluídos e 32.912 m<sup>2</sup> estão em execução, totalizando 36.409 m<sup>2</sup>.

Além destas, cabe destacar, entre outras realizações, a instalação de Escritórios Regionais da Junta Comercial, o Sistema Estadual de Defesa do Consumidor, os Conselhos Municipais de Entorpecentes e a criação da Casa da Cidadania, primeira instituição do gênero no País.

#### 3.7 ÁREA DE CULTURA

Esforço incomum vem sendo realizado no sentido de resgatar a memória histórica e cultural do nosso povo. A Casa de Cultura Mário Quintana, já inaugurada, representa um dos maiores centros culturais da América Latina. Também estão concluídas as restaurações da Biblioteca Pública do Estado, do Parque Histórico Bento Gonçalves, no Município de Cristal, do Museu Farroupilha, no Município de Piratini, do Museu de Comunicação Social Hipólito José da Costa, das murais de Aldo Locatelli no Palácio Piratini. Além dessas obras, destaca-se a participação do Estado na restauração da Usina do Gasômetro, juntamente com a Prefeitura Municipal de Porto Alegre, e a recuperação parcial do Museu de Artes do Rio Grande do Sul.

Está em fase de conclusão a recuperação das obras civis e reinauguração do Teatro de Arena, em Porto Alegre. O esforço do Governo do Estado está representado por 16.818 m<sup>2</sup> concluídos, 652m<sup>2</sup> em execução, perfazendo 17.470 m<sup>2</sup> de equipamentos culturais.

A criação da rádio FM Cultura, o reaparelhamento da TVE, a realização de eventos culturais, como o Congresso Estadual de Cultura, o Verão Cultural, a instalação de Núcleos Culturais no interior do Estado e a publicação de diversas obras literárias pelo Instituto Estadual do Livro são importantes ações, na área cultural, que complementam e dão vida à rede de prédios históricos e culturais do Estado.

Cabe citar, ainda, a assinatura de diversos convênios, onde se destaca a construção do Centro de Convenções da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, que teve participação do Estado, bem como a aquisição do acervo de Alberto Pasqualini, que servirá ao Centro de Estudos Políticos, instalado mediante convênio com a Assembléia Legislativa, no histórico Solar da Câmara.

#### **4 PROJETOS DE GESTÃO E MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA**

A preocupação com a máquina pública foi uma constante neste Governo. Com vistas a preparar a Administração Pública para uma atuação mais moderna e eficiente, foram definidos Projetos Prioritários relativos a esta área. Ressaltam-se os vinculados à estrutura organizacional do setor público, e aqueles voltados à promoção, valorização e capacitação de pessoal objetivando a motivação, a profissionalização do servidor e um maior desempenho dos serviços. Destacam-se, nesta parte, a criação da Escola Superior de Administração Pública, em pleno funcionamento e, especialmente a informatização do processo administrativo, oportunizando à Secretaria de Recursos Humanos os instrumentos necessários à modernização dos serviços públicos, que agora se apresentam bem mais ágeis e eficientes.

### **III - COMPORTAMENTO DA ECONOMIA GAÚCHA**

O desempenho da economia gaúcha no período 1987/90 insere-se no quadro geral das dificuldades que caracterizaram a crise da economia brasileira na década de 80.

De forma mais precisa, a evolução da economia brasileira apresentou três subperíodos diferenciados no decorrer da referida década. O primeiro deles (1980-83) caracterizou-se como um prosseguimento da crise que já se gestava a partir de meados da década anterior, a despeito da tentativa de reativar a economia através do II PND. O segundo subperíodo, que vai de 1983 a 1986, experimentou um desempenho que sugeria a retomada do processo histórico de crescimento, uma vez que tanto a economia brasileira quanto a gaúcha apresentaram taxas acumuladas de crescimento do PIB altamente positivas (22,5% e 19,7%, respectivamente). Os anos posteriores, entretanto, demonstraram a falta de sustentação para a continuidade dessa retomada. De fato, uma vez esgotados os efeitos dinâmicos oriundos da aplicação do Plano Cruzado, a economia nacional mergulhou novamente num processo que se caracterizou por baixas taxas de crescimento econômico, tendo como contrapartida o recrudescimento do processo inflacionário, com a ameaça permanente da hiperinflação. No marco dessas dificuldades, em março de 1990 o Governo Collor lançou o assim denominado "Plano Brasil Novo", com o intuito de estabilizar a economia brasileira a partir de um forte enxugamento da liquidez e de uma ampla reforma fiscal e patrimonial. Os desdobramentos das políticas então implantadas são bastante conhecidos e hoje se manifestam através do caráter altamente recessivo da economia brasileira, acompanhado do retorno de taxas crescentes de inflação, que se situam no patamar de 2 dígitos.

É dentro desse contexto que se insere a avaliação do comportamento da economia gaúcha, no período 1987/90. E, como não poderia deixar de ser, o quadro de dificuldades nacionais acima esboçado incidiu, de forma bastante marcada, sobre o processo de desenvolvimento econômico-social do Rio Grande do Sul: o Estado apresentou crescimento positivo somente no ano de 1989, quando o seu Produto Interno Bruto (PIB), registrou a taxa de 5,8%; para os demais anos, as taxas foram da ordem de: -0,1% em 87, -3,7% em 88 e -3,5% em 90. Ainda assim, esses indicadores representam, nos dois últimos anos, desempenho acima da média do País, que apresentou taxas de 3,6% em 1987, zero em 1988, 3,6% em 1989 e -4,3% em 1990.

A nível setorial, chama a atenção, o caráter fortemente intermitente do processo de crescimento da agropecuária gaúcha, que apresentou taxas da ordem de 28,4% em 1987, caindo para -7,4% em 1988, voltando a crescer em 1989 com 18,7%, para novamente sofrer uma retração de -4,5% em 1990. Mesmo tendo em conta o movimento oscilatório desse processo, o setor alcançou, ao longo do período, um desempenho satisfatório, registrando um crescimento acumulado de 34,8%, o que significou uma expansão anual média de 7,7%.

Esse fato é tão mais significativo uma vez que se tenha presente os constrangimentos que foram impostos à agricultura através das medidas de política econômica que foram, via de regra, restritivas ao crédito rural e no sentido da eliminação de subsídios importantes para o setor. Fruto dessas circunstâncias, tem-se que o crescimento da produção das principais culturas lavoureiras pode ser atribuído muito mais a acréscimos de produtividade do que a aumento da área cultivada, especialmente para o trigo e o arroz. Essa análise indica a conveniência das políticas de assistência técnica e de desenvolvimento de biotecnologia adotadas pelo Governo, que tiveram como principal objetivo o aumento da produtividade agrícola.

No caso da pecuária observa-se, entretanto, uma relativa estagnação dessa atividade. No que se refere à bovinocultura, ainda que se tenha observado alguns avanços (melhorias do controle sanitário, redução na idade de abate e aumento de pastagens artificiais de inverno), o rebanho bovino continua apresentando baixa produtividade, quando comparado com padrões internacionais. Essa situação tem sido contraponto no bom desempenho da avicultura gaúcha, que no ano de 1990 registrou um crescimento de 17,8% em sua produção. Neste setor observa-se também a ação do Estado no apoio creditício ao pequeno produtor, através do FEAPER e na instituição de programas integrados de produção e comercialização.

Cabe ressaltar, entretanto, que mesmo registrando um expressivo crescimento em seu produto, a agropecuária gaúcha, como um todo, vem perdendo participação na renda global do Estado, tendo passado de uma ponderação de 10,8% em 1986, para 8,2% em 1990. Esse fenômeno explica-se pela contínua desvantagem enfrentada pelo setor no que se refere a seus preços em relação aos demais setores da economia.

O setor industrial apresentou, ao longo dos últimos quatro anos, um desempenho bastante crítico, tendo registrado uma taxa acumulada negativa de 9,8% entre os anos 1986 e 1990, tendo como única exceção o ano de 1989, quando a taxa de crescimento do PIB industrial foi da ordem de 2,5%. Deve-se enfatizar, todavia, que mesmo essa taxa positiva estando bem acima da taxa média anual da década de 80 (0,2%), ainda assim situa-se muito aquém da taxa histórica de crescimento industrial que se verificou no decorrer da década de 70 (13%). Conclui-se, portanto, que o

processo de crescimento industrial no Estado não tem se dado com a intensidade desejável, tendo em vista as exigências de sustentação de um ritmo de crescimento econômico compatível com o processo de desenvolvimento regional.

O comportamento do setor industrial gaúcho é determinantemente explicado pela má performance da indústria de transformação, que responde por 85% da geração do produto setorial e que experimentou, em termos reais, uma redução de 3,2% ao ano, no período em tela. Observando-se o comportamento desse segmento industrial a nível de Brasil, percebe-se que o mesmo apresentou tendência bastante semelhante, com uma taxa média anual de -2,1%.

A similitude de comportamento da indústria de transformação a nível de RS e de Brasil, por um lado, reafirma o alto grau de integração e complementaridade do parque fabril gaúcho com o nacional. Por outro lado, evidencia também o acentuado processo de esgotamento que vem se verificando no padrão de acumulação de capital industrial no País.

Ainda que guardando esse comportamento semelhante, há que se salientar que, tendo em vista algumas peculiaridades da indústria gaúcha, os efeitos da crise nesses últimos anos incidiram de forma mais acentuada no âmbito estadual. Assim, se é verdade que o gênero Mecânica - de onde se origina parcela considerável da produção de bens de capital - encontra-se duramente atingido pela crise, tanto no Brasil como no RS, há que se ressaltar que, no caso do Estado, essa crise repercute com alguma singularidade. Isso se explica pela importância que adquire a produção de máquinas e implementos agrícolas na indústria mecânica regional, a qual, além das dificuldades que se colocam para o setor de bens de capital em geral, ressentem-se também da violenta retração ocorrida no processo de mecanização agrícola.

Outro segmento industrial de grande peso na estrutura produtiva do Estado, qual seja, o complexo coureiro-calçadista, tem enfrentado recentemente situações bastante adversas, provenientes do mercado internacional e da política cambial.

Ainda considerando o contexto do setor industrial gaúcho, convém tecer algumas considerações sobre o desempenho da construção civil. Nesse caso, tendo-se presente a grave crise que atravessa esse subsetor em todo o país, pode-se afirmar que, no Estado, nos últimos dois anos, o mesmo logrou, inclusive via demanda de obras públicas, um desempenho significativamente superior ao nacional. Esse comportamento se expressa nas taxas de 5,3% de crescimento acumulado em 1989 e 90, para o RS, contra -3,5% para o Brasil.

O setor Serviços, como seria de se esperar, tem refletido, com algumas nuances, a evolução dos setores produtivos, uma vez que a sua finalidade básica reside precisamente em ser um agente da circulação da riqueza. Assim, percebe-se que esse setor evoluiu nesse período a taxas de -5,7% em 1987, -2,7% em 1988, 4,7% em 1989 e 0,2% em 1990, o que resultou numa taxa acumulada de -13,9%.

Chama a atenção, entretanto, o comportamento dos subsetores de Comunicações e Instituições Financeiras que, mesmo nesse contexto de crise, lograram manter elevadas taxas de crescimento que, no período 1987/89, foram da ordem de 28,5% e 18,3%, respectivamente.

A evolução dos indicadores até aqui analisados implicou em que a economia gaúcha atingisse um PIB global de cerca de Cr\$2,1 trilhões no ano de 1990, o que significa, em termos "per capita", aproximadamente Cr\$238. 000,00 ou US\$3,599. Este valor é 30% acima da média nacional que é de US\$2,768.

#### **IV - INTEGRAÇÃO LATINO-AMERICANA**

Aspiração secular dos povos latino-americanos, a integração transformou-se, a partir dos anos 80, em estratégia comum dos países do continente, face à nova estrutura da organização da economia mundial.

A internacionalização do capital, com a formação de blocos, a abertura econômica do leste europeu sugerem o acerto da política de minimização das barreiras e da busca de objetivos comuns de crescimento econômico.

O Rio Grande do Sul, mercê de sua posição geográfica fronteiriça e de sua história, de longa data possui especial relação de trocas com os países vizinhos.

Desde cedo percebemos a necessidade de participar ativamente do processo de integração - em especial nas relações que passaram a se estabelecer entre os Governos Brasileiro e Argentino e logo depois o Uruguai - sob pena de transformar-se, o nosso Estado, em mero corredor de passagem no intercâmbio entre Buenos Aires, Montevideu e São Paulo.

Assim, a ação do Estado, estruturada segundo os eixos de ação prioritários descritos acima, visou, também, a preparar o Estado para desempenhar papel ativo na integração latino-americana em nível de Cone Sul, com eficiência, competitividade e modernidade.

Mais ainda, no plano institucional, a criação da Secretaria Especial de Assuntos Internacionais e a definição de seu programa de trabalho representou importante medida para a ação política do Estado, à qual se integraram a Assembléia Legislativa, que criou comissão específica e também as lideranças empresariais, por suas entidades.

Na fase inicial, a ênfase foi a integração com os países da Bacia do Prata. Os primeiros protocolos firmados pelo Brasil com a Argentina datam de 1986, o que significa que o caminho para uma integração mais efetiva entre os dois maiores países sul-americanos já havia recebido o primeiro impulso. O Rio Grande do Sul, historicamente distante do contexto nacional por sua posição de extremo meridional, viu-se colocado geograficamente no centro do projeto de integração.

A proposta básica foi trabalhar pela inserção do Estado neste processo que, deflagrado pelos governos nacionais, já dava sinais de considerável progresso. Foi desenvolvido, gradativamente, um rol de atividades, especialmente junto ao Ministério das Relações Exteriores, com o objetivo de preservar os interesses regionais, além de um trabalho de aproximação com as autoridades e entidades privadas argentinas, complementado por ação intensa com as comunidades fronteiriças

e todo um esforço para que os vários setores da economia gaúcha participassem desta nova realidade.

Como produto dessa estratégia, o Rio Grande do Sul possui hoje alto nível de articulação com o Governo Federal, bem como um conjunto de ações realizadas e programadas que lhe permitem capitalizar em seu favor os benefícios do processo de integração. A abertura do escritório do BANRISUL em Buenos Aires representa um passo concreto nessa direção.

## V - PERSPECTIVAS FUTURAS

Não poderíamos, Senhor Presidente, encerrar esta Mensagem sem uma palavra sobre o futuro.

Relatamos, até aqui, o que se fez. Não alimentamos, entretanto, a ilusão de ter alcançado todas as soluções da problemática estadual. As dificuldades encontradas pelo caminho, em especial ao início e ao final do Governo, ainda que enfrentadas com competência por uma equipe técnica do mais alto nível, não nos permitiram a realização de todos os objetivos. Deixamos, entretanto, uma importante obra, conforme se evidencia neste relato e nos anexos que compõem a segunda parte deste documento.

Deixamos, também, um legado de idéias, de propostas, de projetos, cuja implementação entendemos crucial para que o nosso Estado avance cada vez mais no rumo do desenvolvimento.

O aprofundamento da crise que se abate sobre o País, na distonia entre o arrocho financeiro de um lado, e de outro uma taxa de inflação aguda e pertinaz, geradora de custos crescentes, vem colocando em risco o equilíbrio das finanças públicas dos Estados brasileiros. Mais do que nunca, impõe-se o caminho da austeridade, os gastos públicos sob controle, o combate indormido à sonegação e à inadimplência, o crédito corretamente administrado.

O apoio às atividades produtivas deve ter criatividade; tanto pela geração de empregos e conseqüente renda para a população, como pelo que representa em receita pública a dinamização da economia. Nesse sentido, deve-se prestigiar a ação do FUNDÓPEM e do FEAPER como instrumentos de incentivo e fomento. Com relação ao FEAPER, deixamos encaminhada ao Banco Mundial carta-consulta para um projeto de capitalização do mesmo na ordem de US\$120 milhões, pois que o pequeno produtor rural, devidamente assistido, poderá se transformar em agente maior do nosso processo produtivo.

A prática de uma ação do Estado planejada e articulada, confirma a necessidade de se contar com estruturas de planejamento ágeis e tecnicamente aparelhadas. A articulação destas estruturas com a sociedade pressupõe a existência de um Sistema de Planejamento aberto, democrático e participativo.

estão afetas, bem como um conjunto de projetos, uma vez implementados, capaz de alterar significativamente o patamar de desenvolvimento do nosso Estado e de suas relações com o Cone Sul.

Dentre esses projetos destacam-se: a duplicação do Pólo Petroquímico, o Gasoduto Brasil/Argentina, a Ponte São Borja/Santo Tomé, a Planta Siderúrgica de Uruguaiana, a Fábrica de Celulose na Zona Sul, o Programa para o Desenvolvimento Racional, Recuperação e Gerenciamento Ambiental da Bacia Hidrográfica do Guaíba, bem como o extenso programa de infra-estrutura encaminhado ao BID e ao Banco Mundial.

A permanente modernização do aparelho do Estado, compreendendo a racionalização dos procedimentos administrativos, a valorização e o treinamento do pessoal - estendendo a experiência profissionalizante da ESAPERGS aos servidores de outros níveis - é condição necessária para aumentar a eficácia da ação do setor público. Neste sentido, assume especial relevância a atuação do Poder Legislativo para, em colaboração com o Executivo, proceder à revisão da anacrônica legislação de pessoal, concebida em sua maior parte sob a pressão de interesses corporativos, e que até aqui tem impedido avanços mais significativos neste campo.

O Rio Grande do Sul apresenta hoje uma nova ordem, inclusive no campo institucional, para cujo alcance foi decisiva a atuação dessa Assembléia Legislativa, em especial na elaboração da Constituição Estadual, em 1989.

Há que se avançar da etapa alcançada. E, seguramente, estaremos a depender, e muito, da futura revisão da nossa Carta Maior.

Confiamos que os dignos parlamentares dessa Casa, que hoje iniciam sua atividade, saberão colocar sempre num plano superior as questões básicas, informantes ao nosso processo de desenvolvimento econômico e social.

O Governo que logo mais irá nos suceder, pela experiência, equilíbrio e espírito público do futuro Governador do Estado, certamente haverá de caminhar plenamente identificado com os anseios da comunidade rio-grandense.

**Ao agradecer a colaboração sempre presente dessa egrégia Assembléia Legislativa do Estado, de cujo labor podemos todos nos orgulhar, formulamos os melhores votos de pleno sucesso à nova Legislatura que se inicia, manifestando a essa Casa os nossos sentimentos de elevada admiração e apreço.**

**SINVAL GUAZZELLI**

**Governador do Estado**

## **2 – ATUAÇÃO DO SETOR PÚBLICO DO ESTADO**

## **2.1 — EDUCAÇÃO**

### 2.1.1 — SECRETARIA DA EDUCAÇÃO (SE)

A Secretaria de Estado da Educação é o órgão do Poder Executivo do Governo incumbido de administrar a Educação, executando a política educacional traçada nos Programas de Ensino Fundamental e Médio, Educação Infantil, Educação Especial, Atendimento em Creches, Assistência a Educandos, Esporte, Lazer e Recreação, dentro do Sistema Estadual de Ensino do Rio Grande do Sul.

A política do órgão compreende os aspectos de: universalização e expansão do ensino; garantia de padrão de qualidade de ensino; gestão democrática do Ensino Público; valorização dos profissionais de ensino; descentralização técnico-administrativa da gestão do Ensino Público.

A Secretaria da Educação tem como áreas de atuação as de: educação infantil e atendimento em creches; ensino fundamental; ensino médio; assistência a educandos; educação especial; esporte, em suas manifestações de educação, participação e performance, lazer e recreação; integração com as Instituições de Ensino Superior; integração com as entidades estudantis; incentivo e publicação de obras e pesquisa de campo da Educação; valorização e desenvolvimento dos profissionais da Educação.

Entre as linhas prioritárias de atuação eleitas pelo órgão no período 1987/90, destacam-se:

- na área de Ativação Pedagógica, os projetos: Lendo e Escrevendo Rio Grande; Escola Aberta; Escola Indígena; Escolas em Assentamentos Agrários; Ensino Técnico-Industrial; Inspeção Escolar;
- na área de Modernização Administrativa, os projetos: Informatização Integrada; Recuperação dos Gabinetes Odontológicos; Central de Apoio Tecnológico à Educação;
- na área de Suprimento de Recursos Humanos, o suprimento e provimento destes recursos, através de concurso público, respeitando os centros de interesses regionalizados e base curricular;
- na área de Manutenção e Expansão da Rede Física, o projeto de Construção e Reconstrução de Escolas, e a retomada das escolas paralisadas.

No período 1987/90 verificaram-se mudanças significativas na estrutura organizacional da Secretaria da Educação, tendo sido praticadas duas nomenclaturas diferentes na denominação interna de seus órgãos, traduzindo sua forma de estruturação e funcionamento dentro de um processo de modernização administrativa. Assim, no período 1987/88, existiam quatro Supervisões — Técnica (SUT), Administrativa (SUA), Assessoramento Especial (SAE) e de Unidades Escolares (SUE) — Além da Diretoria Geral (DG).

No biênio 1989/90 foram criadas, como forma de gerenciamento, e absorvendo a estrutura anterior; quatro Diretorias, assim especificadas: Diretoria Pedagógica (DP); Diretoria de Recursos Humanos (DRH); Diretoria Administrativo-Financeira (DAP); Diretoria Geral (DG).

Essa nova disposição de estrutura organizacional está configurada em anteprojeto de lei encaminhado em 25/09/90.

É de destacar especialmente, também no período 1987/90, a definição e início do desenvolvimento da informatização da Secretaria da Educação e Delegacias de Educação — identificado como um dos Projetos Prioritários de Governo — ampliando o sistema já existente, e estendendo e englobando aspectos novos ao Sistema de Informações Educacionais do Estado (IEE).

Trata-se de um processo vinculado ao sistema PROCERGS, que objetiva integrar o sistema de informações educacionais, estatístico e gerencial, visando à atualização permanente e à descentralização, e buscando auxiliar no gerenciamento do Sistema Estadual de Ensino. O Serviço a ser implantado está definido e vem sendo desenvolvido em módulos, prevendo englobar: Módulo I — tabelas referentes às entidades de Cursos, Componente Curricular, Seriação e Tipo de Ensino (em desenvolvimento); Módulo II — Informações referentes aos estabelecimentos de ensino do Estado (em desenvolvimento); Módulo III — Informações referentes aos Atos Legais (em implantação); Módulo IV — Informações referentes à Base Curricular de todos os estabelecimentos de ensino vinculados à SE (em desenvolvimento); Módulo V — Informações sobre o alunado (em definição); Módulo VI — Informações referentes a Recursos Humanos (em desenvolvimento); Módulo VII — Informações sobre recursos físicos e prédios escolares (previsto para abril/91).

A operacionalização desse sistema se dará através da interligação, via teleprocessamento, das Delegacias de Educação com a Administração Central da Secretaria, possibilitando que as informações das DEs passem ao Órgão Central conforme forem ocorrendo.

A seguir são descritas as ações desenvolvidas pela Secretaria da Educação, através de suas diversas Diretorias, no período 1987/90.

A **Diretoria Geral (DG/SE)** é um órgão central de direção superior da Secretaria da Educação, incumbido de articular e integrar as atividades da Pasta em consonância com as políticas públicas e coordenando os órgãos de abrangência geral nos enfoques técnico-administrativos.

Destacam-se, entre as ações desenvolvidas por essa Diretoria, no período, as seguintes:

- coordenação da interface com as Delegacias de Educação, propiciando o fluxo de orientações e informações (1987/90); 38 reuniões de Delegados (1989/90); 1.177 consultas das Delegacias (1989/90); 63 convocações às DEs (1989/90); 648 encaminhamentos de ajustamentos de vagas nas Escolas (1989/90); agilização de processos; 994 encaminhamentos de processos de autorização de atos para Direção e Vice-Direção de Escola (1989/90) — através do Centro de Apoio às DEs;
- revitalização da ação da inspeção escolar no Sistema Estadual de Ensino, implantando e orientando a estruturação e funcionamento nas DEs, treinando recursos humanos, elaborando, testando, avaliando, analisando resultados de amostragem junto a 370 escolas estaduais por meio de Instrumento de Avaliação da Escola, reproduzindo material de orientação às DEs — através do Departamento de Inspeção Escolar;
- busca de integração entre a SE/FADERS/CONSEME, visando a um trabalho conjunto na minimização dos problemas educacionais da Rede Municipal de Ensino, articulando a programação da educação municipal às políticas Federal e Estadual; assegurando às propostas apresentadas, a cooperação financeira necessária, em forma de apoio técnico-financeiro a 332 municípios; beneficiando em média 200 mil alunos da rede municipal, em áreas priorizadas pelos próprios municípios e no desenvolvimento do sistema municipal de ensino por meio do Acordo PRADDEM, que prevê a cedência de professores estaduais à rede municipal e garantia de auxílio anual previsto na Constituição Estadual — através do Departamento de Apoio aos Municípios;

- organização, ativação, acompanhamento, controle, avaliação e divulgação de resultados do sistema de informações estatísticas, por meio de Plano Diretor de Informações Estatísticas, e participação na definição do projeto de informatização da SE, através do Centro de Informatização;
- administração e ampliação do acervo da Legislação e Biblioteca (1987/90); execução do projeto "Hora do Conto" (1987); orientação e treinamento para os CD/DE e bibliotecas escolares (1987/90); atualização do acervo bibliográfico das escolas estaduais de 1.º Grau (1988); levantamento da situação das bibliotecas escolares do Estado (1988); estudo para a microfilmagem do acervo e informatização dos serviços da Legislação (1989) e implantação do subsistema ALE (1990) — através do Centro de Documentação;
- prestação de apoio técnico aos Círculos de Pais e Mestres (1990); registro e análise de dados cadastrais dos CPMs, atingindo 2.256 CPMs (1987/90); assessoramento e atendimento, auxílios financeiros (1987/90) — através da Assessoria aos CPMs;
- desenvolvimento de ações sócio-educativo-culturais, de forma participativa e integrada, no sentido de valorização de vivências e meios, através do desenvolvimento das várias linguagens da cultura (expansão dramática, plástica, musical, literária, dança, patrimônio cultural e outros), tais como, Programa "Caminho, Vozes, Raízes" (1988/90), desdobrado em Projetos Espaço Arte, Arte e Ação, oficinas Literárias, Dê Coração de Natal, Guatá (Encontro de Lideranças Estudantis e Professores), Culturovívium, Cantos e Encontros (Canto Coral nas Escolas); 1.º Encontro de Coros Escolares da Rede Pública, e II Seminário Estadual de Teatro-Educação-Saúde — através da Assessoria de Valorização e Meios.

Por parte da **Diretoria Pedagógica (DP/SE)**, destacam-se as seguintes ações, no período considerado.

Em 1987, após a greve do Magistério, fez-se necessário avaliar e retomar as relações do Sistema Estadual de Ensino, isto é, formalizar linhas metodológicas e de participação entre a SE (órgão central), Delegacias de Educação (órgãos regionais), Escolas (órgãos locais), Instituições de Ensino Superior, Secretarias Municipais de Educação, Escolas Municipais, Escolas Particulares, outros órgãos ou instituições e grupos representativos da sociedade.

Especial ênfase foi atribuída à integração com as Instituições de Ensino Superior, enquanto formadora de recursos humanos para a Educação e suas relações com o Ensino de 1.º e 2.º Graus, divulgando produção técnico-pedagógica e de pesquisa a nível regional e estadual.

Os temas que evoluíram para serem discutidos na sua significância pedagógica e delimitados nos seus objetivos foram: a alfabetização e revisão metodológica; o pluralismo de idioma na Escola Pública; o ensino regular noturno e revisão metodológica; novas metodologias para o ensino regular e supletivo de 1.º e 2.º Graus; o ensino técnico e suas relações com o setor produtivo; cultura e línguas africanas; a educação indígena; a informática como recurso didático aplicado à Educação; o trabalho como princípio educativo; o ensino no meio rural; a educação do menor (meninos de rua); a formação do professor das séries iniciais; a pesquisa como apoio ao ensino; e a valorização e apoio à criação do texto didático.

Sobre estas temáticas foram realizados Fóruns de Debate, Seminários, Encontros, Reuniões, Grupos de Estudos, Comissões com o objetivo, não só de realizar discussões, mas de compor estratégias de operacionalização nas questões selecionadas como prioritárias.

Iniciou-se o processo de programação, enfatizando especialmente a reconstrução do currículo em todos os níveis de ensino. Os Projetos de 1.º Grau priorizaram investimentos na alfabetização. No 2.º Grau, priorizou-se a avaliação das Escolas Técnicas e dos Centros de Formação e Aperfeiçoamento dos Professores para os três setores da economia. No que se refere ao Ensino Supletivo, também foram avaliadas as modalidades de oferta, priorizando os Centros de Estudos Supletivos (CES) que demonstraram maior adequação às necessidades do alunado.

Além da programação elaborada com recursos ordinários e vinculados do Tesouro do Estado, foi enfaticamente estimulada a produção programática para alocação de recursos de outras fontes em nível nacional e internacional. Tanto a Secretaria de Coordenação e Planejamento, através da Central de Projetos, como a Secretaria de Assuntos Internacionais integraram suas atividades com a Secretaria da Educação para a produção de 18 Projetos da área pedagógica que foram encaminhados aos CODESUL, com o valor estimado em US\$ 13.277,50, para atender às áreas de: promoção do menor (meninos de rua) e a Escola Aberta; saúde e bem-estar social do escolar; ensino no meio rural; habilitação de professores; alfabetização; educação do excepcional; e a promoção da mulher.

Somou-se à produção destes Projetos, a ampliação da oferta de vagas para o ensino de 1º e 2º Graus regular e supletivo atendendo aos pedidos de criação de novas Escolas, Cursos e Séries.

Para o ensino de 1º Grau foram encaminhados pedidos para a criação de 151 novas escolas e 180 novas séries; para o 2º Grau, 66 novos cursos; 16 novos cursos para o Supletivo, sendo 5 para a Educação Geral de 1º Grau e 4 para a Educação Geral de 2º Grau; 7 para o Ensino Profissionalizante de 2º Grau, sendo 4 para Auxiliar de Enfermagem, 1 de Mecânica e 2 para a Habilitação em Magistério.

Foram criados 2 Núcleos de Orientação ao Ensino Supletivo (NOES) e oportunizou-se exames supletivos de 1º Grau para 26.956 alunos inscritos, e para 36.126 alunos inscritos de 2º Grau.

O Programa Nacional do Livro Didático da Fundação de Assistência ao Educando (FAE) distribuiu 2.129.792 livros para 1.220.011 beneficiários de 13.320 escolas da rede estadual, municipal e cenequista, com a contrapartida do Estado, num montante superior a Cr\$ 3,1 milhões.

O exercício de 1988, no setor pedagógico, caracterizou-se pela divulgação das iniciativas de Reconstrução de Propostas Curriculares com objetivo de sistematizar informações resultantes de experiências e estudos.

Foram realizados 24 Encontros, 1 Fórum, 6 Treinamentos, 9 Seminários, atingindo 8.304 profissionais da Educação, sendo de destacar entre estes eventos: 1º Fórum de Alfabetização, de repercussão nacional; Implantação do Projeto de Reconstrução do Ensino de 2º Grau Noturno; projeto CEFAM — Centros de Formação e Aperfeiçoamento do Magistério, com a implantação de 3 CEFAMs; Encontro Estadual Educação e Currículo, um Desafio à Escola Pública, Hoje; Encontro Educação de Adultos — uma Perspectiva para o Ensino Supletivo; Programa Regional de Ação Integrada (PRAI), com o desenvolvimento de, aproximadamente, 260 Projetos nas áreas de Alfabetização, Reconstrução Curricular, Ensino Noturno, Educação Especial, Saúde, Educação-Lazer, Educação-Comunidade; estudo da Proposta Curricular com a participação dos diversos segmentos da comunidade, voltados para o setor primário da economia — Associação Rio-Grandense de Empreendimentos de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER/RS), Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia do Rio Grande do Sul (CREA/RS), Sociedade de Agronomia do Rio Grande do Sul (SARGS), Rede Federal de Armazéns Gerais Ferroviários S.A. (AGEF), AGTEA e outros.

As demais atividades realizadas ativeram-se à manutenção e ampliação de serviços, enquanto o trabalho de reconstrução curricular vinha sedimentando as prioridades, objetivos e estratégias a nível regional e local.

Com relação ao Ensino Supletivo, em termos de modalidades oferecidas, número de cursos e/ou Instituições e matrícula total ofertada por curso, pode-se identificar a seguinte situação, em 1988: Programa de Alfabetização Funcional (PAF), compreendendo sete cursos, com uma matrícula total de 174 alunos; Programa de Educação Integrada (PEI), compreendendo 36 Cursos, com uma matrícula total de 1.506 alunos; Resolução n.º 137/78 — Curso Supletivo de 1 Grau, com 115 cursos e uma matrícula total de 20.835 alunos; Resolução 182/86 — Curso

Supletivo de 2º Grau, compreendendo 24 Cursos, num total de 9.123 matrículas; Curso de Habilitação e Titulação de Docentes Leigos num total de 8 Cursos e 779 matrículas; Curso Supletivo de Qualificação Profissional, num total de 25 Cursos e 1.852 matrículas; Centros Rurais de Ensino Supletivo (CRES), num total de 5 Centros que oferecem 518 matrículas para cursos de suplência, 456 matrículas relativas a cargos de qualificação; Centros de Estudos Supletivos (CES), num total de 6 Centros, que oferecem 5.911 matrículas.

No que concerne ao Ensino Técnico-Agrícola, foram realizadas as seguintes ações, vinculadas com as Escolas Agrícolas: aquisição de equipamentos agrícolas, implementos, ferramentas, mobiliário e viaturas; aquisição de livros técnicos para as escolas; liberação de recursos mensais para todas as Escolas Agrícolas do Estado, de 1º, de 1º e 2º Graus e de 2º Grau, para aquisição de gêneros alimentícios; atualização e qualificação dos recursos humanos para o ensino profissionalizante.

No que se refere à ampliação da oferta de vagas, foram criadas 4 escolas de 2º Grau e 15 escolas de 1º Grau; 34 escolas foram transformadas de escolas de 1º Grau em escolas de 1º e 2º Graus; 126 escolas foram autorizadas a funcionar. Foram, também, instaladas 509 novas séries.

Também, no exercício de 1988, as iniciativas para a elaboração do Plano Estadual de Educação tomaram maior expressividade nas discussões realizadas com Instituições e Associações, entre elas o CEE/RS, SMEC, IES, Associações de Professores, ANDES, SIMPRO, CPERS, Associações Estaduais — UEE, UGES — Sindicatos de Trabalhadores, Associações de Pais e Mestres, SE e DEs, e em Fóruns de Debates, Encontros e Seminários a nível regional e estadual.

Em 1989, a Diretoria Pedagógica teve como objetivo básico sistematizar e divulgar a proposta pedagógica que, desde 1987, vinha sendo construída com a participação dos segmentos que administram o Ensino Público do Estado, usuários e outros organismos afins com a questão educacional.

Salientou-se, nesse ano, a cooperação de outras entidades da Administração Direta e Indireta e autarquias, bem como entidades privadas para a consecução do programa de trabalho da Diretoria (INCRA, FUNAI, LBA, SMEC, Prefeituras Municipais, ANFRO, Instituições de Ensino Superior, FAMURS, CPERS, FUNABEM, FADERS, FETLSVC e outros). Verificou-se, ainda, a descentralização do processo de planejamento, viabilizando estratégias de tomada de decisão a nível de Delegacia de Educação e o incremento ao repasse de recursos financeiros aos órgãos regionais para atendimento mais imediato às necessidades pedagógicas das localidades.

No setor pedagógico, paralelo à linha programática, foram realizadas reformas administrativas com o propósito de manutenção da unidade funcional e do resgate do setor como atividade-fim para o desempenho da função Educação.

A linha programática adotada visou, basicamente, a:

- atualização, capacitação e/ou qualificação de professores para implementar a reconstrução curricular segundo a política expressa na Proposta Pedagógica, investindo prioritariamente na alfabetização, instituindo laboratórios e capacitando recursos humanos na metodologia construtivista; definindo a nível de Estado os objetivos mínimos por componente curricular (Estudos Sociais, Português e Matemática); atualizando equipes diretivas e secretários de escola para o suporte administrativo à nova prática; qualificando professores para o Ensino Técnico, Pré-Escola, Ciências, Educação Artística, Educação de Adultos e Informática Aplicada à Educação; capacitando professores e atualizando especialistas para o aprimoramento dos serviços de bibliotecas escolares, centros de informática e serviços de saúde e promoção social;
- formulação de propostas alternativas para o atendimento pedagógico ao indígena, ao colo-

no de assentamentos agrícolas, aos meninos de rua, e o resgate da cultura negra, integrando ações com o INCRA, FUNAI, LBA, SMEC, PM, IES, FUNABEM, entre outros;

- aquisição e distribuição de material didático: módulos para a alfabetização, Ciências, Estudos Sociais, Literatura Infanto-Juvenil; material didático e de produção para as Escolas Técnicas; microcomputadores como recurso de aprendizagem e de habilitação; material de consumo e equipamento para os serviços de assistência ao educando (gabinetes odontológicos, médicos, clínicas de leitura, enfermagem e nutrição);
- proposição de maiores investimentos em áreas avaliadas como deficitárias na dotação orçamentária, através da indicação de Projetos Prioritários.

Neste sentido, foram indicados pela Secretaria da Educação, e aprovados pelo Governador do Estado como integrantes do elenco dos Projetos Prioritários de Governo, os seguintes: o Projeto da Central de Apoio Tecnológico à Educação, com iniciativa de modernidade em recursos didáticos para a prática pedagógica, envolvendo rádio, televisão, vídeo, microcomputador e outros; o Projeto Escola Aberta, atendendo a crianças e adolescentes excluídos do processo convencional, em especial o menor, o menino de rua; o projeto LER — Lendo e Escrevendo, Rio Grande — atendendo ao analfabeto jovem e adulto (15 anos ou mais); o Projeto de Reativação dos Gabinetes Odontológicos, priorizando a atenção à saúde do escolar; e, por último, o Projeto Ensino Técnico — Novas Perspectivas, que atenta à reconstrução do currículo e proposta de um novo perfil para o desempenho do Ensino Técnico, integrando-o aos setores produtivos do Estado (primário, secundário e terciário) e à implantação de Centros Profissionalizantes de excelência no Rio Grande do Sul.

A seguir, estão discriminadas as principais ações realizadas pela Diretoria Pedagógica, em 1989:

- 9 Encontros Regionais e 1 Encontro Estadual com a participação de professores, supervisores e coordenadores que atuam na Pré-Escola;
- 7 Encontros Regionais, e 2 Encontros Estaduais e 1 Jornada de Estudos sobre a Proposta Construtivista de Alfabetização, reconstrução curricular, línguas estrangeiras (inglês e francês) com a participação de professores que atuam na Rede Estadual de Ensino;
- 7 Encontros Regionais e 4 Encontros Estaduais para implementação das propostas pedagógicas específicas: índio, negro, menor marginalizado, assentados agrícolas, aluno trabalhador (ensino noturno);
- formulação e experimentação de propostas curriculares alternativas para alfabetização (séries iniciais) e ensino noturno, com ações de apoio na área da saúde, envolvendo 31 escolas de 1.º Grau da 1.ª, 2.ª, 3.ª, 10.ª, 15.ª, 24.ª, 28.ª e 36.ª DEs, 250 professores, 8 Instituições de Ensino Superior, 6 Secretarias Municipais de Educação e beneficiando, aproximadamente, 7.000 alunos; 2 Cursos para assessorar a proposta de trabalho para o Ensino de 2.º Grau Regular noturno e diurno e 1.º Seminário de avaliação sobre reconstrução curricular nas disciplinas do núcleo comum, beneficiando professores, supervisores escolares, orientadores educacionais e diretores de escolas estaduais de 2.º Grau;
- 1 Encontro Estadual de 1.º e 2.º Graus Regular noturno, beneficiando 80 assessores técnicos de 38 DEs, e 4 Encontros Regionais para viabilizar a elaboração de uma proposta pedagógica para o ensino noturno, abrangendo 14 DEs;
- 42 Cursos de atualização sobre Proposta Construtivista de Alfabetização e Leitura na Escola, Dança Afro, Ensino Religioso e Metodologia e Técnicas para o Ensino de Espanhol, beneficiando professores estaduais que atuam no ensino de 1.º Grau;

- 6 Cursos de especialização e/ou qualificação a nível de pós — 2º Grau para professores que atuam na Pré-Escola, nas áreas de Educação Artística e Ciências;
- 1 Curso de Especialização em Informática na Educação visando a uma nova metodologia de ensino pelo uso do microcomputador, 1 Curso em linguagem LOGO para formação de professores facilitadores que atuarão com alunos, na área da Educação Especial, e 3 Cursos de Introdução à Informática, em Linguagem LOGO — parte gráfica, para professores facilitadores;
- Encontro Estadual dos Centros de Formação e Aperfeiçoamento do Magistério (CEFAM), em Porto Alegre, abrangendo 16 CEFAMs de 15 Delegacias de Educação, com a participação de 60 profissionais de educação e beneficiando 5.000 alunos;
- Curso de Didática da Alfabetização numa Proposta Construtivista, em Porto Alegre, com a participação de 350 professores de 69 escolas com Habilitação Magistério e beneficiando 5.000 alunos;
- 1 Encontro sobre a proposta curricular voltada para o setor primário da economia com a participação de professores e supervisores e 6 encontros com diretores de escolas agrícolas sobre Reorientação do Ensino Técnico;
- 3 Cursos de atualização para professores sobre Citricultura, Adubos e Adubação e treinamento sobre o Uso de Máquinas e Motores: principais cuidados, prevenção de acidentes e manutenção, com a participação de professores que atuam nesta área de ensino;
- 9 Encontros Estaduais sobre reconstrução curricular nas diferentes habilitações plenas do setor terciário: Contabilidade, Assistente de Administração, Secretariado, Decoração, Tradutor e Intérprete, beneficiando professores, diretores, supervisores e coordenadores das habilitações;
- 5 Encontros Estaduais sobre reconstrução curricular nas diferentes habilitações do setor secundário: Eletrônica, Química, Mecânica, Eletrotécnica, Agricultura, Pecuária, Agropecuária e Florestal, beneficiando professores, diretores, supervisores, coordenadores das habilitações de 44 escolas estaduais de 2º Grau;
- curso de Esquema I. para habilitação de 60 professores em exercício, em disciplinas profissionalizantes de escolas técnicas estaduais, sendo 7 do setor primário, 29 do setor secundário e 24 do setor terciário;
- encontro de coordenadores de Unidades Educativas de Produção (UEP) das 20 Escolas Estaduais voltadas para o Setor primário da Economia, pertencentes à 2ª, 3ª, 5ª, 6ª, 11ª, 14ª, 16ª, 20ª, 22ª, 26ª, 28ª e 32ª DEs;
- treinamento para professores auxiliares de Bibliotecas Escolares, realizado em duas etapas, beneficiando 1.062 professores de 25 Delegacias de Educação;
- Seminário Nacional de Literatura Infanto-Juvenil para alunos do Curso de Magistério, professores e bibliotecários de 38 Delegacias de Educação;
- II Seminário Nacional de Bibliotecas Escolares, numa promoção conjunta com a Fundação de Assistência ao Educando (FAE) e Instituto Nacional do Livro (INL), com a participação de 320 bibliotecários e professores que atuam em bibliotecas;
- 2ª Encontro Estadual de Equipes de Controle Escolar, beneficiando 200 professores representantes de 38 Delegacias de Educação;

- apoio técnico e financeiro a 4.<sup>a</sup>, 6.<sup>a</sup>, 18.<sup>a</sup>, 19.<sup>a</sup>, 30.<sup>a</sup> e 35.<sup>a</sup> DEs, para a realização das Feiras de Ciências;
- encontro de professores de Centros de Estudos Supletivos (CES) abrangendo 90 professores de 1.<sup>a</sup>, 4.<sup>a</sup>, 9.<sup>a</sup>, 14.<sup>a</sup> e 18.<sup>a</sup> DEs beneficiando 6.000 alunos;
- participação de 5 professores do Ensino Supletivo no Curso de Especialização em Educação de Adultos a nível de 3.<sup>o</sup> Grau, na UFRGS;
- 6 Encontros sobre Educação para a Saúde reunindo 530 responsáveis por esse Programa em escolas e DEs de Uruguaiana, Porto Alegre, Vacaria, Bagé, Livramento e Santiago, com vistas ao estabelecimento de diretrizes para a integração da família e da comunidade, no Programa; e 1 Encontro sobre Saúde Escolar com vistas à melhoria do atendimento básico e encaminhamento especializado de alunos do 1.<sup>o</sup> Grau, envolvendo 46 profissionais da área;
- curso sobre Educação em Saúde Bucal, abrangendo 80 cirurgiões-dentistas, com abordagens diversas sobre a prevenção e o tratamento da cárie dentária;
- curso sobre Psicologia Escolar, abrangendo 180 psicólogos, enfocando a problemática da Assistência Psicológica ao Adolescente e dos Rumos da Psicologia Escolar no Contexto Atual;
- Curso sobre Reeducação Escolar abordando aspectos psicopedagógicos, psicomotores e fonoaudiológicos que interferem nas atividades da criança em idade escolar, abrangendo 130 profissionais das Clínicas de Leitura das escolas da rede pública estadual;
- Curso sobre Nutrição Escolar enfocando aspectos de seleção, armazenamento, conservação, higiene e controle da qualidade e aceitação dos gêneros alimentícios da merenda escolar, realizado em duas etapas, envolvendo 76 responsáveis pelos Núcleos Regionais de Nutrição Escolar de 38 DEs;
- 7 Treinamentos em serviço para serventes-merendeiras, realizados em Caxias do Sul, Uruguaiana, Casca, Ijuí, Três de Maio, Porto Alegre e Erechim, beneficiando 3.000 serventes merendeiras de escolas de 1.<sup>o</sup> Grau;
- aquisição e distribuição de jogos psicopedagógicos, brinquedos pedagógicos e livros infantis, beneficiando 1.936 classes de pré-escola de 38 DEs abrangendo 39.000 alunos;
- aquisição de jogos psicopedagógicos e de material de apoio para classes de alfabetização em 38 Delegacias de Educação, beneficiando, aproximadamente, 125.000 alunos;
- aquisição de 1.570 volumes de livros didáticos para uso do professor que trabalha com alfabetização e de 350 livros de apoio ao processo de seleção, indicação e utilização do livro didático;
- aquisição de "kits" para 66 bibliotecas de escolas que mantêm a Habilitação Magistério, beneficiando 5.000 alunos;
- aquisição de insumos para implantação de projetos de silvicultura e fruticultura em 2 escolas agrícolas e comunidades;
- atualização e ampliação do acervo bibliográfico para uso do professor, de 25 Escolas Agrícolas;
- aquisição de material para a proteção de alunos e professores dos efeitos de agrotóxicos em 9 escolas agrícolas, beneficiando 1.491 alunos;

- aquisição de 5 módulos de Ciências para os Centros Rurais de Ensino Supletivo (CRES) beneficiando 400 alunos; 11 módulos para os Cursos de Ensino Supletivo; aquisição de material para a reprodução de módulos utilizados para o ensino à distância nos 6 Centros de Ensino Supletivo (CES) e aquisição de equipamentos para as atividades agropecuárias de 2 CRES, beneficiando 160 alunos;
- aquisição de 56 “kits” de Laboratório e equipamentos para o aperfeiçoamento das terminalidades de 2º Grau, no setor terciário da economia, beneficiando 92 Escolas de 1º e 2º Graus;
- aquisição de 1.218 módulos de Estudos Sociais, 682 módulos completos para laboratórios de Ciências, beneficiando 1.227 Escolas, e 211 módulos incompletos para 893 Escolas de 1º e 2º Graus Regular e Supletivo;
- ampliação e atualização do acervo bibliográfico beneficiando 480 escolas do ensino regular com a aquisição e distribuição de livros de literatura infanto-juvenil, revistas, dicionários e de livros técnicos para professores de 47 escolas do Ensino Supletivo;
- aquisição de 67 microcomputadores e 16 impressoras para 10 escolas do Estado integrantes do Projeto CIED/RS, do programa Nacional de Informática Aplicada à Educação;
- aquisição e distribuição de equipamentos e material de consumo para a manutenção de 80 consultórios médicos, 372 consultórios odontológicos, 90 gabinetes de psicologia, 110 clínicas de leitura, 3.000 setores de enfermagem e conserto de 110 gabinetes odontológicos;
- aquisição de equipamentos para cozinha de 272 escolas de 1º Grau, distribuição de 122.760.000 refeições para escolas de 1º Grau, 63.000.000 refeições para irmãos menores de escolares e distribuição de gêneros alimentícios para 4.321 alunos das Escolas Agrícolas que mantêm internato e semi-internato;
- implantação de 7 Escolas Abertas, sendo 5 em Porto Alegre, 1 em Cruz Alta e 1 em Caxias do Sul e em processo de implantação em Taquari, Passo Fundo e Carazinho, beneficiando aproximadamente 5.000 alunos;
- implantação de 25 Escolas em 10 postos indígenas localizados em Cacique Doble, Tapejara, Miraguaí, Tenente Portela, Santo Augusto, Iraf, Nonai, Planalto, Liberato Salzano, Redentora e São Valentim beneficiando aproximadamente 1.650 alunos;
- implantação de 34 escolas para assentados agrícolas beneficiando 3.048 famílias dos municípios de Bagé, Dom Pedrito, Jóia, Santo Ângelo, Eldorado, Cruz Alta, Tupanciretã, Salto do Jacuí, Santiago, Canoas, Sarandi, Palmeira das Missões, Rondinha, Ronda Alta, Taquari e Soledade;
- aquisição de vagas em escolas particulares de 1º Grau, beneficiando 20.339 alunos carentes excedentes de escolas públicas;
- aquisição de vagas em escolas particulares de 2º Grau, beneficiando 12.455 carentes, excedentes de escolas públicas;
- auxílio financeiro para 7 estudantes da área técnica de 2º Grau e para 10.925 alunos de 1º e 2º Graus, em renovação de bolsas de estudos para 7.622 alunos de 1º Grau e 2.342 alunos de 2º Grau, em contrapartida à cedência de 1.048 professores estaduais às escolas particulares;
- aquisição de 36 bolsas de estudos para alunos excepcionais de Escolas Especiais;

- concessão de 25 bolsas de estudo para as áreas de Ciências Exatas e Biológicas a nível de 3.º Grau, e de 7 bolsas para as áreas de Estudos Sociais, Ciências Humanas e Comunicação e Expressão a nível de 3.º Grau, como incentivo à habilitação de membros do magistério público estadual;
- financiamento de 60 bolsas-trabalho da CAPES para professores da rede estadual de ensino integrantes do Programa de Apoio às Ciências, em desenvolvimento nas Escolas Estaduais, com a colaboração de 7 IES, FDRH e CECIRS;
- ampliação da rede com a criação de uma Escola de 1.º Grau, 52 de 2.º Grau, instalação de 405 séries de 1.º Grau, ampliação da jornada de 479 escolas de 1.º Grau e uma de 2.º Grau, 114 escolas maternas e jardim de infância, 10 novas habilitações de 2.º Grau e 8 unificações de Escolas de 2.º Grau;
- oferta de exames supletivos de 1.º Grau beneficiando 25.452 alunos, e de 2.º Grau, beneficiando 27.242 alunos;
- oferta de exames supletivos para qualificação profissional a nível de 2.º Grau, beneficiando 2.072 alunos para a habilitação de Técnico em Transações Imobiliárias e 1.724 na habilitação de Auxiliar de Enfermagem;
- produção e divulgação de Estatísticas Básicas do Ensino Superior — 1987 com informações sobre recursos humanos, organizacionais e experiências pedagógicas realizadas integradamente com Escolas de 1.º e 2.º Graus da Rede Estadual de Ensino;
- produção e divulgação de 15.000 cartilhas sobre relações do consumidor, 4.992 cartilhas sobre Educação e Saúde Oral, 4.250 sobre Prevenção de Acidentes na Escola, e de 500 cartazes sobre a Prevenção de Acidentes na Infância;
- produção e divulgação do “Estudo Preliminar da Proposta Pedagógica” para Delegacias, escolas, órgãos e instituições afins com a Educação;
- reimpressão e divulgação de 1.500 exemplares do documento “Função Simbólica da Série Pré-Escolar”.

O exercício de 1990, no setor pedagógico, caracterizou-se pela sistematização da reforma administrativa iniciada em 1988 e a sistematização programática, seja relativa aos Projetos Prioritários, seja relativa aos demais Projetos e Atividades em andamento desde 1987.

Especial ênfase foi atribuída à produção e divulgação de documentos elaborados com a participação de Delegacias, escolas e demais segmentos afins com a Educação e que tratavam da *Reconstrução Curricular, sendo viabilizada, no período, a publicação da Proposta Pedagógica do Estado do Rio Grande do Sul, que apresenta as funções da Escola Pública e os conceitos básicos por componente curricular e, a publicação das “Propostas Regionais para o Programa Nacional de Alfabetização e Cidadania”, que apresenta a política estadual de alfabetização integrada ao programa nacional.*

A seguir destacam-se as principais ações desenvolvidas pela Diretoria Pedagógica em 1990.

Com relação à **Educação Pré-Escolar, Ensino de 1.º Grau Regular e Supletivo e Ensino de 2.º Grau Regular e Supletivo**, foram realizados:

- 8 Cursos de Educação Pré-Escolar e Proposta Pedagógica desenvolvidos a nível regional pela 8.ª, 9.ª, 11.ª, 20.ª, 23.ª, 30.ª, 32.ª e 36.ª Delegacias de Educação;

- 2 Cursos de Educação Pré-Escolar com a participação de 120 supervisores e professores da Pré-Escola de 38 Delegacias de Educação, em Porto Alegre;
- 2 Encontros, a nível local, 1 em Uruguaiana e 1 em Itaqui, para apresentação da proposta construtivista de alfabetização, para 130 professores regentes de classe e 80 alunos da Habilitação Magistério;
- 1 Encontro Regional de Alfabetização promovido pela 11.<sup>a</sup> DE de Osório, para 150 professores das séries iniciais;
- 5 Fóruns Regionais de Alfabetização, sendo 1 em Santa Maria com a participação de 350 professores da 3.<sup>a</sup>, 6.<sup>a</sup>, 8.<sup>a</sup>, 10.<sup>a</sup>, 13.<sup>a</sup>, 19.<sup>a</sup>, 24.<sup>a</sup>, 26.<sup>a</sup>, 29.<sup>a</sup>, 35.<sup>a</sup> Delegacias de Educação; 1 em Passo Fundo para 350 professores da 7.<sup>a</sup>, 15.<sup>a</sup>, 22.<sup>a</sup>, 25.<sup>a</sup>, 39.<sup>a</sup> Delegacias de Educação; 1 em Ijuí com a participação de 400 professores da 9.<sup>a</sup>, 14.<sup>a</sup>, 17.<sup>a</sup>, 20.<sup>a</sup>, 21.<sup>a</sup>, 30.<sup>a</sup>, 31.<sup>a</sup>, 32.<sup>a</sup>, 33.<sup>a</sup>, 36.<sup>a</sup> Delegacias de Educação; 1 em Bento Gonçalves para 400 professores da 4.<sup>a</sup>, 16.<sup>a</sup>, 33.<sup>a</sup> Delegacias de Educação e 1 em Porto Alegre para 300 professores da 1.<sup>a</sup>, 2.<sup>a</sup>, 5.<sup>a</sup>, 11.<sup>a</sup>, 12.<sup>a</sup>, 18.<sup>a</sup>, 27.<sup>a</sup>, 28.<sup>a</sup>, 34.<sup>a</sup> e 38.<sup>a</sup> Delegacias de Educação;
- 3 Encontros Estaduais de Alfabetização sendo 1 para 100 professores da pré-escola, 254 alunos e professores da Habilitação Magistério e 230 professores das séries iniciais de 38 Delegacias de Educação; 1 para 800 professores da 1.<sup>a</sup> e 2.<sup>a</sup> séries de 38 Delegacias de Educação e 1 para 350 professores da 2.<sup>a</sup> série de 38 Delegacias de Educação, em Porto Alegre;
- 1 Seminário Regional sobre Alfabetização envolvendo Escolas com Habilitação Magistério de Cachoeira do Sul, com a participação de 300 professores e alunos;
- 1 Encontro Regional sobre Alfabetização em Caxias do Sul com a participação de 250 professores da Habilitação Magistério;
- 3 Encontros Estaduais, sendo 1 de Escolas com Habilitação Magistério e a participação de 100 professores e supervisores da 1.<sup>a</sup>, 2.<sup>a</sup>, 3.<sup>a</sup>, 4.<sup>a</sup>, 5.<sup>a</sup>, 6.<sup>a</sup>, 7.<sup>a</sup>, 8.<sup>a</sup>, 9.<sup>a</sup>, 10.<sup>a</sup>, 11.<sup>a</sup>, 12.<sup>a</sup>, 13.<sup>a</sup>, 15.<sup>a</sup>, 16.<sup>a</sup>, 17.<sup>a</sup>, 18.<sup>a</sup>, 19.<sup>a</sup>, 20.<sup>a</sup>, 22.<sup>a</sup>, 23.<sup>a</sup>, 24.<sup>a</sup>, 25.<sup>a</sup>, 26.<sup>a</sup>, 28.<sup>a</sup>, 29.<sup>a</sup>, 30.<sup>a</sup>, 31.<sup>a</sup>, 33.<sup>a</sup>, 34.<sup>a</sup>, 36.<sup>a</sup>, 38.<sup>a</sup> e 39.<sup>a</sup> Delegacias de Educação;
- 2 Encontros de professores dos 5 Institutos de Educação do Estado, sendo 1 em Alegrete para 30 professores da Habilitação Magistério e 1 em Porto Alegre para 30 professores da Habilitação Magistério;
- assessoria especial aos CEFAMs — Centros de Formação e Aperfeiçoamento do Magistério — de Santa Maria, Cachoeira do Sul, Bento Gonçalves, Tramandaí, Palmeira das Missões, Uruguaiana, Erechim, Porto Alegre, beneficiando 240 professores, 60 estagiários e 300 alunos dos cursos de Habilitação Magistério;
- aquisição e distribuição de 633 módulos didáticos para 633 turmas de pré-escola de 38 Delegacias de Educação, beneficiando 12.660 alunos;
- aquisição e distribuição de 651 livros técnicos para 51 Escolas com Habilitação Magistério, beneficiando 460 professores e 3.200 alunos;
- aquisição e distribuição de 7 vídeos, 7 TVs, e 4 retroprojetores para 7 escolas da Habilitação Magistério da 1.<sup>a</sup>, 13.<sup>a</sup>, 7.<sup>a</sup>, 9.<sup>a</sup> e 36.<sup>a</sup> Delegacias de Educação, beneficiando 140 professores e, aproximadamente 800 alunos;
- aquisição (em andamento) de mais 23 módulos didáticos para 623 turmas de alunos da pré-escola; 800 módulos de literatura infantil; 800 módulos didáticos para 800 classes de alfabetização das 400 escolas que desenvolvem a proposta construtivista de alfabetização; 400 módulos didáticos para o professor e ainda 126 fitas-vídeos para 38 Delegacias de Educação;

- produção e publicação das “Propostas Regionais do Estado do Rio Grande do Sul para o Programa Nacional de Alfabetização e Cidadania” — política de alfabetização do Estado do Rio Grande do Sul;
- 7 Encontros Regionais sobre a Reconstrução Curricular, com a participação de 2.262 professores regentes de classe, equipes diretivas de escolas, chefias pedagógicas de 38 Delegacias de Educação, sendo em Porto Alegre, em Caxias do Sul, em Passo Fundo e em Santa Maria;
- 6 Encontros Regionais sobre Educação Ambiental com a participação de 1200 professores, sendo realizados em Passo Fundo, em Rio Grande, em Caxias do Sul, em Santo Ângelo e em Uruguaiana;
- 1 Encontro Estadual para professores de Língua Portuguesa, Ciências, Língua Estrangeira, Educação Física, Educação Artística, Ensino Religioso e chefias pedagógicas de 38 Delegacias de Educação, envolvendo 553 participantes, em Porto Alegre;
- 3 Encontros Estaduais de professores do Ensino Supletivo realizados em Porto Alegre, sendo 1 dos Centros de Estudos Supletivos (CES) envolvendo 180 participantes das 1.<sup>a</sup>, 4.<sup>a</sup>, 9.<sup>a</sup>, 14.<sup>a</sup> e 18.<sup>a</sup> Delegacias de Educação, 1 dos Centros Rurais do Ensino Supletivo com 164 participantes da 3.<sup>a</sup>, 6.<sup>a</sup>, 13.<sup>a</sup>, 17.<sup>a</sup>, 21.<sup>a</sup> Delegacias de Educação e 1 de Educação de Adultos, envolvendo 500 participantes de 38 Delegacias;
- 3 Encontros Regionais de Língua Estrangeira sendo 1 de francês e inglês, realizado em Pelotas com participação de 20 professores e 2 de alemão realizados em Lajeado com 66 professores e em Panambi com a participação de 37 professores;
- 1 Seminário Estadual de atualização para 30 professores de alemão, realizado em Ivoti;
- 6 Encontros Estaduais de Língua Estrangeira sendo 1 de inglês com a participação de 30 professores em Porto Alegre; 1 dos Centros de Línguas Estrangeiras com 30 participantes, em Porto Alegre; 2 de francês realizados em Porto Alegre com 100 professores; 2 de alemão realizados em São Leopoldo com a participação de 60 professores;
- 1 Seminário Nacional de Língua Estrangeira (francês), realizado em Santa Maria, com a participação de 40 professores;
- realização do IV Encontro Nacional de Clubes de Ciências, IV Feira Nacional de Ciências e X Feira Estadual de Ciências, com a participação de 800 alunos e 290 trabalhos apresentados em Caxias do Sul;
- exposição de 6 trabalhos do Rio Grande do Sul na V Feira Internacional de Ciências e Tecnologia, realizado em Fraybento (Uruguai);
- implantação de 18 Clubes de Ciência em Escolas Estaduais da 1.<sup>a</sup>, 2.<sup>a</sup>, 4.<sup>a</sup>, 5.<sup>a</sup>, 8.<sup>a</sup>, 17.<sup>a</sup>, 19.<sup>a</sup>, 20.<sup>a</sup>, 28.<sup>a</sup> e 30.<sup>a</sup> Delegacias de Educação;
- 6 Cursos de Matemática Experimental administrados pelo CECIRS, envolvendo 153 participantes das 1.<sup>a</sup>, 13.<sup>a</sup>, 22.<sup>a</sup>, 23.<sup>a</sup> e 26.<sup>a</sup> Delegacias de Educação; 1 Curso de Atividades Práticas em Biologia com 11 participantes; 1 Curso para 45 professores das séries iniciais da 4.<sup>a</sup> Delegacia de Educação; 1 Curso para 30 professores alfabetizadores da 1.<sup>a</sup> Delegacia de Educação; 1 Curso de Matemática Experimental para 45 professores da 23.<sup>a</sup> Delegacia de Educação e 1 Curso sobre Técnica do Projeto e Organização de Feiras de Ciências para 60 professores, em Montenegro;

- participação em 11 Eventos Educacionais a nível de Estado e Federação e 14 Conferências realizadas no período;
- aquisição de 190 módulos didáticos para Estudos Sociais distribuídos para 150 escolas, equipamentos para Laboratórios de Ciência para 237 escolas e equipamentos para os Centros Rurais de Ensino Supletivo de Carazinho, Santa Rosa e Caçapava do Sul;
- produção e divulgação da “Proposta Pedagógica da Secretaria da Educação”, apresentando os conceitos básicos dos componentes curriculares para a Educação do Estado do Rio Grande do Sul;
- produção e publicação de dois documentos das Séries “Caracterização Sócio-Econômico-Educacional do Estado do Rio Grande do Sul” e a “19ª Delegacia de Educação”;
- avaliação das áreas: gestão escolar, professor, rendimento do aluno e custo-aluno do ensino público de 1º Grau, envolvendo 38 Delegacias de Educação, 53 Municípios, 263 escolas (em processo de elaboração);
- ofertas de Exames Supletivos de 1º Grau (Educação Geral) para 25.230 alunos, e de 2º Grau (Educação Geral), para 26.530 alunos (jul-dez e jun-nov);
- levantamento de interesses para exames de habilitação técnica em 38 Delegacias de Educação em Enfermagem, Transações Imobiliárias, Processamento de Dados e Eletrônica, para a programação da oferta de exames supletivos profissionalizantes de 2º Grau em 1991.
- desenvolvimento do Projeto Prioritário de Governo — **Lendo e Escrevendo, Rio Grande** — LER o qual propõe uma política de alfabetização de adultos para o Estado, e integra-se ao Programa Nacional de Alfabetização e Cidadania, no qual se destacam, em 1990:

apresentação e divulgação do Projeto Ler no Encontro da FAMURS realizado em Tramandaí, com a participação de 200 Prefeitos do Estado do Rio Grande do Sul, e no Encontro da AESUFOPE, realizado em Porto Alegre, com a participação de Instituições de Ensino Superior, e implantação oficial, em Porto Alegre (no dia 13 de março) de um Encontro com Prefeitos, Secretários Municipais e Delegados de Educação, envolvendo 800 participantes;

1 Encontro Estadual com 250 supervisores de Educação de Adultos e ação supletiva básica, em Porto Alegre, para discussão e definição da política de alfabetização, de adultos no Estado e instituição de 38 Núcleos de Alfabetização de Adultos;

- instalação de 38 Núcleos de Alfabetização de Adultos, 560 Oficinas de Alfabetização e capacitação de 1015 professores para alfabetização de adultos, sendo 362 convocados para atendimento de 8541 alunos;
- 2 Encontros Regionais de Avaliação, com a participação de 40 coordenadores dos Núcleos de Alfabetização, realizados em Porto Alegre;
- divulgação do Projeto no Seminário Internacional de Alfabetização, realizado em Sant’Anna do Livramento; no Fórum das Américas realizado em Caxias do Sul; no Fórum Permanente de Alfabetização e do Analfabetismo, coordenado pela AESUFOPE e no II Fórum Nacional de Alfabetização e Cidadania, realizado em Porto Alegre;
- implantação de 38 Núcleos Alfabetização de Adultos (NAA), nas Delegacias de Educação e 560 oficinas no Estado do Rio Grande do Sul;

- aquisição e distribuição de material escolar aos Núcleos de Alfabetização e merenda escolar para 8.541 alunos das oficinas.
- desenvolvimento do Projeto Prioritário de Governo **Escola Aberta**, para atendimento à criança e ao adolescente excluídos do processo convencional, em especial, o menor, o menino de rua, destacando-se, em 1990:
  - 12 Encontros Regionais, realizados em Rosário do Sul, Taquara, Cruz Alta, Uruguaiana, Bagé, Caxias do Sul, Sant'Anna do Livramento, Quaraí, Alegrete, Pelotas, Santa Maria e Gravataí sobre o Negro na Educação, com a participação de 790 professores;
  - 1 Seminário de Estudos sobre o Resgate da Cultura Afro-Brasileira, realizados em Cruz Alta com a participação de 2.000 alunos;
  - 9 Cursos de Dança-Afro realizados em Bagé, Pelotas, Alegrete, Cachoeira do Sul, Palmeira das Missões e Porto Alegre com a participação de 812 alunos e 240 professores;
  - 1 Encontro Estadual sobre Educação pelo Trabalho e Geração de Renda, realizado em Porto Alegre, com a participação de 50 professores;
  - 3 Reuniões da Comissão Indígena em Porto Alegre e Frederico Westphalen, com a participação de 21 pessoas envolvidas com a Educação Indígena; assessoria a 11 Postos indígenas da 21ª Delegacia de Educação e a 13 Assentamentos e Acampamentos da 2ª, 12ª, 13ª, 23ª e 27ª Delegacias de Educação;
  - 3 Encontros Regionais de Assentamentos realizados em Passo Fundo, Cruz Alta e Porto Alegre reunindo 244 professores da 2ª, 5ª, 7ª, 8ª, 9ª, 12ª, 13ª, 14ª, 20ª, 23ª, 25ª, 26ª, 27ª, 34ª e 36ª Delegacias de Educação;
  - aquisição e distribuição de 206 módulos didáticos, sendo 75, especiais para a alfabetização 50 para Estudos Sociais, 50 de livros para o professor das escolas de assentamentos agrícolas da 5ª, 7ª, 8ª, 9ª, 12ª, 13ª, 14ª, 20ª, 23ª, 25ª, 26ª, 27ª e 36ª Delegacias de Educação e de 36 livros para professores das escolas indígenas da 7ª, 15ª, 21ª, 22ª e 33ª Delegacias de Educação;
  - implantação de 4 Escolas Abertas, sendo 2 em Porto Alegre, 1 em Cruz Alta e 1 em Caxias do Sul; 6 escolas em processo de implantação, com estudos sendo realizados pelo PIMES/BADDESUL (1 em Passo Fundo, 1 em Santa Maria, 1 em Taquari, 1 em Carazinho e 2 em Porto Alegre — uma das quais integrada ao Programa Vida — Cerâmica Cordeiro).

O Projeto Escola Aberta conta, atualmente, com 27 Escolas Indígenas, 50 escolas para assentamentos agrícolas, e 11 escolas para meninos de rua e menores institucionalizados (FEBEM).

Destaca-se, ainda, a ampliação da rede, envolvendo: criação de 160 escolas de 1º Grau, 8 de 2º Grau, instalação de 364 séries de 1º Grau, ampliação da jornada de 21 escolas de 1º Grau e 1 de 2º Grau, 64 maternal, jardim da infância, 15 novas habilitações de 2º Grau, 3 unificações de escolas, 23 transferências de escolas de 1º Grau para 1º e 2º Graus, 21 autorizações de funcionamento para 2º Grau.

Com relação ao Ensino Técnico, cabe ressaltar, em 1990:

- realização de 5 Cursos, sendo 1 em Erechim sobre Bacias Hidrográficas com a participação de 20 professores das 13 Escolas Agrícolas de 1º Grau pertencentes a 2ª, 5ª, 11ª, 14ª, 15ª, 16ª, 20ª, 22ª, 28ª e 32ª Delegacias de Educação; 1 sobre Fibras Óticas, na área de Eletrônica para 4 professores da E. E. de 2º Grau Parobé de Porto Alegre; 1 em Conta-

lização em Organização de Bibliotecas Escolares, Secretarias de Escolas, e Redação Oficial. Foram, também, adquiridos mobiliário para salas de aula e bibliotecas, equipamento e materiais para laboratórios e equipamentos audiovisuais para práticas pedagógicas, bem como foi realizada a revisão e atualização de currículos e o suprimento de funcionários e professores através de Concurso Público.

O Projeto Prioritário ainda previa a implantação de 2 Centros de Capacitação e Formação Profissional na E.E. Ângelo Emílio Grando (Erexim) e na E.E. de 2.º Grau Irmão Pedro (Porto Alegre). Com o objetivo de revisão do ensino desenvolvido, face à função social a ser assumida pelas escolas, enquanto Centros, foram realizados:

- 3 Cursos de Metodologia do Ensino para 62 professores na E.E. Irmão Pedro, sendo 1 Curso em Contabilidade e Custos para 22 professores de escolas pertencentes a 3.ª, 4.ª, 6.ª, 7.ª, 8.ª, 9.ª, 16.ª, 18.ª, 19.ª, 20.ª, 24.ª, 26.ª, 31.ª e 35.ª DEs;
- 1 Curso em Direito e Legislação para 20 professores da 2.ª, 3.ª, 4.ª, 6.ª, 7.ª, 8.ª, 9.ª, 16.ª, 18.ª, 19.ª, 20.ª, 26.ª, 27.ª, 31.ª e 35.ª DEs; 1 Curso em Organização e Técnicas Comerciais para 20 professores da 2.ª, 3.ª, 4.ª, 6.ª, 7.ª, 8.ª, 9.ª, 16.ª, 18.ª, 19.ª, 20.ª, 24.ª, 26.ª e 31.ª DEs;
- 3 Cursos, 1 de Audiovisual, 1 de Contabilidade e 1 de Editor Gráfico realizados pela E.E. de 2.º Grau Irmão Pedro e CIED/CATE da Secretaria da Educação, beneficiando 33 professores;
- aquisição de, aproximadamente, 20% dos recursos audiovisuais, materiais didáticos, de consumo básico e equipamentos para práticas agrícolas e comerciais, previstos para o desenvolvimento dos 2 Centros de Capacitação e Formação Profissional da E.E. de 2.º Grau Irmão Pedro e E.E. de 2.º Grau Ângelo Emílio Grando, beneficiando 1.700 alunos.

Encontram-se em processo de aquisição até 31/12/90, equipamentos e materiais para o desenvolvimento de práticas agrícolas da E.E. de 2.º Grau Ângelo Emílio Grando, de Erexim, e equipamentos e materiais para práticas comerciais (escritório — modelo) para a E.E. de 2.º Grau Irmão Pedro de Porto Alegre.

- No que diz respeito às **Bibliotecas Escolares**, merecem destaque, em 1990, as seguintes realizações;
- 10 Encontros Regionais de Supervisores de Bibliotecas Escolares envolvendo 57 supervisores de 38 Delegacias de Educação;
- 20 Encontros locais de professores auxiliares de Bibliotecas Escolares da Região Norte, realizado em Osório, com a participação de 150 professores;
- 20 Encontros locais de professores auxiliares de Bibliotecas Escolares com a participação de 2.312 professores da 2.ª, 3.ª, 4.ª, 5.ª, 6.ª, 7.ª, 8.ª, 10.ª, 11.ª, 14.ª, 16.ª, 17.ª, 23.ª, 26.ª, 30.ª, 31.ª, 33.ª, 34.ª e 35.ª Delegacias de Educação;
- 19 Encontros locais com 430 diretores de escola da 2.ª, 3.ª, 4.ª, 6.ª, 7.ª, 10.ª, 14.ª, 15.ª, 23.ª, 26.ª, 30.ª, 31.ª, 33.ª, 34.ª, 35.ª e 39.ª Delegacias de Educação, sobre a importância das Bibliotecas Escolares;
- 15 Encontros locais com 20 Supervisores pedagógicos da 2.ª, 3.ª, 4.ª, 6.ª, 7.ª, 10.ª, 11.ª, 12.ª, 15.ª, 23.ª, 26.ª, 30.ª, 31.ª, 33.ª, 34.ª, 35.ª e 39.ª Delegacias de Educação sobre a importância da Biblioteca Escolar;
- 1 Encontro Estadual de Supervisores de Bibliotecas Escolares de 38 Delegacias de Educação;

- I Seminário Estadual de Bibliotecas Escolares com a participação de 302 professores de 38 Delegacias de Educação;
- 1 Curso de “Leitura na Escola” para 35 professores de Bibliotecas-Pólo de Porto Alegre e para 49 professores de classe, diretores e professores que atuam em Bibliotecas Escolares da 1.ª DE;
- 1 Curso de Literatura Infanto-Juvenil para 70 professores do Currículo por Atividades da 39.ª Delegacia de Educação;
- Escolha do Livro Didático/91 com a participação de 13.000 escolas (federais, estaduais, municipais e cencistas) de 333 municípios;
- aquisição e distribuição de um total de 195.626 livros, entre literatura infanto-juvenil, livros informativos e enciclopédias, beneficiando aproximadamente 2.500 Escolas;
- 350 assinaturas da Revista do Professor beneficiando 380 Escolas;
- em processo de aquisição, mais 56.061 livros sobre educação ambiental, livros de apoio ao professor, de literatura infanto-juvenil e enciclopédias; 200 “Kits” de material de consumo para manutenção e funcionamento de 200 bibliotecas escolares.

Com relação ao Apoio Tecnológico à Educação, merece destaque o Projeto Prioritário de Governo **Implantação da Central de Apoio Tecnológico à Educação**, tendo como objetivo o de absorver os serviços do RADED e CINED (rádio e cinema educativo), reestruturando-os em Centros de Recursos Audiovisuais, e o CIED (projeto regional do Programa Nacional de Informática aplicada à Educação), mantendo sua organização original e a organização de oficinas.

Inicialmente, promoveu-se a instalação física e o aparelhamento da Central, bem como procederam-se aos consertos e reparos materiais em equipamentos disponíveis.

São de destacar as seguintes realizações:

- produção e gravação do programa “Séries Supletivas de 1.º Grau” com 156 *radioaulas* veiculadas para todo o Estado;
- veiculação de 140 *radioaulas* do curso Educação para o Trabalho; 45 *radioaulas* de inglês para o 2.º Grau e 67 programas culturais;
- produção de 3 Programas Informativo — Culturais para a veiculação no horário da Port. Min. MEC/MINICOM n.º 568/80;
- realização de 5 Oficinas — “Fios e Arte” na Escola, para 126 professores de Educação Artística, Técnicas Domésticas e Currículo por Atividades da 1.ª, 27.ª e 28.ª DEs e Oficinas de “Física”, “Carossel-Artes” e CGA — Audiovisual, Matemática e Ciências, respectivamente, em convênio com a FUNDAIC e PUC;
- 1 Curso de Especialização em Informática na Educação efetivado pela Universidade de Passo Fundo para habilitação de 28 professores da 7.ª, 16.ª, 17.ª, 23.ª, 25.ª, 33.ª e 39.ª DEs;
- 18 Cursos de atualização na área de Informática na Educação ministrados pelo CIED, Central e Subcentros com a participação de 150 professores da 1.ª, 4.ª, 6.ª, 7.ª, 8.ª, 9.ª, 10.ª, 14.ª, 15.ª, 24.ª, 39.ª e 40.ª DEs;
- 86 Sessões de Estudos com 350 professores em exercício nas Escolas Estaduais, Institui-

ções de Ensino Superior e Escolas Particulares que desenvolvem atividades com Informática na Educação e pertencentes a 1.<sup>a</sup>, 6.<sup>a</sup>, 7.<sup>a</sup>, 8.<sup>a</sup>, 9.<sup>a</sup>, 14.<sup>a</sup>, 15.<sup>a</sup>, 20.<sup>a</sup>, 33.<sup>a</sup> e 39.<sup>a</sup> DEs;

- IV Seminário Estadual de Informática na Educação com a participação de 110 professores da 1.<sup>a</sup>, 4.<sup>a</sup>, 7.<sup>a</sup>, 8.<sup>a</sup>, 10.<sup>a</sup>, 15.<sup>a</sup> DEs, da UFRGS, PUC, UCS, UPF, e de 5 Escolas Particulares;
- aquisição e distribuição de material de consumo e mobiliário, equipamentos e periféricos, conserto de equipamentos para uso do CIED-Central 1, 13 Laboratórios e 3 Subcentros, totalizando 56 microcomputadores já adquiridos e 68 em processo de aquisição, beneficiando 3.900 alunos;
- implantação de 1 Subcentro em Santa Maria e de 1 Laboratório em Escola Estadual de Porto Alegre.

A expansão da rede CIED no período 1987/90 equivale a 21 Laboratórios de Informática, sendo 9 na Capital (Colégio Julio de Castilhos, Colégio Protásio Alves, E.E. de 2.<sup>o</sup> Grau Parobé, E.E. de 2.<sup>o</sup> Grau Dom João Becker, E.E. de 1.<sup>o</sup> e 2.<sup>o</sup> Graus Presidente Costa e Silva, Instituto de Educação General Flores da Cunha, E.E. de 1.<sup>o</sup> e 2.<sup>o</sup> Graus Inácio Montanha, E.E. de 1.<sup>o</sup> e 2.<sup>o</sup> Graus Cel. A. Emílio Massot, E.E. de 2.<sup>o</sup> Grau Irmão Pedro), e 12 no Interior (E.E. de 1.<sup>o</sup> e 2.<sup>o</sup> Graus Abramo Pezzi — Caxias do Sul; E.E. de 1.<sup>o</sup> e 2.<sup>o</sup> Graus Albino Juchem — Venâncio Aires; E.E. de 2.<sup>o</sup> Grau Prof.<sup>a</sup> Maria Rocha — Santa Maria; E.E. de 2.<sup>o</sup> Grau Prof. Annes Dias — Cruz Alta; E.E. de 1.<sup>o</sup> e 2.<sup>o</sup> Graus Osvaldo Cruz — Itaqui; E.E. de 2.<sup>o</sup> Grau Entre-Ijuís — Entre-Ijuís; E.E. de 1.<sup>o</sup> e 2.<sup>o</sup> Graus Prof. Mantovani — Erechim; E.E. de 1.<sup>o</sup> e 2.<sup>o</sup> Graus João Neves da Fontoura — Cachoeira do Sul; E.E. de 2.<sup>o</sup> Grau Monteiro Lobato — Taquara; E.E. de 2.<sup>o</sup> Grau Cônego João Batista Sorg — Carazinho; E.E. de 1.<sup>o</sup> e 2.<sup>o</sup> Graus Bandeirantes — Guaporé; E.E. de 2.<sup>o</sup> Grau Francisco de Assis — Veranópolis).

Além disso destaca-se, no período, a implantação de 3 Subcentros em Santa Maria, Santo Ângelo e Passo Fundo, e de 1 Central de Apoio Tecnológico, em Porto Alegre, na Secretaria da Educação, contando atualmente com 144 microcomputadores, dos quais: 5 MSX, 9 APPLE, 1 PC foram doados em regime de comodato pelo MEC; 6 MSX, 35 APPLE, 62 PC foram adquiridos pelo Governo do Estado do Rio Grande do Sul; 23 micros foram adquiridos pelo CPM das escolas; e 3 MSX, emprestados do Projeto EDUCOM.

No que respeita ao Ensino Superior merecem destaque, em 1990, as seguintes ações:

- 1 Curso de Estudos Adicionais Pós-2.<sup>o</sup> Grau para a Habilitação de 46 professores na Área de Ciências (2.<sup>a</sup> e 3.<sup>a</sup> etapas), integrado à Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de São Borja, 35.<sup>a</sup> e 10.<sup>a</sup> Delegacias de Educação;
- 1 Encontro Estadual de Comissões Mistas para avaliação do processo de integração entre o Sistema Estadual de Ensino e as Instituições de Ensino Superior efetivado pelo Programa Regional de Ações Integradas no período 1987/90, com a participação de 138 representantes, sendo 61 das IES, 60 das DEs, 15 das SMEC, 1 do CPERS e 1 de Escolas da Habilitação Magistério;
- publicação de 250 exemplares das "Estatísticas Básicas do Ensino Superior 1988" para todas as Delegacias de Educação, Instituições de Ensino Superior, Comissões Mistas e Órgãos Educacionais do Estado e do País; elaboração do material para a publicação de dados básicos referentes ao Ensino Superior "Estatísticas Básicas do Ensino Superior 1989";
- produção e publicação do documento "A Integração com a Educação Superior: uma Visão Avaliativa".

Com relação à Assistência a Educandos destacam-se, em 1990:

- 1 Encontro Regional de Psicólogos, Supervisores de Estágio e Estagiários de Psicologia Escolar, realizado em Porto Alegre, com a participação da 1.<sup>a</sup>, 4.<sup>a</sup>, 5.<sup>a</sup> e 27.<sup>a</sup> Delegacias de Educação e 4 Instituições de Ensino Superior (UFRGS, PUC/RS, UNISINOS e ULBRA);
- 1 Encontro Estadual de Psicólogos Escolares, realizado em Porto Alegre, com a participação de 83 psicólogos e 35 estagiários de 1.<sup>a</sup>, 2.<sup>a</sup>, 3.<sup>a</sup>, 4.<sup>a</sup>, 5.<sup>a</sup>, 6.<sup>a</sup>, 8.<sup>a</sup>, 11.<sup>a</sup>, 16.<sup>a</sup>, 18.<sup>a</sup>, 21.<sup>a</sup>, 22.<sup>a</sup>, 25.<sup>a</sup>, 26.<sup>a</sup>, 27.<sup>a</sup>, 28.<sup>a</sup>, 34.<sup>a</sup>, 38.<sup>a</sup> e 39.<sup>a</sup> Delegacias de Educação;
- 3 Encontros com responsáveis pelos Serviços de Promoção Social e da Saúde, com a participação de 111 coordenadores técnicos das áreas de Odontologia Escolar, Enfermagem Escolar e Merenda Escolar realizado em Porto Alegre;
- 1 Encontro Estadual de Enfermeiros que atuam no Serviço de Saúde Escolar, realizado em Porto Alegre, com a participação de 16 Delegacias de Educação, professores da Escola de Enfermagem e da Faculdade de Educação da UFRGS;
- XI Encontro Estadual de Reeducação Escolares, realizada em Porto Alegre, com a participação de profissionais que atuam em Clínicas de Leitura da 1.<sup>a</sup>, 2.<sup>a</sup>, 3.<sup>a</sup>, 4.<sup>a</sup>, 5.<sup>a</sup>, 6.<sup>a</sup>, 7.<sup>a</sup>, 8.<sup>a</sup>, 10.<sup>a</sup>, 11.<sup>a</sup>, 12.<sup>a</sup>, 13.<sup>a</sup>, 14.<sup>a</sup>, 15.<sup>a</sup>, 16.<sup>a</sup>, 17.<sup>a</sup>, 18.<sup>a</sup>, 19.<sup>a</sup>, 22.<sup>a</sup>, 23.<sup>a</sup>, 25.<sup>a</sup>, 26.<sup>a</sup>, 27.<sup>a</sup>, 29.<sup>a</sup> e 32.<sup>a</sup> Delegacias de Educação;
- I Jornada Nacional de Educação e Consumo realizada com a participação de 200 professores representantes das Delegacias de Educação e outros Estados da Federação, em Porto Alegre;
- 1 Curso de Atualização em Prevenção e Saúde Bucal, com a participação de 220 cirurgiões-dentistas, da 1.<sup>a</sup>, 4.<sup>a</sup>, 5.<sup>a</sup>, 7.<sup>a</sup> e 8.<sup>a</sup> Delegacias de Educação, em Porto Alegre;
- 1 Curso de Atualização sobre a Prevenção ao Uso Indevido de Drogas com a participação de 11 psicólogos da 5.<sup>a</sup>, 13.<sup>a</sup>, 18.<sup>a</sup> e 34.<sup>a</sup> Delegacias de Educação;
- 1 Curso de Atualização por áreas de especialização (fonoaudiologia, reeducação da linguagem, psicomotricidade e psicopedagogia) para profissionais da 1.<sup>a</sup>, 4.<sup>a</sup>, 8.<sup>a</sup>, 11.<sup>a</sup> e 18.<sup>a</sup> Delegacias de Educação;
- 1 Curso de Sensibilização para a AIDS e DST realizado conjuntamente com a Secretaria da Saúde, envolvendo 25 técnicos em saúde que trabalham com o escolar, em Porto Alegre;
- treinamento para o Censo em Saúde (visual, auditivo e postural) para enfermeiras de 9 Delegacias de Educação e treinamento em Primeiros Socorros para 84 professores da 34.<sup>a</sup> e 11.<sup>a</sup> Delegacias de Educação;
- treinamento para responsáveis pelos 38 Núcleos do Programa de Nutrição Escolar, de 705 merendeiras de escolas estaduais e municipais, de onze Delegacias de Educação, de 45 responsáveis pelo setor Municipal de Alimentação Escolar da 2.<sup>a</sup> DE e de 10 professores de Nutrição que atuam nos GFAE e CAE de Porto Alegre;
- 1 Encontro Estadual de Escotismo, com a participação de 66 professores e líderes estu-dantis da 3.<sup>a</sup>, 4.<sup>a</sup>, 5.<sup>a</sup>, 6.<sup>a</sup>, 8.<sup>a</sup>, 9.<sup>a</sup>, 10.<sup>a</sup>, 12.<sup>a</sup>, 13.<sup>a</sup>, 15.<sup>a</sup>, 16.<sup>a</sup>, 17.<sup>a</sup>, 18.<sup>a</sup>, 19.<sup>a</sup>, 20.<sup>a</sup>, 22.<sup>a</sup>, 23.<sup>a</sup>, 25.<sup>a</sup>, 27.<sup>a</sup>, 28.<sup>a</sup>, 29.<sup>a</sup>, 31.<sup>a</sup>, 32.<sup>a</sup>, 35.<sup>a</sup>, 38.<sup>a</sup> e 39.<sup>a</sup> Delegacias de Educação em Porto Alegre;
- 14 Cursos, coordenados pelo Programa de Escotismo, sendo 5 de adestramento preliminar, 7 de adestramento informativo e 2 cursos técnicos do ramo lobinho, realizados em Porto Alegre, Erechim, Cruz Alta, Carazinho, Livramento, Torres, Chapada, Cachoeirinha, Rio Grande e Caxias;

- Seminário Regional de Expansão e Educação-Programa de Escotismo — com a participação de 29 escotistas, em Porto Alegre;
- palestras em escolas e reunião com diretores para apoio à formação ou desenvolvimento de Grêmios Estudantis, atendendo 6 escolas de Santo Antônio da Patrulha, Camaquã, Cachoeirinha e Porto Alegre;
- 173.488 atendimentos em ação curativa odontológica, 275.430 atendimentos em ação preventiva (bochecho de flúor) e 396.734 alunos, 8.140 professores e 12.350 pais de alunos atingidos com ações promocionais de prevenção em saúde oral;
- 10.179 atendimentos realizados pelo Centro Especializado de Assistência ao Educando, em Porto Alegre, sendo 6.617 alunos atendidos em consultas nas áreas de otorrino, ortopedia, neurologia, enfermagem, reeducação e oftalmologia e 3.562 atendimentos a pais de alunos;
- 3.097 atendimentos médicos realizados pelo Centro de Medicina Esportiva de Porto Alegre, sendo 1.044 em avaliação clínica e atendimento médico emergencial, 1.849 em Fisioterapia e 204 em ortopedia; 24.829 avaliações médicas de alunos realizadas por 82 médicos vinculados à Secretaria da Educação que avaliam as condições de saúde do escolar e antropometria; 11.763 exames básicos de saúde realizados em alunos das séries iniciais de 1º Grau para fins de diagnóstico precoce e 6.379 pessoas atingidas por ações promocionais de Educação em Saúde, sendo 3.976 alunos, 1.058 professores e 1.345 pais de alunos;
- 117.072 atendimentos prestados pelos Serviços de Psicologia Escolar de 24 Delegacias de Educação sendo 23.300 a professores, 62.815 para alunos, 14.372 a familiares e 16.585 para técnicos da escola e outros;
- 705 atendimentos realizados pelo Centro Psicopedagógico de Assistência ao Educando de Porto Alegre beneficiando 411 alunos em reeducação escolar, avaliação ou terapia psicológica, 268 pais em grupos de acompanhamento e 26 famílias em avaliação psicossocial da 1ª e 28ª Delegacias de Educação;
- 20.515 atendimentos clínicos para alunos com rendimento escolar deficiente e identificação de problemas de saúde que interferem no processo ensino-aprendizagem para tratamento, acompanhamento clínico e/ou encaminhamento ao CEAÉ, CEME ou CEPAE;
- 46.692 atendimentos a alunos, professores e pais de 3.976 escolas realizados pelas 145 Clínicas de Leitura do Estado, sendo 32.172 atendimentos realizados no Interior, em 1.356 escolas;
- 783 atendimentos realizados pela Divisão de Nutrição Escolar para avaliação nutricional de escolares que ingressam pela primeira vez na 1ª série do 1º Grau, pertencentes à 1ª Delegacia de Educação;
- 2.366 atendimentos prestados diretamente por enfermeiros do Serviço de Enfermagem Escolar, 572 no encaminhamento a outros Serviços no Interior do Estado;
- aquisição e distribuição de 965 aparelhos corretivos a escolas do Interior do Estado e a 446 escolares de Porto Alegre e Região Metropolitana (1ª, 12ª, 27ª, 28ª DEs);
- aquisição de 6 conjuntos odontológicos para escolas da 1ª, 11ª, 13ª e 19ª Delegacias de Educação e de material para funcionamento de 190 consultórios odontológicos instalados em Escolas Estaduais; conserto de 164 gabinetes de Escolas da 1ª, 2ª, 4ª, 5ª, 6ª, 7ª, 9ª, 10ª, 11ª, 13ª, 14ª, 15ª, 17ª, 20ª, 24ª, 26ª, 29ª, 33ª, 35ª, 38ª e 39ª Delegacias de Educação;

- aquisição de materiais para implantação de 9 Clínicas de Leitura no Interior do Estado da 2.<sup>a</sup>, 8.<sup>a</sup>, 11.<sup>a</sup>, 13.<sup>a</sup>, 24.<sup>a</sup> e 27.<sup>a</sup> Delegacias de Educação, 2 em Escolas da 1.<sup>a</sup> Delegacia e 1 no Hospital São Pedro (ala infantil);
- aquisição, armazenagem e distribuição de 5.385.093,80kg de gêneros alimentícios para o atendimento de 1.439.097 alunos pelo Programa Estadual de Alimentação Escolar e 643.317,60kg, pelo Programa de Alimentação dos Irmãos dos Escolares, para atendimento de 287.848 crianças de 38 Delegacias de Educação;
- Compra de 11.544 vagas no Ensino Particular de 1.<sup>o</sup> Grau, 4.769, no 2.<sup>o</sup> Grau e 12 para Educação Especial, oportunizando a escolarização a 16.294 alunos carentes excedentes de Escolas Públicas de 38 Delegacias de Educação;
- oferta de 10.065 vagas no Ensino Particular, em contrapartida à cedência de professores estaduais, sendo 6.873 no Ensino de 1.<sup>o</sup> Grau, 1.692 no 2.<sup>o</sup> Grau (PROEMPA), e 1.500 na Educação Especial, beneficiando alunos carentes excedentes das Escolas Públicas de 38 Delegacias de Educação;
- auxílio financeiro a 7 estudantes da 2.<sup>a</sup> Delegacia de Educação que cursam o Agrotécnico de 2.<sup>o</sup> Grau, em São Leopoldo (Lei 59.531 — A/70).

Relativamente ao Projeto Prioritário de Governo **Revitalização do Serviço de Odontologia Escolar**, foram adquiridos 2 novos gabinetes odontológicos para escolas da rede estadual da 6.<sup>a</sup> e 22.<sup>a</sup> Delegacias de Educação, bem como materiais para o funcionamento de 200 consultórios odontológicos instalados em escolas estaduais, e conserto de 20 gabinetes de escolas estaduais da 5.<sup>a</sup>, 8.<sup>a</sup>, 13.<sup>a</sup> e 24.<sup>a</sup> Delegacias de Educação.

Encontram-se em fase de execução os Projetos da Diretoria Pedagógica, financiados com recursos do FNDE/MEC, os quais visam, basicamente, à aquisição de materiais didáticos para o Ensino de 1.<sup>o</sup> Grau Regular e Supletivo, entre eles, livros, módulos, microcomputadores e materiais para a assistência ao educando relativos aos serviços de medicina, odontologia, psicologia, enfermagem, e merenda escolar.

A **Diretoria de Recursos Humanos**, como órgão diretivo de apoio administrativo da SE, está incumbida de orientar, dirigir e executar, como agente setorial dos respectivos sistemas, as atividades de administração e desenvolvimento de recursos humanos da Secretaria de Educação.

No exercício 1989/90 coube à DRH/SE dar os seguintes encaminhamentos, como solução alternativa:

- através do Departamento da Rede de Recursos Humanos, administrar os recursos humanos existentes e criar mecanismos adequados de suprimento;
- formação de um Banco de professores concursados para todas as disciplinas;
- remanejamento de professores excedentes de uma para outra Escola, de acordo com as necessidades;
- elaboração de Instrumento com Orientações Básicas para a prática da racionalização de suprimento de Recursos Humanos;
- concurso e nomeação de funcionários: serventes, merendeiras, auxiliares administrativos, secretárias de Escola (sistematização do suprimento de Recursos Humanos através de concurso);
- contratação emergencial de professores para suprir as necessidades (duração de contrato: período letivo);

- implantação do Sistema de Protocolo Integrado (SPI), articulado com todas as Secretarias de Estado e vinculado ao Sistema PROCERGS;
- elaboração de instrumento de coleta de dados, encaminhamento a todos os Órgãos da Administração Pública Estadual e Federal, para preenchimento de informações a serem lançadas no Sistema de Microcomputador (1.º momento) e no Sistema de Informatização (2.º momento;)
- implantação do Projeto de Informatização da Secretaria da Educação e Delegacias de Educação vinculado ao Sistema PROCERGS;
- criação, através de mecanismos legais, de um incentivo à profissionalização, de 50% do salário básico ao professor detentor de classes unidocentes;
- criação de incentivo através de mecanismos legais, classificando as escolas de acordo com as dificuldades de acesso e provimento;
- criação de mecanismos legais, possibilitando convocar, temporariamente, outro professor da mesma disciplina pelo período de duração do afastamento do professor titular;
- criação de mecanismos legais que possibilitam convocação temporária de professores, com regime de horário de 20 horas semanais, por um período igual à duração do período do Projeto. Ex.: projeto-lei que está alfabetizando adultos;
- criação e implantação do Banco de Dados e registros funcionais e pessoais (informatização);
- adicional de Unidocência (Lei 8747/88) para 20.894 professores (1989) e 9092 (1990);
- retificação de ato de nomeação quanto ao nível, por decisão governamental, para 6.397 professores (até novembro/90);
- concessão de regime de 40 horas, previsto por opção pela Lei 9059/90, para 14.245 professores dentro de uma meta de 17.900;
- convocações para tempo integral (TI), previsto pela Lei 4937/65, para 516 professores (1989) e 1.053 (1990);
- convocações em substituição, previstas pela Lei 9102/90, para 1144 professores (1990);
- convocações, para o Projeto LER, previstas pela Lei 9127/90, de 554 professores (1990);
- alterações de Nível, previstas pelo Decreto 25182/76, para 3.831 professores (1989) e 10.062 professores (1990);
- promoções, previstas no Quadro de Carreira, para 15231 professores (1989) e 10.488 professores (1990);
- gratificações de difícil acesso e/ou difícil provimento conforme Decreto 33144/89, para 2.574 professores (1990);
- encaminhamento de processos de nomeações, para as áreas 1, 2 e 3, para 14.489 professores (1990);
- através do Departamento de Complexo de Pessoal, informações de processos relativos à vida funcional de professores e funcionários, tais como, licença de interesse, licença de

acompanhar cônjuge, suspensões de contratos, exonerações, rescisões, licenças especiais, aposentadorias, falecimentos e outros;

- contratos emergenciais, autorizados por lei, para 5.458 professores (1990);
- através do Departamento de Desenvolvimento de Recursos Humanos, atendimento e acompanhamento, individual e grupal, de servidores, através de entrevistas, testes psicológicos, grupos operativos, treinamento em serviço, nos aspectos psicológicos, desempenho e capacidade profissional, integração das relações de trabalho;
- diagnóstico de necessidades de nomeações para 1991, por razões de aposentadorias, afastamentos, exonerações e licenças, expansão de rede escolar e contratos emergenciais, num total, estimado, de 13.153 professores;
- encaminhamento de processos que solicitam concurso público para funcionários de Escola (Processo 42708.1900/90.0), bibliotecário (Processo 49031.1900/90.0), funcionários de escolas técnicas (Processo 63925.1900/89.0), funcionários FADERS (Processo 00107.1955/90.7), magistério áreas 1, 2, 3 e especialistas de Educação (Processo n.º 62726.1900/90.0).

A **Diretoria Administrativo-Financeira** é órgão diretivo de apoio administrativo da Secretaria da Educação, incumbida de orientar, dirigir, e executar, como agente setorial dos respectivos sistemas, as atividades de administração financeira, de material, de patrimônio, de transporte oficial, de serviços gerais da Secretaria da Educação e de coordenar e dirigir as atividades de administração da rede física afeta à educação pública.

Através do Departamento de Obras Escolares, a Diretoria Administrativo-Financeira, dando cumprimento às suas atribuições de gerenciamento dos recursos necessários à execução de construção, ampliação, reconstrução, recuperação e manutenção dos prédios escolares da Rede Oficial procurou, no período 1987/90, atingir o maior percentual possível dentro das metas estabelecidas.

Com relação a realizações conjuntas com a Secretaria do Interior, Desenvolvimento Regional e Urbano e Obras Públicas (SDO) destacam-se:

- Obras concluídas — 349 escolas e 1.476 salas de aula, compreendendo uma área de 159.602,74m<sup>2</sup>, e com um custo de Cr\$ 6,59 bilhões;
- Obras em andamento — 157 escolas e 1.072 salas de aula, compreendendo uma área de 139.093,28m<sup>2</sup> e com um custo de Cr\$ 5,74 bilhões.

Com relação a realizações conjuntas com Prefeituras Municipais e Círculos de Pais e Mestres:

- Obras concluídas — 357 escolas e 783 salas de aula, compreendendo uma área de 92.443,34m<sup>2</sup> e com um custo de Cr\$ 3,82 bilhões;
- Obras em andamento — 132 escolas e 387 salas de aula, compreendendo uma área de 48.343,50m<sup>2</sup> e com um custo de Cr\$ 1,99 bilhão.

Foram executadas reformas beneficiando 1.587 escolas em 1989, e 901 escolas, em 1990, e realizados reparos em 645 escolas em 1987, 635 escolas em 1988, e 1.391 escolas, em 1989.

Considerando o total de obras concluídas, e em andamento, envolvendo realizações conjuntas com a SDO, com Prefeituras Municipais e Círculos de Pais e Mestres, a situação é a seguinte:

- Obras concluídas — 706 escolas e 2.259 salas de aula, compreendendo uma área de 252.046,08m<sup>2</sup> e com um custo de Cr\$ 10,41 bilhões;

— Obras em andamento — 289 escolas e 1.459 salas de aula, compreendendo uma área de 187.436,78m<sup>2</sup> e com um custo de Cr\$ 7,74 bilhões;

Os critérios adotados para a seleção das obras escolares a serem atendidas em 1990, foram:

- construção: para abrigar as escolas criadas cuja autorização de funcionamento dependia da existência do prédio;
- ampliação: para atender duas situações específicas, quais sejam, aumento da demanda e instalação de novas séries;
- reconstrução: para aqueles prédios de madeira com mais de vinte (20) anos de existência e substituição daqueles que, pelo estado de deteriorização que apresentavam, tornavam desaconselhável a realização de reformas, tanto sob o ponto de vista técnico como econômico.

Para a consecução desta meta houve um investimento da ordem de Cr\$ 3,13 bilhões a conta de recursos do Tesouro do Estado e Salário Educação/Quota Estadual.

Cabe destacar que, durante o exercício de 1990, foram concluídas 103 obras, abrangendo 207 salas de aula, totalizando 24.689,62m<sup>2</sup>, estando em andamento 70 obras, que compreendem 205 salas de aula, perfazendo um total de 29.166,73m<sup>2</sup>.

A execução das obras, tanto concluídas, como em andamento, está a cargo da SDO, ou vem sendo realizada através de acordos sob a responsabilidade das Prefeituras Municipais ou Círculos de Pais e Mestres.

Foram ainda, adquiridos, em 1990, 47.528 assentos, 43.883 tampos, 46.868 encostos para cadeiras escolares, além de material de expediente, material de limpeza e material elétrico.

Ainda é relevante salientar que, no decorrer do ano de 1990, foi implantado um projeto-piloto objetivando dar cumprimento ao dispositivo constitucional estadual, artigo 202 § 2º, que prevê o repasse trimestral às Escolas. Estão participando da experiência duas Delegacias de Educação — 5ª DE (Pelotas) e 24ª DE (Cachoeira do Sul).

Para a 5ª DE, foram repassados recursos no total de Cr\$ 17,02 milhões, que beneficiaram 151 escolas; para a 24ª DE, foram repassados recursos num total de Cr\$ 7,14 milhões, que beneficiaram 64 escolas.

Pretende-se que, a partir da experiência, no próximo ano, o repasse seja efetivado para todas às Escolas dando desta forma cumprimento ao preceito constitucional.

A Subsecretaria de Desporto (SUDESP), órgão central de direção superior da Secretaria da Educação, tem como incumbência definir princípios norteadores para o esporte, lazer e recreação no Estado, integrados à proposta pedagógica desta Pasta, coordenando, executando e apoiando programas e atividades na área de sua abrangência.

Entre as ações realizadas pela SUDESP, no período 1987/90, destacam-se:

- desenvolvimento de Recursos Humanos, na área do desporto, fóruns, seminários, debates e palestras, em 25 municípios para 1.058 professores (1987/88) e em 20 municípios, para 1.334 professores (1989/90);
- distribuição de material desportivo para 35 DEs (1988); 38 DEs, para as escolas de 80-100% de difícil acesso (1989); e 38 DEs, para escolas de 40-60% de difícil acesso (1990);
- construção de quadras esportivas em torno de 200 escolas distribuídas em todo o Estado (1988);

- atividades na área do esporte-participação e performance, para 6.300 estudantes, em 1987, 9.500 estudantes em 1988, 10.400 estudantes em 1989, e 12.000 estudantes em 1990, distribuídos em todo o Estado;
- atividades na área do esporte-educação (jogos entre escolares de 1º e 2º Graus), integrando 230.000 alunos de escolas estaduais e particulares, em 1988, 250.000 alunos em 1989, e 300.000 alunos em 1990, distribuídos em 38 Delegacias de Educação;
- atividades de lazer e recreação, beneficiando 2.314 estudantes no Litoral em 1987, 5.100 estudantes em Porto Alegre, em 1988, 1.400 estudantes no Litoral em 1989, e 1.400 estudantes no Litoral em 1990;
- atividades regulares de ensino do Centro Estadual de Treinamento Esportivo, para 1.152 estudantes da 1ª DE em 1987, 1.418 em 1988, 1.595 em 1989 e 1.895 estudantes em 1990;
- atividades com deficientes físicos, beneficiando 30 estudantes em 1987, 800 deficientes — oriundos do Rio Grande do Sul e outros Estados e Países (Argentina e Uruguai) — em 1988, 150 estudantes em 1989, e 450 da 1ª DE, em 1990;
- providências no sentido de propiciar 1.205 alojamentos de pessoal, oriundos de outras localidades, participantes de atividades culturais e desportivas, no período de 09/07 a 10/12/90;
- atividades de manutenção e recuperação da área física da SUDESP, de equipamentos gerais e para deficientes físicos, com 2.200 atendimentos da 1ª DE em 1989, e 2.500 atendimentos em 1990;
- atividades de recuperação de prédios e instalações físicas da SUDESP, com 2.000 atendimentos, em Porto Alegre, em 1989, e 2.500 atendimentos em 1990;
- atividades de transporte e remanejamento de material esportivo de alojamento e de alimentação e aquisição de um caminhão, porte médio, carroceria baú, beneficiando 315.000 alunos, de todas as DEs (1990);
- atividades de recuperação do Parque Náutico, beneficiando 5.000 alterações das Federações de esportes aquáticos (1989/90);
- atividade de legalização da área da Subsecretaria de Desporto, com reintegração de posse de 7 terrenos e desapropriações de 3 terrenos (1988/90);
- administração do acervo físico do Parque Náutico, complexo desportivo do Departamento de Aplicação Desportiva, Museu de Desporto, Biblioteca, Casa do Desporto, Alojamento e Oficina de Manutenção, e recuperação da área física, de equipamentos, e materiais.

Ainda na área de Desportos, o Conselho Regional de Desporto (CRD), é um órgão colegiado e consultivo, vinculado à SE, nos assuntos desportivos em geral, e de cooperação com o Conselho Nacional de Desportos (CND), tendo como principais finalidades:

- revisão da missão básica e filosofia do Conselho, culminando com o encaminhamento de processo com vistas à nova estrutura e funcionamento do mesmo (1990);
- fornecimento de alvarás para entidades esportivas em atividades no Estado;
- encaminhamento das deliberações emanadas do CND e do plenário do CRD/RS;
- emissão de pareceres para os pedidos de subvenção e consultas encaminhadas pelas entidades esportivas;

- elaboração de projetos para encontros e fóruns, com vistas ao desenvolvimento do esporte no Estado.

### **2.1.2 — FUNDAÇÃO ESCOLA TÉCNICA LIBERATO SALZANO VIEIRA DA CUNHA (FETLSVC)**

A Fundação Escola Técnica Liberato Salzano Vieira da Cunha (FETLSVC) é um órgão da Administração Indireta vinculado à Secretaria da Educação, com sede em Novo Hamburgo e instituído oficialmente nos termos do Decreto Estadual nº 18.418/57.

A FETLSVC atua na área de formação de técnicos de nível médio para o setor industrial, nas habilitações de Química, Mecânica, Eletrotécnica e Eletrônica.

No período 1987/90, destacam-se, entre as ações desenvolvidas pela FETLSVC, as seguintes:

- formação de 657 técnicos de nível médio, nas áreas de Química, Mecânica, Eletrotécnica, e Eletrônica;
- estágio supervisionado junto a empresas, para os alunos formados;
- prestação de serviços a 95 empresas da região, na produção de peças complexas, ensaios mecânicos e análises químicas;
- assessoria técnico-administrativa, através do Centro de Planejamento e Avaliação, por meio de trabalhos desenvolvidos e projetos elaborados.

Além das ações mencionadas, destaca-se por parte da FETLSVC, a coordenação do **Projeto de Reorientação do Ensino Técnico para o Estado do Rio Grande do Sul** — projeto considerado como prioritário pela atual gestão governamental, e previsto pelo Decreto Estadual nº 33.487/89.

Neste sentido foi prevista a implantação de um Projeto-Piloto, reunindo, sob a coordenação da FETLSVC, cinco escolas estaduais de 2º Grau com habilitações plenas no setor secundário da economia, localizadas nos municípios de Caxias do Sul, Montenegro, Portão, São Leopoldo e Taquara, além da Escola Técnica Liberato Salzano Vieira da Cunha, mantida atualmente pela Fundação, e localizada no Município de Novo Hamburgo.

As escolas foram selecionadas levando em consideração a situação geoeconômica, a proximidade entre as mesmas, e o seu desejo de participação no Projeto-Piloto.

O Projeto tem uma duração prevista de cinco anos (1989/93), programando a realização de: convênios, acordos e contratos para formação de recursos humanos em disciplinas técnicas; aperfeiçoamento de professores; aquisição de equipamentos, matéria-prima e material de consumo; obras e instalações que se fizerem necessárias nas escolas envolvidas.

Tendo como referência a Escola Técnica Liberato Salzano Vieira da Cunha, será avaliado todo o processo e, conforme os resultados evidenciados, serão incluídas no Projeto as demais escolas técnicas do Estado, ou serão criadas novas unidades escolares.

São as seguintes as escolas participantes do Projeto-Piloto: Escola Estadual de 2º Grau de Caxias do Sul (Caxias do Sul); Escola Estadual de 2º Grau de Portão (Portão); Escola Estadual de 2º Grau São João Batista (Montenegro); Escola Estadual de 2º Grau Frederico Guilherme Schmidt (São Leopoldo); Escola Estadual de 2º Grau Monteiro Lobato (Taquara); Escola Técnica Liberato Salzano Vieira da Cunha (Novo Hamburgo).

Entre as principais ações vinculadas ao Projeto, e já desenvolvidas, destacam-se:

- convênio com a UNISINOS para formação de professores de Eletricidade, Eletrônica e Mecânica, através do Esquema II, com turmas de 35 alunos para cada terminalidade;
- aquisição de equipamentos, material permanente e material de consumo para as escolas;
- reformas nas instalações das escolas;
- realização de provas seletivas para admissão de servidores (professores e funcionários) para suprir a falta destes profissionais nas escolas;
- contratação de 126 servidores (professores e funcionários) para suprir as necessidades das escolas;
- realização de encontros e cursos com o objetivo de atualizar professores e funcionários das escolas;
- levantamento das necessidades de recursos humanos para 1991.

### **2.1.3 — FUNDAÇÃO DE ATENDIMENTO AO DEFICIENTE E AO SUPERDOTADO NO RIO GRANDE DO SUL (FADERS)**

A Fundação de Atendimento ao Deficiente e ao Superdotado no Rio Grande do Sul (FADERS) é órgão da Administração Indireta, vinculado à Secretaria da Educação.

Registra no período de 1987 a 1990 um processo evolutivo de implantação de uma política educacional, orientada para os princípios de democratização da Educação Especial, consolidados pela Constituição Estadual, e, principalmente, preconizada pelo Ato do Governo do Estado (11/12/89) que constitui Grupo Executivo para integrar ações entre as Secretarias de Educação, Trabalho, Ação Social e Comunitária, e da Saúde e do Meio Ambiente, visando a estabelecer o Programa Governamental e definir a política do Estado em relação à pessoa deficiente.

A estruturação da FADERS, criando novas unidades técnicas e administrativas, possibilitou um desempenho institucional mais ajustado às finalidades definidas pela Lei n.º 9049/90.

A implantação do Plano de Cargos e Salários representa um avanço administrativo deste período, possibilitando a realização de concurso público, para preenchimento das vagas determinadas pela reestruturação da FADERS. Esta situação foi provocada, em parte, pelo afastamento dos recursos humanos cedidos pelos órgãos governamentais, por força do Decreto n.º 32.974, de 30/09/88, o que acarretou uma redução na execução dos programas de atendimento da Fundação.

O redimensionamento educacional da FADERS exigiu a incorporação de um sistema integrado de supervisão com as 39 Delegacias de Educação. Com este objetivo foi realizado Curso de Supervisão, estando 100% das Delegacias de Educação com supervisores especializados, que atuarão em Educação Especial nas suas áreas de abrangência, no Estado.

A formação de uma infra-estrutura técnico-administrativa capaz de consolidar a Educação Especial no Estado foi uma das metas prioritárias da FADERS, tendo a administração oportunizado um amplo programa de capacitação e atualização de recursos humanos aos integrantes do quadro técnico e administrativo da Fundação.

Dos programas que fortaleceram o atendimento direto e indireto a pessoa portadoras de necessidades especiais, destacam-se as seguintes ações:

- implementação da melhoria do atendimento a pessoa portadora de deficiência e ao superdotado;
- integração da pessoa portadora de deficiência na força produtiva de trabalho;
- diagnóstico da clientela autista;
- assessoramento técnico-pedagógico às Delegacias de Educação;
- capacitação de Recursos Humanos para Educação Especial, beneficiando 4.610 professores-supervisores do sistema regular de ensino e instituições privadas (1987/90);
- cedência de Recursos Humanos para as entidades privadas, a título de cooperação técnica, de 305 professores, beneficiando indiretamente 3.050 alunos (1987/90);
- profissionalização de 500 adolescentes e adultos portadores de deficiência (1987/90);
- programa de Educação Precoce, beneficiando 30 profissionais e 300 crianças na faixa etária de 0 a 6 anos (1987/90);
- atendimento biopsicossocial e pedagógico, em 7 Clínicas especializadas, beneficiando 561 alunos (1987/90);
- identificação e atendimento ao aluno superdotado e/ou talentoso, através de 6 escolas, beneficiando 80 alunos (1987/90);
- encaminhamento de deficientes ao mercado de trabalho, em convênio com o SINE, beneficiando 329 pessoas (1987/90);
- implantação de 384 classes especiais no sistema regular de ensino, beneficiando 5.760 alunos (1987/90);
- implantação de 14 classes de Pré-Escola para crianças portadoras de deficiência, beneficiando 141 alunos (1987/90);
- atendimento de 959 alunos portadores de deficiência no 1º Grau do sistema regular de ensino, e 51 alunos no 2º Grau (1987/90);
- convênios com 5 Universidades, para preparação de recursos humanos para Educação Especial, oportunizado para 285 professores, com benefício indireto para 2.850 alunos (1987/90);
- apoio financeiro a 59 Instituições Educacionais, da iniciativa privada, que atuam em Educação Especial, com benefício para 1.247 alunos (1987/90);
- identificação e atendimento de 100 alunos, crianças da Vila Cruzeiro do Sul/Porto Alegre, através de Programa de Prevenção (1987/90);
- atendimento educacional especializado, através de Programa, em 4 Centros da FADERS e 2 Escolas, beneficiando 1.942 alunos.

## **2.2 – CULTURA**

### **2.2.1 — SECRETARIA DA CULTURA (SEDAC)**

À Secretaria de Estado da Cultura compete formular, coordenar e promover a política cultural do Rio Grande do Sul aglutinando as ações dos órgãos e entidades que atuam neste âmbito, determinadas pelas aspirações dos diversos segmentos culturais do Estado, e ao mesmo tempo observando as diretrizes de Governo.

Surgindo como uma das metas prioritárias desta gestão governamental, a promoção da atividade cultural no Rio Grande do Sul toma forma com a criação do Conselho Estadual de Desenvolvimento Cultural (CODEC), pelo Decreto nº 32.515, de 15 de março de 1987, como órgão diretamente ligado ao Gabinete do Governador.

A transformação do CODEC em Secretaria de Estado da Cultura, através da Lei Estadual nº 9.117, de 20 de julho de 1990 significou, concomitantemente, a reafirmação de uma vontade política do Governo do Estado, o reconhecimento da validade e relevância das ações concretizadas e, sem dúvida, o atendimento a uma reiterada reivindicação dos produtores culturais de todo o Estado.

As atividades desenvolvidas pelo conjunto dos Institutos e Instituições da Secretaria, encontram-se a seguir descritas:

- Realização de audições musicais individuais, programadas pela Discoteca Pública Natho Henn, à cuja ação sistemática podem ser somadas atividades similares promovidas pelas Bibliotecas Públicas do Estado;
- Instalação, na Casa de Cultura Mário Quintana, da Discoteca Pública Natho Henn, que atendeu em 1987 e 1988, a um público de 17.612 participantes, tendo em seguida suas atividades parcialmente interrompidas pelas obras de recuperação e restauração do prédio;
- Realização de atividades relativas à promoção da produção cinematográfica e de vídeo, favorecendo à pesquisa, à documentação e à formação de produtores culturais e de público, desenvolvidas pelo Instituto Estadual de Cinema e Museu de Comunicação Social Hipólito José da Costa, Sala Paulo Amorim e Eduardo Hirtz, Cinemateca Estadual. Bibliotecas, Institutos e Museus utilizam amplamente tais recursos para o desenvolvimento de suas propostas;
- Realização de atividades voltadas para a auto-expressão e para a formação de produtores e fruidores culturais, desenvolvidas pelos Centros de Desenvolvimento da Expressão, Institutos, Museus, Bibliotecas Públicas e Fundação Instituto Gaúcho de Tradição e Folclore, como:
  - Projeto Mão-na-Massa — oficinas de produção de papel artesanal;
  - I Jornada sobre Informação e Formação em Artes;

- Art'Inverno — cursos de desenho, cerâmica, "lay out" e gravura;
- "Ateliers" de artes plásticas, artes cênicas e música para crianças, adolescentes e adultos;
- Brinquedos e brincadeiras — confecção e utilização de brinquedo artesanal;
- Curso de História da Arte;
- Projeto — piloto do Curso de Qualificação Profissional de Bailarinos;
- Pé-no-chão — oficinas de música, dança, artes plásticas e teatro em vilas periféricas;
- Realização de atividades basicamente desenvolvidas pelo Instituto de Artes Cênicas, voltadas para o redimensionamento da dança no Rio Grande do Sul, valorizando as mais diferentes manifestações e enfatizando sobretudo a formação dos profissionais da área, e contando com a participação da Fundação Instituto de Tradição e Folclore no que se refere à pesquisa das danças folclóricas das diferentes etnias formadoras da cultura rio-grandense;
- Realização de atividades propostas e desenvolvidas pela Secretaria da Cultura e seus órgãos constitutivos, tendo em vista a divulgação e a ampliação do conhecimento apropriado pelas diferentes áreas em nível local, regional, nacional e internacional, como elementos favorecedores do debate, do intercâmbio e da mudança sócio-cultural, e envolvendo:
  - I Encontro Latino-Americano de Artes-Plásticas (1989);
  - Seminário Nacional de Literatura e Bibliotecas Infanto-Juvenis (1988, 1989 e com abrangência latino-americana em 1990);
  - Fórum de Dirigentes Municipais de Cultura (1989, 1990);
  - I Encontro Estadual de Jornalismo Cultural (1989);
  - Encontro Estadual de Presidentes de Núcleos Culturais;
  - I Encontro de Antropologia e História;
  - VI Encontro Nacional de Política Cultural;
  - XXV Fórum Nacional de Secretários de Cultura;
  - Fórum Internacional de Cultura (1990);
  - Caminhos para a Liberdade: 200 Anos da Revolução Francesa e da Inconfidência Mineira;
  - Semanas de Cultura dos Núcleos Culturais;
  - I Encontro Estadual de Patrimônio Cultural;
  - Programa Autor Presente;
- Realização de atividades desenvolvidas com o intuito de favorecer o pleno desenvolvimento das Artes Plásticas do Estado, constituídas por eventos propostos pelos diversos segmentos culturais atuantes, supondo a integração com países vizinhos, no sentido de aglutinar forças e atender necessidades da área. Inúmeras ações culturais foram realizadas pelo Museu de Arte do Rio Grande do Sul, pelo atual Instituto Estadual de Artes Visuais, pelos Centros de Desenvolvimento da Expressão de Porto Alegre, Passo Fundo e Bagé, e por

muitas outras instituições como as integrantes do Sistema de Museus e do Sistema de Bibliotecas Públicas, além da Fundação Instituto Gaúcho de Tradição e Folclore, tais como:

- Salão COPESUL/MARGS — 35 anos;
  - Encontros Latino-Americanos de Artes Plásticas I e II;
  - Restauro de Obras de Arte — uma nova visão;
  - Retrospectiva de Francisco Stockinger (em São Paulo e Santa Catarina);
  - Registros de Minha Passagem pela Terra, de Artur Bispo do Rosário;
  - A Gravura Japonesa Contemporânea;
  - A Pintura Naïve Alemã;
  - Henry Moore — Gravuras e Portfólio;
  - Retrospectiva Clébio Sória;
  - Arte e Arte-Educação — 30 anos do Centro de Desenvolvimento da Expressão de Porto Alegre;
  - Ver o Rio Grande;
  - Arte Sul — 89;
  - Rio Grande do Sul-Arte sobre Papel;
- Implantação de Núcleos Culturais desenvolvida pela Coordenadoria de Núcleos Culturais, tendo em vista a integração das manifestações culturais das diversas regiões do Estado, uma perspectiva de renovação, sem prejuízo da identidade cultural dos distintos grupos sociais atuantes no Rio Grande do Sul;
- Integração com eventos comunitários, através de atividades de co-promoção e apoio a propostas emanadas da comunidade, de acordo com a política cultural da Secretaria da Cultura, desenvolvidas pelo Departamento de Ação Cultural, pelos Institutos Estaduais, Museus, Bibliotecas Públicas, Coordenadoria de Núcleos Culturais, Casa de Cultura Mário Quintana e Fundações Vinculadas;
- Desenvolvimento de atividades relativas à realização de espetáculos, concertos, apresentações, audições e recitais das diversas manifestações musicais em teatros e salas de audições, bem como em espaços não convencionais como bibliotecas e museus, através do Instituto Estadual de Música, Fundação Orquestra Sinfônica de Porto Alegre, Fundação Teatro São Pedro, Fundação Instituto Gaúcho de Tradição e Folclore, bem como pela Discoteca Pública Natho Henn, envolvendo: Música ao Meio Dia; Choro é Livre; ENCOMPOR I, II e III; Orquestras Jovens I, II e III; Encontro Estadual de Bandas; Blue Jazz; Música nas Bibliotecas; Música no Museu; Encontros Sinfônicos; Latinomúsica — Mostra de Música Popular Latino-Americana;
- Realização de palestras e conferências visando ao incentivo à circulação de conhecimentos específicos nas diferentes áreas culturais, envolvendo o Departamento de Ação Cultural, a Coordenadoria de Núcleos Culturais, o Instituto Estadual de Cinema, o Instituto Estadual do Livro, o Museu de Artes do Rio Grande do Sul, o Museu Arqueológico do Rio Grande do Sul, o Centro de Desenvolvimento da Expressão, o Sistema Estadual de Bibliotecas,

o Instituto de Artes Cênicas, a Fundação Instituto Gaúcho de Tradição e Folclore e o Instituto Estadual de Artes Visuais;

- Desenvolvimento de pesquisa, pelo Instituto Estadual de Museus e órgãos dele integrantes, Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico, Instituto de Artes Cênicas, Instituto Estadual do Livro, Instituto Estadual de Bibliotecas Públicas e Fundação Instituto Gaúcho de Tradição e Folclore, com vistas ao levantamento de dados e recuperação de bens materiais e imateriais constitutivos da memória cultural do Estado, e compreendendo:
  - Obra teatral de Simões Lopes Neto e Joaquim Alves Torres;
  - Acervo literário de Dyonélio Machado;
  - Acervo de obras teatrais retidas na Censura Federal durante o período militar;
- Prestação de serviços culturais, e atendimento nas instituições, desenvolvidos pelo conjunto dos organismos integrantes da Secretaria da Cultura, diretamente relacionados ao fazer cultural;
- Produção de eventos culturais integrados ao lazer através de atividades de música, teatro, dança, folclore, artes plásticas e de incentivo à leitura, na Capital e Interior do Rio Grande do Sul, com o objetivo de integrar a cultura aos momentos de lazer da população, desenvolvidas pelo departamento de Ação Cultural, Institutos Estaduais de Música, Artes Cênicas e Artes Plásticas, Bibliotecas Públicas e Fundação Instituto Gaúcho de Tradição e Folclore;
- Realização de projetos e eventos especiais, com propostas voltadas para o desenvolvimento sócio-cultural de populações diversificadas, com ênfase no atendimento das necessidades de grupos desprivilegiados, supondo discussão da relação entre produção cultural e desenvolvimento econômico, desenvolvidas pelo Departamento de Ação Cultural, Institutos e Instituições da Secretaria da Cultura;
- Realização de atividades concernentes à publicação de periódicos e de textos representativos da produção literária do Rio Grande do Sul, bem como a publicação de fascículos sobre a vida e obra de autores gaúchos contemporâneos, incluindo também a publicação de textos informativos, para orientação das instituições promotoras de atividades culturais, e referindo-se, ainda, a publicação de conclusões e resultados de pesquisas desenvolvidas no campo da produção de textos para teatro e no âmbito da preservação do Patrimônio. Destaques para:
  - Boletim Informativo "30 Dias de Cultura"; Suplemento Cultural "O Continente";
  - Edição de 116 títulos do Instituto Estadual do Livro, num total de 300 mil volumes, com distribuição de 265.260 volumes;
- Realização de atividades relativas à preservação do patrimônio cultural do Estado, entendido como os bens de natureza material e imaterial denotadores da cultura e da história de um povo, definindo-lhe o perfil e a identidade, desenvolvidas pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado e Instituto Estadual de Museus, e referentes a:
  - Reciclagem da Biblioteca Pública do Estado;
  - Restauração das Pinturas Murais de Aldo Locatelli no Palácio Piratini;
  - Inventários de Bens Móveis e Imóveis em diversos municípios do Estado;
  - Tombamento de Prédios e Acervos Culturais do Estado;

- Reconstrução/restauração de prédios: Casa de Cultura Mário Quintana, Museu de Comunicação Social Hipólito José da Costa, Museu de Artes do Estado, Parque Histórico e Turístico Bento Gonçalves, Museu Histórico Piratini, Museu Júlio de Castilhos, Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul;
- Reaparelhamento do parque técnico da Televisão Educativa;
- Criação do Centro de Animação Cinematográfica;
- Criação da Rádio FM Cultura;
- Realizações relativas ao incentivo da produção teatral no Rio Grande do Sul, com intenção de incrementar o intercâmbio entre grupos teatrais amadores e profissionais da área, atuantes em âmbito estadual e nacional, desenvolvidas pelo Instituto de Artes Cênicas, através de:
  - Festival de Teatro de Canela (I, II, III, e IV);
  - Mostra Gaúcha de Teatro;
  - III Festival Gaúcho de Teatro Amador (Erexim);
  - Festival do Teatro Amador de Camaquã;
  - XV Campanha de Popularização Teatral — Teatro para o Povo;
  - Dança Alegre Alegrete;
  - Dança Porto Alegre;
  - XV Mostra de Teatro Infantil;
  - Festival de Teatro de Bonecos de Canela;
  - Festival Internacional de Teatro de Bonecos;
  - II Festival Internacional de Teatro de Bonecos;
  - III Festival Internacional de Teatro de Bonecos;
  - Festival de Teatro de Pelotas (1989, 1990);
  - Festival de Teatro Amador (1989 — Santiago, Erexim, Santana do Livramento, Bento Gonçalves, Santa Cruz do Sul, Santa Maria, Ijuí, Canoas, Jaguarão);
  - Festival de Teatro Comunitário (Passo Fundo).

As realizações da área cultural desenvolvidas nesta gestão governamental foram marcadas por um alto grau de abrangência e diferenciação, dificultando a referência à sua totalidade e determinando o risco de omissões importantes.

Neste amplo aspecto de realizações, a própria criação da Secretaria de Estado da Cultura é destaque maior.

Considerada como prioridade, a restauração de prédios históricos, dentro de um projeto de resgate do acervo cultural do Rio Grande do Sul, além da relevância que detém em si própria, determinou um aumento significativo de público. A população, sensível às possibilidades

de participação cultural oferecidas por estes espaços, tem comparecido massivamente à Biblioteca Pública do Estado, ao Parque Histórico General Bento Gonçalves, à Casa de Cultura Mário Quintana, consciente de que é aliada na luta pela preservação de valores significativos de sua comunidade.

A implantação de Núcleos Culturais desponta como forma de desenvolvimento cultural apoiada na valorização da participação comunitária. As Semanas de Cultura realizadas no decorrer de 1990 atingiram uma população de 480 mil pessoas, enquanto a promoção Natal na Praça, com diferentes denominações, atingiu 95% dos municípios gaúchos.

### **2.2.2 — FUNDAÇÃO ORQUESTRA SINFÔNICA DE PORTO ALEGRE (FOSPA)**

No período 1987/90 a Fundação Orquestra Sinfônica de Porto Alegre desenvolveu e ampliou suas atuações, articulando a sua atividade-fim, que é a promoção de concertos, com as atividades-meio, necessárias à consolidação e ao bom desempenho de todo seu organismo.

As apresentações da OSPA ao longo desses quatro anos podem ser divididas em dois grandes grupos: os concertos oficiais, realizados no Teatro da OSPA, todas as terças-feiras, de março a dezembro, cumprindo a programação dirigida prioritariamente aos sócios contribuintes, e os concertos especiais, atendendo a solicitações de participação em eventos e locais variados. Nos dois casos, os concertos trazem sempre a atração de um solista ou regente convidado, na maioria das vezes patrocinados por empresas privadas.

Além desses dois grupos, também são importantes os projetos especiais, como os Concertos para a Juventude, em convênio com a Secretaria Estadual de Educação; os Concursos Jovens Solistas, em que os primeiros colocados têm a oportunidade de tocar com a Orquestra Sinfônica; as apresentações no Interior do Estado e até em outros Estados, como foi o caso de São Paulo (Campos do Jordão), Rio de Janeiro e Brasília.

Um trabalho que não pode ser esquecido é a montagem das óperas "La Bohème" (1989) e o "Matrimônio Secreto" (1990).

Com menor número de apresentações, há ainda a Orquestra de Câmara, o Coral Sinfônico da OSPA e a Escola de Música.

Entre as iniciativas de fundamental importância para garantir a manutenção da estrutura da Orquestra, a mais importante foi a realização de concursos para efetivação e recrutamento de professores de orquestra. Foram aprovados e nomeados os instrumentistas necessários ao preenchimento das vagas, completando-se assim o quadro atual de 99 músicos.

Também através de concurso, foram preenchidas as vagas de Regente Auxiliar, Regente de Coral e Regente Assistente.

Como resultado do esforço conjunto da Direção Artística e da Direção Administrativa, a OSPA pode-se orgulhar de ser, hoje, um organismo finalmente consolidado, reconhecida como uma das duas ou três melhores do Brasil. Nos quatro anos a OSPA realizou um total de 268 apresentações.

Se se considerar um número médio de 700 pessoas por concerto, pode-se calcular que a OSPA tocou para mais de 180 mil pessoas nesse período. Para isso também contribuiu, além da sensibilidade do público gaúcho na sua procura pelos bens culturais, o trabalho dos profissionais da imprensa e dos veículos de comunicação, que colocaram à disposição da OSPA seus melhores e mais eficazes espaços de divulgação.

### 2.2.3 — FUNDAÇÃO THEATRO SÃO PEDRO (FTSP)

Reafirmado em sua posição de centro cultural do Estado, o Teatro São Pedro tem vivido, nos últimos quatro anos, uma programação intensa e variada, onde foram vistos espetáculos teatrais adultos e infantis, espetáculos de "ballet" clássico e dança contemporânea, recitais e concertos de música erudita, "shows" de música popular, exposições e eventos especiais.

Durante o período 1987/90, foram mantidos os projetos permanentes: "Música ao Meio-Dia", todas as quartas-feiras às 12:30h, e o "Choro é Livre", todas as 5<sup>as</sup> feiras às 18:30h, ambos sob a coordenação do CODEC, atualmente Secretaria de Cultura, além do Projeto "Blue Jazz", nas sextas-feiras, todos com entrada franca, criando assim uma oportunidade a mais para os artistas gaúchos e para o público da cidade.

Também deve-se ressaltar o trabalho que vem sendo desenvolvido pela Orquestra de Câmara Teatro São Pedro, formada por músicos jovens. A Orquestra vem realizando um concerto mensal no teatro, além de projetos próprios, tendo atualmente marcada uma "tourné" nacional com Renato Borghetti, uma feliz união no intuito de divulgar a música do Estado, e que veio viabilizar a gravação de um disco.

Na área de teatro, um importante projeto teve, em 1990, sua 5<sup>a</sup> edição "Encontro Renner de Teatro" — uma mostra dos espetáculos apresentados por grupos de Porto Alegre, com uma programação paralela de debates e oficinas com convidados de todo o País. Durante uma semana do mês de julho reúnem-se, no Teatro São Pedro, atores, diretores, críticos, iluminadores, jornalistas e público leigo interessado. Esse encontro já alcançou consagração nacional e obrigatoriedade de manutenção por reconhecimento público.

Finalmente deve-se citar o Anexo Cultural do Teatro São Pedro, para a construção do qual foi assinado um Protocolo de Intenções em 1989, entre a Fundação Teatro São Pedro, Governo do Estado do Rio Grande do Sul e Prefeitura Municipal de Porto Alegre. Em novembro de 1990, foi liberada, por iniciativa do Governo do Estado, uma verba para desapropriação dos terrenos lindeiros ao teatro.

Este Anexo pretende abrigar uma réplica do palco do Teatro São Pedro, salas de ensaio, oficinas para confecção de cenário, biblioteca e videoteca, enfim, toda a infra-estrutura de apoio para produção de espetáculos no teatro, e uma vida própria independente. Está prevista também, grande área para estacionamentos subterrâneos pagos, cuja renda poderá financiar toda a despesa do Teatro São Pedro, futuramente.

### 2.2.4 — FUNDAÇÃO PIRATINI — RÁDIO E TELEVISÃO EDUCATIVA (FP-RTE)

No período 1987/90, a Fundação Piratini-Rádio e Televisão Educativa buscou imprimir características de profissionalismo e qualificação aos seus veículos de comunicação — a TV Educativa e a Rádio FM Cultura — um trabalho que iniciou como um desafio, e que hoje, devido ao reconhecimento público, infunde a convicção de que o Rio Grande do Sul tem todas as condições de sediar uma emissora de TV cultural, alternativa, com uma programação diferenciada e qualificada.

Este trabalho teve, como metas básicas, o saneamento financeiro da Fundação, e, conseqüentemente, a implantação de um projeto técnico que garantisse sua permanência e sua expansão, em termos geográficos e de filosofia de programação. Para concretizar estes objetivos, foram ampliadas as fontes de financiamento, partindo para a captação de apoios, patrocínios e recursos, dentro e fora do Estado e do País, em empresas públicas e privadas. Elaborou-se projetos culturais, que garantissem retorno institucional às doações, sendo, porém, fundamental o incentivo sempre presente do Governo do Estado, através de sua política de apoio à Cultura.

Nesses quatro anos, o trabalho da FP-RTE seguiu o objetivo permanente de transmitir ao

público a melhor informação, jornalística e cultural, com isenção e profissionalismo. Da mesma forma, procurou fazer com que a TV Educativa e a Rádio FM Cultura se transformassem em canais de acesso às produções culturais de todo o Estado, divulgando e incentivando todas as manifestações de cultura popular. Hoje, a TVE opera 19 horas ininterruptas, por dia, sendo o 3º pólo produtor entre as emissoras educativas do País.

Sua programação local, que visa a dar aos telespectadores novas opções de programas e de lazer, "exporta" a cultura gaúcha para as 22 emissoras educativas que integram o Sistema Nacional de Radiodifusão Educativa. Em termos de Rio Grande do Sul, ocupa a segunda posição em produção local, enquanto que devido à reforma e ampliação do parque técnico, é a segunda emissora do Estado em recursos técnicos, assim como em área de abrangência: 63 municípios gaúchos recebem sua programação, através de 24 retransmissoras, das quais cinco — Gramado, Bento Gonçalves, Frederico Westphalen, Torres e Caxias do Sul — foram implantadas em 1990.

Partindo da premissa de que informação é cultura, a TVE/RS procurou ampliar as fontes de novos conhecimentos, através de programas de outros Estados e Países, em troca da exibição de sua programação, efetivando, assim, um verdadeiro intercâmbio cultural.

Toda essa vitalidade trouxe, como resultado, o reconhecimento do público e dos próprios profissionais de comunicação, com premiações significativas, como Prêmio ARI para o Jornalismo e Produção; Prêmio Especial do III Fest Vídeo para o programa VT de Vanguarda; e premiações para o setor de esportes.

Além disso, foram realizadas reformas em parte do prédio da TV Educativa que havia incendiado, e hoje lá estão instaladas as Divisões de Recursos Humanos, Financeira e a sala para palestras. Foi reformada, também, toda a instalação de ar-condicionado do estúdio, adquiridos novos transmissores e antena para a TV, ampliada a frota de veículos com quatro kombis, implantado o sistema de vale-refeição para os funcionários, adquirido equipamento de "fac-símile" e dotados, a produção e jornalismo, com os mais modernos equipamentos, como câmeras portáteis S-VHS e um microondas — sistema que permite a ligação do estúdio com locais onde o fato está acontecendo, para transmissão direta de eventos e acontecimentos.

Quanto à Rádio FM Cultura, no ar desde 1989, surgiu e se fixou como uma opção diferenciada em termos de programação. Com base em estudos e pesquisas sobre os gêneros musicais preferidos pelos ouvintes, foi elaborado um projeto que aliou uma programação abrangente, em termos musicais, a horários determinados, incluindo informações jornalísticas, culturais e de utilidade pública.

Hoje, são 290 profissionais de comunicação, que trabalham motivados pela filosofia de que a qualidade da programação é o diferencial, e tendo em mente que a Televisão Educativa e a Rádio FM Cultura são, em primeiro lugar, emissoras à serviço do crescimento social e cultural da população do Estado.

Revisando os conceitos dominantes sobre o que vem a ser Cultura e Educação veiculadas por meios de comunicação de massa, nasceram os programas de utilidade pública, de prestação de serviços, envolvendo todo um universo de temas de interesse permanente, tais como: saúde pública, serviços públicos, debates culturais, políticos e sobre assuntos de educação, enfatizando a permanente prestação de informações sobre a Administração Pública à comunidade, através de entrevistas com autoridades de todos os níveis.

Ampliaram-se os espaços telejornalísticos, promoveram-se debates sobre os grandes temas sociais, econômicos e políticos, procurou-se ensinar formas de aproveitar os poucos recursos de que se dispõe.

A emissora mantém contato com o Exterior, recebendo, periodicamente, programação dos Estados Unidos e Alemanha. Mantém, também, permuta de programação com Cuba. A TVE/RS é a única a exibir especiais cubanos e transmití-los para todas as emissores educativas do País.

No período 1987/90 foram desenvolvidas várias atividades que objetivaram expandir e qualificar a programação e a estrutura dos veículos de comunicação da Fundação Rádio e Televisão Educativa. Entre tantas, destacam-se:

- I Seminário Internacional de Televisões Educativas e Culturais, que reuniu profissionais de vários países. Foram debatidas as programações educativas e culturais; técnicas de produção, conceitos e perspectivas das TVs Culturais no Brasil e no Mundo. Este evento teve grande repercussão nos meios de comunicação nacionais;
- Vídeo-Empresa — com o objetivo de melhor divulgar os veículos da Fundação, foi produzido um vídeo-empresa, abrangendo aspectos técnicos, funcionais e de programação da TVE e Rádio FM Cultura;
- cursos, palestras e artigos sobre informação e meios de comunicação, no Brasil e no Exterior;
- coberturas em eventos especiais;
- minisséries, documentários e “clips”;
- ciclos de cinema, além dos filmes de faixas habituais;
- veiculação de eventos esportivos;
- atividades financeiras, envolvendo procedimentos de importação na área de reaparelhamento técnico;
- atividades relacionadas com a Divisão de Mercado, responsável pela viabilização de recursos alternativos que não só os provenientes dos cofres públicos, servindo-se de projetos de mútua colaboração, apoio cultural, permuta, recebimento de doações e cedências por empréstimos;
- elaboração de projetos para realização de permutas, com apoio cultural à programação local e especiais da Rádio FM Cultura e a TV Educativa, junto a empresas estatais e à iniciativa privada;
- importação de equipamentos para os vários setores, como tubos para câmera e monitores de TV; câmeras para TV e vídeo; monitores de vídeo; sistemas de transmissão, etc.

## **2.3 — SAÚDE E MEIO AMBIENTE**

### 2.3.1 — SECRETARIA DA SAÚDE E DO MEIO AMBIENTE (SSMA)

A política que vem sendo adotada pela Secretaria da Saúde e do Meio Ambiente (SSMA) desde setembro de 1987, com a implantação do Sistema Unificado e Descentralizado de Saúde (SUDS) — convênio firmado entre a SSMA, Ministério da Previdência e Assistência Social (MPAS), Ministério da Saúde (MS), Ministério da Educação (MEC) e Ministério do Trabalho (MT) —, traduz-se na busca de:

- Universalização da assistência e plena garantia do acesso igualitário aos serviços de saúde, a toda a população do Estado;
- Integralidade e melhoria da qualidade dos cuidados à saúde do cidadão;
- Integração e regionalização dos serviços de saúde, de modo a constituírem um sistema único, com o máximo de eficiência e eficácia, de acordo com as características populacionais e epidemiológicas Estado;
- Descentralização efetiva das ações de saúde, através de mecanismos de incrementos de responsabilidade dos níveis locais e regionais na gerência do Setor;
- Desenvolvimento de mudanças no conteúdo das práticas de saúde, através dos distritos sanitários, para garantir a integralidade das ações de saúde (prevenção e cura), a resolutividade do cuidado e sua continuidade;
- Constituição e pleno desenvolvimento de instâncias colegiadas gestoras de ações de saúde, em todos os níveis, com ampla garantia de participação das representações populares e da democratização das decisões;
- Efetivação de uma nova política de recursos humanos para o setor Saúde, que contemple carreiras e cargos com capacitação e reciclagem para as funções, estímulo ao tempo integral e dedicação exclusiva para o Setor.

As atividades da SSMA reportam-se às linhas básicas de atenção à saúde: Atenção aos Indivíduos e Controle Sanitário, Vigilância e Controle Epidemiológico e Vigilância e Controle do Meio-Ambiente.

Estas linhas de atenção desenvolvem-se, ao nível executivo e finalístico, em dois setores distintos e complementares: o de Ações de Saúde e o de Ações sobre o Meio-Ambiente, englobam a assistência aos indivíduos (ambulatorial e hospitalar) e a assistência à coletividade (saneamento, vigilância sanitária, controle ambiental e preservação do equilíbrio ecológico).

Para desenvolver aquelas atividades finalísticas, a SSMA realiza também atividades de apoio técnico-operacional (insumos e medicamentos, análises laboratoriais e desenvolvimento de biotecnologia, hemoterapia e desenvolvimento de recursos humanos), bem como de apoio administrativo-gerencial, além das de apoio logístico e supervisão.

A SSMA, no período, orientou suas atividades dentro do seu principal objetivo estratégico, que é o de implementar e consolidar o SUDS no Estado, através da manutenção de sua rede de serviços próprios que inclui os postos de assistência médica do INAMPS, incorporados pela SSMA.

A consolidação desse processo se dá principalmente no nível local, através da municipalização. O Estado possui hoje 125 municípios já integrados ao processo, com repasses feitos mensalmente, para serem utilizados na manutenção da rede de serviços locais.

O SUDS, no Rio Grande do Sul, tem servido de referência para outros Estados brasileiros, pela efetiva participação social que tem viabilizado na área.

Com relação à rede hospitalar pública do Estado, vêm sendo realizadas obras de recuperação desde o início da atual Administração Estadual. Entre as obras já concluídas, em execução, com projetos prontos e em elaboração destacam-se:

#### — Hospital Psiquiátrico São Pedro

Vêm sendo recuperadas as instalações deste hospital, encontrando-se na seguinte situação:

- **Obras concluídas:** reforma do prédio das caldeiras, do prédio do serviço integrado de assistência à saúde, do prédio da "Unidade Sigmund Freud", do prédio do salão de beleza e barbearia; substituição da rede de vapor da cozinha; instalação de um incinerador de lixo hospitalar; complementação do sistema de distribuição de energia elétrica e iluminação externa; demolição de edificações anexas não pertencentes ao projeto original; desobstrução de áreas e esgotos; reconstrução do telhado do bloco B no prédio central, reforma do pluvial da cobertura do prédio "Unidade Madre Matilde"; canalização de esgotos cloacais do prédio da "Unidade Madre Matilde"; reforma dos banheiros dos prédios "Unidade Felipe Pinel" e "São José"; construção de passeio entre a portaria e o prédio central; reforma da rede de esgotos cloacais, pluviais e mistos; construção do muro de arrimo e reforma dos sanitários do Setor de Pessoal; reforma do prédio da antiga rouparia; reforma do prédio do refeitório central e pavilhão de atividades múltiplas; reforma do sistema de distribuição de água; reforma do prédio da antiga carpintaria; reforma do prédio da "Unidade Madre Matilde".
- **Obras em andamento:** construção de novo acesso geral de pedestres e veículos; reforma do prédio do serviço de administração; restauração do bloco B do prédio central; reforma do prédio das Unidades "Paulo Guedes" e "Morel"; reforma do prédio "Colônia Juliano Moreira".
- **Obras com projetos prontos ou em elaboração:** reforma dos seguintes prédios: necrotério, centro de terapia ocupacional, farmácia, laboratório e depósito; Unidade Kraepelin; Unidade Missões; oficinas profissionalizantes; pavilhão Breuler; creche; Serviço de Nutrição e Dietética; lavanderia e rouparia; Casa de Irmãs; "Unidade Felipe Pinel" e "São José"; "Unidade Mário Martins"; "Unidade Ana Freud"; construção dos seguintes prédios: Clube da Amizade; praça comunitária; restauração dos pavilhões do prédio central.

#### — Hospital Sanatório Partenon

As obras de restauração visam a transformá-lo em hospital geral. Encontram-se na seguinte situação:

- **Obras concluídas:** substituição da rede coletora de esgotos sanitários e pluviais; reforma da cozinha e refeitório;

- **Obras em andamento:** reforma da lavanderia; recuperação (1.<sup>a</sup> fase) do bloco de enfermarias, constando de demolições, fundações, estruturas de concreto armado, alvenaria de tijolos, impermeabilização, e execução da laje de cobertura.
- **Obras com projetos prontos:** complementação das alas de internação dos blocos das enfermarias, construção do centro cirúrgico e do centro obstétrico, construção da UTI e do centro de material, reforma do setor administrativo, radiologia, laboratório e emergência, construção da ala para doenças infecto-contagiosas; construção de novo pórtico de acesso geral de veículos e pedestres.
- **Projetos em elaboração:** implantação da creche e recuperação da rede hidráulica de alimentação dos prédios.

#### — Instituto de Cardiologia

- **Obras executadas:** construção do ambulatório (permite o atendimento de 10 mil consultas eletivas por mês); construção de novo anfiteatro (totalmente equipado e com 120 lugares); aquisição de um incinerador de lixo hospitalar; implantação da central de radiologia, de 130 leitos de internação em enfermaria; ligação do prédio do Instituto de Cardiologia ao antigo Departamento de Perícia Médica; construção do complexo de atendimento de emergência; conclusão da nova área de hemodinâmica; conclusão de detalhes de urbanização e paisagismo; construção do restaurante para 160 pessoas; construção da UTI pediátrica e neo-natal com 10 leitos; construção da UTI de apoio da emergência com 10 leitos; construção do prédio de serviços (subestação elétrica, gerador de bombas de vácuo e ar comprimido e bombas d'água).

#### — Hospital de Alvorada

A partir de 1987, o Hospital passou a ofertar serviços ambulatoriais com a capacidade atual de 60 leitos, com uma taxa de ocupação de 67%. Estão em execução as obras referentes à ampliação do almoxarifado e instalação de incinerador para lixo hospitalar, elaboração de projetos de recuperação da estrutura e impermeabilização, e em estudo, a ampliação do hospital para 150 leitos.

#### — Hospital de Cachoeirinha

A partir de 1987, o Hospital passou a ofertar serviços ambulatoriais, com capacidade atual de 60 leitos com taxa de ocupação de 60%. Estão em execução as obras referentes à instalação de incinerador para lixo hospitalar (com projeto pronto), construção do novo sistema de esgoto (projeto em elaboração), remanejamento das redes de alimentação de energia em alta tensão; e encontra-se em estudo a ampliação do hospital para 150 leitos.

#### — Hospital Geral de Caxias do Sul

Está em execução a construção de uma unidade hospitalar geral com 240 leitos, com área de 12.542m<sup>2</sup>, em convênio com a Prefeitura Municipal.

#### — Hospital Colônia Itapoã

O Hospital Colônia Itapoã abriga ainda remanescentes hansenianos, mas volta-se ao tratamento de doentes mentais crônicos, atuando articuladamente ao Hospital Psiquiátrico São Pedro. Situado em gleba de grande extensão territorial, é um complexo que engloba atividades agrícolas que cumprem dupla finalidade: uma delas, a de laborterapia, e a outra, a de produção de alimentos para seus pacientes e para os demais hospitais da rede estadual.

A recuperação desta unidade hospitalar objetiva dotá-la de melhores condições para atendimento de seus pacientes e para o recebimento de pacientes transferidos do Hospital São Pedro. As obras e serviços apresentam-se desta forma:

- **Obras executadas:** reforma dos pavilhões Waldomiro Feijó e pavilhões 1, 2, 3, 4, 5 e 30; reforma do prédio da Direção e Administração; manutenção e reparos nas praças e no sistema viário; recuperação da rede de distribuição de energia elétrica; reforma dos pavilhões de acesso à área de hansenianos; recuperação da rede de distribuição e sistema de armazenamento de água; reforma do prédio da padaria.
- **Obras em andamento:** reforma e ampliação da rede telefônica; recuperação da rede de esgoto e execução do sistema de tratamento (com colaboração financeira do Consulado da Alemanha); construção de galpão para implementos agrícolas; reforma da lavanderia.
- **Obras em licitação:** construção da sala de ordenha; construção de um galpão de alvenaria.
- **Obras com projetos em elaboração:** recuperação de estábulo da fazenda; recuperação do Serviço de Nutrição e Dietética; construção de 2 silos-trincheira; construção de 2 paióis de milho e central de produção de ração; reforma da casa do mel; construção de galinheiros; reforma da rede de vapor; reforma de 75 residências de pacientes e funcionários; reforma de 12 pavilhões de internação; reforma da enfermaria de hanseníase; reforma do salão comunitário; reforma da casa das Irmãs; reforma do almoxarifado; reforma da escola interna dos pacientes hansenianos. Com relação aos demais serviços prestados pela SSMA, são de destacar:

#### — **Laboratório Farmacêutico do Estado (LAFERGS)**

Responsável por boa parcela do fornecimento de medicamentos às Unidades Assistenciais da SSMA, produzindo em unidade de medicamentos 49.361.507, em 1987; 51.600.056, em 1988; 78.116.434, em 1989, e 31.282.574, até 30/10/90.

Foi elaborado Plano Diretor de ampliação e recuperação física do Laboratório, prevendo a duplicação da produção em 1989 e a triplicação em 1990, encontrando-se na seguinte situação: aquisição de 20 novos equipamentos, perfazendo aproximadamente US\$ 2,5 milhões; recuperação das máquinas e equipamentos, modernizando-se os procedimentos de Controle de Qualidade e aumento da capacidade de produção.

Encontram-se em fase de execução as obras de reforma e ampliação do prédio central de produção (1430 m<sup>2</sup>) e de construção de novos vestiários (570 m<sup>2</sup>).

Apresentam projetos elaborados as seguintes obras: construção de novos almoxarifados (1280m<sup>2</sup>); unidade para injetáveis e assépticos (1.063m<sup>2</sup>); unidade para a administração (480m<sup>2</sup>); e adaptação de prédio para central de utilidade (327m<sup>2</sup>).

Foi, ainda, retomada a programação física com a CEME, que estava interrompida desde 1984 em função de problemas de relacionamento entre as partes e deterioração física das instalações por falta de manutenção.

#### — **Programa de Saneamento Comunitário (PROSAN)**

Os objetivos do programa atentam para a melhoria da qualidade de vida da população de baixa renda residente nas áreas periféricas dos centros urbanos, aglomerados urbanos e escolas do meio rural desprovidos de infra-estrutura básica de saneamento, visando ao controle de doenças transmissíveis e tóxi-infecções. Sua ação dá-se pela implantação de: melhorias sanitárias domiciliares, módulos sanitários, ligações domiciliares de água, obras de abastecimento de água, extensão de rede de esgoto e ações educativas. A implantação das melhorias é acompanhada de ação educacional sobre a população-alvo.

Entre as atividades desenvolvidas pelo PROSAN, no período 1987/90, podem ser destacadas:

- Construção de 713 obras de saneamento, em convênio com Prefeituras Municipais, compreendendo sistemas simplificados de abastecimento de água, extensões de rede de água e de esgoto em vilas rurais e periféricas dos centros urbanos, somando 1.431.943 metros de rede subterrânea implantadas;
- Implantação de 10.234 módulos sanitários propiciando a instalação de 51.771 melhorias sanitárias em água, dejetos e lixo;
- Celebração de 713 contratos de Prestação Mútua de Serviços, abrangendo 173 Prefeituras, e beneficiando 386.836 pessoas, 159 escolas e 6423 alunos.
- **Instituto de Pesquisas Biológicas (IPB)**

Responsável pelo diagnóstico com base em parâmetros fundamentais na área de saúde pública, como virológicos, bacteriológicos, parasitológicos, bem como pela produção de vacinas contra a raiva humana e insumos laboratoriais, o IPB é credenciado pelo Ministério da Saúde como Laboratório de Referência para a Região Sul e como Centro Nacional para avaliação de resultados. Suas instalações foram recuperadas, modernizando-se tecnologicamente, através de aquisição de equipamentos e do treinamento do seu quadro funcional. Visando a fortalecer, modernizar e proporcionar maior agilidade a seus laboratórios, o IPB receberá novo prédio, com uma área de 6.000m<sup>2</sup>, atualmente em construção ao lado do Laboratório Farmacêutico do Estado do Rio Grande do Sul. A produção anual de vacina anti-rábica humana foi: 1987 — 398.942 doses; 1988 — 813.633 doses; 1989 — 616.000 doses; 1990 — 403.000 doses. Essa produção atende a um terço das necessidades do País. Em 1989, exportou-se mais de 200 mil doses dessa vacina.

#### — Departamento do Meio-Ambiente (DMA)

A política de meio-ambiente preconizada visa a compatibilizar desenvolvimento sócio-econômico com proteção ambiental.

A Lei nº 9.077, de 04 de junho de 1990 criou a Fundação Estadual de Proteção Ambiental (FEPAM).

Entre as ações realizadas na área do meio-ambiente pela SSMA destacam-se: ênfase nos entendimentos com a Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul (FIERGS); convênio entre o Governo do Estado e a República Federal da Alemanha criando o programa de Cooperação Técnica com a Deutsche Gesellschaft Fur Technische Zusammenarbeit (GTZ) atuando na questão de saneamento ambiental da Região Metropolitana de Porto Alegre e Rio Grande; programa para o Desenvolvimento Racional, Recuperação e Gerenciamento Ambiental da Bacia Hidrográfica do Guaíba, que atinge 1/3 do território e 70% da população do Rio Grande do Sul (tramitando no BID).

Dentre as atividades de fiscalização, licenciamento e monitoramento ambiental, salientam-se: fiscalização de mais de 4 mil fontes de poluição ambiental concentradas na Bacia Hidrográfica do Guaíba; expedição, pelo setor de licenciamento ambiental, de 804 licenças a empreendimentos potencialmente poluidores e 8.184 alvarás a indústrias do Estado; 18 mil análises físico-químicas de qualidade das águas; 800 medições de qualidade do ar; convênio entre a Comissão Interministerial para os recursos do Mar e o Governo Estadual, implementando o Programa de Gerenciamento Costeiro; Conferência de Meio-Ambiente (CONFEMAS) sobre temas ambientais concernentes às Leis Orgânicas dos Municípios.

O Departamento propicia, através de convênio com o Banco de Desenvolvimento do Estado do Rio Grande do Sul (BADESUL) a abertura de linhas de financiamento às indústrias, para tratamento de efluentes, e às Prefeituras, para implantação de usinas de lixo.

### — Centro de Informações Toxicológicas (CIT)

Atende à demanda da população quanto à informação referente à toxicologia de drogas e animais, sendo um centro de referência e modelo de eficiência no que tange à rapidez e precisão da informação e acompanhamento dos casos.

### — Hemocentro do Rio Grande do Sul

O Hemocentro é encarregado de coordenar as atividades hemoterápicas relativas à coleta, estocagem e distribuição de sangue e seus componentes. Em termos físicos, foi ampliado o prédio para instalação de unidade de liofilização de crioprecipitado, possuindo projeto para instalação de um ponto fixo de coleta de sangue no centro de Porto Alegre. A partir de 1991, ampliar-se-á a assistência aos hemofílicos. O número de doadores, no período 1987/90, aumentou sensivelmente: 1987 — 667; 1988 — 1.580; 1989 — 4.643 e 1990 — 4.853 doadores, representando um aumento de 727% no período.

Atualmente, encontra-se em fase final de construção os Hemocentros de Pelotas, Santa Maria e Passo Fundo, com recursos do Ministério da Saúde.

### — Compra de Serviços

À Diretoria de Articulação com Prestadores de Serviços (DAPS) compete estabelecer estratégias gerenciais de compra, controle de avaliação de serviços médico assistenciais e complementares. Cabe ressaltar que esta competência está vinculada às necessidades de complementar os serviços produzidos pela rede pública, considerando a produtividade e resolutividade da mesma.

No ano de 1990, os gastos efetuados na compra de internações hospitalares representaram 836.946 AIH (Autorização para Internação Hospitalar) pagas, perfazendo um montante de Cr\$ 13,9 bilhões (até outubro de 1990). Na assistência ambulatorial e serviços complementares, o número de consultas compradas foi de 11.938.592, representando um custo de Cr\$ 10,3 bilhões até outubro/90.

Outra forma de prestação de serviços é representada pelos convênios firmados pela SSMA com hospitais filantrópicos e universitários que hoje totalizam 90 hospitais conveniados custeados com recursos do SUDS.

### — Departamento de Informações e Divulgação em Saúde e Meio-Ambiente (DIDS)

Criado pelo Decreto nº 33.034, de 16 de dezembro de 1988, este Departamento é responsável pelos serviços de informação sobre: mortalidade, nascidos vivos, estimativas populacionais, produção de serviços de unidades sanitárias, cadastro e movimento hospitalar, registro de câncer, boletim epidemiológico semanal, fornecimento de dados e supervisão. Atua na implantação, acompanhamento, desenvolvimento e avaliação do sistema de informação que auxiliam o gerenciamento. Planejou e executou ações de divulgação das atividades da SSMA como campanhas de vacinação, Operação Litoral, Agrotóxicos "Ajude a acabar com este Veneno", edição do jornal RS/SAÚDE; produção de vídeos educativos e do boneco "Zé Gotinha" como suporte às campanhas de vacinação.

Entre as outras ações ou serviços da SSMA destacam-se:

- Formação e manutenção de bancos de leite humanos, visando a incentivar o aleitamento materno e a orientar o desmame. Já existem 21 bancos de leite humano em hospitais e em 4 empresas privadas;
- Prevenção do câncer ginecológico: 200 ambulatórios instalados;

- Inspeção veterinária: 296 estabelecimentos de produto de origem animal inspecionados;
- Controle de vetores e zoonoses: controle do culicídeos (mosquitos) — 33 municípios visitados; controle do simulídeo (borrachudo) em 26 municípios, com inspeção de focos;
- Serviços de Controle de Prédios e Instalações: 45.442 vistorias realizadas;
- Banco de sangue: recadastramento de bancos de sangue, visando ao maior controle das doenças transmissíveis, especialmente AIDS, e reativação da produção de hemoderivados e do tratamento de hemofílicos: há 126 bancos de sangue cadastrados, sendo que 57 recebem acompanhamento;
- Dermatologia Sanitária: controle em três áreas: hanseníase, doenças sexualmente transmissíveis e outras dermatoses (escabiose e pediculose);
- Controle da Tuberculose: notificados, em 1989, 4.614 casos, dos quais 81 % dos pacientes obtiveram cura e 12 % abandonaram o tratamento. A incidência da doença está em média 6,2% menor a cada ano, apresentando uma curva decrescente;
- Laboratórios públicos: manutenção de 63 laboratórios regionais e locais, para o apoio-diagnóstico;
- Parasitoses sistêmicas (hidatidose): este serviço é o único que realiza diagnóstico em nível nacional, atendendo solicitação de outros Estados;
- Suplementação alimentar e recuperação nutricional: 258.591 crianças acompanhadas, com distribuição mensal de 13 mil kg de leite em pó para atendimento de 6.500 crianças desnutridas, em 28 municípios;
- Acompanhamento com supervisão, fiscalização e treinamento de recursos humanos, em 2.258 creches do Estado, que atendem 105 mil crianças de zero a 6 anos;
- Serviços de Acupuntura em funcionamento desde dezembro de 1988, atendendo em média de 12 a 15 pacientes/dia;
- Serviço Ambulatorial de Homeopatia: implantado em 1988, fornecendo medicamentos homeopáticos gratuitamente, através de convênios firmados com farmácias homeopáticas. A partir de 1991, estes medicamentos serão produzidos pela SSMA;
- Medicamentos distribuídos (1987 a 1990): 387.535.000 unidades, sendo 98.853.000 unidades em 1990;
- Odontologia Sanitária: o enfoque principal da proposta foi mudar o eixo de uma prática odontológica tradicional centrada no indivíduo, no assistencialismo e tratamento da doença instalada, para o desencadeamento de ações voltadas para a manutenção da saúde e do coletivo; implantação de módulos de atendimento odontológico no interior e Capital; instalação de 5 centros de Atenção Integral à Saúde Bucal; recuperação de 130 consultórios e aquisição e distribuição de 120 novos equipamentos; e realização de cursos, encontros e treinamentos capacitando os recursos humanos da área;
- Criação do Centro de Reabilitação Bucal para confecção de próteses dentárias no Centro de Saúde nº 2;
- Política de Atenção Integral à Saúde do Adolescente: 15 locais com serviços estruturados;
- Criação do CDQUIM: atendimento a dependentes químicos no Hospital Parque Belém.

A SSMA dispõe de 1.068 Postos de Saúde que oferecem cuidados básicos, assistência médica e odontológica, dos quais 105 constituem-se em unidades assistenciais do INAMPS, anexados à rede da Secretaria.

Nestes postos foram realizadas mais de 2.762.492 vacinas em menores de um ano contra difteria, tétano, coqueluche, paralisia infantil, sarampo e tuberculose. As campanhas de vacinação contra a poliomielite atingiram, em todas suas etapas, percentuais superiores a 90% de cobertura vacinal.

Com relação aos programas de assistência, a Divisão de Ações Básicas engloba vários subprogramas, a saber: Programa de Atenção à Criança (PAISC); Programa de Atenção aos Estabelecimentos de Cuidados à Criança (PAECC); Programa de Atenção à Saúde da Mulher (PAISM); Programa de Atenção à Saúde do Trabalhador (PAIST); Programa de Atenção à Saúde do Idoso (PAISI); Programa de Atenção à Saúde do Adolescente (PAISA); Programa de Atenção à Saúde Mental (PAIS Mental); Programa de Atenção à Saúde Bucal (PAISB).

É de salientar como de particular importância para o Setor Saúde a atuação do Conselho Estadual de Saúde (CES), órgão colegiado, criado pelo Decreto nº 33.199, de 02/06/89, e constituído por 40 conselheiros — 20 representantes de órgãos governamentais e 20 representantes da sociedade civil.

O CES, com funções deliberativas, normativas, fiscalizadoras e consultivas, tem como objetivos básicos o estabelecimento, acompanhamento, controle e avaliação da Política Estadual de Saúde e do Meio-Ambiente e o estabelecimento de instruções e diretrizes gerais para a formação e funcionamento das Comissões Interinstitucionais Municipais de Saúde (CIMS).

Dentre as atividades realizadas destacam-se: realização do I Plenário Estadual das CRIS/CIMS/CES, com a presença de 146 municípios; de 30 reuniões plenárias para discussão de propostas de interesse da Política e Sistema de Saúde bem como análise e aprovação de 40 Processos de Planos de Municipalização da Saúde. Destaca-se o pronunciamento do CES/RS em assuntos de relevância nacional, como Lei Orgânica Nacional de Saúde; IX Conferência Nacional de Saúde; elaboração de proposta, em conjunto com SSMA, de Lei Orgânica Estadual e Código Sanitário, atividade que vem sendo executada; acompanhamento e orientação aos organismos colegiados regionais e municipais, CRIS e CIMS, realizado "in loco", objetivando garantir a efetiva participação e gestão social.

## **2.4 — SANEAMENTO**

#### **2.4.1 — COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO (CORSAN)**

A CORSAN tem como objetivo a realização de estudos, projetos, construção e exploração dos serviços públicos de abastecimento de água e esgotos sanitários no Estado, bem como quaisquer outras atividades próprias ao saneamento básico.

As metas de atendimento estabelecidas para a Companhia consistem em abastecer com água a 92 % da população urbana das localidades onde opera e a atender com serviços de esgotos a 50 % das cidades mais populosas, assim como a de preservar os mananciais aquíferos utilizados no abastecimento público.

Atualmente, a população abastecida pela CORSAN corresponde a 4.483.000 habitantes, ou seja, a 90,8 % da população urbana das localidades onde a Empresa presta este serviço, 62 % da população urbana do Estado.

Em 1990, o acréscimo da população abastecida em relação à do ano anterior, foi de 155 mil habitantes, em decorrência da execução de obras de ampliações dos sistemas.

São administrados pela Companhia sistemas que abastecem 281 localidades.

Relativamente aos serviços de Esgotos Sanitários, a população atendida é de 419 mil habitantes, ou seja 8,5 % da população urbana das localidades onde atua a CORSAN.

Em 1990, o acréscimo da população atendida com esgotos, em relação à do ano anterior, foi de 11.200 habitantes.

Como principais obras executadas no ano, podem ser enumeradas: a ampliação da rede de distribuição de água em 497 km; o aumento da reservação em 5.850m<sup>3</sup>; a perfuração de 160 poços e a execução de 70 montagens eletromecânicas; a ampliação da rede coletora de esgotos em 47.000m; e o assentamento de 3.300m de emissários.

Além destas, encontram-se em andamento ampliações de diversos sistemas de abastecimento de água.

Estas ampliações representam um aumento da produção de água tratada de 950 l/s; um aumento da reservação em 23.000m e uma ampliação da rede de água em cerca de 200 km.

Quanto ao esgoto sanitário, encontram-se em andamento as implantações dos sistemas de Canoas e de Tramandaí.

No decorrer do ano, foram implantados ou incorporados à Companhia, oito sistemas de abastecimento de água em sedes municipais, encontrando-se em fase de conclusão a implantação de mais dois sistemas.

Em obras de ampliações de sistemas de abastecimento de água e de esgotos, foram investidos, no ano, 43 milhões de BTN's, provenientes de recursos obtidos da CEF, através de financiamentos; de recursos próprios da Companhia e de recursos oriundos do Governo do Estado.

O setor relativo à Elaboração de Projetos teve apreciável desempenho face ao grande número de trabalhos executados no ano, trabalhos estes indispensáveis ao encaminhamento de pedidos de financiamentos e posterior execução das obras.

Assim, foram elaborados 10 projetos de ampliações gerais de sistemas de abastecimento de água; 42 projetos de aproveitamento de poços; 54 projetos de reservatórios; 5 projetos de barragens, encontrando-se, ainda, 5 em elaboração; 5 estudos de concepção de ampliação de sistemas de abastecimento de água; 11 especificações completas para contratação de projetos; 25 estudos e projetos de implantações e ampliações de sistemas de esgotos além da análise de 125 projetos relativos a loteamentos particulares.

Relativamente ao Programa de Desenvolvimento Operacional (PECOPE), continuam as atividades rotineiras de correção de vazamentos nas redes de distribuição de água e processa-se a aquisição de hidrômetros, visando à redução do consumo.

Durante o ano, foram adquiridos 71.900 hidrômetros, dos quais, já foram recebidos cerca de 40.000. Mais 100.000 estão sendo objeto de licitação e outros 50.000 encontram-se nas Oficinas para a recuperação e posterior reaproveitamento.

Com relação ao Desenvolvimento dos Recursos Humanos, foram treinados 947 funcionários, através de 26 cursos e seminários ministrados pelo Centro de Treinamento da CORSAN, além de 405 funcionários terem frequentado 28 cursos e seminários externos, totalizando 1.352 treinandos, ou, aproximadamente, 27% do efetivo total da Empresa.

Relativamente ao quadriênio 1987/90, merecem registro as principais realizações da Companhia, que, resumidamente, consistem no aumento do volume da reservação em 13.737m<sup>3</sup>; na ampliação da rede de água em 1.899 km; na perfuração de 508 poços; no aproveitamento de 212 poços profundos; na implantação ou encampação de 14 sistemas de abastecimento de água e no aumento da produção de sistemas com captação superficial em 1.183 l/s.

No que se refere ao esgoto, foram assentados 403 km de rede coletora.

Deve ser destacado que, a partir do 2º semestre de 1989, foi iniciado e se encontra em execução um Plano de Investimentos com recursos do Governo do Estado, através do qual serão realizadas ampliações gerais de alguns sistemas de abastecimento de água, bem como serão expandidas as redes de água e a reservação de outros sistemas, e implantado um sistema de esgoto.

Prevê-se que, ao término das execuções, o volume da reservação seja elevado em mais 45.000m<sup>3</sup>; a rede de distribuição seja ampliada em mais de 600 km; mais 150 poços sejam perfurados e que 19 sistemas de abastecimento de água sejam implantados e um sistema de esgotos, na região do Litoral (Tramandaí).

Outrossim, referência especial deve ser feita ao projeto criado pelo Governo do Estado, que culminou com a contratação do financiamento de US\$ 24 milhões, através do Programa Integrado de Melhoria Social (PIMES), visando à ampliação de redes de distribuição d'água e de ampliações e melhorias de sistemas de esgotos, obras estas que proporcionarão benefícios a uma elevada população, a maioria da qual de baixa renda familiar e habitando as periferias urbanas.

Além disso, pelo mesmo Programa será ativado um plano de desenvolvimento operacional com a instalação imediata de 100 mil hidrômetros.

As primeiras providências para o desenvolvimento deste Programa já foram concretizadas com a licitação em andamento para a aquisição dos 100 mil hidrômetros e de 200 mil metros de canalizações.

Com relação aos Recursos Hídricos, a Assessoria para Preservação dos Recursos Hídricos coordenou as ações de diversos setores da CORSAN, visando à preservação e à recuperação dos recursos hídricos, bem como ao atendimento a problemas localizados de mananciais utilizados para o abastecimento público.

Houve ações bem sucedidas junto às autoridades ambientais e junto a fontes poluidoras em ocorrências que colocaram em risco a qualidade da água captada.

Intensificaram-se as ações na linha do gerenciamento dos recursos hídricos, reforçando-se a postura preventiva aos efeitos da poluição e ao uso indiscriminado dos mesmos.

Houve participação ativa no estudo e elaboração de subsídios para o Sistema Estadual de Gestão dos Recursos Hídricos, visando à regulamentação do Artigo 171 da Constituição Estadual.

Foram desenvolvidos trabalhos interinstitucionais relacionados com o gerenciamento dos recursos hídricos, especialmente com a METROPLAN, o DMA/SSMA, a CIENTEC, a EMATER/RS, o DMAE/PA, o DNAEE, o CONRHIRGS, Prefeituras Municipais e Câmaras de Vereadores. Foram prestados assessoramento e orientação técnica a projetos e iniciativas locais nas áreas de recuperação e preservação de recursos hídricos e de educação ambiental.

A participação nos Comitês de Gerenciamento de Bacias Hidrográficas centralizou os esforços da CORSAN, neste campo, tendo havido diversificação de atividades e envolvimento de maior número de recursos humanos e técnicos de diversos setores da Companhia. No Comitê de Gerenciamento, Preservação e Pesquisa da Bacia Rio dos Sinos (COMITESINOS), está em operação a rede de monitoramento qualitativo, resultado de convênio entre CORSAN, DMA/SSMA, DEMA/PA, METROPLAN, DNAEE e SEMAE/São Leopoldo e foram desenvolvidos estudos sobre o Índice de Qualidade da Água (IQA), a ser fornecido periodicamente à população. A CORSAN desencadeou o Programa de Saneamento Ambiental da Bacia do Arroio Pampa (Novo Hamburgo), participando, ainda, de diversas outras ações do Comitê, nas áreas de resíduos sólidos, uso do solo, efluentes industriais, educação ambiental e desenvolvimento institucional.

Quanto ao Comitê de Gerenciamento da Bacia do Rio Gravataí, foram dispendidos esforços intensos no sentido de viabilizar a elaboração do projeto da barragem da Olaria Velha, junto às autoridades e Órgãos Técnicos, tendo a CORSAN assumido a condição de empreendedor da obra, representando os interesses múltiplos do Comitê. Houve grande participação na consolidação institucional e operacional dessa Entidade, inclusive pelo exercício da Vice-Presidência por parte do representante da CORSAN. Igualmente, houve contribuições em estudos e ações relativas a resíduos sólidos, educação ambiental, uso do solo, efluentes industriais e, particularmente, esgotos sanitários.

Houve participação nos trabalhos referentes ao Programa para o Desenvolvimento Racional, Recuperação e Gerenciamento Ambiental da Bacia Hidrográfica do Guaíba (PRÓ-GUAÍBA).

#### **2.4.2 — SISTEMA INTEGRADO DE TRATAMENTO DE EFLUENTES LÍQUIDOS (SITEL)**

O Sistema Integrado de Tratamento de Efluentes Líquidos do Pólo Petroquímico do Sul (SITEL), vinculado através de Superintendência à Companhia Riograndense de Saneamento — CORSAN, tem por atribuição básica filtrar os resíduos líquidos industriais resultantes das atividades das indústrias do Pólo Petroquímico do Sul, impedindo o comprometimento da in-

tegridade do ecossistema da região, ao mesmo tempo em que viabiliza o desenvolvimento das atividades comerciais e industriais do segmento petroquímico em sua configuração de grande gerador de riquezas, traduzidas em empregos diretos e indiretos, em produtos de alta tecnologia e bens de consumo.

A partir de julho de 1990, o SITEL, através de contrato celebrado com o Conselho das Usuárias do Sistema, assumiu o gerenciamento do (SICECORS) Sistema Centralizado de Controle de Resíduos Sólidos, cuja administração vinha sendo exercida pela COPESUL até então, ampliando assim o leque dos serviços prestados pela CORSAN no Pólo Petroquímico de Triunfo, compreendendo a coleta, transporte e disposição dos resíduos sólidos industriais resultantes das atividades da diversas Empresas do Pólo e Refinaria Alberto Pasqualini.

Ao longo de 1990, foram desenvolvidas destacadamente, as seguintes atividades de estudos e pesquisas, além das rotineiras:

a) pelo SITEL:

- Análise de Poluentes Prioritários em efluentes;
- Investigação sobre aplicação de iodo em culturas;
- Interpretação de dados de consumo/demanda de energia elétrica;
- Biomonitoramento do efluente através de utilização de "Short Term Embryolarval Test";
- Estudo da histologia de larvas de peixes expostas aos efluentes ;
- Teste de mutagenicidade dos afluentes tratados;
- Estudo de adaptação das macrófitas nos efluentes petroquímicos.

b) pelo SICECORS:

- Avaliação técnica das condições operacionais das unidades e instalações da Planta;
- Estudo de viabilidade para implantação de unidade para incineração de resíduos.

Com relação ao desempenho técnico-operacional do Sistema de Tratamento, foram processados pelo SITEL em 1990, 4.227.000 m<sup>3</sup> de efluentes orgânicos, e 1.670.000 m<sup>3</sup> de efluente inorgânico, proveniente das indústrias do Pólo.

No mesmo período, o SITEL procedeu à disposição final no solo, de 6.463.000 m<sup>3</sup> de efluentes tratados, e 8.300 m<sup>3</sup> de lodo descartado do processo biológico.

Ficaram comprovados no período, os elevados níveis de eficiência alcançados nos sete anos de operação do Sistema, destacando-se, por exemplo, remoções médias de 96% da Demanda Bioquímica de Oxigênio (DBO), 90% da Demanda Química de Oxigênio (DQO), e 65% de Sólidos Suspensos Totais (SST), índices estes que superam inclusive as previsões iniciais de projeto.

Os resíduos sólidos medidos, recebidos nas diversas unidades do SICECORS, a partir de julho de 1990, foram:

- |                                      |                      |
|--------------------------------------|----------------------|
| — Resíduos Sólidos Comuns (RSC)      | 4.200 m <sup>3</sup> |
| — Resíduos Sólidos Industriais (RSI) | 400 m <sup>3</sup>   |

— Resíduos Sólidos Industriais Especiais (RSIE) 200 m<sup>3</sup>

Cumulativamente, os resíduos sólidos dispostos nas diversas Unidades do Sistema ao final de 1990, foram:

— Aterro Sanitário 49.350 m<sup>3</sup>

— Pátio de Tambores 400 m<sup>3</sup>

— Landfarming 2.300 m<sup>3</sup>

— Valos de Tratamento e Disposição de Resíduos Industriais Especiais Orgânicos 11.400 m<sup>3</sup>

— Valos de Tratamento de Disposição de Resíduos Industriais Especiais Orgânicos 3.400 m<sup>3</sup>

Os custos de operação do SITEL, cujos recursos advêm das Indústrias do Pólo Petroquímico, representaram em 1990, em termos globais, 12,2 milhões de BTN's. O custo unitário do tratamento, no mesmo período, foi de US\$ 1,35/m<sup>3</sup>.

No SICECORS, a partir de julho de 1990, momento em que a CORSAN assumiu o gerenciamento do Sistema, os custos operacionais totalizaram 740 mil BTN's, repassados às Usuárias da Estação.

Foram concluídas no exercício de 1990, as obras referentes à Ampliação do Sistema de Disposição Final do Efluente sobre o Solo, com investimento global de US\$ 4,5 milhões duplicando a capacidade de descarte final de efluente, a partir do Tratamento Terciário.

## **2.5 — TRABALHO, AÇÃO SOCIAL E COMUNITÁRIA E HABITAÇÃO**

### **2.5.1 — SECRETARIA DO TRABALHO, AÇÃO SOCIAL E COMUNITARIA (STASC)**

A Secretaria do Trabalho, Ação Social e Comunitária (STASC), organismo responsável pela política social do Governo do Estado, tem como objetivo maior a redução das desigualdades sociais. Com função normativa, gestora, articuladora e executora, tem sob sua responsabilidade as políticas públicas das áreas do Trabalho, Assistência e Promoção Social, e Habitação.

A STASC e seus órgãos vinculados — Companhia de Habitação do Estado do Rio Grande do Sul (COHAB), Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor (FEBEM), Fundação Sul-Riograndense de Assistência Senador Tarso Dutra (FUNDASUL), e Fundação Gaúcha do Trabalho/Sistema Nacional de Emprego (FGT/SINE) norteiam o seu trabalho pelas “Diretrizes Gerais de Ação”, consubstanciadas nos seguintes pontos básicos:

- Participação na implantação de uma política social no Estado do Rio Grande do Sul, orientada para o exercício da cidadania. Isto se dá através do fortalecimento dos canais de comunicação com a comunidade, facilitando às camadas mais desfavorecidas da população o acesso ao trabalho, à renda e aos serviços sociais básicos;
- Articulação dos organismos públicos e privados voltados para a área social visando à coordenação de ações e à racionalização dos recursos humanos e financeiros do Estado, buscando evitar a fragmentação e a superposição de ações e de recursos;
- Descentralização da política social ao nível municipal, adequando os programas às necessidades de cada município.

Dirigindo seus esforços para a melhoria da qualidade de vida das camadas mais carentes da população urbana e rural, a STASC concretiza suas diretrizes em quatro grandes áreas de ação:

- **Apoio ao Trabalhador**, implementado através da FGT e do SINE — tem como objetivo apoiar técnica e financeiramente o trabalhador urbano e rural, desenvolvendo ações que garantam a melhoria dos níveis de emprego, ocupação, renda e ampliação dos espaços para defesa de seus interesses. Este apoio se dá através das seguintes linhas de ação: Promoção de Ocupação e Renda; Desenvolvimento do Artesanato; Manutenção do Serviço Público de Emprego; Formação Profissional; Relações do Trabalho;
- **Assistência às Comunidades e Promoção Social**, implementada através da FUNDASUL — objetiva apoiar as comunidades de baixa renda, tendo em vista a sua autopromoção, a criação de canais adequados de reivindicação, a efetiva participação social dos indivíduos na criação e controle de obras, bem como o atendimento de situações emergenciais dessa população;
- **Assistência e Promoção do Menor**, pela qual a STASC, através de seu órgão vinculado — Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor (FEBEM) —, tem o papel de atender direta-

mente às crianças e adolescentes carentes, abandonados e infratores, tendo como linha fundamental a promoção e garantia dos direitos das crianças e adolescentes;

- **Habitação Popular**, que tem por objetivo proporcionar melhores condições de habitabilidade às populações de baixa renda, promovendo o acesso à moradia, sendo esta entendida de forma integrada ao contexto urbano, com atendimento global das demandas de serviços e equipamentos.

No período 1987/90, dentre os Projetos Prioritários de Governo, a STASC desenvolveu diretamente os seguintes:

- **Iniciativas da Comunidade**

Criado pela STASC e desenvolvido em conjunto com a FUNDASUL, objetivou auxiliar a comunidade para concretização de algumas de suas aspirações coletivas, através de convênios de cooperação técnica e financeira assinados com as Prefeituras Municipais e Entidades atuantes da Comunidade. As ações previstas neste Programa envolveram as seguintes linhas: Equipamentos Comunitários, Pequenas Melhorias Comunitárias, Atividades Culturais e de Lazer, Atividades Produtivas e Oficinas-Escola.

Desde sua implantação, em 1989, foram contemplados cerca de 1.250 projetos, através de convênios assinados com 379 Prefeituras e 869 Entidades da comunidade, onde foram aplicados Cr\$ 183,66 milhões.

- **Universidade do Trabalhador**

Objetiva proporcionar aos trabalhadores um espaço onde possam ser desenvolvidos, de forma sistemática e com a infra-estrutura necessária, encontros, congressos, cursos de formação sindical e atividades culturais junto ao Parque de Recreação do Trabalhador, em São Leopoldo.

Busca também atender à demanda crescente dos trabalhadores em relação à educação e à formação sindical, visando a resgatar o processo educativo como "praxis social", de forma orgânica e sistemática.

Em 1990, foram encaminhadas e concluídas as obras de um complexo que coloca à disposição dos trabalhadores das mais diferentes categorias profissionais um centro de eventos, um centro didático e alojamentos para 100 pessoas.

O Centro Didático-Administrativo, com 539 m<sup>2</sup> e com capacidade para atender, em suas 7 salas de aula, até 200 pessoas, conta ainda com 3 salas para a Administração da Universidade e uma sala para a Biblioteca.

O Centro de Eventos contempla uma área de 992 m<sup>2</sup>, constituída de auditório para 400 pessoas, e 2 salas para Convenções, com capacidade para 40 pessoas em cada uma e um complexo de Bar/Restaurante, com capacidade para atender 700 pessoas.

Os alojamentos para 100 pessoas, com área total de 532 m<sup>2</sup> constituídos de 6 módulos de 4 apartamentos cada módulo, são distribuídos por várias áreas do Parque.

O gerenciamento da Universidade deverá ser efetuado de forma conjunta entre o Governo do Estado e Movimento Sindical, cabendo a este último, além das responsabilidades administrativas, a execução de atividades programáticas.

- **S.O.S. Criança**

Este Serviço foi colocado à disposição da população de Porto Alegre a partir de 3 de agos-

to de 1990, para auxiliar na resolução de problemas relacionados com crianças e jovens de 0 a 18 anos, vítimas de negligência, abandono, maus tratos e uso de drogas.

Os registros de ocorrência recebidos têm encaminhamento à equipe especializada, conforme o problema detectado, para prestação de socorro. Conta com uma equipe técnica formada por profissionais de diversas áreas, como psicólogos, assistentes sociais, advogados e técnicos em educação, objetivando oferecer uma terapia social para crianças e adolescentes.

O Programa conta, ainda, com uma Rede de Proteção para encaminhamento das crianças, quando o caso requerer, através de Entidades conveniadas e subvencionadas pelo Estado: Centro de Dependentes Químicos do Estado; Hospital da Criança Santo Antônio; Hospital Psiquiátrico São Pedro; Aldeias S.O.S.; Instituto de Amparo e Proteção à Infância.

Conta, também, com a Associação dos Voluntários (AVO), contribuindo com a reintegração das crianças à família de origem, ou colocação em lares substitutos.

O S.O.S. Criança possui uma capacidade de atendimento diário para 100 casos, recebidos no QG Central do Programa.

Em 1990, passaram pelo S.O.S. aproximadamente mil casos, envolvendo menores em situação de risco.

#### — Ação Urgente

Grupo executivo criado em 21/05/90, objetivou prover a integração das ações setoriais do Governo, voltadas ao atendimento das necessidades básicas das populações carentes, envolvendo as seguintes Secretarias: STASC, SDO, SSP, SSMA, SE e Casa Civil.

A meta da Ação Urgente é o pronto atendimento dos órgãos públicos estaduais, quando constatadas situações emergenciais e, em 1990, foram solucionados 109 casos.

#### — Registro e Cadastramento de Entidades

Para que as Entidades possam habilitar-se ao recebimento de auxílios ou subvenções estaduais, é obrigatório, que estejam devidamente cadastradas na STASC, sendo o registro, exclusivo para entidades civis sem fins lucrativos. Em 1990, o cadastro das Entidades foi informatizado, contando com informação de aproximadamente 17 mil Entidades Civis do Estado. Durante o período foram efetuados 6.524 registros.

#### — Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente

O Conselho promove a política de atendimento dos direitos da criança e do adolescente através da articulação das ações governamentais no Estado. Foi instituído pelo Artigo 260, § 2º, da Constituição do Estado e criado através do Decreto Estadual nº 33.642, de 20 de agosto de 1990.

O Conselho Estadual do Idoso do Rio Grande do Sul (CEI/RS) é um órgão com a finalidade de estabelecer a Política Social do Idoso no Estado através da congregação das entidades privadas, órgãos públicos e grupos organizados. Foi criado em 11/10/88 pelo Decreto nº 32.989 e, a partir de 05/10/89, está incluso no Artigo 260, § 1º da Constituição do Estado.

A filosofia que norteia a ação do CEI/RS é a valorização da família e a integração de gerações, e para a consecução de sua finalidade o Conselho desenvolveu as seguintes atividades, em 1990:

- Consultoria a Prefeituras Municipais e Entidades do Interior para a implantação e/ou aprimoramento das ações voltadas aos idosos, durante todo o ano;

- Palestras sobre questões da Terceira Idade, quando o Conselho buscou levar à população idosa e aos técnicos da área maior embasamento para melhor compreensão do processo da velhice e do envelhecimento, no 1.º semestre;
- Apoio à realização do Curso "Cuidados com o Idoso", promovido pela Escola de Saúde Pública, em maio/90;
- Lançamento do "Projeto Porta Aberta" promovido pela FESC com o apoio do CEI, em junho/90;
- Realização de levantamento sobre a situação dos idosos institucionalizados do Estado do Rio Grande do Sul, em junho/90;
- Apoio à realização do I Encontro Estadual de Idosos promovido pela FESC e ANG, em agosto/90;
- Realização do Seminário Projeto de Vida na Terceira Idade, nos dias 3, 4 e 5 de dezembro/90;
- Apoio à realização da I Jornada de Geriatria e Gerontologia, em Gramado, de 13 a 15 de setembro;
- Apoio à implantação do Programa Estadual de Atendimento ao Idoso da FUNDASUL, lançado durante o Seminário Estadual "Projeto de Vida na Terceira Idade", em setembro/90;
- Lançamento do I Concurso Fotográfico Amador — "O Idoso — A Idade da Sabedoria", em outubro/90;
- Apoio e consultoria à Universidade de Passo Fundo para a implantação da Universidade Aberta para a Terceira Idade, em novembro/90;
- Realização do Encontro de Gerações Numa Abordagem Educacional, em co-promoção com a 1.ª Delegacia de Educação, em dezembro/90.

Por determinação do Presidente da República, foi designada uma Comissão Interministerial, em outubro, para propor uma Política Nacional para o Idoso. O CEI/RS foi convidado para, a partir de março de 1991, integrar esta Comissão.

### **2.5.2 — COMPANHIA DE HABITAÇÃO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL (COHAB/RS)**

Constituem-se em atividades desenvolvidas pela Companhia de Habitação do Estado do Rio Grande do Sul o planejamento e a execução do Programa de Habitação Popular, bem como a administração dos financiamentos concedidos.

Enfrentando entraves de natureza sócio-institucional, representados pela invasão de conjuntos na Região Metropolitana, e financeiros, decorrentes da contração dos recursos oriundos de fontes federais de financiamentos — mais especificamente da Caixa Econômica Federal (CEF) —, objetivou a COHAB/RS implementar alternativas de atuação que possibilitassem fazer frente à grave crise habitacional vigente, rentabilizando e maximizando a utilização dos recursos disponíveis.

Nesse contexto, elencam-se como principais medidas adotadas pela Administração: a melhoria de assentamentos existentes, empreendimentos baseados no desenvolvimento progressivo, esquemas de construção e gestões comunitárias, tecnologias alternativas e a produção de novas moradias.

Este conjunto de atividades teve como lastro financeiro recursos orçamentários provenientes do Tesouro do Estado e próprios da Companhia, e o reinício do aporte de recursos oriundos de saldos contratuais existentes com a CEF, possibilitando à COHAB/RS desenvolver suas ações no período 1987/90, através dos seguintes Subprogramas:

— **Recuperação de Conjuntos**

Tem como objetivo a recuperação, através de melhorias na infra-estrutura, principalmente de habitações, dos conjuntos habitacionais existentes, propiciando estimular a participação comunitária, incentivando a co-responsabilidade de sua manutenção e conservação.

Em 1990, os serviços realizados totalizaram 6 conjuntos beneficiados (12.151 unidades), e no período 1987/90, 15 conjuntos beneficiados (totalizando 23.159 unidades), estando em andamento serviços em 6 conjuntos (7.920 unidades).

— **Reurbanização de Favelas**

Este Subprograma objetiva a regularização jurídica e urbanística, desenvolvimento social e comunitário das populações residentes em favelas, tendo atendido uma vila, com 94 famílias, em 1990. Em execução encontram-se trabalhos em 5 vilas, com 3.208 famílias.

— **Programa Estadual de Lotes Urbanizados (PROLURB)**

O PROLURB tem como objetivo a produção de lotes urbanizados providos de infra-estrutura básica, destinados à população com renda até 3 salários mínimos, através do repasse de recursos a fundo perdido para aquisição de materiais em um trabalho integrado com as Prefeituras Municipais. Foram concluídos 13 conjuntos, em 1990, com 1.647 unidades, e, no período 1987/90, 25 conjuntos, com 2.809 unidades, encontrando-se em andamento 38 conjuntos, com 3.959 unidades.

— **Conjuntos de Habitações e/ou Lotes Urbanizados**

Objetiva a produção de conjuntos novos e a densificação dos existentes, com habitações e/ou lotes urbanizados com ou sem unidade sanitária, destinados à população com renda até 10 salário mínimos.

No período 1987/90, foram concluídos 18 conjuntos, com 14.703 unidades — considerando aí a comercialização dos 4 conjuntos invadidos, com 12.224 unidades. Deste total, 3 conjuntos (608 unidades) foram concluídos em 1990; encontram-se em andamento 14 conjuntos, com 4.245 unidades.

— **Financiamento da Construção, Ampliação ou Melhoria da Habitação (FICAM)**

Tem como objetivo a construção ou melhoria de habitações isoladas, destinadas à população possuidora de terrenos urbanos, com renda até 10 salários mínimos.

Foram concedidos, no período 1987/90, financiamentos para 2.622 unidades, das quais 781 correspondem a 1990.

— **Projeto "Chalet"**

Visa à montagem e implantação de um sistema integrado de casas de madeira de reflorestamento com tecnologia repassada pelo IPT de São Paulo, e desenvolvida pela COHAB/RS, estando em andamento a produção de 131 unidades.

### — Projeto “FICAM-SUL”

Destina-se à produção de habitações através de processo de autoconstrução, mediante o repasse de recursos a fundo perdido para as Prefeituras Municipais, sendo que no período 1987/90 foram produzidas 100 unidades.

### — Escolas em Conjuntos Habitacionais

Este Subprograma objetiva a construção de escolas em conjuntos habitacionais da COHAB/RS, sendo o total de conclusões no período 1987/90 de uma escola, com 16 salas de aula. Encontram-se em execução, 6 escolas, totalizando 76 salas de aula.

Paralelamente às ações voltadas à produção, outras de cunho administrativo-financeiro, dentro das características e peculiaridades da COHAB/RS, se destacaram no período 1987/90, como segue:

- Renegociação da Dívida: a dívida, então existente junto à Caixa Econômica Federal, que se encontrava sem amortização desde 1985, foi renegociada em fins de 1987;
- Negociação e Comercialização dos Conjuntos Invadidos: após amplas tratativas e negociações com os ocupantes dos conjuntos invadidos, visando às suas regularizações, todos os conjuntos foram comercializados;
- Regularização de Conjuntos Habitacionais: diante da existência de diversos loteamentos pendentes de regularização, desenvolveram-se trabalhos que culminaram com a legalização de 69 conjuntos, que totalizam 15.798 unidades, encontrando-se tramitando outros junto aos cartórios de registro de imóveis, tanto para registros dos loteamentos quanto para averbações das benfeitorias;
- Negociações com Conjuntos-Problema: visando a uma solução definitiva para os níveis crônicos de retorno das prestações dos conjuntos com problemas construtivos, desenvolveram-se reuniões com as associações de moradores de diversos conjuntos no sentido de obter uma negociação compensatória razoável entre as partes envolvidas;
- Controle da Inadimplência: objetivando a redução dos elevados índices de inadimplência dos mutuários, e após a efetivação de eventuais “campanhas de cobrança”, a partir de 1989 implementou-se um novo sistema de controle e cobrança com utilização de processamento e com a adoção de procedimentos permanentes, desde a identificação até o ajuizamento das ações, aliado a um programa de desenvolvimento comunitário, o qual contou em alguns casos com a participação de Universidades, mediante convênio. Tal trabalho integrado trouxe resultados altamente positivos para o saneamento da arrecadação da Companhia.
- Informatização: no sentido de modernizar o sistema de registro e controle dos financiamentos concedidos aos mutuários, que se encontrava em obsolescência em razão do volume e complexidade, procedeu-se à sua substituição por novo sistema de atualização “on-line”, bem como desenvolveu-se, paralelamente, a ampliação dos recursos de informática ao nível local.

### 2.5.3 — FUNDAÇÃO SUL RIOGRANDENSE DE ASSISTÊNCIA SENADOR TARSO DUTRA (FUNDASUL)

A Fundação Sul Riograndense de Assistência Senador Tarso Dutra (FUNDASUL), órgão vinculado à Secretaria do Trabalho, Ação Social e Comunitária (STASC), estatutariamente tem a finalidade de executar Programas de Promoção e Assistência Social, Ação Comunitária, direta ou indiretamente destinados a indivíduos, grupos e populações carentes, compatibilizan-

do sua programação com a política global de Governo. As diretrizes que orientam os Programas da Instituição recomendam que estes sejam um instrumento de redução das desigualdades sociais, cujas ações devem estar voltadas para a efetiva promoção dos usuários e para o atendimento das situações emergenciais.

Na atual gestão administrativa do Estado, a FUNDASUL passou por um processo de mudanças internas em nível de estrutura organizacional e de concepção filosófica frente às questões sociais, que lhe permitiram auferir, reconhecidamente, a mais alta credibilidade por parte das organizações populares. Todo o trabalho foi pautado no desenvolvimento de uma programação planejada e executada conjuntamente com os segmentos mais pobres da população, na qual a FUNDASUL desempenhou um papel de viabilizadora de iniciativas populares, deixando para as Entidades comunitárias a gestão de seus projetos.

Para cumprir sua programação durante os quatro anos da Administração, foram investidos recursos provenientes do Tesouro do Estado na ordem de Cr\$ 1,24 milhão e, de outras fontes, Cr\$ 10 milhões (valores reais).

Entre os projetos prioritários desenvolvidos pela Instituição, destacaram-se:

- **Projeto Alimento para o Povo** — implantado em 1989, constitui-se numa ação integrada entre Secretaria da Agricultura e do Abastecimento/CEASA e Secretaria do Trabalho, Ação Social e Comunitária/FUNDASUL. Tem como objetivo melhorar o nível nutricional das famílias que percebem até 3 salários mínimos, através da venda de produtos básicos por preços inferiores aos praticados no mercado. A operacionalização do projeto envolve a participação direta de organizações populares na seleção de famílias a serem beneficiadas, eleição dos pontos de venda e fiscalização do funcionamento dos mesmos.

Desde sua implantação, foram instalados 104 pontos de venda em Porto Alegre e na Região Metropolitana, envolvendo 198 organizações populares e beneficiando 157 mil pessoas.

- **Programa de Atendimento à Criança e ao Adolescente** — teve origem com as ações do Programa Recriação (convênio com Fundação Legião Brasileira de Assistência) sendo, em 1990, totalmente assumido pela FUNDASUL com recursos do Governo do Estado. É uma alternativa de educação informal destinada a crianças e adolescentes na faixa etária de 7 a 17 anos, que objetiva favorecer seu processo de desenvolvimento biopsicossocial através da prática de atividades nas áreas de educação pelo trabalho, esporte, recreação e cultura, orientação pedagógica, saúde e nutrição. As ações deste Programa têm como referencial básico os preceitos constitucionais contemplados no Estatuto da Criança e do Adolescente e visam a reforçar iniciativas já existentes nas comunidades da Capital e municípios do Interior do Estado. No período 1987/90, beneficiou 14.550 crianças em 33 municípios e mais 3.500 em Porto Alegre. O Centro de Atendimento à Criança e ao Adolescente da Zona Norte (antiga mercearia da Vila Farrapos), que se constitui em um dos núcleos do Programa em Porto Alegre, teve suas instalações ampliadas em 1990, aumentando a capacidade de atendimento para 300 crianças e jovens.
- **Programa VIDA** — objetiva operacionalizar uma política de promoção social que propicie à população melhores condições de vida, tendo suas ações desdobradas nos seguintes Projetos:
  - **VIDA — Centros Sociais Urbanos** — atuação em vilas do Interior do Estado e Região Metropolitana de Porto Alegre, através de 52 Centros Sociais Urbanos (CSUs) existentes em 47 municípios. Nestas unidades operativas é viabilizado o desenvolvimento de atividades nas áreas de saúde e nutrição, trabalho, assistência, cultura e recreação em nível de prestação de serviços e de organização comunitária. A interiorização do Programa VIDA proporcionou o repasse de recursos para recuperação de 11 bases físicas (parceria com Prefeituras Municipais) e para apoio à execução de projetos em 22 Centros Sociais Urbanos, reforçando, expandindo e qualificando o trabalho comunitário. Em 1990, foram atingidas

207.203 pessoas dos mais amplos segmentos da comunidade (crianças, jovens, adultos e idosos), através da participação em oficinas pedagógicas, grupos de convivência e sócio-comunitários, cursos, hortas, grupos esportivos, oficinas culturais, atividades recreativas e grupos de produção coletiva. O atendimento na área de saúde foi desenvolvido nas Unidades Sanitárias existentes em 38 CSUs, e compreendeu ações nas áreas preventiva e curativa.

O repasse de recursos para executar o Projeto Estímulo à Criança possibilitou a aquisição de material pedagógico e alimentação, bem como melhorias ambientais nas 21 creches que funcionam nos CSUs, favorecendo o desenvolvimento cognitivo, sócio-afetivo e psicomotor de 1175 crianças.

- **VIDA — Centro Humanístico** — envolve uma estrutura física de 30.000 m<sup>2</sup>, criada para atender à população da Zona Norte de Porto Alegre, através de atividades diversificadas que oportunizem a participação dos usuários na gestão e usufruto dos serviços. Até o final de 1990, foram executados 20.000 m<sup>2</sup> das obras físicas e implantadas algumas atividades programáticas previstas no projeto original, entre elas: ginástica estética, grupos de adolescentes, gestantes e idosos, capoeira, oficinas de teatro, curso de dança, feira de artesanato e atendimento social e comunitário. Desde o início do funcionamento do VIDA — Centro Humanístico, foram prestados 15.500 atendimentos.
- **VIDA — Centros Comunitários** — são equipamentos com fim social, que foram iniciados pelo Programa "Fala Favela", da extinta SEHAC. Através de atuação conjunta entre STASC/FUNDASUL e Entidades Comunitárias, foi organizada uma frente de trabalho para dar continuidade às obras e equipar estas unidades de acordo com o que previa o projeto original. No ano de 1990, foram entregues oito Centros completamente concluídos e devidamente equipados, estando mais quatro em andamento. Todas as comunidades onde estão instalados os Centros receberam assessoramento técnico da FUNDASUL para a organização de sua programação.
- **Projeto Patrulheiro Comunitário** — é desenvolvido em parceria entre Secretaria de Segurança Pública/Brigada Militar, STASC/FUNDASUL e Entidades Comunitárias. É uma alternativa experimental que visa a auxiliar na solução do problema de segurança nas vilas de subabitação. Constitui-se numa proposta inovadora na área de segurança pública, pois os Patrulheiros Comunitários são elementos das próprias comunidades e por elas indicados. O papel dos órgãos públicos é mobilizar as comunidades (FUNDASUL), equipar com rádios os postos policiais (STASC) e triar, treinar e orientar os Patrulheiros (Brigada Militar). Na fase inicial de implantação, quatro vilas de Porto Alegre e duas da Região Metropolitana foram inseridas no Projeto.
- **Centro de Triagem do Migrante (CTM)** — é uma frente de trabalho da FUNDASUL que desenvolve predominantemente ações de cunho reparador para atendimento à pessoas que necessitam de apoio emergencial, entre estas o contingente migrante.

No CTM é efetuada a triagem de situações-problema e, conforme as necessidades identificadas, são prestadas orientações, efetuados encaminhamentos a outros recursos sociais, e concedidos auxílios para pernoite, alimentação, passagem e documentação.

É responsabilidade da equipe do CTM a coordenação do Projeto Ronda Social, que tem por objetivo recolher a albergues, hospitais e outras instituições, pessoas que necessitam de um atendimento urgente. Em 1990, o atendimento estendeu-se para além do período de inverno, com recolhimentos também durante o dia, caracterizando uma ação contínua. Esta nova forma de atuação da Ronda Social foi implantada tendo em vista as crescentes solicitações da comunidade para atendimento de casos de pessoas em situação de desabrigo e abandono, sem condições de acesso a recursos sociais. Para fazer frente à nova modalidade de atuação, a Ronda Social foi provida de um veículo próprio para suas operações.

repressiva institucional com vistas a implantar um trabalho voltado para o Indivíduo e a Comunidade.

Em relação à proposta de Municipalização foi enfatizado o atendimento ao adolescente nos Centros Educacionais em regime de semi-internato, resultante de atuação conjunta com a Comunidade. Com este mesmo propósito foi estimulada a formação de Conselhos Municipais e de Associações de Entidades. Em Porto Alegre, foi implantado o Projeto de Vilarização no Centro Infante-Juvenil Zona Sul que contou com a administração das Associações de Bairro.

Além da promoção de Eventos e Debates com organismos oficiais e particulares e lideranças comunitárias, visando a favorecer a execução de uma política estadual, houve especial atenção na implantação de um processo participativo, ao nível interno, para construção de uma proposta sócio-pedagógica centrada na ação conjunta.

Em abril de 1989, assumiu uma nova administração que traçou normas referenciais teóricas baseadas no trinômio Educação-Lazer-Trabalho, visando fundamentalmente:

- à proteção da criança e adolescente na sociedade que os gera e não os protege;
- à criação de uma nova imagem física e social da FEBEM;
- ao respeito à criança e ao adolescente enquanto cidadãos em fase de crescimento e de suas necessidades e direito de pertencer a uma família, serem valorizados e participarem do seu próprio processo de desenvolvimento;
- à abertura da FEBEM para a comunidade, envolvendo a família e a Entidade Comunitária num processo de reconstrução participativa;
- à capacitação para o Trabalho e pelo Trabalho, de forma a beneficiar tanto os internos como os semi-externos, suas famílias e a comunidade;
- ao implemento à Municipalização, com ênfase na criação de Conselhos Municipais, como órgãos responsáveis pela coordenação de programas sociais no município.

É enfatizada, em consonância com a nova política, a preocupação pela descentralização do sistema, visto que à medida em que o atendimento é interiorizado, maior é o benefício, evitando o afastamento da criança e do adolescente de seu local de origem.

Nesta gestão foi criada a Advocacia da Criança com o propósito de integrar a relação jurídica e processual nos exercícios da defesa da criança e do adolescente da FEBEM, de modo a agilizar a decisão judicial e evitar prolongadas permanências e recolhimentos indevidos.

Foi criado o Conselho de Adolescentes e Crianças Institucionalizadas da FEBEM para opinar sobre a administração da Entidade.

Visando a criar uma imagem positiva da Fundação, foi implantado o Projeto FEBEM Jardim, em que adolescentes passaram a participar da reconstrução das áreas verdes.

Foi implantado o Projeto Agricultura Jovem visando a oportunizar a adolescentes internos e semi-externos nos Centros Educacionais, experiência e conhecimentos técnicos em diversas atividades agrícolas, culminando com o despertar da consciência para o trabalho.

A atual administração da FEBEM, que assumiu em maio de 1990, consciente de que o sistema de instituição total segrega e priva o indivíduo de sua cidadania, causando sérios prejuízos, trouxe uma proposta de mudança, concretizando, assim, os primeiros passos para uma efetiva reformulação do atendimento.

repressiva institucional com vistas a implantar um trabalho voltado para o Indivíduo e a Comunidade.

Em relação à proposta de Municipalização foi enfatizado o atendimento ao adolescente nos Centros Educacionais em regime de semi-internato, resultante de atuação conjunta com a Comunidade. Com este mesmo propósito foi estimulada a formação de Conselhos Municipais e de Associações de Entidades. Em Porto Alegre, foi implantado o Projeto de Vilarização no Centro Infante-Juvenil Zona Sul que contou com a administração das Associações de Bairro.

Além da promoção de Eventos e Debates com organismos oficiais e particulares e lideranças comunitárias, visando a favorecer a execução de uma política estadual, houve especial atenção na implantação de um processo participativo, ao nível interno, para construção de uma proposta sócio-pedagógica centrada na ação conjunta.

Em abril de 1989, assumiu uma nova administração que traçou normas referenciais teóricas baseadas no trinômio Educação-Lazer-Trabalho, visando fundamentalmente:

- à proteção da criança e adolescente na sociedade que os gera e não os protege;
- à criação de uma nova imagem física e social da FEBEM;
- ao respeito à criança e ao adolescente enquanto cidadãos em fase de crescimento e de suas necessidades e direito de pertencer a uma família, serem valorizados e participarem do seu próprio processo de desenvolvimento;
- à abertura da FEBEM para a comunidade, envolvendo a família e a Entidade Comunitária num processo de reconstrução participativa;
- à capacitação para o Trabalho e pelo Trabalho, de forma a beneficiar tanto os internos como os semi-internos, suas famílias e a comunidade;
- ao implemento à Municipalização, com ênfase na criação de Conselhos Municipais, como órgãos responsáveis pela coordenação de programas sociais no município.

É enfatizada, em consonância com a nova política, a preocupação pela descentralização do sistema, visto que à medida em que o atendimento é interiorizado, maior é o benefício, evitando o afastamento da criança e do adolescente de seu local de origem.

Nesta gestão foi criada a Advocacia da Criança com o propósito de integrar a relação jurídica e processual nos exercícios da defesa da criança e do adolescente da FEBEM, de modo a agilizar a decisão judicial e evitar prolongadas permanências e recolhimentos indevidos.

Foi criado o Conselho de Adolescentes e Crianças Institucionalizadas da FEBEM para opinar sobre a administração da Entidade.

Visando a criar uma imagem positiva da Fundação, foi implantado o Projeto FEBEM Jardim, em que adolescentes passaram a participar da reconstrução das áreas verdes.

Foi implantado o Projeto Agricultura Jovem visando a oportunizar a adolescentes internos e semi-internos nos Centros Educacionais, experiência e conhecimentos técnicos em diversas atividades agrícolas, culminando com o despertar da consciência para o trabalho.

A atual administração da FEBEM, que assumiu em maio de 1990, consciente de que o sistema de instituição total segregava e priva o indivíduo de sua cidadania, causando sérios prejuízos, trouxe uma proposta de mudança, concretizando, assim, os primeiros passos para uma efetiva reformulação do atendimento.

Com o advento do Estatuto da Criança e do Adolescente, a nova estratégia adotada foi fortalecida e ampliada, estendendo-se a toda a tipologia da população-alvo da FEBEM, através de programas específicos.

Atualmente, a FEBEM encontra-se num processo interno de reestruturação de seus objetivos e de redefinição de sua clientela e metodologia; e, ao nível externo, vem se articulando com outros órgãos, buscando a parceria com a comunidade para o melhor encaminhamento da questão da proteção à criança e ao adolescente.

Dentro deste enfoque, as grandes linhas de ação estabelecidas como prioritárias por esta gestão, estão contidas, basicamente, nos seguintes Programas:

- **Programa de Desinternação** da clientela atual da Fundação a partir de uma reavaliação criteriosa da situação de cada criança ou adolescente, com indicação de alternativas que possam viabilizar seu retorno ao meio familiar ou social. Com relação a este Programa, estão em execução os seguintes Projetos:
  - **Retorno ao Lar** — propõe a desinternação de crianças e jovens internados com problemas sócio-econômicos, mediante auxílio-alimentação às famílias, por um período de 6 meses e/ou auxílio financeiro destinado à habitação ou compra de equipamentos básicos para o lar e instrumentos de trabalho.

O auxílio alimentação consiste no fornecimento de ranches entregues pela instituição onde a criança se encontrava recolhida, possibilitando, desta forma, o acompanhamento pela equipe técnica às famílias contempladas. Constitui-se de gêneros alimentícios, cuja quantidade é calculada conforme o número de componentes do grupo familiar. Através do fornecimento de 136 ranches foram desinternadas, inicialmente, 172 crianças, sendo previsto o desligamento de mais 113 crianças das Instituições de Porto Alegre e dos municípios do Interior do Estado.

O auxílio financeiro às famílias é destinado a reformas e ampliação de moradias, bem como à aquisição de mobiliário, equipamento para o lar, e instrumentos de trabalho. Até o momento, foram desinternadas 365 crianças, estando previsto, até o final do ano, o retorno ao lar de mais 91 crianças.

- **Desinternação Progressiva** — este projeto visa a proporcionar ao adolescente infrator, a oportunidade de resgatar alguns aspectos básicos da convivência social. Para experienciar este processo prevê-se a redução gradativa do regime de internamento, ou seja, a passagem de um regime de contenção máxima para semiliberdade e, desse regime aberto à desinternação. Com este propósito, a FEBEM instalou o Instituto Carlos Santos, com capacidade para atender 30 jovens egressos do Instituto Central de Menores (contenção máxima).

Em continuidade ao processo de desinternação progressiva, o Instituto Carlos Santos adaptou parte de seu espaço físico, tornando uma ala aberta, nos moldes semelhantes a uma Casa-Lar, para atender 15 jovens que freqüentam a comunidade, escolas, cursos profissionalizantes e desenvolvem atividade remunerada.

Como etapa final desse processo, está previstas a implantação de "Repúblicas" para jovens sem suporte familiar que se encontram devidamente inseridos na comunidade e em condições de se automanterem.

- **Programa de Descentralização do Atendimento** - busca levar os serviços oferecidos pela Fundação para as vilas da Capital e os Municípios do Interior do Estado e, ainda, oferecer modelos de atendimento o mais similar possível ao ambiente familiar, em substituição aos internatos.

Dentro deste Programa, encontram-se em execução os seguintes Projetos:

- **Casas-Lares** - o projeto foi implantado em junho/90, com o objetivo de desativar uma unidade de triagem infantil com 150 crianças na faixa de zero a 6 anos, e lhes oferecer um atendimento mais humanizado enquanto afastados do convívio familiar.

O atendimento em pequenos grupos oportuniza preservar a individualidade da criança e favorece sua integração social, por ser a mesma assistida em ambiente similar ao meio familiar. Essa modalidade de atendimento deverá ser estendida a todas as crianças e jovens que hoje se encontram recolhidos em internatos e não possuem vínculos familiares, num processo gradativo de redução do sistema de grandes internatos.

Já foram implantadas cinco Casas-Lares na Grande Porto Alegre, que receberam 48 crianças oriundas do Instituto de Triagem Infantil Samir Squeff, hoje desativado.

Além disso é de destacar que: 8 crianças foram transferidas ao Amparo Santa Cruz, mediante convênio com esta Entidade, para atendimento em regime similar ao das Casas-Lares; 14 crianças, para a Casa-Lar da Vila Maria da Conceição, mediante convênio com a Pequena Casa da Criança; 12 crianças, para a Casa-Lar Nossa Senhora de Fátima, localizada em prédio adaptado no Complexo Ana Jobim, atendendo a agrupamento de irmãos (2 a 12 anos); 17 crianças para a Casa-Lar Nossa Senhora de Belém Velho, instalada no mês de outubro.

A Casa-Lar de Guajuviras, instalada em agosto, foi desativada e as crianças, em número de 7, transferidas à Casa-Lar Nossa Senhora de Fátima, tendo sido prevista para dezembro/90 a instalação de uma nova Casa-lar, em Belém Velho, para atender 12 crianças.

- **Vilarização** — consiste na criação de núcleos da Fundação nas vilas, visando à descentralização dos programas executados pela FEBEM. Esta ação se fundamenta no reconhecimento de que é imprescindível as comunidades fortalecerem sua capacidade de organização, utilizando novas estratégias para a solução de questões locais, e respeitando a dignidade de seus integrantes e as peculiaridades regionais.

Com este propósito foi implantado um pólo de atendimento na Pequena Casa da Criança, Entidade particular conveniada com a FEBEM, localizada na Vila Maria da Conceição em Porto Alegre, que assiste a 160 crianças e 150 adolescentes da comunidade, assegurando-lhes frequência escolar, iniciação profissional, colocação no mercado de trabalho e assistência, além de atividades de lazer e recreação.

O primeiro Pólo de Vilarização foi instalado, em 1988, na Vila Cruzeiro do Sul, tendo como base o Centro Infanto-Juvenil Zona Sul, contando com quatro núcleos comunitários.

- **Reformulação do Atendimento dos Centros Educacionais para o Jovem Infrator** - os Centros Educacionais são pequenas unidades localizadas no Interior do Estado, destinadas a assistir jovens da região, e desenvolvem atividades educativas na área da agricultura, em regime de internato e semi-internato.

Considerando que o Estatuto da Criança e do Adolescente prevê a internação somente para adolescentes sujeitos de ato infracional e não permite reclusão do jovem em presídios para adultos, a FEBEM propõe a transformação de seus oito Centros Educacionais em unidades de contenção destinadas ao atendimento de jovens infratores, em pequenos grupos. Para tanto, estão sendo adotadas medidas administrativas e técnicas de adaptação dos prédios já existentes, cuja capacidade prevista é de 120 jovens.

- **Programa de Educação e Capacitação Profissional** - prioriza a alfabetização, a formação para o trabalho e a inserção no mercado formal e informal da clientela institucionalizada.

A FEBEM possui apreciável capacidade de profissionalização (500 vagas) e colocação em ocupação remunerada (1000 vagas permanentes), que vem sendo orientada para a clientela institucionalizada, de vez que 95% da capacidade era destinada à clientela da comunidade.

Também a escolarização passa a ser objetivo essencial, sendo a frequência obrigatória dos sete aos onze anos, e dos doze em diante, em cursos profissionalizantes e de aprendizagem; a partir dos quatorze anos a orientação é para aprendizagem no trabalho remunerado, através do Bom Menino, Estágio, SENAI, etc.

Como alternativa para os adolescentes sujeitos de ato infracional necessitando de internação, é oferecida a possibilidade de internação na FEBEM em regime aberto ou através de frequência em curso profissionalizante, matrícula em escola e recolhimento à noite à família de origem.

Dentro do Programa, estão em execução os seguintes Projetos:

- **Projeto de Iniciação Profissional a Crianças de Baixa Escolaridade** - em execução no C.P.T. Padre Cacique, anexo do Padre Cacique da Vila Cruzeiro do Sul e Centro de Profissionalização Ana Jobim, proporcionando atendimento a 2.230 adolescentes em cursos que incluem mecânica, artesanato, estofaria, higiene e beleza, pintura de paredes, chapeação e pintura, rebobinagem de motores, cerâmica, serralheria, pintura em tecidos e telaria;
  - **Projeto Agricultura Jovem** - estímulo à produção local de alimentos, contribuindo para a aprendizagem do jovem rural em atividades agrícolas, em oito Centros Educacionais do Interior e Capital do Estado. Nestes Centros, 484 jovens receberam orientação teórica e prática e cuja produção é revertida para manutenção dos educandos, e em benefício de programas comunitários locais;
  - **Projeto de Alfabetização** — propõe a alfabetização de Jovens em defasagem escolar, mediante convênio com a FEPLAM, atendendo dois grupos de 41 adolescentes, um no Instituto de Triagem Juvenil Feminino (31), e outro no Centro Infante-Juvenil Zona Sul (10);
  - **Projeto SINE Jovem** - trabalho integrado com o SINE, visando à colocação, encaminhamento de adolescentes ao mercado de trabalho, e seu acompanhamento. Neste exercício foram encaminhados 1.168 jovens;
- **Programa de Defesa dos Direitos da Criança** - visa à proteção de crianças e jovens contra todas as formas de violência, estando em execução os seguintes Projetos:
- **Projeto Advocacia da Criança** - vem se estruturando no sentido de instrumentalizar a Fundação e os movimentos comunitários para a aplicação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA); formação de Conselhos Comunitários e agilização da definição jurídica da clientela, sempre visando à desinstitucionalização. Faz também a intermediação entre FEBEM e Juizado de Menores, com o objetivo de desburocratizar os trâmites processuais. Em 1990, foram realizadas 315 petições.
- **Programa de Divulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente** — a FEBEM tem como uma de suas prioridades participar da divulgação do ECA, funcionando como facilitador, junto com outros organismos, no processo de criação dos Conselhos Municipais e Tutelares. Com este objetivo, foram realizados oito Encontros envolvendo 23 regiões do Estado, com a participação de 750 representantes da comunidade, Entidades Governamentais e Particulares e Presidentes de Conselhos Municipais, com o total apoio dos órgãos de divulgação. Em dezembro foi realizado um Encontro com os dirigentes de Entidades Sociais Particulares em convênio, visando a difundir e interpretar o ECA para sua aplicação.
- **Programa de Integração do Poder Executivo e Judiciário** — a FEBEM vem promovendo a integração operacional com o Poder Judiciário, Ministério Público, Defensoria e Segurança Pública para efetivar a criação de uma Unidade Integrada, em um mesmo local, para atendimento a adolescentes sujeitos de ato infracional. Estão sendo realizados estudos na própria FEBEM, para a implantação da referida Unidade, prevendo-se para dezembro

sua inauguração. Na cidade de Santa Maria já existe uma unidade de triagem, que será adaptada para um Centro Integrado, assim como em vários municípios do Estado.

A atual política de ação da FEBEM, consubstancia-se nos conceitos expressos no Estatuto da Criança e do Adolescente que reconhece os menores como cidadãos de direito, que devem ser respeitados e valorizados.

A própria Constituição Federal, quando defende o direito das crianças e adolescentes usufruírem de sua cidadania na comunidade de origem, preservando os laços familiares, reflete uma evolução acerca da reflexão e ação do atender o social, que exige uma transformação radical do sistema vigente.

A transformação deste sistema incorre num processo interno e externo de reflexão e conscientização, como condição básica para ampliar a visão da problemática social atual, e desencadear um processo de mudança que propicie a criação de alternativas mais eficazes em relação à população jovem em situação de risco ou infratora.

### 2.5.5 — FUNDAÇÃO GAÚCHA DO TRABALHO (FGT)

A Fundação Gaúcha do Trabalho, órgão vinculado à Secretaria de Estado do Trabalho, Ação Social e Comunitária (STASC), tem como atribuições e política:

- Formar profissionalmente trabalhadores para o mercado formal e informal de trabalho — prioritariamente trabalhadores de baixa renda no meio rural e urbano por meio de atividades na maior parte realizadas através de Entidades colaboradoras das comunidades beneficiadas (Sindicatos, Prefeituras, Cooperativas, Associações, Escolas, Clubes de Mães, etc.), com recursos do Governo do Estado;
- Gerar ocupação e renda, mediante:
  - apoio à implantação de Microunidades de Produção Urbana (MICRUPs Urbanas), prestando assistência técnica e financeira a trabalhadores de baixa renda das periferias urbanas;
  - apoio ao trabalhador urbano desempregado ou subempregado na busca de uma alternativa de ocupação e/ou melhoria de renda, através de treinamento, retreinamento, cadastramento, orientação e acompanhamento para atuarem como diaristas autônomos;
  - apoio ao microprodutor rural de baixa renda, mediante transferência de insumos, mais o assessoramento técnico-gerencial para implantação de pequenas lavouras de milho, trigo, horta comunitária, pomar comunitário, etc.;
  - apoio à produção e comercialização de produtos artesanais;
  - incentivo à criação e ao fortalecimento de formas associativas de produção e comercialização de artesanato;
- Atuar na Área de Relações do Trabalho, implementando ações que objetivem:
  - apoiar a formação sindical e as ações quanto à saúde do trabalhador;
  - organizar e manter o sistema de informações sobre mercado de trabalho, capaz de subsidiar a operacionalização de políticas de emprego regional e nacional;
  - subsidiar a comunidade em geral com informações necessárias às decisões sobre formação profissional e demanda de trabalho regional;

- estabelecer a intermediação de clientela que demanda o SINE/RS, através de adequação de vagas ofertadas aos candidatos cadastrados no Sistema;
- prestar atendimento tanto ao empregador quanto ao desempregado sobre questões referentes ao Sistema Seguro-Desemprego.

Entre os Projetos identificados como prioritários pelo Governo do Estado na Área de Trabalho, destacam-se:

#### — Casa do Artesão

Situada no prédio nº 144, na Av. Júlio de Castilhos, Porto Alegre, com área de 1.300m<sup>2</sup>, a Casa tem como objetivo valorizar social, cultural e economicamente, o artesanato estimulando a comercialização permanente e direta de seu produto, através de Associações e Cooperativas de Artesãos. Em 07/08/90 foram concluídas as obras de restauração do prédio, e em 19/09/90, houve a inauguração das novas instalações da Casa do Artesão — Mezanino de Artes, Auditório, Setor Administrativo e Oficinas de Artesanato em Lã Crua, Couro, Madeira e Argila.

Na Casa do Artesão realizam-se atividades como cursos de artesanato, reuniões e/ou encontros com artesãos, além da comercialização de peças artesanais pelas Associações, e pela própria FGT.

A média de visitantes e compradores da Casa do Artesão é de 200 pessoas por dia. Os recursos financeiros utilizados até outubro foram da ordem de Cr\$ 30,25 milhões.

#### — Centro do Trabalhador Autônomo (CTA)

Tem como objetivo apoiar o trabalhador na busca de uma alternativa de ocupação e/ou melhoria de renda, como trabalhador autônomo, tendo sido inaugurado em 10 de novembro de 1989. O ponto de autônomo na sede da FGT teve os seguintes atendimentos em 1990: 379 pessoas cadastradas, 5.466 serviços solicitados, 4.324 encaminhamentos e 3.953 serviços prestados, totalizando 10.169 ações (considerando pessoas cadastradas mais serviços solicitados mais encaminhados) e 3.953 trabalhadores beneficiados (considerando os trabalhadores colocados).

Os dados da clientela computada pelo projeto referem-se a diferentes interfases no processo de intermediação de mão-de-obra. Assim, as pessoas são consideradas a cada atendimento como destinatárias/beneficiadas das diferentes etapas do projeto, independentes umas das outras.

Foram utilizados, até outubro/90, recursos financeiros da ordem de Cr\$ 450,5 mil.

No período de 1987 a 1990, esta atividade apresentou os seguintes resultados:

Anos	Nº Atividades	Nº Pessoas Atingidas
1987	8	64
1988	3.023	2.632
1989	134	1.321
1990	10.169	3.953
<b>TOTAL</b>	<b>13.334</b>	<b>7.970</b>

No período de 1987 a novembro de 1989, a atividade denominava-se Prestação de Serviços Temporários Autônomos (PRESTA), tendo sido modificada em sua estratégia de ação em novembro/89, e passada a denominar-se Centro do Trabalhador Autônomo (CTA).

#### — Recuperação de Moinhos Coloniais

Tem como objetivo recuperar Moinhos Coloniais para reativação de atividades produtivas

em áreas rurais do Estado, o que permite estimular o desenvolvimento do pequeno produtor rural, propiciando o melhor aproveitamento das terras.

O Projeto teve os seguintes resultados: reformas em 6 Moinhos Coloniais (Cachoeira do Sul, São Pedro do Sul, Iraí (2), Ipê e Três Passos); reforma de um Alambique (Iraí); implantação de 203 Microunidades de Produção de Trigo.

Foram beneficiadas 852 pessoas, com um total de recursos financeiros investidos da ordem de Cr\$ 1,39 milhão até outubro/90.

Este Projeto insere-se na atividade das Micrups Rurais, que apresentou os seguintes resultados no período de 1987 a 1990:

Anos	Nº Atividades	Nº Pessoas Beneficiadas
1987	48	3.940
1988	117	12.436
1989	63	242
1990	210	852
TOTAL	439	17.470

Além dos Projetos Prioritários, a FGT desenvolveu ainda as seguintes atividades:

#### — Área de Formação Profissional — Cursos de Qualificação

A atividade apóia-se na realização de Cursos de Qualificação destinados à população de baixa renda (até dois salários mínimos), e maiores de 14 anos, buscando atender tanto ao trabalhador que será absorvido no mercado formal quanto àquele que desempenhará suas atividades no mercado não formal da economia.

Através desta atividade, a FGT implantou 108 cursos beneficiando 1.758 pessoas. Estes cursos foram executados em 11 municípios do Estado/RS, através de Entidades colaboradoras, tais como: Clube de Mães, Prefeituras Municipais, Sindicatos, Escolas, Associações e Entidades Paroquiais.

A Fundação Gaúcha do Trabalho, atenta às reações do mercado de trabalho e atendendo às solicitações dos trabalhadores e da comunidade rio-grandense, direciona os seus recursos da área de Formação Profissional (cursos) para os setores da economia (primário, secundário, terciário e da área doméstica, artesanal e Construção Civil), no sentido de minorar as dificuldades econômico-sociais através da capacitação do trabalhador, dando-lhe condições de competir no mercado de trabalho.

Assim, em decorrência da maior concentração demográfica nas áreas urbanas do Estado, ocorre uma acentuada demanda por cursos de preparação de mão-de-obra nos setores das áreas de serviços (doméstico e artesanal) em detrimento dos outros setores, onde a pressão por empregos está em menor escala.

Este Programa contou com recursos financeiros na ordem de Cr\$ 869,7 mil até outubro/90.

No período 1987/90 foram realizados cursos e beneficiadas pessoas através de Formação Profissional, conforme segue:

Anos	Nº de Cursos	Nº Pessoas Beneficiadas
1987	734	10.536
1988	1.067	15.821
1989	942	15.750
1990	108	1.758
Total	2.851	43.865

#### — Área de Relações do Trabalho

Dentro desta área objetiva-se orientar o trabalhador quanto à sua segurança e saúde e contribuir para a formação de uma consciência prevencionista. Além disso, visa-se a apoiar o trabalhador em suas relações com o mundo do trabalho, através de sua organização associativa.

Para a consecução destes objetivos, a FGT desenvolveu ações voltadas para que os altos índices de acidentes de trabalho sejam reduzidos. Nesse sentido, atuou em 16 municípios do Estado, e implantou 101 cursos de CIPA's para 1.337 trabalhadores de empresas gaúchas.

A FGT colaborou também para a formação sindical, conscientizando e preparando lideranças através da execução de seminários, palestras e encontros. Realizou 16 ações para 1.812 trabalhadores.

Os recursos para realização das atividades na área de Segurança do Trabalho são provenientes da própria atividade (parcialmente autofinanciada) e de participação do Estado (com custos de pessoal e outros encargos).

Foram gastos, até outubro/90, cerca de Cr\$ 2,79 milhões., provenientes do Estado, na área Sindical e na área de Segurança do Trabalho, envolvendo atividades e beneficiando trabalhadores, no período 1987/90, conforme discriminado a seguir:

Anos	Segurança do Trabalho Cipa's		Sindicalismo	
	Nº Ações	Pessoas Atingidas	Nº Ações	Pessoas Atin.
1987	164	2.518	—	—
1988	150	2.363	6	135
1989	111	1.605	31	2.553
1990	101	1.337	16	1.812
TOTAL	526	7.823	53	4.500

#### — Sistema Nacional de Emprego (SINE)

O Sistema Nacional de Emprego (SINE) tem como objetivo facilitar a adequação entre a oferta e a procura de mão-de-obra, fornecer informações sobre a situação do mercado de trabalho no Estado e prestar atendimento ao Sistema Seguro-Desemprego.

O SINE/RS, no período 1987/90, procurou manter um sistema de informações sobre o mercado de trabalho e um serviço de intermediação de mão-de-obra no Estado, bem como desenvolver projetos de promoção e geração de emprego e renda.

A intermediação do SINE/RS, de janeiro a novembro de 1990, apresentou as seguintes atividades: intermediação de mão-de-obra formal, envolvendo 87.307 vagas, 164.679 inscritos, 90.589 encaminhados e 38.084 colocados; 377.079 atendimentos quanto ao seguro-desemprego; 46.581 emissões de carteiras profissionais.

O SINE contou com recursos da ordem de Cr\$ 58,55 milhões provenientes de Convênio com o Ministério do Trabalho e Estado, até outubro/90, apresentando como resultado de suas atividades, no período 1987/90:

### INTERMEDIÇÃO DE MÃO-DE-OBRA

ANO	Captação de Vagas	Inscritos	Encaminhados	Colocados	Seguro Desemprego	Exatidão Curt. Profissionais
1987	118.883	209.164	99.747	45.487	13.137	3.698
1988	114.975	227.861	117.208	52.754	84.897	31.806
1989	126.175	194.688	117.795	52.206	117.700	56.141
1990	87.307	164.679	90.589	38.064	377.079	46.581
<b>TOTAL</b>	<b>447.240</b>	<b>796.392</b>	<b>425.331</b>	<b>188.531</b>	<b>592.613</b>	<b>138.226</b>

#### — Desenvolvimento do Artesanato

A FGT é responsável pela execução do Programa Estadual de Desenvolvimento do Artesanato, que objetiva o crescimento e aprimoramento dessa atividade, a geração de ocupação e renda a um importante segmento social, e a criação de mecanismos de apoio e incentivo para a participação e integração do artesão no contexto geral da sociedade.

O Programa inclui entre suas ações a manutenção e atualização do cadastro de artesãos do Estado, tendo cadastrado, desde a sua fundação, 14.357 artesãos. Coordena, igualmente, as ações de promoção de comercialização de produtos artesanais, buscando fomentar o gosto pelo artesanato no mercado local e regional, e ampliar o consumo do produto.

A abertura de espaços de venda de produtos artesanais em feiras, exposições, eventos culturais, turísticos e outros integram o artesanato ao turismo do Estado, dando sustentação à comercialização direta dos artesãos e à participação da FGT, como expositora, comercializando produtos de artesanato típico regional.

A FGT, durante o exercício de 1990, realizou 28 feiras e exposições nas localidades de Porto Alegre, Alvorada, Tramandaí, Cidreira, Santo Antônio da Patrulha, Arroio Grande, Cachoeira do Sul, Santa Maria, São Vicente do Sul, Santana do Livramento, Esteio, Passo Fundo, Casca, David Canabarro, Terra de Areia, Bom Princípio, Passo Fundo e ainda nas cidades de Brasília, Curitiba e Camboriú, beneficiando um total de 1.901 artesãos.

#### — Oficina de Artesanato

Em 1990 foram implantadas 14 oficinas de artesanato, sendo 4 na Casa do Artesão (Lã Crua, Couro, Madeira e Argila) e as demais nos municípios de Itaqui, Uruguaiana, Mostardas, Palmares do Sul, Capão da Canoa, São Vicente do Sul, São Gabriel (Lã Crua), Tramandaí e Capão da Canoa (Fibra Vegetal).

Na Casa do Artesão foram executados 8 cursos, beneficiando 80 artesãos.

#### — Viabilização de Espaços Econômicos para Populações de Baixa Renda de Porto Alegre (PRORENDA) — Tipologia 2

Projeto integrante do Programa PRORENDA de Cooperação Técnica entre Brasil e Alemanha, tem como objetivo geral contribuir para a melhoria das condições de vida da população urbana de baixa renda de Porto Alegre através de ações dirigidas ao:

- fortalecimento da capacidade de auto-gestão das associações de moradores e outros grupos comunitários;
- desenvolvimento de métodos e instrumentos participativos de planejamento e de implantação do processo de melhorias urbanas e locais;

- desenvolvimento de instrumentos para o fomento da ocupação e renda.

Para a consecução destes objetivos, a STASC/FGT firmou compromisso de Cooperação Técnica com o Governo da Alemanha através da *Deutsch Gesellschaft für Technische Zusammenarbeit* — GTZ (Sociedade Alemã de Cooperação Técnica) com a intermediação da Agência Brasileira de Cooperação (ABC) do Ministério de Relações Exteriores do Brasil, para um projeto-piloto de quatro anos, prorrogável por mais dois períodos de consolidação e expansão.

A população prevista a ser integrada na fase piloto é de, aproximadamente, 60 mil pessoas, moradoras das vilas: Campo da Tuca, Maria da Conceição, Mato Sampaio, Medianeira/Tronco e Restinga Velha. Os recursos, também para esta fase, são da ordem de DM 13 milhões, 50% de contribuição do Governo Alemão e 50% de contrapartida do Governo do Estado do Rio Grande do Sul.

A equipe técnica do projeto, de caráter interdisciplinar, é constituída de técnicos oriundos de várias organizações do Estado e da GTZ, trabalhando em consonância com as Associações de Moradores responsáveis pela mobilização da população local na identificação dos problemas, definição das prioridades, administração e controle da execução das ações.

#### — Criação do Fundo PRORENDA

Com relação ao PRORENDA destaca-se, ainda, o encaminhamento e aprovação de Projeto de Lei de Criação do Fundo de Viabilização de Espaços Econômicos para Populações de Baixa Renda da Periferia Urbana, que objetiva administrar os recursos de contrapartida do Estado ao Projeto, na sua Tipologia 2.

No período 1987/90, o PRORENDA teve sua etapa de planejamento e preparação, através das seguintes atividades:

- Negociações do Convênio entre os governos do Brasil e da República Federal da Alemanha (*Deutsche Gesellschaft für Technische Zusammenarbeit* (GTZ), através da Agência Brasileira de Cooperação Técnica/República Federal da Alemanha (ABC), do Ministério das Relações Exteriores, a fim de concretizar a participação do Rio Grande do Sul, através da STASC/FGT;
- Missão de Avaliação Bilateral *Deutsche Gesellschaft für Technische Zusammenarbeit* (GTZ) e Agência Brasileira de Cooperação Técnica (ABC) com o objetivo de estudar as condições de viabilização do PRORENDA, em conjunto com a equipe técnica do Estado do Rio Grande do Sul;
- Participação dos técnicos da equipe do Estado, da Agência de Cooperação Técnica e da GTZ no Seminário de Planejamento do Projeto, com auxílio do Método ZOPP (*Zielorientierte Projekt-Planung*) — Planificação de Projetos orientada para os objetivos (Gramado — Maio/88);
- Constituição e treinamento de recursos humanos para atuar no Projeto (várias Secretarias e entidades): Prefeitura Municipal de Porto Alegre/Secretaria de Planejamento Municipal, Fundação Metropolitana de Planejamento, Fundação Sul-Riograndense de Assistência Senador Tarso Dutra, Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor, Sistema Nacional de Emprego, Companhia de Habitação do Estado do Rio Grande do Sul e Departamento do Meio Ambiente/SSMA;
- Assinatura do Protocolo de Intenções de Cooperação Técnica entre o Estado, Ministério das Relações Exteriores (Agência Brasileira de Cooperação/República Federal da Alemanha/GTZ).

O Programa PRORENDA — Tipologia 2 — teve seu ajuste complementar assinado pelos Governos do Brasil e da Alemanha em fevereiro/90 e retomou suas atividades a partir de março do mesmo ano, com a chegada dos peritos alemães, quando houve preparação dos instrumentos necessários para a sua execução, que iniciou em julho/90.

## **2.6 — SEGURANÇA PÚBLICA**

### 2.6.1. — SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA (SSP)

Dentro do princípio de que Segurança Pública é DEVER do Estado, DIREITO e RESPONSABILIDADE de todos e PRIORIDADE do Governo, a Secretaria da Segurança Pública desenvolveu, em 1990, vários estudos, análises, projeções e propostas visando à boa operacionalidade das instituições policiais, revisando e repensando a função de produção, priorizando os recursos humanos e os recursos a serem alocados à operação e manutenção dos serviços policiais sem, contudo, descuidar dos recursos de capital, que visam à reposição dos bens e das instalações desgastadas com o uso, e, também, à ampliação da rede de prédios, instalações e viaturas da Polícia Civil e da Brigada Militar e, em especial, à modernização de equipamentos de comunicações, de armamentos e de sistemas computacionais.

Foram repensadas, também, a participação das comunidades e dos poderes municipais no encaminhamento das questões da segurança pública, priorizando-se esta participação na definição de prioridades e na análise dos problemas, na formulação de propostas, e no acompanhamento e avaliação dos serviços policiais.

Destes princípios resultou um novo enfoque nas Políticas aplicadas.

A função de arrecadação de recursos tornou-se subsidiária, na medida em que o Estado voltou a suprir em níveis razoáveis os recursos financeiros necessários à manutenção dos serviços policiais.

Foram desenvolvidos estudos relativamente às funções do Departamento de Polícia Técnico-Científica da Polícia Civil, integrada pelos Institutos de Criminalística, Médico-Legal e de Identificação, que por força do disposto nos artigos 124 e 136 da Constituição Estadual, deverá dar origem à Coordenadoria Geral de Perícias. Este estudo foi transformado em Lei Complementar e remetido à Assembléia Legislativa.

No que diz respeito ao Conselho Superior de Polícia, a Secretaria da Segurança Pública nomeou comissão para estudar e propor alterações quanto à estrutura e ao funcionamento, com o objetivo de agilizar seus procedimentos e, com isto, apresentar respostas mais rápidas aos processos em andamento, o que deverá contribuir sensivelmente para a melhoria da imagem e da credibilidade da Polícia Civil.

Durante o ano de 1990, foram priorizados os Recursos Humanos, corrigindo-se as principais distorções salariais existentes e procurando estabelecer uma remuneração mais condizente com o mercado. O Governo, dentro da política traçada para o setor, buscou melhorar a formação e preparo profissional do agente policial. Inseridos nesta linha, foram estimulados os intercâmbios com as forças policiais de outros países, tendo sido realizados com os Estados Unidos da América do Norte e com a Alemanha, no caso da Polícia Militar, e com Cuba e com a Argentina, no caso da Polícia Civil. Ao mesmo tempo estão se desenvolvendo tratativas para a realização de convênios de intercâmbio com outros países, em especial com a Itália, Israel e França, sendo que os dois primeiros poderão enviar, no início de 1991, técnicos especializados para ministrar cursos no Rio Grande do Sul.

Partindo do pressuposto de que, o Estado sempre suplementa os recursos necessários ao pagamento das despesas de pessoal, e que estes encargos perfazem um percentual histórico da ordem de 85% do total das despesas na função de produção da Segurança, deve ser mantida a prioridade para os recursos destinados à manutenção, pois a sua redução implicaria diretamente em perda de produtividade e ineficiência operacional.

Paralelamente, deu-se continuidade à política de investimento direcionada à superação das carências de meios materiais agravadas ao longo do Governo anterior, pelos índices excessivamente baixos dos investimentos realizados naquele período.

A recomposição dos meios de produção do serviço de Segurança Pública pode ser sumariada pelos seguintes itens (relativos ao período 1987/90):

#### — Prédios

Foram construídos 35.553 m<sup>2</sup>, sendo 26 prédios para a Polícia Civil, e 62 para a Brigada Militar, totalizando 88 edificações no período 1987/90, sendo que destas 29 foram concluídas em 1990, restando ainda 58 obras em andamento para conclusão em 1991. Destas, 15 deverão também ser concluídas ainda neste período governamental. Estas obras foram realizadas em regime de co-participação com as comunidades e com a interveniência do Executivo Municipal, e totalizaram, no período governamental, 35.533 CUB em obras já concluídas, e 6.221 CUB em obras a concluir, até 15 de março de 1991.

Cabe destaque ainda para as novas instalações do Instituto de Identificação, a nova câmara fria do Instituto Médico-Legal, e a completa reforma que está em andamento no Instituto de Criminalística.

Para os primeiros meses de 1991, estão programadas a implantação de uma Delegacia e de um Batalhão Modelo, instalados com os equipamentos mais modernos de comunicação e informática, servindo como projetos-piloto, e ao mesmo tempo como entidades-escola, para o treinamento e aperfeiçoamento dos policiais civis e militares do Rio Grande do Sul.

#### — Equipamentos

Quanto a equipamentos operacionais, foram alocadas 1.534 viaturas no período 1987/90, tendo sido adquiridas 477 no ano de 1990.

A Brigada Militar recebeu 317 transceptores veiculares, 39 transceptores portáteis, entre outros; uma máquina de recarregar cartuchos tipo MARK IV com capacidade para recarregar 5.000 cartuchos por hora; e foi encaminhada a importação de armas para as operações anti-sequestro do GATE, além da aquisição de 40 motos com seus respectivos rádios, com entrega prevista para o mês de janeiro/91.

Na Polícia Civil implantou-se a infra-estrutura de telecomunicações necessária ao Projeto Barreiras/Fronteira, que se constitui numa ação integrada dos órgãos policiais dos três Estados, e de entidades como a Fiscalização Tributária, Ambiental e Polícia Federal, no combate sistêmico ao crime organizado.

Este teve sua origem na assinatura de um Protocolo de Cooperação pelos Governadores da Região Sul, estabelecendo para as respectivas Secretarias de Segurança Pública o intercâmbio recíproco, operacional, técnico-científico e na área de informática.

O Projeto Barreiras representou um significativo investimento num sistema de rádio-comunicações que cobre todo o Estado e a implementação de mais 15 Núcleos de Processamento de Dados no Interior do Estado para dar suporte às barreiras móveis e que deverão estar totalmente ativadas até março/abril de 1991 (até o final de 1990 foram ativados 7, totalizando

22 NPDs). Com estes NPDs implantados totalizar-se-á uma estrutura de 30 localidades que cobrem todo o Rio Grande do Sul, possibilitando maior agilidade na obtenção de informações e documentos.

Foram adquiridas, ainda, 190 escopetas calibre 12 para atender às necessidades de armas especiais para a operacionalidade da Polícia Civil. Foram adquiridas, também, 130 novas linhas telefônicas para a Polícia Civil e Brigada Militar, sendo que 82 no ano de 1990.

#### — Operações

A criação das Patrulhas Tático-Móveis (PATAMO), na Brigada Militar, e Operações Especiais, na Polícia Civil, reduziu muito o número de assaltos a bancos, que de 93, ocorridos em 1987, foram reduzidos para 21, em 1989, e 24 em 1990.

A política de descentralização desenvolvida pela Polícia Militar originou a criação de dois Batalhões e mais de dez Companhias de Polícia Militar, entre as quais três Companhias Femininas. Foram criados, também, o Grupamento Florestal, Patrulhas Escolares, o Centro de Ensino e Instrução de Bombeiros, o Grupamento de Policiamento Aéreo e o Instituto de Pesquisas da Brigada Militar (IPBM). O efetivo policial militar, que era de 22.068 em 1987, passou para 25.810 policiais. O preparo das organizações para as mudanças em curso na sociedade brasileira e a necessidade de planejamento para a melhor prestação de serviços públicos originou o "Projeto 2000", que compreende a reflexão sobre todas as atividades da Corporação, tanto em relação às necessidades materiais quanto em relação a alterações do sistema, a partir de 1990 até o ano 2000.

Nos últimos meses tem sido dada ênfase especial à descentralização de frações (pelotões), aproximando o policiamento dos locais da prestação dos serviços, propiciando uma presença mais ostensiva, através de pequenos aquartelamentos, nas vilas, bairros e distritos.

Na Polícia Civil foram criadas 3 Delegacias de Polícia para a Mulher, 12 Postos Policiais para a Mulher e 85 Delegacias de Polícia, alcançando assim todos os municípios do Rio Grande do Sul e acrescentando também, 4 Delegacias Distritais em Porto Alegre.

Também na área de Recursos Humanos foram nomeados 413 Investigadores de Polícia e 86 técnicos-científicos para o Departamento de Polícia Técnico-Científica (Coordenadoria Geral de Perícias), reduzindo, assim, o déficit existente. Foi concluído o Curso de Formação de 27 novos Delegados de Polícia, já nomeados e empossados, e está em andamento novo Concurso para mais 86 vagas de Delegado de Polícia e para 338 vagas de Escrivães de Polícia, este último realizado pela primeira vez de forma regionalizada.

A Secretaria da Segurança Pública desenvolveu, no ano de 1990, um trabalho de aproximação e redirecionamento de funções com os Conselhos Comunitários Pró-Segurança Pública (CONSEPROs), tendo sido realizados dois encontros em Porto Alegre, donde resultou a minuta de um anteprojeto de lei, criando o Conselho Estadual de Defesa e Segurança da Comunidade (CONDESC), encaminhado à Assembléia Legislativa sob a forma de projeto de lei.

Em 1990 foi criado o Comitê de Informática, Sistemas e Modernização Administrativa (CISMA) integrado por membros das áreas de Informática e Rádio-Comunicações da Secretaria da Segurança, da Polícia Civil e da Brigada Militar. O CISMA objetiva organizar, planejar e integrar esforços para a melhoria do suporte de informações às atividades policiais e ao atendimento eficaz das demandas da população.

## **2.7 — JUSTIÇA**

### 2.7.1 — SECRETARIA DA JUSTIÇA (SJ)

A Secretaria da Justiça através de seus programas e respectivos objetivos visa ao relacionamento com o Poder Legislativo, Poder Judiciário, Partidos Políticos e Corpo Consular.

Estão a seu cargo, ainda, a política penitenciária do Estado, através da Superintendência dos Serviços Penitenciários (SUSEPE), o registro do comércio, pela Junta Comercial, o arquivamento da memória histórica e documentária do Rio Grande do Sul, objetivo do Arquivo Público, a liberdade condicional, os indultos e o serviço externo da população carcerária, através do Conselho Penitenciário, a proteção da população e defesa do consumidor, mediante ação do Sistema Estadual de Defesa do Consumidor (SISTECON), a prevenção e atenção ao uso indevido de drogas, através do Conselho Estadual de Entorpecentes (CONEN), e a articulação de ações dos organismos governamentais e da sociedade civil na defesa dos direitos da mulher, pelo Conselho Estadual dos Direitos da Mulher (C.E.D.M.).

Com base em suas diretrizes, a Superintendência dos Serviços Penitenciários vem desenvolvendo, no transcorrer dos últimos anos, metas que objetivam a ressocialização do homem preso oportunizando a volta à sociedade sem sofrer grandes traumas, dando ênfase a sua recuperação através do trabalho e da educação, dispensando-lhe um tratamento mais humano, e buscando, através de obras de construção e recuperação de presídios, proporcionar meios de desenvolver atividades produtivas.

Com recursos do Tesouro do Estado do Rio Grande do Sul e com alguma participação do Ministério da Justiça (Departamento de Assuntos Penitenciários), foi investido no Sistema Penitenciário, para recuperar e ampliar a estrutura física, o equivalente a 148.351.626 BTN's no exercício 1990 e 286.948.331 BTN's nos últimos quatro anos, possibilitando a recuperação e construção de obras novas no Presídio Central de Porto Alegre, Penitenciária Feminina Madre Pelletier, Instituto Psiquiátrico Forense Maurício Cardoso, Penitenciária Estadual de Charqueadas, Penitenciária Estadual do Jacuí, além de diversos presídios do Interior. Também está sendo realizada no Complexo de Charqueadas a construção de uma Penitenciária de Segurança Máxima (PASC) com capacidade para 300 detentos.

Durante os últimos três anos já foram concluídos 11.668m<sup>2</sup> de obras novas e de recuperação no Sistema Penitenciário, sendo que no exercício 1990 estão em andamento cerca de 47.802m<sup>2</sup> de obras. Conjugando-se obras novas e ampliações, em execução e já concluídas, o total de vagas geradas no sistema foi de 1.690.

**PROGRAMA DE OBRAS  
1987 A 1991  
QUADRO RESUMO**

OBRAS	ÁREA (m <sup>2</sup> )			NOVAS VAGAS
	AMPLIAÇÃO E OBRAS NOVAS	REFORMAS	TOTAL	
CONCLUÍDAS	3.497	8.214	11.668	212
EM ANDAMENTO	32.912	14.890	47.802	1.478
<b>TOTAL</b>	<b>36.409</b>	<b>23.104</b>	<b>59.470</b>	<b>1.690</b>

**ÁREA EDIFICADA  
1947 A 1991**

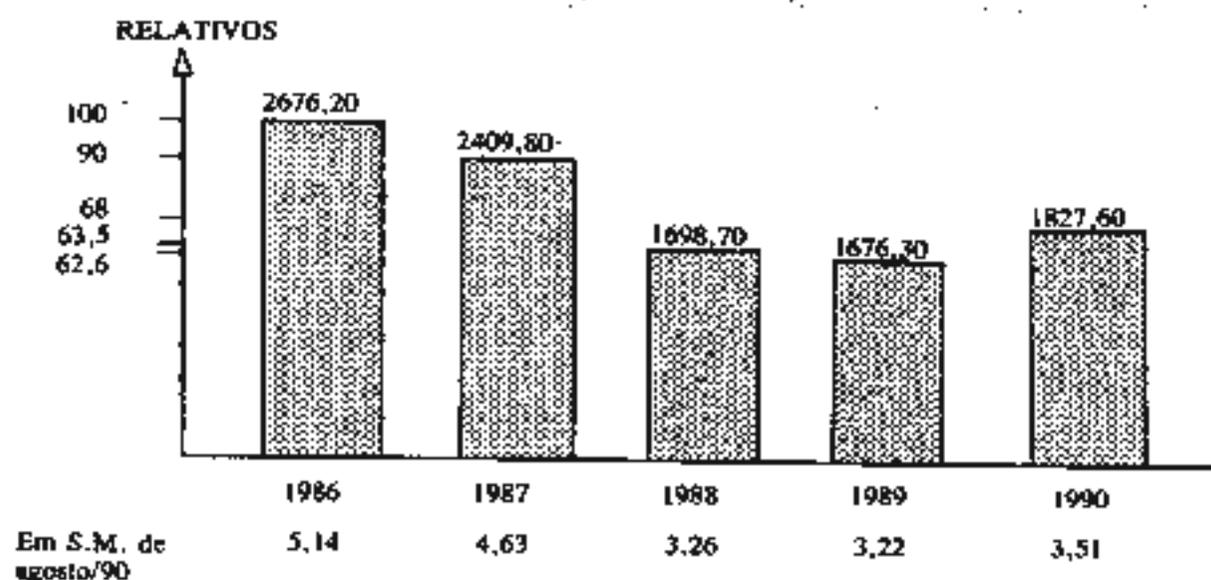
PERÍODO	ÁREA EDIFICADA (m <sup>2</sup> )
1947 - 87	82.930
1987 - 91	36.409

O custo mensal de manutenção de um preso, compreendido como tal os gastos com pessoal, inclusive diárias, alimentação, saúde, transporte, remuneração pelo trabalho e outros, no exercício de 1990, foi o equivalente a 3,51 salários mínimos, reduzindo-se em 32% no período 1986/90.

No período referido, a economia verificada no custeio teve como razão três fatores básicos:

- redução do custo com alimentação, sem baixa da qualidade e da quantidade, em cerca de 18,3%;
- aumento da relação preso-funcionário na ordem de 23,5%;
- adoção de algumas práticas de controle interno, e maior vigilância e seriedade no trato da coisa pública.

**DESPESA MENSAL DE MANUTENÇÃO DO PRESO  
MÉDIA POR EXERCÍCIO A PREÇOS DE  
AGOSTO/90**



Foi dado início à reestruturação administrativa da SUSEPE, com a criação do Grupo Executivo do Trabalho Prisional, quando foram intensificados esforços no sentido de reduzir a ociosidade dos presos no interior dos presídios, possibilitando que a população carcerária tivesse uma atividade produtiva a ser realizada através do trabalho prisional.

A Secretaria da Justiça celebrou Protocolos de Ação Conjunta com Prefeituras Municipais, Universidades, outros Órgãos Públicos, Empresas e pessoas físicas para utilização de mão-de-obra prisional, geralmente remunerada por produtividade, como é o caso da implantação de uma fábrica de sabão no Presídio Municipal de São Luiz Gonzaga, de um rampa para lavagem de automóveis no Presídio Municipal de São Gabriel, além das tradicionais atividades de agropecuária e artesanato, sendo que atualmente 52% dos presos estão envolvidos em atividades como confecção de calçados, funilaria, beneficiamento de pedras preciosas, etc.

Com a finalidade de dotar o Sistema Penitenciário de mais recursos humanos, foi realizado concurso público, no exercício 1990, para suprimento imediato de 210 vagas existentes de Agente de Segurança Penitenciária, e através da Lei nº 9.108, de 17/07/90, foram criados mais 638 novos cargos, o que representa um aumento de 50% do existente; ainda com o objetivo de modernizar foram adquiridos veículos novos, máquinas de escrever e de calcular.

A Escola do Serviço Penitenciário, criada pela Lei 5.740, de 24/12/68, atendendo suas funções de treinamento e capacitação de recursos humanos a partir de uma reflexão sobre as "praxis" penitenciárias e como instrumento propiciador do repensar da prática institucional, realizou durante o exercício cursos em convênio com a PUC/RS e com a UFRGS, seminários e fóruns de debates. Também foi criada a "Revista da Escola dos Serviços Penitenciários", que publica artigos de doutrina e notícias sobre assuntos pertinentes ao penitenciarismo, com a finalidade de fertilizar os estudos em andamento e tornar acessíveis textos básicos sobre a matéria.

O Conselho Penitenciário que dentre suas atribuições, tem a de verificar a conveniência e oportunidade da concessão do livramento condicional, indulto, graça, troca de regime e revogação de livramento condicional, vem desenvolvendo, também, no curso dos últimos dois anos, inspeções nos estabelecimentos e serviços penais, sendo que no ano de 1990 foram realizadas 71 visitas a estabelecimentos, com a inspeção de 44 casas prisionais do Sistema Penitenciário, atendendo assim ao que dispõe a Lei de Execuções Penais.

No decorrer do exercício foram emitidos 1580 pareceres relativos a benefícios apreciados, o que representou um incremento de 17,03% em relação ao exercício anterior, sendo 924 sobre livramento condicional, 385 sobre reduções de pena, 227 sobre indulto, 21 sobre graça presidencial, 13 sobre suspensão de livramento condicional e 10 outros.

A Junta Comercial do Estado do Rio Grande do Sul, que tem por finalidade básica o registro dos atos constitutivos de empresas comerciais, bem como suas alterações, está adotando desde 1988 o programa de descentralização com a instalação de Escritórios Regionais em cooperação com Prefeituras Municipais e entidades empresariais sem nenhum ônus para o Estado, permitindo que os empresários de cada região eliminem ou reduzam seu dispêndio de tempo para a prática de atos cartoriais, até então realizados obrigatoriamente na Capital.

A Junta teve seus serviços modernizados mediante a aquisição de equipamentos de informática, por intermédio de convênio celebrado com o Ministério da Indústria e Comércio, possibilitando a agilização de seus serviços, o que permite atualmente o registro de firma individual em 40 minutos, bem como o registro de uma sociedade por quotas de responsabilidade limitada de 5 a 6 dias, o registro de uma sociedade anônima em 10 dias. É tina das fretas a expansão da interiorização dos Escritórios Regionais com a introdução da informatização também nos escritórios.

O Arquivo Público do Estado, criado pelo Decreto 876 de 08/06/1906, tem por atribuição a guarda e a preservação dos documentos públicos do Estado. Atualmente estão sob a guarda do Arquivo Público cerca de 188 milhões de documentos.

Para melhor desenvolver suas finalidades foi criado o Sistema de Arquivos do Estado do Rio Grande do Sul (SIARQ/RS) em 1989, com uma coordenação central composta pelo Secretário da Justiça, Diretor do Arquivo Público, um representante da Secretaria de Recursos Humanos e Modernização Administrativa, um representante da Procuradoria-Geral do Estado, um Historiógrafo do Arquivo do Estado, um Analista de Sistemas da Companhia de Processamento de Dados do Rio Grande do Sul (PROCERGS) e dois Arquivistas do Arquivo Público.

Para dotar de melhores instalações, foi realizada a substituição da rede elétrica do Arquivo num total de 2.322,40m<sup>2</sup>.

Para modernizar as atividades do Arquivo, dar maior segurança ao Sistema e melhor atender os usuários, está sendo implantado um programa de microfilmagem de documentos conjugado à informatização através de computador, o que possibilita o fornecimento instantâneo de cópias de documentos dos microfimes.

Foi realizado o IV Seminário Nacional de Arquivos e o III Seminário Nacional de Arquivos Municipais no período de 1.º a 07/06/89.

Com a finalidade de tornar o SIARQ/RS — Sistema de Arquivos do Estado do Rio Grande do Sul — mais eficiente, está sendo introduzido o programa de interiorização do Arquivo Público, com a implantação do Arquivo Intermediário Regional de Cachoeira do Sul e outros a serem criados no Interior do Estado.

O Sistema Estadual de Defesa do Consumidor (SISTECON), previsto no Art. 267 da Constituição Estadual, foi instituído pelo Decreto 33.452, de 05/03/90, em substituição ao Programa de Defesa do Consumidor (PRODECON).

A Prestação de Serviço à Comunidade constitui-se, basicamente, em atendimento e orientação de consumidores na sede da Coordenadoria Executiva do Conselho Estadual do Consumidor, através de contatos telefônicos ou pessoalmente. A assistência prestada versa sobre aluguéis, condomínios, mensalidades escolares, juros, consórcios, troca e devolução de mercadorias, prestação de serviços, audiências entre partes e outros, atendendo cerca de 800 pessoas por mês.

O SISTECON desenvolveu nos últimos quatro anos atividades de suma importância, como o I Seminário de Ação para Defesa do Consumidor, em conjunto com a FRACAB e participação de outras entidades representativas da sociedade, em 05/08/89; a promoção do Seminário sobre Novos Direitos do Consumidor, em conjunto com o Instituto dos Arquitetos do Rio Grande do Sul, o Clube dos Diretores Lojistas e a Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS), com o apoio da Associação do Ministério Público, da Associação Gaúcha de Supermercados e do Centro de Estudos Jurídicos da UNISINOS, de 15 a 17/10/90.

O SISTECON está implantando programas para a instalação de Escritórios Municipais de Defesa do Consumidor, com a assinatura de "Termos de Cooperação Técnica" e treinamento dos "Agentes", nos municípios de Farroupilha, Frederico Westphalen, Novo Hamburgo, Palmitinho, Passo Fundo, Rio Grande, São Leopoldo, Torres, Tramandaí e Venâncio Aires; ainda visando à descentralização do atendimento na Capital passou a integrar-se no "Projeto Vida", realizando suas atividades também nas dependências da Antiga Cerâmica Cordeiro.

O Conselho Estadual de Entorpecentes (CONEN), criado pelo Decreto 21.140, de 28/05/71, visa a articular e integrar as ações governamentais no tocante à prevenção, fiscalização e re-

pressão ao tráfico ilícito e ao uso indevido de substâncias controladas que causam dependência psicofísica e de reabilitação e tratamento dos dependentes.

O CONEN realizou, nos últimos anos, uma série de programas, entre eles o II Encontro Estadual sobre Prevenção ao Uso Indevido de Drogas; Curso de Extensão Universitária sobre "Uso Abusivo de Drogas em Instituições Totais", em conjunto com a Escola dos Serviços Penitenciários; o Seminário "Drogas: seus reflexos na saúde, na família e na sociedade", em conjunto com a Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS). Foi elaborado um fascículo contendo "Políticas Governamentais sobre o Uso Indevido de Drogas: Informações e Orientações aos Municípios do Rio Grande do Sul", bem como inaugurado o Centro do Dependente Químico (CDQUIM), resultante de convênio entre o Governo do Estado e o Hospital Parque Belém, através de recursos de BNDES, em março/90.

O Conselho Estadual dos Direitos da Mulher (C.E.D.M.) é um órgão de assessoramento do Governo do Estado do Rio Grande do Sul na formulação de políticas e programas voltados para a população feminina.

A ação do C.E.D.M. visa a coibir as desigualdades, discriminações e preconceitos que afetam as mulheres. Em solenidade oficial de abertura do Ano Estadual da Mulher, em 05/03/90, foi dado reinício às atividades do C.E.D.M. com a posse das novas Conselheiras.

O Conselho Estadual dos Direitos da Mulher, no decorrer do exercício, participou do 1.º Encontro Estadual da Mulher em Santa Cruz do Sul/RS, em julho/90; do Seminário "Mulher e Violência" promovido pelo Conselho Internacional do Bem-Estar Social, em novembro/90; do Encontro de Mulheres em Farroupilha — "A Mulher na Terceira Idade" — promoção da Prefeitura Municipal; do Fórum sobre a "Saúde da Mulher" realizado em São Paulo, e do "Encontro de Mulheres Rurais" realizado em Campo Grande/Mato Grosso, em dezembro/90.

## **2.8 — MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL**

### 2.8.1 — PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA (PGJ)

A Procuradoria-Geral de Justiça (PGJ) tem sua administração superior exercida pelo Procurador-Geral de Justiça, pelo Conselho Superior do Ministério Público, pelo Órgão Especial do Colégio de Procuradores e pela Corregedoria-Geral.

O Ministério Público é uma instituição permanente e essencial à função jurisdicional do Estado, atuando basicamente perante o Judiciário, sendo-lhe atribuída a defesa da ordem jurídica e dos interesses indisponíveis da sociedade além da fiel observância da Constituição e da legislação em geral.

Também fazem parte da Procuradoria-Geral de Justiça, como órgãos de execução, o Procurador-Geral de Justiça e os Procuradores de Justiça (com atuação no segundo grau de jurisdição) e os Promotores de Justiça (perante os órgãos judiciais de primeiro grau).

Possui também a Procuradoria-Geral de Justiça órgãos auxiliares, como a Secretaria (que supervisiona os serviços administrativos e secretaria os órgãos colegiados), o Procurador-Assessor (que assessora juridicamente o Procurador-Geral de Justiça, coordena os serviços do Gabinete de Pesquisa e Planejamento e supervisiona, administrativamente, o dos Procuradores de Justiça), o Gabinete de Pesquisa e Planejamento (que possui atribuições de assessoramento legislativo, doutrinário e jurisprudencial aos órgãos do Ministério Público e assessoramento orçamentário à Procuradoria-Geral de Justiça), a Procuradoria de Fundações (com atribuição de assessoria à Procuradoria-Geral de Justiça e, inclusive, exame dos estatutos e das contas prestadas por Fundações), as Coordenadorias das Promotorias Criminais, das Promotorias Cíveis e das Promotorias de Defesa Comunitária (com atuação nas matérias específicas, referidas nas suas denominações, salientando-se as relativas à defesa dos interesses difusos). Essas Coordenadorias são supervisionadas por um Procurador de Justiça.

O Procurador-Geral de Justiça atuou, por intermédio da sua Assessoria Jurídica, em processos de competência dos Tribunais Superiores e em tramitação perante o Tribunal de Justiça e Tribunal de Alçada, tendo comparecido às sessões de ambos os Tribunais.

No período administrativo de 1990, foram examinados e mereceram parecer, pela Assessoria Jurídica, 2.478 feitos (Recursos Extraordinários ou Especiais, Agravos, Precatórios, Recursos Ordinários, Mandados de Segurança, Administrativos, etc.)

Os Procuradores de Justiça, órgãos de execução da Procuradoria-Geral de Justiça, com atuação junto ao Tribunal de Justiça do Estado, durante o exercício de 1990 produziram 3.839 pareceres cíveis, e 2.822 pareceres criminais, além de 72 em feitos que tramitaram perante o Conselho da Magistratura. Já os Procuradores de Justiça com atuação junto ao Tribunal de Alçada do Estado, no mesmo lapso, elaboraram 1.669 pareceres cíveis e 4.122 pareceres criminais.

A Corregedoria-Geral do Ministério Público, órgão da Administração Superior da PGJ, teve destacada atuação durante o último exercício: realizou 15 reuniões de trabalho com os

Promotores-Corregedores, participou da Comissão do Concurso de Ingresso à carreira do Ministério Público (12 reuniões), do Conselho Superior do Ministério Público (29 sessões), do Órgão Especial do Colégio de Procuradores (6 sessões), do Conselho Deliberativo da Escola Superior do Ministério Público (8 reuniões), da Comissão de Reestruturação Institucional do Ministério Público (23 reuniões), realizou estágio de orientação a 56 novos Promotores de Justiça, cursos de Português e de Direito Tributário (três cursos), dirigidos também aos novos Promotores de Justiça, promoveu o Encontro Regional do Ministério Público, em Santa Cruz do Sul, apoiou o II Curso de Aperfeiçoamento, em Canela. Na área da Corregedoria-Geral, os Promotores-Corregedores emitiram 340 pareceres sobre relatórios de estágio probatório e 94 em pedidos de designação e de expedição de certificados de estagiários (acadêmicos) junto a órgãos do Ministério Público; realizaram 130 visitas de inspeção e correição, sendo 11 em Promotorias de Justiça desta Capital; foram também realizadas 63 visitas de orientação (Interior do Estado); na esfera disciplinar, elaboraram 27 procedimentos, além de 4 inquéritos por prática de infrações penais.

Na esfera das atribuições do Gabinete de Pesquisa e Planejamento (GAPP), durante o exercício de 1990, foram publicados dois números do Informativo-GAPP, além de 25 outras informações, avulsas, tendo sido realizadas 205 pesquisas e elaborados 28 anteprojetos de lei.

Criado em 1989 para assessorar o Procurador-Geral de Justiça e os órgãos do Ministério Público que desempenham funções eleitorais, o Gabinete de Assessoramento Eleitoral (GAE) desempenhou suas tarefas formulando sugestões legislativas pertinentes à matéria eleitoral; coordenou o ajuizamento de Ações de Impugnação de Mandato Eletivo junto aos juizados eleitorais de primeiro grau, prestou assessoramento ao I Seminário Brasileiro de Direito Eleitoral e participou de outros simpósios; supriu os Promotores Eleitorais de matéria legislativa, doutrinária e jurisprudencial, inclusive aos em estágio probatório e colaborou com a Procuradoria Regional Eleitoral, emprestando significativo apoio às atividades do Ministério Público Eleitoral, junto ao Tribunal Regional Eleitoral/RS. No período, os Promotores Eleitorais ajuizaram, em todo o Estado, 851 ações penais.

A Coordenadoria das Promotorias Criminais, no ano de 1990, atendeu 4.064 pessoas, tendo registrado 308 ocorrências, e iniciou 678 expedientes, dos quais resultaram 49 denúncias.

A Coordenadoria das Promotorias Cíveis, no mesmo período, ajuizou 63 processos, interveio em 79 outros, tomou por termo as declarações de 9 pessoas, compareceu a 64 audiências na Vara da Direção do Foro e realizou outras 189 na própria Coordenadoria. Realizou esta Coordenadoria 40 visitas de inspeção e orientação em clínicas geriátricas, asilos, hospitais, domicílios, escolas, centros comunitários, etc., proferiu 7 palestras e atendeu a 2.280 pessoas.

A Coordenadoria das Promotorias de Defesa Comunitária recebeu, em 1990, 507 reclamações, das quais 32 foram transformadas em inquéritos civis e originaram 17 ações civis públicas. Além disso, foram ajuizados 3 Mandados de Segurança e realizadas 315 audiências no âmbito da Coordenadoria.

Os órgãos do Ministério Público com atuação perante a Justiça de primeiro grau, em todo o Estado, desenvolveram atividades no ano de 1990, que podem assim ser resumidas: ofereceram 28.310 denúncias criminais, tendo requerido o arquivamento de 14.686 peças informativas, além de outras providências em 13.332 feitos. Além dos inquéritos policiais recebidos, os Promotores de Justiça, requisitaram outros 2.041, tendo também feito outros pedidos, em número de 4.510. Em processos de competência do tribunal do Júri, atuaram em 1.589 sessões de julgamento, interpondo 49 recursos em sentido estrito e 197 apelações. Na atividade em processos criminais ordinários, compareceram a 38.666 audiências, tendo apresentado 12.761 alegações finais orais e mais 11.208 sob a forma escrita; foram interpostos 1.334 recursos por órgãos do Ministério Público, tendo sido contra-arrazoados 3.478 outros, propostos pelas partes. Em atividade de execução penal, existiram 38.210 intervenções (unificação, soma, suspensão ou conversão de penas, livramento condicional, medidas de segurança e outras concessões).

Na esfera cível, na área das Curadorias de Família e Sucessões, os Promotores de Justiça intervieram em 29.449 procedimentos de habilitações para o casamento civil, em 21.833 feitos de separação e divórcios, em 8.318 processos relativos a pensões alimentícias, em 12.756 inventários ou arrolamentos, e em outros 15.506, diversos, além de haverem proposto 806 ações correlatas. Na área das Curadorias de Falências e Concordatas, sua ação ocorreu em 4.507 feitos; na das Curadorias da Fazenda Pública, em 6.259 processos; na das Curadorias de Menores, em 29.960 feitos, inclusive 736 da iniciativa do Ministério Público; na das Curadorias de Fundações, em 370 feitos, referentes às 410 Fundações existentes em nosso Estado; na dos Registros Públicos, em 5.226 processos; na das Curadorias Cíveis, contaram-se 11.871 intervenções. Em atuação no Interior do Estado, os Promotores de Justiça prestaram assistência a empregados, em rescisões de contratos de trabalho, por 9.332 vezes. Foram propostas 58 ações civis públicas e formalizados ou realizados 1.509 acordos. Além disso, os Promotores de Justiça assistiram a 19.393 audiências e atenderam 83.564 pessoas.

O Quadro do Ministério Público Estadual está constituído, atualmente, por 481 cargos, dos quais estão providos: 58 de Procuradores de Justiça, 98 de Promotores de Justiça de Entrância Final, 120 de Promotores de Justiça de Entrância Intermediária e 142 de Promotores de Justiça de Entrância Inicial.

Atuam, junto aos órgãos do Ministério Público, como estagiários, acadêmicos de Ciências Jurídicas e Sociais.

A estrutura administrativa da Procuradoria-Geral de Justiça se apóia em um quadro de funcionários com 119 cargos, dos quais apenas 65 estão providos.

## **2.9 — DEFESA JUDICIAL DO ESTADO**

### 2.9.1 — PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO (PGE)

A Procuradoria-Geral do Estado, cuja estrutura é definida pelo Decreto n.º 31.060, de 24 de janeiro de 1983 e alterações posteriores do Decreto n.º 32.287, de 18 de julho de 1986, é o Órgão Central da Advocacia do Estado, integrante do Gabinete do Governador. Suas atribuições estão constitucionalmente definidas, competindo-lhe a representação judicial e a Consultoria Jurídica do Estado, além de outras atribuições que lhe forem cometidas por lei, especialmente: propor orientação jurídico-normativa para a administração pública, direta e indireta; pronunciar-se sobre a legalidade dos atos da Administração Estadual; promover a unificação da jurisprudência administrativa do Estado; realizar processos administrativo-disciplinares nos casos previstos em lei, emitindo pareceres nos que forem encaminhados à decisão final do Governador; prestar assistência jurídica e administrativa aos Municípios, a título complementar ou supletivo e representar os interesses da Administração Pública Estadual perante os Tribunais de Contas do Estado e da União (Artigo 115, incisos I a VI da Constituição Estadual).

Para o cumprimento de suas atribuições, a Procuradoria-Geral do Estado desempenhou intensas e relevantes atividades, no decurso do ano de 1990, com marcantes trabalhos das unidades operacionais que a compõem, a saber Órgãos de: Direção Superior (Conselho Superior e Corregedoria), de Integração (Coordenação Geral), de Assessoramento (Gabinete e Assessorias), de Execução (Procuradorias de Pessoal, Fiscal, Domínio Público Estadual, Processo Disciplinar, de Assistência Jurídica aos Municípios e Procuradoria do Interior), de Assistência Jurídico-Social, constituído do Departamento de Assistência Judiciária e por Órgãos de Apoio Técnico-Administrativo, dentre eles destacando o Instituto de Informática Jurídica.

No exercício de 1990, a Procuradoria-Geral do Estado esteve significativamente presente nos acontecimentos de destaque para a Administração Pública Estadual, atuação marcada pela discrição, afastando-se da polêmica das manchetes.

Para tanto, continuou assessorando, na área de Consultoria, os diversos órgãos estaduais, firmando orientações sobre as disposições constitucionais, de recente edição, ainda em fase de consolidação interpretativa; prestou assessoria jurídica, sob forma de consultoria e procuradoria, aos Municípios, promovendo e participando de eventos, com intensa atividade no exame de Ações diretas de inconstitucionalidade de leis municipais e, em especial, para orientação quanto ao disposto no artigo 95, parágrafo 4.º da Constituição Estadual, bem como pela propositura, pelo Estado, de Ação direta de inconstitucionalidade, com concessão de liminar, para suspensão de eficácia, relacionada ao artigo mencionado, letra d, inciso XII. O assessoramento aos Municípios foi também prestado pela Procuradoria do Interior, através dos Procuradores do Estado lotados nas diversas Regionais, constantemente solicitados, para tanto, nas respectivas municipalidades.

Digna de destaque, também, no ano findo, a atuação da Unidade de Assistência Judiciária, que de pronto adequou-se à Lei n.º 8.069, editada em 1990, Estatuto da Criança e do Adolescente, implantando atendimento nos postos periféricos do Juizado da Infância e Adolescente, bem como acrescentando o número de advogados, no posto central, para prestar o devido atendimento; indicados, também, representantes da Unidade no Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente e realizadas palestras, a respeito.

No ano de 1990, a Procuradoria-Geral do Estado tornou a analisar, a pedido da Casa Civil, os projetos de lei de iniciativa parlamentar, sob o aspecto de sua constitucionalidade, com vistas à sua apreciação pela Assembléia Legislativa, e que constituíam fundamento freqüente de Razões de Veto do Poder Executivo. Deu continuidade, igualmente, à elaboração de informações nos mandados de segurança impetrados contra atos do Governador do Estado, bem como de agentes da administração pública, com destaque para as medidas liminares deferidas ao Estado, pelo Supremo Tribunal Federal, para sustar o pagamento integral do 13º salário aos servidores públicos (inviabilizado pela falta de recursos), que estes haviam obtido em mandados de segurança impetrados por entidades de classe.

No âmbito de sua administração interna, e com vistas à agilização das atividades que lhe são próprias, a Procuradoria-Geral do Estado efetuou, no período, concursos para provimento de cargos de Procurador do Estado, bem, como para o quadro de pessoal administrativo, que deverão estar concluídos antes do término desta gestão, representando significativo e alentado incremento de seus recursos humanos e, pois, melhoria substancial no cumprimento de suas atividades-fim.

Na área de cobrança da dívida ativa do Estado, primordial para o ingresso de créditos tributários nos cofres públicos, teve o Órgão pleno êxito no cumprimento de suas atribuições, arrecadando, via cobrança judicial, expressivo numerário, além de ajuizar Certidões de Dívida Ativa cujo valor de execução, só no Interior do Estado, alcançou a cifra de Cr\$ 309,033 milhões.

A Procuradoria-Geral do Estado destacou-se, igualmente, a nível nacional, ao realizar, no ano de 1990, em que completou 25 anos de existência, o XVI Congresso Nacional de Procuradores de Estado, que teve lugar de 29 de outubro a 01 de novembro de 1990, contando com mais de 400 Procuradores do Estado, de praticamente todas as unidades da Federação, cujos representantes, a maioria, aqui vieram colher subsídios, com vistas à estruturação das Procuradorias de seus Estados, em especial quanto às atribuições do Órgão e dos cargos, já consolidadas constitucionalmente no Rio Grande do Sul.

O evento foi prestigiado pela presença do Excelentíssimo Senhor Doutor Ministro José Néri da Silveira, Presidente do Supremo Tribunal Federal, que solicitou ao Procurador-Geral do Estado, na condição de Presidente do Colégio Nacional de Procuradores-Gerais do Estado, que fornecesse e gestionasse, junto às demais Procuradorias, para que informassem dados sobre quadros funcionais e volume de serviço atendido, em Juízo, com destaque para a área fiscal, para fins de cadastramento pelo banco nacional de dados do Poder Judiciário, do Supremo Tribunal Federal, encargo cumprido, devidamente.

Cumprindo seus deveres constitucionais, de representação judicial do Estado, este Órgão, no ano de 1990, sustentou e patrocinou a defesa de relevantes questões, de significativo interesse público, por todas suas unidades, enumeradas, a seguir, em síntese das realizações por elas efetivadas.

#### — Procuradoria de Pessoal

A Procuradoria de Pessoal, encarregada de patrocinar, em juízo, a defesa do Estado nas causas de pessoal, bem como de prestar assistência jurídica em assuntos desta natureza, ao Governador e aos órgãos da Administração Estadual, atuando nas equipes trabalhista, estatutária e de consultoria, foi a unidade operacional da Procuradoria-Geral do Estado que, mais intensamente, se viu sobrecarregada pelas novas normas ditadas pela Constituição Federal de 1988 e Constituição Estadual de 1989, quer a nível de procuradoria, quer de consultoria, com constante assessoramento das dúvidas suscitadas nos órgãos da Administração Pública.

Assim, a Equipe Trabalhista da Procuradoria de Pessoal enfrentou maior número de ações nas matérias pertinentes a: servidores contratados pela FUGAST e Prefeituras Municipais e cedidos ao Estado (objetivando reconhecimento de vínculo trabalhista com o Estado do Rio

Grande do Sul); servidores nomeados para exercer Cargo de Comissão; prestadoras de serviços, Círculos de Pais e Mestres, professores contratados a título precário, mediante Portaria (todos pedindo reconhecimento de vínculo trabalhista com o Estado do Rio Grande do Sul); Ordem de Serviço n.º 06/87 (pedido de reconhecimento de estabilidade, reintegração); servidores efetivados na função pública nos termos da Lei n.º 7.976/86 e desefetivados pela declaração de inconstitucionalidade desta lei (pedido de manutenção de vantagens estatutárias); desvios de função (reenquadramento, isonomia ou equiparação); "gatilhos salariais" e URP; parcelas de complementação, incorporação e/ou isonomia salarial referentes ao SUDS e SUS; dissídios coletivos suscitados contra Autarquias, Estado e Fundações, inquéritos para apuração de falta grave face à estabilidade concedida pelo artigo 19 da CE; defesa em ações cautelares e reclamationárias, com ajuizamento de Mandados de Segurança para cassação de liminares concedidas, assessoramento ao Conselho Estadual de Política Salarial, bem como acompanhamento de recursos ordinários perante o Tribunal Regional do Trabalho, em ações da Capital e Interior.

Importa destacar que teses de grande repercussão, sustentadas pela Equipe Trabalhista, vêm merecendo acolhida pela Justiça do Trabalho, consolidando jurisprudência favorável ao Estado, a saber: carência de ação, em relação ao Estado, dos empregados das prestadoras de serviço; que a Ordem de Serviço n.º 06/87 não concedeu estabilidade aos servidores públicos; garantia de retorno dos efetivados à condição de celetistas, sem manutenção de vantagens estatutárias; exclusão do Estado da lide, sem julgamento do mérito, nos dissídios coletivos suscitados por servidores da administração direta (incompetência de foro); confirmação da natureza estatutária do vínculo dos professores contratados a título precário e de ocupantes de cargos em comissão; impossibilidade de opção pela carreira de Defensores Públicos, pelos servidores contratados ou cedidos que exercem a função de Assistentes Judiciários. Esta equipe teve um volume, no ano, de 511 reclamationárias, 6 dissídios, 14 inquéritos, 11 cautelares, 1 protesto e 6 Mandados de Segurança.

A Equipe Estatutária teve, como matérias predominantes, a defesa de ações (relacionadas à URP e gatilho salarial), Mandados de Segurança impetrados pela Associação dos Cabos e Soldados da Brigada Militar, para reconhecimento da Associação, sendo o Estado vencedor, nos dois casos; Mandados de Segurança sobre limite de idade em concurso público, ações ordinárias diversas, entre elas do DAER (insalubridade), Delegados (isonomia com Promotores), horas-extras e adicional noturno, gratificação de substituição, reajustes salariais (Leis n.ºs 9.061, 9.062 e 9.064/90), CIENTEC (aposentadoria), GIPE (inclusão em base de cálculo para aposentadorias), somando um volume de 135 Mandados de Segurança, 595 ações ordinárias e 01 ação direta de inconstitucionalidade por omissão.

Por seu turno, a Equipe de Consultoria atuou na interpretação das novas normas constitucionais, tais como as referentes à obrigatoriedade de aprovação em concurso público para investidura em emprego público, à acumulação de cargos, regime jurídico único, isonomia de vencimentos, à aposentadoria e proventos, revisão dos direitos dos servidores públicos inativos e pensionistas, à atualização dos proventos e pensão, por morte do servidor, à estabilidade, anistia, fundações públicas, trabalho noturno e extranumerário, recebendo 427 processos para exame.

#### — Procuradoria Fiscal

Incumbindo-lhe patrocinar, em juízo, os interesses do Estado que versem sobre matéria fiscal, inclusive execuções fiscais, assessoria jurídica, na área, ao Governador e Órgãos da Administração e, ainda, efetuando a Defesa dos assuntos relativos ao Instituto de Previdência do Estado (IPERGS), desdobrou-se, esta Procuradoria, através de suas três equipes, no atendimento de suas atribuições, o que fez exitosamente.

Sua Equipe de Defesa Fiscal ajuizou 372 iniciais, com movimento geral do setor (iniciais, contestações, recursos, petições diversas, consultas verbais e escritas, audiências, etc.) de 5.904 trabalhos realizados.

A Equipe de Defesa Fiscal recebeu 209 ações novas, no ano, atuando também em segunda instância com interposição de 124 recursos, inclusive perante o Supremo Tribunal Federal, com movimento geral de 1.248 trabalhos efetuados; obteve 57 decisões judiciais favoráveis ao Estado, e somente 14 contrárias. As ações ajuizadas versaram especialmente sobre ICM, ICMS, ITBI, Taxa Judiciária, IPVA, IR, declaração de inconstitucionalidade (Lei nº 8.820/89 e Decreto-Lei nº 33.178/89).

Quanto à Equipe de Defesa do IPERGS, recebeu, no ano, 109 processos novos, com 535 trabalhos efetuados, inclusive em segunda instância, e que versaram sobre o Sistema Financeiro Habitacional (reconhecimento do PES), execuções hipotecárias e contratuais, respondendo, ainda, a 217 consultas verbais e escritas sobre a Autarquia.

#### — Procuradoria do Domínio Público Estadual

A Procuradoria do Domínio Público Estadual tem uma competência ampla e diversificada, incumbindo-lhe patrocinar, em juízo, os interesses do Estado nas causas relativas a bens de seu domínio, e nas que não envolvam matéria fiscal, de pessoal, de municípios e disciplinar.

Exerceu suas atividades em Consultoria, envolvendo pareceres em assuntos diversificados e informações em projetos de lei, bem como em Procuradoria, atendendo Ações de Desapropriação, de Indenização, de Usucapião e Ações Diversas (revisórias, despejos com retomadas, notificações, cautelares inominadas e outras).

Salienta-se o trabalho que desenvolveu referente a ações ajuizadas contra o Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem (desapropriações indiretas), com vistas à diminuição do valor indenizatório pleiteado, bem como sua marcante atuação em ações possessórias, para defesa do patrimônio do Estado.

Vincula-se à Procuradoria do Domínio Público, também, a Comissão Especial para Levantamento e Demarcação das Terras Públicas, com vistas ao cadastramento destas.

#### — Procuradoria de Processo Disciplinar

A Procuradoria de Processo Disciplinar, a quem compete realizar processo administrativo-disciplinar para apurar a responsabilidade de servidores da Administração Estadual, proceder à revisão processual de instância administrativa e matérias correlatas, no exercício de 1990 teve um acréscimo de 32,95% de processos, para exame.

Atua nas Equipes de Processamento, com três Comissões permanentes e uma Especial, e Equipe de Revisão, com atividades de consultoria, perfazendo uma movimentação global de 144 casos.

Teve, no exercício, como atividades relevantes, o saneamento da questão relativa ao Instituto de Previdência do Estado do Rio Grande do Sul, cujo inquérito especial para apuração de irregularidades na Divisão Habitacional e Divisão de Bens Patrimoniais recebeu impulso definitivo, com a constituição de Comissão específica, com trabalhos em curso, bem como destacando-se o atendimento, pela Equipe de Revisão, de 11 processos disciplinares findos, do Conselho Superior de Polícia, recebidos e concluídos celeremente.

#### — Procuradoria de Assistência Jurídica aos Municípios

À Procuradoria de Assistência Jurídica aos Municípios compete prestar assistência jurídica aos Municípios, tendo recebido, em 1990, 308 processos, para manifestação, e atendendo a 172 consultas, pessoais e telefônicas, em matéria de sua alçada, creditando-se como fator decisivo para o aumento do número de processos encaminhados a esta Unidade, para exame, a determinação constante do artigo 95, § 4º, da Constituição Estadual.

Desenvolveu, ainda, intensa atividade, participando de diversos eventos, em todo Estado, vinculados a assuntos de interesse dos municípios.

Coube-lhe, também, o exame de 140 Ações Diretas de Inconstitucionalidade de leis municipais, registrando-se, como destaque em sua atuação, a concessão de liminar, requerida pelo Estado do Rio Grande do Sul, na Ação Direta de Inconstitucionalidade 409-3/DF, que suspendeu a eficácia, até julgamento final da ação, da expressão “e a Constituição Federal”, constante da letra d, inciso XII, do artigo 95 da Constituição Estadual de 1990.

#### — Procuradoria do Interior

Competem à Procuradoria do Interior os serviços relativos à Procuradoria do Estado (procuradoria judicial), e à Assistência Judiciária Gratuita.

As 18 Procuradorias Regionais atendem 332 Municípios, através de 44 Procuradores do Estado, em sobrecarga de trabalho, e que efetuam a defesa judicial dos interesses do Estado e das Autarquias Estaduais, atuando nas áreas de Pessoal, Domínio Público e Fiscal, além de atenderem consultas e informações dos diversos órgãos públicos sediados no Interior do Estado, representando, ainda, a Procuradoria-Geral, em âmbito regional, social e culturalmente.

Recebeu, no período de 1990, 339 novas ações de pessoal, 598 de Domínio Público, 60 Execuções de Sentença, 1063 Execuções Fiscais e ajuizou 3870 Certidões de Dívida Ativa, totalizando a cifra de Cr\$ 309,033 milhões.

Na defesa judicial das Autarquias atuou intensamente, e com sucesso, para o DAER (desapropriações) e para o IPERGS (habitacional) evitando-lhes prejuízos, bem como cobrando débitos.

Atendeu, ainda, no primeiro trimestre/90, à Caixa Econômica Estadual, que significou enorme carga de trabalho aos Procuradores do Interior, encargo que lhes foi posteriormente retirado, por lei.

A Procuradoria do Interior também exerceu sua tarefa de supervisão e coordenação dos serviços de Assistência Judiciária Gratuita, nas Comarcas do Interior do Estado, que conta com 123 advogados e 65 Comarcas abrangidas, com 21.338 processos em andamento.

#### — Conselho Superior da Procuradoria-Geral do Estado

Órgão de Direção Superior, tem por atribuição elaborar ou reexaminar súmulas para a uniformização da jurisprudência administrativa do Estado, uniformizar a orientação jurídica da Procuradoria-Geral, atender matéria disciplinar e assuntos da carreira de Procurador do Estado e matérias correlatas.

No decurso de 1990, o Conselho Superior exerceu intensa atividade, sendo relatados 26 processos, efetuadas promoções e alterações na carreira, necessárias à agilização das atividades do Órgão.

#### — Corregedoria da Procuradoria-Geral do Estado

Compete-lhe realizar inspeções e correções nos órgãos da Procuradoria-Geral do Estado, expedir provimentos visando à simplificação e aprimoramento dos serviços e atividades correlatas.

Durante o ano de 1990, a Corregedoria empenhou-se na realização, célere, do concurso para provimento de cargos de Procurador do Estado, que deverá estar concluído antes do término da gestão, vindo os aprovados, quando nomeados, a aliviarem sobremaneira a atual carga de trabalho dos Procuradores e, com isto, com significativa melhoria nos serviços, para melhor satisfação do interesse público.

### — Unidade de Assistência Judiciária

Órgão de assistência jurídico-social da Procuradoria-Geral do Estado, é encarregada de prestar assistência jurídica e judiciária aos necessitados na Capital e na Área Metropolitana, tendo efetuado, em 1990, 129.864 atendimentos, ajuizado 9.871 ações cíveis, 7.346 ações penais, compareceu a 14.076 audiências, efetuou 126 júris, 62 julgamentos na Justiça Militar, 527 medidas judiciais da equipe flagrantes, tendo em andamento 28.646 ações de matérias cível e penal.

Desenvolveu, ainda, intensas atividades de aprimoramento profissional, realizando ciclos de estudos, reuniões mensais, pesquisas e, como destaque, adequando-se, de imediato, à edição da Lei n.º 8.069/90, pela implantação de atendimento nos postos periféricos do Juizado da Infância e Adolescente e acrescentando o número de advogados no posto central.

### — Instituto de Informática Jurídica

Órgão de apoio técnico-administrativo da Procuradoria-Geral do Estado, o Instituto de Informática Jurídica, a quem compete a informatização aplicada ao Direito, digitou 2.300 fichas, efetuou consultas no computador, socorrendo-se dos bancos de dados dos Tribunais de Justiça e de Alçada, do Poder Legislativo, do Programa VIN, da Polícia Civil (SSP) e do sistema JUS (acompanhamento de processos em tramitação judicial), perfazendo, nos dois últimos, 22.846 e 1.214 consultas, respectivamente.

Elaborou 140 pesquisas jurídicas, 560 informações em processos, indicativas da jurisprudência administrativa do Órgão e efetuou levantamento das representações de inconstitucionalidade perante o STF.

Publicou os Boletins Informativos da Procuradoria-Geral de n.ºs 86, 87, 88, 89, 90 e 91 e ementários dos Pareceres da Procuradoria-Geral do Estado.

Realizou, ainda, trabalho de integração junto ao Poder Judiciário, Legislativo e PROCERGS, participando de congressos da matéria.

O Setor da Biblioteca do Instituto de Informática atendeu 25.103 consultas, 5.353 emprestos e emprestou 1.951 livros.

A Procuradoria-Geral do Estado, desde o início desta gestão, atuou, primordialmente, no assessoramento ao Governo do Estado, para a definição de sua política salarial, fornecendo subsídios, neste sentido, quer sob forma de assessoria nas negociações coletivas, quer na fixação de critérios de reajuste, com relação aos órgãos da administração indireta e prestando, ainda, assistência contínua ao Conselho Estadual de Política Salarial.

Ao início da gestão, em 1987, obteve êxito nas ações de Arguição de Inconstitucionalidade das Leis n.ºs 8.020/85 e 8.026/85, ajuizadas perante o Supremo Tribunal Federal, com obtenção de liminar para sustação de seus efeitos até final julgamento, que resultou favorável ao Estado do Rio Grande do Sul, susando reajustes de vencimentos, de acordo com fatores alheios ao controle do Estado.

Fez-se presente em todos os acontecimentos que marcaram a Administração Pública do Estado, seja em Brasília, assessorando parlamentares gaúchos na elaboração da Constituição Federal/88, seja acompanhando os trabalhos preparatórios à Constituinte Estadual, com designação de mais de 40 Procuradores do Estado, que acompanharam os Constituintes Estaduais na redação de propostas, no exame de questões e emitindo pareceres pela aprovação ou rejeição do novo texto constitucional estadual, em todas suas fases.

Prestou, também, constante assessoramento às Câmaras Municipais para a tarefa de ela-

borar as Leis Orgânicas dos Municípios, e aos Prefeitos, para governarem sob a égide da nova ordem constitucional; discutiu e explicou o sistema tributário estadual; interpretou as normas constitucionais que disciplinam o serviço público e os servidores, orientando a Administração Pública Estadual e Municipal para a correta aplicação do direito, em face à nova Constituição Federal, promovendo, inclusive, em novembro/88, Congresso com o temário **“O Estado frente à nova Constituição”**, voltado para os órgãos da administração direta e indireta.

Analizou, a pedido da Casa Civil do Gabinete do Governador, sob o aspecto da constitucionalidade, os projetos de lei de iniciativa parlamentar, submetidos à apreciação da Assembléia Legislativa, redundando, freqüentemente, em razões de veto do Poder Executivo; elaborou as informações em mandados de segurança impetrados contra atos do Governador do Estado e agentes da Administração Pública.

Pronunciou-se, como é de praxe e por exigência de organismos internacionais, nos contratos de empréstimo com eles celebrados, pelo Estado ou com seu aval, caso do parecer emitido sobre o contrato de empréstimo celebrado entre o Estado e o Banco Mundial.

Assegurou a disciplina e a moralidade da administração, promovendo expressivo número de processos administrativo-disciplinares, no desempenho de sua função corregedora do serviço público; restaurou direitos abstraídos de servidores públicos cassados, processando anistias.

Cumprindo sua atribuição de representação judicial do Estado, a Procuradoria-Geral sustentou os interesses do Poder Público perante todas as instâncias e tribunais; sustentou em juízo a validade dos programas de Governo do Estado, notadamente do **“QPE”**, enfrentou inúmeras ações relacionadas às situações de servidores **“desefetivados”**, em face à declaração de inconstitucionalidade das Leis n.ºs 7.974 e 7.975/85, obtendo ganho de causa; defendeu o patrimônio estadual e a integridade do meio-ambiente; protegeu as terras públicas, mantendo, junto à Procuradoria do Domínio Público, a Comissão Estadual para Levantamento e Demarcação das Terras Públicas, analisando administrativa e tecnicamente Ações de Usucapião; atendeu à saúde pública reabrindo hospitais fechados pelos proprietários (caso, entre outros, da reabertura, em 48 horas, do Hospital de Charqueadas), fornecendo às autoridades sanitárias orientação para a segura implantação do SUS; garantiu as receitas tributárias do Estado, opondo-se, com êxito, a centenas de ações de contribuintes, discutindo, nos mais diversos ângulos, questões do ICM e/ou outras relativas ao IPVA, ITBI, IR e ICMS; ajuizou milhares de execuções fiscais e obteve notáveis resultados na cobrança da dívida ativa, carreando expressivo ingresso de numerário e em bens móveis e imóveis adjudicados; protegeu o erário público, ao contestar, judicialmente, pedidos de isonomia salarial de servidores; enfrentou em juízo os novos instrumentos legais criados pela Constituição de 1988, ou seja, o mandado de injunção, o **“habeas data”** e o mandado de segurança coletivo.

Defendeu, também, os interesses do Estado, nas questões trabalhistas sobre pedidos de servidores de gatilhos e URP, de parcelas de complementação de salário cujo pagamento decorre do convênio SUDS, além das ações relativas ao pessoal contratado pela FUGAST e Prefeituras Municipais, com prestação de trabalho ao Estado, junto à Unidade de Assistência Judiciária, visando, também, ao reconhecimento de opção pela carreira de Defensor Público, nos termos do artigo 22 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

De maior importância destacar as oito Ações Diretas de Inconstitucionalidade, elaboradas pela Procuradoria-Geral por determinação do Chefe do Poder Executivo, versando sobre diversos artigos da Constituição Estadual, cujos fundamentos, em maioria, versaram sobre vantagens indevidas a servidores da administração direta e indireta do Estado.

A Procuradoria-Geral do Estado atuou de forma intensa, no período, na defesa judicial das fundações e autarquias estaduais, notadamente o DAER (desapropriações), IPE (sistema financeiro habitacional), e Caixa Econômica Estadual (execuções pessoais, hipotecárias, correção monetária dos financiamentos do crédito rural).

Prestou, de igual forma, constante assistência jurídica e judiciária aos necessitados, pela Unidade de Assistência Judiciária, na Capital e Área Metropolitana e, no Interior, através das Procuradorias Regionais, adequando-se, de imediato, à Lei n.º 8.069/90 — Estatuto da Criança e do Adolescente, implantando atendimentos específicos aos casos, nos postos central e periféricos à Capital.

Incrementou seus serviços de informática jurídica, computadorizando-se e interligando-os aos demais sistemas judiciais do Estado e da própria Polícia Civil (cadastro de veículo, com vistas às Execuções Fiscais), resultando na melhor eficiência dos resultados alcançados.

Releva salientar, ao final, que a intensa atividade de procuradoria, consultoria e assessoria realizada pela Procuradoria-Geral do Estado, exigiu esforço incomum e denodado dos Procuradores do Estado e de seu quadro administrativo, ambas as categorias em número expressivamente reduzido, em face ao volume de serviço, mantida, no entanto, e ainda assim, a qualidade do trabalho, expressada nas significativas vitórias judiciais obtidas e nas produtivas atividades de consultoria e assessoria exercidas; para saneamento das dificuldades do elemento pessoal enfrentadas pelo Órgão, foram abertos, em 1989/90, concursos públicos para preenchimento dos diversos cargos, em andamento, e com conclusão antes do final desta gestão, otimizando, assim, os recursos humanos da Procuradoria-Geral do Estado, oportunizada a melhoria, ainda desejada, no cumprimento de suas atividades-fim.

## **2.10 — ENERGIA, MINAS E COMUNICAÇÕES**

### 2.10.1 — SECRETARIA DE ENERGIA, MINAS E COMUNICAÇÕES (SEMC)

A Secretaria de Energia, Minas e Comunicações (SEMC) tem por competência: propor a Política de Energia Elétrica do Estado, assegurando a sua execução através da Companhia Estadual de Energia Elétrica (CEEE); promover a expansão da eletrificação rural do Estado, bem como dar assistência ao Cooperativismo de Eletrificação e Telefonia rurais; promover a Política de Telecomunicações do Estado, assegurando a sua execução através da Companhia Riograndense de Telecomunicações (CRT); realizar pesquisas e promover a racional exploração do carvão mineral e de outros recursos minerais de interesse do Estado, através da Companhia Riograndense de Mineração (CRM); promover o desenvolvimento da Carboquímica; supervisionar e acompanhar a execução de planos e programas das entidades que lhe são vinculadas, dentre as quais se incluem, ainda, a Comissão Estadual de Energia (CENERGS) e o Conselho Estadual de Mineração (CEM), visando a assegurar-lhes a máxima eficiência.

No ano de 1990, a SEMC, levando em conta o custo crescente da energia em nível mundial, a permanente instabilidade do Oriente Médio, onde se situam as fontes mais importantes de abastecimento de petróleo ao Brasil, e a demasiada dependência do País no suprimento de energia elétrica de fontes hidráulicas, voltou-se para as reservas de carvão mineral de Candiota. Através do Decreto nº 33.682, de 2 de outubro de 1990, criou o Grupo de Trabalho do Plano Diretor Regional de Candiota, cuja área foi delimitada pelo mesmo decreto. Além do interesse microrregional e estadual, o citado complexo industrial-energético interessa ao País, de vez que diminuirá a dependência do Brasil em relação ao petróleo importado e em relação à energia elétrica de origem hidráulica, instável por natureza. Há também interesse internacional, de vez que permitirá acelerar a integração do Cone Sul, na medida em que ensejará o fornecimento de energia elétrica para a fronteira do Uruguai já que o plano 2010 da ELETROBRÁS prevê ali a instalação de usinas com a potência total de 3000MW até o ano 2005. Com o Plano Diretor serão preservadas as condições sociais e ambientais da região e será implantado de maneira harmoniosa um complexo energético-industrial em uma região que é predominantemente agropastoril.

No período 1987/90, a CEEE empreendeu vigoroso esforço objetivando o seu saneamento econômico-financeiro, tendo sido elaborado um Plano Integrado de Reabilitação que foi entregue ao Grupo de Trabalho Interministerial constituído para este fim. Com base nas medidas recomendadas por tal plano, que já foi posto em prática, af incluídos o aproveitamento de recursos da Conta de Resultados a Compensar (CRC) para a compensação de débitos junto à ELETROSUL e ao Tesouro Nacional, bem como o aporte de recursos do Tesouro do Estado e o reescalonamento da dívida de curto prazo, foi possível que, no citado período, a Companhia gerasse internamente mais de US\$ 440 milhões. Tais recursos, somados à capitalização de US\$ 196,44 milhões, provida pelo Tesouro do Estado, possibilitaram investimentos da ordem de US\$ 605 milhões, que foram aplicados na construção de 11 novas subestações, na ampliação de 38 subestações já existentes e na construção de 189 Km de linhas de transmissão, que permitiram a adição de mais de 900 MVA de potência ao seu sistema de transmissão. No ano de 1990 a Companhia distribuiu 11.347 GWh para um total de 2.277.000 consumidores em todo o Estado. Firmou ainda convênio com as comunidades da área do futuro reservatório da Usina Hidrelétrica (UHE) de Dona Francisca visando ao reassentamento das mesmas, tendo concluí-

do também o Relatório de Impacto Sobre o Meio-Ambiente (RIMA) da Usina Termelétrica (UTE) de Candiota III, além de haver colocado em pleno funcionamento a Fase B da UTE Presidente Médici, aumentando em 30% a potência efetiva de geração da Companhia.

No mesmo período 1987/90, a administração da CRT empenhou-se em promover o saneamento da Empresa, tarefa em que obteve êxito, pois, encontrando um grau de endividamento de 138,4% em março de 1987, conseguiu reduzi-lo para 47% em outubro de 1990. Paralelamente, a CRT expandiu sua Planta Instalada com um acréscimo de 97.566 terminais telefônicos, dando assim execução aos Projetos Prioritários do Governo do Estado, nomeadamente: "Automatização DDD das Sedes Municipais", "Ampliação de 96.078 Terminais Telefônicos", "Projeto Emergencial de Telefones" e "Substituição de Centrais Telefônicas"; sem entretanto descuidar do andamento de outros projetos considerados prioritários pela Companhia.

Quanto à CRM, entre 1987 e 1990, os esforços empreendidos pela Direção da Empresa, com vistas ao saneamento econômico-financeiro, permitiram que sua dívida, que era de US\$ 97,9 milhões, em março de 1987, fosse reduzida para US\$ 50,9 milhões, em julho de 1990. Por outro lado, no citado período, a Companhia apresentou uma produção total de 5.625.500 toneladas de carvão e pôde investir um montante de US\$ 12,66 milhões. Merecem atenção as ações efetivas desenvolvidas dentro dos Projetos Prioritários do Governo do Estado, quais sejam, "Implantação da Mina do Poacá", "Implantação da Mina do Leão I". Finalmente cabe destacar a associação da CRM com a Companhia Mineira Lavras do Sul, com o objetivo de aumentar a produção de ouro no Estado.

Por sua parte o Conselho Estadual de Mineração, no período 1987/90, realizou 16 reuniões, com destaque para as seguintes ações: aprovação do "Programa do Carvão Mineral para o Rio Grande do Sul"; apresentação dos trabalhos "Os Depósitos Plumbo-Zincíferos de Santa Maria", "Pedras Preciosas do Rio Grande do Sul", e "Estudos para o Estabelecimento de Política de Longo Prazo para a Produção do Carvão Mineral Nacional", além da Coordenação Geral do II Congresso Brasileiro do Carvão realizado em Porto Alegre de 3 a 7/11/89. As ações do CEM desenvolveram-se principalmente dentro dos projetos denominados "Reuniões Plenárias", "Encontros Geológico-Mineiros" e "Assistência Técnica ao Pequeno Minerador", sempre com o apoio da Coordenadoria da Produção Mineral.

Já a CENERGS concentrou seus esforços, no período 1987/90, não só nos Projetos Prioritários do Governo do Estado, nomeadamente, "Energia Eólica", e "Pequenas Centrais Hidrelétricas" como também em outros projetos, tais como "Planejamento Energético Estadual", "Planejamento Energético Municipal", "Uso Racional da Energia", "Energia da Biomassa", além de "Estudos para a institucionalização da Companhia de Gás do Rio Grande do Sul (SUL-GÁS)" e "Roteiro Básico do Estudo da Viabilidade do Gasoduto Brasil-Argentina".

## **2.10.2 — COMPANHIA ESTADUAL DE ENERGIA ELÉTRICA (CEEE)**

A Companhia Estadual de Energia Elétrica, vinculada à Secretaria de Estado de Energia, Minas e Comunicações, está organizada sob a forma de Sociedade Anônima e tem por atribuições básicas projetar, construir e explorar sistemas de produção, transmissão e distribuição de energia elétrica bem como serviços correlatos.

De 1987 a 1990 a CEEE gerou internamente recursos na ordem de mais de US\$ 440 milhões que, com a capitalização de US\$ 196,44 milhões provida pelo Tesouro do Estado, possibilitaram dispêndios com investimentos de US\$ 605 milhões aplicados tanto na ampliação de 39 subestações já existentes, quanto na implantação de 11 novas subestações, além da construção de 168 km de linhas de transmissão adicionando mais de 900 MVA de potência ao sistema de transmissão existente e beneficiando centenas de municípios. Com conclusão prevista para 1991, encontram-se em andamento a construção de 6 novas subestações e a ampliação de 15 outras, totalizando uma potência de 660 MVA.

Estas realizações permitiram não só o atendimento normal da demanda do mercado como também a redução de 37 MVA no montante dos pedidos de ligação não atendidos pela Companhia, isto é, da demanda reprimida. De janeiro de 1987 a dezembro de 1990, o número de consumidores chegou a 2.277.000 apresentando um crescimento de 12% em relação ao número de consumidores do início de 1987.

O resultado operacional positivo de Cr\$ 2.798,6 milhões em 1987 e de Cr\$ 19.638,9 milhões em 1988 representaram expressiva recuperação em relação ao resultado negativo de 1986. Entretanto, razões tais como a contenção tarifária mantida pelo Governo Federal, as repercussões do Plano Collor, entre outros, levaram a um resultado operacional negativo em 1989 da ordem de Cr\$ 276,6 milhões, tendência que se mantém para 1990 de acordo com os dados parciais disponíveis.

Durante o período 1987/90 o segmento residencial do mercado passou de uma participação igual a 25% do consumo total para 27,7%, embora o segmento mais importante continue a ser o industrial, com a participação de 38,8% em 1990. No ano de 1989 o mercado próprio (aquele atendido diretamente pela Companhia) foi de 11.347 GWh expandindo-se 4,6% em relação ao ano de 1988, com o maior crescimento situando-se na classe residencial com 10%, seguida da classe industrial com 7,5%, enquanto que a classe rural teve o menor crescimento, na ordem de 1,26%. Ao mercado próprio acrescenta-se o suprimento em grosso às demais concessionárias e permissionárias do Estado. Para atender a este consumo total, a CEEE, além da sua geração própria, precisa adquirir energia do Sistema Interligado Sul-Sudeste.

Nesse mesmo período a energia gerada pelo parque da CEEE atingiu um máximo de 50,3% das necessidades do mercado, em 1987, devido às excelentes condições hidrológicas ocorridas naquele ano, sendo que já em 1990 a geração própria baixou para 35,1% da disponibilidade total.

Por outro lado, a disponibilidade bruta de energia elétrica no Estado foi de 12.780 GWh em 1989 dos quais, cerca de 5.273 GWh, ou 41,3%, constituíram-se em geração própria do parque da CEEE, sendo o restante recebido do Sistema Interligado Regional. Naquele mesmo ano a Companhia distribuiu 10.850 GWh para cerca de 2.200.523 consumidores, além de suprir energia em grosso a outras concessionárias e permissionárias no Estado. Destaque-se que a entrada em operação, em 1989, da Usina Presidente Médici — Fase B aumentou significativamente, de 6,5% para 11%, a participação da energia de origem térmica gerada pela CEEE com base no carvão mineral rio-grandense.

Com relação aos projetos identificados como prioritários, na área de Energia, pela atual gestão governamental e sob a responsabilidade da CEEE é de destacar;

- **Subestações e Linhas de Transmissão** — no período 1987/90, conforme acima mencionado, foram ampliadas 38 novas subestações já existentes e construídas 11 novas subestações, além de construídos 189 km de linhas de transmissão, o que permitiu um acréscimo de mais de 900 MVA ao Sistema de Transmissão existente.
- **Usina Hidrelétrica de Dona Francisca** — trata-se de usina a ser implantada no rio Jacuí, que terá a potência de 125 MW e que, além da geração de energia, irá melhorar as condições de navegação e de irrigação à jusante da mesma. O projeto foi retomado em 1987 com a reativação dos contratos dos projetos civis e eletromecânicos, a recuperação do canteiro de obras e do acampamento, a realização de investigações geológicas, melhoramentos na estrada de acesso e aquisição da área do eixo de barragem. Em 1990 foi firmado acordo envolvendo as comunidades das áreas atingidas pelo reservatório para definir critérios de reassentamento. Atualmente estuda-se a opção de financiamento entre grupos privados nacionais (Votorantim e Coemsa), BNDES e Iugoslávia, (cujo protocolo foi assinado em 11/07/89);

- **Usina Termelétrica Candiota III** — parte dos equipamentos da 1.<sup>a</sup> Unidade, com a potência de 350 MW, foi contratada com o grupo francês ALLSTHOM em 1981 e o empreendimento foi paralisado em 1983. Desde 1987, a CEEE com a efetiva participação do Governo do Estado e de órgãos do Governo Federal, desenvolve ações visando à obtenção de recursos financeiros nacionais via Governo Federal ou recursos russos através do consórcio soviético-argentino Proenge. De 1987 até 1990 foram realizados os trabalhos de terraplenagem da área, a conclusão do canteiro de obras, a preparação da área de estocagem do material e dos equipamentos, a estrada de acesso à Usina e toda a infra-estrutura de serviços de energia, água e comunicações, além da conclusão do RIMA;
- **Interligação de Santa Vitória do Palmar ao Sistema Interligado Regional** — tem por objetivo a construção de 243 km de linhas de transmissão entre Quinta e Santa Vitória, possibilitando a desativação da Usina Diesel Elétrica de Santa Vitória do Palmar. Encontra-se em andamento a instalação das torres entre Quinta e Curral Alto numa extensão de 115 km.

Além destes, cabe destacar como outros projetos relevantes dentro da CEEE os seguintes:

- **UTE Presidente Médici — Fase B** — entrou em funcionamento em 1987, mas defeitos na fabricação de algumas peças só permitiram seu pleno funcionamento em 1989 o que representou um aumento de 30% na potência efetiva do sistema de geração da CEEE
- **Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCH)** — a CEEE está cedendo ou licitando 15 PCH's de sua propriedade que se encontravam desativadas, sendo que, em 1988 foi iniciado o Programa Pró-Hidros que objetiva a identificação de potenciais de aproveitamentos hidrelétricos com potência acima de 1MW;
- **Caldeiras de Leito Fluidizado** — em 1988 foi dado prosseguimento às tratativas do Projeto de Cooperação Técnica Brasil-Alemanha para a construção de caldeiras de leito fluidizado para usinas termelétricas;
- **Sistema de Distribuição Urbana** — entre 1987 e 1990 a CEEE ampliou suas redes de distribuição em 14.655 km, efetuando 300 mil novas ligações de consumidores. Para melhorar a qualidade do fornecimento de energia elétrica foram executadas mais de 8 mil obras por ano nas redes de distribuição, reduzindo em 75% o número de consumidores com tensão abaixo do nível recomendado e reduzindo substancialmente a frequência e a duração das falhas deste sistema;
- **Eletrificação Rural** — foram construídos 8.225 km de rede de distribuição em 4.183 obras, com investimento na ordem de US\$ 38,8 milhões entre 1987 e 1990;
- **Programa de Recuperação da Medição** — em janeiro de 1987 existiam mais de 77 mil consumidores que pagavam a taxa mínima porque a Companhia não possuía medidores para a correta avaliação do consumo. No período 1987/90 foram adquiridos e instalados os 77 mil medidores propiciando aumento de receita à Companhia e cooperando para o uso racional da energia;
- **Informatização** — foi concluída a implantação do Sistema de Informatização no segmento comercial da distribuição de energia elétrica em todo o Estado. Com isso a emissão de contas erradas baixou de 0,67% para 0,1% e hoje o consumidor tem acesso imediato às informações de seu interesse. Já no segmento técnico o Projeto SID permite conhecer as reais condições de operação do sistema de distribuição e melhora a qualidade e a confiabilidade dos serviços prestados. A Companhia também iniciou, dentro do Sistema de Transmissão, a implantação do Projeto SIPRO, integrante do Sistema Nacional de Supervisão e Controle, que aumentará a qualidade dos serviços prestados pelas concessionárias, em nível nacional;
- **Melhoria da Frota** — o Programa de Recuperação da Frota permitiu a aquisição de 201 veículos que substituíram outros com mais de 12 anos de uso.

### 2.10.3 — COMPANHIA RIOGRANDENSE DE TELECOMUNICAÇÕES (CRT)

A Companhia Riograndense de Telecomunicações (CRT), tem por atribuição a exploração dos serviços de telecomunicações, bem como de qualquer outra atividade afim, neste Estado. A atual Administração baseou-se em três aspectos, considerados primordiais para o seu período de gestão, quais sejam, o saneamento econômico-financeiro, a reestruturação administrativa e a retomada dos investimentos da Companhia.

Entre 1987 e 1990 a CRT expandiu sua planta de aproximadamente 22%, passando dos 447.260 terminais instalados no início de 1987 para os atuais 547.486 terminais, estando previsto para março de 1991 um total de 570.304 terminais instalados. No mesmo período o número de chamadas interurbanas saltou de 117.308.000 para 175.482.000 apresentando um crescimento de 50%, sendo que o número de telefones públicos aumentou em 16,32%, passando de 6.237 para 7.255 telefones moedeiros. O número de canais interurbanos, que era de 28.301 em março de 1987, no período de quatro anos passou para 73.395, com um aumento de 159% além do que, foram ativados cerca de 207 Postos de Serviços, sendo 110 de Telefonia Rural Social.

No período, com implementações e/ou ampliações de 180 Centrais Automáticas, foram atendidas 258 sedes municipais incluindo a automatização dos serviços telefônicos de 67 novas sedes.

Por outro lado, o número de empregados, que era de 6.911 no início de período, foi reduzido para 6.142 empregados.

Deve ser destacado, junto ao crescimento da Empresa, o seu saneamento financeiro com a redução do seu grau de endividamento que passou, de 138,4% em março de 1987, para 47% em outubro de 1990, bem como a reversão do Resultado Operacional que passou a ter valores positivos a partir de 1988. Durante o período da atual gestão a CRT utilizou investimentos da ordem de US\$ 392 milhões, tendo havido capitalizações no valor de US\$ 107,6 milhões, onde o Governo do Estado participou com US\$ 62,9 milhões, a TELEBRÁS com US\$ 16,6 milhões e a venda de terminais captou US\$ 28,1 milhões. Com a capitalização efetuada, o Governo do Estado elevou sua participação nas ações com direito a voto de 53,21%, para 84,85%.

O bom desempenho do período, além de outras causas teve a colaboração dos seguintes fatos: o ganho de 86.020 terminais em serviço, as modificações estruturais havidas nas tarifas telefônicas, a política salarial vigente, a implantação do sistema de multimedição e o aumento da produtividade na geração de tráfego telefônico por terminal em serviço.

No que concerne aos Projetos Prioritários do Governo afetos ao setor, destaca-se no período 1987/90:

- **Projeto Emergencial de Telefones** — as metas de instalação de 14.828 terminais telefônicos na Capital e 44.536 terminais no Interior estão praticamente atingidas, tendo sido instaladas 71 centrais em 65 localidades, com investimentos de US\$ 84 milhões;
- **Substituição de Centrais Telefônicas** — objetiva a substituição de equipamentos obsoletos ou fora de linha de produção. No período 1987/90 foram ativados 28.704 terminais;
- **Automatização DDD de Sedes Municipais** — foram automatizados os serviços telefônicos de 67 sedes municipais, totalizando 16.028 terminais instalados nas mesmas, sendo que em 30/06/90 foi assinado o contrato para automatizar os serviços das 116 sedes municipais remanescentes. Junto à automatização está incluída uma ampliação do sistema interurbano que visa a suportar a expansão do tráfego gerado nas Centrais.;
- **Ampliação de 96.078 Terminais Telefônicos** — plano que atenderá 65 localidades ampliando 41.472 terminais na Capital e 54.606 terminais no Interior do Estado, que já está

totalmente contratado, sendo que até março de 1991 estarão concluídos 8.897 terminais em 5 localidades.

Destacam-se, ainda, como ações relevantes desenvolvidas pela CRT no período:

- **Sistema Rural** — foram implantadas e/ou ampliadas, entre 1987 e 1990, cerca de 67 Centrais Telefônicas Manuais que permitiram a implantação de 3.647 terminais. Já em regime de *co-participação* foram implantadas Centrais Telefônicas em 160 localidades do Interior do Estado;
- **Telefonia Rural Social** — no período, foram ativados 110 postos de serviços de telefonia rural social;
- **Recursos Humanos** — em 1990 houve a implantação do Plano de Assistência Médico-Hospitalar aos empregados e seus dependentes. Por outro lado, a reformulação do Plano de Classificação de Cargos e Salários encontra-se em franco desenvolvimento na Companhia. Já o treinamento deu prioridade para as atividades que envolvem novas tecnologias tais como: fibras óticas, serviços telemáticos, centrais computadorizadas e processamento de dados, sendo treinados 2.725 empregados em 1990;
- **Produtividade** — foi reduzido o índice de 15,30 empregados/1000 telefones instalados, em março de 1987, para 10 empregados/1000 telefones instalados no fim da atual gestão, aumentando *significativamente a produtividade dos serviços da Companhia*;
- **Informática** — foram adquiridos na atual gestão 206 microcomputadores;
- **Veículos** — foram também adquiridos 203 veículos próprios, sendo que em contrapartida o número de carros contratados foi reduzido de 405 para 308 veículos.

#### 2.10.4 — CONSELHO ESTADUAL DE MINERAÇÃO (CEM)

O Conselho Estadual de Mineração (CEM), criado pelo Decreto nº 32.198, de 20 de março de 1986, com a incumbência de "coordenar a política de desenvolvimento da produção mineral do Estado do Rio Grande do Sul, a ser executada pela Coordenadoria da Produção Mineral (CPM)", sendo presidido pelo Secretário de Energia, Minas e Comunicações e sendo integrado, ainda, por um representante de cada um dos seguintes órgãos e entidades: Secretaria de Coordenação e Planejamento (SCP), Secretaria da Fazenda (SF), Secretaria da Saúde e do Meio Ambiente (SSMA), Companhia Riograndense de Mineração (CRM), Associação Gaúcha de Engenheiros de Minas (AGEM), Associação Profissional Sul-Brasileira de Geólogos (APSG), Fundação de Ciência e Tecnologia (CIENTEC), Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul (FIERGS/CIERGS), Departamento Nacional da Produção Mineral (DNPM), Instituto Brasileiro de Mineração (IBRAM), Banco de Desenvolvimento do Estado do Rio Grande do Sul (BADESUL), Sociedade de Engenharia do Rio Grande do Sul (SERGS), Companhia de Pesquisas de Recursos Minerais (CPRM), e Sociedade Brasileira de Geologia (SBG).

A seguir destacam-se as principais ações desenvolvidas por este órgão durante o exercício de 1990.

Foram realizadas cinco reuniões ordinárias do Conselho onde foram tratados os seguintes temas: Programa do II Encontro Geológico Mineiro; reavaliação do trabalho "Estudos para o estabelecimento de política de longo prazo para produção e uso do carvão mineral nacional"; avaliação dos aspectos fiscais, legais e ambientais na atividade mineral; incentivo às pequenas e médias empresas de mineração do Rio Grande do Sul; política nacional do carvão mineral; monitoramento global da fronteira Brasil-Uruguai-região de Candiota; Projeto Ouro-Gemas.

No âmbito da Coordenadoria do Conselho destacaram-se as seguintes ações: realizações do II Encontro Geológico-Mineiro com etapas desenvolvidas nos municípios de Caçapava do Sul, Bagé e Lajeado; publicação dos Anais do Iº Encontro Geológico-Mineiro; coordenação e elaboração das "Recomendações" do II "Workshop" de Geração de Energia Elétrica a partir da combustão dos carvões do Rio Grande do Sul e Santa Catarina com tecnologia de Leito Fluidizado; sugestões ao Projeto de Lei nº 132/90 dispendo sobre o Código Estadual do Meio Ambiente.

Durante o período de 1987 a 1990 foram realizadas, no âmbito do Conselho, treze reuniões ordinárias e três extraordinárias, onde, além dos assuntos acima citados, foram tratados os seguintes: *Bases para uma política estadual de aproveitamento do carvão mineral*; Programa do Carvão Mineral para o Estado do Rio Grande do Sul; Prospecção geológica da jazida de Santa Maria no Município de Caçapava do Sul; Caulim no Rio Grande do Sul; Subsídios à Constituição Estadual na área da política mineral; Subsídios ao transporte de carvão mineral; Manifestação contra propostas do "Anteprojeto da Política Nacional de Carvão Mineral" elaborado por técnicos do Ministério de Minas e Energia (MME); Informações sobre a importação de gás natural argentino e exposição sobre o Projeto Mina do Leão II; Reivindicações quanto à taxaço dos bens minerais no Imposto sobre Circulaço de Mercadorias e Serviços (ICMS).

No âmbito da Coordenadoria do Conselho, durante o período 1987/90, além das realizaçoes anteriormente apontadas, podem-se destacar as seguintes: reavaliaço da jazida de carvão de Iruí, em Cachoeira do Sul; pedras preciosas no Rio Grande do Sul; jazidas de ouro em Lavras do Sul; problemas dos garimpeiros de caulim em *Pantano Grande*; ocorrência de conchas calcáreas no Litoral; realizaço do Iº Encontro Geológico-Mineiro com etapas desenvolvidas nos municípios de Caçapava do Sul, Butiá, Soledade e Capão da Canoa; elaboração e publicaço do documento "Estudos para Estabelecimento da Política de Longo Prazo para Produço e Uso do Carvão Mineral Nacional"; perfil do Conselho Estadual de Mineraço; coordenaço geral do II Congresso Brasileiro do Carvão.

#### 2.10.5 — COMPANHIA RIOGRANDENSE DE MINERAÇO (CRM)

A Companhia Riograndense de Mineraço, vinculada à Secretaria de Estado de Energia, Minas e Comunicaçoes, autorizada a funcionar como Empresa de Mineraço pelo Alvará nº 103/70 do Ministério de Minas e Energia, executa a política mineral do Estado, através da pesquisa, extraço, beneficiamento e comercializaço de carvão, bem como de outras substâncias minerais. Nesse sentido, os Projetos de Ampliaço da Mina de Candiota, de Implantaço da Mina do Leão II e Mina do Poacá desenvolvidos por esta Companhia, bem como suas atividades operacionais fazem parte do Programa do Carvão Mineral em andamento.

Partindo de uma produço de carvão mineral "run of mine"... (R. O. M.) de 1.106.800 toneladas em 1987 a CRM atingiu, em 1989, a produço de 1.705.700 toneladas.

Por outro lado entre 1987 e 1990, a Companhia apresentou uma produço total de 5.652.500 toneladas de carvão, tendo investido um montante de US\$ 12,66 milhões. O Estado por sua vez proveu capitalizaço da ordem de US\$ 29,5 milhões, o que colaborou para que a dívida da CRM fosse reduzida de US\$ 97,8 milhões, em março de 1987, pra US\$ 50,9 milhões, em julho de 1990. Já no exercício de 1990 a Companhia apresentou um resultado operacional positivo da ordem 43,02 milhões de Bônus do Tesouro Nacional (BTN). Por outro lado, através do decreto nº 33.682 de 02/10/90, a CRM passou a integrar, através de um representante seu, o Grupo Coordenador do Plano Diretor Regional do Pólo Energético de Candiota.

Com relaço aos Projetos Prioritários de Governo desenvolvidos pela Companhia na atual gestáo é de destacar:

- **Conclusáo da Mina do Leáo II** — desenvolvendo-se no Município de Butiá, seu projeto básico foi revisado em 1989, resultando na versáo que prevê a produço de 2.051.000 to-

neladas por ano de carvão R. O. M. com destinação prevista para a termoeletricidade, a indústria cimenteira, a gaseificação e a redução direta do minério de ferro. Esta usina terá grande importância no fornecimento de carvão à Usina Termoelétrica (UTE) Jacuí I. Entre 1987 e 1990 foram realizados os trabalhos de revisão do projeto básico, os trabalhos de revisão geológica da área a ser minerada, além da elaboração do Projeto Final;

- **Mina do Poacá** — localizada em Bagé tem por objetivo a implantação de uma produção de 15 milhões de toneladas de carvão por ano, destinadas à UTE de Candiota III. Neste período foi realizado o projeto de pré-viabilidade de mineração da malha III. Por outro lado sabe-se que a CRM dispõe atualmente dos equipamentos de descobertura e extração capazes de abastecerem a primeira máquina de 350 MW do Complexo de Candiota III;
- **Mina do Leão I** — localizada em Butiá, o projeto objetiva a produção de 420 mil toneladas por ano de carvão R. O. M. a céu aberto destinadas ao atendimento de empresas como a CEEE, RIOCEL, CORLAC, etc. O Departamento do Meio Ambiente (D. M. A.) já aprovou a licença de instalação desta frente de trabalho, embora haja feito exigências para uma posterior licença para a operação de mineração.

Salientaram-se, ainda, como outros projetos relevantes desenvolvidos pela CRM, no período 1987/90:

- **Ampliação da Mina de Candiota** — um projeto desenvolvido no Município de Bagé, que visa à ampliação da capacidade de produção da mina a céu aberto, de 800 mil toneladas por ano, para 2,8 milhões de toneladas por ano de carvão mineral R. O. M., para atendimento às fases A e B da UTE Presidente Médici, bem como à indústria cimenteira. No período foram desenvolvidas as seguintes ações:
  - colocada em operação uma perfuratriz rotativa hidráulica para furos com diâmetros de “4<sup>1/2</sup> a 9”;
  - transferido para Candiota o lavador de carvão de 100 toneladas/hora que estava na Mina de Iruí;
  - postas em operação duas correias transportadoras com 2,5 km de extensão e com capacidade de 600 toneladas/hora;
  - postas em operação duas escavadeiras a cabo com caçamba de 12 jd<sup>3</sup>;
  - adquiridas uma pá-carregadeira, um guindaste de 20 toneladas, uma motoniveladora e uma perfuratriz rotativa;
  - concluídas 18 casas da Vila Residencial, iniciada a construção de mais 49 casas além das 50 que encontravam-se em construção.
- **Pesquisas Mineraias** — foram executados, no período cerca de 15.136 metros de perfuração nas localidades de Butiá, Cachoeira do Sul e Bagé;
- **Companhia Mineira** — em 1989 foi constituída a Companhia Mineira Lavras do Sul objetivando a pesquisa e lavra do minério de ouro, sua industrialização e comércio. A Companhia tem a forma de uma Sociedade Anônima e seus principais acionistas são a Companhia de Mineração e Participações e a Companhia Riograndense de Mineração. Esta nova empresa terá como meta a produção de 600 kg de ouro por ano contra a média de 20 kg/ano dos exercícios passados.

#### 2.10.6 — COMISSÃO ESTADUAL DE ENERGIA (CENERGS)

A Comissão Estadual de Energia (CENERGS), foi criada através da Portaria de 28 de agosto de 1979, pelo Governado do Estado sendo integrada pelo Secretário de Estado de Ener-

gia, Minas e Comunicações e pelos Secretários de Estado da Fazenda, da Agricultura e Abastecimento, da Saúde e do Meio Ambiente, da Indústria e Comércio, dos Transportes, e de Coordenação e Planejamento, sob a presidência do primeiro, e com a participação como membros convidados, de cinco representantes de organismos federais ligados à área de energia e pesquisa e, ainda, de sete representantes de instituições ligadas ao campo dos recursos energéticos. As atividades da CENERGS, estão voltadas para as fontes alternativas e o uso racional da energia, de forma integrada ao Sistema Estadual de Energia.

Em 4 de outubro de 1989 foi assinado protocolo entre o Governo do Estado e a FAMURS, através do qual o primeiro presta apoio de 50% nos investimentos feitos pelas Prefeituras Municipais em fontes alternativas de energia.

Em 2 de abril de 1990 foi assinado protocolo entre o Governo do Estado, Universidade Federal do Rio Grande do Sul e Instituições de Ensino Superior do Estado, estabelecendo uma Rede de Pesquisa e Extensão em Energia e Proteção Ambiental.

Com relação aos Projetos Prioritários de Governo sob a responsabilidade da CENERGS, pode-se destacar:

- **Energia Eólica** — foram instaladas duas turbinas eólicas no Município de Cidreira com a potência unitária de 4 KW; no Centro Administrativo do Estado foi instalada uma turbina eólica para alimentar serviços e para efeitos de demonstração; no Município de Osório foi instalada uma Estação Anemográfica. Além disto, foram fabricados 32 anemógrafos para medir a velocidade média dos ventos e foi iniciada a construção de 32 estações anemográficas no Litoral Sul do Estado, onde serão instalados os anemógrafos;
- **Pequenas Centrais Hidrelétricas** — procedeu-se à identificação de 143 mil cursos d'água com mais de 500 metros de comprimento passíveis de serem aproveitados para a geração de energia elétrica. A CENERGS trabalha não só no sentido de motivar as comunidades visando ao reaproveitamento de 15 pequenas usinas desativadas pela CEEE, como também de promover a construção de 7 pequenas usinas por cooperativas de eletrificação rural.

No decorrer do período 1987/90, a CENERGS desenvolveu, ainda, intensa ação em outros importantes projetos, quais sejam:

- **Uso Racional da Energia** — Foram desenvolvidas atividades de divulgação e conscientização da importância do uso racional da energia, por meio da elaboração de um documentário em vídeo-tape a ser exibido em todo o Estado, e pela efetivação de palestras nos municípios de Porto Alegre, Cachoeira do Sul, Candelária, Santa Cruz do Sul, Guíaba e São Leopoldo;
- **Energia da Biomassa** — foi formada uma equipe composta por técnicos da Fundação de Ciência e Tecnologia (CIENTEC), Instituto Riograndense do Arroz (IRGA) e CENERGS a fim de identificar os locais mais apropriados para a geração de energia a partir da casca do arroz. Encontra-se em negociação a instalação de três unidades geradores com potências superiores a 1 MVA nos municípios de Itaqui, São Borja e Pelotas. Por outro lado, foram feitos testes em um motor que funciona com álcool hidratado de menor poder calorífico objetivando a utilização do álcool produzido em destilaria mais simples e de menor preço;
- **Planejamento Energético Municipal** — entre 1987 e 1990 foram ministrados cursos de planejamento energético municipal para administradores e técnicos de 77 municípios. Neste período foram concluídos os planejamentos energéticos de 66 municípios, sendo que 16 municípios foram incluídos no convênio Governo do Estado/FAMURS habilitando-se ao repasse de 50% dos investimentos a serem efetivados em fontes alternativas de energia. No período, junto à CEEE, foi executado o levantamento do valor da demanda reprimida no Litoral Sul e na Fronteira Sudoeste, o levantamento dos alimentadores primários do Li-

toral Sul e das linhas de transmissão com tensão igual ou superior a 69 KV para estudos da implantação de centrais eletroólicas; o levantamento dos grupos "motor-diesel-bomba hidráulica" existentes nas regiões Sudoeste e Litoral Sul; a aquisição de equipamento computacional para a informatização do Programa; a elaboração do Balanço Energético Estadual e um convênio com a Universidade Federal do Rio Grande do sul;

- **Gás natural** — no período de 1987 a 1990 foram executadas as seguintes ações: elaboração do roteiro básico do Estudo de Viabilidade do Gasoduto Brasil-Argentina, em conjunto com técnicos da Secretaria de Coordenação e Planejamento, da Fundação Metropolitana de Planejamento (METROPLAN), do Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE) e da PETROBRÁS; assessoramento ao Secretário de Energia, Minas e Comunicações, no Seminário sobre o Gasoduto Brasil-Argentina realizado em setembro de 1989; elaboração de estudo sobre o aproveitamento do gás natural na Região Sul do Brasil, em conjunto com representantes dos Estados de Santa Catarina e Paraná para discussão no Conselho de Desenvolvimento do Extremo Sul (CODESUL) e estudos sobre a institucionalização da Companhia de Gás do Rio Grande do Sul (SULGÁS).

## **2.11 — TRANSPORTES**

### 2.11.1 — SECRETARIA DOS TRANSPORTES (ST)

A Secretaria dos Transportes, órgão que coordena a política dos Transportes no Estado, operacionaliza sua ação através de quatro órgãos vinculados que são: Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem (DAER) e Companhia Intermunicipal de Estradas Alimentadoras (CINTEA), responsáveis pelo Setor Rodoviário; Departamento Aeroviário do Estado (DAE), órgão específico do Setor Aeroviário do Estado; e o Departamento Estadual de Portos, Rios e Canais (DEPRC) que atua no Setor Hidroportuário Estadual.

No período 1987/90, a Secretaria dos Transportes procurou direcionar sua ação na integração dos transportes no Estado, através de uma realização efetiva de investimentos na área das rodovias estaduais, aeroportos regionais e no complexo hidro-rodo-ferroviário de Cachoeira do Sul.

Na integração com os países do Cone Sul, exerceu papel importante, tendo participado dos seguintes eventos:

- Reuniões do Protocolo 14 — Integração de transportes entre Brasil e Argentina;
- Reuniões do Protocolo 23 — Regional Fronterizo;
- Reuniões da COMAB — Comissão Mista Argentino-Brasileira para construção da ponte entre São Borja e Santo Tomé;
- Visita aos terminais portuários do Chile.

Tendo em vista a mudança do Governo Federal, apresentou um elenco de medidas a serem tomadas visando a solucionar os problemas político-institucionais de transporte ligados à área Federal.

Além disso, cabe destacar a execução dos seguintes trabalhos:

- Publicação da *Política de Viação e Transportes para o Estado do Rio Grande do Sul*;
- Gestão junto ao Governo da União Soviética visando a investimentos no setor hidroportuário gaúcho.

Outras ações realizadas pela Secretaria dos Transportes foram: o desenvolvimento de projetos prioritários para a infra-estrutura do setor; conclusão do projeto do Ramal Ferroviário de Candiota, com o apoio da Superintendência de Desenvolvimento da Região Sul (SUDESUL); projeto de viabilidade da ligação ferroviária Norte-Nordeste do Estado e da ligação ferroviária Porto Alegre — Rio Grande; reavaliação dos estudos de interligação das bacias do Jacuí e Ibicuí.

Neste período destacam-se, ainda, os trabalhos de coordenação de execução das seguintes obras:

- Convênio entre o Estado do Rio Grande do Sul, o Ministério dos Transportes, a Rede Ferroviária Federal S.A., Empresa de Portos do Brasil S.A. (PORTOBRÁS) e o Município de Cachoeira do Sul, com vistas à construção do Acesso Ferroviário do Distrito Industrial do Município;
- Mutirão entre o Estado, através do DAER, e 20 municípios da Região Nordeste do Estado, para construção da RS-305 e dos trechos de ligação, num total de 198km.

### **2.11.2 — DEPARTAMENTO AUTÔNOMO DE ESTRADAS DE RODAGEM (DAER)**

O Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem (DAER) — Autarquia criada pela Lei nº 750, de 11 de agosto de 1937, reorganizado pelo Decreto-Lei nº 1371, de 11 de fevereiro de 1947 — é o órgão responsável pelos estudos para a organização e revisão do Plano Rodoviário do Estado, projetos, orçamentos, locação, construção, reconstrução, melhoramentos e conservação das estradas de rodagem estaduais, pontes e demais obras complementares, por administração direta ou por contratos com terceiros.

O DAER tem sob sua jurisdição, entre Rodovias Estaduais, Rodovias Estaduais Transitórias e Rodovias Vicinais uma extensão aproximada de 10.000km, sendo em torno de 40% pavimentadas.

No período 1989/91 o Governo do Estado do Rio Grande do Sul estabeleceu como meta prioritária para o subsetor Transporte Rodoviário, a duplicação da rede estadual pavimentada que, em março de 1987, apresentava uma extensão de 2.496km.

Em março de 1991, o Sistema Rodoviário encontra-se ampliado em cerca de 1.700km, atingindo a malha pavimentada estadual um total de 4.200km.

No período citado foram concluídos 568,047km de rodovias vicinais integrantes do projeto BBD III, implantados 50,850km de rodovias por administração direta e restaurados 192,580km.

Encontram-se em fase de pavimentação 170,440km de rodovias em construção, 111,750km de rodovias federais delegadas e 217,800km de obras de pavimentação em regime de mutirão com municípios da região do Alto Uruguai.

O DAER, no mesmo período foi responsável pela execução de 3.914m de projetos de pontes e 1.750,50m de construção de obras de arte especiais, 4.424.408m<sup>3</sup> de terraplenagem por administração direta e 26.874.021m<sup>3</sup> por empreitada; implantou 1.133km de rodovias; realizou 1.403.800m<sup>2</sup> de capa selante, 1.892.400m<sup>3</sup> de revestimento primário e 2.636.311.000m<sup>3</sup> de patrolagem. Ainda realizou manutenção e conservação nos 10.000km que compõem a malha estadual.

Os gastos com conservação de rodovias a valores atualizados, no período 1987/90 atingiam totais de Cr\$ 15.233 milhões sendo Cr\$ 6.426 milhões no ano de 1990.

Por outro lado, foi instituído um Banco de Projetos que prevê a contratação, até março de 1991, de 2.500km de projetos finais de engenharia, abrangendo rodovias cuja implantação e pavimentação são imprescindíveis ao desenvolvimento econômico do Estado.

Os projetos em elaboração ou em fase de contratação, somam uma extensão de 1.821km, estando ainda arrolados mais 1.718km.

Com o objetivo de dotar o Departamento de um sistema unificado de procedimentos que disciplinem todos os elementos e etapas da construção de uma rodovia, foram elaboradas as Novas Especificações Gerais de Serviços Rodoviários, abordando serviços preliminares: terraplenagem, pavimentação, drenagem, obras de arte e serviços complementares. Nesse documento,

que já existia, mas que há mais de duas décadas não era objeto de qualquer revisão ou complementação, são conceituados os tipos de serviços, estipulados parâmetros a serem obedecidos pelos materiais a eles correspondentes, definidos os equipamentos a serem utilizados e estabelecidos critérios de controle de qualidade, medição e forma de pagamento.

No intuito de compatibilizar as diretrizes de projetos vigentes com a realidade sócio-econômica do Estado, foram elaboradas Novas Normas de Projeto Geométrico, definidas as Normas para Projetos de Interseções e atualizadas as Instruções de Serviços do Departamento.

As Normas de Projeto Geométrico estão, com este procedimento, recebendo a sua primeira revisão depois de 16 anos, o mesmo acontecendo com as Instruções de Serviço. As Normas de Interseções foram elaboradas a partir das Normas Suécas, com as necessárias adequações à sistemática do Departamento.

Ante a necessidade de renovar sua frota de veículos e máquinas, com o menor dispêndio de recursos, a atual Direção decidiu dar ao seu equipamento, hoje, com uma idade média próxima aos 20 anos, uma Segunda Vida Útil. Dentro desse mister, foram reformadas, de maio de 1989 a novembro de 1990, 142 unidades entre caminhões e máquinas rodoviárias. Para tanto, foram gastos Cr\$ 300 milhões, em nível de novembro de 1990, obtendo-se um produto final que, se adquirido novo, custaria cerca de Cr\$ 1.500 milhões.

Faziam parte do Departamento em março de 1987, início da atual gestão, 5.864 servidores ativos e 4.047 servidores inativos. Em dezembro de 1990, constam 4.757 servidores ativos e 4.172 servidores inativos, uma redução de 1.107 servidores de seu efetivo. Para minimizar a situação, o Órgão lançou Edital de Concurso Público para admissão de 78 Técnicos e 150 servidores de apoio, num total de 228 vagas, todos para a área operacional.

O Conselho Executivo promoveu 417 reuniões, apreciando 2.659 processos; o Conselho de Tráfego, 257 reuniões com um total de 883 processos apreciados.

No período, foi incorporada à área do edifício-sede, 3.195m<sup>2</sup> que se somam ao parque de estacionamento, local onde serão construídas as futuras instalações da Superintendência de Abastecimento e Manutenção.

Foram aplicados recursos na ordem de Cr\$ 65 milhões, com a substituição de 1.156m<sup>2</sup> de esquadrias, sistema de comunicação com a implantação de uma central de terceira geração e adaptação do prédio da creche às normas de segurança, estando prevista, ainda, até março de 1991, completa reforma nas instalações hidrossanitárias.

As obras sob responsabilidade do Departamento, com suas respectivas extensões são discriminadas a seguir:

#### OBRAS CONCLUÍDAS A PARTIR DE 15/03/87

RODOVIA	TRECHO	Ext. (km)
RS/011	Caçapava do Sul — Lavras do Sul (L1)	25,440
RS/011	Caçapava do Sul — Lavras do Sul (L2) [8]	30,180
RS/030	Arroio Camarão — Tramandaí (duplicação) [16]	5,600
RS/030	Osório — Tramandaí [16]	32,000
RS/049	Acesso Santo Ângelo (Aeroporto)	10,827
RS/110	Bom Jesus — Alziro Ramos	34,700
RS/122	Antonio Prado — Ipê	3,000
RS/122	Rio das Antas — Antônio Prado	18,530
RS/150	Vicente Dutra — Caiçara — BR/158 [17]	30,467
RS/168	Bossoroca — BR/285 [12]	11,670

RODOVIA	TRECHO	Ext. (km)
RS/168	São Luiz Gonzaga — Roque Gonzales [14]	9,390
RS/223	Ibirubá — BR/377 [5-6]	25,875
RS/240	Vila Scharlau — Rincão do Cascalho [1]	4,200
RS/241	São Vicente do Sul — São Rafael [4]	13,845
RS/305	Palmitinho-Frederico Westphalen [17]	18,704
RS/307	C. das Missões — C. Godoy — Sta. Rosa [14]	24,800
RS/324	Ronda Alta — RS/406 [17]	4,200
RS/324	Contorno de Marau e acesso [6]	7,100
RS/324	Marau — Divisa Marau-Casca [6]	15,000
RS/348	Agudo — RS/509 [4-10]	9,400
RS/350	Acesso Sul de Camaquã — BR/116 [3]	2,800
RS/402	Colorado — Selbach	16,355
RS/406	RS/324 — Goio-En (Nonoai-Serraria) [17]	33,240
RS/453	Caxias do Sul — Lageado Grande (L2)	32,580
RS/453	Caxias do Sul — Lageado Grande (L1)	19,947
RS/470	Montenegro — Salvador do Sul (L1) [2]	13,960
RS/479	Campinas do Sul — Jacutinga — BR/153 [13]	37,987
RS/481	Candelária — Sobradinho (L1) [3-10]	18,000
RS/481	Candelária — Sobradinho (L2) [3-10]	27,000
RS/585/587	Eerval Seco — Seberi — Rodeio Bonito	40,119
RS/640	Cacequi-São Rafael	22,490
RS/702	Piratini — BR/293 [7]	9,380
RS/786	Osório — Mariápolis — Capão da Canoa (L1)	31,260
RS/786	Capão da Canoa — Torres (L2)	31,600
RS/EP	Av. Portuária (João Moreira Maciel) [1]	1,100
RS/EP	Av. de Bento Gonçalves a RS/427 [2]	7,600
RS/EP	Acesso a São Vicente do Sul	3,000
RS/EP	Ac. a RS/427 ao Santuário de Caravaggio	7,720
RS/EP	Ac. de Mariante a RS/240 [3]	2,600
RS/EP	Ligação da RS/129 com a RS/130 [11]	2,440
RS/EP	Ac. Cerro Largo — BR/392 [14]	0,740
RS/EP	Ligação-Dois Irmãos-RS/239 [1]	1,800
RS/EP	Chuí — Barra do Chuí	12,000
RS/EP	Acesso a Soledade (sul)	2,600
RS/EP	Acesso a Espumoso (COTRIEL)	0,900
RS/EP	Ac. Posto Fisc. — Ac. Frederico Westphalen e Trevos	3,100
RS/EP	Contorno Leste de Passo Fundo	6,000
	<b>TOTAL</b>	<b>723,246</b>

### RODOVIAS IMPLANTADAS (ADMINISTRAÇÃO DIRETA)

RODOVIA	TRECHO	Ext. (km)
RS/502	Contorno da cidade de Constantina Terraplenagem concluída	2,700
RST/49	Santo Ângelo — Aeroporto Terraplenagem e Revestimento Primário	10,830
RS/122	Antonio Prado — BR/116 (IPE) Terraplenagem e Revestimento Primário	3,200
RS/235	Nova Petrópolis — Gramado — Canela Recapamento	6,000
RS/467	Ibiaçá — Entr. RS/126 Terraplenagem e Revestimento Primário	9,020

RODOVIA	TRECHO	Ext. (km)
RS/484	Barra do Ouro — Entr. BR/101	2,200
	Terraplenagem e Revestimento Primário	
RS/630	São Gabriel — Vila Sta. Brígida	6,000
	Terraplenagem	
RS/786	Pinhal — Quintão	10,900
	Terraplenagem e Pavimentação	
	<b>TOTAL</b>	<b>50,850</b>

#### PONTES E OBRAS DE ARTE ESPECIAIS (CONTRATADAS)

RODOVIA	TRECHO	Ext. (m)
RS/149	Ponte sobre o rio Soturno	114,00
RS/168	Viaduto RFFSA — Ponte Ximboeu	31,00
RS/223	Ponte sobre o rio Jacuí-Mirim (Recuper.)	82,00
RS/585	2 Pontes: Laj. Lamb. e rio Fortaleza	67,00
RS/587	2 Pontes: Arr. Braga/Arr. Pinhalzinho	77,00

#### 1987 PONTES E OBRAS DE ARTE ESPECIAIS (ADMINISTRAÇÃO DIRETA)

RS/406	Ponte sobre o Arroio do Tigre	37,00
RST/377	Ponte Metálica s/o Arroio L. Grande	42,00
RS/122	Alarg. do Viaduto s/a Várzea do Rio Cadeia	24,00
RS/470	Alarg. da Ponte s/o Arroio Esperança	6,24
RS/509	Muro de Arrimo — Trecho Camobi — Sta. Maria	90,00
1988		
RS/479	Alarg. da Ponte s/o Arroio Henrique	16,00
RST/524	Ponte s/o Arroio L. Grande	44,00
RST/032	Ponte s/o Rio do Peixe	53,02
RS/168	Ponte s/o Rio Icamaquã	91,00
RST/377	Ponte s/o Arroio L. Grande	54,00
RS/168	Ponte s/o Arroio Icamaquazinho	37,00
RS/307	Ponte s/o Arroio L. Capoeira	24,00
1989		
RS/479	Ponte s/o Arroio Jacutinga	40,00
RS/305	Ponte s/o Rio Turvo	82,00
RST/032	Ponte s/o Arroio Carreteiro	42,60
ER-EP	Ponte Metálica s/o Rio Negro	30,00
RS/486	Ponte s/o Arroio Bananeiras	54,00
RS/149	Ponte Metálica s/a Sanga da Divisa	15,00
RS/479	Alarg. Ponte sobre o Arroio Cravo	30,00
RS/479	Alarg. Ponte sobre Arr. Erexim	29,20
RS/350	Ponte sobre o Arroio Butiá	65,00
1990		
RS/149	Ponte sobre a Sanga da Divisa	36,00
RS/330	Ponte sobre o Arroio Zaina	37,00
BR/158	Viaduto Interseção	47,00
EP	Viaduto sobre RS/030 Osório-Mariópolis	51,00

### RODOVIAS RESTAURADAS

RODOVIA	TRECHO	Ext. (km)	Rest. (km)
RS/011	Caçapava — Lavras do Sul	36,980	5,660
RS/122	Acesso a Caxias do Sul	10,400	8,800
RS/135	Passo Fundo-G. Vargas e Ac. a Coxilha	44,980	34,600
RS/239	Sapiranga — BR/116 (Duplicação)	16,000	1,200
RS/240	Vila Scharlau — Rincão do Cascalho	23,000	15,280
RS/401	São Jerônimo BR/290	31,600	21,000
RS/428	Lajeado-Venâncio Aires	29,620	12,000
	<b>TOTAL</b>	<b>192,580</b>	<b>98,540</b>

### RODOVIAS VICINAIS

RODOVIA	TRECHO	Ext. (km)
VRS/003	BR/158 — Palomas [9]	5,169
VRS/004	RS/509 — Silveira Martins-Arroio Grande [4]	16,700
VRS/005	São Pedro do Sul — Vila Taropi [4]	19,800
VRS/006	Alegrete — BR/290 — Caverá [8]	15,000
VRS/007	São Gabriel — Sta. Brígida — Sta. Clara [4-8]	6,515
VRS/008	Vila Block — Formigueiro — Passo das Tunas	30,762
VRS/009	Carazinho — São Bento [6]	15,000
VRS/010	BR/386 — Ibirapuitã [6]	10,060
VRS/011	Arroio do Meio — Vila Forqueta	11,300
VRS/013	Farroupilha — Desv. Blauth — Garibaldi	15,700
VRS/014	Flores da Cunha — Nova Pádua [2]	12,822
VRS/015	São Marcos — Criuva [2-15]	15,420
VRS/016	Venâncio Aires — RS/428 — Vila Palanque [3-11]	15,001
VRS/017	Espumoso — Campos Borges — Divisa [4-6]	38,460
VRS/018	Divisa — Salto Jacuí [4-6]	25,495
VRS/019	Colorado — Vista Alegre — BR/285 [6]	20,920
VRS/021	Frederico Westphalen — Castelinho [17]	14,440
VRS/022	Padre Gonzales — Vila Esperança — Linha Ismael	18,843
VRS/023	RS/135 — Tapejara	31,675
VRS/024	Ibirubá — XV de Novembro — Fortaleza dos Valos	30,850
VRS/025	BR/287 — Nova Esperança [12]	11,023
VRS/026	Feliz — Alta Feliz [2]	7,200
VRS/027	BR/116 — Linha Temerária [2]	6,325
VRS/028	Est. Getúlio — Erebangó [6-13]	7,614
VRS/030	RS/509 — Restinga Seca — Passo das Tunas	26,911
VRS/031	Igreja N. S. Saúde — Sta. Justina [2]	12,335
VRS/032	RS/168 — XVI de Novembro — RS/561 [14]	14,480
VRS/033	BR/471 — Hermenegildo	15,400
VRS/034	BR/472 — São Marcos [9]	5,360
VRS/035	BR/386 — Paverama [11]	11,738
VRS/036	RS/509 — Vila Ferraz [3]	11,384
VRS/037	RS/342 — Esquina Tucunduva [14]	14,095
VRS/038	RS/342 — Vila Progresso [14]	9,700
VRS/039	Cerro Largo — Vila Francisca [14]	9,722
VRS/041	Roca Sales — Vila Júlio de Castilhos	7,600
VRS/042	Igreja — Linha Temerária — Soc. Arroio Paixão [2]	4,430
VRS/044	Várzea Grande — Serra Grande [15]	5,400
VRS/045	BR/158 — Jaboticaba (Ac. Trentin) [17]	6,498

RODOVIA	TRECHO	Ext. (km)	Exec. (km)
VRS/051	Serafina Corrêa — Rio Carreiro [6]		8,300
VRS/057	Serra Grande — Fundos [15]		2,600
	<b>TOTAL</b>		<b>568,047</b>

### RODOVIAS FEDERAIS DELEGADAS

RODOVIA	TRECHO	Ext. (km)	Exec. (km)
BR/101	Bacopari — Mostardas	83,000	49,000
BR/423	Teutônia — Garibaldi	42,300	40,100
BR/471	Capivarita-Encruzilhada do Sul	32,220	6,000
BR/480	Goio-En — Vila Nova (L3)	25,700	16,200
BR/481	Sobradinho — Arroio do Tigre	12,000	0,300
BR/509	Santa Maria — Camobi (novo)	9,000	0,150
	<b>TOTAL</b>	<b>204,220</b>	<b>111,750</b>

### OBRAS EM EXECUÇÃO

RODOVIA	TRECHO	Ext. (km)	Exec. (km)
RS/020	Ruas Laterais de Taquara	3,600	
RS/020	São Francisco de Paula-Tainhas	38,000	
RS/020	Tainhas-Cambará do Sul e Acesso-429	48,000	
RS/101	Palmares do Sul — Bacopari	28,000	
RS/110	Alziro Ramos — Várzea do Cedro	37,000	
RS/118	Itapuã — Lami	17,800	
RS/118	Lami — Varejão	4,500	
RS/122	Flores da Cunha — P. Zeferino	14,000	1,050
RS/126	Sananduva-S. J. Urtiga-M. Almeida	43,500	
RS/142	Não-Mc-Toque — Vitor Graeff	13,000	
RS/149	Faxinal do Soturno-RS/509	21,810	
RS/149	Formigueiro-BR/392	17,129	4,700
RS/168	BR/287-Santiago-Bossoroca-Acesso	44,320	38,320
RS/230	Lajeado Grande-Tainhas	43,000	
RS/235	Canela-Gramado-Muro Atirantado	0,160	
RS/235	Canela — Gramado (Dupl.) e Ac. Caracol	15,500	9,600
RS/239	Taquara — Rolante	18,891	6,000
RS/241	São Rafael — S. Fco. Assis	40,827	17,500
RS/265	Canguçu — Vila Boa Vista (L1)	25,000	
RS/324	Acesso 1 e 2 a Marau	2,040	
RS/324/504	Alpestre-Planalto-RS/406	34,747	0,400
RS/331	Viadutos — Marcelino Ramos e Acessos	25,000	8,100
RS/332	Arvorezinha-Ilópolis-Encantado	58,760	
RS/348	Agudo-D. Francisca-Fax. Soturno	23,000	
RS/401	S. Jerônimo-Gal. Câmara-RS/405	23,000	
RS/420	Erexim — Aratiba	34,270	
RS/425	Nova Bréscia — Encantado	15,100	
RS/427	RS/427-RS/122-R. Lat. Farroup. (Dupli.)	2,300	0,600
RS/431	Dois Lajeados — Santa Bárbara	6,500	
RS/440	Triunfo-BR/386	28,000	
RS/467	Ibiaçá — RS/126	8,720	6,970
RS/470	Montenegro — Salvador do Sul (L2)	23,100	18,510
RS/471	Santa Cruz do Sul — Sinimbu	22,000	
RS/473	Herval — Airosa Galvão	25,000	

RODOVIA	TRECHO		Ext. (km)
RS/477	Sananduva-Cacique Doble-S. J. do Ouro	39,000	0,900
RS/486	Terra de Areia-Sanga Limeira	17,051	
RS/486	S. Limeira-Km 10,5 (Banan. Aratinga)	16,000	
RS/486	Km 10,5 — Bananeiras-Aratinga-RS/020	20,900	
RS/602	Airosa Galvão — Arroio Grande	25,000	
RS/786	Capão da Canoa — Torres (lote 3)	42,600	39,000
RS/786	Duplicação Av. Paraguaiçu (Imbé)	2,700	0,400
EP	Ibiraiaras — BR/285	13,330	12,160
EP	Acesso Porto Carb. de Charqueadas	1,600	1,500
EP	Campo Bom — Novo Hamburgo	4,000	
EP	Acesso Alvorada (Dist. Industrial)	5,000	0,830
EP	Ac. Norte a Bagé	7,000	2,400
EP	Ac. a Nova Bassano	1,000	
EP	Ac. a Imigrante	4,800	
EP	Ipiranga do Sul — Est. Getúlio	17,100	
EP	Taquara — Santo Ant. Patrulha	35,000	
EP	Est. Velha — Av. Pres. Lucena	2,800	
EP	Acesso ao Porto Seco de P. Alegre	1,000	
EP	BR/116 — Colônia Japonesa/Ivoti	8,000	
EP	Nova Hartz — Campo Vicente	4,800	
EP	Acesso BR/290 — Glorinha	6,000	
EP	Campo Bom — Av. João G. Neto	8,300	
EP	Maximiliano de Almeida-Machadinho	17,000	
EP	Esc. Agrícola Palm. das Missões	2,000	
EP	Pelotas (Av. Fernando Osório)	4,300	
EP	Contorno de Tapera (p/Cemitério)	4,500	1,500
EP	Acesso a São Luiz Gonzaga	1,550	
	<b>TOTAL</b>	<b>1.117,905</b>	<b>170,440</b>

### OBRAS EM REGIME DE MUTIRÃO

RODOVIA	TRECHO		Ext. (km)
RS/305	Tucunduva — Horizontina		20,000
RS/305	Horizontina — Crissiumal		36,000
RS/305	Crissiumal — Três Passos		25,800
EP	Crissiumal-Humaitá-BR/468		28,000
EP	Braga — Campo Novo		11,000
EP	Redentora — Cel. Bicaco		22,000
EP	Dr. M. Cardoso — Horizontina		16,000
EP	Três Passos-Porto Soberbo		32,000
EP	Braga-Redentora		12,000
EP	Cel. Bicaco-Santo Augusto		15,000
	<b>TOTAL</b>		<b>217,800</b>

### RODOVIAS VICINAIS

RODOVIA	TRECHO	Ext. (km)	Exec. (km)
VRS/001	São José do Norte-Ponta dos Pescadores	14,855	7,500
VRS/002	BR/392-Morro Redondo	8,045	5,300
VRS/040	BR/239 — Picada Hartz	4,717	3,300
	<b>TOTAL</b>	<b>27,617</b>	<b>16,100</b>

## OBRAS EM FASE DE CONTRATAÇÃO

RODOVIA	TRECHO	Ext. (km)
RS/049	Santo Ângelo-Catuípe	25,000
RS/122	Rincão do Cascalho — Arr. Cadeia	11,390
RS/122	Arr. Cadeia — Arr. Paradiso	8,750
RS/150	Vicente Dutra — Rio Uruguai	8,000
RS/158	Palmeira das Missões — Rio Amandau	5,500
RS/210	Vila Catarina-Vila Boa Vista	5,500
RS/210	Vila Catarina-Rio Amandau	5,500
RS/239	Viaduto s/R. Pres/Kennedy	0,081
RS/239	Viaduto s/R. Alberto Bins	0,032
RS/239	Viaduto s/R. Jorge Schuri	0,025
RS/324	Ruas Laterais de Casca	1,500
RS/324	Passo Fundo-Ronda Alta B. Vista	15,000
RS/324	Divisa Marau — Casca R.	12,000
RS/332	Soledade-Espumoso (L1)	17,000
RS/350	Dom Feliciano-Camaquã (L1)	25,000
RS/405	Gal. Câmara-V. Melos-V. Aires (L2)	22,220
RS/405	Km 13 ao 42-Vila Melos (L1)	29,820
RS/420	Erexim-Aratiba e Acesso	34,270
RS/422	Venâncio Aires L. Brasil (L1)	13,600
RS/440	Viaduto sobre a RFFSA	0,430
RS/448	Nova Roma-São Marcos	36,000
RS/453	Cortinas Atirantadas na Rodovia Estrela-Garibaldi	1,000
RS/453/230	Ponte s/Arroio Ribeirão	0,050
RS/453/420	Ponte s/Arroio Disimeiro	0,065
RS/467	Tapejara-Ibiaçá	16,500
RS/470	Viaduto da Inters c/a RS/423	0,043
RS/486	Terra de Areia-Curumim	15,000
RS/502	L. Salzano-Constantina	24,000
RS/504	Ponte sobre o Arroio Bonito	0,044
RS/553	Pejuçara-BR/285	9,000
RS/585	Vila Arco-Iris-Herval Seco	3,000
RS/640	Cacequi-Rosário	46,000
RS/736	S. Jerônimo-BR/290	19,000
BR/158	Jaboticaba-Pinhal-Rodeio Bonito	22,500
Acessos	EP Morretes	11,000
Acessos	EP Ac. Col. Agrícola de Sertão	3,000
Acessos	EP Ac. Aeroporto de Iraí	3,500
Acessos	EP Ac. COTRIJUI	3,000
Acessos	EP Ac. Tupaciretã	2,000
Acessos	EP Ac. ao Parque Hist. B. Gonçalves	1,500
Acessos	EP Ac. a Otávio Rocha	3,000
Acessos	EP Ac. a Garibaldi (Vila S. Roque)	4,000
Acessos	EP Ac. a Encantado (RS/130-RS/332)	7,000
Acessos	EP Ac. a Ibirubá (Dist. Ind.)	2,500
Acessos	EP Ac. Get. Vargas (S. Cristovão)	2,000
Acessos	EP Ac. a Caseiros BR/285	0,750
Acessos	EP Alegrete (Pte. Pedra)—Pte. Capivari	9,000
Acessos	EP Ana Rech — BR/116	3,000
Acessos	EP S. José do Ouro-Barracão	32,000
Acessos	EP Ibiraiaras-São Jorge	20,000
Acessos	EP Montauri-Seraf. Corrêa	16,900
Acessos	EP Bom Respiro-Ijuçapirama-BR/287	21,000

RODOVIA	TRECHO	Ext. (km)
Acessos	EP Cachoeirinha (Dist. Industrial)	5,000
Acessos	EP Arroio Grande — Camobi	6,000
Acessos	EP Colônia Nova — BR/153	12,500
Acessos	EP D. Pedrito — Encruzilhada	15,000
Acessos	EP RS/122 — Linha 40	3,000
Acessos	EP Veranópolis — Cotiporã	20,000
Acessos	EP Capela Santana — RS/240	4,000
Acessos	EP Passo dos Guedes — BR/158	17,000
Acessos	EP Lajeado — Santa Clara	15,000
Acessos	EP Chapada — Tesouras	6,000
Acessos	EP Glória — BR/386	2,300
Acessos	EP Capivari — Pte. Restinga e Ac. Frig.	8,000
Acessos	EP BR/116 — Estância Velha	1,600
Acessos	EP RS/402 — Colorado	1,300
Acessos	EP São Jorge Pirai e Aces. a Guabiju	28,300
Acessos	EP Lig. Distrito Indust. de Garibaldi e Intersecção c/RST/470	4,700
Acessos	EP BR/101-Aces. ao Aeroporto de Torres	4,100
Acessos	EP Gravataí-Santo Antônio	1,020
Acessos	EP Ac. S.J. do Herval e Ac. a Soledade	3,490
	EP Contorno de Sananduva	6,600
	EP Distrito Industrial de Panambi	1,900
VRS	Ernesto Alves-BR/287	2,000
	VRS/033-Ponte sobre o Chuí	0,030
	Viaduto Inter RS/407-R. Barão R. Branco	0,066
	TOTAL	746,376

### PONTES E OBRAS DE ARTE ESPECIAIS CONTRATADAS

RODOVIA	TRECHO	Ext. (m)
RS/011	Ponte s/o arroio Lavras	0,090
RS/110	Ponte s/o rio Tainhas	0,089
RS/115	Taquara — Gramado (Cort. Atirantadas) [15]	4,000
RS/240	Ponte s/o Arroio Portão	0,091
RS/401	Pte. s/Sanga Porteirinha e viadutos I e II	0,236
RS/401	Pte. s/o rio Jacuí [11]	0,900
RS/640	Ponte s/o rio Ibicuí-Mirim	0,341
EP	Ponte s/o rio Tramandaí	0,098
EP	Ponte s/o Rio Pardiniho (Sta. Cruz-Sinimbu)	0,114
EP	Ponte s/o Rio Jacarezinho (Encant.-Arvorez)	0,110
EP	Ponte s/o Rio do Padre	0,043
EP	Ponte s/o Rio Bernardes	0,040
EP	Ponte s/o Rio Três Pinheiros	0,040
EP	Ponte s/o Rio Carvalho	0,280
EP	Ponte s/o Rio Inhandava (EP M.Almeida-Machadinho)	0,170
EP	Ponte s/o Arroio Cara	0,040
EP	Viaduto Grota Humaitá (I, II e III)	0,260
EP	Viaduto Viad. Cota 600 RS/486	0,250
	TOTAL	7,192

## PROJETOS EM FASE DE ELABORAÇÃO

RODOVIA	TRECHO	Ext. (km)
RS/020	Cambará do Sul — BR/285	40,000
RS/044	Constantina — Rondinha	18,000
RS/044	Não-Me-Toque — Tapera	19,000
RS/118	Gravataí — Sapucaia do Sul (duplicação)	20,000
RS/122	Ipê — Campestre	25,000
RS/129	Roca Sales — Corvo — RS/423	23,000
RS/137	Itatiba do Sul — BR/480	31,000
RS/168	Roque Gonzales — São Paulo das Missões	18,600
RS/210	Porto Xavier — Santo Cristo	60,000
RS/241	São F. Assis — Manoel Vianna	40,000
RS/305	Três Passos — Palmitinho	55,000
RS/307	Campina das Missões — S. Paulo das Missões	10,000
RS/324	Passo Fundo — Ronda Alta	55,000
RS/324	Iraí — Planalto	33,000
RS/330	Tesouras — São Bento	25,000
RS/332	Arvorezinha — Soledade	36,000
RS/332	Espumoso — Soledade	40,000
RS/342	Catuípe — Independência	50,000
RS/348	Fax. Soturno-Ivorá-Val. de Serra	37,000
RS/350	Encruzilhada do Sul — D. Feliciano	60,000
RS/350	Camapuã — Arambaré	31,000
RS/403	Rio Pardo — Cachoeira do Sul	66,000
RS/410	Candelária — Bexiga	36,000
RS/426	Mariano Moro — Severiano	15,000
RS/430	Tapejara — Charrua	15,000
RS/431	Dois Lajeados — B. Gonçalves	43,000
RS/441	Guaporé — Fagundes Varela	30,000
RS/451	Colorado — Não-Me-Toque	19,000
RS/456	Esmeralda — BR/285	40,000
RS/467	Tapejara — Ibiaçá	17,000
RS/470	Carlos Barbosa — Salvador do Sul	31,000
RS/473	BR/116 — Santa Isabel — BR/471	43,000
RS/475	Getúlio Vargas — Charrua	21,000
RS/475	Charrua — Sananduva	24,000
RS/508	Santa Bárbara do Sul — BR/158	53,000
RS/514	Ajuricaba — Palmeira das Missões	71,000
RS/522	Jóia — Augusto Pestana	23,000
RS/540	Alecrim — Santo Cristo	24,000
RS/544	São Luiz Gonzaga — Cerro Largo	46,000
RS/546	São F. Assis — Santiago	56,000
RS/734	BR/392 — Cassino (Duplicação)	12,000
RST/480	Barão de Cotegipe — Vila Nova	46,000
RST/481	Salto do Jacuí — Sobradinho	54,000
EP	Barracão — Machadinho	26,000
EP	David Canabarro-Casca	30,000
EP	Pejuçara-BR/285	9,200
EP	Água Santa — BR/285	15,000
EP	Triunfo — Gal. Câmara	11,000
EP	Viamão — Lami	19,000
EP	Entre Rios — Três Palmeiras	10,000
EP	Entre Rios — Campinas do Sul	25,000
EP	Faxinal do Soturno — Nova Palma	14,000

RODOVIA	TRECHO	Ext. (km)
EP	Faxinalzinho — RS/426	20,200
EP	Lajcado Grande — BR/290 (V. Nova)	20,000
EP	Fagundes Varela — RST/470	16,000
EP	Jaboticaba — Pinhal — Rodeio Bonito	22,500
EP	Faxinalzinho — Nonoai	20,200
EP	Segredo — Sobradinho	8,700
EP	Nova Alvorada — Vila Maria	21,000
EP	Acesso ao Distrito Industrial de Panambi	1,200
VRS	Escadinhas — Vila Nova	14,500
VRS	Imigrante — Daltro Filho	6,000
	<b>TOTAL</b>	<b>1.821,100</b>

### PROJETOS A ELABORAR

RODOVIA	TRECHO	Ext. (km)
RS/011	Capaçava do Sul — BR/153	18,000
RS/011	Lavras — Tabuleiro	23,000
RS/049	Nhu-Porã — Candelária	20,000
RS/060	Quaraí — Passo da Guarda	50,000
RS/130	Cruzeiro do Sul — RS/405	50,000
RS/149	BR/392 — Vila Nova — BR/290	47,000
RS/156	São Gabriel — Tabuleiro	77,000
RS/156	Tabuleiro — BR/293 (Bagé)	48,000
RS/176	Encruzilhada — BR/287 — Manoel Viana	62,000
RS/176	São José — BR/287	55,000
RS/183	Harmonia — BR/293	93,000
RS/239	Rolante — Riozinho — RS/484	52,000
RS/243	Alegrete — Itaqui	83,000
RS/265	BR/392 — Piratini	53,000
RS/265	Piratini — BR/293	42,000
RS/330	Barra do Guarita — RS/305	30,000
RS/330	Palmeira das Missões — Chapada	35,000
RS/330	Chapada — Carazinho	48,000
RS/330	Redentora — BR/468	31,000
RS/400	Sobradinho — RS/509	55,000
RS/422	Quatro Léguas — Venâncio Aires	70,000
RS/439	Jaquirana — RS/110	14,000
RS/453	Itaqui — Sobradinho	96,000
RS/471	Sinimbu — Winck	34,000
RS/473	BR/116 — Santa Isabel — BR/471	43,000
RS/477	São José do Ouro — Pontão	22,000
RS/494	Rua Nova — Três Cachoeiras	34,000
RS/506	Ibirubá — Santa Bárbara do Sul	38,000
RS/544	Guarani das Missões — Santa Rosa	35,000
RS/561	São Nicolau — RS/168	29,000
RS/608	Pinheiro Machado — Herval	83,000
RS/625	BR/153 — BR/392	57,000
RS/630	São Gabriel — Dom Pedrito	94,000
RS/704	Pedreira — Pedro Osório	17,000
RS/706	Pedro Osório — BR/293	18,000
RS/734	Rio Grande — Cassino (R)	11,000
RST/377	BR/290 — Quaraí	51,000
	<b>TOTAL</b>	<b>1.718,000</b>

## PLANO NACIONAL DE MANUTENÇÃO DE RODOVIAS ESTADUAIS (PNMRE)

RODOVIA	TRECHO	Ext. (km)
RS/020	Vista Alegre-S. Fco. de Paula [15]	89,000
RS/030	Gravataí-S. Antônio-Osório [1-16]	81,000
RS/040	Viamão-Pinhal [1-16]	84,000
RS/115	Taquara-Gramado [15]	43,000
RS/122	Rincão Cascalho — São Sebastião do Caf [1]	14,900
RS/126	Sananduva-BR/285 [13]	38,000
RS/130	Muçum-Cruzeiro de Sul [11]	46,000
RS/135	G. Vargas-Erechim [13]	32,000
RS/142	Carazinho-Não-Me-Toque	22,000
RS/240	Montenegro-Sta. Cruz do Sul [3]	98,000
RS/240	Montenegro-Rincão do Cascalho [1]	20,000
RS/324	N. Prata-Casca [2-6]	50,000
RS/324	Marau-P. Fundo [6]	26,000
RS/342	Cruz Alta-Ijuí [5]	45,000
RS/344	Santa Rosa-BR/285 [14]	61,000
RS/407	Morro Alto-Capão da Canoa [16]	16,000
RS/427	Tamandaré-Farroupilha [2]	18,000
RS/446	S. Vendelino — C. Barbosa	17,000
RS/452	Bom Princípio — BR/116	28,000
RS/470	B. Gonçalves — N. Prata [2]	55,000
RS/498	Torres-BR/101 [16]	6,000
RS/509	Santa Maria-Cerro Chato [4]	42,000
RS/553	Pejuçara-BR/158 [5]	13,000
RS/571	Chiapeta-RS/155 [5]	17,000
RS/734	Rio Grande-Cassino	16,000
RS/784	RS/040-Cidreira [16]	15,000
RS/786	Tramandaí Cidreira [16]	20,000
EP	Est. Getúlio-Sta. Lúcia [13]	5,000
	<b>TOTAL</b>	<b>1.017,900</b>

### 2.11.3 — COMPANHIA INTERMUNICIPAL DE ESTRADAS ALIMENTADORAS (CINTEA)

A Companhia Intermunicipal de Estradas Alimentadoras (CINTEA), empresa pública estadual, criada pela Lei nº 5.753/69, é o órgão responsável pela execução das obras referentes às estradas vicinais no Estado do Rio Grande do Sul. Presta seus serviços de obras de engenharia, por contratos de prestação de serviço, em exclusividade aos municípios gaúchos.

A CINTEA procura atingir os seguintes objetivos: consolidação da malha vicinal do Estado, assegurando trafegabilidade permanente de veículos; integração da malha vicinal com a rede troncal e com os centros de armazenamento e comercialização; diminuição do custo de transporte.

A Companhia, visando a atingir os objetivos propostos, realiza seu trabalho através de cinco atividades básicas, a saber: construção e reconstrução de estradas vicinais, construção de aterros de acessos e terraplenagem, construção de obras de arte especiais e de pontes pré-moldadas.

A CINTEA executou em 1990, 34km de construção de estradas, 860km de reconstrução e 166.768m<sup>3</sup> de aterros e terraplenagens diversas.

A Companhia, no período 1987/90, executou 420km de construção de estradas, 5.094km de reconstrução ou melhoria, e realizou obras com volumes de 1.387.653m<sup>3</sup> de aterros e terraplenagens diversas.

O projeto de construção de Pontes Pré-Moldadas, pioneiro no Estado, iniciado em fins de 1988, consolidou-se no exercício de 1989. Foram entregues ao tráfego 131 pontes, que totalizaram uma extensão de 1.783 metros. Encontra-se em andamento a construção de mais 66 pontes, num total de 1.235 metros. Ao todo, no exercício citado, foram 197 o número de obras contratadas, que se distribuem pelo território de mais de uma centena de municípios.

Com relação aos serviços de Pontes convencionais, cumpre ressaltar que esta atividade foi praticamente paralisada, em razão da não obtenção de recursos de financiamento. Apesar destas limitações foram construídos 165 metros de obras de arte especiais.

No exercício de 1989, bem como no presente, a maior dificuldade com que vem se deparando a Companhia tem origem na exaustão do seu parque de máquinas, visto que a última aquisição de equipamento ocorreu nos anos de 1982/83, o que vem se refletir na produtividade e nos seus gastos de manutenção.

#### **2.11.4 — DEPARTAMENTO ESTADUAL DE PORTOS, RIOS E CANAIS (DEPRC)**

No Sistema Estadual de Transportes, os portos gaúchos desempenham um papel fundamental para a economia do Estado e de grande importância para o País, pois são os pólos de exportação e importação da produção agrícola e industrial do Rio Grande do Sul, bem como, apresentam-se como o elo de ligação para a integração do Cone Sul.

Com base no contrato de "Novação das Concessões Portuárias", firmado em 17 de julho de 1934, entre Governo Federal e Governo do Estado, com término previsto para 13 de agosto de 1994, e com o intuito de reunir num único órgão os serviços e trabalhos até então dispersos, foi criado pela Lei Estadual n.º 1.561, de 1.º de outubro de 1951 o Departamento Estadual de Portos, Rios e Canais, entidade autárquica que tem por atribuições básicas e fundamentais a condução dessas obrigações contratuais, ou seja, a administração e exploração comercial dos portos de Rio Grande, Porto Alegre e Pelotas, além da conservação e melhoramento dos canais de acesso e interligação desses portos.

A par das obrigações oriundas do Contrato das Concessões Portuárias, compete ao DEPRC planejar, conservar e executar as obras de regularização e canalização das vias fluviais do Estado.

Em decorrência da carência de recursos estaduais, a União assumiu os investimentos necessários para melhoria dos portos e das hidrovias no Estado, ficando sob a responsabilidade do Governo Estadual a conservação e manutenção das obras e equipamentos. Assim, foi implantada a primeira etapa do Plano Hidroviário do Estado, compreendendo as barragens eclusadas de Amarópolis, Anel de Dom Marco e Fandango, no Rio Jacuí, de Bom Retiro do Sul, no Rio Taquari, e o complexo do Porto de Estrela, ficando a operação e demais encargos destes investimentos sob a responsabilidade do Governo Federal.

Em consequência, o fato mais marcante no quadriênio 1987/90 foi a extinção, em março de 1990, da Empresa de Portos do Brasil S/A (PORTOBRÁS) que, na qualidade de representante do Poder Concedente, executava a política nacional de portos e os investimentos no setor. Por este motivo, em 1990, o Estado perdeu os recursos destinados a um novo berço no Terminal de Containers, início do Terminal de Granéis Sólidos, e os Dolfins para a navegação interior, obras destinadas ao Porto de Rio Grande que tiveram seus contratos suspensos.

A movimentação conjunta anual dos três portos administrados pelo DEPRC, no período, manteve-se no patamar de 22,5 milhões de toneladas, tendo atingido o ápice no ano de 1989 com o valor de 25,3 milhões de toneladas.

As principais mercadorias, sob a forma de granel sólido foram soja em grão, farelo de soja, insumos para indústrias de fertilizantes e construção civil, minérios e sal. Sob a forma de granel líquido foram petróleo bruto, refinados de petróleo, produtos petroquímicos e insumos para indústrias de fertilizantes.

Na carga containerizada destacaram-se calçados, fumo, couro, máquinas e cutelaria.

Em relação à manutenção das vias navegáveis lacustres e fluviais, apesar das dificuldades conjunturais do período, o Departamento conseguiu manter os calados oficiais e o respectivo balizamento, através de operação do seu parque de dragagem que extraiu nos quatro anos, o volume de 3,7 milhões de metros cúbicos.

O desempenho econômico na gestão da Autarquia foi marcado pelas dificuldades inerentes à política de contenção de despesas públicas e combate à inflação orientada pelo Plano de Estabilização do Governo Federal.

No último ano, foi preciso conviver com tarifas congeladas e custos crescentes, além da drástica redução da contribuição de recursos do Estado para ressarcimento das despesas com dragagem e manutenção de canais e hidrovias, atividades estas de competência da União e do Estado e executadas pelo DEPRC por delegação.

Mesmo assim, os gastos com Pessoal foram mantidos em 65% do Orçamento, assumida a responsabilidade do pagamento de inativos, sendo as demais despesas reduzidas ao essencial. O desempenho financeiro repetiu a performance do ano anterior, com um déficit orçamentário estimado em 25%.

### **2.11.5 — DEPARTAMENTO AEROVIÁRIO DO ESTADO (DAE)**

O Departamento Aeroviário do Estado do Rio Grande do Sul tem como principais atribuições: estudar e organizar o Plano Aeroviário do Estado; elaborar programas de expansão e desenvolvimento dos transportes aéreos no Rio Grande do Sul; executar a política aeroportuária e aeroviária do Estado; administrar, planejar, projetar, construir e conservar a rede aeroportuária do Estado; realizar a manutenção e executar as operações da frota aérea oficial.

Tem como política de atuação:

- a ligação dos principais pólos econômicos do Estado, através de linhas aéreas regulares, com o Centro do País;
- a abertura de possibilidades para a integração com o Cone Sul;
- construção e aparelhamento de aeroportos voltados para o desenvolvimento do turismo;
- implantação de Vãos "Charter";
- implantação dos Sistemas Regional e Complementar de Administração de Aeroportos — possibilitando a arrecadação de receitas próprias — tarifas aeroportuárias;
- ampliação e instrumentação dos Aeroportos Regionais de Caxias do Sul, Passo Fundo, Santo Ângelo e Rio Grande, possibilitando operações de pequeno e médio porte.

Em 1988, após a Concessão Federal recebida da União através do Ministério da Aeronáutica, para administrar e explorar comercialmente os Aeroportos Regionais do Rio Grande do Sul que operavam Linhas Aéreas Regulares (Caxias do Sul, Passo Fundo, Santo Ângelo, Rio Grande, Santa Rosa, Ijuí e Cruz Alta — esse último em processo de privatização e portanto, excluído do Termo de Concessão), houve a consolidação dessa atividade do DAE, iniciando-se

a cobrança das tarifas aeroportuárias — embarque e desembarque, pouso e decolagem, permanência de aeronaves no pátio de estacionamento —, assim como as tarifas específicas referentes ao abastecimento de combustíveis, hangares, lojas, bancos, bares, restaurantes e locadoras de veículos nos Aeroportos de Caxias do Sul, Passo Fundo, Santo Ângelo e Rio Grande.

Estão sendo feitas tratativas junto ao Ministério da Aeronáutica, prevendo-se a arrecadação das tarifas de telecomunicações aeronáuticas (auxílio em rota e uso da área terminal), concessão essa que será a primeira a ser outorgada a um Estado da Federação, fazendo parte de uma experiência de descentralização dos serviços de Telecomunicação Aeronáutica no País.

Em 1990, o DAE prosseguiu no desenvolvimento do Programa de Implantação da Infraestrutura Aeroportuária para a Aviação Agrícola — através de Grupo de Trabalho criado em 1987 e constituído por técnicos do Ministério da Agricultura, Secretaria da Saúde e do Meio Ambiente, Secretaria da Agricultura e Abastecimento, e sob a coordenação do Departamento — tendo como objetivos o controle de carga, descarga e limpeza das aeronaves aplicadoras de defensivos, construindo pátios de descontaminação para tratamento de efluentes contaminados com agrotóxicos. Desenvolveu, também projetos que já estão implantados nos Aeródromos de São Gabriel, Rosário do Sul e São Sepé, estando em fase de estudos os de Passo Fundo e de Santo Ângelo, e em fase de execução, o de São Borja.

Além disso foi encaminhada ao Ministério da Agricultura proposição para aprimoramento das Normas Técnicas de Trabalho do Manual de Serviço para Operadores de Aviação Agrícola, no que se refere aos pátios de descontaminação.

Ainda no ano de 1990, o DAE realizou várias obras e executou diversas atividades das quais se destacam: conclusão da reforma do terminal de passageiros, conclusão das obras de ampliação da pista de pouso/decolagem para 2.000 metros, e implantação do novo pátio de hangaragem do Aeroporto Regional de Caxias do Sul; conclusão da ampliação e reforma do terminal de passageiros, construção da casa do administrador e implantação dos Sistemas de Balizamento Noturno, Casa de Força e AVASIS do Aeroporto Regional de Passo Fundo; alargamento da pista de pouso/decolagem, ampliação e reforma do terminal de passageiros, construção da casa do administrador e implantação dos Sistemas AVASIS e de Balizamento Noturno e Casa de Força do Aeroporto Regional de Santo Ângelo; conclusão do novo aeródromo de Alegrete (1<sup>a</sup> e 2<sup>a</sup> Etapas); conclusão das obras de terraplenagem do pátio, fundações e estrutura de concreto do novo hangar do Departamento Aeroviário, no Aeroporto Salgado Filho; recuperação do terminal de passageiros de Iraí; reforma das entradas de energia dos Aeroportos Regionais de Passo Fundo, Santo Ângelo e Rio Grande; execução da sinalização diurna dos Aeroportos Regionais de São Borja, Rio Grande, Passo Fundo e Caxias do Sul; execução da sinalização visual dos terminais de passageiros dos Aeroportos de Passo Fundo e Santo Ângelo.

Por administração direta, foram recuperados e conservados os Aeródromos de São Gabriel, Passo Fundo, Carazinho, Caxias do Sul, Rio Grande, Capão da Canoa, Torres, Santo Ângelo, Osório, Canela, Iraí, Campo Novo, São Sepé e Santana do Livramento.

Atualmente, a Autarquia trabalha juntamente com outros Estados da Federação para criação, após aprovação pelo Congresso Nacional, de um Programa Federal de Auxílio aos Aeroportos Regionais com recursos oriundos da Lei n.º 4.056/89, que cria o "Adicional de Tarifa Aeroportuária".

Estuda-se a transferência ao DAE dos Aeroportos de Pelotas, Internacional de Uruguaiana e Bagé com a intenção da criação de uma Rede Aeroportuária Básica, administrada e explorada pelo Estado, conforme sua conveniência e visando ao desenvolvimento econômico do Estado, além dos convênios para administrar os novos Aeroportos Regionais de Alegrete, Torres, Canela e outros do sistema sub-regional, de importância estratégica para o desenvolvimento do Rio Grande do Sul e com potencialidade para arrecadação de receitas próprias.

O DAE obteve decisão favorável junto ao Departamento de Aviação Civil (DAC) do Ministério da Aeronáutica, na sua proposição no sentido da interveniência do Estado, através do próprio Departamento, nos convênios firmados entre o Ministério da Aeronáutica e municípios. Tal modelo passou a ser adotado em todo o País, de forma a possibilitar aos Estados planejar o aperfeiçoamento dos seus sistemas aeroportuários, conforme as suas políticas de transporte e de desenvolvimento, permitindo o monitoramento técnico da expansão das atividades em cada aeródromo, de acordo com um único critério.

O DAE já assinou convênios como interveniente com as Prefeituras Municipais de Osório, Nonoai, Alegrete, Espumoso, Dom Pedrito, Veranópolis, Sarandi e São Lourenço do Sul.

Foi proposta pelo DAE, à Assembléia Estadual Constituinte, uma emenda ao artigo 176, aprovada por unanimidade, que estabeleceu a obrigatoriedade dos municípios de inserirem nos seus Planos Diretores as "Zonas de Proteção de Aeródromos", com vista à preservação de tais infra-estruturas do crescimento desordenado no seu entorno, constituindo-se o Rio Grande do Sul no primeiro Estado da Federação a possuir tal regramento constitucional, que resolve, definitivamente, a nível de Estado, o problema mais grave da infra-estrutura aeroportuária brasileira.

Com o objetivo de esclarecimento e aplicabilidade do dispositivo constitucional, o DAE organizou, em 4/10/89, o Seminário "As Zonas de Proteção de Aeródromos e os Planos Diretores Municipais", voltado especialmente para os municípios, visando a esclarecer e orientar as Prefeituras relativamente ao inciso XII, artigo 176, Capítulo IV da Constituição do Estado, que trata das Zonas de Proteção de Aeródromos.

No que se refere aos projetos elaborados pelo DAE, cabe destacar: Projeto para desapropriação e início do Projeto para construção do Novo Aeródromo de Vacaria, que abrangerá as cidades de Lagoa Vermelha, Esmeralda e outras; Projeto Final de Engenharia para pavimentação do Aeródromo de Três Passos; Projeto para Heliponto do Hospital de Pronto Socorro; Projeto Estrutural e Arquitetônico do Novo Hangar do DAE, no Aeroporto Salgado Filho; Projeto Básico para implantação dos Sistemas de Balizamento Noturno, AVASIS e Casa de Força dos Aeroportos Regionais de Rio Grande, Passo Fundo e Santo Ângelo; Projeto para ampliação e/ou alargamento das pistas de pouso/decolagem dos Aeroportos de Passo Fundo e Santo Ângelo; elaboração dos "Planos Básicos de Proteção" para os Aeródromos de Garibaldi, Canela, Bento Gonçalves, Mostardas, Espumoso, Nonoai, Nova Prata e Sarandi; elaboração dos Planos Diretores dos Aeroportos Regionais de Caxias do Sul, Passo Fundo e Rio Grande; elaboração do Projeto Completo de Pavimentação, Terraplenagem e Drenagem do Aeródromo de Torres; Projeto Arquitetônico do Terminal de Passageiros do Aeroporto Regional de Rio Grande; Projeto Arquitetônico da Nova Sede do DAE/RS no Aeroporto Internacional Salgado Filho.

Quanto aos estudos elaborados destacam-se: implantação do novo Aeródromo de Canela, Pavimentação do Aeródromo de Carazinho e Programa de Implantação de Helipontos.

No setor da Aeronáutica, foi obtida do Ministério da Previdência Social, a transferência para o Estado, de uma aeronave-ambulância, que contribuirá para o desenvolvimento do serviço de remoção aeromédica de emergência executado pela Autarquia, a qual foi recuperada nas Oficinas do DAE.

Foi restaurada a frota de aeronaves do Estado, constituída de seis aviões e dois helicópteros.

No setor administrativo, foram realizados concursos na Autarquia para preenchimento de várias vagas de pessoal.

Foi dado prosseguimento, pela Fundação para o Desenvolvimento de Recursos Humanos, contratada pelo DAE, a revisão total da Estrutura Organizacional, com elaboração do Quadro de Carreira, Plano de Cargos e Funções e Regimento Interno.

Prossegue o Programa de Informatização da Autarquia iniciado em 1987, já estando em operação cinco microcomputadores, sendo dois com "Winchester", cinco unidades impressoras, duas unidades "No-Braker", e duas linhas de telex acopladas ao sistema, estando em instalação cinco microcomputadores tipo PC-XT.

Com relação aos projetos prioritários desenvolvidos pelo Órgão na atual gestão governamental, é de destacar:

- **Aeroporto Regional de Caxias do Sul**

Em 1987 foi executada a instrumentalização do Aeroporto, com a implantação dos Sistemas de Aproximação por Instrumentos, Telecomunicações Aeronáuticas, Meteorologia, Sinalização Noturna e Auxílios Visuais para aproximação de aeronaves (AVASIS), assim como a edificação necessária para operação do complexo.

Em dezembro de 1988, foi firmado Protocolo de Obrigações para a Administração do Aeroporto, onde foi criada Comissão coordenada pelo DAE, com representantes da Prefeitura, visando à administração do Aeroporto.

Foram concluídas as obras de ampliação da pista de pouso/decolagem para 2000m, executado o novo pátio de hangaragem com capacidade para 13 hangares, além do Terminal de Passageiros e urbanização da área.

- **Aeroporto Regional de Passo Fundo**

Foi implantado o Sistema de Sinalização Noturna e AVASIS, executado o prolongamento da pista de pouso/decolagem em mais 500m, onde a Prefeitura Municipal participou com a terraplenagem e os serviços de pavimentação. Foi ampliado e reformado o terminal de passageiros, construída a casa para o administrador, casa de força, e reformada a entrada de energia elétrica e de água. Também foi assinado Termo de Compromisso para a administração do Aeroporto, com a Prefeitura Municipal.

- **Aeroporto Regional de Santo Ângelo**

Foi implantado o Sistema de Sinalização Noturna e AVASIS, executado o alargamento da pista de pouso/decolagem para 30m, ampliado e reformado o terminal de passageiros, construída a casa para o administrador, casa de força, e reformada a entrada de energia elétrica e de água.

- **Aeroporto Regional de Alegrete**

Foram executadas as obras para implantação do novo aeródromo, compreendendo obras de terraplenagem, drenagem, pavimentação e urbanização, e a fiscalização técnica de todas as obras.

- **Aeroporto de Torres**

De acordo com Convênio firmado em 30/03/90, para a implantação do novo aeródromo, a Prefeitura desapropriou a área necessária, e o Estado iniciou as obras de terraplenagem, pavimentação e drenagem, além de todos os Projetos de Engenharia e fiscalização técnica.

A iniciativa privada, através da Associação de Hoteleiros, participará construindo o terminal de passageiros e seu mobiliário, a casa do administrador, bem como com a urbanização e o enleivamento de toda a área do aeroporto.

- **Aeroporto Regional de Rio Grande**

Foi implantado o Sistema de Sinalização Noturna e AVASIS, e ampliada a pista de pouso/decolagem para 1.290m X 30m.

## **2.12 — PLANEJAMENTO**

### 2.12.1 — SECRETARIA DE COORDENAÇÃO E PLANEJAMENTO (SCP)

A Secretaria de Coordenação e Planejamento tem, regimentalmente, como área de atuação, a elaboração, coordenação e acompanhamento do Plano de Governo, bem como a programação do desenvolvimento social, econômico, administrativo, científico e tecnológico, envolvendo estudos e pesquisas, estatística, e identificação e análise de fontes de recursos.

Atua em articulação com as demais Secretarias setoriais, destacando-se a Secretaria Especial de Governo e a Secretaria da Fazenda, no que se refere aos Projetos Prioritários; a Secretaria da Indústria e Comércio, em matéria ligada ao Pólo Petroquímico e ao FUNDOPEM; e a Secretaria Extraordinária para Assuntos Internacionais, visando à obtenção de financiamentos externos.

Para o desenvolvimento de suas atividades-fim, a SCP estrutura-se nas seguintes áreas:

- Direção Geral (DIGER) — promove a coordenação interna das atividades da Secretaria, definindo e controlando os programas de trabalho dos Departamentos;
- Departamento de Planejamento e Programação do Setor Público (DEPLAN) — tem por atribuição a formulação das diretrizes de desenvolvimento do Estado, sua tradução em programação do setor público, programas, projetos e atividades; atua, também, no acompanhamento da ação governamental, de forma articulada com os órgãos setoriais, através do Sistema de Planejamento;
- Departamento Central de Projetos (DEPRO) — responsável pela implantação de unidades setoriais de projetamento, avaliando os projetos elaborados, e objetivando a verificação da consistência e a ordem de prioridade; promove a articulação intersetorial para a execução de projetos que envolvem diversas instituições;
- Grupo Executivo do Fundo de Investimentos Urbanos (FUNDURBANO/RS) — atua no suporte financeiro à elaboração de planos e projetos, e à execução de obras de infra-estrutura e equipamentos sociais dos centros urbanos do Estado;
- Secretaria Executiva do Fundo de Investimentos do Programa Integrado de Melhoria Social (FUNDOPIRES) — funcionando articuladamente com a Diretoria da Área de Operações Sociais e Urbanas do BADESUL, é responsável pela orientação e acompanhamento da implementação do Programa PIMES/RS;
- Secretaria Executiva do Programa de Gerenciamento Ambiental da Bacia do Guaíba — coordena as ações multissetoriais necessárias à formatação final do Programa, relacionando-se especialmente com as áreas de saneamento/obras públicas e meio-ambiente.

A política adotada pela presente gestão na SCP foi, em grandes linhas, a de valorizar a função Planejamento como atribuição do poder público. Pretendeu-se, com isso, oferecer ao conjunto do Estado (demais órgãos públicos e setor privado) uma diretriz articuladora da ação

de cada um desses segmentos, orientada para o alcance de objetivos comuns. Esta diretriz consubstancia-se na Retomada do Crescimento e na Integração Latinoamericana como base de planejamento e ação das forças produtivas do Estado.

Paralelamente, há todo um esforço para aparelhar a Secretaria de forma a bem executar suas atribuições, em especial aquelas introduzidas pelo novo texto da Constituição Estadual. Com vistas a um melhor aparelhamento administrativo, foi elaborada uma proposta de organização institucional, não só da SCP, mas também de todo o Sistema Estadual de Planejamento.

O planejamento estadual, apesar de várias experiências empreendidas desde a criação da SCP, não chegou a se consolidar, sendo que, no decorrer da década de 80, a ação planejadora do Estado foi quase que inteiramente desarticulada, criando-se um vazio organizacional e gerencial, e passando-se a administrar o Estado de forma pontual, segmentada e casuística.

Assim, no início de 1987, o planejamento estadual encontrava-se em uma situação falimentar. Em termos de planejamento global, não era perceptível nenhuma ação — nas esferas política e administrativa — que sugerisse uma preocupação ou vontade de encaminhar soluções para os problemas da economia gaúcha, e nem mesmo iniciativas que buscassem problematizar junto à sociedade as questões fundamentais envolvidas no desenvolvimento do Estado. Em termos de planejamento setorial, toda a ação administrativa voltava-se para a questão da dívida pública e o seu diferimento, segundo uma abordagem de cunho meramente financeiro.

Isto é, não havia, por parte do poder público, um projeto que fosse indicativo para as ações dos agentes econômicos privados, como também não existia nenhum projeto que balizasse a ação do setor público, que há muito tempo vinha deixando de ser funcional ao processo de acumulação local.

Na ausência de políticas globais e setoriais, a Secretaria de Coordenação e Planejamento encontrava-se em conseqüência, praticamente desativada e esvaziada de instrumentos, e de recursos humanos e materiais.

Frente a esse esvaziamento, que impedia cada vez mais a SCP de cumprir as funções para as quais havia sido criada, e procurando reinstaurar uma maior organicidade às suas ações, apresentou-se como preocupação relevante a ser considerada, a partir de 1987, a de reorganizar o Sistema de Planejamento da Administração Pública Estadual, virtualmente desaparecido.

O empenho maior frente a esse objetivo deveria passar a concentrar-se no preparo de quadros técnicos e de material de natureza operacional e metodológica, com vistas ao efetivo cumprimento das atribuições legais da SCP.

Nesse sentido, foram priorizadas, inicialmente, algumas linhas de ação, envolvendo:

- a retomada da Programação do Setor Público, como um dos meios necessários na tarefa de recompor a capacidade do Estado de produzir bens e serviços;
- a criação de uma Central de Projetos dentro da estrutura da Secretaria (Dec. nº 32.680/87), concebida como núcleo de um sistema que, em seu conjunto, objetivava agilizar a elaboração, análise, financiamento e implementação de projetos, de forma a concretizar oportunidades de investimento de comprovada viabilidade e que, de alguma forma, contribuíssem para a dinamização da economia ou melhoria da qualidade de vida;
- a reformulação do Sistema de Acompanhamento Físico-Financeiro de Projetos (SAFFI), no sentido de torná-lo um instrumento mais efetivo, ágil e abrangente de acompanhamento e controle das ações de planejamento;
- a ampliação e aperfeiçoamento do FUNDURBANO, através da efetiva afirmação do seu

papel de Fundo, e como tal, de um instrumento capaz de financiar efetivamente os programas estaduais a serem executados pelos municípios.

De todo o elenco de medidas necessárias para tornar efetiva a Programação do Setor Público, foi decidido, já a partir de 1987, iniciar estudos e discussões no sentido de estabelecer os elementos básicos para propiciar uma visão de conjunto da ação dos órgãos da administração pública, proporcionando os requisitos necessários para uma maior integração desses órgãos, e facultando a escolha de formas adequadas e coerentes de atuação do Governo.

Buscava-se, assim, criar condições para a promoção e orientação do planejamento nos diversos setores de atuação da Administração Pública Estadual, objetivando a implementação e sistematização da planificação setorial, em consonância com as diretrizes governamentais.

Como produto dessa primeira iniciativa teve-se, já a partir de 1988, a Programação Setorial dos órgãos da Administração Direta e Indireta do Estado para o período 1988/91, a qual, pelo seu caráter plurianual, deveria passar por reprogramações periódicas, de forma a servir de base para as Propostas Orçamentárias Anuais dos diversos setores.

A agregação simples de programas setoriais, entretanto, não bastava para alcançar a unidade e a coerência que deveriam nortear as ações do Governo. Seria indispensável partir de uma concepção geral para efetivar a integração entre setores, harmonizando intenções, estabelecendo prioridades e articulando ações, para congregar esforços na consecução dos objetivos a serem atingidos.

O requisito básico para a elaboração de um programa de ação realmente estruturado, orientado por uma estratégia global e coerente com as políticas traçadas consistiria, pois, na ordenação das ações de planejamento segundo uma concepção sistêmica, e a qualificação dessas ações por um método e por uma filosofia bem entendidos por todas as equipes.

A estratégia adotada nesse sentido foi a de tentar reestruturar, fortalecer e dinamizar as assessorias ou equipes de planejamento em cada setor e criar, concomitantemente, condições para o trabalho cooperativo, participativo e integrado.

Este tipo de trabalho apoiou-se na base legal já existente, a saber: Decreto nº 19.801 (08/08/69); Decreto nº 20.818 (26/11/70); Decreto nº 32.741 (14/01/88).

Este último Decreto institui na SCP, através do Departamento de Planejamento e Programação do Setor Público (DEPLAN), a coordenação da Programação do Setor Público, compreendendo a administração direta, autarquias, fundações e empresas sob o controle do Estado, sendo responsabilidade dos titulares desses órgãos a designação de equipes técnicas ligadas à área de planejamento, para a inter-relação com o DEPLAN na execução das ações propostas; estabelece, ainda, a necessidade de constituição e designação de representantes junto à SCP, para os órgãos que não contem com equipes técnicas de planejamento.

Em decorrência, surgiu a necessidade de regulamentar e formalizar o Sistema de Planejamento.

A medida inicial empreendida com este objetivo constituiu-se na instituição de uma Comissão de Coordenação do Sistema de Planejamento, cujo funcionamento deveria ser definido, dinamizado e consolidado posteriormente.

A partir dessas idéias-base iniciou-se, em 1987, um período em que a atuação da SCP ganhou maior efetividade, e no qual se buscou, gradativamente, resgatar as funções de coordenação e planejamento que lhe são afetas, através das ações desenvolvidas por suas diferentes áreas:

- Departamento de Planejamento e Programação do Setor Público (DEPLAN) — objetivava promover e orientar o planejamento na Administração Pública Estadual, buscando a im-

plementação e sistematização da planificação setorial, em consonância com as diretrizes governamentais.

Dentre as ações desenvolvidas pelo DEPLAN no período 1987/90, destaca-se o ano de 1988 como o marco inicial da efetiva retomada do processo de Programação do Setor Público do Estado, envolvendo todos os órgãos da Administração Pública Estadual Direta e Indireta.

Desenvolveu-se, no exercício, a elaboração das programações setoriais para o período 1988/91, a compatibilização das mesmas, e a utilização dos subsídios daí decorrentes, na elaboração e discussão das Propostas Orçamentárias de cada órgão.

A primeira etapa da Programação do Setor Público buscou inventariar as ações em curso e as projetadas para o período considerado e seus conteúdos, tais como objetivos e metas, e recursos envolvidos a nível de programas, projetos e atividades. Neste sentido, desenvolveram-se, em 1988, as seguintes ações:

- realização de reuniões de trabalho entre técnicos do DEPLAN e o corpo técnico responsável, em cada Agência Setorial e órgãos vinculados, pela elaboração da Programação, com o objetivo de acompanhar e subsidiar tecnicamente a elaboração do trabalho proposto;
- encaminhamento, ao DEPLAN, dos documentos relativos à Programação, por parte das diferentes Agências Setoriais;
- avaliação das propostas de trabalho, com as instâncias técnicas e decisórias, e detalhamento das mesmas, ano a ano, com vistas a servirem de base para a elaboração das Propostas Orçamentárias anuais de cada setor.

Como decorrência desse trabalho inicial, e tendo em vista a necessidade de regulamentar e formalizar o Sistema de Planejamento — condição indispensável para a continuidade e aperfeiçoamento do processo — salienta-se, em 1989, a instalação oficial da Comissão de Coordenação do Sistema de Planejamento, em 26/07/89, envolvendo a Secretaria de Coordenação e Planejamento/DEPLAN, e todas as Agências Setoriais, através de representantes designados. A instalação da comissão objetivou constituir-se no ponto de partida para a reestruturação, fortalecimento e dinamização das assessorias ou equipes de planejamento em cada setor, e para a criação concomitante de condições para o trabalho cooperativo, com a participação das Agências Setoriais e, de forma especial, da Secretaria da Fazenda (Gabinete de Orçamento e Finanças — GOF) e da Secretaria Especial de Governo, com vistas à integração adequada e necessária entre as atividades de planejamento, programação, orçamentação, e acompanhamento das ações governamentais.

Em consequência disso, foram criadas Assessorias de Planejamento nas diversas Agências Setoriais, as quais passaram a atuar, sob a coordenação do DEPLAN, em atividades vinculadas a:

- reprogramação anual das ações previstas, tendo em vista a efetivação de ajustes, e o redimensionamento de metas e recursos que se fizessem necessários, a cada período;
- compatibilização das Propostas Orçamentárias Setoriais — a serem encaminhadas ao GOF para embasarem os Orçamentos Anuais do Estado — com a Programação de cada setor, previamente elaborada;
- participação, juntamente com o GOF/SF e Secretaria Especial de Governo, na discussão e compatibilização das Propostas Orçamentárias do Estado a serem anualmente encaminhadas à Assembléia Legislativa;
- coordenação e elaboração do Relatório de Atuação do Setor Público, como uma derivação da Programação, no sentido de integrar a “Mensagem à Assembléia Legislativa”, docu-

mento que o Chefe do Executivo Estadual apresenta anualmente ao Legislativo, por força constitucional, na abertura dos trabalhos parlamentares;

- elaboração de subsídios, ao nível dos diferentes setores, para a Lei de Diretrizes Orçamentárias (a partir de 1990);
- elaboração de subsídios para Emendas às Propostas Orçamentárias da União de 1989 e 1990, em diversos setores, encaminhadas para exame da Comissão Mista de Orçamento do Congresso Nacional;
- elaboração de estudos e propostas de Diretrizes para o Desenvolvimento Econômico e Social do Estado, no que respeita ao Setor Público, com vistas a subsidiar a futura programação da ação do Governo;
- constituição e/ou participação em grupos interinstitucionais, com vistas à realização de trabalhos específicos, de cunho setorial ou subsetorial.

Além dessas atividades, o DEPLAN, representando a Secretaria de Coordenação e Planejamento, participou de vários Grupos Técnicos de trabalho, entre os quais cabe mencionar:

- Grupo de Análise Técnica (GATE), integrado por técnicos das Secretarias da Indústria e Comércio, de Coordenação e Planejamento, e da Fazenda, bem como representantes do Sistema Financeiro (BRDE e BADESUL) e de outros órgãos como a CEDIC e o Departamento do Meio Ambiente, da Secretaria da Saúde e do Meio Ambiente;
- Protocolo Regional Fronteiriço, através de integração de Grupo de Trabalho composto por representantes da Secretaria Especial de Assuntos Internacionais, Secretaria de Coordenação e Planejamento, Secretaria da Indústria e Comércio, e Secretaria do Interior, Desenvolvimento Regional e Urbano e Obras Públicas, sob coordenação da primeira;
- Conselho Regional de Mineração, que atua junto à Secretaria de Energia, Minas e Comunicações, envolvendo além dessa, a Secretaria de Coordenação e Planejamento, a Secretaria da Saúde e do Meio Ambiente, a Secretaria da Fazenda, e entidades públicas e privadas afins à questão mineral do Estado;
- Programa Estadual de Descentralização Regional, que contou com a participação das Secretarias da Fazenda, de Coordenação e Planejamento, do Interior, Desenvolvimento Regional e Urbano e Obras Públicas, de Recursos Humanos e Modernização Administrativa, e da FAMURS;
- Grupo de Trabalho destinado a oferecer subsídios à Lei Complementar da Constituição Federal e à Constituinte Estadual, em matéria de Finanças Públicas e Planejamento, envolvendo representantes da Secretaria de Coordenação e Planejamento (DEPLAN), Secretaria da Fazenda (GOF e CAGE), Tribunal de Contas do Estado e Secretaria Municipal de Planejamento;
- Grupo Técnico Institucional (GTI) instituído pelo Protocolo de Cooperação nº 06/89, celebrado entre a extinta Superintendência de Desenvolvimento da Região Sul (SUDESUL), os Estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná — através de suas Secretarias de Planejamento — e Federação das Indústrias dos três Estados, para desenvolvimento de um Programa Regional de Insumos Básicos;
- Grupo Interestadual Permanente de Cooperação Técnica, instituído no âmbito do Conselho de Desenvolvimento do Extremo Sul (CODESUL) — em cumprimento à Resolução nº 423, de 26/06/90 daquele Conselho — através de Convênio de cooperação técnica celebrado entre os Estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul (24/10/90) visando ao esta-

belecimento de cooperação técnico-institucional entre as respectivas Secretarias de Planejamento, para a realização de um Plano de Trabalho Integrado e agilização das ações, estudos e políticas de interesse regional.

Com vistas à consolidação do Sistema Estadual de Planejamento, o DEPLAN vem, ainda, promovendo a sua adequação operacional para executar tarefas inerentes ao planejamento global do Estado, como estudos e propostas de políticas regionais e setoriais.

Uma iniciativa importante neste sentido constituiu-se na elaboração de uma Proposta para reestruturação do Sistema de Acompanhamento Físico-Financeiro (SAFFI) — vinculado ao Departamento — a qual se fez necessária para restabelecer a capacidade operacional desse sistema de executar o acompanhamento dos planos e orçamentos estaduais, conforme disposição constitucional.

— **Departamento Central de Projetos** — criado em 1987, constituiu-se também em importantíssima iniciativa no processo de resgate da capacidade de planejar do Estado.

Encarregado da elaboração, análise, acompanhamento e busca de linhas de financiamento para projetos do setor público e do setor privado, de interesse para o desenvolvimento econômico do Estado, pautou sua atuação, no quadriênio 1987/90, não apenas pelo atendimento da demanda espontânea dos órgãos da Administração Direta e Indireta, mas principalmente pela pesquisa e identificação de novos projetos prioritários à retomada do crescimento do Rio Grande do Sul.

Desde a sua criação, a Central de Projetos, em conjunto com os demais órgãos da Administração Estadual, elaborou uma série de estudos, programas e projetos, tanto na Área Econômica, como na Infra-Estrutura e Área Social, além de vários projetos específicos para captação de recursos de fontes internacionais como o Acordo Brasil/Itália, o Banco Mundial, o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e o Acordo Espanha/BID.

Enfatizando ainda mais a vontade política do Governo no sentido de resgatar o papel do setor público enquanto agente do investimento, merece destaque o “Programa de Desenvolvimento da Infra-Estrutura para a Retomada do Crescimento” coordenado em 1989 pela Central, com a participação de diversos órgãos setoriais. Este Programa reúne um conjunto de projetos para investimentos em infra-estrutura, cujos valores excedem a capacidade de autofinanciamento do Estado, mas que são essenciais ao processo da retomada do crescimento. Por essa razão, o Programa foi apresentado a Agências de Fomento internacionais, na expectativa de que, aliado ao saneamento das finanças públicas, o Estado possa também ter acesso ao necessário aporte de recursos internacionais que complementem sua geração própria.

O Programa propôs a intervenção em setores priorizados, quer pela sua capacidade de desencadear estímulos às demais atividades produtivas, quer pela possibilidade de se constituírem em fatores de inibição ao processo de crescimento, estando subdividido em sete Subprogramas, que abrangem os setores de Energia Elétrica, Produtividade Agrícola, Telecomunicações, Controle Ambiental, Desenvolvimento Urbano, Desenvolvimento Industrial e Transporte. Foram apresentados ao exame do BID e do Banco Mundial vários projetos nessas áreas, totalizando investimentos de US\$ 1,5 bilhão, tendo como proposição a captação de recursos externos da ordem de US\$ 778,0 milhões.

Também visando à cooperação técnica e financeira internacional, foram apresentados os seguintes conjuntos de projetos coordenados pela Central de Projetos:

**a) Projetos enviados para o Acordo Espanha/BID:**

Este conjunto de estudos e projetos foi enviado objetivando obter enquadramento no âmbito do Programa de Colaboração Técnica e Financeira firmado entre o Governo da Espanha e

o Banco Interamericano de Desenvolvimento, por ocasião das comemorações do V Centenário da Colonização Espanhola na América Latina.

Esse conjunto de 12 projetos nas áreas de Educação, Cultura, Saúde e Pesquisa Agrícola totalizam o valor de US\$ 63.260 mil, sendo US\$ 6.450 mil referente a Cooperação Técnica e US\$ 59.893 mil, a Colaboração Financeira.

#### **b) Projetos enviados para o Acordo Brasil/Itália:**

Tendo em vista assinatura entre os Governos do Brasil e da Itália em outubro/89, do Acordo Geral de Cooperação Econômica, Industrial, Científico-Tecnológica e Cultural, foram enviadas Cartas-Consultas com a finalidade de obter recursos para o financiamento de investimentos prioritários no Estado.

Esse conjunto de 11 projetos nas áreas de Saúde, Assistência Social, Desenvolvimento Urbano, Tecnologia Construtiva, Cultura, Energia e Desenvolvimento Agrícola totalizam o valor de US\$ 30.908 mil, sendo US\$ 2.036 mil referentes a Cooperação Técnica, e US\$ 28.872 mil, a Colaboração Financeira.

Foram também elaborados diretamente no período, os seguintes projetos:

- Projeto de Implantação de uma Linha de Produção de Formulários Contínuos — CORAG;
- *Programa Regional de Cooperação Científica e Tecnológica da Região Noroeste* — UNJUÍ;
- Elaboração da FASE 2 do Projeto CDQUIM — Centro do Dependente Químico, Hospital Parque Belém;
- Análise de Viabilidade e Concepção Institucional do Instituto Binacional Brasil/Uruguai, no Município de Livramento;
- Programa Integrado de Produção e Abastecimento de Produtos Hortigranjeiros da região de Santa Maria;
- Participação no Estudo "Perspectivas do Desenvolvimento da Região Sul do Estado";
- Programa para o Desenvolvimento Racional, Recuperação e Gerenciamento Ambiental da Bacia Hidrográfica do Guaíba — PRÓ-GUAÍBA;
- Centro de Referência e Informações sobre a Adolescência;
- *Programa Estadual de Apoio ao Desenvolvimento de Pequenos Estabelecimentos Rurais* — FEAPER/BIRD;
- Programa de Fomento à Suinocultura e Avicultura na Zona Sul do Estado;
- Programa Integrado de Produção Animal e Beneficiamento de Peles e Lãs (em execução);
- Programa para Atendimento de Crianças e Adolescentes em Situação de Risco Pessoal (em execução).

Ainda no âmbito da Central de Projetos, vêm sendo implementados, sob a sua coordenação os seguintes Programas, que envolvem a participação, na execução, de outros órgãos estaduais:

a) **Programa Florestal Estadual (PROFLOR)** — tem como proposta a condução de uma política florestal, com vistas a atender à preservação e melhoria do meio-ambiente, bem como promover o uso racional do espaço físico e o desenvolvimento florestal integrado.

O Programa Florestal vem implementando, desde 1987, quando de sua institucionalização, diversos subprogramas e projetos:

- Fomento e extensão florestal;
- Preservação e controle das unidades de conservação estadual (parques e reservas biológicas);
- Educação ambiental;
- Recuperação de áreas degradadas, ou em processo de degradação.

Esses projetos vêm sendo executados em conjunto com a Secretaria da Agricultura e do Abastecimento, constando suas metas físicas do relatório setorial daquela Instituição. Compõem, ainda, o PROFLOR, as seguintes atividades:

#### — Projeto Florestal

- Projeto de Levantamento da Cobertura Florestal e dos Recursos Hídricos existentes no Estado, com implantação do Sistema Geográfico de Informações (SGI) — em conjunto com as Universidades Federais de Santa Maria e do Rio Grande do Sul, Conselho de Recursos Hídricos, Secretaria de Ciência e Tecnologia, e da Agricultura e do Abastecimento, e IBAMA.
- Planejamento Regional e Diagnóstico Sócio-Econômico Florestal — por Associações de Municípios e Bacias Hidrográficas do Estado.

#### — Projeto Chalet

Consiste no planejamento, montagem e operação de um sistema integrado de casas populares em madeira oriunda dos reflorestamentos existentes no Estado, objetivando atender às necessidades de moradia da população de baixa renda, através de uma alternativa acessível em termos de custo, descentralizada em termos de produção, tecnologicamente confiável e culturalmente adequada.

Está em execução, pela COHAB/RS, o Projeto — Piloto com construção de 131 casas no Município de Caxias do Sul.

#### — Ante-Projeto de Lei do Código Florestal e Criação do Instituto Estadual Florestal (IEF/RS)

Elaboração e coordenação dos Projetos de Lei do Código Florestal do Estado e criação do órgão responsável pela Política Florestal Estadual — o Instituto Estadual de Florestas (IEF/RS).

#### — Integração e Cooperação Técnica Nacional e Internacional

Compreende um conjunto de ações de articulação com organismos nacionais e internacionais entre os quais destaca-se:

- encaminhamento de Carta-Consulta ao BID e BIRD, no valor de US\$ 20,0 milhões, para apoio ao PROFLOR;
- promoção de visita técnica de empresários e representantes do Governo do Estado e empresas florestais argentinas;
- participação no Grupo de Trabalho criado pela Resolução nº 380/88 do CODESUL, que visa à formulação de diretrizes para a preservação da natureza e para o desenvolvimento florestal na Região Sul;

- contatos com diversos organismos com o FAO e Governos do Japão, Finlândia, Suécia e Angola, visando ao estabelecimento de cooperação técnica e financeira.

**b) Programa de Viabilização de Espaços Econômicos de Baixa Renda (PRORENDA)**

Constitui-se em um Programa de Cooperação Técnica com a República Federal da Alemanha, visando à melhoria da qualidade de vida de populações carentes, com atuação específica voltada para: pequenos produtores rurais; populações de baixa renda nas periferias urbanas; e proteção ambiental. O Governo Alcmão apóia o projeto através da Sociedade Alemã de Cooperação Técnica (GTZ), com recursos financeiros para investimentos, capacitação e serviços de terceiros, peritos de longo e curto prazo e equipamentos.

Os primeiros projetos apresentados pelas missões bilaterais de avaliação foram aprovados em 1989, bem como foram executadas ações de treinamento e consultoria, com recursos liberados pelo Ministério das Relações Exteriores. A execução dos projetos fica a cargo de vários órgãos estaduais, tais como a Secretaria da Agricultura e do Abastecimento, a Secretaria de Trabalho, Ação Social e Comunitária, a Secretaria da Saúde e do Meio Ambiente. Os custos previstos para o Programa foram orçados em US\$ 10,13 milhões.

Em 1990, com a chegada de 6 técnicos, enviados pela GTZ — Sociedade Alemã de Cooperação Técnica — teve início a implementação dos projetos nas tipologias previstas para o Estado: T1 — Viabilização de Espaços Econômicos para pequenos produtores rurais, com assentamentos em Guaíba, Santiago, no Litoral Norte (Maquiné, Barra do Ouro e Três Forquilhas) e Harmonia; T2 — Viabilização de Espaços Econômicos para a população urbana de Baixa Renda, no Município de Porto Alegre, nas vilas Mato Sampaio, Campo da Tuca, Medianeira, Tronco, Maria da Conceição e Restinga Velha; e T4 — Apoio à Proteção Ambiental ao Uso Conservacionista dos Recursos Naturais, com projetos nas Regiões Metropolitanas de Porto Alegre e Rio Grande.

O Programa prevê como resultados a racionalização dos sistemas produtivos com a melhoria dos padrões tecnológicos e a introdução de novas alternativas econômicas, que possibilitem o aumento da produção e da produtividade e garantam a preservação dos recursos naturais e do meio-ambiente; a racionalização dos sistemas de comercialização, de modo a viabilizar sua produção no mercado, assegurando emprego e renda; estímulo às formas associativas de organização como instrumento mais eficaz para a auto-promoção e auto-gestão, visando ao desenvolvimento das comunidades rurais.

**c) Programa para o Desenvolvimento Racional, Recuperação e Gerenciamento Ambiental da Bacia Hidrográfica do Guaíba**

A Secretaria Executiva do Programa de Desenvolvimento Racional, Recuperação e Gerenciamento Ambiental da Bacia Hidrográfica do Guaíba (PRO-GUAÍBA), que coordena as ações multissetoriais necessárias à formatação final do Programa, está também vinculada à Central de Projetos.

Este Programa é resultado do esforço do Governo do Estado, contando com a colaboração da Prefeitura Municipal de Porto Alegre, e de órgãos federais ligados à questão ambiental e de recursos naturais, com o objetivo de criar as condições necessárias para o desenvolvimento racional, recuperação e gerenciamento ambiental da bacia hidrográfica do Guaíba, relacionando-se especialmente com as áreas de saneamento/obras públicas, e meio-ambiente.

Encaminhado para financiamento junto ao BID, o PRÓ-GUAÍBA teve já concluída a sua montagem institucional, e encontra-se em fase de início de implementação, através do apoio financeiro daquele organismo internacional de fomento.

Entre as ações desenvolvidas no âmbito da Secretaria Executiva do Programa, destacam-se:

- instalação das Coordenadorias de Planejamento e Controle Ambiental, e de Ações Emergenciais, bem como dos Grupos de Trabalho respectivos, buscando a definição das instituições participantes, bem como a identificação do conjunto de demandas, por área, e as respectivas metodologias;
- instalação do Grupo de Trabalho Sub-Bacia do Jacuí, composto por técnicos da CEEE, EMATER/RS, FEPAM/SSMA, DRNR/SAA, IBAMA, IPRNR/SAA, Associação dos Municípios do Alto Jacuí, objetivando montar uma metodologia de trabalho relativo ao gerenciamento da sub-bacia do Alto Jacuí, e caracterizando um projeto-piloto de referência para os estudos das demais sub-bacias que não disponham de comitês, ou grupos constituídos;
- articulação com a Coordenadoria Estadual da Defesa Civil, visando a uma maior integração da Defesa Civil nas Ações Emergenciais, previstas como um sub-programa de trabalho;
- articulação com o Centro de Sensoriamento Remoto da UFRGS, relativo à implantação do Sistema Geográfico de Informações (SGT) com vistas ao aproveitamento deste Sistema no contexto do Programa da Bacia do Guaíba;
- articulação com a Coordenadoria do Projeto Guaíba-Vive, da Prefeitura Municipal de Porto Alegre, objetivando uma maior integração nas ações comuns entre aquele Programa e o PRÓ-GUAÍBA, bem como uma proposta de trabalho conjunto;
- encaminhamento de Plano Detalhado de Cooperação Técnica à Associação Brasileira de Cooperação, para envio à Agência Japonesa JICA;
- obtenção, junto à Secretaria Executiva do Conselho Estadual de Recursos Hídricos, de imagens de satélites referentes à área da Sub-Bacia do Alto Jacuí;
- preparação da missão de Cooperação Técnica de curta duração, com o Banco Interamericano de Desenvolvimento que proporcionará o apoio de 2 especialistas internacionais por 45 dias, junto à coordenação do Programa.

#### — **Fundo de Investimentos Urbanos (FUNDURBANO/RS)**

Criado por lei no ano de 1973, este Fundo foi inicialmente viabilizado pela aplicação dos recursos gerados pelo Imposto Único Sobre Combustíveis e Lubrificantes Líquidos e Gasosos nos centros urbanos, sendo acrescidos ao mesmo os recursos provenientes do Fundo de Participação do Estado (FPE) e Recursos Ordinários do Tesouro do Estado.

O FUNDURBANO/RS destina-se, exclusivamente, a dar suporte financeiro à elaboração de planos e projetos para obras de infra-estrutura urbana e bem-estar social nos centros urbanos do Interior do Estado e Região Metropolitana de Porto Alegre, voltando-se dessa forma para o cumprimento de um importante objetivo da política estadual. Pela característica de fundo rotativo dos recursos de que dispõe, o retorno dos mesmos, ano a ano, pode propiciar o atendimento a todas as localidades do Estado. Existem, a nível estadual e federal, programas com os mesmos objetivos do FUNDURBANO/RS, o que faz com que os recursos existentes funcionem como contrapartida uns dos outros, sem superposição.

Desde sua criação, até 1986, o valor repassado não sofria nenhuma correção, o que prejudicava a formação de um verdadeiro fundo rotativo.

A partir de 1987, passou-se a praticar correção monetária sobre os valores concedidos, na proporção de 50% da variação ocorrida entre a entrega do recurso, e a data da devolução. Perdeu o Fundo, assim, metade de seu capital investido, traduzido em subsídio ao setor público municipal permitindo com isso investimentos sociais. Ganhou, entretanto, em relação ao comportamento anterior, posto que passou a formar o seu próprio capital acumulado no tempo,

constituindo o seu fundo rotativo, associado aos recursos compulsórios a ele transferidos (Fundo de Participação do Estado — 5%, e Imposto Único Sobre Combustíveis e Lubrificantes Líquidos e Gasosos, mais as transferências ordinárias do Tesouro do Estado), transformando-se em um montante respeitável. A proporção de correção foi acrescida para 75% em 1989, possibilitando assim aumentar o seu Patrimônio Líquido.

Em 1988, além do Programa de Infra-Estrutura Urbana, que compreende obras e serviços de calçamento, iluminação, água, esgoto, etc. o FUNDURBANO/RS também passou a administrar o Programa de Drenagem Urbana, que visa a induzir um processo de reversão das distorções provocadas pela crescente urbanização, ligadas a questões da má drenagem dos cursos d'água.

Além disso, encontra-se ligada ao FUNDURBANO/RS uma linha de crédito dirigida para usinas de reciclagem e compostagem de lixo domiciliar urbano, no atendimento de questões ecológicas e de saúde pública.

Constitui-se o FUNDURBANO/RS em Projeto Prioritário da atual gestão governamental, por razões de necessidade e urgência de investimentos públicos nos centros urbanos do Estado, tendentes ao resgate da qualidade de vida das populações aí residentes. Agindo de forma descentralizada, haja vista que a definição de prioridade, a execução e administração das obras são feitas pelo município, viabiliza-se como mecanismo ágil e prático no atendimento das demandas locais.

Durante o exercício de 1990, este Fundo financiou, com recursos subsidiados (onde os municípios devolvem 75% do valor recebido), obras de pavimentação, iluminação pública, saneamento básico, obras para cultura e lazer, obras de arte, entre outras.

Neste exercício foram investidos recursos da ordem de 5.635.322,20 BTN's, num total de 288 contratos de financiamentos.

Cabe especial destaque à presença de recursos do FUNDURBANO para auxiliar os municípios gaúchos na elaboração de Planos Diretores de Desenvolvimento Urbano. Deste modo, em atendimento à determinação constitucional, ainda que timidamente, passa a viabilizar um projeto sinalizador de Políticas Públicas de desenvolvimento de área urbana.

No curso da gestão governamental 1987/90, foram firmados um total de 911 contratos de financiamentos totalizando um montante de 15.587.461,13 BTN's. Neste quadro, cabe especial destaque ao apoio dado pelo FUNDURBANO/RS, aos municípios novos, que iniciaram sua gestão administrativa em 1º de janeiro de 1989. Neste quadriênio foram executados, entre outras obras, 78,6km de esgotos pluviais e mistos; 2,3km<sup>2</sup> de pavimentações; 29.931m<sup>2</sup> de quadras de esporte; 7.745m<sup>2</sup> de prédios públicos e 11.120ha de levantamentos planialtimétricos para elaboração de planos diretores.

Evidenciando a afirmação deste organismo no seu papel de Fundo e, como tal, de um instrumento capaz de financiar efetivamente programas estaduais a serem executados pelos municípios, cabe mencionar um acúmulo de capital líquido da ordem de 6.927.887,43 BTN's.

#### — Fundo de Investimentos do Programa Integrado de Melhoria Social (FUNDOPIMES)

Como responsável pela orientação e acompanhamento da implementação do Programa Integrado de Melhoria Social (PIMES), está sediada na Secretária de Coordenação e Planejamento, a Secretaria Executiva do FUNDOPIMES, funcionando articuladamente com a Diretoria da Área de Operações Sociais e Urbanas do BADESUL, responsável pela operacionalização do Fundo.

Destinado a aprimorar a ação governamental na promoção do desenvolvimento municipal

urbano, o PIMES é um instrumento de política pública destinado, fundamentalmente, à melhoria das condições de vida das populações urbanas de menor renda. Foi estruturado de modo a transformar-se numa ação auto-sustentada e auto-capitalizada, suficientemente forte para gerar, permanentemente, recursos exigidos por projetos de saneamento urbano, equipamentos comunitários, habitação, e apoio institucional aos municípios, num investimento de US\$ 227 milhões.

Neste sentido, foi aprovado pela Assembléia Legislativa do Estado, através do Decreto nº 33.359 (23/11/89) o FUNDOPIRES, que se constitui, por suas características de auto-financiamento, no passo inicial para o estabelecimento de mecanismos permanentes de viabilização de políticas municipais de desenvolvimento urbano, tendo como gestor financeiro o BADESUL. Com linhas de crédito nas áreas de Saneamento Básico, Infra-Estrutura, Equipamentos Comunitários, Meio-Ambiente, Habitação e Desenvolvimento Institucional, tem como meta inicial beneficiar 200 mil pessoas nos 333 municípios do Estado.

O Programa Integrado de Melhoria Social (PIMES), no quadriênio 1987/90, desenvolveu atividades e estudos, destacando-se as relações de negociação estabelecidas com o Banco Mundial a partir de janeiro/89, obtendo, no final do exercício, aprovação pela Diretoria do Banco Mundial, de empréstimo no valor de US\$ 100 milhões.

O Programa PIMES teve seu lançamento oficial através de um Seminário realizado em 21/12/89, ao qual estavam presentes as seguintes Instituições: 216 Prefeituras do Rio Grande do Sul; Companhias de Saneamento; Fundação para o Desenvolvimento de Recursos Humanos (FDRH); Departamento Municipal de Água e Esgoto (DMAE); Federação das Associações dos Municípios do Rio Grande do Sul (FAMURS); Companhia de Habitação do Estado do Rio Grande do Sul (COHAB/RS); Secretarias de Estado; Secretaria Executiva do Conselho Estadual de Política Salarial (CEPS).

Em maio/90 foi realizada a reunião de instalação do Conselho Diretor do FUNDOPIRES, onde foram fixadas as metas de aplicação dos recursos do Programa Integrado de Melhoria Social, estabelecidos critérios para contratação de operações de crédito e aprovada concessão de colaboração financeira à CORSAN, no valor de Cr\$ 799,59 milhões.

Durante o exercício de 1990, e em janeiro de 1991, foram ainda aprovados pelo Conselho Diretor, em três reuniões ordinárias, vinte concessões de colaboração financeira a municípios do Estado, no valor de Cr\$ 1,2 bilhão, beneficiando os municípios de Cândido Godói, Candelária, Independência, Capão da Canoa, Dr. Maurício Cardoso, Porto Alegre, Carazinho, Boa Vista do Buricá, Dois Irmãos, Roca Sales, Coronel Bicaco, Erechim, São João da Urtiga, Cacique Doble, Ivoti, Carlos Barbosa, Catuípe, São Vicente do Sul, Tunas e Passo Fundo. Dentre os projetos municipais aprovados, destaca-se, pelo volume de investimentos, o de Porto Alegre, que destinará Cr\$ 460,3 milhões para desenvolvimento institucional, pavimentação, drenagem, reurbanização e coleta de lixo em vilas populares.

#### — **Direção Geral (DIGER)**

Responsável pela coordenação interna das ações das diferentes áreas da SCP, a Direção Geral (DIGER) tem sob sua execução direta a implantação do Plano Diretor de Informática e a elaboração da Proposta de Reestruturação Institucional da área de planejamento do Estado.

Com relação ao primeiro, além da elaboração do próprio Plano, em 1989/90, foram executadas as seguintes medidas referentes à sua implementação, o que significa a totalidade da 1ª Etapa prevista até 1990:

- criação do Comitê e Núcleo de Informática, integrantes da estrutura da SCP;
- aquisição e teste de nove microcomputadores, três impressoras matriciais e uma impressora de página, dois estabilizadores de 3,5kwa e de um NO-BREAK de 1kwa e dois MODEM para a interligação com a FEE;

- aquisição e teste do “software” e placas para a rede de interligação dos microcomputadores;
- aquisição dos seguintes “software’s”:
  - Processador de textos;
  - Planilha eletrônica;
  - Editorador;
  - Programa utilitário;
  - Banco de Dados;
  - “Software” de Comunicações;
- seleção e contratação de quatro profissionais para suporte ao Núcleo de Informática: dois programadores e dois operadores;
- treinamento de 10% do quadro de funcionários em conhecimentos básicos de sistemas;
- licitação e contratação das obras físicas dos condutos de energia estabilizada e das conexões lógicas;
- instalação da linha de transmissão de dados com a FEE, através da ativação de uma linha privativa;
- início do desenvolvimento do Plano Diretor de Sistemas.

Com relação à Proposta de Reestruturação Institucional foram elaborados e submetidos à consideração do Governador do Estado, através da Casa Civil, os seguintes documentos:

- Anteprojeto de Lei e Justificativa que dispõe sobre as áreas de competência e organização da SCP;
- Minuta de Decreto que dispõe sobre a estrutura organizacional da SCP;
- Minuta de Decreto que cria o Conselho de Política de Desenvolvimento Estadual;
- Minuta de Decreto que dispõe sobre a organização e funcionamento do Sistema Estadual de Planejamento;
- Minuta de Decreto que Regulamenta o Sistema de Acompanhamento Físico-Financeiro de Planos e Orçamentos;
- Minuta de Decreto que dispõe sobre o Sistema Estadual de Geografia, Cartografia e Estatística Sócio-Econômica;
- Minuta de Decreto que institui o Sistema Estadual de Fomento e Projetos.

#### **2.12.2 — FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA “SIEGFRIED EMANUEL HEUSER” (FEE)**

A Fundação de Economia e Estatística “Siegfried Emanuel Heuser”, vinculada à Secretaria de Coordenação e Planejamento, define-se como uma instituição de pesquisa governamen-

tal, voltada à discussão dos problemas fundamentais do desenvolvimento regional e ao apoio do processo de tomada de decisões por partes do setor público e privado. Nesse sentido, ao longo de 1990 — e tal como fizera em anos anteriores —, cumpriu seu papel de efetuar estudos, pesquisas e análises de natureza sócio-econômica sobre a realidade brasileira e, especialmente, gaúcha.

Da mesma forma, atendendo a outra de suas atribuições, dedicou-se à produção e divulgação de informações estatísticas. Nesta linha, materializou uma meta há muito perseguida, qual seja a de desenvolver e implantar sua **Base de Dados Sócio-Econômicos (ISE-FEE)**, com o que colocou à disposição da sociedade um instrumento ágil e eficiente para subsidiar o processo de planejamento.

Tal realização deu substância a uma das três metas básicas fixadas para a gestão do biênio 1989/90, precisamente aquela relativa à modernização e à maior eficiência buscada no setor de informações estatísticas. Isto tornou-se possível graças à disseminação do uso dos recursos oferecidos pela informática, o que trouxe um aumento generalizado da produtividade dos recursos humanos e maior agilidade operacional, bem como o já referido aperfeiçoamento de sistemas de informação capazes de assegurar ganhos qualitativos e quantitativos ao produto final da Instituição.

Uma segunda meta básica, igualmente perseguida ao longo de 1990, esteve relacionada ao compromisso de oferecer respostas mais imediatas aos grandes desafios colocados pela conjuntura sócio-econômica. Este esforço esteve centrado no acompanhamento conjuntural trimestral por conta da **Revista Indicadores Econômicos FEE**, acompanhado da realização de seminários, e na generalização das intervenções de membros do corpo técnico da Instituição na imprensa falada e escrita.

Esta atuação teve também a sua parcela de contribuição na realização da terceira meta básica dessa gestão, a saber, o imperativo de uma presença mais atuante da FEE junto à sociedade em geral e aos órgãos do Estado. Algumas vezes de forma mais direta, outras mais indireta, o fato é que a Instituição demonstrou em inúmeras ocasiões e o seu claro comprometimento com a análise da realidade do Estado e a busca de uma contribuição efetiva dentro das especificidades de sua atuação.

Presente nos estudos veiculados pela **Revista Ensaios FEE** e em outras publicações da Instituição, o exercício de reflexão acerca do estilo de desenvolvimento da economia brasileira e seus desdobramentos na esfera regional teve seu ponto alto em 1990, com a conclusão de um dos projetos prioritários do Governo do Estado. Materializado na publicação **A Economia Gaúcha e os Anos 80 — Uma Trajetória Regional no Contexto da Crise Brasileira**, este estudo representou o esforço coletivo da FEE em produzir uma visão global do Rio Grande do Sul, com destaque para as grandes linhas tendenciais do seu desenvolvimento econômico e social.

A análise e interpretação desse desenvolvimento, buscadas à luz da inserção da economia gaúcha nos contextos nacional e internacional, têm prosseguimento em inúmeros trabalhos atualmente em andamento, que podem ser enquadrados em oito grandes linhas de pesquisa: Estudos Industriais, Estudos Agrários, Estado e Finanças Públicas, Estudos Regionais, Estudos Urbanos, Emprego e Relações de Trabalho, Economia Internacional e a Integração Latino-Americana, e Contabilidade Social e Indicadores Sociais.

É possível, assim, afirmar que as realizações do biênio 1989/90 deixam sólidas bases para o trabalho futuro. Com efeito, mesmo que algumas das atividades empreendidas precisem ser consolidadas ou expandidas, o fato é que a FEE tem hoje claramente delineado um rumo a seguir, bem como os meios necessários para atingir os seus objetivos.

Dentre as ações prioritárias identificadas pelo Governo do Estado, cabe à FEE desenvolver os Projetos destacados a seguir:

## — Projeto de Informatização

Mesmo dispondo de um dos maiores acervos, em termos de estudos e dados sócio-econômicos sobre o Rio Grande do Sul, a FEE não vinha conseguindo, até há algum tempo desempenhar suas funções inteiramente a contento, devendo-se referir à falta de equipamentos e à insuficiente capacitação no domínio da informática como um dos principais motivos. Tal situação começou a sofrer profundas alterações com a implantação do chamado **Projeto de Informatização-1989**. Os avanços então registrados foram efetivamente muito rápidos, alterando rotinas há longo tempo estabelecidas na Instituição e criando as condições indispensáveis para um salto qualitativo na sua produção. De forma concreta, verificou-se uma sensível melhoria a nível das condições materiais em que se realizam os estudos e pesquisas, bem como *das atividades de apoio à sua execução*. Nesse aspecto, deve-se salientar como exemplo, particularmente marcante, a implantação da Base de Informações Sócio-Econômicas, chamada ISE-FEE.

A necessidade de avançar no processo de informatização — consolidando posições, retificando trajetórias em função dos aportes trazidos pelas experiências já vivenciadas e ampliando o número de setores da Instituição envolvidos — levou à montagem do Projeto de Informatização — Fase II, implementado ao longo de 1990. Nesta nova etapa, a ênfase foi colocada na manutenção e expansão da Base ISE-FEE, na implantação de uma estação de editoração eletrônica e na ampliação da base instalada de microcomputadores, terminais e impressoras.

Em termos de "hardware", a situação atual da informática na FEE reflete bem o esforço realizado pela atual gestão. Assim, de uma situação inicial em que se dispunha apenas de dois microcomputadores e uma impressora, chegou-se na atualidade a um parque instalado composto por um supermicrocomputador, 17 terminais de vídeo, 27 microcomputadores compatíveis IBM PC-XT, 1 microcomputador PC-386 e 17 impressoras matriciais e uma laser.

Em termos de "software", encontram-se atualmente disponíveis:

- sob ambiente UNIX (EDIX 5) — gerenciador de banco de dados ZIM e sistema n'OFFICE, com processador de texto, mala direta, agenda, correio eletrônico, telex e calculadora;
- sob ambiente MS-DOS — processador de texto MS-WORD, versões 4.0 e 5.0, planilha eletrônica QUATTRO.PRO, ambiente gráfico WINDOWS 3.0, programa de editoração eletrônica XEROX VENTURA PUBLISHER 3.0 e aplicativo para tratamento bibliográfico MICROISIS.

É preciso também referir a atenção concedida ao problema do treinamento dos recursos humanos nessa área estratégica, com a realização de cursos externos e internos visando à capacitação nos "softwares" ZIM e EDIX, para o pessoal do CPD, e em MS-DOS, LOTUS, e n'OFFICE para o conjunto dos funcionários.

Na fase atual, está sendo preparado o **2º Plano Diretor de Informática da FEE**, que visa a programar as atividades da Instituição, nesse domínio, para os próximos dois anos. Os objetivos perseguidos são os de identificar as necessidades de automação, o desenvolvimento de novos sistemas e a consolidação e expansão das bases já instaladas, quais sejam: a Base ISE-FEE e a Base Bibliográfica. Espera-se, assim, criar ainda melhores condições para intensificar o uso do instrumental oferecido pela informática, levando a um aumento da produtividade dos recursos humanos, à maior agilização operacional e a um aperfeiçoamento dos sistemas de informação capazes de assegurar maiores ganhos qualitativos e quantitativos aos produtos finais da Instituição.

## — Implantação, Manutenção e Expansão da Base de Dados Sócio-Econômicos e da Base Bibliográfica

- Base de Informações Sócio-Econômicas: ISE-FEE

A Base de Informações Sócio-Econômicas constitui a base de dados eletrônica da FEE. Com este sistema, a FEE colocou à disposição da comunidade gaúcha a possibilidade de recuperação de dados de forma ágil e direta. Os dados disponíveis estão armazenados por assuntos em duas formas de recuperação: por ano e município e por séries temporais mensais, sendo esta última fornecida somente a nível de abrangência geográfica mais agregada, normalmente para o Estado como um todo.

Para implantação desse sistema, contou-se com avançadas tecnologias de equipamento e metodologias de processamento de dados. A Base ISE-FEE foi desenvolvida em um supermicro EDISA-600 V-IV, através de linguagem de quarta geração específica para gerenciamento de banco de dados, o sistema ZIM. Quanto à metodologia de análise de dados, foi utilizado o Modelo de Dados Relacional da Engenharia de Informações.

Na fase de criação da Base ISE participaram, além da consultoria prestada pela D&G INFORMÁTICA, o Centro de Processamento de Dados (CPD), o Núcleo de Informações Estatísticas do Centro de Documentação e o Núcleo de Sistematização de Indicadores do Centro de Contabilidade Social e Indicadores, estes dois últimos atuando em conjunto nas fases de modelagem e digitação dos dados.

O acervo atual da Base ISE-FEE é formado pelos dados mais recentes contidos em três das publicações periódicas mantidas pela Instituição, a saber: Mensário Estatístico Sul-Rio-Grandense, Anuário Estatístico RS e Dados Sócio-Econômicos dos Municípios do RS. Inaugurada em 9 de agosto de 1990, a base conta atualmente com cerca de 350 mil informações, recuperáveis através de telas de consulta, que permitem ao usuário pesquisar qualquer informação nela contida ou, ainda, optar por consultas diretas.

Tendo em vista que a Base ISE-FEE necessita, para sua operacionalização, do envolvimento de três Centros desta Instituição, foi criada uma gerência ligada à Presidência, para fins de "administração" da referida base. As decisões relativas às diretrizes aplicadas à Base ISE-FEE, por sua vez, são de competência do Comitê de Informática.

- **Base Bibliográfica**

O Projeto de Informatização também definiu como um de seus objetivos principais o desenvolvimento do sistema "Base Bibliográfica", que se propõe basicamente a equacionar de forma ágil o problema da pesquisa bibliográfica nos trabalhos desenvolvidos pelos técnicos da FEE.

Com este propósito, e aproveitando a experiência da Fundação Getúlio Vargas na área de informatização bibliográfica, a FEE assinou convênio com aquela instituição, ingressando no rol das bibliotecas participantes da Rede Bibliodata/Calco. Este convênio pressupõe o repasse de "software", bem como o recebimento de treinamento e assistência técnica permanente.

O sistema Bibliodata/Calco permite acessar à base bibliográfica da FGV, que reúne o acervo de 60 bibliotecas da área de Ciências Humanas, bem como a base de dados econômicos (RESET). A recuperação das informações desejadas faz-se via consulta a microfichas ou consulta "on-line", através da RENPAC.

- **A Economia Gaúcha e os anos 80 — Uma Trajetória Regional no Contexto da Crise Brasileira**

Trabalho cujo objetivo é o de lançar um olhar abrangente e indagador sobre a forma como o Rio Grande do Sul reagiu à situação de crise da década passada. Para tanto, esta publicação foi estruturada em cinco temas abordados através de 15 textos que, sem o intuito de constituírem diagnósticos exaustivos, buscam realçar traços e tendências do desenvolvimento econômico e social da realidade do Extremo Sul do País.

O estudo é composto por três tomos com o seguinte conteúdo: Tomo 1 — “A Crise dos Anos 80 e o Desempenho da Economia Gaúcha” e “A Problemática Regional e Urbana”, Tomo 2 — “Aspectos Setoriais do Desenvolvimento do Rio Grande do Sul” — A Evolução da Agropecuária, A Questão Industrial, Os Novos Rumos do Setor Financeiro e Finanças e Gestão na Administração Pública; Tomo 3 — “A Crise e os Ajustes nas Relações Capital-Trabalho” e “As Exportações Gaúchas e Perspectivas da Integração Latino-Americana”.

#### — O Rio Grande do Sul Urbano

Esta publicação representa a consolidação do debate em torno do conhecimento desenvolvido nas diferentes instituições do Estado sobre a problemática urbana. Trata-se de um estudo que permitiu à FEE aglutinar e avaliar a produção acumulada pelos pesquisadores locais, tendo em vista a conjuntura de redefinição e rearticulação da política urbana nos seus diferentes níveis de intervenção.

Os temas apresentados estão centrados, fundamentalmente, na discussão de uma nova ordem institucional que se esboçou a partir da Constituição de 1988; da questão habitacional; do processo de urbanização, relativo principalmente às áreas de fronteira e na repercussão das novas tecnologias na organização espacial.

O trabalho é desdobrado em 12 artigos: “O Novo Espaço Institucional dos Municípios”; “Planejamento Urbano no Rio Grande do Sul”; “Perspectivas de Democratização da Gestão Municipal”; “Quando o Poder Público Promove a Autoconstrução ou o Mutirão”; “Violência Urbana: dominação e exclusão social”; “O Trem Metropolitano e Transformações em Áreas Urbanas de Canoas”; “A Rede Urbana e as Fronteiras — Notas Prévias”; “Urbanização: as áreas de fronteira e a integração latino-americana”; “A Produção da Habitação: um estudo exploratório”; “Da legalidade para a ilegalidade: a formação de microterritórios urbanos”; “Novas Tecnologias e Organização do Espaço”; e “Estudos Urbanos e Crise dos Paradigmas: a emergência de um campo de pesquisa interdisciplinar”.

Além dos Projetos Prioritários, a FEE realizou Pesquisas e Estudos Sócio-Econômicos em diversas áreas, conforme é discriminado a seguir:

- **Estudos publicados**
- “Desequilíbrios Financeiros e Gestão das Estatais Gaúchas”. A economia gaúcha e os anos 80;
- “Os Reflexos da Crise dos Anos 80 sobre as Relações de Trabalho no Rio Grande do Sul”. A economia gaúcha e os anos 80;
- “O Emprego em 1989: uma tentativa de recuperação em fim de década?”. Indicadores Econômicos FEE, v.17, n.º 4. (4.º trim.89);
- “Plano Collor e Trabalhadores: um cenário de cores incertas”. Indicadores Econômicos FEE, v.18, n.º 1 (1.º trim. 90);
- “O Plano Collor e o Futuro da Indústria de Informática”. Indicadores Econômicos FEE, v.18, n.º 2 (2.º trim. 90);
- “Indústria: a mesma má performance”. Indicadores Econômicos FEE, v.18, n.º 3 (3.º trim. 90);
- “Sobre o Infortúnio de Ser-se Americano”. Indicadores Econômicos FEE, v.17, n.º 4 (4.º trim. 89);

- “O Efeito da Variável Despesa Pública Social na Migração: algumas considerações”. Anais do XII Encontro Nacional de Econometria, Brasília, 1990;
- “A Crise das Finanças dos Municípios das Capitais Estaduais (MCAPS): os anos 80”. Ensaios FEE, v.11, n.º 2 (2.º sem. 90);.
- “A Crise das Finanças dos Municípios das Capitais Estaduais (MCAPS): os anos 80”. Análise, 1 (4), 1990;
- “Dispêndio Público Local: modelos e evidências”. Análise, 1(3), 1990, Ensaios FEE, v.11, n.º 1 (1.º sem. 90), Perspectiva Econômica, 1990;
- “A Crise das Finanças Públicas nos Anos 80: algumas considerações”. Indicadores Econômicos FEE, v.18, n.º 1 (1.º trim. 90);
- “O Efeito da Inflação sobre a Arrecadação do ICM”. Indicadores Econômicos FEE, v.18, n.º 2 (2.º trim. 90);
- “O Plano Collor, os Salários e o Pacto Social”. Indicadores Econômicos FEE, v.18, n.º 3 (3.º trim. 90);
- “Mudanças no Perfil Exportador”. A economia gaúcha e os anos 80;
- “América Latina: a caminho da integração”. Indicadores Econômicos FEE, v.17, n.º 4 (4.º trim. 89);
- “O Rio Grande do Sul e a Integração Latino-Americana”. A economia gaúcha e os anos 80;
- “A Integração Latino-Americana na Dinâmica das Relações Internacionais”. Análise, 1(4), 1990;
- “O Plano Collor e o Setor Externo”. Análise, 1(3), 1990;
- “Uma Nova Ordem Internacional”. Indicadores Econômicos FEE, v.18, n.º 3 (3.º trim. 90);
- “Salários e Política Salarial no Final dos Anos 80: uma discussão”. Indicadores Econômicos FEE, v.17, n.º 4 (4.º trim. 90);
- “Programa Iniciativa para as Américas (Plano Bush): algumas considerações”. Indicadores Econômicos FEE, v.18, n.º 2 (2.º trim. 90);
- “A Desindexação, os Indexadores e o Plano Collor”. Indicadores Econômicos FEE, v.18, n.º 2 (2.º trim. 90);
- “A Indústria Adapta-se ao Plano”. Indicadores Econômicos FEE, v.18, n.º 2 (2.º trim. 90);
- “Sem Rumos para o Crescimento: política econômica e desempenho industrial nos anos 80”. A economia gaúcha e os anos 80;
- “Os Três Pecados Capitais do Plano Collor”. Indicadores Econômicos FEE, v.18, n.º 3 (3.º trim. 90);
- “Programa Iniciativa para as Américas: considerações”. Indicadores Econômicos FEE, v.18, n.º 3 (3.º trim. 90);
- “CEEE: o resgate da dívida passa pela socialização das perdas”. Indicadores Econômicos FEE, v.18, n.º 2 (2.º trim. 90);

- “Planejamento Estadual no Rio Grande do Sul — 1959-74”. Ensaio FEE, v.11, n.º 2 (2.º sem. 90);
- “Políticas Monetária e Fiscal: as duas grandes âncoras do Plano Brasil Novo”. Indicadores Econômicos FEE, v.18, n.º 1 (1.º trim. 90);
- “Políticas Monetária e Fiscal: uma avaliação dos primeiros meses pós-plano”. Indicadores Econômicos FEE, v.18, n.º 2 (2.º trim. 90);
- “A Industrialização do Couro: situação e perspectivas”. Indicadores Econômicos FEE, v.18, n.º 3 (3.º trim. 90);
- “Os Bancos e o Plano Collor”. Indicadores Econômicos FEE, v.18, n.º 3 (3.º trim. 90);
- “Renegociação da Dívida Externa: necessidades e possibilidades”. Indicadores Econômicos FEE, v.18, n.º 3 (3.º trim. 90);
- “Políticas Monetária e Fiscal: o aperto continua”. Indicadores Econômicos FEE, v.18, n.º 3 (3.º trim. 90);
- “O Programa Econômico do Governo Collor”. Indicadores Econômicos FEE, v.18, n.º 1 (1.º trim. 90);
- “As Economias Desenvolvidas e o Conflito no Golfo Pérsico”. Indicadores Econômicos FEE, v.18, n.º 3 (3.º trim. 90);
- “Os Antecedentes e os Primeiros Resultados do Plano de Estabilização”. Revista da Unisinos, julho/90;
- “A Situação Social do Brasil nos Anos 80”. Indicadores Econômicos FEE, v.17, n.º 4 (4.º trim. 89);
- “A Urbanização do RS no Período Recente: traços fundamentais”. Indicadores Econômicos FEE, v.18, n.º 2 (2.º trim. 90);
- “O Processo de Urbanização no RS: características recentes”. A economia gaúcha e os anos 80;
- “Violência Urbana: dominação e exclusão social”. O RS urbano;
- “Inquietações Metodológicas: o urbano e a urbanização como objeto de análise”. Ensaio FEE, v.11, n.º 2 (2.º sem. 90);
- “Saúde e Processo Produtivo no Brasil”. Ensaio FEE, v.11 n.º 1 (1.º sem. 90);
- “Rio Grande do Sul, Fronteira Entre Duas Formações Históricas”. Ensaio FEE, v.11, n.º 2 (2.º sem. 90);
- “Da Legalidade para a Illegalidade: a formação de microterritórios urbanos”. O RS urbano;
- “Pequena Agricultura em Crise: o caso da colônia francesa no Rio Grande do Sul”. Tese de doutorado;
- “Os Novos Rumos da Vitivinicultura no RS”. Indicadores Econômicos FEE, v.17, n.º 4 (4.º trim. 89);

- “Agricultura 89: as mudanças de uma década”. *Indicadores Econômicos FEE*, v.17, n.º 4 (4.º trim. 89);
- “A Lavoura de Grãos na Década de 80: a busca da eficiência”. *A economia gaúcha e os anos 80*;
- “Agricultura e Desenvolvimento Econômico no Brasil: os debates nas décadas de 50 a 70”. *Ensaio FEE*, v.11, n.º 1 (1.º sem. 90);
- “Como Fica a Competitividade da Agricultura Gaúcha?”. *Anuário Expressão da Fecotrigo*;
- “Análise Conjuntural do Setor Primário”. *Indicadores Econômicos FEE*, v.18, n.º 1-3 (1.º, 2.º e 3.º trims. 90);
- “O Desempenho na ótica das Contas Regionais 1989”. *Indicadores Econômicos FEE*, v.17, n.º 4 (4.º trim. 89); — Equipe do Núcleo de Contas Regionais;
- “O Desempenho da Economia Gaúcha nos Anos 80: um breve retrospecto”. *A economia gaúcha e os anos 80* — Equipe do Núcleo de Contas Regionais;
- “Finanças e Gestão na Administração Pública: as finanças da administração direta estadual”. *A economia gaúcha e os anos 80*;
- “O Lobby Agrícola e os Primeiros Sinais do Governo Collor”. *Indicadores Econômicos FEE*, v.18, n.º 1 (1.º trim. 90);
- **Estudos Concluídos e Não Publicados**
- “Informações Adicionais sobre o Desempenho da Economia Gaúcha no Ano de 1989”;
- “Desempenho da Economia Gaúcha nos últimos Anos”;
- “Um Breve Comentário sobre a Economia Gaúcha 1977/89”;
- “Sistematização das Informações do Produto do Brasil e do Rio Grande do Sul 1947/89”;
- “Indicadores Seleccionados da Economia Gaúcha e Brasileira nos últimos Anos”;
- “RS e Br: PIB em dólares correntes e a preços de 1989”;
- “Economia: a escola institucional”;
- “Análise dos Indicadores Seleccionados de Saúde e Educação na Década de 80: Brasil e RS”;
- “Projeção da População do RS por Faixa Etária e Sexo — 1988-90 e 2000”;
- “Projeção da População de 7 a 14 anos”;
- “Os Preços da Carne Bovina de Primeira Versus Segunda. Um Brasil Novo?”;
- “Introdução ao Estudo do Setor Vinícola Cooperativista no RS”;
- “Evolução da Agropecuária Gaúcha na Década de 80: alguns comentários”;
- “Considerações Sobre o Pacote Agrícola”;
- “Sobre o Pacote Agrícola”;

- “Estimativa do Valor Bruto da Produção da Agricultura — 1988/90” (documento de circulação interna);
- “Estimativa do Produto da Indústria de Transformação e Extrativa Mineral — 1988/90” (documento de circulação interna);;
- “Estimativa do Produto da Construção Civil — 1988/90” (documento de circulação interna);
- Estimativa do Produto dos Serviços Industriais e de Utilidade Pública — 1988/89” (documento de circulação interna);
- “Estimativa do Produto do Comércio — 1988/90” (documento de circulação interna);
- “Estimativa do Produto das Comunicações, Transportes, Governo, Intermediários Financeiros, Aluguéis e Outros Serviços — 1988/89” (documento de circulação interna);
- “A Nova Política Industrial e de Comércio Exterior — análise da política implementada pelo Governo Federal”. Trabalho elaborado por solicitação da Secretaria de Coordenação e Planejamento (documento de circulação interna);
- “Programa Iniciativa para as Américas — Plano Bush”. Trabalho elaborado por solicitação da Secretaria de Coordenação e Planejamento (documento de circulação interna);
- “A Discussão Recente em Torno da Livre Negociação”;
- “A Política Agrícola do Governo Collor”. Indicadores Econômicos FEE, v.18, nº 3 (3º trim. 90);
- “O Custo Social do Ajuste Econômico”;
- “Sobre a Transformação Agrícola: encaminhamento teórico-metodológico”;
- “Preços Recebidos Versus Custos de Produção da Uva”;
- “Perfil da Indústria do Fumo”;
- “Brasil Novo: muito além de um plano”;
- “A Evolução do Gasto com Pessoal nas Estatais Gaúchas; 1980-90”;
- “Repercussões da Política Econômica na Produção Agrícola — 1985/89”;
- “Panorama Sócio-Econômico do RS” — trabalho destinado à Secretaria de Coordenação e Planejamento;
- Relatório de pesquisa sobre “Negociações Trabalhistas no Rio Grande do Sul: 1978 a 1988”;
- “Regressões Lineares, Estudo de Tendência e Correlação”, no Projeto Negociações Trabalhistas no Rio Grande do Sul;
- “A Medida Provisória nº 193: pontos principais e alguns comentários” (documento de circulação interna);
- “As Principais Fontes de Dados sobre Mercado de Trabalho — Indicadores de emprego e de desemprego: Brasil, Rio Grande do Sul, RMPA” (documento de circulação interna);

- “Diferenciais de Salários entre os Setores Público e Privado da Economia Brasileira” (dissertação de mestrado);
- “A Medida Provisória nº 193: pontos principais e alguns comentários” (documento de circulação interna);
- **Estudos em Andamento**
- “Os Reflexos da Crise dos Anos 80 sobre as Relações de Trabalho no Rio Grande do Sul: os movimentos da força de trabalho, a gerência do capital e os ajustes de interesses entre capital e trabalho”;
- “Diferenciais de Salários entre os Setores Público e Privado da Economia Brasileira”. Ensaio FEE, v. 12, nº 1 (1º sem. 91);
- “Estudo sobre a Indústria de Informática do Rio Grande do Sul”;
- “O Salário Mínimo e a Determinação da Taxa de Salários: uma análise da indústria da construção civil 1969/88” (dissertação de mestrado);
- “A Evolução da Indústria de Bens Intermediários no Rio Grande do Sul”;
- “Conjuntura Industrial — 1990”. Indicadores Econômicos FEE, v. 18, nº 4 (4º trim. 90);
- “Padrão de Concorrência e Crescimento na Indústria Gaúcha” (dissertação de mestrado);
- “O Papel do Estado na Economia Brasileira” (dissertação de mestrado);
- “Plano Amostral e Assessoria Estatística no Projeto Emprego e Desemprego Urbano na Região Metropolitana de Porto Alegre”;
- “As Transformações Econômicas e os Conflitos Sociais na Agricultura do Sul: um estudo da inter-relação do produtor agrícola com a agroindústria”;
- “Agricultura e Desenvolvimento Econômico no Brasil: os debates nas décadas de 50 a 70” (dissertação de mestrado);
- “Análise Conjuntural do Setor Primário”. Indicadores Econômicos, FEE, v. 18, nº 4 (4º trim. 90);
- “O Produto do Setor Público e o Gasto com Pessoal”. Indicadores Econômicos FEE, v. 18, nº 4 (4º trim. 90);
- “O Desempenho na ótica das Contas Regionais 1990”. Indicadores Econômicos FEE, v. 18, nº 4 (4º trim. 90);
- “As Políticas Públicas, a Economia da Pobreza e a Contabilidade Social”. Indicadores Econômicos FEE, v. 18, nº 4 (4º trim. 90);
- “Desenvolvimento de Novas Metodologias Setoriais para o Cálculo do Produto da Indústria, Comércio, Governo e Agricultura” — Equipe do Núcleo de Contas Regionais;
- “Elaboração de Tábuas de Mortalidade para os Municípios do RS — 1980/90”;
- Projeto de pesquisa “O Processo de Urbanização do RS no Período pós-60 Face às Mudanças nos Aspectos Técnicos da Produção Agrícola e Industrial”;

- “A Inflação Brasileira: uma abordagem da regulação” (dissertação de mestrado);
- “Desempenho das Finanças Públicas em 1990”;
- “ICM: evolução passada e perspectivas”;
- “Acompanhamento de Conjuntura”. Indicadores Econômicos FEE, v. 18, n.º 4 (4.º trim. 90);
- “Estudo sobre a Integração Latino-Americana”;
- “Teoria Econômica e Relações Internacionais — da Pilhagem à Mundialização do Capital” (dissertação de mestrado);
- “A Nova Tentativa de Reativar a Integração Latino-Americana a Partir do Cone Sul” (dissertação de mestrado);
- “Políticas Monetária e Fiscal: o desempenho em 1990”. Indicadores Econômicos FEE, v. 18, n.º 4 (4.º trim. 90);
- “Avaliação dos Gastos Públicos Sociais nos Anos 80”;
- “Análise Comparada das Características Econômicas dos Processos de Produção nos Segmentos Agrícolas do Fumo, Pêssego, Soja e Uva”; “Preços Recebidos Versus Custos de Produção do Pêssego”; e “Preços Recebidos Versus Custos de Produção do Fumo”. no projeto Agroindústria Versus Produtores Agrícolas;
- Projeto de pesquisa “O Papel do Governo do Estado na Geração de Tecnologias Agropecuárias no RS”;
- “Absorção de Tecnologia na Agricultura Gaúcha — 1970/80”;
- “Competitividade da Lavoura de Grãos do RS em Relação aos Demais Estados do Brasil e aos Países do Cone Sul”;
- “A Indústria de Calçados no Brasil: dinâmica interna e perspectivas no comércio internacional”;
- “O Déficit Público no Brasil: adequação da utilização do conceito operacional” (dissertação de mestrado);
- “A Dinâmica de Expansão da Indústria do Rio Grande do Sul” (dissertação de mestrado);
- “Seleção de Indicadores da Região Metropolitana de Porto Alegre” (dissertação de mestrado);
- “Burguesia e Indústria no RS — 1930-1937” (dissertação de mestrado);
- “Desigualdades Regionais e Seu Comportamento no Brasil”. (dissertação de mestrado);
- “Descrição dos Instrumentos Teóricos de Preparação de Dados Regionais Comparados: população, território e agricultura — 1920-1980”;
- “Comparação de Redes Urbanas — SP e RS”;
- Política Fiscal do RS na 1.ª República”;
- “O Espaço de Produção Coureiro — Calçadista do RS: contribuição para a análise da divisão espacial do trabalho” (dissertação de mestrado);

- “A Eliminação das Características Sociais e Econômicas do Rio Grande do Sul na Integração do Mercado Interno Brasileiro” (dissertação de doutorado);
- “Concordatas e Falências” (título provisório). Indicadores Econômicos FEE, v. 18, nº 4 (4.º trim. 90);
- “Cálculo de Taxas Geométricas e Aritméticas de Crescimento de Preços Mínimos das Safras dos Principais Produtos do RS;
- “Avaliação do Mercado das Estatais Gaúchas nos Anos 80 — CEEE, CRT e CORSAN”.
- **Participação e Apresentação de Trabalhos em Congressos e Seminários (1990)**
- Seminário “Metodologias e Análises de Conjuntura”. Fundação Instituto Tecnológico de Pernambuco;
- Seminário “A Inserção Internacional do Brasil nos Anos 90”. São Paulo;
- Painel “O Plano Collor”. UNISINOS/NH;
- Seminário “More Melhor Participando”. Prefeitura Municipal de Porto Alegre;
- I Fórum Econômico do Vale dos Sinos. Novo Hamburgo;
- Seminário “As Novas Diretrizes da Política Econômica”. Faculdade de Ciências Econômicas da PUC;
- Encontro Regional de Estudantes de Economia. Lages/SC;
- Seminário “As Novas Tendências da Economia e do Sindicalismo”. Campinas/SP;
- Seminário “More Melhor Participando” — Departamento Municipal de Habitação/PMPA;
- Seminário de “História do Brasil III”. UFRGS;
- Encontro Regional sobre Integração. Federação dos Trabalhadores nas Indústrias de Alimentação do RS. Dom Pedrito/RS;
- Painel “As Novas Diretrizes da Política Econômica” PUC/RS;
- Palestra “A Geografia e as Ciências Sociais”. PUC/RS;
- Palestra “Desenvolvimento Recente da Agricultura Gaúcha e Perspectivas para a Década de 90”. Faculdade de Agronomia de Bagé;
- Seminário internacional sobre “As Novas Tendências da Economia e do Sindicalismo”. Campinas/SP;
- Palestra sobre “Plano Collor e a Repercussão nas Negociações Salariais”. Associação dos Funcionários da PROCERGS. Porto Alegre/RS;
- Palestra “Perfil de Urbanização do RS”, no Grupo de Trabalho do Partido dos Trabalhadores;
- Palestra sobre “Contas Regionais do RS”, no Curso de Pós-Graduação em Economia da UFRGS;

- Palestra “O Papel do Crédito Rural no Desenvolvimento da Agropecuária Brasileira”. Diretório Acadêmico da Faculdade de Agronomia de Pelotas/RS;
- Curso “Tendências e Perspectivas da Urbanização Brasileira” do Programa de Pós-Graduação em Geografia Ambiental Urbana da UFRGS — palestra: “A Realidade Urbana Gaúcha”;
- Reunião-almoço da Associação dos Jornalistas de Economia do RS. Porto Alegre/RS. Palestra: “A FEE e o Desenvolvimento do RS”;
- Seminário interno sobre “Assistência Técnica Municipal”. Programa Integrado de Melhoria Social — PIMES;
- Seminário “Desenvolvimento Tecnológico e a Pequena Produção”. Braga/RS;
- Palestra “Perspectivas da Pequena Produção Frente à Política Agrícola do Governo Collor”. FUNDEP. Três Passos/RS;
- Palestra “Perspectivas da Agricultura Brasileira Frente ao Governo Collor”. Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Ibiraiaras/RS;
- Painel “Os Cem Dias do Plano Collor”. Universidade de Cruz Alta/RS;
- Palestra “Cem Dias do Plano Collor”, no auditório Prof. Ney Marques da FEE;
- Seminário sobre “Plano Diretor”. Secretaria do Planejamento de São Paulo. Palestra: “Incorporações pelos Planos Diretores das Práticas Ilegais de Acesso à Terra e à Habitação”;
- II Seminário de Comércio Exterior. FENAC/NH. Palestras: “Integração do Brasil à Economia Mundial”; “Competitividade Internacional do Calçado”;
- 42.<sup>a</sup> Reunião Anual da SBPC. Porto Alegre/RS. Palestra “Os Trabalhadores e a Integração Latino-Americana”;
- Palestra “Os anos 90: urbanização brasileira e o desafio das metrópoles” — Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Rural. Universidade Federal do Rio de Janeiro;
- Palestra “A Elasticidade do Conceito de Propriedade”. Faculdade Nacional de Direito da UFRJ;
- Palestra “Banco de Dados FEE — Base de Dados Sócio-Econômicos”: Universidade Federal de Santa Maria/RS;
- I Seminário Metropolitano de Habitação e Desenvolvimento Municipal Integrado. Associação dos Prefeitos da Grande Porto Alegre. Palestra de abertura “A Formação dos Microterritórios Urbanos”;
- Palestra “A Mulher na Vida Rural”. Auditório da FARSUL, Esteio/RS;
- II Seminário de Planejamento Operacional da CRT. Porto Alegre/RS;
- IV Semana do Economista. Santa Cruz do Sul/RS. Palestra sobre “Economia Brasileira e a Crise Atual”;
- Seminário sobre “RS e os Anos 80 — A Agricultura Gaúcha”. Passo Fundo/RS;
- Palestra “Os Cem Dias do Governo Collor e a Agricultura”. Delegacia do IBGE em Porto Alegre;

- Palestra “Perfil de Urbanização do RS”. Centro de Assessoria e Estudos Urbanos;
- Painel de apresentação da revista Indicadores Econômicos FEE — v. 18, nº 2;
- Palestra “Plano Collor e Conjuntura”. Delegacia do IBGE em Porto Alegre;
- Seminário “A Economia Gaúcha e os Anos 80 — Uma trajetória regional no contexto da crise brasileira”. No Auditório Prof. Nei Marques da FEE. Palestras: “A Crise dos Anos 80, Desempenho da Economia Gaúcha e o Setor Público”, “A Questão Regional e Urbana e a Problemática do Emprego”, “A Questão Externa”;
- Encontro Intermediário do Grupo de Trabalho “Processo de Trabalho e Reivindicações Sociais” da ANPOCS. Porto Alegre/RS. Palestra: “A Organização do Processo de Trabalho: a perspectiva do empresariado industrial”;
- III Seminário Estadual da Indústria da Construção Civil. Passo Fundo/RS. Palestra: “Indicadores Setoriais na Indústria da Construção Civil”;
- I Encontro de Integração Latino-Americana. Casa do Economista. Porto Alegre/RS. Palestra: “Integração Latino-Americana e as Conseqüências para a Economia Gaúcha”;
- Palestra “Evolução e Crise da Economia Agropecuária no RS”. Escola Técnica de Agricultura, em Viamão;
- Seminário do IEPE. Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS. Porto Alegre/RS. Palestras: “Finanças Públicas: o RS na década de 80”; “Crescimento Inter-regional no RS nos Anos 80”; “A Crise da Economia Brasileira nos Anos 80”;
- IV Congresso Brasileiro de Tecnologia do Calçado — FENAC e UNISINOS;
- Palestra sobre “Contas Regionais do RS”, no Curso de Pós-Graduação em Economia da UFRGS;
- Seminário “A Teoria da Regulação no Brasil”. Conselho Regional de Economia de São Paulo — 2ª Região;
- Fórum Nacional “O Trigo Amanhã, ano 2000”. FUNCOOP/OCB/FECOTRIGO. Porto Alegre/RS;
- Palestra “A Política Agrícola do Governo Collor”. Associação Regional dos Engenheiros Agrônomos de Santa Rosa/RS;
- Palestra “Planejamento Urbano no Brasil: tendências e perspectivas” — na Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra. Porto Alegre/RS;
- I Encontro Nacional das Entidades de Informações, Dados e Análises Sócio-Econômicas. Brasília/DF. Palestra de abertura: “O Papel das Entidades de Informações, Dados e Análises Sócio-Econômicas”;
- XIV Encontro Anual da ANPOCS em Caxambu/MG;
- Palestra “O Rio Grande do Sul nos Anos 80: perspectivas para a virada do século”. Associação Rio-grandense de Antigos Estagiários na Franca;
- Apresentação da pesquisa em andamento “As Transformações Econômicas e os Conflitos Sociais na Agricultura do Sul: um estudo da inter-relação do produtor agrícola com a agroindústria” no 3º Encontro Regional do PIPSA;

- Mesa-redonda sobre “O Pacote Agrícola e o Plano Collor”. Auditório da FEE com participação da FECOTRIGO, BANRISUL, CFP, EMATER e Secretaria da Agricultura;
- VII Encontro Nacional de Estudos Populacionais. Associação Brasileira de Estudos Populacionais (ABEP);
- Simpósio Nacional “A Língua e a Literatura”. Fundação Universidade de Cruz Alta;
- Participação no Núcleo de Estudos e Pesquisas de Direito Internacional e Relações Internacionais — Grupo da Integração OAB/RS Assessoria Jurídica;
- Reunião-almoço da Associação de Mulheres de Negócios e Profissionais. Porto Alegre. Palestra “A FEE e a Economia Gaúcha”;
- Palestra “A Economia Gaúcha e os Anos 80” — no BRDE. Porto Alegre/RS;
- Apresentação da pesquisa “Pequena Agricultura em Crise: o caso da Colônia Francesa no Rio Grande do Sul” — no Instituto de Ciências Humanas e Faculdade de Agronomia de Pelotas/RS;
- Palestra “O Comércio Agrícola Mundial — a Posição Brasileira na Rodada Uruguai do GATT”, no 10º Encontro Estadual de Engenheiros Agrônomos. Porto Alegre/RS;
- Palestra sobre “Indicadores Sociais”. Curso de Pós-Graduação em Sociologia Rural da UFRGS;
- Palestra sobre “A Economia Gaúcha Pós-Milagre”. Seminário Estadual Rio Grande Político do Sul: uma trajetória de conflitos. Casa de Cultura Mário Quintana;
- Palestra “Estrutura Social Brasileira e Formas Políticas”. Seminário Brasil Pós-80: novo estado, nova territorialidade, Universidade de São Paulo;
- *Semana de Estudos Jurídicos para a Integração Latino-Americana, na UFRGS;*
- Curso de Extensão Universitária sobre Direito de Posse e de Propriedade Urbana. Promoção UNISINOS, Centro de Ciências Jurídicas e Sociais e Escola Superior de Advocacia da OAB. Palestra “Ocupação Formal e Informal do Solo Urbano”;
- Palestra “Os Anos 80: a complexa dimensão de uma crise”. Universidade Estadual de Maringá/PR;
- Palestra sobre o “RS — Anos 80”. Universidade de Passo Fundo;
- Palestra sobre “O Efeito da Variável Despesa Pública Social na Migração: algumas considerações”. XII Encontro Nacional de Econometria.

Paralelamente às ações anteriormente mencionadas, a FEE volta, ainda, suas atividades para a prestação de informações ao público, e para a participação em eventos e nos meios de comunicação.

#### — Prestação de Informações ao Público

A FEE coloca seus produtos à disposição da comunidade através do Centro de Documentação — recentemente informatizado — que, em 1990, prestou os serviços relacionados:

- atendimento a 3.545 demandas de informações sócio-econômicas, com 11.625 consultas

ao material de seu acervo; empréstimo de 8.314 livros, documentos, artigos e periódicos; atendimento a 614 consultas via computador (*BASE ISE*), elaboração de referências e citações bibliográficas; utilização do telex; coleta de documentos e monografias em outras entidades e venda de publicações produzidas pela área técnica, em sua livraria, além de ter possibilitado o acesso ao acervo de bibliotecas do País, por estar em conexão com o "Sistema Bibliodata" da F.G.V.

#### — **Eventos e Participação nos Meios de Comunicação**

Destacam-se entre os eventos:

- Painel sobre "O Plano Econômico do Governo Collor" com participação dos economistas Maria Aparecida Grendene de Souza, do Banco Central do Brasil, Yeda Crusius, da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS e Antônio Carlos Fraquellí, da FEE, em 20 de março de 1990;
- Lançamento da publicação "Pequena Agricultura em Crise: o caso da colônia francesa no Rio Grande do Sul";
- Palestra sobre "Liberalismo Econômico e Legitimidade do Estado na América Latina", pelo prof. Jayme Marques Pereira, da Universidade de Picardie e Universidade de Paris III, em 1.º de junho de 1990;
- Painel sobre "O Plano Collor Cem Dias Depois", com os economistas Cristiano Tatsch (Junta de Coordenação Financeira da Secretaria da Fazenda), Carlos Henrique Horn (UFRGS), Octavio Augusto Conceição (FEE) e jornalista Affonso Ritter, em 26 de junho de 1990;
- Painel sobre "As Reformas Monetárias Européias do Pós-Guerra e o Plano Collor", com os economistas Gustavo Franco da PUC-RIO, Giacomo Balbinotto da PUC/RS e Roberto Camps de Moraes, da UFRGS, em 05 de julho de 1990;
- Inauguração do "Banco de Dados da FEE", em 09 de agosto de 1990;
- Palestra "A Industrialização Brasileira e a Nova Política Industrial", pelo prof. Werner Baer da Universidade de Illinois (EUA), em 15 de agosto de 1990;
- Palestra sobre "A Noção do Mercado de Emprego: limites e alcances", pela profa. Helene Lamicq, do Instituto de Urbanismo de Paris e do Conselho Nacional de Pesquisa Científica da França, em 27 de agosto de 1990;
- Palestra sobre "Privatização no Governo Collor: o triunfo do liberalismo ou colapso do Estado desenvolvimentista", pelo economista Ben Ross Schneider, da Universidade de Princeton (EUA), em 11 de setembro de 1990;
- Palestra sobre "Crise Econômica e Desafios do Sindicalismo Brasileiro", pelo prof. Jorge Mattoso do Instituto de Economia da UNICAMP (SP), em 14 de setembro de 1990;
- Lançamento da publicação "A Economia Gaúcha e os Anos 80 — Uma Trajetória Regional no Contexto da Crise Brasileira", no Palácio Piratini, em 19 de setembro de 1990;
- Seminário sobre "O RS e os Anos 80 — A Crise dos Anos 80, o Desempenho da Economia Gaúcha e o Setor Público", em 26 de setembro de 1990;
- Seminário sobre "O RS e os Anos 80 — A Questão Regional e Urbana e a Problemática do Emprego", em 28 de setembro de 1990;

- Seminário sobre “O RS e os Anos 80 — A Questão Externa”, em 02 de outubro de 1990;
- Palestra sobre “Modelos de Organização Industrial, Política Industrial e Trabalho”, pela profa. Helena Hirata, da Universidade de São Paulo e do Conselho Nacional de Pesquisa Científica da França, em 11 de outubro de 1990;
- Lançamento da publicação “O Rio Grande do Sul Urbano”, em 08 de novembro de 1990;
- Seminários “O Rio Grande do Sul Urbano”, em 09 de novembro: “A Problemática Urbana na Perspectiva da Pesquisa”, Celso Lamparelli (USP) e Eva Barbosa Machado (UFRGS); “A Urbanização no Brasil: características recentes”, Milton Santos (USP), Vilmar Faria (UNICAMP e Presidente da ANPOCS), Ana Clara Torres Ribeiro (UFRJ) e Wrana Maria Panizzi (FEE);
- Painel sobre “A Economia Brasileira e a Questão Externa”, apresentado pelos economistas Nuno Renan Figueiredo Pinto (FIERGS e UFRGS), Pedro Cesar Dutra Fonseca (UFRGS) e Teresinha Bello (FEE), com o lançamento da publicação *Indicadores Econômicos FEE* — v. 18, n.º 3, em 30 de novembro de 1990;
- “2.º Encontro de Advogados do Setor Público”, de 05 a 07 de dezembro de 1990: — “Estabilidade dos Servidores Públicos à Luz da Nova Ordem Constitucional — Federal e Estadual”, pela Dra. Rosa Maria de Campos Aranovich (Procuradora do Estado); “Regime Jurídico único” pelo Dr. Bartolomé Borba (Procurador do Estado), em 05 de dezembro de 1990; “Órgãos Estatais em Juízo: — distribuição dos feitos; relacionamento com a Procuradoria Geral do Estado (PGE); prazo recursal; depósito recursal e penhora de bens”, pela Dra. Marilene Petry Somnitz (Procuradora do Estado); “Dissídio Coletivo dos Servidores Públicos”, pelo Dr. Luiz Lopes Burmeister (advogado trabalhista), em 06 de dezembro de 1990; e “Contratos Administrativos”, pela Dra. Judith Martins Costa (Auditora do Tribunal de Contas), em 07 de dezembro de 1990.

O Núcleo de Divulgação atendeu às solicitações dos meios de comunicação, para concessão de entrevistas de técnicos na Instituição, em 252 programas de rádio e 100 programas de emissoras de televisão. Foram veiculadas 463 notícias e/ou citações sobre a FEE e seus técnicos em jornais.

#### — **Projetos com Fonte de Financiamento**

##### a) Com financiamento aprovado:

- *Estudo sobre a indústria de informática no Rio Grande do Sul*. Daisy Dias S. Zeni — FAPERGS;
- A indústria de calçados no Brasil: dinâmica interna e perspectivas no comércio internacional. Carlos Nelson dos Reis — FAPERGS;
- Eliminação das características econômicas e sociais do R.G.S. no processo de integração do mercado interno brasileiro. Luiz Roberto Targa — FAPERGS;
- Estudos do Estado e setor financeiro. Renato Dalmazo (responsável) Alfredo Meneghetti Neto, Edison Moreira, Isabel Rückert, Jorge Vieira — FAPERGS;
- Os reflexos da crise dos anos 80 sobre as relações de trabalho no R.G.S.: os movimentos da força de trabalho, a gerência do capital e os ajustes de interesses entre capital e trabalho. Naira Lapis (responsável) Maria Isabel Jornada, Walter Pichler, Miriam De Toni, Alejandro Arandia — FAPERGS e CNPq.

##### b) Em fase de avaliação:

- Padrão de concorrência e crescimento na indústria gaúcha. Flávio Fligenspan — FAPERGS;
- O processo de urbanização no R.G.S., no período 1960/90, face às mudanças nos aspectos técnicos da produção industrial e agrícola. Naja Oliveira (responsável) Tanya Barcellos e Áurea Breitbach — FAPERGS;
- O papel do Governo do Estado na geração de tecnologias agropecuárias no RS. José Hermeto Hoffmann — FAPERGS;
- Caracterização do regime de acumulação da economia brasileira na abordagem regulacionista. Octávio Augusto Conceição e Luiz Augusto Paria — FAPERGS;
- Pesquisa de emprego e desemprego. Miriam De Toni (responsável) Sérgio Fischer e Alejandro Arandia — FAPERGS;
- Projeto Contas Regionais — RS. Maria Helena Sampaio — FAPERGS e FINEP;
- Revista Indicadores Econômicos. Octávio Augusto Conceição — FAPERGS;
- Revista Ensaios FEE. Maria Heloisa Lenz, FAPERGS;
- Aquisição e modernização de equipamentos gráficos. Elisabeth Kurtz Marques — FAPERGS;
- Melhoria das instalações e manutenção do acervo da biblioteca. Yara Maria C. Teixeira — FAPERGS.

#### — Publicações

##### a) Periódicos

- Termômetro de Vendas — ano XIV, nº 4 e ano XV, nºs 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8 e 9 (160 exemplares de cada um);
- Mensário Estatístico Sul-Rio-Grandense v. 12, nº 12 e v. 13, nºs 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9 e 10 (650 exemplares de cada um);
- Indicadores Econômicos FEE — Desempenho da Economia do RS — 1989, v. 17, nº 4 (1.000 exemplares);
- Indicadores Econômicos FEE v. 18 — nºs 1, 2 e 3 (1.000 exemplares);
- Desvendando a Espuma: reflexões sobre crise, regulação e capitalismo brasileiro — Série 15 anos FEE — v. 5 — 2ª edição (800 exemplares).

##### e) Série Teses

- Pequena Agricultura em Crise: o caso da colônia francesa no Rio Grande do Sul (600 exemplares).

##### f) Trabalhos a serem executados

- Termômetro de Vendas — ano XV, nº 11 (160 exemplares);
- Mensário Estatístico Sul-Rio-Grandense v. 13 — nº 12 (650 exemplares);
- Anuário Estatístico do Rio Grande do Sul 1989 (800 exemplares).

**g) Relatórios Estatísticos de Convênios**

- Estatísticas Econômicas do RS — ELETROSUL (10 relatórios);
- Estatísticas Mensais — FEDERASUL (5 relatórios);
- Indicadores do Desempenho da Indústria de Máquinas Agrícolas do RS — SIMERS (11 relatórios).

**2.13 — RECURSOS HUMANOS E  
MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA**

### **2.13.1 — SECRETARIA DE RECURSOS HUMANOS E MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA (SERHMA)**

Segundo Decreto nº 32.516, a SERHMA tem como principais áreas de atribuição:

- formulação, coordenação, acompanhamento da execução e avaliação das políticas e do planejamento dos recursos humanos, da previdência e assistência ao servidor público, e da organização administrativa da Administração Pública Estadual;
- administração e desenvolvimento dos recursos humanos da Administração Pública Estadual;
- modernização, organização e descentralização administrativa;
- promoção do desenvolvimento organizacional dos órgãos públicos;
- previdência e assistência social ao servidor público;
- promoção e realização de estudos e pesquisas sobre políticas e administração pública;
- medicina ocupacional e perícia médica do servidor público;
- serviço de transporte oficial;
- serviços gerais;
- serviços gráficos;
- a administração do Centro Administrativo Fernando Ferrari (CAFF).

A SERHMA, desde 1987, tem procurado atender a um de seus objetivos básicos que é o de modernizar os seus serviços. Para tanto, tem buscado o aprimoramento e a atualização dos recursos materiais e humanos, racionalizando rotinas, agilizando suas publicações, reduzindo custos.

No que se refere à administração de recursos humanos, a SERHMA, no ano de 1987 examinou, expediu e fez publicar 64.508 atos, dos quais destacam-se 2.890 atos de aposentadoria, 11.976 avanços, 4.480 licenças-prêmio, 1.847 dispensas de funções gratificadas, 1.724 dispensas de contrato, 2.532 revisões e/ou fixações de proventos, 18.280 concessões de triênios e 1.960 designações.

Em 1988, foram editados 130.635 atos relativos à administração de pessoal, praticamente o dobro em relação ao exercício anterior, o que se deve ao fato de que foram tomadas medidas no sentido de modernizar o sistema de registro de informações, passando a utilizar-se, basicamente, o processo eletrônico de dados nos sistemas de pessoal, transporte oficial e nas áreas de Protocolo, Recrutamento e Seleção.

Destaca-se, ainda, a publicação de 4.330 aposentadorias, 8.703 atribuições de gratificação, 8.334 concessões de licenças-prêmio, e 21.081 promoções - sendo destas 19.140 do Magistério e 22.893 triênios.

No ano de 1989, a SERHMA examinou, expediu e fez publicar 209.017 atos nos quais destacam-se, entre outros: 7.511 admissões, 21.806 concessões de gratificações especiais, 24.292 nomeações, 13.693 promoções (valores verificados até outubro/89).

Através da racionalização na publicação de atos no Diário Oficial do Estado, a rotina das equipes foi aprimorada, possibilitando a publicação de um maior número de atos, com redução de custos. Foi, ainda, modernizado o Sistema de Concessão Automática de Vantagens.

Em 1990, foram publicados 267.988 atos, até outubro, destacando-se ainda a publicação de 62.531 licenças-prêmio, 3.362 aposentadorias, 9.985 alterações de nível, 6.403 avanços, 17.811 nomeações, 15.341 promoções, 25.200 triênios, 15.839 certificados de posse e habilitação.

Cumprindo o que determina a Ordem de Serviço 02/83-87, a Unidade de Recrutamento e Seleção de Pessoal (URSEP), da SERHMA, no exercício de 1987, realizou 16 Provas Seletivas e no ano de 1988, 157 Concursos Públicos e uma Prova Interna. Já em 1989, não ocorreram concursos públicos, mas foram realizadas 55 Provas Internas para as Fundações, 43 Provas Seletivas para a Administração Indireta e o acompanhamento e apoio de 230 Concursos em geral, para todo o Estado.

Em conformidade com a Constituição Federal e Estadual, ficou vedada a realização das provas de habilitação interna, exigindo-se assim, concursos públicos.

Em 1990, foram realizados 95 Concursos e prestado apoio e acompanhamento a 233 Concursos em geral. No tocante ao Magistério Público Estadual, foram efetivados seis Concursos relativos à Área 1 (1985 e 1990) e às Áreas 2 e 3 (1989 e 1990).

Em relação ao Complexo do Centro Administrativo do Estado é de destacar que, a partir de 1987, a Gerência do mesmo, com as atribuições de manutenção e conservação, foi transferida à SERHMA, conforme o Decreto n.º 32.559. Este Complexo, em 1989, passou a denominar-se "Centro Administrativo Fernando Ferrari" (CAFF).

Como parte do Complexo foi iniciado, em 1988, o funcionamento da creche, com um atendimento de 20 crianças de zero a seis anos de idade, filhos de servidores do CAFF e que, após sua reestruturação, em 1989, expandiu sua capacidade de atendimento para 100 crianças.

No que se refere à medicina ocupacional e perícia do servidor público, o Departamento de Perícias Médicas (DPM), da SERHMA, pode ser considerado como pioneiro, no Brasil, no estabelecimento de normas e procedimentos periciais no serviço público, ao elaborar e publicar o "Manual de Normas e Perícias Médicas", em 1988. Como decorrência, obteve-se uma considerável redução no tempo de atendimento à clientela e nos procedimentos internos, com a contratação de funcionários administrativos, a ampliação e reformulação do sistema de arquivamento e, principalmente, com a informatização do sistema de concessão de licenças e expedição de laudos de ingresso na função pública.

Mais recentemente, o fluxo de atendimento sofreu uma sensível melhoria com a implantação da Central Única de Encaminhamento de Processo, que trouxe modificações fundamentais no Sistema de Atendimento.

A qualidade dos serviços melhorou consideravelmente ainda, com a aquisição de equipamentos como estetoscópios e esfigmomanômetros para uso da equipe médica, a instalação de equipamentos modernos dotados de comandos eletrônicos nos gabinetes de odontologia e de oftalmo-otorrinolaringologia, e o acréscimo ao Quadro de um neurologista e de um clínico.

Outro aspecto a ser ressaltado é que na busca da eficiência pensou-se também nas conveniências do servidor que busca atendimento no DPM. Nesse sentido está em funcionamento, em caráter experimental, a tele-marcação, que possibilita a marcação de consultas via telefônica.

Com relação à política de Transporte Oficial do Estado, a Superintendência dos Transportes do Estado do Rio Grande do Sul (SUTERGS), criada pelo Decreto nº 20.069/69, veio centralizar esta atividade, até então realizada isoladamente pelos órgãos do Poder Executivo Estadual, sem qualquer critério técnico ou sistematizado.

Em 1987, no atendimento ao Executivo, Legislativo e Judiciário, com o objetivo de controlar os gastos, a SUTERGS reduziu as cotas de consumo de combustível e racionalizou seus serviços. Este objetivo levou à elaboração de um plano de emergência para a aquisição de veículos, reversão completa e consolidação da legislação sobre transportes, e contratação de motoristas.

Como consequência destas medidas, em 1988, apesar do aumento da frota, que passou de 5.614 veículos para 5.833, houve uma maior redução de custos, o mesmo ocorrendo em 1989.

No ano de 1990 foi concluído um Posto de Abastecimento iniciado em 1987, e implantado o Sistema de Controle de Viaturas através de computadores.

Neste mesmo ano, entre as medidas adotadas para controle e fiscalização do uso indevido de carros oficiais, foram realizadas diversas "blitz", além do remanejo de viaturas.

A exemplo do que se verificou em outros setores, também na SERHMA foram identificados a partir de 1989, alguns projetos considerados como prioridades governamentais.

Enquadram-se nestas prioridades, várias obras relacionadas com o CAFF, envolvendo: urbanização da área, terraplenagem, plantação de grama e de mudas de árvores; implantação de vários sistemas de segurança, incluindo a instalação de equipamentos contra incêndio, iluminação do estacionamento, recuperação da cerca externa, e portões de acesso à área; elaboração do subprojeto arquitetônico do restaurante do prédio, que contará com uma lancheria e dois restaurantes, correspondendo a uma área construída de 2.500m<sup>2</sup>.

Com relação à estrutura organizacional do Poder Executivo, foi elaborado o documento básico da Lei Orgânica do Poder Executivo, que objetiva uma nova organização e reforma administrativa. Foi também elaborado um Anteprojeto de Lei dispendo sobre a Isonomia Salarial. Estas duas realizações buscaram cumprir o disposto no artigo 39 da Constituição Federal.

Quanto aos Recursos Humanos, constitui-se um fato significativo a transferência do Conselho Estadual de Política Salarial (CEPS) para a SERHMA, com reestruturação e ampliação de suas competências.

Em relação às atividades-meio do Órgão, a SERHMA tem procurado aprimorar e inovar seus recursos humanos e materiais. Para modernizar seus serviços, buscou a atualização de novos métodos de trabalho, racionalizando rotinas, agilizando suas publicações, tendo desenvolvido significativamente a área de Informática, o que veio ainda reduzir seus custos.

Nessa área, o Órgão, que contava até 1989 com 5 microcomputadores de 8 BITS e um microcomputador de 16 BITS e uma capacidade de armazenamento de 40MB... (40.960.000 unidades de informação) passou, em 1990, a dispor de 20 microcomputadores de 16 BITS e uma capacidade de armazenamento de 940MB (962.560.000 unidades de informação).

Foram adquiridas ainda duas leitoras copiadoras óticas e duas modernas unidades leitoras-copiadoras de microfilme e microficha que substituíram antigos equipamentos.

### 2.13.2 — COMPANHIA RIO-GRANDENSE DE ARTES GRÁFICAS (CORAG)

A Companhia Rio-Grandense de Artes Gráficas (CORAG), criada pela Lei nº 6.573 de 1970 é uma sociedade de economia mista vinculada à Secretaria de Recursos Humanos e Modernização Administrativa (SERHMA).

No transcorrer de 1987 a CORAG conseguiu, com a implantação do Sistema de Transmissão de Texto à Distância, um serviço pioneiro dentre as imprensas oficiais do Brasil. Esse sistema permite a integração direta e simultânea com a pré-impressão e fotolitagem direta em todos os trabalhos da Assembléia Legislativa, devendo ser complementado para estender à Secretaria de Recursos Humanos e Modernização Administrativa e ao Tribunal de Justiça esta mesma facilidade de composição. A aquisição de impressora bicolor, processadora eletrostática e reticuladora de fotografias serviram para aprimorar a qualidade do trabalho desenvolvido, que obteve, em 1988, a continuidade com o incremento de novas unidades produtivas, tais como: intercaladora de folhas, dobradeiras, furadeira, etc.

Na parte administrativa, a CORAG, acompanhando o efetivo emprego da informática, implantou sistemas informatizados de Contabilidade, Custos, Controle de Produção e Controle de Estoque, que somados à Folha de Pagamento, Patrimônio, Contas a Pagar e Contas a Receber, dão total eficiência aos controles internos. Busca-se, atualmente, a perfeita integração em todas as etapas da produção gráfica, com programação e acompanhamento do Boletim de Produção através de programa específico que será alimentado pela Assessoria de Planejamento e Controle da Produção. A implantação desse programa e a sua operacionalização contará com a assessoria do Diretor de Programação da Associação Brasileira de Tecnologia Gráfica.

Para o triênio 1989/91, a CORAG traçou como sua meta prioritária a implantação do Complexo Industrial para a Produção de Formulários Contínuos. Várias etapas já foram vencidas, tais como: pesquisa de mercado, elaboração de projeto de viabilidade econômica pela Central de Projetos e, atualmente, aguarda-se processo de licitação para aquisição do equipamento. Este projeto será uma realidade no próximo ano, incrementando a receita em torno de 100% do faturamento gráfico.

No período 1987/90 a CORAG produziu 8,5 milhões de Diários Oficiais, 2,4 mil Diários da Assembléia, 9,1 milhões de informativos diversos, 3,3 milhões de publicações diversas, tais como: separatas, livros, revistas e cadernos escolares e 186,5 milhões de impressos em geral. No tocante aos centímetros/coluna inseridos no Diário Oficial há um constante incremento físico, com índices de 19,42% em 1988, 4,62% em 1989 e 12,33% em 1990.

### 2.13.3 — FUNDAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DE RECURSOS HUMANOS (FDRH)

A Fundação para o Desenvolvimento de Recursos Humanos, instituída pela Lei nº 6.464 de 15 de dezembro de 1972, é uma entidade de direito privado vinculada à Secretaria de Recursos Humanos e Modernização Administrativa (SERHMA).

Compõem a estrutura da FDRH um Conselho de Planejamento e um Conselho Curador. A administração é realizada pelo Diretor-Presidente, Diretor Técnico, Diretor Administrativo e Diretor da Escola Superior de Administração Pública do Estado do Rio Grande do Sul (ESAPERGS); a Presidência é assessorada pelo Gabinete de Planejamento e pelas Assessorias de Comunicação Social e Jurídica.

A FDRH, a partir de 1987, sofreu uma reestruturação interna com a extinção de três centrais e aglutinação de doze órgãos em três divisões. Esta organização foi acompanhada da implantação do Sistema de Planejamento e Avaliação de Desempenho (SPAD), como forma de administração por projetos. Elaborou-se o novo Plano de Cargos e Salários, estabelecendo a carreira e a avaliação de desempenho.

As atividades-fim são desenvolvidas através da ESAPERGS, do Centro de Preparação de Recursos Humanos para a Educação (CENPRHE), da Divisão de Consultoria e Pesquisa (DCP) e da Divisão de Treinamento e Desenvolvimento de Recursos Humanos (DTRH). Estes órgãos orientam-se para quatro áreas básicas: Treinamento e Desenvolvimento de Recursos Humanos, Consultoria, Pesquisa e Desenvolvimento de Produtos.

No exercício de 1987, visando a melhor capacitar os quadros superiores da administração estadual, a FDRH deu especial atenção ao projeto de criação da Escola Superior de Administração Pública do Estado do Rio Grande do Sul (ESAPERGS). Tal Escola destina-se ao pessoal de formação superior que desempenha suas atividades nos órgãos estaduais, preparando-se para elaboração, implantação e avaliação de programas e projetos, além de funções de alta assessoria e direção técnico-administrativa. Ainda em 1987, foi aprovada, pela Assembléia Legislativa, a lei que cria esta Escola, tendo sua primeira turma sido recrutada já em abril de 1988.

As atividades desenvolvidas pela FDRH, marcadas tanto pela qualidade, como pela quantidade, podem ser expressas por indicadores como: treinamento de 2.074 servidores, 2.478 horas em trabalhos de consultoria, 4.365 horas de pesquisa, publicações e edições de livros e boletins destinados a professores de diversas áreas de ensino.

A FDRH realizou, em 1987, diversos seminários, painéis e encontros, atingindo um público de 5.453 participantes.

No ano de 1988 foram treinadas 3.788 pessoas, realizadas 3.764 horas-consultoria e 1.314 horas-pesquisa.

O treinamento efetivado orientou-se para as áreas de Educação (com 2.889 horas), Desenvolvimento Institucional (com 5.048 horas) e Gestão Pública (com 453 horas).

Cabe destacar a formação da primeira turma do Curso de Gestão Pública.

No ano de 1989, apesar do enxugamento administrativo implantado, reduzindo para 122 servidores o Quadro de Pessoal, não se comprometeu o desempenho da Instituição, cujas atividades principais são destacadas a seguir:

- **Treinamento e desenvolvimento de recursos humanos**, num total de 8.148 horas/treinamento e abrangendo 2.766 treinados. Nessa atividade foram realizados dois cursos de Especialização em Recursos Humanos; o 1.º Curso Internacional de Drenagem Agrícola; quarenta cursos orientados para a Administração Direta, abrangendo 688 treinados; o lançamento oficial do Programa Integrado de Melhoria Social (PIMES), em convênio com o BADESUL e Banco Mundial.
- **Programa de Desenvolvimento da Educação**: totalizando 1.253 h/t, destaca-se a participação de técnicos na IV Feira Internacional de Ciências y Tecnologia Juvenil, no Uruguai; a organização de Clubes de Leitura; a conclusão dos trabalhos de estágio da primeira turma da ESAPERGS.

No exercício de 1990, contando com 115 funcionários, a Fundação para o Desenvolvimento de Recursos Humanos desenvolveu inúmeras atividades, cujas principais são destacadas a seguir:

Na área de Treinamento e Desenvolvimento de Recursos Humanos, atingiu 4.266 horas, abrangendo 4.050 treinados, onde salientam-se as seguintes realizações:

- 56 Eventos destinados à Administração Pública Municipal, conforme programação prevista dentro do Convênio FDRH/PIMES/BANCO MUNDIAL/BADESUL;

- Ciclo de debates “Inovação Tecnológica - Experiências do Sul”, em convênio com a Secretaria de Ciência e Tecnologia, com apoio da FIERGS, SENAI/RS, AMPEI, UFRGS.
- 7º Curso de Formação de Consultores Internos e I Encontro de Egressos;
- 15ª Edição do Curso de Especialização em Administração de Recursos Humanos;
- Atividades desenvolvidas junto ao Instituto de Previdência do Estado (IPERGS) que terão como produto final o Plano de Gestão daquela Organização;
- Projeto “Quarta às Quatorze”, com a apresentação de 7 eventos; Seminários para o debate de temas relevantes para a Administração Pública, conduzidos por notórias autoridades;
- Curso sobre Desenvolvimento de “Curriculum”: Abordagem Multicultural com o Prof. Alfred D. Frederick da State University of New York, através da Comissão Fulbright.

Além disso, dentro das atividades da ESAPERGS, foi concluído o II Curso de Gestão Pública, com 1.040 horas/treinamento e 28 formandos, oriundos de diversos órgãos da Administração Pública Estadual. Em setembro, ainda dentro da programação da Escola, houve o lançamento da III Turma do referido curso, com 32 participantes.

Na área de **Publicações Técnicas**, como atividade complementar aos projetos de consultorias, foram editados pela FDRH em 1990, as seguintes publicações:

- 2.000 exemplares do Boletim Técnico para Professores de Educação Geral;
- 1.000 exemplares do Boletim Técnico para Professores de Ciências;
- 4.000 exemplares do livro “Português das Comunicações Administrativas”, do Prof. Adalberto José Kaspary;
- 2.000 exemplares do livro “Redação Oficial - Normas e Modelos”, do Prof. Adalberto José Kaspary.

Na área de **Serviços Técnicos Especializados**, a FDRH prestou serviços de Consultoria Técnica e Organizacional, alocando, neste exercício, 2.604 horas, das quais destacam-se o atendimento às seguintes organizações: Departamento Aeroviário do Estado (DAE), Companhia Carris Porto-Alegrense, Fundação Estadual de Proteção Ambiental (FEPAM), através da Secretaria da Saúde e do Meio Ambiente, e Prefeitura Municipal de Cachoeira do Sul.

Dentro desta área, e por delegação da Unidade de Recrutamento e Seleção de Pessoal da SERHMA, salienta-se, também, a realização de Concursos Públicos para as seguintes entidades: Procuradoria-Geral do Estado (PGE), Procuradoria-Geral da Justiça (PGJ), Tribunal de Justiça, Departamento Aeroviário do Estado (DAE), Fundação de Economia e Estatística (FEE), Fundação Rádio e Televisão Piratini (TVE), Secretaria da Fazenda (SF) e Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem (DAER), totalizando 32.402 candidatos.

Na **Área de Administração de Estágios** a FDRH, a fim de atender a sua política de integração entre o Setor Público Estadual e os Estabelecimentos de Ensino, vem selecionando e supervisionando nos últimos anos uma média de 382 estudantes. Já no exercício de 1990, essa média aumentou para 642 estudantes/mês.

## **2.14 – PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA MÉDICO-HOSPITALAR**

### **2.14.1 — INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL (IPERGS)**

O Instituto de Previdência do Estado do Rio Grande do Sul (IPERGS), criado pelo Decreto nº 4842, de 08/08/31, tem por objetivo primordial a realização das operações de previdência e assistência aos servidores do Estado e de suas Autarquias, sendo-lhe facultado o direito de celebrar convênios com a mesma finalidade junto aos Municípios e Câmaras de Vereadores do Rio Grande do Sul, bem como com entidades integrantes da Administração Indireta Estadual, inclusive nas Fundações. Neste sentido, o IPERGS no período 1987/90 manteve sua diretriz básica voltada para o atendimento de seus mais de 700 mil beneficiários, em estreita sintonia com a política governamental traçada, no campo assistencial e previdenciário.

Algumas medidas merecem destaque por suas repercussões positivas nas atividades-fins do IPERGS. Assim, destaca-se a implantação de um novo modelo de Sistema de Beneficiários do IPERGS (SBI), determinando uma nova etapa no relacionamento com os segurados do Interior do Estado, onde através da descentralização de teleprocessamento de dados, proporciona à sua massa de segurados maiores facilidades no atendimento, instantaneidade de informações, diminuição de deslocamentos, em suma, um atendimento mais qualificado.

Foi plenamente consolidado o atendimento farmacêutico, passando-se das 16 unidades próprias que atendiam poucas localidades, para serviços conveniados, mantendo-se as mesmas vantagens anteriormente proporcionadas aos beneficiários, ou seja, preços inferiores ao do mercado, e ampliando-se a gama de mercadorias disponíveis. Foram conveniadas 527 farmácias, sendo 165 na Capital e 362 no Interior, abrangendo praticamente todo o Estado.

Outra medida de realce constitui-se na implementação da Central de Atendimento e Informações, centralizando e integrando as informações dos diversos setores do Instituto, possibilitando ao segurado contar com um atendimento mais rápido e eficiente.

No exercício de 1990, deu-se ênfase à consolidação do Plano de Modernização Técnico-Administrativa, com destaque para as áreas voltadas para o atendimento ao público.

Neste sentido ressalta-se o reordenamento administrativo dos diversos setores da Casa, privilegiando aqueles que atendem público nos andares próximos ao térreo, determinando, dessa forma, uma economia de escala, na estrutura de custos da Autarquia e uma prestação de serviços mais eficiente e rápida para os usuários do Edifício-Sede do IPERGS.

Foi ampliado o horário de atendimento do Serviço de Cadastro que passou a atender a partir das 8 horas até as 17 horas, ininterruptamente.

A prestação de serviços no Interior do Estado foi fortalecida com a criação da Delegacia Regional de Palmeira das Missões, abrangendo os municípios de Palmeira das Missões, Chapada, Constantina, Coronel Bicaco, Frederico Westphalen, Ibirubá, Iraí, Panambi, Santa Bárbara do Sul, Santo Ângelo, Sarandi e Tenente Portela, atingindo uma massa de segurados de aproximadamente 15 mil beneficiários.

Acresceu-se ainda a abertura de Postos de Serviço nos municípios de Salvador do Sul, Arvorezinha, Chapada, Salto do Jacuí, Ronda Alta e Putinga.

A sistemática de concessão de Fiança de Aluguel foi totalmente modificada, através de uma nova Resolução que atualizou e reformulou diversos itens, inclusive a redução de taxas para aqueles locatários que se mantenham em dia por um período de 18 meses.

Com relação à inadimplência dos contratos habitacionais, foram mantidos e aperfeiçoados os sistemas de controle e cobrança, acrescidos da adoção de uma política mais agressiva de cobrança, bem como de controles internos mais eficazes, o que resultou numa redução satisfatória na inadimplência, atingindo, hoje, 21% dos processos em carteira, percentual plenamente aceitável se comparado com os 87% verificados em 1987, dados esses relativos a atrasos com mais de 120 dias.

Ainda no tocante à Carteira Habitacional, foram agilizados os processos de alienação de imóveis retomados, para o que contribuiu, em muito, a dispensa por parte da Caixa Econômica Federal do recolhimento do saldo devedor dos imóveis. Também foram reavaliados os aluguéis dos imóveis comerciais, ajustando-os ao preço de mercado, sendo este procedimento estendido aos imóveis residenciais, obedecidos os parâmetros legais.

Merece destaque ainda, a transferência do Setor Habitacional para a Caixa Econômica Estadual.

Na área Previdenciária destacam-se: a elevação do valor das pensões, representando um significativo aumento de 472%; o pagamento da 13.<sup>a</sup> cota aos pensionistas, bem como para o auxílio-reclusão; agilização no pagamento do pecúlio "post-mortem"; criação de Grupo de Trabalho para averiguar possíveis irregularidades no recebimento de benefícios de cotas de pensão.

Uma importante medida adotada foi a designação do Grupo de Trabalho para planejar, organizar e executar o recadastramento dos pensionistas da Capital e Interior do Estado, trabalho este que atualizou os dados cadastrais de todos os pensionistas e identificou algumas irregularidades a serem corrigidas. O total de pensionistas recadastrados foi de 35.894, sendo que foram selecionadas 3.345 cotas de pensão para averiguação mais detalhada.

Merece destaque especial a política de reajuste adotada, em particular às pensões, de menor valor, as quais sofreram de 1988 um reajuste da ordem de 1.010,88%, bem superior a inflação do período, representando para o pensionista uma recuperação de poder aquisitivo.

Com a implantação do Banco de Dados da Previdência, foi viabilizada a habilitação de novos pensionistas em, no máximo, 45 dias, o que normalmente tinha um prazo médio de 90 dias.

Foi, ainda, encaminhada à Casa Civil, minuta de projeto de lei adaptando a legislação pertinente ao Instituto aos novos dispositivos constitucionais, garantindo os direitos dos pensionistas e preservando os limites atuariais da Autarquia.

Finalmente ressaltam-se as medidas adotadas para atender aos dispositivos constitucionais, no tocante à previdência estadual, dentre as quais salienta-se o aumento emergencial concedido aos mais de 40 mil pensionistas do Instituto, onde foram significativamente majorados os valores monetários percebidos, fato este que determinou um aumento de aproximadamente 100% na folha de pagamento das pensões. Posteriormente, iniciou-se a atualização das pensões conforme o regramento disciplinado pela Lei n.º 9.127/90, tarefa esta que vem sendo desenvolvida de forma satisfatória.

O Plano de Assistência Médica do IPERGS passou, em 1987, por momentos de grande dificuldade, exigindo da Direção do Instituto ações rápidas e dinâmicas para recuperar a assistência médica aos seus beneficiários. Foi formado um Grupo de Trabalho com função de estu-

dar, atualizar, reformular e consolidar a regulamentação da Assistência Médico-Hospitalar, destacando-se a adoção das seguintes medidas: credenciamento de médicos em Porto Alegre e no Interior do Estado; celebração de protocolo com o Sindicato Médico do Rio Grande do Sul, Conselho Regional de Medicina e Associação Médica do Rio Grande do Sul, visando à alcançar a recuperação total da assistência médica da Autarquia; realização de convênios com a ALAC, AHRGS e Departamento de Anatomia Patológica, visando a normalização no que tange a baixas hospitalares, exames de análises clínicas e exames de anatomia patológica; convênio com os Hospitais DeI Mese e Fátima, de Caxias do Sul; protocolo emergencial com o INAMPS, objetivando a cobertura assistencial naquelas cidades onde não foi possível a obtenção de médicos credenciados; convênio com o Hospital Petrópolis, visando a corrigir a deficiência na área oftalmológica; criação de uma Comissão Paritária formada por membros da Diretoria do Instituto e representantes da área médica privada, para discussão de todas as questões do Plano de Assistência Médica do IPERGS, inclusive PAMES.

Dessa iniciativa resultou a ampliação do número de profissionais credenciados, de hospitais e de pronto-socorros para atendimento de urgência. Elevou-se, também, o número de prestadores de serviços complementares em 64 novos estabelecimentos.

Obteve-se, também, a consolidação e melhoria dos Planos Assistenciais mantidos pelo Instituto, dentre os quais destacam-se Plano de Assistência Complementar (PAC) e o Plano de Assistência Médica Suplementar (PAMES), garantindo-se aos seus 100 mil beneficiários o atendimento médico-hospitalar em acomodação privativa. Em ambos os planos foram normatizados todos os procedimentos, ampliadas as faixas etárias de ingresso, bem como foi permitido o ingresso nos respectivos Planos de ex-dependentes e ex-pensionistas que tiverem 30 anos incompletos.

A Diretoria de Assistência Médica, imbuída do propósito de sedimentar em bases sólidas o relacionamento com a classe médica e demais Entidades prestadoras de serviços, criou uma Comissão Permanente de Honorários dos Profissionais para atualizar e adequar a tabela de honorários do IPERGS à realidade do mercado, já no início de 1990. Reformulou, ainda, totalmente as Tabelas Hospitalares Básica e do PAMES, proporcionando substancial elevação nos valores das diárias e serviços hospitalares, constatando-se em diversos momentos ao longo do ano, que os valores arbitrados pela Autarquia, superavam os recomendados pela Associação Médica Brasileira.

A par da atualização dos valores das tabelas para parâmetros mais próximos aos fixados pelas Entidades Médicas, corrigiu-se várias distorções no Plano, dentre as quais merece destaque a prática abusiva de alguns fornecedores de próteses e componentes ortopédicos, obrigando o IPERGS a adotar uma tabela própria com valores máximos a serem pagos, compatíveis ao nível de mercado, evitando dessa forma que se consumasse uma verdadeira sangria nos cofres do Instituto.

## **2.15 — PROCESSAMENTO DE DADOS**

### 2.15.1 — COMPANHIA DE PROCESSAMENTO DE DADOS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL (PROCERGS)

O período 1987/90 caracterizou-se por um novo realismo econômico, com o esgotamento do modelo Estado-investidor. Dentro desta realidade e face às limitações de recursos do Estado, a PROCERGS concentrou seus investimentos, principalmente, nas áreas de organização, recursos humanos e tecnologia, visando a obter retorno imediato em termos de produtividade e qualidade dos seus serviços.

No aspecto organizacional, a PROCERGS chega ao final da atual gestão, tendo sido completamente reestruturada, inicialmente nas áreas que desenvolvem a atividade-fim da Empresa e, em 1990, na área-meio.

Com esta reestruturação estabeleceu-se uma nova abordagem na solução dos problemas e na definição dos rumos da Instituição. Ao invés das decisões serem tomadas na administração superior e depois comunicadas ao corpo da Empresa, elas passaram a ser elaboradas em comitês, colegiados compostos pelos gerentes de todas as áreas da Companhia e pela diretoria. Desta forma, implanta-se na PROCERGS o conceito de administração participativa, tornando-a mais coesa e menos vulnerável, pela qualificação do seu corpo gerencial.

A par dessas mudanças institucionais, a PROCERGS também sofreu modificações significativas na área de Recursos Humanos, onde foram implantados diversos procedimentos com vistas à melhoria das condições de trabalho, aperfeiçoamento das relações sindicais, estabelecimento de critérios objetivos para avaliar o desempenho e a produtividade dos funcionários, tornando mais justo o processo de promoções por mérito. A ênfase em recursos humanos foi expressa, efetivamente, através da criação, em 1990, da Superintendência de Recursos Humanos, vinculada à Diretoria Comercial. O quadro funcional da PROCERGS conta com 962 empregados, sendo 215 graduados em cursos universitários nas suas áreas específicas de atuação e 28 pós-graduados. Apesar do crescimento dos serviços, o número de funcionários tem se mantido estável, caracterizando a utilização de tecnologia avançada, que resulta em aumento de produtividade.

No período 1987/90, a PROCERGS retomou o seu crescimento tecnológico, com investimentos significativos tanto em equipamentos como em "software", de modo que hoje está operando com computadores centrais e microcomputadores atualizados tecnologicamente, dentro das tendências mundiais na área de informática. Também a tecnologia de desenvolvimento de sistemas foi impulsionada, com a utilização de "softwares" que conferem maior produtividade ao pessoal técnico, automatizando ao máximo todas as funções de desenvolvimento de "software" e liberando a capacidade intelectual dos funcionários para a criação de soluções mais eficazes e mais eficientes, inovadoras e, fundamentalmente, simples. Este enfoque, aliado à participação efetiva dos usuários na especificação de seus sistemas de informação, permite que se obtenha um ganho qualitativo na produção de soluções, gerando benefícios diretos para os clientes da PROCERGS.

No que diz respeito à relação da Empresa com os órgãos da administração estadual, duas ações importantes merecem destaque: a atuação junto à Comissão Estadual de Informática do Estado do Rio Grande do Sul, na definição de uma política de informática para o Estado e, a partir desta política, a proposta de um modelo de informatização para a Administração Pública Estadual.

O modelo proposto contempla os órgãos da administração sob o ponto de vista dos seus sistemas de informações. Foi estabelecido que apenas os dados de uso comum a vários órgãos e/ou aqueles importantes para a obtenção de um Sistema Estadual de Informações, seriam tratados através dos computadores centrais da PROCERGS; aqueles de uso local das organizações seriam tratados através de microcomputadores e CPDs de pequeno porte, instalados nos clientes. Desta forma, buscou-se a soma efetiva de esforços PROCERGS e Órgãos da Administração Estadual na realização do processo de informatização do Estado.

A base de todo este processo se situa na elaboração de Planos Diretores de Informática (PDI) para os clientes, onde ficam bem determinados os dados que serão tratados pela PROCERGS, de forma centralizada, e os que serão tratados localmente, pelos clientes.

A PROCERGS, dentro deste modelo, começou a desenvolver parcerias com empresas da iniciativa privada na área de informática, repassando serviços que podem ser executados fora do CPD estadual, sem comprometer a integridade do processo de informatização como um todo.

Com esta política, incentiva-se a aquisição de equipamentos e "software" nacionais, promove-se a aproximação com empresas da iniciativa privada na área de informática, com a conseqüente colaboração que estas decisões representam em termos de qualificação do mercado de informática e dos próprios usuários.

Para melhor adequar-se ao modelo de informatização proposto para o Estado, a PROCERGS redefiniu a sua linha de produtos e serviços, onde a consultoria, a assessoria e a elaboração de Planos Diretores de Informática ganham importância crescente para garantir um desenvolvimento harmônico e bem orientado do processo de informatização da Administração Pública Estadual.

No período 1987/90, foram os seguintes os principais serviços prestados pela PROCERGS aos seus clientes:

- Elaboração dos Planos Diretores de Informática da Assembléia Legislativa, Tribunal de Contas, Tribunal de Justiça e Secretaria do Interior, Desenvolvimento Regional e Urbano e Obras Públicas, permitindo o planejamento do processo de informatização destes órgãos;
- Desenvolvimento do Sistema de Informações Legislativas, conferindo maior agilidade ao processo legislativo estadual;
- Desenvolvimento do Sistema de Auditoria Externa para o Tribunal de Contas do Estado, para apoio às atividades de controle externo do tribunal;
- Interiorização do sistema de acompanhamento de processos do Judiciário, permitindo o acesso das partes e advogados ao andamento dos processos, também no Interior do Estado, a exemplo do que já ocorre na Capital;
- Apuração do resultado das eleições de 1988 e 1990, emprestando maior rapidez e confiabilidade ao processo;
- Automação do Gabinete do Governador, com a implantação de procedimentos tais como a agenda do Governador e acompanhamento de projetos prioritários do Governo Estadual;

- Desenvolvimento do Sistema de Gestão de Recursos Humanos, integrando os procedimentos de planejamento e controle de pessoal na administração estadual;
- Desenvolvimento do Sistema de Informações Educacionais, com o objetivo de agilizar a obtenção das informações necessárias à tomada de decisões na área educacional;
- Absorção do Centro de Processamento de Dados da Secretaria da Saúde e do Meio Ambiente, permitindo que os serviços prestados à SSMA evoluíssem para um patamar tecnológico mais avançado, com a utilização de toda a infra-estrutura disponível na PROCERGS;
- Implantação do Sistema de Informações Policiais nas delegacias de polícia e automação do centro de operações, propiciando maior agilidade na ação policial;
- Implantação do Sistema de Administração de Faturamento da Companhia Riograndense de Saneamento (CORSAN), propiciando maior controle sobre as receitas diretas e indiretas da Companhia;
- Expansão da automação bancária na Caixa Econômica Estadual, levando ao Interior do Estado os mesmos benefícios já implantados em Porto Alegre;
- Suporte à Caixa Econômica Estadual na adaptação às mudanças de legislação ocorridas. A atuação da PROCERGS garantiu que a Caixa Econômica Estadual fosse o primeiro banco do Rio Grande do Sul a apresentar os extratos de conta corretos na conversão cruzados novos/cruzeiros;
- Integração do Sistema de Arrecadação da Secretaria da Fazenda com o sistema de veículos da polícia, agilizando os procedimentos de licenciamento de veículos;
- Implantação do Sistema de Acompanhamento Financeiro para fundações e autarquias, possibilitando àqueles órgãos um controle mais efetivo sobre sua execução orçamentária e a padronização de procedimentos com a Administração Direta;
- Implantação de procedimentos destinados a aumentar o controle sobre a arrecadação e a despesa da Secretaria da Fazenda;
- Participação no Projeto Barreiras, implantado pelas Secretarias da Fazenda e da Segurança Pública, com o objetivo de evitar o comércio ilegal e a sonegação de tributos nas fronteiras gaúchas;
- Elaboração do projeto da Rede Estadual Compartilhada de Comunicação de Dados via Satélite, que possibilitará a integração de todo o Estado para o tratamento de informações.

Em termos econômicos, a PROCERGS chega a 1991 com a sua situação equilibrada, graças aos ajustes realizados quanto à agilização dos recebimentos e à negociação de melhores condições junto aos seus fornecedores. Deve-se ressaltar que, apesar dos problemas surgidos em todos os setores da economia no ano que passou, a PROCERGS se mantém como a segunda maior estatal entre as similares no País e ocupa a sétima posição entre todos os birôs nacionais de processamento de dados, segundo pesquisa divulgada pela Gazeta Mercantil.

No que se refere à atuação da PROCERGS junto à comunidade gaúcha, vale ressaltar que a Empresa esteve presente em todos os momentos importantes do calendário político do Rio Grande do Sul, atuando decisivamente no apoio aos parlamentares que elaboraram a Constituição Estadual, fazendo a apuração do resultado das eleições com a confiabilidade e segurança tradicionais e permitindo que, em 1990, o Rio Grande do Sul fosse o primeiro Estado da Federação a divulgar oficialmente o nome do Governador eleito, no segundo turno.

Como empresa pública, a PROCERGS engajou-se, também, no esforço do Governo no atendimento aos menores, implantando o projeto Menor Aprendiz, onde menores são treinados, dentro da Empresa, nas mais diversas funções. Ainda, foram oferecidos cursos de digitação para adolescentes carentes, dando a esses jovens a oportunidade de ingressar no mercado de trabalho com uma qualificação que lhes assegura uma remuneração digna.

A Empresa também participa ativamente junto à comunidade de informática local e nacional, sendo reconhecida em todo o País como uma empresa permanentemente empenhada no desenvolvimento e absorção de novas tecnologias.

## **2.15.2 — COMISSÃO ESTADUAL DE INFORMÁTICA DO RIO GRANDE DO SUL (CEIRGS)**

A Comissão Estadual de Informática do Rio Grande do Sul (CEIRGS), criada pelo Decreto nº 32.934, de 12 de agosto de 1988, tem a atribuição de orientar, promover, coordenar, acompanhar e fiscalizar as atividades de Informática no âmbito da Administração Estadual, bem como definir as políticas e diretrizes para o setor de Informática.

No período 1988/89 foram realizadas as seguintes ações:

- Montagem da Comissão Delegada para avaliação e aprovação de solicitações de compra de equipamentos e serviços de informática de pequena monta ou de PDI's já aprovados pela Plenária;
- Montagem da área de apoio à Comissão, com infra-estrutura mínima na Secretaria de Ciência e Tecnologia e na PROCERGS;
- Início de cadastramento do Parque instalado de equipamentos do Setor Público;
- Análise de Aprovação dos Planos Diretores ou Programação de Trabalho dos grandes CPD's do Estado (PROCERGS, BANRISUL, CRT, CEEE);
- Montagem das sub-comissões para avaliação e elaboração de minutas envolvendo: Política e Diretrizes para o uso de Informática pelo Poder Executivo Estadual; padronização dos Planos Diretores de Informática; Rede Estadual de Teleprocessamento.

Em 1990 além das atividades normais de avaliação e deliberação sobre os Planos Diretores de Informática de alguns órgãos do Estado, bem como das demandas de compras de equipamentos e serviços, a CEIRGS elaborou e publicou as principais resoluções que norteiam as atividades de Informática do Setor Público Estadual, a saber:

- 001/90 — Estabelece as ações necessárias ao desenvolvimento e implantação do projeto "Administração de Recursos Humanos" como Projeto Prioritário de Governo;
- 002/90 — Disciplina a criação e funcionamento de Comitês de Informática no âmbito da Administração Estadual;
- 003/90 — Estabelece Políticas e Diretrizes para uso de Informática pelo Poder Executivo Estadual;
- 004/90 — Apóia a manutenção dos cronogramas de compras de bens e serviços de Informática no âmbito do Poder Executivo Estadual (resposta de uma demanda de um grupo de empresas privadas dirigida ao Secretário de Ciência e Tecnologia).

- 005/90 — Alerta sobre o cumprimento da Lei Federal nº 7.646 de 18/12/87 (Lei de Software), como apoio à Campanha Nacional de Combate à Pirataria de Software;
- 006/90 — Estabelece obrigatoriedade da elaboração de Planos Diretores de Informática (PDI's) no âmbito do Poder Executivo Estadual;
- 007/90 — *Trata da implantação da Rede Estadual de Transmissão de Dados Via Satélite.*

**2.16 – DESENVOLVIMENTO REGIONAL E  
URBANO E OBRAS PÚBLICAS**

### **2.16.1 — SECRETARIA DO INTERIOR, DESENVOLVIMENTO REGIONAL E URBANO E OBRAS PÚBLICAS (SDO)**

São as seguintes as atribuições da Secretaria, de acordo com a Constituição Estadual, de 03 de outubro de 1989, e com os dispositivos legais que a embasam;

- Proposição e execução das diretrizes da política de desenvolvimento regional, metropolitano, municipal e urbano;
- Proposição das diretrizes da política de regionalização e descentralização dos programas, e, nas suas áreas de competência, dos serviços públicos estaduais e sua respectiva execução;
- Formulação das proposições de interesse do Estado em matéria de regiões supra-estaduais, no que tange à sua competência;
- Elaboração dos estudos necessários ao estabelecimento de aglomerações urbanas, microrregiões e regiões metropolitanas, visando à integração espacial e setorial das funções públicas de interesse microrregional e metropolitano;
- Proposição das diretrizes para a política de localização industrial no Estado e de normas para zoneamento industrial para áreas urbanas, sem prejuízo das atribuições dos demais órgãos competentes;
- Proposição de normas de controle do uso do solo urbano;
- Formulação da política de recursos hídricos, tendo em vista compatibilizar as possibilidades de aproveitamento múltiplo com a necessidade de preservação, elaboração, coordenação, acompanhamento e execução dos respectivos programas;
- Formulação e implementação de diretrizes e normas, visando ao controle da exploração e uso das águas subterrâneas;
- Planejamento e implantação de programas, obras e serviços de interesse da Região Metropolitana de Porto Alegre;
- Formulação, coordenação, execução e acompanhamento dos programas de saneamento básico do Estado;
- Proteção ao meio-ambiente, no que respeita ao saneamento básico;
- Projeto, construção, conservação e recuperação de prédios públicos;
- Fiscalização das obras a que se refere a Lei nº 2.434, de 23/09/1954;
- Assistência técnico-administrativa aos municípios e relacionamento com os poderes municipais;

- Relacionamento do Estado com os órgãos federais voltados ao desenvolvimento regional, metropolitano, municipal e urbano;
- Criação dos instrumentos a nível regional, visando à implementação da política de regionalização do Estado.

A atual administração procurou, a partir de sua posse, em março de 1987, desenvolver a operacionalização de suas atribuições inserida nos princípios básicos de racionalização e modernização administrativa.

Assim, buscando eficiência no provimento e realização dos meios que necessariamente revertem em eficácia e efetividade no desenvolvimento dos fins, traçou a política de ação que segue:

- implementar as políticas de desenvolvimento urbano e regional, saneamento básico e de obras públicas em consonância com as diretrizes do Governo Federal e de acordo com interesses e necessidades do Estado;
- promover o aproveitamento sócio-econômico dos recursos hídricos do Estado;
- planejar, coordenar e direcionar as ações dos diferentes níveis de Governo na Região Metropolitana de Porto Alegre;
- promover estudos para a Regionalização do Estado, visando à formulação de planos e programas de desenvolvimento regional;
- promover estudos para a descentralização administrativa das ações do Governo Estadual;
- promover e implementar a política de desenvolvimento regional e urbano voltada para os municípios, através da assistência técnico-administrativa na elaboração, implementação e implantação de planos, programas e projetos municipais.

Dentre as suas atribuições, e em consonância com as políticas traçadas, a SDO desenvolveu, em 1990:

#### a) Quanto a **Obras Públicas**

- Prédios escolares:
  - contrato/licitação — SDO — 133 obras de construção/ampliação, correspondendo a 569 salas/dependências, numa área total de 65.382,18 m<sup>2</sup> (custo: Cr\$ 2,6 bilhões); 651 obras de recuperação;
  - termos de acordo/CPM-PM — 60 obras de construção/ampliação, correspondendo a 143 salas/dependências, numa área total de 15.445,93 m<sup>2</sup> (custo: Cr\$ 622,5 milhões); 12 obras de recuperação;
- Prédios diversos: 20 salas/dependências construídas/ampliadas, numa área de 3.234,67 m<sup>2</sup>; 454 salas/dependências recuperadas.

#### b) Quanto a **Saneamento Básico**

- Programa de Açudes e Poços (PAP) — 96 municípios e comunidades beneficiadas com poços perfurados, a um custo médio de 40 BTN's por metro perfurado;
- Projeto Saneamento Comunitário — 88 municípios e 103 comunidades beneficiadas, com

investimento da ordem de Cr\$ 17 milhões, repassado como auxílio financeiro às Prefeituras para aquisição de material de adução, distribuição e reservação de água.

c) **Quanto ao Atendimento a Municípios**

- Atendidos 364 municípios nas áreas de: planejamento urbano, paisagismo, topografia, infraestrutura, concursos públicos, reformas administrativas e cursos diversos, em convênio com o CERTAM;

d) **Quanto a Recursos Hídricos**

- Obras concluídas: 30 barragens-ponte, em 10 municípios; 10.010 micro-açudes; dragagem do Arroio Grande;
- Obras em execução: três barragens destinadas a irrigação e abastecimento urbanos; 50 barragens-ponte em 16 municípios; 500 micro-açudes.

Com relação ao período 1987/89, foram desenvolvidos:

a) **Quanto a Obras Públicas**

- Prédios escolares:
  - contrato/licitação — SDO — 592 obras de construção/ampliação, correspondendo a 2.930 salas/dependências, numa área total de 343.408,85 m<sup>2</sup> (custo: Cr\$ 13,8 bilhões); 1.826 obras de recuperação;
  - termos de acordo/CPM-PM — 312 obras de construção/ampliação, correspondendo a 733 salas/dependências, numa área total de 83.178,21 m<sup>2</sup> (custo: Cr\$ 3,4 bilhões); 192 obras de recuperação;
- Prédios diversos: 20 salas/dependências construídas/ampliadas, numa área de 30.125,67 m<sup>2</sup>; 454 salas/dependências recuperadas.

b) **Quanto a Saneamento Básico**

- Programa de Açudes e Poços (PAP) — 128 poços perfurados; 14.657,90 m<sup>2</sup> perfurados, beneficiando uma população de 23.125 habitantes, em 1987; 111 poços perfurados, 11.646,90 m<sup>2</sup> perfurados, beneficiando uma população de 13.322 habitantes, em 1988; 185 poços perfurados, beneficiando 82 municípios, em 1989;
- Projeto Saneamento Comunitário — 72 municípios e 170 localidades beneficiadas com auxílio financeiro para a aquisição de equipamento e material para adução, reservação e distribuição de água.

c) **Quanto ao Atendimento a Municípios**

- Atendidos 147 municípios em 1987, 259 em 1988 e 803 em 1989, totalizando 1.209 intervenções no período nas áreas de: planejamento urbano, paisagismo, topografia, infraestrutura, concursos públicos, reformas administrativas, e cursos diversos, em convênio com o CERTAM;

d) **Quanto a Recursos Hídricos**

- Celebrados convênios com o Ministério da Irrigação — PRONI — possibilitando a realização de 22 inventários hidrológicos, abrangendo 13 milhões de hectares, e avaliação das

potencialidades de usos múltiplos dos recursos hídricos, com elaboração de 103 projetos básicos de engenharia, beneficiando 250 mil hectares;

- Coordenação do projeto Lagoa dos Patos, em convênio com a CIRM, e do projeto Molhes da Barra do Rio Tramandaí — Novo Traçado.

Além das citadas, destacam-se, ainda, entre as realizações da SDO, as seguintes:

- Informatização da Secretaria, dotando-a de configuração própria em ambiente centralizado, com supermicro Ed-650/32 e fomento na formação de uma "cultura" de informática no corpo funcional; — elaboração do Banco de Dados do Cadastro de Prédios Públicos;
- Elaboração do Programa Estadual de Descentralização Regional, lançado em Seminário Estadual em novembro de 1987, incluindo as seguintes proposições: Divisão Regional; Estrutura Organizacional, na Capital e Interior; Instrumentos Jurídicos;
- Projeto Vida — recuperação e restauração de 34.000 m<sup>2</sup> da antiga Cerâmica Cordeiro — Centro de Referência Humanística;
- Patrimônio Histórico — restauração de 12.000 m<sup>2</sup> da Casa de Cultura Mário Quintana; recuperação e restauração do Museu Júlio de Castilhos, Biblioteca Pública, Arquivo Público, Museu Farroupilha, Museu Hipólito da Costa e Palácio Piratini;
- Projeto Nova Escola — elaborados 145 projetos "Nova Escola" totalizando 177.729,80 m<sup>2</sup> correspondendo a 67 novas salas de aula, dentro de uma visão de participação comunitária na escola e redução dos custos de manutenção e conservação dos prédios;
- Construção da Penitenciária de Alta Segurança de Charqueadas;
- Ampliação, reforma, recuperação dos Hospitais Psiquiátricos São Pedro, Sanatório Partenon e Laboratório Farmacêutico do Estado (LAFERGS);
- Convênios celebrados em 1987 e 1988 com o Ministério do Desenvolvimento Urbano, beneficiando 46 municípios na área habitacional e 54 municípios na área de saneamento básico;
- Apoio e incentivo à criação dos Comitês do Rio dos Sinos e do Rio Gravataí, com as finalidades de propiciar o monitoramento dos níveis de poluição e coordenação das ações de recuperação das Bacias.

## 2.16.2 — FUNDAÇÃO METROPOLITANA DE PLANEJAMENTO (METROPLAN)

Ciente dos graves problemas que afetam a Região Metropolitana, gerados entre outras causas pelo crescimento populacional urbano, decréscimo do nível de empregos e déficit de investimentos em infra-estrutura básica, resultando em constantes desequilíbrios econômicos e sociais, a METROPLAN, no período 1987/90, centralizou sua atuação nas áreas de apoio comunitário, habitação, transportes, uso do solo e meio-ambiente, utilizando-se de sistemas de informações para implementação de atividades, programas e projetos atinentes a cada área.

Visando a um melhor encaminhamento das ações a serem tomadas para o Desenvolvimento Metropolitano, estas foram agrupadas de acordo com a estrutura organizacional interna da METROPLAN, e podem ser assim sintetizadas:

### a) Gerência Uso do Solo e Meio-Ambiente:

- Assinatura e operacionalização de convênios com Prefeituras Municipais, DNPM, DNOS,

ELETROSUL, IBAMA, INCRA, CEF, CORSAN, DMA-SSMA, e DAER, para a análise de parcelamento do solo;

- *Análise de 398 processos de parcelamento do solo na Região Metropolitana de Porto Alegre (RMPA), abrangendo 22 municípios (pareceres técnicos e jurídicos, reuniões com empreendedores e técnicos das Prefeituras Municipais, vistorias nas áreas analisadas e registro das áreas parceladas no Sistema Cartográfico da METROPLAN);*
- *Assessoramento às Prefeituras Municipais da Região Metropolitana na elaboração de Planos Diretores, atendendo aos dispositivos da Constituição Federal de 1988 e da Constituição Estadual de 1989;*
- *Elaboração de diagnósticos da Destinação Final dos Resíduos Sólidos da Região Metropolitana de Porto Alegre, recomendações de melhorias e elaboração de planos e projetos de repercussão de lixões;*
- *Assessoramento técnico aos municípios da Região Metropolitana de Porto Alegre referente a resíduos sólidos, promovendo melhorias no sistema de coleta, tratamento e destinação final do lixo;*
- *Participação do grupo de trabalho da Comissão Consultiva do CONRHIRGS que elaborou estudo para fins de regulamentação do Sistema Estadual de Recursos Hídricos;*
- *Mapeamento da ocupação atual do solo dos municípios da Região Metropolitana de Porto Alegre;*
- *Caracterização do uso atual, limitações e potencialidades de uso futuro em relação à distribuição de população e emprego;*
- *Mapeamento das áreas de preservação ambiental da Região Metropolitana de Porto Alegre (RMPA);*
- *Implantação de Banco de Dados referente aos processos de parcelamento do solo na Região Metropolitana de Porto Alegre, examinados no período de 1977 a 1990;*
- *Implantação de Banco de Dados referente a equipamentos na área de resíduos sólidos;*
- *Implantação de Banco de Dados referente a Indústrias Recicladoras de Lixo;*
- *Implantação de Banco de Dados referentes à Legislação Metropolitana, Registros de Imóveis, Prefeituras Municipais, Câmaras de Vereadores e Ministério Público da Região Metropolitana de Porto Alegre;*
- *Participação na elaboração da Constituição Estadual;*
- *Assessoramento Municipal na elaboração das Leis Orgânicas;*
- *Elaboração do escopo básico para a Legislação Municipal da Região Metropolitana de Porto Alegre (loteamentos, condomínios, zoneamento e perímetro urbano);*
- *Propostas de projetos-de-leis complementares à Constituição;*
- *Compilação da Legislação Urbanística e Ambiental aplicável aos recursos hídricos para os municípios da Região Metropolitana de Porto Alegre (Legislação Federal, Estadual e Municipal);*
- *Elaboração de projetos-de-lei sobre Atuação Prévia de que trata a Lei Federal 6766/79;*

- Formulação de diretrizes para orientar a expansão urbana, indicando áreas que podem ser ocupadas e as que não devem sê-lo, bem como os instrumentos necessários ao alcance desse objetivo;
- Definição de um conjunto de normas que assegurem um patamar mínimo da exigência para os empreendimentos da iniciativa pública e privada, garantindo uma adequada inserção dos novos parcelamentos na malha urbana;
- Coleta da legislação de perímetros urbanos municipais no período 1970/90, mapeamento e análise crítica;
- Elaboração e divulgação da carta histórico-geográfica do Município de Novo Hamburgo;
- Elaboração de matrizes de viagens a partir da pesquisa domiciliar para reavaliação do Plano de Transportes Metropolitanos;
- Estabelecimento de diretrizes referentes às ações preventivas visando à preservação do meio ambiente, bem como identificação das áreas de preservação permanente, não-passíveis de ocupação urbana;
- Análise dos Sistemas de Saneamento no Rio Grande do Sul, com vistas à formulação de uma política alternativa;
- Elaboração de um Plano de Macrodrenagem, que, através de análise das características da rede natural de drenagem e, principalmente do manejo dos recursos hídricos, permite orientar a implantação dos sistemas eficientes de escoamento das águas pluviais e de controle de inundações;
- Presidência do Conselho Diretor e participação nas atividades do COMITESINOS, com destaque para a implantação do Programa de Monitoramento da Qualidade da Água do Rio dos Sinos;
- Coordenação da Comissão Técnica e manutenção da Secretaria Executiva do Comitê Gravataí, em especial na articulação para a viabilização da Barragem do Rio Gravataí;
- Participação em diversos Conselhos, Comissões e Grupos de Trabalho sobre Uso do Solo e Meio Ambiente.

#### b) Gerência de Transportes Metropolitanos

##### — Programa Encurtando Distâncias

Foram concluídas obras relativas às seguintes vias:

Vias	Município	Extensão (m)
— Costa Gama/Protásio Alves	P. Alegre	7.875
— Bérico Bernardes/Amazonas	Viamão	6.500
— Vimbiro/Moema	Viamão/Alvorada	2.771
— Caminho do Meio		
— Rua I — Rua E (distrib.), Rua E, Av. D, Av. Canal A, Av. A e Av. Nei Brito	Guaíba	2.840
— Rua Florianópolis, Estrada Nazário, Rua L, Rua A, Rua G, Rua Gildo de Freitas e Rua C	Canoas	9.200

— Rua Frederico D'Álmeida, Rua Tiradentes, Rua Barão do Ubá, Rua Guia Lopes	Alvorada	4.400
— Rua Mal. Rondon	Cachoeirinha/Gravataí	5.000

— **Projeto Regionalização Operacional**

Destacam-se com relação a este Projeto:

- *Racionalização Sistemática de linhas, itinerários e horários visando a otimizar o atual sistema de transporte coletivo interurbano da Região Metropolitana de Porto Alegre, reduzir custos e adequar oferta e demanda crescente;*
- *Estudos para criação de linhas partindo do Viaduto Obirici com destino aos municípios de Alvorada, Cachoeirinha e Gravataí e de um itinerário via Protásio Alves;*
- *Participação na Comissão de Estudos para racionalizar a área central de Porto Alegre;*
- *Criação e normatização de um sistema de transporte seletivo para a Região Metropolitana de Porto Alegre, proposta de alteração do sistema atual, relatórios de pesquisa de opiniões dos usuários e estudo de viabilidade de linha seletiva partindo do Aeroporto Salgado Filho até Novo Hamburgo;*
- *Plano de Transporte Suburbano: estudos para um plano de transportes de curto e médio prazos;*
- *Realização de Pesquisas; Censo Metropolitano de Transportes — 1990;*
- *Estudos, levantamentos e análises sobre racionalização do transporte coletivo no Centro de Porto Alegre, para modernização da frota de ônibus das linhas de integração de Canoas ao TRENURB (BNDES);*
- *Participação em Seminário sobre Transportes e Tarifas e elaboração de projetos institucionais e convênios de assistência técnica sobre transportes coletivos para os municípios da Região Metropolitana de Porto Alegre;*
- *Projeto Usuário: Criado o Terminal de Informações ao Usuário, localizado na Praça Rui Barbosa, proporcionando informações sobre horários e linhas de ônibus, bem como recebendo reclamações;*
- *Paradas de ônibus: Levantamento das paradas de ônibus, condições e projeto de implantação de abrigos especiais;*
- *Atividades de fiscalização do sistema de transportes, cadastramento de veículos e informações de processos oriundos de diversos órgãos.*

c) **Gerência de Habitação e Saneamento**

Destacam-se entre as ações desta Gerência:

- *Implementação de obras de infra-estrutura e de construção de unidades habitacionais destinadas a famílias de baixíssima renda, através de dois programas coordenados pela METROPLAN na Região Metropolitana, com participação das Prefeituras e das Comunidades, compreendendo os seguintes empreendimentos:*
- *Programa de Mutirões Habitacionais — conclusão de 6.000 unidades, com recursos do Governo Federal, através da SEHAC, e beneficiando 27 mil pessoas;*

- Projeto João de Barro — conclusão de 347 unidades, com recursos da Caixa Econômica Federal e do Governo do Estado, e beneficiando 1.500 pessoas;
- Acompanhamento da questão das invasões de terras urbanas através do mapeamento e contagem de unidades em Vilas Irregulares nos municípios da Região Metropolitana;
- Montagem do “Boletim sobre Custos de Urbanização”, compreendendo um sistema de informações de custos básicos de urbanização de áreas na Região Metropolitana;
- Elaboração do “Manual de Orientação aos Loteamentos Populares”, contendo instruções à população sobre saneamento e conservação das moradias nos empreendimentos promovidos pela METROPLAN.

d) Gerência de Organização e Sistemas

Destacam-se entre as principais ações desenvolvidas no período:

- Convênio com o Ministério do Exército: dentro deste convênio foi contratada e concluída a digitalização de 22 cartas na escala 1:50.000, cobrindo toda a Região Metropolitana de Porto Alegre, com níveis de informações idênticos aos das cartas do Exército, e atualização até 1982; foram propostos, ainda, trabalhos relativos à restituição digital do voo na escala 1:40.000 contratado junto ao Ministério da Aeronáutica e/ou digitalização das cartas 1:10.000 relativas às áreas urbanas dos municípios da Região Metropolitana de Porto Alegre, cujo desenvolvimento ou não, aguarda definição das áreas fins;
- Convênio com o Ministério da Aeronáutica: com relação a este convênio, foi realizado todo o levantamento aerofotogramétrico na escala 1:40.000; o levantamento de 1:8.000 tem 50% executado, aguardando melhores condições meteorológicas para sua conclusão, estimada até março de 1991. Este trabalho visa, a partir do levantamento de 1:40.000, a restituir as cartas na escala 1:10.000 que comporão a cartografia básica da METROPLAN. O trabalho de 1:8.000 poderá atualizar as cartas 1:2.000, de interesse no desenvolvimento e/ou atualização dos cadastros dos municípios da Região Metropolitana;
- Equipamentos e Programas Especialistas: esta aquisição objetiva a automatização da cartografia temática e topográfica na METROPLAN. Os equipamentos e programas definidos foram contratados, recebidos e instalados até o final de outubro/90. Estão em desenvolvimento, cursos visando à capacitação de grupo significativo de servidores para sua utilização. O equipamento é composto por:
  - duas estações gráficas de grande capacidade de processamento e monitores de alta resolução, conectadas em rede com superfícies de digitalização e traçadores gráficos apropriados para o desenvolvimento de trabalho daquela natureza;
  - “software” básico e programas aplicativos prontos e apropriados para o desenvolvimento dos trabalhos cartográficos da Região Metropolitana de Porto Alegre em todas as suas fases;
- Convênio com SENAC: firmado em maio/90, tem por objetivo criar um mecanismo permanente de treinamento e aperfeiçoamento dos servidores da METROPLAN, buscando assim as melhores condições de utilização pelo corpo funcional, dos instrumentos contratados e instalados durante a atual gestão;
- Microinformática: deste projeto, foi adquirido e instalado Sistema multiusuário com equipamento Monydata 386 e Sistema Operacional UNIX. Composta por oito terminais ligados a todas as Gerências Técnicas da METROPLAN, essa instalação permitiu a descentralização dos meios, levando às Gerências o uso direto desses recursos. Está pendente a implantação dos “softwares” utilitários previstos, em função da falta de recursos financeiros.

- Outras atividades: foram desenvolvidas atividades de apoio às diversas Gerências e municípios da Região Metropolitana de Porto Alegre, tais como;
- atualização dos registros dos cadastros imobiliários e emissão dos carnês de IPTU dos municípios de Sapucaia do Sul, Nova Hartz e Estância Velha;
- atualização de cadastros e emissão de relatórios sobre Hortigranjeiros;
- relatórios da Pesquisa EDOM, processamento eletrônico das análises efetuadas pelo COMITESINOS sobre controle da poluição e outros relatórios.

e) Gerência de Informações Metropolitanas

Destacam-se:

- Acompanhamento, registro e análise de desempenho das finanças públicas dos municípios da RMPA;
- Estudos, recomendações e assessoramento aos municípios quanto a Tributos Municipais, efeitos da Reforma Constitucional na manutenção de Cadastro Imobiliário, emissão de guias de recolhimento do Imposto Predial e Territorial Urbano e apoio a Planos Diretores;
- Atualização permanente dos mapas da cartografia básica da RMPA com informações de: arruamentos, prédios de interesse, hidrografia, altimetria, redes de transmissão de energia, etc;
- Elaboração e densificação da rede planialtimétrica de pontos na RMPA;
- Elaboração de 22 cartas (escala 1:50.000), contendo informações básicas sobre: sistema viário, vegetação, hidrografia, altimetria, prédios de interesse, etc., armazenados em meio magnético, geolocalizadas e adequadas ao processamento computacional convênio com Ministério do Exército);
- Elaboração de 89 cartas (escala 1:10.000) da área urbana de 15 municípios da RMPA contendo a denominação dos logradouros;
- Cobertura aerofotogramétrica nas escalas 1:40.000 da área urbana e rural de toda a região (aproximadamente 10.500 km quadrados) e na escala 1:8.000 da área urbana dos 22 municípios (aproximadamente 5.000 km quadrados);
- Utilização de imagens orbitais na atualização de cartas temáticas da RMPA (Convênio METROPLAN/UFRGS/Secretaria Extraordinária para Assuntos de Ciência e Tecnologia — em andamento);
- Elaboração de dezenas de mapas temáticos com a caracterização e localização de: escolas, indústrias, serviços, supermercados, postos de saúde, infra-estrutura, bacias hidrográficas, zoneamentos urbanos, etc.;
- Levantamento e elaboração de mapas cadastrais e de referência cadastral nos municípios da Região, em vilas irregulares, de todos os eixos das linhas de alta tensão e do perímetro das subestações da CEEE e ELETROSUL no Parque de Exposições Assis Brasil, incluindo levantamento planialtimétrico; levantamento e análise planialtimétrica para análise de processos de parcelamento ou loteamento, para análise de localização de equipamentos públicos;
- Prestação de serviços de apoio técnico interno ou de interesse público; prestação de informações para órgãos públicos estaduais, municipais e federais;

- Participação, com a Gerência de Organização e Sistemas, na organização do banco de dados da RMPA que utilizará um moderno sistema de computação com informações geolocalizadas, seleção e priorização das variáveis para o planejamento metropolitano, organização e sistematização do conjunto de unidades espaciais e estabelecimento de relações de conversibilidade entre elas;
- Levantamento, atualização periódica, elaboração de estimativas básicas de planejamento; elaboração de quadros indicadores de conjunturas ou evoluções temporais;
- Elaboração e manutenção de cadastro de trechos e logradouros públicos em toda a Região Metropolitana; definição da malha censitária (em Convênio com IBGE) para o X Recenseamento Geral do Brasil;
- Elaboração de estudos e projetos especiais tais como: Proposta de Investimentos em Módulos Produtivos e Galpões Industriais; indicações para a localização de cursos do SENAI/RS, Unidades Ambulatoriais, Postos de Assistência Médica e Rede Hospitalar; cooperação técnica com o IBGE na preparação do Censo; programação de melhorias na rede escolar da RMPA (cooperação com a SEC/RS); publicações de documentos com informações sócio-econômicas dos municípios da RMPA; análise da Economia da RMPA no contexto estadual; montagem e análise da evolução histórica dos indicadores sócio-econômicos na RMPA com inclusão dos novos municípios;
- Projeto "Alimento para o Povo" (em cooperação com SAA, SCP, CEDIA, CEASA, EMATER); análise conjuntural dos produtos hortigranjeiros comercializados na CEASA/RS; estudo dos equipamentos de abastecimento — localização de supermercados na RMPA; Programa Integrado de Produção e Abastecimento de Produtos Hortigranjeiros na Região de Santa Maria (Convênio com SCP, CEASA, EMATER); estudo da evolução do Setor Primário na RMPA;
- Estudo e parecer sobre a inclusão de Montenegro e Capela de Santana na RMPA; análise de dados cadastrais; diagnóstico de bairros e vilas, visando à Coleta Seletiva de Lixo; análise dos Sistemas de Saneamento do Estado (cooperação com PROPUR, UFRGS e apoio da FINEP, FUNDATEC); proposta de lei sobre a denominação de logradouros e equipamentos públicos e numeração de prédios; estudo da viabilidade de usos alternativos de terminal de passageiros; diversos programas computacionais úteis ao planejamento; estudo sobre "Perdas de Receita do IPTU"; valor fiscal adicionado na RMPA — 1987, distribuição por municípios, a nível de setores econômicos.

Cabe destacar ainda a Gerência Administrativa que como atividade-meio possibilitou às demais áreas a realização de seus programas, projetos e atividades.

Dentre o elenco de projetos identificados como prioritários pelo Governo, e sob responsabilidade da METROPLAN citam-se: Geoprocessamento — Levantamento Aerofotogramétrico da Região Metropolitana de Porto Alegre; Programa de Mutirões Habitacionais; Programa Encurtando Distâncias; Programa Ação nas Vilas; Conclusão de obras do Programa BIRD IV.

Com relação ao Programa BIRD IV — METROPLAN — SDO cabe destacar:

- Supervisão de projetos de engenharia final: Presidente Vargas — Estância Velha; Flores da Cunha — Cachoeirinha; Dorival Cândido de Oliveira — Gravataí;
- Pesquisa e montagem de relatórios para a Empresa Brasileira de Transportes Urbanos (EBTU);
- Orçamentos, editais e processos licitatórios para a contratação de empreiteiros e consultoras que viabilizaram a execução das obras;

- Supervisão geral dos procedimentos de obras, sendo que até o momento foram concluídas as seguintes: Av. Farroupilha — Canoas; Av. São Sepé — Canoas; Av. Presidente Vargas — Estância Velha; Av. Brasil — Campo Bom; Av. Presidente Kennedy — Sapiranga;
- Obras em andamento: Av. Dorival Cândido de Oliveira — Gravataí; Av. Flores da Cunha — Cachoeirinha; Av. Rio Grande do Sul — Canoas.

Com relação ao Programa Ação nas Vilas, foram desenvolvidos:

- Equipamentos e Infra-estrutura — assinados 417 convênios com associações comunitárias, com repasses de recursos a fundo perdido, para a construção de centros comunitários, obras de extensão de rede elétrica, melhorias e ampliações em creches, praças, escolas, redes de associações e postão de saúde, beneficiando 900 mil pessoas;
- Saneamento — assinatura de 69 convênios com associações comunitárias, com repasses de recursos a fundo perdido, para aquisição de canos para redes de esgotos, beneficiando 400 mil pessoas;
- Lixo Hospitalar — repasses de recursos para associações comunitárias que possibilitaram a aquisição e instalação de 19 incineradores em hospitais dos municípios da Região Metropolitana de Porto Alegre, beneficiando 1,5 milhão de pessoas;
- Segurança Pública — através de acordo com a Secretaria de Segurança Pública, a METROPLAN, com recursos do "Ação nas Vilas" construiria postos policiais, cabendo à Secretaria definir localização, colocação de efetivo e equipamentos. Como projeto-piloto ficou definido o Município de Canoas, onde foram construídos três postos, na Vila Harmonia, na Vila São Luis, e Guajuviras, beneficiando 80 mil pessoas.

Além das ações descritas, a METROPLAN, no período 1987/90 celebrou Convênios, Protocolos e Acordos com diversos órgãos públicos, a saber:

- Convênio de Cooperação Técnica entre IBGE e METROPLAN (1985), com um termo aditivo (1990), orientado ao X Recenseamento Geral do Brasil, objetivando delimitação da malha setorial, fornecimento de informações cadastrais e intercâmbio de informações garantindo o acesso da METROPLAN às informações demográficas, prévio à publicação pelo IBGE, e apoio fundamental à atualização e ampliação do cadastro de trechos de logradouros;
- Protocolo de Cooperação Técnica entre Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Governo do Estado do Rio Grande do Sul — através da Secretaria de Estado Extraordinária para Assuntos de Ciência e Tecnologia — e METROPLAN, tendo como objeto conjugação de esforços para elaboração e execução de projetos de planejamento e pesquisas em sensoriamento remoto desenvolvidos para a área da Região Metropolitana de Porto Alegre;
- Acordo entre Secretaria de Estado da Educação e METROPLAN, visando à co-participação em ações técnicas nas áreas de pesquisa e diagnóstico sócio-educacional da Região Metropolitana de Porto Alegre para a melhoria qualitativo-quantitativa da rede física escolar.

## **2.17 — GABINETE DO GOVERNADOR**

### **2.17.1 — SECRETARIA EXTRAORDINÁRIA PARA ASSUNTOS DA CASA CIVIL**

Órgão integrante do Gabinete do Governador, a Casa Civil tem como atribuições principais prestar assessoramento direto e imediato ao Governador do Estado nos assuntos pertinentes à administração civil, bem como coordenar e promover a divulgação dos atos e atividades governamentais.

No que concerne à Representação Civil, foram programadas e realizadas pela Casa Civil, audiências regulares a autoridades administrativas, lideranças comunitárias e público em geral, possibilitando o contato direto do povo com o Governo.

Foram concedidas, no Palácio Piratini, no período 1987/89, 1.197 audiências a lideranças municipais do Rio Grande do Sul.

No decurso de 1990 foram programadas e realizadas 1.004 audiências regulares. Foram recebidas e atendidas, nos diversos órgãos que compõem o Gabinete do Governador, um total de 31.696 pessoas.

Nas viagens realizadas ao Interior do Estado, no quadriênio, foram visitados 161 municípios.

Com referência ao Assessoramento Jurídico e Legislativo no período 1987/90, foram elaborados e encaminhados ao Poder Legislativo 1.444 projetos de lei e 163 vetos; redigidos 1.085 decretos e editadas 80 ordens de serviço; elaboradas 14 emendas constitucionais; atendidos 305 pedidos de informação.

No transcorrer do ano de 1990 foram elaborados e encaminhados ao Poder Legislativo 351 projetos de lei e 33 vetos; redigidos 338 decretos e editadas 15 ordens de serviço; realizados 291 convênios; elaborada uma emenda constitucional; atendidos 39 pedidos de informação e examinados 3.512 processos; encaminhadas 7 mensagens retificativas e 92 sanções. Foram ainda, desarquivados 36 projetos de lei dos anos anteriores.

No que diz respeito ao Assessoramento Administrativo, destacam-se no quadriênio, a revisão de processos e o exame de atos de natureza administrativa, num total de 23.469 documentos, oriundos dos diversos órgãos da administração estadual.

Na execução do Plano de Subvenções e Auxílios foram distribuídos recursos financeiros a entidades de natureza assistencial, desportiva, cultural e classista, a municípios e, ainda a estudantes e pessoas carentes. Para 1990 os recursos foram da ordem de Cr\$ 20,5 milhões.

A Representação do Governo do Estado do Rio Grande do Sul em Brasília tem acompanhado os pleitos solicitados pelo Governo e seus órgãos.

Dentre as atividades realizadas pela referida Representação devem ser mencionados os inúmeros contatos estabelecidos com organismos internacionais e embaixadas de países com os quais o Brasil mantém relações diplomáticas e, neste sentido, existem, em 1990, 40 pleitos em andamento.

Também merece destaque a divulgação das artes, através da realização da Segunda Mostra do Cinema Gaúcho, que passou a fazer parte do calendário de eventos de Brasília. Na mesma linha, foi realizado o "Bazar Natal", que contou com a participação de empresas gaúchas, sendo que a verba arrecadada será destinada a entidades que beneficiam idosos, menores e carentes.

O Cerimonial, como órgão encarregado da atividade protocolar em nível de eventos que contam com a participação do Governo do Estado, marcou presença, no período 1987/90, em 2.292 solenidades efetuadas no âmbito dos órgãos governamentais.

É de se mencionar como aspectos de maior relevância, nestes quatro anos de Governo, todas as ações que envolveram a luta pela ampliação do Pólo Petroquímico, a Integração do Cone Sul, Projetos de Construção do Gasoduto e da Ponte Internacional São Borja — Santo Tomé, como fatos que exigiram a participação constante do Governo do Estado, o qual contou neste trabalho com toda a equipe que o assessora na Casa Civil.

O motivo do empenho em prol destas metas prioritárias, reside no entendimento do Governo de que os povos precisam crescer econômica e socialmente, e da obrigação que têm os governantes em pautarem suas ações no sentido da concretização destes objetivos.

### 2.17.2 — CASA MILITAR

A Casa Militar, por força do Decreto nº 31.139, de 20 de abril de 1983, executa suas tarefas baseada em quatro subchefias que são: a de Defesa Civil, a de Operações, a Administrativa e a de Telecomunicações.

A Defesa Civil, através do Decreto nº 32.498, de 16 de fevereiro de 1987, funciona como Secretaria Executiva da Coordenadoria Estadual de Defesa Civil.

A Subchefia de Operações executa as tarefas atinentes à segurança do Governador, familiares, e dos Palácios Piratini e das Hortênsias, e residência do Governador, além de coordenar o uso das aeronaves do Estado.

A Subchefia Administrativa tem a incumbência dos serviços residenciais do Governador, recepções e homenagens a autoridades e convidados, e os serviços de transportes do Gabinete do Governador.

À Subchefia de Telecomunicações, através do Decreto nº 33.506, de 30 de março de 1990, compete organizar, coordenar e dirigir os serviços de telecomunicações dos Palácios Governamentais, referentes às atividades Militares e de Defesa Civil, através da coleta, reunião, análise e difusão das informações de interesse do Governo do Estado.

Durante o período 1987/90, na área de Defesa Civil, foram tomadas providências no sentido de amenizar problemas resultantes de estiagens, vendavais, inundações e enchentes.

Foram também realizados acordos e convênios para o repasse de recursos a municípios atingidos por eventos climáticos adversos.

Em 1990, como resultado da celebração do Convênio nº 808/GM/89 foram alocados Cr\$ 1,5 milhão para beneficiar 54 municípios vitimados por este tipo de evento.

Além das atividades voltadas para a redução dos problemas causados por eventos climáticos, houve também a participação da Defesa Civil no 2º GUATÁ, com escolas estaduais dos Aparados da Serra, para um público de 300 alunos; na Escola Senecista, em Canela; no incêndio simulado no Pólo Petroquímico; na Conferência Internacional sobre o Atendimento a Acidentes com Produtos Perigosos; e no Seminário da Região Sul sobre Acidentes com Produtos Perigosos.

A Defesa Civil vem atuando, ainda, no sentido de conscientizar as comunidades para a adoção de medidas preventivas contra calamidades.

Na área de Operações, no campo das comunicações destaca-se a implantação da Rede Cruz com o Interior do Estado, onde são instalados rádios em locais que necessitam de comunicações, auxiliando a Defesa Civil quando da ocorrência de fenômenos adversos.

Na área de Telecomunicações foram desenvolvidos programas de informática para a Casa Militar, além da participação em cursos e eventos tais como o Encontro de Informática do Cone Sul e o Seminário de Teleinformática e Radioamadores.

### 2.17.3 — SECRETARIA ESPECIAL PARA ASSUNTOS INTERNACIONAIS (SEAI)

A Secretaria Especial para Assuntos Internacionais foi criada nesta Administração, tendo por objetivo coordenar o relacionamento internacional do Estado. A tendência mundial de integração econômica, configurada pela Comunidade Econômica Européia e pelos blocos, Estados Unidos e Canadá, Japão e países asiáticos, somada a uma nova conjuntura política no Cone Sul da América Latina, bem como a própria condição geográfica do Rio Grande do Sul, constituíram o argumento primeiro para justificar a necessidade de um organismo estadual específico, para tratar questões vinculadas à esfera internacional.

Na fase inicial, superada a etapa de estruturação, a ênfase foi a integração com os países da Bacia do Prata. Os primeiros protocolos firmados pelo Brasil com a Argentina datam de 1986, o que significa que o caminho para uma integração mais efetiva entre os dois maiores países Sul-Americanos já havia recebido o impulso inicial. Na medida em que Buenos Aires e São Paulo constituem-se em centros industriais dos respectivos países, poderiam transformar o Rio Grande do Sul num mero assistente do processo de integração. Por outro lado, o Rio Grande do Sul, prejudicado historicamente no contexto nacional por uma localização periférica, viu-se colocado geograficamente no centro desta integração, o que passou a ser considerado um privilégio.

A proposta básica foi trabalhar pela inserção do Estado neste processo que, deflagrado pelos governos nacionais, já dava sinais de considerável progresso. Foi desenvolvido, gradativamente, um rol de atividades, especialmente junto ao Ministério das Relações Exteriores, com o objetivo de preservar os interesses do Estado neste processo, além de realizado um trabalho de aproximação com as autoridades e entidades privadas argentinas, complementados por uma ação intensa com as comunidades fronteiriças e mais todo um esforço para que os vários setores da economia gaúcha participassem desta nova realidade.

No ano de 1988 foi possível ampliar as atividades da SEAI, contemplando áreas que, embora previstas quando de sua criação, ainda não haviam sido formalizadas. A organização da Secretaria ficou, então, baseada em três Coordenadorias Técnicas: Integração com a América Latina, Apoio a Investimentos Privados e Cooperação Internacional, além da Coordenadoria Administrativa.

Cumprido ressaltar que o trabalho desenvolvido pela SEAI, desde sua criação, sempre esteve embasado na orientação de que esta Secretaria é um organismo-meio, de concepção, que deve desempenhar suas atribuições coordenadamente com as demais Secretarias de Estado, de forma a maximizar seus resultados, além de se constituir em um órgão de ligação do Estado com o Itamaraty e os organismos internacionais.

Entre as realizações relevantes da SEAI, no decorrer do período 1987/90, destacam-se as discriminadas a seguir.

**Por parte da Coordenação de Integração com a América Latina (CIAL):**

- Realização de estudos preliminares para a instalação de um Distrito Industrial Trinacional (Brasil, Argentina e Uruguai);
- Realização de estudos e acompanhamento dos Protocolos Brasil-Argentina e sua divulgação através de entrevistas, palestras, reuniões e seminários;
- Criação e instalação da Comissão Estadual para o Desenvolvimento Integrado da Fronteira (CEDIF); Coordenação dos trabalhos desta Comissão, que conta com a participação da Assembleia Legislativa, Associação dos Prefeitos e Câmaras de Comércio Brasil-Argentina e Brasil-Uruguai;
- Participação no Grupo Executivo que desenvolve estudos e coordena ações para a construção da Ponte Internacional São Borja-Santo Tomé;
- Coordenação inicial dos estudos de viabilidade e participação no Grupo Executivo que desenvolve ações para a implantação do Gasoduto;
- Participação no Grupo Executivo que desenvolve estudos e ações a serem realizadas para a implementação do Projeto de Formação de Corredores de Exportação, recepção de missões das províncias do Nordeste Argentino e participação na organização de seminários sobre o tema;
- Representação do Governo do Estado nas Exposições de Intercâmbio Bilateral Brasil-Argentina (ABRA);
- Participação no Projeto Corredor Bi-Oceânico Antofagasta/Rio Grande;
- Participação no Projeto Hidrovia Paraná-Paraguai;
- Preparação e acompanhamento de visitas oficiais de Missões Estrangeiras ao Estado;
- No âmbito do Protocolo nº 23 — Regional Fronteiriço, firmado entre Brasil e Argentina:
  - gestões para a criação, instalação e acompanhamento dos trabalhos do Comitê de Fronteira Uruguaiana-Paso de los Libres;
  - acompanhamento sistemático e participação no Comitê Binacional de Ação Turística Integrada;
  - participação nos trabalhos que propiciaram a criação da Associação de Integração Regional Universitária (ADIRU), cujo órgão superior é o Conselho Binacional de Reitores; acompanhamento dos trabalhos que vêm sendo desenvolvidos;
  - promoção de intercâmbio na área de informática entre o Rio Grande do Sul e as Províncias do Nordeste Argentino, trabalho este que está em fase preliminar, devendo ser incrementado em futuro próximo;
  - aproximação entre os produtores gaúchos de arroz com os produtores das províncias do CRECE-NEA (Comissão Regional de Comércio Exterior do Nordeste Argentino) com o objetivo de propiciar empreendimentos binacionais;
  - Alteração Normativa do Regulamento do ICMS, obtida por esta Pasta junto à Secretaria da Fazenda, que corrigiu problemas de bitributação que incidia nos casos de internação de arroz plantado por brasileiros em terras argentinas, como parte do trabalho desenvolvido junto às comunidades fronteiriças;

- proposição e participação na elaboração do Projeto CRECE-NEA / CODESUL, o qual, financiado pelo BID e realizado sob a coordenação do INTAL, desenvolve ações, projetos e iniciativas que visam ao crescimento integrado da Região Sul do Brasil e do CRECE-NEA Litoral da Argentina;
- proposta de trabalho integrado com a Embaixada Brasileira na Argentina, visando a um maior intercâmbio cultural e educacional entre as duas regiões;
- gestões realizadas junto a órgãos federais a fim de propiciar a criação de empreendimentos econômicos binacionais, especialmente na área agrícola;
- Gestões para a elaboração de um plano binacional na área de saneamento para os municípios de fronteira com a Argentina e o Uruguai;
- Representação do Governo do Estado nas reuniões da Subcomissão para o Desenvolvimento Conjunto das Zonas Fronteiriças Brasil-Uruguai, coordenada pelos Ministérios de Relações Exteriores de ambos os países;
- Gestões para a criação, instalação e acompanhamento dos trabalhos dos Comitês de Fronteira Santana do Livramento-Rivera, Jaguarão-Rio Branco, Chuí-Chuy;
- Gestões para a criação do Comitê de Fronteira Quaraí-Artigas;
- Participação nos Grupos Coordenador e Executivo do Plano Diretor Regional do Pólo Energético de Candiota;
- Participação no grupo para elaboração do Projeto de Viabilidade para a criação de um Instituto Binacional (Brasil-Uruguai) de Ensino Médio e Superior de Santana do Livramento;
- Acompanhamento da proposta para criação de uma Universidade Trinacional — Universidade de Desenvolvimento Integrado Brasil/Argentina/Uruguai;
- Realização de trabalho junto à Secretaria da Educação para a implantação do pluralismo de idiomas nas escolas da rede pública estadual;
- Assinatura de Protocolos de Intenções com várias Universidades gaúchas objetivando ações conjuntas nas áreas técnico-científica e cultural.

Com relação à **Coordenadoria de Apoio a Investimentos Privados (CAIP)**, é de ressaltar que sua ação sempre se orientou no sentido de poder fornecer condições para que as empresas privadas gaúchas, de pequeno e médio portes, conseguissem encontrar uma empresa estrangeira que pudesse satisfazer suas necessidades, seja através da associação, compra/venda de tecnologia, aporte de capital ou novo empreendimento conjunto.

Podem ser destacadas, na atuação dessa Coordenadoria, no período considerado:

- Constituição de um banco de dados onde constam as características básicas de mais de 2000 empresas gaúchas, sendo que dessas, 165 manifestaram o interesse em negociar com empresas estrangeiras o desenvolvimento de projetos conjuntos;
- Classificação e cadastramento de cerca de 200 empresas estrangeiras interessadas em desenvolver empreendimentos conjuntos com empresas brasileiras;
- Cruzamento dos dados das empresas gaúchas e das empresas estrangeiras gerando-se um cadastro de interesses coincidentes; expedição de correspondências às empresas gaúchas informando sobre o interesse das empresas estrangeiras, trabalho este que continua em desenvolvimento permanente;

- Tradução para o inglês das manifestações de interesse de investimentos das empresas gaúchas e divulgação destas manifestações no Exterior, através dos setores comerciais das embaixadas do Brasil;
- Celebração, pela SEAI, através da CAIP, de convênio de cooperação para identificação de empresas estrangeiras interessadas em parcerias de negócios com empresas gaúchas, com as seguintes Câmaras de Comércio: Franco-Brasileira, Holando-Brasileira, Brasil-Espanha, Brasil-Alemanha, Brasil-Itália e Brasil-Argentina;
- Celebração de convênio geral de intenções com o Ministério das Relações Exteriores visando a promover a cooperação empresarial através da Captação de Investimentos Estrangeiros e a Transferência de Tecnologia para o Estado do Rio Grande do Sul. A partir desse convênio a SEAI e o Ministério das Relações Exteriores passam a promover ações tendentes a intensificar a cooperação entre as empresas do Rio Grande do Sul e empresas estrangeiras, especialmente pequenas e médias, valendo-se, no que for necessário, da infra-estrutura técnico-administrativa do Departamento de Promoção Comercial (DIC) em Brasília e da SEAI em Porto Alegre, bem como dos setores de promoção comercial das Missões Diplomáticas e repartições consulares no Exterior;
- Participação no encontro empresarial, que contou com a participação de mais de 40 empresários da Província de Santa Fé, realizado em 1990, em Porto Alegre. Para esse evento foram agendadas reuniões entre empresários argentinos e gaúchos que manifestaram interesse em desenvolver empreendimentos conjuntos;
- Recepção de missão empresarial Argentina por ocasião da EXPOINTER 90, quando foram agendados diversos contatos destes empresários com empresas gaúchas sendo que alguns negócios foram implementados e outros foram iniciados;
- Divulgação, através de mala direta, a 160 pequenas e médias empresas gaúchas cadastradas por esta Coordenadoria, do XIII SLAMP — Simpósio Latino-Americano da Pequena e Média Empresa, ocorrido em Buenos Aires de 12 à 15 de novembro, no qual foram realizados vários contatos visando a algum tipo de associação empresarial;
- Participação na reunião promovida pelo Ministério das Relações Exteriores com representante da Comissão da Comunidade Econômica Européia (CEE) e representantes de Pontos Focais de todo Brasil, com discussão e avaliação dos interlocutores sobre a forma dos Convênios a serem eventualmente assinados pela CEE com as instituições financeiras dos Estados participantes visando a um Projeto de Captação de Investimentos e Transferência de Tecnologia, com a apresentação do Sistema "International Investment Partners" (financiamento à "joint-ventures" com empresas da CEE), no Itamaraty em dezembro de 1990.  
Através da Coordenadoria para Cooperação Internacional (CCI), pode ser destacado:
- Ativação do Convênio de Fraternidade entre o Estado do Rio Grande do Sul e a Província de Shiga-Japão, através de:
  - ampliação do intercâmbio na área agrícola, com a vinda de técnicos da Secretaria da Agricultura da Província de Shiga;
  - ida de Missão Técnica a Shiga, que resultou na proposta de ampliação do Convênio para a área técnica e científica;
  - vinda de um grupo de jornalistas para a produção de um vídeo sobre o Rio Grande do Sul, objetivando posterior divulgação em Shiga;
  - envio de missão à Província de Shiga, oportunidade em que foi firmada a ampliação do

Convênio de Fraternidade nas áreas de biotecnologia, meio-ambiente e ecologia, ciência e engenharia de materiais e tecnologia industrial;

- estágio de bolsistas da Secretaria da Agricultura e do Abastecimento na área de pesquisa e experimentação do cultivo de sementes;

— Recebimento das seguintes missões:

- cultural — objetivando a escolha de um grupo de danças folclóricas para representar o Estado em Shiga, na comemoração do decênio do Convênio de Fraternidade e visitas a instituições culturais do Rio Grande do Sul;

- esportiva — professores de educação física com habilitação em voleibol para conhecer a realidade deste esporte no Estado, com visitas a escolas, faculdades e clubes com representatividade no setor. Com a vinda destas duas missões, foram abertas perspectivas concretas de relacionamento na área de cultura e desportos;

- EXPOINTER — missão técnica que participou desta exposição em 1990 e visitou instituições de pesquisas agropecuária, de ciência, tecnologia e biotecnologia;

- jovens agricultores — dezoito agricultores da Província de Shiga permaneceram no Rio Grande do Sul por uma semana, convivendo com agricultores do Estado nas áreas de olericultura, floricultura, rizícola e pecuária;

- meio-ambiente e ecologia — em ação conjunta com a UFRGS, veio ao Estado o Diretor do Instituto de Pesquisas do Lago Biwa para, entre outras atividades, reunir-se com técnicos de várias instituições visando à despoluição do Rio Guaíba;

— Estabelecimento do programa “100 Dias” de intercâmbio científico-tecnológico, enviando a Shiga, pesquisador da Faculdade de Física/UFRGS, na área de Ciência e Engenharia de Materiais;

— Envio de missão técnica e grupo de danças folclóricas a Shiga para representação do Estado na comemoração do decênio do Convênio de Fraternidade. Nas reuniões, sucederam-se avanços técnicos com proposição da assinatura de um convênio com o SENAI/RS e de um apoio mais efetivo na área do meio-ambiente visando à despoluição do Rio Guaíba;

— Elaboração do programa de viagem aos Estados Unidos e Espanha. Em Indiana (USA), foi assinada proposta de intercâmbio e cooperação nas áreas de Economia, Comércio, Ciência, Tecnologia, Educação e Cultura. Na Espanha, foi encaminhada proposta de um Convênio de Fraternidade entre o Estado do Rio Grande do Sul e a junta de Andaluzia nas áreas de Educação e Cultura, Cooperação Técnica, Cooperação Científico-Tecnológica, Cooperação Industrial, Cooperação Econômica e Relações entre os Povos.

— Programa de Cooperação Técnica Recebida do Exterior (CTRE):

- atuação da CCI como órgão catalizador da demanda da cooperação internacional, encaminhando à Agência Brasileira de Cooperação (ABC) e a outros órgãos de fomento à cooperação, os projetos oriundos dos diversos setores do Estado;

- vinda de peritos através da JICA-Japão para cooperação técnica com o Departamento Estadual de Portos, Rios e Canais (DEPRC) e Companhia Estadual de Energia Elétrica (CEEE);

- desenvolvimento, com o auxílio da Agência Brasileira de Cooperação, de projeto de cooperação com o Estado de Badenwurttemberg-Alemanha, visando a transformar o Município de Nova Petrópolis em município-modelo, do ponto de vista ecológico;

- encaminhamento de projetos visando à obtenção de cooperação técnica e financeira com a Espanha, tendo sido contemplado o projeto "Museu das Missões";
  - centralização do recebimento e divulgação das ofertas de bolsas para treinamento de técnicos de nível superior do Estado, de curta e média duração no Exterior;
  - realização de um censo junto aos servidores da Administração Direta e Indireta do Estado para averiguação do potencial apto para um melhor aproveitamento das ofertas de bolsas recebidas;
  - vinda de um consultor da Agência Brasileira de Cooperação (ABC), na área do meio-ambiente. A SEAI promoveu um encontro entre os órgãos de distintas esferas públicas, que operacionalizam a questão do meio-ambiente, no qual a ABC tomou conhecimento dos projetos e programas existentes no Estado, assim como foi mapeada a oferta de cooperação internacional na referida área;
  - celebração, entre a SEAI, Secretaria da Agricultura e do Abastecimento, Agência Brasileira de Cooperação, Conselho Britânico "Overseas Development Agency" e Instituto de Pesquisas Veterinárias Desidério Finamor, de Protocolo de Intenções que ampliou a cooperação técnica recebida da Grã-Bretonha por aquele Instituto, dando, assim, continuidade ao Convênio já existente.
- Programa de Cooperação Técnica entre Países em Desenvolvimento (CTPD), onde se destacam:
- Programa de Cooperação Técnica com a Tanzânia, através da vinda de técnico do Ministério da Indústria da Tanzânia para implementação de programas na área de leite e derivados naquele país. Este programa conta com recursos do PNUD, tendo sido indicado para participar com projeto, em seminário a ser realizado naquele país, técnico do Instituto Desidério Finamor.
- Vinda de diversas missões, entre as quais podem ser salientadas:
- Missão de Técnicos do Ministério de Transportes e Comunicação de Angola, a qual teve por objetivo conhecer Instituições do Estado habilitadas à cooperação técnica na área de formação de recursos humanos e na área específica de transportes;
  - Missão de Dirigentes e Técnicos da Indústria e Energia de Moçambique, sendo que do programa de treinamento de Quadros Provinciais da Indústria de Moçambique, estiveram no Rio Grande do Sul 24 técnicos buscando subsídios na área de micro e pequena empresa. A programação elaborada pela CCI contemplou visitas a instituições de apoio e fomento à micro e pequena indústria, palestras, cursos e visitas a pequenas indústrias locais;
  - Missão de Técnicos do Ministério da Indústria de Angola, compreendendo o estágio de três técnicos na área de projetos de implantação e reabilitação industrial que abrangeu visitas a unidades produtoras e instituições voltadas à elaboração de projetos industriais.
- Envio, por solicitação do Itamaraty, de uma proposta para que técnicos e peritos das áreas de carvão vegetal e reflorestamento elaborem um projeto-piloto para o Governo de Angola;
- Articulação, pela SEAI, junto à ABC, em ação conjunta com a CIENTEC, de proposta de acordo na área de gaseificação de carvão de lenha com o Uruguai bem como proposta para trabalho conjunto de técnicos do Estado com técnicos do Instituto Argentino de Siderurgia referente a "Estudo e Caracterização do Rio Turblo para seu Emprego Tecnológico";

- Assinatura de convênios com universidades e instituições de pesquisas, visando ao desenvolvimento mais integrado de programas de interesses comuns no âmbito da cooperação internacional nas áreas técnica e científico-tecnológica; assinatura de convênios com UNISINOS, Universidade Luterana do Brasil e Universidade de Passo Fundo.

#### **2.17.4 — CONSELHO DE APOIO A AÇÕES COMUNITÁRIAS (CAAC)**

O Conselho de Apoio a Ações Comunitárias (CAAC), foi criada pelo Decreto nº 32.540, de 7 de abril de 1987 e alterado pelo Decreto nº 32.619, de 16 de setembro de 1987. Diretamente vinculado ao Gabinete do Governador do Estado, tem o objetivo de complementar atividades governamentais no setor social de atuação do Poder Público, com vistas à obtenção do harmônico desenvolvimento dessa área através de medidas supletivas de apoio a programas e projetos de caráter público e/ou privado, voltados ao menor, ao adolescente, ao idoso, e à comunidade carente em geral.

Desenvolve programas de atendimento técnico e financeiro às Prefeituras Municipais, Associações Comunitárias, Creches, Asilos, Entidades Assistenciais, Clubes de Mães, entre outras, e também a pessoas individuais carentes, em regime de emergência.

Em 1990, intensificaram-se as atividades dirigidas à população jovem, implantadas no ano anterior, através do Centro do Adolescente.

Visando a esse segmento da população, foi realizado, no mês de agosto, o “III Encontro Estadual de Prevenção ao Uso de Drogas”, contando com a participação de convidados especialistas no assunto, inclusive de outros Estados do País. O evento superou as expectativas, encontrando eco positivo junto a autoridades, escolas, enfim junto a comunidade gaúcha que reuniu cerca de 1.000 pessoas. Em vista do interesse demonstrado durante a realização do evento, este Conselho houve por bem editar todo o material discutido, ou seja, palestras, painéis e debates com o objetivo de distribuir a matéria ao público interessado.

Ainda dentro da política de prevenção ao uso de drogas, e em continuidade ao convênio mantido com a Cruz Vermelha Brasileira, foram ministrados, por funcionários do CAAC junto à Cruz Vermelha, em diversos municípios do Estado, 42 cursos, 32 encontros, 117 palestras, tratamento ambulatorial para 21 mil pessoas, aproximadamente, e para 117 participantes da comunidade terapêutica, havendo uma abrangência de um total de 64.440 pessoas assistidas.

No plano técnico-assistencial, foram registradas supervisões na maioria das entidades; atendimentos a pessoa física em caráter emergencial, encaminhamentos a órgãos especializados, e entrevistas, totalizando a média de 6 mil atendimentos.

Outro evento de destaque foi a realização, no mês de setembro, do I Fórum de Adolescentes de Porto Alegre e Grande Porto Alegre, que reuniu cerca de 100 jovens na faixa etária de 14 a 20 anos, com o objetivo de analisar, discutir e questionar a realidade do adolescente, oportunizando o debate, a troca de experiência e a busca de alternativas e soluções relevantes. O encontro teve a duração de quatro dias e ocorreu na Casa de Retiro Belém do Horto.

Em consequência dos bons resultados obtidos pelo trabalho desenvolvido no Centro do Adolescente de Porto Alegre, foi implantado, na cidade de Alegrete, o segundo Centro de Adolescente, sob a coordenação da Delegacia de Educação.

No período de quinze meses de operacionalidade do Centro do Adolescente, foram proferidas 123 palestras em escolas e instituições, e prestados 14.200 atendimentos aos adolescentes, na sede do Centro.

No intuito de melhor assessorar as entidades cadastradas no Conselho, foram promovidos, em ação conjunta com o IMEC — Faculdade de Nutrição de Porto Alegre, 9 Treinamen-

tos em Nutrição, cujo objetivo principal foi a ampliação dos conhecimentos na área de nutrição e higiene, bem como melhor aproveitamento dos gêneros alimentícios e utilização correta dos alimentos da merenda escolar — FAE. O evento contou com a participação de 125 entidades, predominantemente creches, perfazendo em torno de 260 pessoas treinadas e devidamente capacitadas.

Relativamente ao setor da alimentação — distribuição de alimentos a Prefeituras Municipais, Entidades Assistenciais, Creches e outros —, registrou-se a entrega de aproximadamente 400 toneladas de gêneros alimentícios, perfazendo a média de 2.800 atendimentos.

Em continuidade aos Programas existentes, registra-se:

- Programa de Suplementação Alimentar (PROGRASA) — mantém o Banco de Alimentos permanente, com o apoio de empresas gaúchas, com estoque de 43 toneladas de gêneros alimentícios, em média;
- Programa de Alimentação (PROA) — instituído através do Protocolo de Intenções firmado entre o CAAC e a Secretaria da Educação, mantém alimentos provenientes da Fundação de Assistência ao Educando (FAE), destinados a Entidades Assistenciais que atendem o Menor, beneficiando cerca de 29 mil crianças e distribuindo cerca de 230 toneladas de alimentos;
- Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição (INAN) — participação que proporciona melhor atendimento às Creches, com o repasse de 103 toneladas de alimentos em média;
- ASCAR — Através do Protocolo de Intenções firmado entre o CAAC e ASCAR, Prefeituras Municipais, Núcleo de Voluntariado da LBA e entidades assistenciais recebem doações de amostras de grãos de arroz, feijão e outros, destinados a comunidades de pouca renda, mantendo cerca de 10 toneladas de grãos.

Como forma de possibilitar um melhor atendimento a entidades e, conseqüentemente, a pessoas que delas se beneficiam, notadamente crianças de creches, o CAAC repassou equipamentos, desde fogões, freezers, máquinas de costura, máquinas de lavar roupas, eletrodomésticos, bem como tecidos para confecção de fraldas, roupas de cama, colchonetes e também material escolar. Todos os repasses só são efetivados após supervisão às entidades solicitantes, a fim de verificar sua real necessidade e o bom uso e emprego das doações recebidas. Neste setor o CAAC conseguiu prestar um atendimento a 80% das reivindicações recebidas.

A Campanha do Agasalho, desenvolvida pelo Conselho com a participação do núcleo de voluntários, mobilizou toda a sociedade gaúcha, tendo obtido um expressivo apoio.

Nesta ocasião foram distribuídos em torno de 15 toneladas de roupas e calçados, e 55 mil cobertores.

Atenção especial foi dada ao Grupo do Chimarrão da Amizade, que culminou com a inauguração da Casa Lar Santa Terezinha do Menino Jesus, localizada na Rua Caçapava, s/n.º — Vila Mathias Velho, em Canoas, que abrigará pessoas idosas portadoras de deficiência mental. A construção do imóvel contou com recursos da METROPLAN. O CAAC intermediou com convênio com a CEASA, com vistas ao fornecimento de hortifrutigranjeiros semanalmente, além de fornecer todos os equipamentos necessários para o funcionamento, e mais recursos financeiros para sua manutenção, no primeiro ano de existência.

Em convênio mantido entre o Estado do Rio Grande do Sul e a Associação da Igreja Metodista da 2.ª Região Brasileira, construiu-se através do PIMES, dois Centros Comunitários: Centro Comunitário Lomba do Pinheiro, sito na rua Triunfo n.º 550, e Centro Comunitário Vila São Lucas, ambos em Viamão, os quais têm por objetivo o atendimento a menores carentes do sexo feminino, situados na faixa etária de 7 a 18 anos, e a suas famílias, com a finalidade precípua de proporcionar orientação educacional e profissionalizante.

## 2.17.5 — SECRETARIA ESPECIAL DE GOVERNO (SEG)

A Secretaria Especial de Governo, com objetivo básico de assessorar e dar apoio técnico-operacional ao Governador do Estado, subsidiando-o nas decisões sobre os Projetos Prioritários, desenvolveu, até o momento, as seguintes ações:

- Implantação do Sistema de Acompanhamento dos Projetos Prioritários do Governo, envolvendo:
  - Reuniões Setoriais a nível de Governo, para identificação, especificação e avaliação dos Projetos Prioritários e tomada de decisão pelo Governador do Estado;
  - Implantação de um Sistema Automatizado de Apoio, com relatórios de informações sobre metas, descrição, cronogramas físicos e financeiros, grau de execução e situação do andamento dos Projetos Prioritários do Governo;
  - Visitas de avaliação às obras prioritárias;
  - Articulação entre os diversos órgãos do Governo, com o objetivo de acelerar a implantação dos Projetos Prioritários;
- Elaboração do Relatório de Atividade da Gestão 1987/91, envolvendo informações setoriais, como:
  - Obras e realizações concluídas;
  - Obras e realizações em execução;
  - Obras e realizações futuras;
  - Análise da Evolução dos Serviços Públicos Estaduais;
  - Breve diagnóstico do setor;
- Implantação do Sistema de Dimensionamento da Ação Governamental e Localização das Obras e Ações vinculadas aos Projetos Prioritários, com mais de 7 mil obras e ações cadastradas e dimensionadas através de diversos indicadores, podendo ser agregados a nível regional, municipal, por função, programa e subprograma;
- Elaboração de relatórios de realizações regionais, quando da interiorização do Governo;
- Coordenação da Implantação do Projeto-Vida — Centro Humanístico, com 30.000 m<sup>2</sup> de área construída, numa área total de 120.000m<sup>2</sup>, localizado na Zona Norte de Porto Alegre, onde funcionava a Ex-Cerâmica Cordeiro. Projeto recentemente entregue à comunidade, onde se desenvolvem ações integradas nas áreas de Esporte, Lazer, Cultura, Trabalho, Saúde e Educação;
- Coordenação de Informática do Gabinete do Governador.
 

Estão em fase de desenvolvimento os seguintes sistemas:

  - Dimensionamento e Localização da Rede Física de Serviços Públicos;
  - Dimensionamento e Localização das Demandas por Serviços Públicos;
  - Sistema Integrado de Programação Financeira: Projetos Prioritários e Orçamento do Estado.

Estes sistemas visam a informar os diversos défictis de serviços públicos a nível municipal, regional, por função, programa, subprograma e projeto, para subsidiar a tomada de decisão governamental orientando, dessa forma, a elaboração da Proposta Orçamentária Anual e, periodicamente, a execução orçamentária.

Além desses sistemas, encontra-se em fase de conclusão o sistema “Modelo de Avaliação do Desempenho do Setor Público-Simulado”. Este Sistema permite dimensionar a ação governamental, em seus agregados maiores, de forma a avaliar o impacto dessa ação no atendimento às demandas por serviços públicos, bem como sua repercussão financeira para o Tesouro do Estado. Resultará, como produto final do mesmo, um conjunto de metas definidas, seus custos recorrentes e uma avaliação da ação governamental quanto à repercussão física — frente às necessidades sociais — e quanto à repercussão financeira — frente à capacidade de investir do Tesouro.

## **2.18 – AGRICULTURA E ABASTECIMENTO**

### **2.18.1 — SECRETARIA DA AGRICULTURA E DO ABASTECIMENTO (SAA)**

A Secretaria da Agricultura e do Abastecimento desenvolve suas atividades levando em conta as necessidades a serem atendidas e no intuito de melhorar o desenvolvimento técnico, social e econômico do setor primário, em especial do produtor rural, promovendo a sua fixação no campo.

Ao início da atual Administração, elegeu-se um conjunto de Projetos Prioritários, com a finalidade de dar maior ênfase às ações objetivadas nos mesmos, ainda que desenvolvidas através dos Programas executados, usualmente, pelos diversos Departamentos e órgãos vinculados à SAA.

São os seguintes os Projetos Prioritários, em execução, sob responsabilidade da SAA: Irrigação; Reforma Agrária; Construção de Paióis e Armazéns Individuais e Comunitários; Programa Florestal Estadual; Programa Estadual de Desenvolvimento da Citricultura; Alimento para o Povo; Apoio ao Pequeno Produtor Rural.

Alguns poderão não ser concluídos na atual Administração, mas sua inclusão demonstra a consciência de sua importância e o alerta da amplitude de seu significado, principalmente, visando à expansão e à modernização dos setores produtivos.

A seguir, são detalhadas as ações desenvolvidas pela SAA no período 1987/90, dentro dos seus diversos Programas.

Através do Programa de Produção Vegetal, a Secretaria desenvolveu ações de produção e certificação de sementes e mudas, bem como inspeções da produção e da comercialização de produtos vegetais.

O Estado do Rio Grande do Sul tem, nesta área, longa tradição na produção de sementes e mudas e dispõe de grande potencialidade para se auto-abastecer deste insumo, e, ainda, gerar excedentes exportáveis. A SAA atua no setor de certificação e inspeção da produção de sementes de olerícolas e cereais, assim como de plantas matrizes de clima temperado. Salienta-se a emancipação em relação à importação de batata-semente através das cultivares nacionais Baronesa, Santo Amor e Trapeira.

Através do Programa Estadual de Desenvolvimento à Citricultura, tem a Secretaria atuado na implantação de pomares de plantas matrizes de frutíferas, a nível de viveirista, na entrega de mudas sadias.

Promoveu, também, a certificação de 25.086t de sementes, a inspeção de 1.866ha de sementes de olerícolas, e de um total de 12 mil plantas matrizes.

Em convênio com o Centro Nacional de Pesquisa de Uva e Vinho da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), vem executando inspeções no setor produtivo e de

comércio para verificação da qualidade dos vinhos produzidos e comercializados (padrões genuínos), e investigando a presença de fraudes nos expostos à comercialização, além de participar na elaboração da Lei Federal nº 99.066, que regulamenta e dispõe sobre sua produção e comercialização (inclusive seus derivados).

No que se refere ao Fomento à Produção Vegetal, apoio básico à produção, ressalta-se a recuperação do Centro de Treinamento e Mecanização da Lavoura em Capela de Sant'Ana, com cursos de conservação e manutenção de máquinas agrícolas e de apicultura, com a finalidade de treinar agricultores e alunos de escolas agrícolas.

Na defesa da Produção Vegetal, destaca-se a fiscalização ao combate do Serrador da Acácia Negra, com o cadastramento de 14.271.500 árvores, 3.071 inspeções de matas, 84 palestras e 1.500 intimações. No combate ao Cancro Cítrico, visando a defender os pomares gaúchos, foram inspecionados 1.084ha de pomares, e exercida vigilância na produção de mudas.

Quanto à Fiscalização de Agrotóxicos, que é exercida com o CREA e a Secretaria da Saúde e do Meio Ambiente, foram fiscalizadas, 3.019 casas comerciais, em 276 municípios, sendo detectadas 2.726 infrações. Paralelamente, foram prescritas 10.768 receitas agronômicas e expedidas 1.500 informações sanitárias.

Na área de **Pesquisa Aplicada**, a SAA desenvolveu, durante o ano de 1990, 295 projetos pertencentes a 21 Programas Nacionais de Pesquisa, os quais tiveram apoio financeiro do Estado e de outras entidades. Esta programação visa a atender às necessidades e prioridades estabelecidas no Plano Indicativo da Pesquisa Agropecuária do Rio Grande do Sul.

Os trabalhos de pesquisa são desenvolvidos na Capital, e através de seus laboratórios, e nas 21 Estações Experimentais e 2 Subcentros, que estão estrategicamente distribuídos pelo Estado, com um quadro de 282 pesquisadores.

Uma das contribuições relevantes para a agropecuária nessa área, constitui-se no Estudo Básico da Microbacia Piloto — Vitor Graeff, envolvendo diagnósticos na microbacia, bem como trabalhos complementares que mostram a degradação do solo. O desmatamento e o aumento de sedimentos nos rios, associados ao uso intensivo do solo atingiu limites que comprometem a sua capacidade produtiva. A partir deste conhecimento, foi possível a aplicação de tecnologias para o aumento de 10% da área cultivada e de 40% da produtividade, principalmente em lavouras de trigo e soja.

Na pesquisa agronômica, a Secretaria integrou-se com outras instituições, na recomendação de cultivares de milho, soja, sorgo, feijão, girassol, trigo, maçã, pêra, pêssego, ameixa, citros, plantas olerícolas e outras. Participou ainda na recomendação de adubos corretivos, fungicidas, acaricidas, inseticidas, herbicidas, e de estratégias no controle biológico e integrado de pragas, doenças e plantas daninhas.

Foi lançado o Programa de Controle Biológico de Ácaros da Macieira, incluindo palestras e cursos para técnicos da EMATER e da iniciativa privada. Ainda na cultura da macieira, foram realizados trabalhos para redução do número de aplicações de inseticidas no combate à mosca-das-frutas, em média, de oito para três.

Na pesquisa zootécnica, através do Programa de Avaliação de Alimentos para Suínos e Gado Leiteiro, foi concluída a tabela de composição para 104 alimentos (qualidade nutricional nas rações caseiras balanceadas), que é utilizada por técnicos na formulação das rações. As cultivares de gramíneas perenes, lançadas pela SAA (IPZFO), estão sendo testadas em vários municípios, representando a alternativa forrageira de alta produtividade, para suprir o déficit das pastagens do outono/inverno. Nos testes de avaliação de bovinos de corte, que envolvem cerca de 100 animais das raças Hereford, Santa Gertrudis e Devon, os que se destacam são indicados paraterem seu sêmen difundido em larga escala.

Foram produzidas, através dos laboratórios, 374.494 doses de vacinas contra a brucelose, e 1.858.900 doses de vacina oleosa antiaftosa.

Na Estação Experimental de Silvicultura, foram coletados 4.035,8kg de sementes, utilizadas para florestamento e reflorestamento, e que são vendidas, ou doadas, através de convênios com Prefeituras, ou distribuídas a outras Estações.

Na área de Difusão de Tecnologia foram editadas 422 publicações, entre as quais: *Agro-nomia Sul-Riograndense*; *Anuário Técnico*; *Boletins*; *Folhetos*; *Revista do IPAGRO*, e trabalhos científicos.

Durante o ano de 1990, através do Programa de Reativação das Estações Experimentais, foi concluída a obra da nova cantina, e de um Centro de Transferência de Tecnologia (CTT), na Estação Experimental de Caxias do Sul, com 873,5m<sup>2</sup>, equipado e em funcionamento, com capacidade para elaborar até 100 mil garrafas — cerca de 80 mil litros de vinho. O Centro tem capacidade de acolher 25 pessoas e turmas de 40 alunos cada, onde são ministrados cursos ligados à área agrícola.

Aprovada a lei que cria a Fundação de Pesquisa Agropecuária do Estado, destinada a desenvolver atividades de pesquisa e experimentação, a SAA aguarda a reforma administrativa para sua implementação.

Tendo como base a utilização racional e não predatória dos Recursos Naturais Renováveis, fonte primária de valores, de riqueza e da identidade cultural de uma nação —, a Secretaria da Agricultura e do Abastecimento promoveu no período 1987/90, através de Programa específico, a visita técnica a 8.634 agricultores e a realização de 984 palestras educativas. Em 1990, realizou, em Conservação do Solo e Água, 192 divulgações em rádio, 185 em jornais e 19 em televisão. Foram atendidos 2.850 agricultores, assistidos 47.335ha, além da execução dos serviços de manutenção de 1.407km de terraços e locação de 675km de novos terraços, controle de 4.223ha de queimadas e acompanhamento de adubação orgânica em 2.734ha, 3.753ha de cultivo mínimo e 1.339ha de plantio direto.

Na área de Conservação e Manejo de Bacias Hidrográficas, em 1990, foram realizadas as setorializações das Sub-bacias do Rio Turvo, do Arroio Duro, do Rio Mampituba, da Microbacia do Arroio Xadrez e do Arroio Lajeado.

No que se refere a Florestamento e Reflorestamento, em 1990, deu-se continuidade ao Programa Florestal Estadual (PROFLOR), visando a conscientizar a população rio-grandense, da importância das florestas na economia dos municípios. Dentro do Programa, foram implantados viveiros municipais, com o objetivo de produzir mudas de essências florestais destinadas ao reflorestamento e atendimento da demanda de matéria-prima para as indústrias, para consumo energético, para a reposição da cobertura florestal e arborização urbana e/ou rodoviária. A produção total, de 1987 a 1990, foi de 71.579.770 mudas, das quais 69.874.000 em 1990, com uma distribuição de 52.480.000 mudas. Foram firmados ainda neste período, Termos de Ajustes com 201 Prefeituras Municipais, 17 cooperativas, 4 universidades, 2 colégios agrícolas e um presídio, com vistas a manter os serviços em 225 viveiros. Foram ministrados também, 10 cursos para viveiristas (com 150 novos viveiristas), realizadas 55 palestras na área florestal e ambiental, arborizados 28,5km de estradas, fixados 7.000m<sup>2</sup> de dunas e reflorestados 20.992ha em pequenos e médios imóveis rurais. Destaca-se, ainda, no âmbito da educação ambiental, o treinamento de 5.890 professores em cursos ministrados em 57 municípios do Estado.

Quanto aos Serviços de Preservação e Controle, ressalta-se, em 1990: a participação na elaboração do Projeto de Consolidação das Unidades de Conservação da Mata Atlântica e Ecossistemas Associados (visando à obtenção de recursos do Banco Mundial), em conjunto com a Delegacia Regional do Ministério da Agricultura, Fundação Zoobotânica do Rio Grande do Sul, Procuradoria-Geral do Estado; a ação conjunta com o IBAMA, visando à preservação de

ecossistemas representativos; a elaboração do projeto para a construção de um Centro de Interpretação no Parque do Turvo; a participação do 1º Ciclo de Debates sobre o Parque de Itapua e a participação no Congresso de Arborização no Paraná.

No quadriênio, foram coletados 25.976kg de sementes de árvores nativas, sendo 919,7kg em 1990, dos quais 759,6kg foram distribuídos através da Bolsa de Sementes.

Na área de **Produção Animal**, a Secretaria da Agricultura e do Abastecimento desenvolve suas ações visando à promoção, desenvolvimento da produção, assim como à defesa sanitária animal e melhoramento zootécnico dos rebanhos.

Através de 10 Coordenadorias Regionais e 232 Inspetorias Veterinárias Zootécnicas, situadas em vários municípios do Estado, promoveu-se cerca de 121.900 orientações aos produtores quanto a: manejo e melhoramento animal (cerca de 37 mil orientações); alimentação e Exposições e Feiras (em torno de 8.900 orientações), melhoramento do campo nativo, difusão de tecnologias, cursos e palestras, programas radiofônicos, e outros (cerca de 76 mil orientações).

Com os *Clubes de Integração e Troca de Experiências (CITEs)*, foram realizados 1.802 encontros, atingindo um público de 15.370 citienses e eventuais comunidades.

Foram atendidas, ainda, 642 propriedades em 39 municípios, através do Programa de Tração Animal e Melhoramento do Cavalinho de Serviço.

No Parque de Exposições "Assis Brasil", em Esteio, realizaram-se, em 1990, a 13ª EX-POINTER — Exposição Internacional de Animais, 7ª Exposição Nacional de Animais, 12ª Exposição de Máquinas e Implementos Agrícolas e a 7ª Feira Estadual de Artesanato. Ressalta-se a participação de vários países, bem como a significação atingida pelo valor das vendas, as quais, entre 1987 e 1990, alcançaram a importância de US\$ 9,76 milhões, correspondendo à venda de 4.500 animais de valor zootécnico excepcional.

Destaca-se, no mesmo período, o atendimento a 1.788.132 cabeças na vacinação contra brucelose com 157.019 exames diagnósticos, bem como a vacinação de 1.746.908 suínos contra a peste suína clássica, e a execução de 204.189 testes de tuberculização bovina.

Em relação ao combate à Febre Aftosa, salienta-se a vacinação com adjuvante oleoso em 11.694.190 cabeças, e com hidróxido alumínio em 628.175 cabeças.

No período, a SAA promoveu a visitação de médicos veterinários a 177.386 propriedades e foram atendidos por Inspetores Veterinários, 492.589 criadores, com uma média de 123.147 criadores/ano.

Através da Central Rio-Grandense de Inseminação Artificial (CRIA) foram promovidos, em 1990, cursos para inseminadores num total de 20 cursos, produzidas 73.614 doses de sêmen, e distribuídas 89.905 doses, bem como distribuídos 113.452 litros de nitrogênio e promovidas 17 palestras, com um atendimento a 185 municípios do Estado.

As ações executadas no período 1987/90, na área do **Desenvolvimento da Pesca** visaram a promover o aproveitamento dos recursos hídricos, com vistas a fornecer novas alternativas alimentares e econômicas ao produtor rural através da produção de 498.644 alevinos de carpa, cará, jundiá e tilápia e com um sistema de distribuição a Prefeituras Municipais, produtores rurais, além da orientação técnica aos interessados.

A orientação da política pesqueira para o Estado é efetivada pela SAA através do Conselho Estadual da Pesca, presidido pelo Secretário da Pasta, e que atualmente congrega mais de 20 entidades representativas do setor.

Promoveu-se ainda, no setor, a introdução de novas espécies, o desenvolvimento de novas técnicas de criação de peixes e rãs, o atendimento a 1.794 pessoas e/ou produtores, o treinamento de técnicos em piscicultura através do convênio com a Província de Shiga-Japão, e estudos sobre o cultivo de camarão, em convênio com a Fundação Universidade de Rio Grande (FURG).

Está programada, para fevereiro de 1991, a liberação de 10 milhões de pós-larvas de camarão rosa, na enseada do Saco do Justino, em Rio Grande.

Na área de **Organização Agrária**, foco de tensão social preocupante, a Secretaria da Agricultura e do Abastecimento adquiriu, de 1987 a 1990, através do FUNTERRA/RS, 19.081,74ha de terras para assentamento de 756 famílias de colonos sem terra, acampados nas Fazendas Anoni e Rincão do Ivaí, visando a minimizar os conflitos existentes.

Durante este período, a SAA assumiu o transporte das famílias deslocadas para as áreas adquiridas, e distribuiu alimentação num total de 466.032kg de alimentos, beneficiando a 2.429 famílias.

A Secretaria da Agricultura e do Abastecimento promoveu, ainda: o cadastramento e recadastramento de 858 famílias assentadas e/ou em processo de assentamento; a abertura de poços artesianos nos locais de assentamento; a medição e o loteamento das áreas adquiridas. Distribuiu, também, 407 Cartas de Anuência, regularizando situações ambíguas, compras, permutas ou heranças, além de doar vacas holandesas para o Projeto Nova Esperança de Bagé e nos Assentamentos São Roque e Nova Batalha, em Vacaria. Procedeu, ainda, à entrega de material de construção para aproximadamente 350 casas de madeira, beneficiando a instalação de diversos projetos de assentamentos.

No que respeita à divisão de terras públicas, foram fornecidas certidões de títulos de terras, e outorgadas concessão a ocupantes de terras devolutas, além de terem sido prestadas 1.508 informações, em processos de usucapião, para o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária e Procuradoria-Geral do Estado.

Na área de **Geografia e Cartografia**, na qual a SAA é o órgão estadual responsável pela promoção e divulgação do conhecimento geográfico, — destacando sua relevância econômico-social através de trabalhos de pesquisa, laudos de áreas e projetos que impliquem no uso e manejo de recursos naturais —, foram concluídos os trabalhos de revisão dos limites dos novos municípios, correção do memorial descritivo, cálculo da área e fornecimento da certidão respectiva, além da edição do Mapa Morfológico do Estado do Rio Grande do Sul, conclusão do Projeto do Novo Mapa Político do Estado, e demarcação das áreas adquiridas para assentamentos dos colonos sem terra.

Na área de **Irrigação**, a SAA tem sua política de atuação norteadada para a captação, controle e distribuição das águas superficiais e subterrâneas, com bombeamento para fins agropecuários, e voltada principalmente para o atendimento da pequena e média propriedade rural.

Esta linha de ação apóia-se, basicamente, na constatação de que o esgotamento e a erosão dos solos agrícolas, pelo desuso de práticas conservacionistas, e a agressão ao meio-ambiente, estão ocasionando o desequilíbrio ambiental, comprometendo as safras, e provocando a redução do nível de vida das populações rurais e urbanas do Estado, principalmente quanto à reserva hídrica para a dessedentação humana e animal.

Neste sentido, foi firmado um termo de acordo com o Conselho de Recursos Hídricos do Rio Grande do Sul (CONRHIRGS) em decorrência do qual foram executados: 2.966 açudes; 14 barragens; 27 canais de irrigação; 2.624 horas de subsolagem; terraceamento de microbacias, num total de 7.633 horas; 490 poços tubulares profundos.

Salienta-se que a SAA é executora de projetos elaborados nos Programas de Micro-Bacias Hidrográficas, e Micro-Açudes, sob a coordenação da EMATER.

*Cabe ressaltar, também, na estrutura da SAA, a Coordenação Estadual do Programa de Aproveitamento de Várzeas Irrigáveis (PROVÁRZEAS/RS), atualmente integrada ao Plano Estadual de Irrigação, e que tem como uma de suas atribuições a fiscalização do aproveitamento das águas das barragens e açudes, vindo a beneficiar mais de 5 mil produtores rurais com o Projeto de Planejamento Integrado do Uso de Água nas Barragens-Ponte.*

A Coordenação do PROVÁRZEAS/RS ainda supervisiona diversos agentes técnicos, como EMATER, IRGA, Empresas de Planejamento Agrícola, e Cooperativas.

O PROVÁRZEAS integra-se, também, ao Programa Nacional de Irrigação (PRONI), que se encontra, no Estado, a cargo da Secretaria do Interior, Desenvolvimento Regional e Urbano, e Obras Públicas (SDO), como responsável pela adequação da utilização de obras agrícolas executadas pelo PRONI e pelo controle econômico-financeiro do Fundo de Investimentos em Recursos Hídricos do Rio Grande do Sul. A equipe do PROVÁRZEAS/RS controla todo o processo, reportando-se à Secretaria da Fazenda, ao PRONI, e ao Banco Mundial.

Em 1990, foram executados aproximadamente 1.200 micro-açudes em conjunto com a EMATER e SAA, estando previsto atingir a meta de 1.500 micro-açudes até fevereiro de 1991.

Na área Administrativa, foram promovidas várias melhorias, no período 1987/90, tais como: centralização dos Almojarifados; construção do Almojarifado Central, com 700m<sup>2</sup>; centralização de todo o Departamento Administrativo em um único prédio; informatização do Fundo Estadual de Apoio ao Setor Primário (FEASP), da Divisão de Pessoal, — no que tange a diárias, cadastro dos funcionários, efetividade, controle de estagiários, controle de função e dos Serviços de Patrimônio e Almojarifado.

Na área de Planejamento Agrícola, foram prestadas informações agro-econômicas, realizados relatórios sobre análises conjunturais e acompanhamentos da execução físico-financeira das atividades, bem como a publicação do trabalho técnico "Agricultura em Números — 1988". Destaca-se, também, a participação no Grupo de Coordenação de Estatísticas Agropecuárias do Rio Grande do Sul, coordenado pelo IBGE.

## **2.18.2 — ASSOCIAÇÃO RIOGRANDENSE DE EMPREENDIMENTOS DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL (EMATER/RS)**

As principais atribuições da EMATER/RS são: organizar, administrar e mobilizar recursos financeiros, humanos, técnicos e materiais necessários ao desenvolvimento das atividades de assistência técnica e extensão rural no Estado do Rio Grande do Sul.

A EMATER/RS representa o principal órgão executor da política oficial de assistência técnica e extensão rural, por delegação dos governos Federal, Estadual e Municipal, mediante a utilização de processos educativos que estimulem o desenvolvimento do meio rural.

O público beneficiário da EMATER/RS no período 1987/90 manteve-se, anualmente, ao redor dos 133.556 agricultores (87% pequenos agricultores), 103.898 mulheres rurais e 23.098 jovens.

Nesse esforço educativo global a EMATER/RS completou o ano de 1990 com uma força de trabalho composta de 1.104 extensionistas de campo — sendo que destes, 288 foram admitidos recentemente —, e 167 classificadores. Esta força de trabalho está distribuída em 258 Escritórios Municipais de Extensão Rural e 43 Postos Avançados de Classificação de Produtos Vegetais.

Além das ações dirigidas ao público externo, dedicou-se ao aperfeiçoamento técnico de seus quadros funcionais e ao desenvolvimento organizacional, visando à maior eficiência, eficácia e efetividade dos serviços prestados ao seu público-fim.

As principais ações desenvolvidas no período 1987/90, tendo em vista a execução dos Projetos Prioritários do Governo do Estado para o setor Agropecuário, podem ser assim resumidas:

- Em **Microbacias Hidrográficas**, as ações desenvolvidas visaram a promover e recuperar as propriedades rurais, através do manejo adequado dos recursos naturais renováveis (solo, água e flora) e da concentração de recursos humanos, financeiros e materiais dos agricultores, da comunidade e do poder municipal, estadual e federal. Este trabalho abrangeu, no período, 112 municípios, 220 microbacias, 11.200 famílias, numa área de 222.000ha.
- Em **Irrigação e Drenagem**, as ações visaram ao melhor aproveitamento das várzeas e áreas irrigáveis, ao aumento da produtividade das culturas e à maior segurança na produção, especialmente das pequenas propriedades rurais, como também ao fornecimento de água para a irrigação de culturas produtoras de alimentos, através da construção de microaçudes e barragens-ponte. No período, foram elaborados 1.666 projetos para irrigação, drenagem e aspersão, para uma área de 20.108ha, e implantados 1.359 projetos, para uma área de 17.205ha, construídos 1.086 microaçudes e 140 barragens-ponte.
- Em **Construção de Paióis e Armazéns Comunitários**, as principais ações desenvolvidas pela EMATER/RS, com a colaboração da CESA, BADESUL, BANRISUL e FETAG, visaram a criar uma infra-estrutura, a nível de propriedade ou de comunidade, que possibilitasse a adequada conservação dos produtos, tanto os mantidos nos estabelecimentos para autoconsumo, como os que são levados à rede de armazenagem para beneficiamento e comercialização, tendo sido elaborados 2.180 projetos para paióis individuais e 30 para armazéns comunitários.
- Em **Fundo Estadual de Apoio ao Desenvolvimento dos Pequenos Estabelecimentos Rurais (FEAPER)**, as atividades desenvolvidas foram de execução do programa, que visa a proporcionar às pequenas propriedades rurais condições de acesso ao crédito, através de uma sistemática de pagamento em produto ou em equivalente ao produto, e dar cobertura à propriedade e suas necessidades. No período 1989/90 foram elaborados 6.725 projetos de crédito.

Com a mesma sistemática de pagamento, foram distribuídos a pequenos agricultores de 300 municípios, 2 milhões de quilos de semente de milho e 150 mil quilos de semente de feijão. Neste trabalho foram envolvidas, além da EMATER/RS, mais de 300 entidades como FETAG, Prefeituras Municipais, Sindicatos Rurais e Cooperativas.

- Em **Programa Nacional de Reforma Agrária** as ações desenvolvidas foram com o objetivo de prestar assessoria técnica e estimular a organização dos agricultores e suas famílias, nos projetos de assentamento governamentais. No período, foram trabalhados 52 assentamentos, assistidas 1.874 famílias, numa área de 38.477ha, em 24 municípios.
- Em **Citricultura**, as principais ações desenvolvidas pela EMATER/RS, num trabalho integrado com a SAA, Prefeituras Municipais, UFRGS, Cooperativas, FETAG, CADECRUZ, CEASA, agentes financeiros e Associações de Viveiristas, foram de buscar alternativas para, a curto e médio prazo, reduzir os problemas existentes na citricultura gaúcha. Foram assistidos 2.500 agricultores, plantadas 1.150.000 mudas, numa área de 2.500ha.

As ações desenvolvidas pela EMATER/RS no período de 1987 a 1990, tendo em vista o atendimento de outras prioridades foram agrupadas nos seguintes programas: Produção e Abastecimento, Proteção ao Meio Ambiente, Apoio à Produção e Promoção Social.

## — Programas de Produção e Abastecimento

No elenco dos programas de Produção e Abastecimento, as ações junto ao público beneficiário visaram ao abastecimento interno e à exportação de excedentes. A busca de maior produção e produtividade, feita basicamente, através de transferência de tecnologia agropecuária e gerencial, não descuidou da preocupação principal que é o aumento da renda e do bem-estar do agricultor e de sua família. Nesse sentido a EMATER/RS buscou sempre a tecnologia adequada às condições do Estado, levando em conta as características dos agricultores, e sua estrutura produtiva, o uso racional dos recursos naturais renováveis e o uso adequado dos agrotóxicos.

Como resultado destas ações, observa-se, no período, um adicional de produtividade entre agricultores assistidos e não assistidos, que variou de 8 a 48% nas grandes culturas (milho, feijão, soja, trigo, arroz, mandioca), até mais de 100% em cultivos especializados como o morango e o tomate. Também na produção animal se observaram diferenças significativas entre agricultores assistidos e não assistidos, que variaram desde 21% adicionais em produtividade de lã/cabeça/ano em ovinos, a mais de 80% em produção de leite/vaca/ano e leitões/porca/ano.

Além da busca da produção e produtividade, cabe destacar a preocupação em diminuir a dependência do Estado quanto à importação de hortigranjeiros, estabelecer novas alternativas de renda para as famílias dos pequenos agricultores, ofertar produtos mais frescos e a preços mais acessíveis aos consumidores e organizar a produção e a oferta de hortigranjeiros de acordo com a demanda. As Feiras do Interior têm mobilizado mais de 2 mil agricultores, em 175 feiras de 150 municípios, e as 16 Feiras do Litoral têm comercializado cerca de 6 mil toneladas de produtos por veraneio. Anualmente, foram implantadas mais de 500 estufas e túneis plásticos, que além de possibilitar a produção de hortaliças na entressafra, tornam os rendimentos alcançados por hectare, até mais de 100% superiores aos das lavouras convencionais.

## — Programas de Proteção ao Meio-Ambiente

As ações de conservação e recuperação dos recursos solo e água passaram a ser feitas de forma integrada e abrangente através das microbacias hidrográficas. Nos municípios onde ainda não se conseguiu a necessária organização para a ação integrada e o trabalho em microbacias, deu-se continuidade às atividades de conservação e prestou-se assessoria técnica em práticas conservacionistas para 71.131 agricultores, numa área de 485.683ha.

Na área de Defesa Sanitária Vegetal buscou-se, através de métodos integrados, assegurar o desempenho das culturas, a qualidade da produção, a preservação do meio-ambiente e a redução nos riscos de intoxicação por pesticidas, tendo sido assistidos anualmente 20.872 agricultores e jovens, para uma área de 282.492ha.

Dentro do objetivo de reduzir os riscos de utilização dos defensivos, intensificou-se o controle biológico da lagarta da soja com Baculovírus, atingindo no período 1987/90, por safra, cerca de 15 mil agricultores e uma área de 250 mil ha.

## — Programa de Produção e Abastecimento

No conjunto de programas de Apoio à Produção, a EMATER/RS buscou o desenvolvimento e a melhoria da infra-estrutura de produção, especialmente dos alimentos básicos, com vistas à maior capacidade, eficiência e estabilidade do processo produtivo.

Em Mecanização Agrícola foram desenvolvidas ações com ênfase em equipamentos de tração animal e utilização coletiva de máquinas e equipamentos, através de grupos informais ou organizados, a exemplo das Associações de Prestação de Serviços e Assistência Técnica (APSAT's). No período, foram assistidas e/ou organizadas 104 APSAT's em 70 municípios.

Na área de Agroindústria foi incentivada e estimulada a implantação de novas unidades transformadoras da produção agropecuária, bem como dado apoio tecnológico a indústrias já instaladas, visando, entre outros, ao aproveitamento de produtos a nível local, à fixação do elemento humano aos locais de produção, à geração de tributos e à melhoria do padrão de qualidade dos produtos adquiridos pelo consumidor. Foram assistidas 13 indústrias conveniadas e elaborados 62 projetos para reforma, ampliação ou instalação de novas indústrias.

Em Administração Rural foram assistidas 1.402 famílias, de forma integrada às demais atividades, visando a levar conhecimentos e habilidades, para que possam melhor administrar sua propriedade, racionalizando o uso de seus recursos e aumentando sua eficiência econômica.

A partir de 1988, por decreto do Governo do Estado o Serviço de Classificação de Produtos Vegetais (CLAVESUL) foi incorporado à EMATER/RS, passando a constituir-se no Programa de Classificação de Produtos Vegetais (PROCLAVE). Em 1988 o Programa possuía 34 postos de classificação e hoje conta com 43. No período 1988/90 foram classificadas 15,3 milhões de toneladas de produtos e emitidos 881 mil certificados.

O Programa de Bem-Estar Social tem como objetivo a melhoria das condições de saúde, nutrição e habitação das famílias rurais, tidas como expressão da qualidade de vida das famílias do meio rural e condição relevante no processo de desenvolvimento das comunidades rurais. As ações tiveram como público preferencial as famílias de pequenos agricultores, podendo ser enumerados os seguintes resultados: produção de alimentos, através de 19.728 hortas domésticas, 2.507 hortas escolares e 15.775 pomares domésticos; consumo adequado de alimentos — 20.442 famílias; industrialização caseira de alimentos — 21.248 famílias; armazenamento adequado dos alimentos — 13.044 famílias; melhoria da merenda escolar — 49.923 alunos; melhoria no abastecimento de água — 20.039 famílias; saneamento ambiental — 14.907 famílias; melhoria da habitação — 13.094 famílias; e saúde oral — 100.045 alunos.

Junto à Juventude Rural a EMATER/RS apoiou o trabalho de mobilização dos jovens rurais que vem sendo realizado pela Fundação para o Desenvolvimento da Juventude Rural do Rio Grande do Sul (FUNDAJUR). Esta mobilização conjunta possibilitou a criação de 34 Comissões Municipais de Jovens Rurais, de Comissões Microrregionais e de uma Comissão Estadual de Jovens Rurais, proporcionando atividades educativas a 23.098 jovens.

No Programa de Organização e Desenvolvimento Social Rural procurou-se atuar em apoio à organização das famílias rurais, através de um processo educativo, visando à criação e ao fortalecimento das suas instituições. Para resolver um dos problemas básicos do público preferencial da EMATER/RS, que é o de escala, tanto a nível de produção, como na compra de insumos e na comercialização da produção, foram desenvolvidas ações de entrosamento e integração com instituições, associações de produtores e cooperativas do Estado. Nesse sentido, foram assistidos 2.331 grupos de agricultores com 41 mil participantes, 2.014 grupos e clubes de mulheres rurais com 45 mil participantes, 466 grupos e clubes com 11.328 jovens, 93 cooperativas, 168 sindicatos rurais, 51 CITE's, 104 APSAT's e mais de 400 conselhos municipais e comunitários.

### 2.18.3 — COMPANHIA ESTADUAL DE SILOS E ARMAZÉNS (CESA)

A CESA é uma empresa de economia mista do Governo do Estado, prestadora de serviços que atua no campo da Armazenagem há quase 40 anos. Suas funções estão explicitadas no Artigo 1.º da Lei Estadual nº 5.836, o qual foi alterado pela Lei nº 8.823.

Pontando os objetivos da CESA, destaca-se o de executar no âmbito estadual a política oficial de guarda e preservação das safras agrícolas. Na execução de sua atividade-fim a CESA esteve, até 1970, voltada única e exclusivamente à armazenagem de grãos. A partir de então, direcionou-se, também, aos produtos altamente perecíveis e passíveis de frigoconservação.

A Rede Operacional da CESA conta com Unidades Armazenadoras em 27 municípios. São, ao todo, 733.200 toneladas de capacidade para grãos, nas 26 Unidades Armazenadoras de Grãos, mais os 66.000m<sup>3</sup> entre as duas Unidades Frigoríficas Polivalentes.

O Setor Armazenador no Rio Grande do Sul, apresenta particularidades resultantes de sua caracterização e composição, isto é, cerca de 10% da capacidade efetiva de armazenagem pertence ao Setor Público, sendo a CESA responsável pela metade deste quantitativo; os outros 90% dividem-se igualmente em dois grandes grupos, o das cooperativas agroindustriais e o da iniciativa privada.

Em levantamento efetuado pela CESA sobre a capacidade estática, somente dos órgãos governamentais no Estado, verificou-se um total de 1.288.388t, do qual a CESA participa com cerca de 53%, seguida pela PORTOBRÁS (TTS, no Porto de Rio Grande), com 22%.

No início do presente Governo houve a intenção de buscar uma racionalização administrativa do Estado, via redução dos paralelismos de função entre órgãos estaduais. Entre as medidas determinadas pelo Governo do Estado estava a incorporação, à CESA, da BANRISUL Armazéns Gerais S.A. (BAGERGS). Tal ação não foi ainda concretizada, porém a CESA já adequou sua lei constitutiva no sentido da efetiva incorporação.

Ainda, administrativamente, foram registradas na Junta Comercial, como Armazéns Gerais, todas as Unidades da Companhia, com o que foi garantida a maior abrangência no campo de atuação da CESA, consolidando e expandindo sua posição como prestadora de serviços de Armazenagem.

No desempenho operacional, isto é, na prestação de serviços a cerca de 15 mil clientes anuais, a Companhia tem demonstrado bons níveis de ocupação, tendo atendido, nos diferentes serviços, a mais de 2 milhões de toneladas de grãos, o que representa mais de dois giros da sua capacidade e índices de ocupação média superiores a 50% em cada um dos exercícios.

Na rede de 26 Silos e Armazéns ingressaram os produtos que contribuíram para o bom desempenho da Companhia, destacando-se, entre eles, o trigo, o milho, a soja, a cevada e o arroz. Nas duas Unidades Frigoríficas Polivalentes ingressaram inúmeros produtos passíveis de frigoconservação, entre os quais, as frutas "in natura", as carnes diversas e os produtos industrializados em geral.

No exercício de 1990, a rede de Silos e Armazéns, atuando em 25 municípios do Estado, recebeu cerca de 1.100.000t de grãos, as quais geraram um volume de estocagem em torno de 10.700.000t e 1.160.000t de expedição. Em produtos resfriados em ambiente controlado — Caxias do Sul e Capão do Leão — foram atendidos 19.500 paletes enquanto que em produtos congelados, as mesmas Unidades atenderam a 11.200 paletes.

No período 1987/90 a CESA beneficiou 5.160.000t de grãos, que geraram uma estocagem de 43.670.000t, e uma expedição de 5.810.000t. Nos produtos frigorificáveis foram atendidos 83.000 paletes de resfriados e 56.000 paletes de congelados.

Os investimentos, no exercício de 1990, foram praticamente nulos e, no período 1987/90 tiveram valores inexpressivos. A escassez de recursos não permitiu a expansão da capacidade da Empresa nos níveis necessários à sua viabilização. Em valores correntes, nos últimos quatro anos foram aplicados apenas Cr\$ 15 milhões, em reaparelhamento e conservação da rede da Companhia.

O desempenho empresarial da Companhia, não fugindo à regra geral e, em especial, o do Setor Armazenador, tanto no presente exercício como nos últimos quatro anos, caracterizou-se por momentos difíceis com o comprometimento de sua saúde financeira. Entre as causas desta situação, podem ser citadas: as dificuldades do setor agrícola face às constantes alterações na

condução da política do setor primário; a crítica situação do País causada pela explosão dos índices inflacionários; os efeitos dos planos econômicos com a conseqüente interferência nociva do Governo Federal na administração da política tarifária; a retração dos investimentos do Governo do Estado em geral, e, principalmente os recursos destinados à Companhia; e, mais recentemente, a decisão do Governo Federal, referente à não aquisição de produtos para estoques reguladores, bem como à liberação da compra ao trigo.

O Setor Armazenador Oficial, por todos os fatores apontados a partir de uma redefinição de seu espaço, deverá direcionar sua atividade prestadora de serviço. Assim, a CESA, na condição de balizador do Governo do Estado na execução do importante serviço de Armazenagem — o qual, juntamente com transporte, garante o sustentáculo da infra-estrutura de apoio ao setor primário —, deverá gestionar o fortalecimento da ação governamental na Armazenagem, trabalho este embasado na credibilidade que os bons serviços da CESA conquistaram junto a seus usuários e apostando nos respectivos benefícios, diretos e indiretos, prestados à economia do Estado.

#### 2.18.4 — FUNDAÇÃO ZOOBOTÂNICA DO RIO GRANDE DO SUL (FZB)

Tendo como objetivos principais expor espécimens da fauna e flora, manter áreas verdes, realizar o inventário da natureza, situação e características qualitativas dos recursos naturais renováveis do Estado, assim como prestar serviços à comunidade através de atividades culturais, educativas, recreativas e de lazer, a Fundação Zoobotânica do Rio Grande do Sul desenvolve ações para atingir seus fins através do Museu de Ciências Naturais, Jardim Botânico e Parque Zoológico.

O **Parque Zoológico (PZ)**, — que objetiva expor espécimens da fauna, manter áreas verdes e prestar serviços à comunidade, através de atividades educacionais, culturais, recreativas e de lazer — recebeu, no período 1987/90, uma visitação de 2.389.268 pessoas, produziu 1.276.657kg de forrageiras e 110.130 hortigrangeiros para alimentação dos animais em cativeiro. Possibilitou 73 estágios a estudantes, produziu 32.379 litros de leite e 8.556kg de iogurte natural, 1.625kg de mel, 12.077 ovos, 1.425 cobaias, 1.638 peixes, 11.550 larvas de tenébrions, e zelou pela manutenção de 2.231 animais. Cabe destacar o enriquecimento de exemplares da fauna com 1.808 animais e a baixa de 2.141 animais, entre aves e mamíferos.

Destacam-se ainda as obras, instalações e reformas do Projeto Prioritário "Reforma do Parque Zoológico" 1989/90, conforme discriminação abaixo:

- construção da Ilha dos Primatas, com 106,40m<sup>2</sup> e 550m de muro de arrimo; instalação de esgoto cloacal, com 850m de canos PVC; construção do Lago da Chuva, com 47m de muro e 400m de cerca de tela; reforma da Casa dos Elefantes, com 106,06m<sup>2</sup> e 428m de muro; construção do arrimo do Lago Principal, com 276m<sup>2</sup> e 428m de muro; construção de escadas para o Parque Infantil com 58m<sup>2</sup>; reforma do Recinto dos Avestruzes, com 310m de cerca de tela e 500m de dreno; construção de banheiro, com 56m<sup>2</sup>; construção e reforma de 153 churrasqueiras, aquisição de um trator, reforma da Lancheria Palhoça, com 30,10m<sup>2</sup>; reforma do estacionamento, com 600m<sup>3</sup> de aterro e 170m de canos; construção do acesso à Administração, com 190m; construção da Ilha do Lago Grande, com 220m de alvenaria e 10m<sup>2</sup> de grama; reforma do Restaurante Panorâmico, aguardando licitação.

O **Jardim Botânico (JB)** recebeu nesse período, 350.992 pessoas, produziu 204.370 mudas de espécies anuais e perenes, comercializou 70.745 mudas, atendeu a 160 instituições nacionais e internacionais, com o envio de 1934 amostras científicas de sementes coletadas em seu "arboretum" e em diversas regiões fitoecológicas no Estado, respondeu a 5.811 consultas científicas de pesquisadores, técnicos, estudantes e comunidade em geral, publicou 17.050 "folders" educativos, realizou 171 visitas orientadas.

O **Museu de Ciências Naturais (MCN)** promoveu um movimento de conservação do acervo de coleções científicas de 216.968 lotes; atendeu a 1.295 pessoas da comunidade, estudantes

e imprensa; ministrou 1.542 horas-aula, através de cursos, palestras, seminários; concluiu 42 pesquisas científicas; desenvolveu projetos de interesse médico-social, como o controle de Tungáse no Brasil, o levantamento de Anfíbios e Répteis da Estação Ecológica do Taim; continuou a expansão da sua ação no Interior do Estado através, principalmente, do Centro de Identificação da Fauna Urbana (CIFURB) nos municípios de Nova Bréscia, Ivoti, Cachoeira do Sul e Vacaria. Dentro do Programa de Atendimento aos Municípios, foi prestado assessoramento ao Município de Cristal, onde instalou-se o Parque Estadual Bento Gonçalves; foram oficialmente inauguradas as instalações do Núcleo Regional de Ofiologia "Thales de Lema" e o Auditório "Heraclides Santa Helena", com capacidade para 70 pessoas; concluíram-se as instalações para abrigar convenientemente as coleções científicas de Mastozoologia, Ornitologia, Malacologia e Porífera; foram concluídas adaptações de áreas de 73m<sup>2</sup> para instalação dos gabinetes de Ictiologia, Mastozoologia e de Ornitologia. Na área de Prestação de Serviços em Meio Ambiente, foram assinados contratos com a Companhia Petroquímica do Sul (COPE-SUL) visando ao assessoramento àquela empresa, para a implantação e manejo de seu "Parque de Proteção Ambiental" e formalizado contrato de prestação de serviços para a Petróleo Brasileiro S/A (PETROBRÁS), visando ao Estudo de Implantação de um Programa Ecológico para a Refinaria Alberto Pasqualini (REFAP), em Canoas. Foi dada continuidade aos convênios "Estrutura e Dinâmica com a Lagoa dos Patos", "Implementação do Núcleo de Ofiologia de Porto Alegre", "Quaternário do Estado do Rio Grande do Sul: Levantamento de Sítios Fossilíferos e Coleta Paleomastozoológica, Estudos Estratégicos e Paleambientais das Áreas Correspondentes", "Estudo de animais com potencialidade Cinegética".

Para o desenvolvimento de suas ações de pesquisa e prestação de serviços a Fundação Zoobotânica do Rio Grande do Sul contou com recursos provenientes de diversas instituições públicas, destacando-se convênios com o Ministério da Saúde, Educação, Agricultura, Marinha, Cultura, Desenvolvimento Urbano, Ciência e Tecnologia — através do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) —, Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP), Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF), Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) e outros. Contou, também, com auxílios concedidos pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul (FAPERGS).

A Fundação Zoobotânica vem, gradativamente, diminuindo seu efetivo de pessoal para desenvolver suas atividades, as quais, em contrapartida, vêm se expandindo em ritmo acelerado dentro dos seus órgãos operacionais. A FZB/RS se obriga a utilizar em quase todos os seus Núcleos e Setores, além de seus empregados, estagiários que são encaminhados através de convênios com outras entidades, tais como a Federação de Caça e Tiro, CNPq, FAPERGS, PUC/RS, Fundação para o Bem-Estar do Menor (FEBEM) — Programa Bom Menino —, Fundação para o Desenvolvimento de Recursos Humanos (FDRH) e Centro de Integração Empresa-Escola (CIE-E). Utiliza, também, contratos de prestação de serviços por tempo determinado. O efetivo de servidores tende a diminuir significativamente nos próximos anos, em função basicamente de aposentadorias, sem que exista a possibilidade da contratação de pessoal para suprir as vagas em aberto. Esta carência de pessoal torna-se de tal forma acentuada, que acaba ensejando desvios e acúmulos de funções. Atualmente, como em anos passados, o estrangulamento está localizado na falta de pessoal de apoio, com nível de 1º e 2º Graus, mas já com tendência à falta também de técnicos de nível superior.

#### 2.18.5 — INSTITUTO RIOGRANDENSE DO ARROZ (IRGA)

O Instituto Riograndense do Arroz, criado e oficializado pelo Decreto-Lei nº 20, de 20 de junho de 1940, e institucionalizado pela Lei nº 533, de 31 de dezembro de 1948 - tem por finalidade incentivar, coordenar e superintender a defesa da produção, da indústria e do comércio do arroz produzido no Estado.

No período 1987/90 esta Autarquia experimentou um processo de desaquecimento em suas atividades, que teve origem com o incêndio parcial de sua sede, ocorrido em junho de 1987.

A conseqüente escassez de recursos diminuiu, ou mesmo tolheu, muitas atividades que antes eram desenvolvidas junto à lavoura de arroz.

Mesmo assim, foram mantidas várias atividades junto ao setor arroteiro gaúcho.

Obedecendo à Portaria do então Ministério da Irrigação — PR/PRONI/Nº 307, de 21 de maio de 1987, foi realizado o Cadastro do Irrigante, sob a coordenação da Coordenadoria de Administração de Recursos Hídricos para Irrigação, com os objetivos de: conhecer e controlar a evolução da agricultura irrigada no País; compatibilizar o uso da água na irrigação com os outros usos; simplificar os processos de outorga de autorização e concessões e facilitar os trabalhos de pesquisa estatística e tecnológica; difundir os avanços entre os irrigantes.

O IRGA cadastrou cerca de 12 mil irrigantes, basicamente produtores de arroz, mas também os hortigranjeiros, os sojicultores e produtores de milho irrigado.

Em outubro de 1989, uma comissão instituída pelo Conselho Deliberativo do IRGA, teve por finalidade discutir e aprovar o novo valor da Taxa de Cooperação e Defesa da Orizicultura - Taxa CDO. O assunto, após amplo debate e profunda análise, em função da atual situação do Instituto, levou a Comissão a tomar a decisão de, em procedendo aos necessários cálculos, concluir pela fixação da mesma em um patamar de 0,204 BTN por saco de 50 kg de arroz em casca, com a conseqüente indexação.

Desta deliberação, em 29 de dezembro de 1989 foi publicado o novo art. 2º da Lei 8504, de 31 de dezembro de 1987.

O IRGA participou ainda da elaboração da proposta de gerenciamento do Sistema Estadual de Recursos Hídricos, instituído na nova Constituição Estadual, no art. 171. Segundo este artigo, o Estado passa a adotar as bacias hidrográficas como unidades básicas de planejamento e gestão, relacionadas com o uso e ocupação do solo, visando à melhoria da qualidade dos recursos hídricos e à regulamentação do abastecimento de água, tanto urbano quanto rural.

Comissão integrada por funcionários da Autarquia e arroteiros (que são conselheiros do IRGA), elaboraram um novo Decreto para regulamentar a indenização dos prejuízos sofridos em conseqüência da queda de granizo.

A Lei 533, de 31 de dezembro de 1948, em seu art. 25, criava a Taxa de Cooperação e Defesa da Orizicultura e a destinava, entre outras finalidades, para cobrir eventuais prejuízos ou danos causados pelo granizo. Em 11 de junho de 1977, o Decreto nº 25.665 normatizou esta indenização e agora, em 1990, o anteprojeto de um novo Decreto foi elaborado ajustando, atualizando ou preenchendo alguns claros existentes no Decreto ora em vigor.

Constituiu-se em um objetivo de trabalho de pesquisa, a plantação de milho, fora de época, com a finalidade de implementar cultura alternativa, de modo a não competir com a época de plantio da cultura do arroz, adaptando tecnologia de irrigação e drenagem para outras culturas em várzeas, de forma acessível ao produtor, a um custo baixo, e dando utilização para as várzeas em pousio, obtendo-se assim, através da diversificação de cultura, maior controle dos inços, especialmente o arroz vermelho.

Desse modo, na subestação de Rosário do Sul, foram plantadas 4 variedades de milho em 1ha de lavoura drenada por sulcos, não tendo sido irrigada devido às chuvas abundantes então ocorridas. Os rendimentos desse experimento foram três a quatro vezes superiores à média estadual.

Na subestação de Itaqui, foram plantadas 8 variedades de milho em 1,5ha, também drenado por sulcos, cuja colheita resultou acima da média do Estado.

Portanto em Itaqui como em Rosário do Sul, os resultados foram bem acima da expectativa.

Atualmente o Rio Grande do Sul possui cerca de 8.200 produtores de arroz irrigado, 835 indústrias e cooperativas arroseiras que beneficiam o produto (secagem, descasque, ensacamento ou empacotamento e armazenagem) e alguns milhares de comerciantes e atacadistas do produto.

O IRGA integrou caravanas de setores produtivos agrícolas do Estado, em Brasília, reivindicando recursos para garantir os preços mínimos da safra que está sendo colhida, ou solicitando Empréstimo do Governo Federal (EGFs) para a plantação ou colheita de arroz.

Desses encontros, foi obtida a transformação dos EGFs em AGFs (Aquisição do Governo Federal) e a liberação do "Bônus Colheita", que na realidade era o pré-EGF, pois destinava-se a cobrir gastos realizados na colheita do arroz.

O Departamento Comercial e Industrial, neste último quadriênio, quase não atuou junto ao Governo Federal, tendo comercializado apenas 261.001 toneladas de arroz e auferindo uma renda de Cr\$ 797,2 mil da Companhia de Financiamento da Produção (CFP), por armazenagem de arroz.

O IRGA vendeu 44.289 toneladas de arroz de sua produção própria, estando ainda estocadas em suas dependências, 275 toneladas de arroz em casca e 72 toneladas de arroz beneficiado.

Foi concluído o projeto do Centro de Pesquisa de Arroz Irrigado (CPAI), situado em Eldorado do Sul, com 2006ha de área e criado para ampliar os estudos de arroz, abrigando a atual Estação Experimental do Arroz (EEA).

Estão em execução algumas de suas etapas iniciais, como a marcação dos prédios da área geral do Centro, lançamento da rede geral de água e esgoto (aproximadamente 2 mil metros), instalação provisória da rede elétrica para alimentação da obra, pavimentação de algumas vias de acesso aos prédios, fundação (com estacas pré-moldadas) dos prédios n.ºs 02, 14, 15, 16, 17, 18. Atualmente essa obra encontra-se paralisada por falta de recursos.

Os laboratórios da Estação Experimental do Arroz (EEA), trabalharam intensamente, realizando, no período 1987/90, entre outras atividades: 8.260 análises de sementes de arroz; 5.780 análises de solo; 5.807 análises de centro branco; determinação da temperatura de gelatinização de 8.381 exemplares; determinação do conteúdo de amilose em 750 amostras.

A semente produzida pela EEA, semente básica, é multiplicada em lavouras de cooperantes, mediante um contrato no qual consta que toda a produção deve retornar para a Estação, onde é seca e beneficiada, dando a origem à semente certificada. A responsabilidade técnica desta multiplicação fica a cargo dos integrantes da equipe de semente da EEA, que realiza visitas periódicas nos campos de multiplicação.

Os diversos tipos de sementes produzidas pela EEA atingiram as seguintes quantidades: 1.196 quilos de sementes genéticas (cultivar e linhagens); 101.140 quilos de sementes pré-básicas; 124.670 quilos de sementes básicas; 1.558.600 quilos de sementes certificadas; e 780.450 quilos de sementes fiscalizadas.

Exceto onze cultivares (sementes genéticas), dos tipos de sementes enumeradas acima, foram multiplicados os seguintes: BR-IRGA 409; BR-IRGA 410; BR-IRGA 412; BR-IRGA 413; BR-IRGA 414; BLUEBELLE; IRGA 408; EEA 406; BICO TORTO COLOMBIANO; e de quatorze linhagens promissoras.

Entre os projetos de pesquisa de arroz desenvolvidos, destacam-se: melhoramento genético de arroz irrigado; ensaios regionais de cultivares e linhagens de arroz irrigado (Palmares

do Sul, Cachoeira do Sul, Rosário do Sul e Santa Maria); avaliação do sistema de plantio direto e convencional em linhas com diferentes espaçamentos e densidade de semeadura, em condições de lavoura: influência de genótipos com diferentes densidades de semeadura e população de arroz vermelho, na qualidade da semente, na infestação do solo e no rendimento de grãos de cultivares e linhagens de arroz irrigado EEA; efeito do ponto de colheita em duas cultivares de arroz irrigado em quatro densidades de semeadura; produção de semente genética pré-básica de arroz; avaliação de progênie e semente atípicas quanto à pilosidade das cultivares BR/IRGA 412 EEA; testes de adubos organo-mineral Guaíba, fontes e níveis de nitrogênio em arroz irrigado; eficiência fertilizante da adubação potássica para a cultura do arroz irrigado em relação ao modo e época de aplicação do adubo no solo; influência da rotação de cultura e incorporação de matéria orgânica nas características físico-químicas do solo de várzea; estudo da resistência varietal à bicheira da raiz; simulação de danos à lagarta da folha; danos do percevejo ao arroz; efeito de "Quinchlorac" em pré e pós-emergência; controle de "Echinochloa sp" e "Cyperus sp"; controle do arroz vermelho no plantio semidireto; controle de espécies daninhas; controle de "Aeschynomene sp"; causa, distribuição e importância das manchas das glumas em arroz irrigado no Estado; teste industrial em sementes para separação de arroz vermelho e preto dos agulhinhas; teste industrial em agroindústria para separação do arroz vermelho e preto dos agulhinhas; confecção de protótipo de secador de amos de arroz; confecção de pré-limpeza para mostra de arroz; confecção de sistemas de rosca afogada para circular o arroz do silo secador; teste de secagem com energia solar natural nas condições climáticas do Estado; confecção de protótipo de plantadeira de milho-soja em sistema de camalhões para solos hidromórficos.

A orientação e assistência técnica prestada aos orizicultores, através de 38 zonas de assistência, no ano de 1990, teve parte de suas atividades tolhidas, pela escassez de recursos. Contudo, no período 1987/90, destacam-se: nivelamento de 4.343.336m de canais e 401.445m de esgotos e drenos; visitas a 8.203 propriedades; atendimento a 33.999 consultas, no escritório; realização de 189 reuniões, atingindo 4.486 participantes; elaboração de 743 projetos de instalação de recalques para 85.892ha e de 826 anteprojetos de açudes para 463.765ha; reforma de 605 açudes (44.466ha) e construção de 369 açudes novos (20.074ha), além de exames preliminares em 1.172 açudes e 67 recalques.

O Centro de Treinamento de Mão-de-Obra Rural (CIMOR), visando a capacitar os trabalhadores das agroindústrias de arroz, através de treinamento rápido, programou 81 cursos para 1.053 trabalhadores, mas realizou apenas 36 desses, treinando 582 trabalhadores.

Dois desses cursos foram patrocinados, respectivamente, pelas Prefeituras Municipais de Uruguaiana e Rio Grande.

No período 1987/90 foram realizados 61 cursos de Conservação de Tratores e Regulagem de Arados e Grades para 954 treinados; 27 cursos de Mecânica de Motor Diesel para 409 treinados; 52 cursos de Aplicador de Defensivos Agrícolas para 796 treinados; 44 cursos de Conservação e Regulagem de Semeadeira-Adubadeira para 648 treinados; 75 cursos de Nivelador de Taipas para 1.253 treinados; 39 cursos de Classificador de Arroz para 489 treinados; 15 cursos de Secador de Arroz para 252 treinados.

Ao todo foram ministrados, nesses quatro anos de Governo, 313 cursos para 4.801 trabalhadores rurais ou de agroindústrias.

Para minimizar o problema dos agricultores sem terra no Estado, o IRGA realizou uma avaliação desses produtores rurais, selecionando 16 novos parceiros, que foram instalados na Unidade de Produção Agrícola (UPA), localizada em Palmares do Sul.

Assim, atualmente, a UPA é constituída de 68 parceiros agrícolas, que plantam arroz, utilizando para a presente safra (1990/91) 1.762,5ha de lavoura, além da área em que residem. Nesses últimos quatro anos esses parceiros cultivaram 6.877,5ha de arroz, com fornecimento de água e a terra por parte do IRGA.

No período 1987/90, a UPA armazenou 300.494 sacos de arroz, beneficiando, desse total, 279.238 sacos; limpou 254km de canais e esgotos, reconstruiu 68 pontes de madeira.

Em 1989, dado o grande número de parceiros, a UPA não desenvolveu lavoura própria, mas em 1990, para a safra de 1990/91, estão sendo cultivadas 100 quadras. Assim, o IRGA torna a ter lavoura própria tendo sido cultivados neste último quadriênio um total de 449 quadras quadradas de arroz (cerca de 900ha) por esta Unidade de Produção Agrícola, em lavoura própria.

No período 1987/90, o IRGA, através da Barragem do Capané, localizada em Cachoeira do Sul, irrigou 1.336ha de lavoura e arrendou 306ha de terras ao redor da mesma. Fez ainda manutenção manual, mecânica e química de 441km de canais de irrigação, realizou a manutenção (e também a construção) de 125 bueiros e comportas, e construiu 7 subestações de recalque de água para irrigação.

#### **2.18.6 — INSTITUTO SUL RIO-GRANDENSE DE CARNES (ISRC)**

O Instituto Sul Rio-Grandense de Carnes, criado pelo Decreto nº 5.648 de 13 de julho de 1934, é uma entidade pública autônoma e tem por finalidades essenciais: defender as indústrias agropecuárias do Estado; melhorar as suas condições e organizar a industrialização; estabelecer a colaboração entre o Estado e os produtores pela forma prevista no Decreto acima mencionado.

A Autarquia, no período 1987/90, suplantando algumas dificuldades, conseguiu levar a bom termo suas atividades, das quais citam-se como mais importantes: o assessoramento constante aos poderes Executivo e Legislativo, na forma de pareceres sobre problemas de sua área de atividades, prestando informações e participando de reuniões, e o intercâmbio permanente e intensa colaboração com as entidades representativas da produção, industrialização e comercialização de carnes.

A integração dos países do Cone Sul motivou a participação do Instituto numa série de reuniões, objetivando resguardar os interesses do Estado no que diz respeito à comercialização de carnes e derivados entre os países envolvidos.

Por outro lado, a suinocultura, por ter-se caracterizado como o segmento da pecuária estadual que maior instabilidade apresentou no decorrer de 1990, recebeu do Instituto o necessário apoio, especialmente no que se refere a uma melhoria dos preços pagos pelo suíno vivo a nível de produtor, e ao abastecimento de insumos para rações. Foram mantidos contatos permanentes com a Companhia Nacional de Abastecimento objetivando garantir o suprimento normal de milho, não só para a suinocultura, como também para a avicultura, já que o déficit na oferta foi de cerca de 500 mil toneladas.

Por ocasião do Seminário de Avaliação dos Problemas de Defesa Sanitária Animal e seus reflexos no comércio da produção gaúcha, realizado em 02/08/90, com a presença de autoridades e entidades do setor - principalmente do Ministério da Agricultura, da Secretaria da Agricultura e do Abastecimento, do Centro Panamericano de Febre Aftosa, IAGRO, FARSUL, SINCADERGS, FECOCARNE e Sindicatos Rurais - foi apresentado o projeto de defesa e inspeção sanitária animal para o Rio Grande do Sul. O documento propunha ao Instituto Sul Rio-Grandense de Carnes a execução das atividades administrativas de arrecadar e gerenciar os recursos provenientes da arrecadação das taxas, e ao Departamento de Produção Animal (DPA), da Secretaria da Agricultura e do Abastecimento, a execução das atividades técnicas da defesa e inspeção sanitária e industrial dos produtos de origem animal.

A partir daquele projeto foram elaborados dois decretos, um dispondo sobre a Inspeção Sanitária e Industrial dos produtos de origem animal, de acordo com a Lei Federal nº 7.889 de 23/11/89, e outro fixando as taxas relativas à Inspeção Sanitária.

O Instituto, juntamente com as demais entidades do setor de carnes, teve uma participação significativa na elaboração do projeto da substituição da responsabilidade tributária do pagamento do ICM nas carnes, participando de diversas reuniões com os técnicos da Secretaria da Fazenda.

Realizou, também, inúmeras reuniões com o segmento das indústrias de carnes do Estado para discutir: a situação do setor, o mercado e a política da carne no Rio Grande do Sul e Brasil; a problemática do clandestino, do sonegador, do abigeato; a necessidade de Inspeção em todos os estabelecimentos de carnes, para coibir a sonegação e o comércio de produtos que colocam em risco a saúde pública do consumidor.

A formação de um estoque regulador de carne é uma das metas do Instituto, em conjunto com a indústria frigorífica do Estado e com o apoio dos bancos oficiais. Já foi elaborado um programa visando à participação de todos os tipos de carnes, cada uma com quantia relativa à sua participação no mercado.

A completa ausência, já há alguns anos, do Governo Federal como elemento regulador do mercado, justifica plenamente a iniciativa do Instituto Sul Rio-Grandense de Carnes, no sentido de evitar sérios prejuízos à pecuária gaúcha, bem como garantir um normal abastecimento na entressafra.

O Instituto Sul Rio-Grandense de Carnes publicou ainda, o Boletim Informativo Mensal, com dados atualizados e completos sobre abate, produção, abastecimento, industrialização, importação, exportação e preços de carnes bovina, suína, eqüina, ovina, coelho, pescado e aves. A publicação tem circulação nacional e até em alguns países do Cone Sul, com tiragem de 500 exemplares mensais, sendo distribuída, preferencialmente, aos setores técnicos e financeiros das entidades. Diversas dessas entidades utilizam o Boletim para fins de planejamento, mercê da confiabilidade dos dados publicados, pois os mesmos são recolhidos diretamente dos estabelecimentos frigoríficos, em sistema próprio de coleta.

Conjuntamente com o Departamento da Produção Animal/SAA e Ministério da Agricultura, o Instituto Sul Rio-Grandense de Carnes promoveu um treinamento para os técnicos daquele Departamento que irão atuar na inspeção sanitária dos abates, conforme prevê a Lei 7.889, na área de bovinos, suínos e aves.

A Autarquia, visando a divulgar a alta qualidade da carne e derivados produzidos pela indústria gaúcha, colaborou na organização da V FENACARNE, bem como participou da XIII Expointer, expondo produtos suínos, de aves e cortes de carnes.

### **2.18.7 — COMPANHIA RIOGRANDENSE DE LATICÍNIOS E CORRELATOS (CORLAC)**

A CORLAC foi constituída em 1970, pela Lei nº 5.964, como empresa vinculada à Secretaria da Indústria e Comércio, e sucedendo ao Departamento Estadual de Abastecimento do Leite, que havia sido criado pelo Decreto-Lei 1.474 de 1947.

Após um período de instabilidade os estudos realizados no início desta administração, na própria Companhia; concluíram por sua viabilidade econômica e empresarial, a partir da adoção de medidas profundas em sua estrutura e em sua operacionalização.

Pela política então traçada, a CORLAC reassumiu a sua identidade histórica, a de Empresa Pública Agroindustrial, tendo por função primordial nortear as políticas, diretrizes e metas de fomento à produção do leite no Estado, além de retomar a sua função de reguladora do abastecimento, com leite e derivados, do mercado da Grande Porto Alegre e cidades do Interior.

As diretrizes adotadas nas diferentes áreas organizacionais foram: na Área Primária, o direcionamento do crescimento vertical e horizontal da bacia leiteira, objetivando o aumento da quantidade e a melhoria da qualidade da produção de leite; na Área Industrial, a montagem de um plano completo e abrangente, visando a racionalizar as operações industriais, eliminando e/ou cancelando, com exceção do leite de consumo, atividades e produtos comprometedores, porém estimulando sempre o desenvolvimento de produtos estratégicos e lucrativos; na Área Administrativa e Financeira, a identificação das metodologias organizacionais existentes e dos potenciais disponíveis, principalmente em Recursos Humanos e Centro de Processamento de Dados (CPD), adotando os mais eficientes métodos analíticos, capazes de abranger todas as quatro áreas de eficácia da Companhia; na Área de Marketing e Comercial, a determinação do mercado de atuação identificando e fixando as áreas e os respectivos pontos de venda que deverão compor esse mercado.

Em consonância à programação estabelecida, foram tomadas diversas providências. Visando à racionalização industrial, foram desativadas as usinas de pasteurização de Bento Gonçalves e Taquara, e promovida a fusão dos postos de Tapes e de Camaquã. Objetivando a racionalização administrativa, foi criado o Departamento de Planejamento e Controle, pela unificação dos setores de Estatística e Auditoria Interna e foi redimensionado o Centro de Processamento de Dados.

No intuito de racionalizar a produção, foi implantado um sistema de severo controle da produção diária de leite e derivados, assim como de estoques.

Tendo atingido, no ano de 1987, a recuperação administrativa e operacional como Empresa estruturada, reassumindo sua identidade histórica, no exercício de 1988, a Companhia Rio-grandense de Laticínios e Correlatos (CORLAC) procurou consolidar-se, pela recuperação econômico-financeira, seguindo as principais diretrizes propostas.

Com o objetivo de melhorar o desempenho comercial, foi realizado o incremento das operações de fornecimento de leite em pó, destinado a programas nutricionais às populações carentes, com diversos organismos públicos estaduais, em especial Secretaria da Educação e Secretaria da Saúde e do Meio Ambiente, e federais como FAE e LBA; e feita a distribuição de derivados para novas regiões do Interior do Estado, incrementando e otimizando, assim, a venda de seus produtos mais rentáveis.

Houve um crescimento geral na captação de leite "in natura", na ordem de dois milhões de litros, o que foi obtido graças ao trabalho de fomento realizado junto aos pequenos produtores rurais, bem como o início de atividades de novas bacias leiteiras.

Da mesma forma, foi alcançada uma expansão equivalente na venda de leite pasteurizado à população consumidora, superior a 2 milhões de litros, o que equivale a um incremento de 15,02%. Tais resultados também se fizeram sentir, em regra, na produção de derivados.

Quanto aos resultados, em vista das severas medidas adotadas no controle geral da produção, aliadas às medidas de racionalização administrativa e às decorrentes das incorporações das empresas subsidiárias, a CORLAC apresentou ao fim do ano de 1988, resultado operacional positivo percentualmente superior ao obtido no exercício anterior, ou seja, de 6,96% para 10,63% sobre o faturamento líquido.

Nos últimos anos a revenda de mercadorias foi incrementada, mormente gêneros alimentícios e outros produtos voltados às necessidades da família do produtor, de forma a propiciar ao fornecedor de leite a possibilidade de suprir sua despesa sem desembolso de dinheiro, isto é, através do sistema "troca-troca".

Em parceria com as Prefeituras Municipais, Legião Brasileira de Assistência Técnica (LBA), Fundo de Desenvolvimento Comunitário (FUNDEC), Secretaria Especial de Ação Comunitária

ria (SEAC) e Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), foram implantadas 6 microbacias leiteiras nas Coloniais de Santa Rosa, Iraí e Erechim, com o incremento da produção leiteira do Estado do Rio Grande do Sul.

Igualmente foi atingida a meta de expansão da produção leiteira pelas construções, em parceria com as comunidades locais, de novos Postos de Coleta e Resfriamento de Leite.

A transferência da vinculação governamental da CORLAC para a Secretaria da Agricultura e Abastecimento foi evento positivo, pelo inter-relacionamento das áreas de atuação, o que propiciou, de certa forma, a celebração de um convênio com a Associação Rio-Grandense de Empreendimentos de Assistência Técnica e Extensão e Extensão Rural (EMATER)/Associação Sulina de Crédito (ASCAR) objetivando a transferência do fomento à produção para estas últimas.

Foi criado o Centro de Treinamento Leiteiro (CTL) na Estação Experimental Zootécnica de Montenegro, onde foram sendo implantados, entre outros, os seguintes projetos: Genética de Bovinocultura de Leite; Criação da Terceira; Manejo da Produção de Leite; Premunicação e Comercialização de Vaquilhonas e Escola de Laticínios.

Desenvolveu-se, e foi lançado comercialmente o leite alternativo HOBBA, produto que pode suprir, nos períodos de entressafra, o mercado consumidor de leite pasteurizado, uma vez que na sua composição entram, em igual proporção, leite "in natura" e extrato de soja com vitaminas.

Apesar da escassez de recursos financeiros, alguns investimentos foram direcionados para equipamentos industriais. Por fim, a frota de veículos foi totalmente recuperada (reformada), já que não foi possível a renovação.

A CORLAC, ao final do ano de 1990, não apresentará os mesmos resultados positivos dos anos anteriores, o que se justifica pelas profundas modificações e dificuldades decorrentes não só do Plano Econômico do Governo Federal (Plano Collor), como da abertura de mercado a produtos concorrentes da Argentina e Uruguai, como, finalmente, a forte retração no consumo de produtos lácteos, vivenciada, nos últimos meses, pela falta de capacidade de compra da população consumidora.

A comercialização de leite pasteurizado, que representa 75% da receita da CORLAC, ficou grandemente prejudicada pela defasagem de preços, por estar balizada a sua fixação ao preço do "ticket" do leite, este sempre fornecido e estabelecido pelo Governo Federal, o principal comprador das indústrias, que em dezembro está fixado em valor de 20% inferior ao preço real.

As conquistas sociais da Nova Constituição Federal acabaram por ter reflexos no desempenho da CORLAC, como nas demais empresas, principalmente na elevação de encargos trabalhistas e tributários. Só a folha de pagamento repercutiu em 20% sobre o faturamento líquido da Companhia.

O mercado consumidor vem se apresentando muito retraído, ao longo do ano e os volumes físicos de alguns produtos chegaram a ter quedas de vendas de 40%, comparados aos anos anteriores.

Na área primária foi desenvolvido, juntamente com a LBA, o Programa Bacia Leiteira CORLAC/LBA, pelo qual foram atendidos 385 pequenos produtores em 12 municípios. Estes produtores puderam adquirir, pelo sistema de troca-troca, uma vaca de excelente genética leiteira, pagando-a com fornecimento de leite.

### 2.18.8 — CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DO RIO GRANDE DO SUL S.A. (CEASA/RS)

A Centrais de Abastecimento do Rio Grande do Sul S.A. (CEASA/RS), empresa de economia mista do Estado do Rio Grande do Sul, vinculada à Secretaria da Agricultura e Abastecimento, iniciou suas operações em 1973, e foi inaugurada em 8 de março de 1974.

Desde julho/89, com a transferência das ações da União para o Estado, sua composição acionária passou a ser a seguinte: 75,99%, do Estado do Rio Grande do Sul; 24%, da Prefeitura Municipal de Porto Alegre; e 0,01% de outros acionistas.

A CEASA/RS opera como um pólo centralizador e irradiador de produtos hortigranjeiros a nível de atacado, orientando quanto aos padrões, classificação e embalagens que devem ser utilizados.

Ingressam na CEASA/RS cerca de 36.000 t/mês de hortigranjeiros, o que representa 1/3 de toda a comercialização no Rio Grande do Sul.

Além das 166 firmas atacadistas que atuam na CEASA/RS, estão cadastrados cerca de 3.500 produtores, 6 supermercados e 4 cooperativas. No universo de 43ha de área da Empresa, estão instalados Bancos, Serviço de Extensão Rural, Segurança Pública, Laboratório de Análise Fitossanitária, Revenda de Insumos, Associações de Produtores e Atacadistas, etc., movimentando cerca de 70.000 veículos/mês.

Dentro do elenco de atividades realizadas pela CEASA/RS cumpre destacar a sua participação no Programa Prioritário do Governo do Estado "Alimento para o Povo", iniciado em 15 de agosto de 1990, e coordenado pela CEASA/RS juntamente com a FUNDASUL. Este Programa atua nas vilas carentes de Porto Alegre e Região Metropolitana, tendo como objetivo minimizar o custo alimentar das famílias de baixa renda (até 3 salários mínimos) e oferecer 14 produtos básicos de alimentação e 4 de higiene, 25 a 30% mais barato que o mercado varejista (supermercados e outros).

Atualmente o Programa comercializa em 103 pontos, em Porto Alegre, 2 pontos em Cachoeirinha, 2 em Alvorada e 1 em Guaíba. Atende a mais de 35 mil famílias, perfazendo quase 180 mil pessoas.

Todo este trabalho é feito com 20 ônibus usados, que foram adaptados em minimercados, sendo o Cais do Porto — Armazém C-2, o setor administrativo e operacional do Programa.

Outro programa desenvolvido como prioridade do órgão, foi o de Informatização da CEASA/RS, efetuado no exercício de 1990, usando um sistema de rede local "novoll" à qual irá se conectar até 100 micros. O sistema atual contempla 6 micros e tem por objetivo: o aprimoramento da contabilidade; o uso descentralizado da informática; o cadastro e recadastro de usuários por atividade; a informatização da estatística; o rateio de serviços prestados pela CEASA; a interligação dos departamentos via rede local de computadores; o sistema de folha de pagamento e treinamento de funcionários; e o acompanhamento ao Programa "Alimento para o Povo".

Além disso, a CEASA/RS assumiu o convênio com o Sistema de Informatização de Mercado Agrícola (SIMA), do Ministério da Agricultura e Reforma Agrária, com a interveniência da Secretaria da Agricultura e do Abastecimento.

Outros serviços e obras em realização merecem ser mencionados, tais como:

- o início da recuperação estrutural de 6 pavilhões de comerciantes, com área construída de 12.000 m<sup>2</sup> e área de execução da obra de 24.500m<sup>2</sup>;

- o início da construção de 10 lojas para produtos atípicos, junto ao pórtico de entrada, com a área de 1.000m<sup>2</sup> e a conclusão prevista para fevereiro de 1991;
- a execução de 200 metros lineares de muro frontal;
- início da construção de 5 armazéns para desdobramento de hortigranjeiros, com 2.000m<sup>2</sup> de área;
- a execução de nova rede de entrada de água (662 metros lineares), além dos serviços de reparação e manutenção geral em paredes e instalações em toda a área.

## **2.19 – INDÚSTRIA E COMÉRCIO**

### **2.19.1 — SECRETARIA DA INDÚSTRIA E COMÉRCIO (SIC)**

Desenvolver projetos e atrair investimentos ao Rio Grande do Sul, que permitam explorar seu grande potencial econômico e aproveitar melhor sua capacidade humana, tem sido a preocupação principal do atual Governo. É com este espírito, pois, que a Secretaria da Indústria e Comércio tem orientado a sua atuação política e promocional, nas áreas de indústria, comércio e turismo, funcionando como uma Secretaria-meio, de mobilização e articulação.

No período 1987/90 a SIC buscou, objetivamente, a promoção estadual institucionalizada, esforçando-se para a integração de órgãos da iniciativa pública e privada em um só sistema, procurando evitar a duplicidade de esforços dos mecanismos de atuação governamental e possibilitando, conseqüentemente, a racionalização e o ordenamento das atividades voltadas para o desenvolvimento sócio-econômico do Estado.

Cabe destacar a incisiva ação política desta Secretaria na aprovação do novo Fundo Operação Empresa (FUNDOPEM/RS), principal incentivo do Rio Grande do Sul à implantação de novos projetos industriais ou à expansão dos já existentes.

Tendo como linhas prioritárias ações concentradas na implantação e expansão de indústrias; na interiorização do desenvolvimento econômico e social; na conquista de novos mercados pelo comércio exterior; na atração de novos segmentos industriais; na agilização do comércio interno através do desenvolvimento de fornecedores locais; na promoção do complexo petroquímico nas suas três gerações; e no turismo, a Secretaria da Indústria e Comércio investe com grande confiança nos setores secundário e terciário da economia rio-grandense.

São os seguintes os projetos prioritários desta Secretaria: Fundo Operação Empresa (FUNDOPEM/RS); Implantação de Berçários para Microempresas Industriais; Desenvolvimento da Indústria Aeronáutica; Desenvolvimento da Indústria Automobilística, e Promoção do Pólo Petroquímico. Destacam-se, ainda, as ações desenvolvidas no Programa de Promoção Industrial do Rio Grande do Sul (PROIND); programa Gaúcho de Informações Comerciais (PROGIC); SIC — Porta Aberta ao Empresário — Balcão de Atendimento e Acompanhamento; Programa de Interiorização do Desenvolvimento Econômico, e Programa Comércio Exterior.

Dentro dessas linhas de ação, destacam-se, no período 1987/90:

#### **— Fundo Operação Empresa (FUNDOPEM)**

O Fundo Operação Empresa (FUNDOPEM/RS) tem como objetivo o apoio a projetos industriais, mediante incentivo financeiro, para implantação e expansão de empresas de pequeno, médio e grande portes, visando ao desenvolvimento econômico e social do Estado.

A partir da vigência da Lei nº 8.575, de 27/04/88 dando nova redação à Lei nº 6.427, de 13/10/72 que instituiu este fundo, foram encaminhados à Central do Sistema Estadual para Atração e Desenvolvimento de Atividades Produtivas (SEADAP) 166 projetos industriais, dos quais 52 foram aprovados (36 projetos de expansão e 16 de implantação de novas empresas

no Estado), 74 foram indeferidos ou não enquadrados e 35 encontram-se em enquadramento prévio ou em análise.

Além desses, há 5 projetos aprovados pelo Conselho Diretor aguardando a assinatura de decreto do Governador.

Os 52 projetos aprovados até o final de 1990 representam investimentos da ordem de US\$ 2,2 bilhões, possibilitando a criação de 12.893 novos empregos diretos e gerando um incremento adicional de ICMS para o Estado de US\$ 392 milhões, cujo retorno às empresas, na forma de ICMS incentivado, será de US\$ 83 milhões para os próximos três/cinco anos. Destes 52 projetos, 19 são do setor metal-mecânico, 15 do setor químico e petroquímico, 6 do setor de produtos alimentares e bebidas, 5 do setor de material elétrico-eletrônico e de comunicações e os demais dos ramos minerais não-metálicos, material de transporte, celulose e têxtil não-petroquímico.

Não obstante, se forem incluídos os 5 projetos — 2 de metal-mecânica, e os restantes de química e petroquímica, bebidas e editorial e gráfica — que aguardam decreto, o FUNDOPEM projeta para os próximos três/cinco anos US\$ 2,3 bilhões de investimentos totais, US\$ 1,6 bilhão de investimento fixo, um incremento de ICMS para o Estado de US\$ 440 milhões bem como a geração de 13.598 novos postos de trabalho.

Finalmente, cabe ressaltar que se encontram em fase inicial de cadastramento, junto ao SEADAP, cartas-consultas que geram investimentos novos superiores a US\$ 2,9 bilhões, incluindo a nova fábrica de celulose fibra-longa, as plantas petroquímicas de MVC-PVC e CUMENO-FENOL-CETONA.

#### — Berçários Industriais

Com o objetivo de apoiar microempresários industriais que apresentem propostas de produção de novos bens foi criado, em 1989, o Projeto "Berçários". O Estado constrói pavilhões industriais de 640m<sup>2</sup> divididos em módulos de 40m<sup>2</sup> e dotados de infra-estrutura básica material e de serviços. Estes espaços serão cedidos em comodato pelo prazo de 3 anos e os custos administrativos (serviços e recursos humanos) serão rateados condominialmente.

Entre as ações desenvolvidas no período 1989/90, destacam-se:

- Contrato firmado entre SIC e Companhia de Desenvolvimento Industrial e Comercial do Rio Grande do Sul (CEDIC) para a construção de seis pavilhões destinados aos berçários dos municípios de Torres, Tramandaí, Rio Grande, São Gabriel, São Sebastião do Caí e Santa Maria;
- Inauguração do Berçário de Torres em 29/09/90;
- Repasse de Recursos do Estado à Prefeitura de São Gabriel para a construção do Berçário do Município (1.<sup>a</sup> parcela);
- Inauguração do Berçário de Tramandaí, em 19/12/90.

#### — Desenvolvimento da Indústria Aeronáutica

Projeto prioritário de Governo, busca estimular o desenvolvimento de empresas vocacionadas para o setor aeronáutico, através da absorção de novas tecnologias e fabricação de produtos com maior valor agregado, utilizando a cláusula de compensação comercial (Off-Set).

Destacam-se entre as ações realizadas no período:

- Assinatura, em 07/06/89, de Protocolo de Intenções entre o Governo do Estado e o Departamento de Aviação Civil (DAC) do Ministério da Aeronáutica, objetivando o respaldo institucional e tecnológico deste Ministério;
- Constituição do Grupo de Coordenação Geral, composto por representantes de 16 entidades, órgãos e empresas, com o objetivo de promover estudos de viabilização e implementação do programa, além de lhe proporcionar apoio institucional (1989);
- Levantamento das indústrias gaúchas fabricantes de equipamentos e acessórios para o setor aeronáutico (1989);
- Visitas a laboratórios para a elaboração de manual de apoio ao setor (1989);
- Lei n.º 8.892, de 1.º/08/89, que reduz a alíquota do ICMS de 17% para 12% na aquisição de aviões, helicópteros, peças, partes e componentes quando esta se efetuar com a utilização da cláusula de Compensação (Off-Set), de percentual igual ou superior a 5%;
- Lei n.º 8.955, de 12/12/89, que parcela o ICMS em até 5 anos nos contratos com cláusula de "off-set";
- Realização de estudos (1989/90) para a criação de outro instrumento para incentivar o setor (TECNOPEM);
- Inclusão do Rio Grande do Sul (1989) na Câmara Setorial do então SDI/MIC (hoje Ministério de Economia, Fazenda e Planejamento), que estuda estímulos e a política de desenvolvimento nacional do complexo industrial aeronáutico e aeroespacial;
- Assinatura, em 29/03/90 de Carta de Intenções entre o Governo do Estado, FIERGS e empresas gaúchas do setor aeronáutico, com o objetivo de realizarem estudos para a formação de consórcio;
- Realização de painéis sobre o Programa, visando à sua divulgação e necessidade de constituição de um consórcio gaúcho de produtores de aeropeças, em Porto Alegre (FIERGS), Caxias do Sul (CIC), em Pelotas (CINPEL) e Passo Fundo (ACISA);
- Assinatura, em 29/09/90, de Termo de Cooperação entre a VARIG e a AEROMOT para a execução de estudos de mercado, identificação e dimensionamento de oportunidades de negócios junto a fabricantes de aeronaves, especialmente no contexto da cláusula de compensação comercial;
- Reunião, em 18/12/90, no Departamento de Comércio Exterior (DECEX) do Ministério de Economia, Fazenda e Planejamento, para discutir a cláusula de compensação, diante da nova política de importações do Governo Federal.
- **Programa de Desenvolvimento da Indústria Automobilística**

Projeto prioritário de Governo, tem por objetivo propor políticas e instrumentos de apoio, promover ações junto ao setor público federal e setores privados nacional e internacional, no sentido de viabilizar programas e projetos nessa área.

Como principais ações desenvolvidas em 1990 destacam-se:

- Constituição, através do Decreto n.º 33.527, de 10/05/90, do Grupo Executivo composto pelos Secretários da Indústria e Comércio; de Coordenação e Planejamento; da Fazenda;

de Energia, Minas e Comunicações; e para Assuntos Internacionais, bem como, representantes da Assembléia Legislativa do Estado, da área empresarial e de trabalhadores, para a consecução dos objetivos do programa;

- Constituição de Grupo Técnico composto por representantes do BRDE, FIERGS, SIVEI-PEÇAS, SEAI e SIC para assessorar o Grupo executivo. Este GT elaborou o documento "Apreciações Sobre a Instalação de uma Montadora de Veículos no RS";
- Realização de visitas e contatos com os Ministérios de Economia, Infra-Estrutura e Educação;
- Realização de visitas e contatos com grupos empresariais nacionais e estrangeiros do setor automobilístico (Monteiro Aranha, Gurgel, Toyota do Brasil, Peugeot, Renault, Sevel).
- **Pólo Petroquímico**

Com a implantação do Pólo Petroquímico de Triunfo, o Rio Grande do Sul passou a contar com um segmento industrial altamente lucrativo, capaz de gerar elevadas arrecadações de tributos e empregos diretos e indiretos.

Por estes motivos, entendeu o Governo do Estado, que o desenvolvimento deste Pólo seria um projeto prioritário de Governo, cuja meta seria a implantação ou expansão de indústrias de primeira, segunda e terceira gerações.

Dentre as ações desenvolvidas neste sentido, no período 1987/90, destacam-se:

- Garantia, por parte do Governo Federal, de continuidade das obras de ampliação da Unidade de Destilação Atmosférica da REFAP, com vistas a um aumento na produção de nafta petroquímica;
- Desgargamento em 25% da COPEL, que passou a produzir 577.000 t/ano de ETENO;
- Criação do Grupo Executivo da Petroquímica (GEP), através do Decreto nº 33.162 de 12 de abril de 1989, cuja missão seria de desenvolver estudos e coordenar ações visando à ampliação do Pólo Petroquímico;
- Gestão para implantação das empresas: Oxiteno do Nordeste S. A. — já inaugurada — (planta de US\$ 39 milhões), Oxiquímica S.A. (US\$ 52 milhões), Estireno do Sul (US\$ 110 milhões), Capuava Carbonos Industriais (US\$ 52 milhões), no Rio Grande do Sul;
- Obtenção de autorização, junto ao Governo Federal, para implantar a Indústria Neofen S.A. que produzirá 148.000 t/ano de cumeno, 110.000 t/ano de fenol e 67.000 t/ano de acetona, com investimentos de US\$ 180 milhões;
- Obtenção de autorização, junto ao Governo Federal, para implantar a Indústria Petrocolor S.A., que irá produzir 180.000 t/ano de MVC, 180.000 t/ano de PVC, 125.000 t/ano de soda a 100% e 111.000 t/ano de cloro, com investimento de US\$ 480 milhões;
- *Autorização de instalações ou ampliações aprovadas ou em execução:*
  - Petroquímica Triunfo — 130.000 t/ano de polietileno linear de baixa densidade;
  - Oxipar S.A. — produção de anidrido maleico;
  - Polisul S.A. — ampliação em 60.000 t/ano de polietileno de alta densidade;
  - P P H — ampliação em 160.000 t/ano de prolipropileno;

- Petroquímica Triunfo — ampliação em 50.000 t/ano de polietileno de baixa densidade;
- Petroflex — ampliação em 40.000 t/ano de SBR e 20.000 t/ano de elastômero termoplástico;
- Nitriflex — ampliação em 10.000 t/ano de EPDM;
- Projetos em andamento aguardando a ampliação da Central de Matérias-Primas:
- Polisul — produção de óxido de eteno;
- Ultraquímica — produção de óxido de propeno;
- Obtenção de autorização, pelo Governo Federal, da ampliação da Central de Matérias-Primas (COPEsul) em mais 60%, elevando a produção de eteno para 923.000 t/ano, com investimentos previstos de US\$ 450 milhões.

Ações do Governo no exercício de 1990, que merecem destaque:

- Autorização para ampliar a COPEsul em 60%;
- Elaboração de propostas de privatização da COPEsul;
- Realização conjunta entre SIC — BADEsul e FIERGS para a implantação dos seguintes projetos pela United Nations Industrial Development Organization (UNIDO):
- Banco de Dados — está sendo implantado pela UNIDO, um Banco de Dados no BADEsul, com informações locais, nacionais e internacionais sobre química e petroquímica;
- “Workshop” — 16 técnicos do Estado estarão sendo treinados para fazer planejamento nas áreas de química e petroquímica. Nesta oportunidade a UNIDO transferirá um “Software”, contendo mais de 600 processos petroquímicos;
- Simpósio e Feira — está sendo organizado um Simpósio sobre química e petroquímica, onde 12 consultores internacionais selecionados pela UNIDO, debaterão temas relacionados a surfactantes, aditivos para plásticos e borracha, aditivos para alimentação humana e ração animal, corantes e pigmentos, fármacos, pesticidas, intermediários orgânicos, processos de transformação de plásticos e metodologia e procedimentos de plantas de multipropósito e por bateladas. Este evento ocorrerá de 4 a 8 de março de 1991 e, concomitantemente, haverá uma feira de produtos, equipamentos e serviços;
- Centro de Pesquisas — está sendo estudada a implantação de um Centro de Pesquisa nas áreas de química e petroquímica, sugerido pela UNIDO como forma de diminuir a dependência tecnológica estrangeira.

#### — Programa de Promoção Industrial do Rio Grande do Sul (PROIND)

O Programa de Promoção Industrial do Rio Grande do Sul (PROIND) é um programa de união de esforços entre Governo e iniciativa privada, constituindo-se num instrumento de mobilização empresarial que visa promover o Rio Grande do Sul como opção para atração de novos investidores e empreendimentos, tendo como setores prioritários para investimentos: química (incluindo segunda e terceira gerações de petroquímica); segmentos de alta tecnologia (informática e automação industrial, mecânica de precisão, química fina, farmacêutica, biotecnologia, microeletrônica, eletrônica embarcada e novos materiais); siderurgia e fundição; mecânica e material de transporte (com destaque à indústria automotiva); bens de consumo essenciais (eletrodomésticos, produtos alimentares, etc.).

São participantes do PROIND: o Sistema Estadual para Atração e Desenvolvimento de Atividades Produtivas (SEADAP), que se compõe de 24 Organismos da Administração Estadual Direta e Indireta; "SIC — Porta Aberta ao Empresário" — Balcão de Atendimento e Acompanhamento; Entidades Empresariais — Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul (FIERGS), Federação das Associações Comerciais do Rio Grande do Sul (FEDERASUL) e Associação dos Dirigentes de Vendas do Brasil (ADVB); Empresários do Estado, e de outros Estados; Conselho de Desenvolvimento Econômico dos Municípios (CONDEM); Grupo Técnico de Apoio e Agentes Promotores, de nível, na busca de investidores.

O PROIND tem como estratégias de ação a coleta e sistematização das informações sobre os setores industriais prioritários, a identificação dos investidores potenciais e visitas pessoais aos grupos empresariais.

No período 1988/90 este Programa alcançou as seguintes metas:

- Elaboração e atualização do Manual do Empresário e respectivas Separatas, a saber: — Separata 001 — Legislação do FUNDOPEM/RS; — Separata 002 — Conversão da Dívida Externa; Separata 003 — A Importância Econômica do RS; — Separata 004 — Legislação Atualizada do FUNDOPEM/RS (1990), constituindo-se, estas publicações, em material de apoio ao empresário que busca informações básicas no encaminhamento de suas questões ou problemas;
- Atualização permanente do Manual do Operador (Volumes I e II), que é o principal material de suporte do Balcão, contendo as principais informações e procedimentos a serem adotados em resposta aos atendimentos (incentivos, constituição e organização de empresas, impostos, linhas creditícias, como exportar, etc.);
- Elaboração do trabalho "RS — Uma Ótima Opção para Investimentos" (versão em português e inglês), com o objetivo de divulgar o Estado;
- Elaboração da pesquisa "Vazios Industriais", com o objetivo de detectar oportunidades de investimentos que se configurem como vazios da matriz industrial do Estado; para tanto, foi realizada sondagem empresarial (1989) em 100 indústrias do Estado que importam matérias-primas de outras unidades da Federação; os dados levantados foram processados, tendo sido elaborado o relatório final da pesquisa (1990);
- Programação e acompanhamento de missões estrangeiras no Rio Grande do Sul: duas procedentes do Japão e uma da Itália;
- Atendimento de empresários nacionais e estrangeiros no encaminhamento de questões relativas a novos investimentos no Estado (japoneses, italianos, dinamarqueses, argentinos, alemães, holandeses, etc.);
- Elaboração de catálogos e painéis expositivos de produtos das principais indústrias do Rio Grande do Sul;
- Elaboração da publicação "Cadastro Ativo da Produção Gaúcha" contendo o universo de estabelecimentos industriais (25 mil empresas) do Estado, por município, incluindo razão social, endereço e número de empregados.

Criado em 1989, este Programa objetivou estudar e ajudar na reativação de complexos industriais semi ou totalmente paralisados, tendo desenvolvido contatos e reuniões na busca de soluções políticas e econômicas, visando a encontrar saídas para os problemas enfrentados pelas empresas (formação de cooperativas de funcionários, associação, "Joint-ventures"). As seguintes empresas constituíram-se em objeto de estudo (1989): Ladrilhos Ipiranga, Cerâmica

**Cordeiro, Kopler Weber, Frigorífico Renner, Indústria de Máquinas Enko e Calçados Flame. Em 1990 não foram identificados novos casos.**

— **Programa Gaúcho de Informações Comerciais (PROGIC)**

O Programa Gaúcho de Informações Comerciais (PROGIC) objetiva criar um sistema permanente de informações confiáveis, organizadas e sistematizadas sobre os produtos que compõem a pauta.

Para a execução destes objetivos desenvolveram-se as seguintes ações, no período 1988/90:

- Atualização dos dados de exportação e importação do Rio Grande do Sul e prestação de informações a diversas entidades públicas e privadas;
- Tratativas junto à Companhia Estadual de Energia Elétrica (CEEE) e Centrais Elétricas do Sul do Brasil S.A. (ELETROSUL) com vistas à consecução dos convênios firmados para a identificação de fornecedores locais;
- Elaboração do cronograma anual de trabalho, prevendo datas de reuniões, bem como o manual de procedimentos do PROSUL, contendo um roteiro básico para avaliação de empresas e sugestões de trabalho para o ano de 1989;
- Análise e avaliação das empresas de fundição (com relatório consolidado), de caldeiraria e usinagem;
- Proposta de criação de uma associação constituída por representantes das empresas pertencentes ao PROSUL;
- Elaboração de estatutos e critérios para a Associação;
- Encerramento das atividades do PROSUL, considerando a atual conjuntura da PETROBRÁS, que não permite dar continuidade às atividades do programa, conforme a proposta de Associação (1989);
- Reavaliação do PROSUL (1990), tendo sido formulada uma nova proposta na qual está inserida a constituição de um consórcio de empresas compradoras de itens importados que opera através de uma Secretaria Executiva. Esta proposição foi enviada, em setembro de 1990, a cerca de 40 empresas potenciais compradoras a fim de retomar o Programa, estando no aguardo da manifestação de possíveis interessados a constituírem o consórcio.

— **SIC Porta Aberta ao Empresário — Balcão de Atendimento e Acompanhamento**

O Balcão Central, com início de atividades em setembro/87, e os 61 Balcões localizados no Interior do Estado, implantados a partir de dezembro/88, correspondem a uma interiorização da SIC, servindo de elo de ligação entre os municípios e a Secretaria.

Através deles, os empresários têm acesso a todo tipo de informações e orientações necessárias ao desempenho de suas atividades, destacando-se informações sobre financiamentos do sistema financeiro estadual, documentação exigida pela Junta Comercial, Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI), programas da SIC, dados sócio-econômicos, informações sobre oportunidades de investimentos, incentivos (FUNDOPEM), distritos industriais, etc.

Como principais ações desenvolvidas destacam-se, no período 1987/90:

- Interiorização do Balcão: programação e realização de cinco cursos de treinamento para a implantação do Balcão de Atendimento e Acompanhamento ao Empresário em 61 muni-

cípios, a saber: Agudo, Alvorada, Alegrete, Bagé, Cacequi, Cachoeira do Sul, Cachoeirinha, Camaquã, Canela, Canoas, Capão da Canoa, Carazinho, Casca, Chiapeta, Condor, Cruz Alta, Encantado, Erechim, Estrela, Frederico Westphalen, Giruá, Gramado, Gravatá, Guaíba, Ijuí, Itaqui, Ivoti, Jaguarão, Lagoa Vermelha, Montenegro, Muçum, Nova Prata, Novo Hamburgo, Palmeira das Missões, Panambi, Passo Fundo, Pedro Osório, Pelotas, Rio Grande, Rio Pardo, Ronda Alta, Santa Bárbara do Sul, Santa Rosa, Santiago, Santo Ângelo, Santo Antônio da Patrulha, São Borja, São Gabriel, São Lourenço do Sul, São Luiz Gonzaga, Sobradinho, Tapera, Tapes, Taquara, Taquari, Tenente Portela, Tramandaí, Três Passos, Triunfo, Vacaria e Venâncio Aires;

- Atendimento, através dos 62 balcões implantados, a cerca de 5 mil consultas (2 mil no ano de 1990);
- Elaboração de informativo periódico, para circulação junto aos Balcões;
- Realização, em 1990, de treinamento individualizado para a implantação de 3 novos balcões no Interior do Estado e para a substituição de 2 operadores de balcões já instalados;
- Realização, em 1990, de dois encontros regionais (em Palmeira das Missões e Pelotas) de avaliação do desempenho dos balcões, abrangendo 12 municípios;
- Instalação, no Balcão Central da SIC, de um Minibanco de patentes do setor coureiro-calçadista, contendo uma resenha da documentação existente no INPI (1990), sendo os próximos setores a serem contemplados os de: eletro-eletrônica, informática, petroquímica, autopeças, mecânica de precisão, aeronáutica e alimentação.

#### — Programa de Interiorização do Desenvolvimento Econômico

Este Programa, criado em 1988, prevê a adoção de ações e medidas que venham a facilitar e estimular o desenvolvimento econômico integrado no Interior do Rio Grande do Sul. Compreende três projetos básicos:

- Extensão ao Interior do Estado do Balcão Central de Atendimento e Acompanhamento ao Empresário;
- Estímulo e orientação à criação de Conselhos de Desenvolvimento Econômico Municipais (CONDEM's);
- Orientação para que os municípios elaborem seus Perfis Sócio-Econômicos, com vistas a bem informar potenciais investidores de fora da região do Estado.

Para o alcance de suas metas foram realizados contatos, através dos Balcões, visando a motivar as comunidades para a implantação do Conselho de Desenvolvimento Municipal, como também o assessoramento a 48 Prefeituras Municipais, objetivando a realização dos levantamentos sócio-econômicos.

Outras ações desenvolvidas em 1990 constituíram-se em:

- Elaboração do documento "A Industrialização em Nível de Município — Sugestões para Estratégia", contendo as linhas básicas que o município deve observar para promover a sua industrialização;
- Participação em painel de Seminário promovido pela Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul (FIERGS), em agosto/90, com o objetivo de expor às Associações Comerciais e Industriais do Interior do Estado as formas de industrialização que poderiam ser desenvolvidas nos seus municípios.

cípios, a saber: Agudo, Alvorada, Alegrete, Bagé, Cacequi, Cachoeira do Sul, Cachoeirinha, Camaquã, Canela, Canoas, Capão da Canoa, Carazinho, Casca, Chiapeta, Condor, Cruz Alta, Encantado, Erechim, Estrela, Frederico Westphalen, Giruá, Gramado, Gravatá, Guaíba, Ijuí, Itaqui, Ivoti, Jaguarão, Lagoa Vermelha, Montenegro, Muçum, Nova Prata, Novo Hamburgo, Palmeira das Missões, Panambi, Passo Fundo, Pedro Osório, Pelotas, Rio Grande, Rio Pardo, Ronda Alta, Santa Bárbara do Sul, Santa Rosa, Santiago, Santo Ângelo, Santo Antônio da Patrulha, São Borja, São Gabriel, São Lourenço do Sul, São Luiz Gonzaga, Sobradinho, Tapera, Tapes, Taquara, Taquari, Tenente Portela, Tramandaí, Três Passos, Triunfo, Vacaria e Venâncio Aires;

- Atendimento, através dos 62 balcões implantados, a cerca de 5 mil consultas (2 mil no ano de 1990);
- Elaboração de informativo periódico, para circulação junto aos Balcões;
- Realização, em 1990, de treinamento individualizado para a implantação de 3 novos balcões no Interior do Estado e para a substituição de 2 operadores de balcões já instalados;
- Realização, em 1990, de dois encontros regionais (em Palmeira das Missões e Pelotas) de avaliação do desempenho dos balcões, abrangendo 12 municípios;
- Instalação, no Balcão Central da SIC, de um Minibanco de patentes do setor coureiro-calçadista, contendo uma resenha da documentação existente no INPI (1990), sendo os próximos setores a serem contemplados os de: eletro-eletrônica, informática, petroquímica, autopeças, mecânica de precisão, aeronáutica e alimentação.

#### — Programa de Interiorização do Desenvolvimento Econômico

Este Programa, criado em 1988, prevê a adoção de ações e medidas que venham a facilitar e estimular o desenvolvimento econômico integrado no Interior do Rio Grande do Sul. Compreende três projetos básicos:

- Extensão ao Interior do Estado do Balcão Central de Atendimento e Acompanhamento ao Empresário;
- Estímulo e orientação à criação de Conselhos de Desenvolvimento Econômico Municipais (CONDEM's);
- Orientação para que os municípios elaborem seus Perfis Sócio-Econômicos, com vistas a bem informar potenciais investidores de fora da região do Estado.

Para o alcance de suas metas foram realizados contatos, através dos Balcões, visando a motivar as comunidades para a implantação do Conselho de Desenvolvimento Municipal, como também o assessoramento a 48 Prefeituras Municipais, objetivando a realização dos levantamentos sócio-econômicos.

Outras ações desenvolvidas em 1990 constituíram-se em:

- Elaboração do documento "A Industrialização em Nível de Município — Sugestões para Estratégia", contendo as linhas básicas que o município deve observar para promover a sua industrialização;
- Participação em painel de Seminário promovido pela Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul (FIERGS), em agosto/90, com o objetivo de expor às Associações Comerciais e Industriais do Interior do Estado as formas de industrialização que poderiam ser desenvolvidas nos seus municípios.

## — Comércio Exterior

Em termos de comércio exterior, a atuação da Secretaria no período em questão, objetiva incrementar e diversificar a pauta de exportações do Estado, consolidando mercados tradicionais e buscando a expansão de novos mercados. Destacam-se as ações a seguir discriminadas:

- Convênio firmado entre a SIC e o MIC com a finalidade de fiscalizar feiras e exposições realizadas no território estadual, vigindo de 1987 a princípios de 90, quando ocorreu extinção do referido Ministério;
- Protocolo Geral de Intenções firmado entre a SIC e o Ministério de Relações Exteriores, assinado em 1988, estando ainda em vigor, oportunizando apoio local aos empresários no que concerne a informações de mercado e oportunidades comerciais;
- Modernização do sistema de informações com a informatização das mesmas, a criação do banco de dados sobre oportunidades comerciais no Exterior para produtos gaúchos e o cadastro dos cerca de 1200 exportadores e respectivos produtos;
- Elaboração, publicação e divulgação do “Guia de Exportação do Rio Grande do Sul”, instrumento de divulgação do setor exportador no País e no Exterior, que visa a aprimorar a eficiência do setor através da divulgação da oferta exportável por produto, identificando o exportador registrado na CACEX;
- Recepção e acompanhamento a inúmeras missões e diplomatas estrangeiros, para tratativas de intercâmbio comercial e “Joint-Ventures”, salientando-se as dos seguintes países: Japão, Itália, Cuba, Suíça, África do Sul, Costa Rica, Inglaterra, Trinidad Tobago, Holanda, Alemanha, Hungria, Moçambique, Angola, entre outros. Em 1990 cabe registrar Missões da Argentina (3), Holanda (2) e Japão;
- Realização de missões governamentais e apoio efetivo a missões empresariais ao estrangeiro, por parte do Governo do Estado, as quais mantiveram entendimentos comerciais e/ou participaram de feiras. No período realizaram-se missões à Costa Oeste dos Estados Unidos, ao Japão, à Itália, à Cuba e à Taiwan, enquanto em 1990, destacam-se: nova missão ao Japão, participação na Feira de Hannover/Alemanha, reunião no GTZ — órgão oficial alemão que subsidia países em desenvolvimento, visita ao Centro para promoção de Importações de Países em Desenvolvimento — em Rotterdam/Holanda;
- Apoio direto ao VI e VII Seminários sobre Exportações no Rio Grande do Sul;
- Através de decreto do Governador do Estado foi criado o “Projeto de Ação Destinado a Promover o Incremento das Exportações” de cinco setores gaúchos com maior potencialidade exportadora, a saber: fundidos, forjados, confecções, móveis de madeira, pedras preciosas e alimentação. Tal projeto consistiu na criação de um grupo de trabalho formado por empresários de cada segmento e por representantes do Governo Estadual, que levantou as dificuldades e sugestões para incrementar as exportações. A Secretaria publicou cinco trabalhos, um para cada setor, contendo sugestões e apresentando as características específicas de cada mercado importador, em termos desta estrutura de distribuição, até adequação dos produtos a cada mercado, que foi demandado por exportadores, “tradings” e empresários do setor.
- Participação nos diversos eventos ocorridos com vistas a promover a integração dos países do Cone Sul;
- Orientação e assistência ao empresário quanto a conceitos e técnicas de comércio internacional, política de apoio e procedimentos administrativos, financiamentos disponíveis e participação em feiras;

- Divulgação de oportunidades comerciais de eventos promocionais (feiras, exposições) internacionais;
- Acompanhamento e divulgação de informações estatísticas do comércio internacional.

Além dos programas anteriormente mencionados, a SIC desenvolveu ações voltadas à promoção de "joint-ventures", bem como participou de feiras, seminários e simpósios.

Com relação a "joint-ventures" foram efetivadas as seguintes ações:

- Contatos com diversas Câmaras de Comércio de países como a Itália, França, Alemanha, Japão, etc, com vistas a localizar empresas estrangeiras que tenham interesse em associação com empresas do Estado para capital e tecnologia;
- Realização de pesquisa para identificação de empresas gaúchas interessadas em associação com empresas estrangeiras;
- Participação no Programa da Comunidade Econômica Européia, objetivando a promoção de "joint-ventures" entre empresas brasileiras e européias.

Cabem destacar, ainda, as seguintes atividades desenvolvidas em 1990, cujas ações estão em andamento:

- "Made In Rio Grande do Sul" — promoção de exposições itinerantes utilizando os "show-rooms" existentes nas representações diplomáticas brasileiras no Exterior;
- Instalação de escritório de Representação do Rio Grande do Sul para o Mercado Comum Europeu em Rotterdam/Holanda;
- Ingresso do Brasil no Bureau Internacional de Exposições, com vistas à realização de uma Feira Internacional no Rio Grande do Sul (na Capital), prevista para o ano 2009;
- Programa "Cor e Forma" — divulgação de material enviado pelo CBI/Holanda com as tendências da moda inverno'91 (vídeo e álbum), com total aproveitamento pelo setor confecções/vestuário;
- Assessoramento aos empresários através da "Vitrine do Exportador" criada em 1989;
- Divulgação de diversas feiras internacionais realizadas na Alemanha (Pedras Preciosas e Bijouterias — Berlim, Igedo e GDS — Düsseldorf, Inhorgenta — Munique), em Moçambique — "Bitz 90" e em Osaka/Japão — "Máquinas Operatrizes".

### 2.19.2 — AÇÚCAR GAÚCHO S/A (AGASA)

A AGASA foi criada pela Lei Estadual nº 4.428, de 21 de dezembro de 1962. A Empresa tem por objetivo a cultura da cana-de-açúcar, industrialização e comercialização de açúcar e de produtos subsidiários e derivados, bem como dedicar-se ao desenvolvimento e à exploração de atividades afins.

Ao par da realização da safra 1987/88, que rendeu 3.557 t de açúcar e 2.160 t de melaço, a AGASA contava com uma ociosidade de 70% da sua capacidade instalada. Iniciou-se então uma fase de estudos, na busca de alternativas para a mesma, dentro do contexto econômico e social da região na qual está situada, em Santo Antônio da Patrulha.

Paralelamente, objetivando a recuperação da Empresa, foram realizados estudos em busca de alternativas privatizantes a serem analisadas pelo Poder Executivo. Na ocasião, uma das

alternativas apontadas seria a de transferir a AGASA para uma sociedade cooperativa dos produtores da região.

No ano seguinte, 1988, a AGASA continuou incentivando o plantio de cana através dos pecuaristas da região, de outros municípios, e também plantio próprio procurando assim diminuir a sua capacidade ociosa.

Apesar dos esforços realizados no sentido de recuperação, a situação da Empresa tornou-se muito crítica, principalmente, devido à falta de matéria-prima na região, e, ainda, a outros fatores agravantes.

A AGASA teve, no ano de 1989, aprovado pela Assembléia Legislativa o Projeto de Lei do Poder Executivo, autorizando a sua privatização, com prioridade de transferência do seu patrimônio, no prazo de 180 dias, a uma sociedade cooperativa de canavieiros da região e de funcionários da Empresa.

Na impossibilidade da viabilização do projeto da Cooperativa no prazo fixado, ficou o Poder Executivo autorizado a implementar a privatização da AGASA, mediante licitação.

Assim sendo, em 09 de janeiro de 1990, através da Lei n.º 8.977, o Poder Executivo foi autorizado a proceder à transferência do patrimônio da AGASA. De conformidade com esta lei, o Governador do Estado editou o Decreto n.º 33.421, de 19 de janeiro de 1990, que constitui a Comissão de Implementação da Privatização da Açúcar Gaúcho S/A (AGASA), composta por um representante da Procuradoria-Geral do Estado, um representante da Secretaria da Indústria e Comércio e um representante da Secretaria da Fazenda.

Em 27 de março de 1990, pela Portaria n.º 05/90-GS, o Secretário de Estado da Indústria e Comércio designou servidores para integrarem a referida Comissão.

Em 21 de novembro de 1990, a Comissão de Privatização da AGASA publicou o Edital n.º 001/90 para a pré-qualificação dos interessados na aquisição do controle da Empresa.

Presentemente, a Comissão está analisando os documentos da pré-qualificação.

### **2.19.3 — COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL E COMERCIAL DO RIO GRANDE DO SUL (CEDIC)**

A CEDIC foi fundada em 12 de janeiro de 1973, com o objetivo de fomentar o desenvolvimento do Rio Grande do Sul. Sua forma de atuação é como órgão de apoio e executor da política traçada pela Secretaria da Indústria e Comércio (SIC).

Para atingir suas metas, a CEDIC faz uso de diversos instrumentos de promoção industrial, dentre eles a implementação de Distritos Industriais implantados pelo Estado, o apoio técnico e assessoramento às Prefeituras Municipais e aos empresários, os Perfis de Oportunidades de Investimentos e o Programa de Implantação de Berçários para Microempresas.

Durante o período 1987/90 a CEDIC deu continuidade aos trabalhos realizados nos Distritos Industriais administrados pela Companhia e que são: Distrito Industrial de Cachoeirinha (DIC); Distrito Industrial de Gravataí (DIG); Distrito Industrial de Rio Grande (DIRG); Distrito Industrial de Santa Maria (DISM); Distrito industrial de Bagé (DIB); e Distrito Industrial de Alvorada-Viamão (DIAV); além de darem início aos trabalhos do Distrito Industrial de Canoas-Guajuviras (DICG).

No período considerado, a CEDIC firmou Escritura com 63 empresas que adquiriram lotes nos Distritos Industriais, a preço beneficiado, como forma de incentivo financeiro do Governo do Estado para suas implantações. Foi também expressivo o número de interessados em

lotes industriais, sendo que destes, 37 assinaram Contrato Preliminar de Reserva de Área. Quando estas empresas entregam a documentação necessária, esta é enviada para análise no Sistema Estadual para Atração e Desenvolvimento de Atividades Produtivas (SEADAP), passando, após, para a fase de escrituração, concretizando-se a venda do lote.

Como os Distritos Industriais de Cachoeirinha e Gravataí estão em fase final de ocupação, a CEDIC está canalizando esforços no sentido de implantar o Distrito Industrial de Alvorada-Viamão (DIAV), que se constitui num dos Projetos Prioritários do Governo do Estado. Tão logo esteja liberado o projeto de loteamento, pelo Cartório de Registro de Imóveis de Alvorada, estarão à disposição dos empresários interessados os 39 lotes que compõem a 1ª etapa, os quais estão sendo dotados de infra-estrutura básica.

Visando a dotar a Região Metropolitana de mais uma opção de localização industrial, a Companhia de Desenvolvimento Industrial e Comercial do Rio Grande do Sul (CEDIC), vem gerenciando, junto aos órgãos públicos competentes, a regularização da área destinada ao Distrito Industrial de Canoas-Guajuviras.

A implantação deste Distrito está na dependência do posicionamento da Assembléia Legislativa quanto à nova destinação de parte ou de toda a área.

Para o Distrito Industrial de Rio Grande (DIRG) foram canalizados esforços visando a divulgar o Distrito e suas vantagens, atraindo, assim, novos empreendimentos para o Estado. Este Distrito possui um objetivo mais amplo que os demais, uma vez que se destina, também, a abrigar a atividade retroportuária do Superporto de Rio Grande.

Atualmente, existem 6 empresas em implantação no Distrito Industrial de Rio Grande (DIRG), sendo 3 do Setor de produção de óleo de soja, as quais pretendem investir montante superior a US\$ 100 milhões e gerar 700 novos empregos.

Recentemente foram liberados mais 5 lotes no Terminal Retroportuário Alfandegado (TRA) e, com a execução de parte da Via Coletora de Tráfego que está programada, serão beneficiados outros 8 lotes. A ocupação desses lotes, por empresas que trabalham com containerização, atenderá uma demanda existente para esse tipo de serviço e viabilizará a concretização do Terminal, servindo como elo de ligação entre a atividade industrial de produção de bens e a atividade portuária de importação e exportação.

Outro projeto em andamento no Distrito Industrial de Rio Grande (DIRG) é o loteamento das Pequenas e Microempresas, que contará com 34 lotes e visa a atender a antiga reivindicação da comunidade e dos empresários rio-grandinos.

Atualmente existem 81 empresas em funcionamento nos Distritos Industriais, as quais empregam mais de 12 mil pessoas, tendo apresentado, em 1989, um crescimento real de 26,5% na geração de ICMS sobre o ano de 1988.

Considerando as 61 empresas em projeto ou em implantação nos Distritos, a projeção é de que gerem cerca de 6.500 empregos diretos quando entrarem em funcionamento. Este número terá significativo acréscimo quando da implantação dos Distritos Industriais de Alvorada-Viamão e de Canoas-Guajuviras, uma vez que existem diversos empresários interessados na compra de lotes para ali instalarem suas unidades industriais.

Sendo a CEDIC um organismo voltado ao fomento do desenvolvimento industrial do Estado, acredita-se que os resultados alcançados justifiquem plenamente a prática dos Distritos Industriais como instrumento para a realização das metas desejadas.

Outro veículo de promoção industrial, do qual a CEDIC faz uso, é o Programa de Municipalização do Desenvolvimento Industrial que objetiva atender às Prefeituras Municipais, na forma

de assessoramento técnico, visando à implantação e ao desenvolvimento das Áreas Industriais Municipais.

Esse assessoramento se traduz nas seguintes atividades:

- análise locacional da gleba destinada a abrigar a Área Industrial;
- elaboração do Plano Diretor e Normas de Uso do Solo para a Área Industrial;
- elaboração do Estudo das Potencialidades Econômicas do Município-alvo;
- acompanhamento jurídico das diversas etapas do projeto das Áreas Industriais Municipais.

No período considerado, já foram atendidos 49 municípios dentre os mais variados estágios de assessoramento.

Outro instrumento de promoção industrial consiste na elaboração de Perfis de Oportunidades de Investimentos (POIs), uma atividade que realiza pesquisa e estudos para identificação de espaços vazios ainda existentes na matriz industrial do Rio Grande do Sul e elabora estudos de mercado, perfis e/ou pré-projetos de viabilidades das oportunidades identificadas, com o objetivo de transformá-las em investimentos para o Estado.

O programa já realizou mais de 70 estudos, contemplando pequenos empreendimentos de repercussão municipal e/ou regional e grandes projetos com repercussão estadual.

Estes Perfis foram disseminados no Estado, País e Exterior e, a partir deles, muitas novas empresas surgiram no Rio Grande do Sul. No período do atual Governo foram elaborados 12 estudos.

Em agosto de 1989, foi criado o Programa de Implantação de Berçários para Microempresas, que conta com a participação do Estado, através da Secretaria da Indústria e Comércio e da Companhia de Desenvolvimento Industrial e Comercial do Rio Grande do Sul e do município escolhido, com o objetivo de apoiar os microempresários industriais que apresentem propostas de produção de novos bens.

Foram considerados como obras prioritárias os Berçários dos municípios de Torres, Tramandaí, São Gabriel, São Sebastião do Caí, Santa Maria e Rio Grande, estando concluídas as obras de implantação dos dois primeiros.

Os Berçários são constituídos de prédios para fins industriais, construídos pelo Estado, com área em torno de 660m<sup>2</sup>, divididos em módulos de 40m<sup>2</sup>, com toda a infra-estrutura básica, material, e de serviços (água, luz, telefone etc.). Estes espaços serão cedidos, em comodato, pelo período de três anos e os custos administrativos (serviços e recursos humanos) serão divididos condominialmente.

Recentemente foi criado o Projeto Núcleo de Potencialização da Competitividade que consiste no estabelecimento de interfaces entre as indústrias e os órgãos ou instituições de P & D nas mais diversas áreas do conhecimento, buscando conferir modernidade às indústrias gaúchas.

Inicialmente, o Projeto proposto pela CEDIC se dará nos Distritos Industriais por ela administrados, resgatando um de seus principais objetivos que é o fomento à industrialização, através do desenvolvimento e aprimoramento dos recursos humanos e tecnológicos.

A seguir são destacadas as ações realizadas em 1989 e 1990, que fazem parte dos Projetos Prioritários do Governo do Estado.

### — Distrito Industrial de Alvorada-Viamão

No período 1988/89 foram realizadas obras de implantação e a fiscalização de 2.500m de rede de alta tensão, obras de implantação e fiscalização da execução de bueiros, de parte da terraplenagem e do revestimento primário na Estrada Passo dos Negros.

Em 1990 foram concluídas a terraplenagem e a pavimentação dos 2.940m da Estrada Passo dos Negros.

### — Estação de Tratamento de Efluentes Líquidos do Distrito Industrial de Cachoeirinha

Durante o ano de 1989 foi realizado um redimensionamento do projeto. No ano de 1990 foram colhidas amostras, as quais foram analisadas pelo DMA/SSMA.

### — Berçários Industriais

Em setembro de 1990 foi inaugurado o Berçário de Torres, tendo sido concluídas as obras do Berçário de Tramandaí e repassados recursos financeiros para a execução do Berçário do Município de São Gabriel.

### — Implantação de Áreas Industriais Municipais

Neste projeto prioritário, o apoio técnico que a CEDIC presta às Prefeituras Municipais já consta das despesas correntes da Secretaria da Indústria e Comércio, ocorrendo, ainda, outras despesas em obras de infra-estrutura, tais como: rede de água, redes de esgotos pluvial e cloacal, rede elétrica, pavimentação, entre outras. Este auxílio às áreas industriais, objetivando a ampliação do parque industrial gaúcho, reduz em, aproximadamente, 60% os custos que o Estado teria na implantação de Distritos Industriais próprios equivalentes.

Em 1990, foram contemplados 15 municípios gaúchos com recursos do Tesouro do Estado da ordem de Cr\$ 4,3 milhões (maio/90). Além dos recursos, a CEDIC assessorou tecnicamente inúmeros municípios no estabelecimento de áreas ou esquinas industriais, tanto na localização de glebas para uso industrial, como no Plano Diretor, nas formas de uso do solo e nos projetos e obras dessas áreas.

A seguir são relacionadas as principais ações desenvolvidas pela CEDIC, quanto aos Distritos Industriais, visando à manutenção e à complementação da infra-estrutura existente nos Distritos já implantados e suprir de infra-estrutura básica àqueles em implantação.

No período 1987/90 tem-se a destacar:

### — Distrito Industrial de Cachoeirinha

- implantação da complementação da rede de água na Estrada Canoas-Cachoeirinha para atender à área anexa ao Distrito;
- realocação de 400m das redes de energia elétrica em alta tensão e de telefonia, com o objetivo de desobstruir os quatro lotes da área anexa ao Distrito;
- terraplenagem e pavimentação com paralelepípedos nos 200m da Rua 5;
- drenagem superficial da Rua 5;
- revisão do projeto de engenharia final do Sistema de Tratamento de Efluentes Líquidos (SI-TEL) e das redes finais de condução dos efluentes.

### — Distrito Industrial de Gravataí

- execução de 700m de rede de alta tensão em 22kv no Eixo Secundário B;
- execução de obras de terraplenagem, drenagem superficial e pavimentação de 150m de Rua de Acesso 1.
- **Distrito Industrial de Rio Grande**
- regularização do loteamento do Setor 4, com módulos de 1ha;
- elaboração do projeto da Via Coletora de Tráfego no Terminal Retroportuário Alfandegado (TRA);
- projetos de loteamentos para ampliação do Terminal Retroportuário Alfandegado (TRA) e parte 7 — pequenas e microempresas;
- aprovação, pela Prefeitura Municipal de Rio Grande, do projeto de loteamento destinado às microempresas, no Setor 7 do Distrito;
- encaminhamento do projeto de engenharia da infra-estrutura básica para o referido loteamento, à Prefeitura Municipal e ao DMA/SSMA, para aprovação;
- implantação da rede de energia elétrica de alta tensão na Via 1 e execução do projeto da rede de água junto à Rua A, para abastecer o loteamento do Setor 4;
- elaboração do desmembramento de área, visando à ampliação do Terminal Retroportuário Alfandegado (TRA);
- realização de estudos de viabilidade para implantação de uma Área de Tancagem no Setor 7.
- **Distrito Industrial de Santa Maria**
- execução do projeto de loteamento da 3ª etapa do Distrito;
- conclusão das obras de terraplenagem, revestimento primário e drenagem dos Eixos Secundários 1 e 3.
- **Distrito Industrial de Alvorada-Viamão**
- elaboração de documentação referente aos impactos ambientais do Distrito, por solicitação do DMA/SSMA, visando à aprovação do projeto de loteamento, que atende à Lei Federal nº 6.766 e suas implicações;
- início da execução das obras de terraplenagem e pavimentação da Via Principal (Estrada Passo dos Negros), numa extensão de 2.940m;
- início da elaboração dos projetos de engenharia para o Sistema Viário Secundário.
- **Distrito Industrial de Canoas-Guajuviras**
- tratativas junto aos órgãos públicos competentes visando à regularização da área destinada ao Distrito Industrial;
- análise e aprovação do levantamento topográfico realizado para a área em questão, que habilitaria a CEDIC a iniciar os projetos necessários à concretização do Distrito Industrial de Canoas-Guajuviras.

Ainda com referência aos Distritos Industriais, foram as seguintes as principais ações desenvolvidas pela Companhia, em 1990:

- **Distrito Industrial de Cachoeirinha**
- contatos com o DMA/SSMA para tratar de assunto relativo às análises de efluentes líquidos.
- **Distrito Industrial de Gravataí**
- participação nas reuniões da Subcomissão de Esgotos de Gravataí;
- acordos com a Prefeitura Municipal de Gravataí para recebimento do loteamento do Distrito Industrial;
- definição de uma área para futura implantação da *Estação de Tratamento de Efluentes (ETE)*.
- **Distrito Industrial de Alvorada-Viamão**
- elaboração do projeto de engenharia da infra-estrutura básica do Distrito Industrial, Zona de Alvorada — 1.<sup>a</sup> etapa;
- elaboração do projeto de individuação da 1.<sup>a</sup> etapa do loteamento da área do Distrito Industrial e averbação no Cartório de Registro de Imóveis de Alvorada;
- elaboração de um orçamento para obra e Edital de Licitação para implantação de infra-estrutura básica na *Zona do Distrito, referente ao Município de Alvorada*;
- elaboração de um relatório que compreende todas as informações relativas ao Distrito Industrial de Alvorada-Viamão, inclusive com as Normas Técnicas de Ocupação para aprovação do loteamento como área incentivada, junto ao Sistema Estadual para Atração e Desenvolvimento de Atividades Produtivas (SEADAP);
- aprovação do loteamento junto aos órgãos competentes;
- fiscalização das obras de terraplenagem e pavimentação asfáltica da Estrada Passo dos Negros;
- elaboração do projeto das redes de esgotos pluvial e cloacal das ruas secundárias 1, 2 e 3.
- **Distrito Industrial de Rio Grande**
- elaboração do projeto de engenharia da infra-estrutura básica da área destinado à implantação das pequenas e microempresas no Setor 7 do Distrito;
- aprovação dos projetos nos órgãos competentes;
- elaboração do orçamento para a obra e o Edital de Licitação para implantação do projeto;
- determinação de uma gleba de terras no Setor 7 para implantação de um terminal de tanca-gem de GLP da PETROBRÁS;
- elaboração do projeto de individuação do loteamento para ampliação da área do Terminal Retroporúario Alfandegado (TRA) e aprovação do mesmo.
- **Distrito Industrial de Santa Maria**
- aprovação, junto à Prefeitura Municipal de Santa Maria, do projeto da 3.<sup>a</sup> etapa do Distrito Industrial e encaminhamento ao Cartório para registro;
- elaboração de proposta de permuta de área verde visando à implantação de uma unidade da CEASA no Distrito, encaminhada ao Sistema Estadual para Atração e Desenvolvimento

de Atividades Produtivas (SEADAP) para aprovação.

— **Distrito Industrial de Canoas-Guajuviras**

— elaboração de um documento solicitado pela Comissão formada na Assembléia Legislativa para emitir parecer sobre a área da Fazenda Guajuviras.

— **Escrituras**

As escrituras são firmadas com empresas que adquiriram lotes industriais a preço beneficiado, como forma de incentivo financeiro do Governo do Estado para suas implantações.

No período 1987/90, foram firmadas 63 escrituras sendo 30 no Distrito Industrial de Cachoeirinha, 18 no Distrito Industrial de Gravataí, 12 no Distrito Industrial de Rio Grande, 2 no Distrito Industrial de Santa Maria e 1 no Distrito Industrial de Bagé.

Em 1990, foram firmadas 10 escrituras, a saber: no Distrito Industrial de Cachoeirinha, com as empresas: ITP — Industrial de Tubos Plásticos Ltda, e Metalúrgica Fallgatter Ltda; no Distrito Industrial de Gravataí, com as empresas: TECNIDRO — Indústria, Comércio e Representações Ltda, VÍTREA — Produtos Cerâmicos Ltda, e Metalúrgica Fimac Ltda; e no Distrito Industrial de Rio Grande, com as empresas: Intercontainers — Terminais e Transportes Ltda, Expresso Rio Grande — São Paulo S/A, CODEL - Comissária de Despachos Ltda, TRANSGALA — Transportes Ltda; e TRANSMODAL — Transportes, Despachos, Containerização e Agenciamento Ltda.

— **Contratos Preliminares**

Os contratos preliminares são assinados com as empresas em negociação para aquisição do lote industrial.

No período 1987/90, foram assinados 37 Contratos Preliminares de Reserva de Área, sendo 13 referentes à aquisição de área no Distrito Industrial de Cachoeirinha, 6 no Distrito Industrial de Gravataí, 12 no Distrito Industrial de Rio Grande e 6 no Distrito Industrial de Santa Maria.

Em 1990, foram assinados 7 contratos preliminares, sendo: no Distrito Industrial de Gravataí, com a empresa FITESA — Fibras e Filamentos S/A; no Distrito Industrial de Rio Grande, com as empresas: ALLCHEM — Produtos Químicos, e INTERPORTOS — Serviços e Apoio em Transportes Ltda; e no Distrito Industrial de Santa Maria, com as empresas: Jóias Palma Ltda; Metalúrgica Dalla Pozza Ltda, Móveis Lenhart Ltda, e RENOLI — Indústria, Comércio, Prestação de Serviços e Representações Ltda.

As demais ações desenvolvidas referem-se aos outros programas de trabalho da CEDIC, destacando-se as seguintes realizações em 1990:

— **Programa de Municipalização do Desenvolvimento Industrial**

— análise técnica locacional de glebas, objetivando a implantação de áreas municipais, em Canguçu, Santo Ângelo, Caseiros e Giruá;

— desenvolvimento de Plano Diretor e Normas de Uso do Solo para as áreas industriais de Rio Pardo, Cachoeira do Sul, Panambi e Canoas;

— assessoramento técnico às lideranças municipais de Nova Bassano, Santo Antônio da Patrulha, Estrela, Santo Augusto, Ijuí, Quaraí e Cruz Alta;

— análise técnica do Projeto Centro de Convenções Santana do Livramento, do Programa de

Condomínios Industriais de Caxias do Sul, do Loteamento Industrial Vila Nova de Pantano Grande e do Projeto de Berçário Industrial apresentado pela Prefeitura de São Gabriel.

— **Perfis de Oportunidades de Investimentos**

- Projeto Econômico-Financeiro do Programa de Oportunidades de Investimentos sobre Suco de Laranja;
- elaboração de Estudos Sócio-Econômicos Municipais de Ijuí, São Gabriel, Panambi e Cachoeira do Sul. Estão em andamento os estudos de Estrela, Canguçu, Santo Antônio da Patrulha e Santo Ângelo;
- estudo da vocação industrial do Município de Novo Hamburgo, visando a identificar outras alternativas industriais, por solicitação da Prefeitura;
- estudo do desempenho dos Distritos Industriais administrados pela CEDIC;
- análise de cartas-consultas de empresas candidatas à aquisição de lotes nos Distritos Industriais;
- análise de projetos de viabilidade econômica das empresas que pretendem se implantar nos Distritos.
- **Programa de Implantação de Berçários para Microempresas**
- elaboração dos projetos e fiscalização das obras dos pavilhões para os Berçários de Torres e Tramandaí, que foram concluídos.

Além destas ações, destacam-se, principalmente na área de apoio administrativo, a informatização da folha de pagamento de pessoal da Companhia e outras atividades de rotina, tais como: atendimento aos empresários, atendimento aos projetistas e fiscalização dos Distritos Industriais.

#### 2.19.4 — CENTRAL VITIVINÍCOLA DO SUL (VINOSUL S/A)

A VINOSUL S/A, sediada em Caxias do Sul, é uma sociedade anônima de economia mista e capital autorizado, criada pela Lei nº 6.441, de 11 de novembro de 1972, do Estado do Rio Grande do Sul, e constituída em 22 de fevereiro de 1973, conforme ata arquivada na M.M. Junta Comercial do Rio Grande do Sul, sob nº 338.139, em 13 de março de 1973.

A Empresa tem como objetivos exercer atividades reguladoras e orientadoras no setor vitivinícola e da fruticultura em geral, através de pesquisa, experimentação, promoção de outras atividades e serviços relacionados, direta ou indiretamente, com suas finalidades, delas decorrentes, ou cuja execução interessa ao desenvolvimento do setor. Exerce também atividades de concentração de mosto de uva e de outras frutas. Pode ainda, adquirir excedentes de uva, vinhos e outros derivados de uva, atendendo ao objetivo de regular a oferta e impedir o aviltamento de preços. Atua, também como órgão auxiliar do Estado, na formulação e execução da política estadual da vitivinicultura.

A VINOSUL, no período 1987/90, participou das safras da uva, quer através da Companhia de Financiamento da Produção (CFP), contratando empresas vinícolas para a industrialização da uva considerada excedente, quer concentrando mosto virgem e/ou industrializando uva.

Neste quadriênio, a VINOSUL procedeu à dessulfitação e concentração de 37.340 mil litros de mosto de uva para diversas indústrias do setor vinícola, a armazenagem de 8.330 mil litros de vinho para a Companhia de Financiamento da Produção (CFP) e ainda de 2.657 mil quilos de borra de vinho para outras indústrias.

Em 24 de novembro de 1988, através da Portaria nº 22/88-GS, foi constituída uma Comissão com a finalidade de implementar a transferência do controle acionário da VINOSUL para oito municípios da região vitivinícola, dada a importância de um órgão regulador da produção e a maior eficácia de uma gestão comunitária. No entanto, esta transferência não se concretizou porque neste ínterim realizaram-se eleições para as Prefeituras Municipais e os contatos realizados com os ex-Prefeitos tornaram-se então sem efeito, desta forma prejudicando o processo de transferência.

Posteriormente, muitos dos novos Prefeitos não demonstraram qualquer interesse na Empresa.

Ainda com relação à privatização a Secretaria da Indústria e Comércio determinou a suspensão desse processo, uma vez que pelos diversos contatos mantidos com a área empresarial ligada ao setor vinícola e com os sindicatos rurais da região concluiu-se pela inviabilidade da propositura de um projeto de lei neste sentido por parte do Poder Executivo à Assembléia Legislativa.

### 2.19.5 — PRODUTOS GAÚCHOS S.A. (PROGASA)

A PROGASA encontra-se com suas atividades operacionais paralisadas desde maio de 1985.

Em 27 de janeiro de 1988, foi promulgada pela Assembléia Legislativa a Lei nº 8.538, que autoriza a transferência do patrimônio da PROGASA para sociedade cooperativa de mesmos fins e na mesma região.

Tal transferência não se viabilizou, durante o período de 1988, devido ao elevado grau de endividamento e à falta de uma proposta por parte da cooperativa que possibilitasse a liquidação dos débitos da PROGASA junto ao Banco de Desenvolvimento do Estado do Rio Grande do Sul (BADESUL), ao Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE), à Companhia Riograndense de Laticínios e Correlatos (CORLAC), e com o próprio Governo do Estado.

Em 1989, o Poder Executivo encaminhou novo Projeto de Lei à Assembléia Legislativa, visando a obter a autorização para a sua privatização, uma vez que, de acordo com a lei citada anteriormente, foi aprovada a cooperativização e a mesma não se concretizou.

Então, o Poder Executivo encaminhou à Assembléia Legislativa um novo Projeto de Lei, em setembro de 1990, solicitando autorização para proceder à liquidação da PROGASA, e ainda concedendo ao Município de São José do Norte, o direito real de uso dos imóveis que compõem o patrimônio da Empresa pelo prazo de dez anos. Tal Projeto de Lei foi aprovado pela Assembléia Legislativa em 08 de novembro de 1990, tendo sido sancionada a Lei nº 9.155, em 27 de novembro de 1990, que "autoriza o Poder Executivo a proceder à Liquidação da Empresa Produtos Gaúchos S.A. — PROGASA — e dá outras providências".

Posteriormente, em 21 de dezembro de 1990, a Assembléia Geral dos Acionistas da PROGASA deliberou pela dissolução da Empresa, nomeando, para tanto, um Liquidante e um Conselho Fiscal.

### 2.19.6 — FESTA NACIONAL DA UVA, TURISMO E EMPREENDIMENTOS S/A (FENUVA)

Através do Decreto nº 24.257, de 03 de dezembro de 1975, que abriu crédito suplementar, na Secretaria do Turismo, propiciando a participação da CRTUR em constituição ou aumento de capital de empresas e entidades comerciais ou financeiras, é que a FENUVA passou a integrar a referida Companhia.

A FENUVA tem como objetivo promover a Festa Nacional da Uva, elaborando os planos

e programas de exploração comercial da mesma; promover feiras e exposições agrícolas industriais, de âmbito regional, estadual, nacional ou internacional auferindo os resultados econômico-financeiros decorrentes; promover no âmbito de sua atuação, atividades comerciais e industriais que, de qualquer forma, sejam compatíveis com os objetivos sociais, inclusive aquelas relativas ao desenvolvimento da indústria do Turismo.

No decorrer de 1987, foram realizados nas instalações da FENUVA os seguintes eventos: 1º Rodeio Crioulo do CTG Campo dos Bugres; III Festival da Moda do Rio Grande do Sul; 1ª *FEBRAMEC* — Feira Brasileira Metal-Mecânica; XII Rodeio Crioulo Nacional do CTG Tropeiros do Rio Grande. Cabe salientar que todos esses eventos foram realizados com recursos dos promotores.

Neste período, através da Portaria nº 31/87-GS, de 26 de agosto de 1987, foi constituída uma Comissão com a finalidade de implementar a transferência do controle acionário da FENUVA à comunidade de Caxias do Sul, cabendo à Prefeitura Municipal e/ou às entidades locais a decisão de assumirem ou não o controle da Empresa.

Em 1988, houve uma preocupação permanente da FENUVA em preparar a XVIII edição da Festa Nacional da Uva, que aconteceu em fevereiro/março de 1989, tendo, neste sentido, sido tomadas as seguintes providências: reformas de estrutura da FENUVA, com a construção de baterias de sanitários, revisão das instalações elétricas, troca do sistema de iluminação do parque, *pintura interna das estruturas de sustentação, construção de dois restaurantes e respectiva infra-estrutura, restauração das casas da Réplica e o planejamento geral do funcionamento dos parques de estacionamento, tudo isto objetivando dotar o evento de melhores condições de funcionamento.*

Neste ano, foram realizados os seguintes eventos no Parque de Exposições: “Grazie Itália”, este com a visitação de 120 mil pessoas foi o mais importante, havendo ainda o 2º Rodeio Internacional Campo dos Bugres, SOS Natureza — Encontro Ecológico, XIII Rodeio Crioulo Nacional do CTG Tropeiros do Rio Grande, e outras festas menores.

Durante o período, ainda, a FENUVA esteve empenhada na implantação, junto à comunidade caxiense, de uma nova visão da Festa da Uva, com vistas ao crescimento, crédito e amplitude das suas atividades.

Em 1989, a maior realização da FENUVA foi a edição da XVIII Festa Nacional da Uva e XII Feira Agroindustrial, que ocorreu em fevereiro/março, onde 186 viticultores participaram de concurso para premiar os melhores produtores de uvas, 182 empresas mostraram seus produtos, e contou com a presença de 600 mil visitantes.

Nesse ano foram também realizados outros eventos, entre os quais destacam-se: 3º Rodeio Internacional Campo dos Bugres (março); Festa do Carreteiro (julho); 2ª *FEBRAMEC* (maio); XIV Rodeio Crioulo Nacional do CTG Tropeiros do Rio Grande (dezembro); *FENAMALHA* (outubro) e outros eventos menores.

Paralelamente, a partir de outubro, no programa para ocupação sistemática do Parque de Exposições, foram criadas as Feiras Dominicais, das quais cabe destacar: Feira da Malha, Feira do Artesanato, Feira da Gastronomia e o Projeto Aeróbica no Parque.

No ano de 1990, foram destacadas as realizações dos seguintes eventos: 4º Rodeio Internacional Campo dos Bugres, II *FENAMALHA* e o XV Rodeio Crioulo Nacional do CTG Tropeiros do Rio Grande.

Nos últimos quatro anos, foram construídos dois restaurantes dentro do Parque de Exposições, obra esta considerada de grande relevância, que há muito se fazia necessária à infra-estrutura da FENUVA.

Até o presente momento, não foi apresentada nova proposta com vistas à transferência do controle acionário da FENUVA para o Município de Caxias do Sul, não tendo a Prefeitura Municipal, através da atual administração, demonstrado algum interesse na Empresa.

## **2.20 — CIÊNCIA E TECNOLOGIA**

### **2.20.1 — SECRETARIA DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA (SCT)**

Em 1987, foi criada a Secretaria Extraordinária para Assuntos de Ciência e Tecnologia, com o objetivo de incentivar, promover e coordenar o desenvolvimento científico e tecnológico do Estado, tendo como órgãos vinculados a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul e a Fundação de Ciência e Tecnologia.

Em pouco mais de oito meses de atuação, a Secretaria conseguiu intensificar as relações da Administração Estadual com as universidades, institutos de pesquisa, empresas e demais agentes de Ciência e Tecnologia.

Em nível nacional, destacou-se o intercâmbio de experiências com as demais secretarias estaduais da área, além do diálogo sempre presente com o Ministério de Ciência e Tecnologia.

Regionalmente, a criação da nova Secretaria significou aporte substantivo de recursos federais ao Estado, obtidos junto ao Ministério da Ciência e Tecnologia, Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP), Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Estes recursos beneficiaram áreas e setores de ponta do Estado, como Biotecnologia.

Em 1988, a função coordenadora marcou a atuação da Secretaria Extraordinária para Assuntos de Ciência e Tecnologia, implicando na constituição de diferentes formas de inserção e de relações institucionais, desenvolvidas tanto junto à esfera mais próxima do Governo Estadual (institutos de pesquisa vinculados às Secretarias de Estado), quanto junto às universidades federais e privadas. Finalmente, num contexto mais diversificado e complexo, o relacionamento institucional foi ampliado também junto à esfera produtiva.

Deve-se destacar, ainda, que além das ações institucionais, esta Secretaria ocupou espaços na política nacional de Ciência e Tecnologia, tendo seu titular, à época, sido eleito, o primeiro Presidente do Fórum Nacional de Secretários de Estado de Ciência e Tecnologia.

Após três anos de atuação e com resultados importantes na área, foi votado pela Assembleia Legislativa o projeto de criação da Secretaria de Ciência e Tecnologia como integrante da estrutura do Estado, transformando-a de Extraordinária, em Secretaria de linha, com atribuição de promover, orientar, coordenar e supervisionar a política de desenvolvimento científico e tecnológico do Estado.

Para tanto, a Secretaria tem trabalhado em torno de alguns eixos básicos de políticas, a saber:

- Democratização e legitimação da área de Ciência e Tecnologia através dos Conselhos de Ciência e Tecnologia e Comissões Setoriais e da integração da área de Ciência e Tecnologia, compreendendo: o Estado como um todo; Regiões; Universidades, Institutos de Pesquisas e Empresas; Divulgação em Ciência e Tecnologia;
- Compromisso da área de Ciência e Tecnologia com o desenvolvimento sócio-econômico, abrangendo pólos tecnológicos e Sistema de Informação em Ciência e Tecnologia;

- Apoio ao desenvolvimento de Centros de Pesquisa e núcleos em áreas estratégicas, tais como Biotecnologia, Informática, Sensoriamento Remoto, etc.;
- Apoio a setores produtivos estratégicos, visando à capacitação tecnológica e à melhoria de qualidade dos produtos das empresas gaúchas;
- Política de complementariedade à nova política industrial em seu desdobramento de Ciência e Tecnologia, através de estudos de competitividade da indústria gaúcha.

Cabe destacar, como principais ações desenvolvidas pela SCT, no período 1987/90:

- Centro Estadual de Pesquisa em Sensoriamento Remoto e Meteorologia — inaugurado no Campus do Vale da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, em abril de 1988, foi implantado, através de convênios entre o Governo do Estado, o Ministério de Ciência e Tecnologia (por intermédio de seus organismos CNPq, FINEP e INPE) e a UFRGS;
- Radar de Meteorologia — o Radar Meteorológico foi implantado na Universidade Federal de Pelotas, permitindo maior previsão de tempo e clima a curtíssimo prazo, informações fundamentais para a produção primária da Região Sul do Estado, na operação do superporto de Rio Grande, etc. Por gestões desta Secretaria, a FINEP ampliou o teto de financiamento do Projeto Radar, de Cz\$ 400 milhões, para Cz\$ 1 bilhão;
- Centro de Biotecnologia — por iniciativa desta Secretaria, em convênio com a UFRGS e recursos da FINEP, foi construída a nova sede do Centro de Biotecnologia do Estado, inaugurada em agosto de 1988. As novas instalações estão localizadas num conjunto de prédios com 2.700m<sup>2</sup> de área, no Campus do Vale da UFRGS. Atendendo a uma das prioridades do Centro de Biotecnologia, qual seja, a formação e qualificação de recursos humanos, esta Secretaria, em convênio com a UFRGS e com recursos da FAPERGS, patrocinou, de julho a dezembro de 1988, o 1.º Curso de Biotecnologia Moderna, com participação de 30 alunos de vários Estados;
- Central de Alerta Agrometeorológico da Fronteira Oeste — na área da meteorologia foi inaugurada, em junho de 1988, a Central de Alerta Agrometeorológico da Fronteira Oeste, em Uruguaiana, implantada a partir de Convênio do Governo do Estado, INEMET e Associação dos Arrozeiros daquele Município. Esta Central, já em operação, vem prestando decisivo apoio à produção primária da região da Fronteira, emitindo boletins de alerta sobre tempo e clima;
- Comissão Estadual de Informática do Rio Grande do Sul — vinculada à Secretaria de Ciência e Tecnologia desde agosto de 1988, por força do Decreto Estadual n.º 32.934, de 12 de agosto de 1988, tem por objetivo maior o de disciplinar o processo de informatização pelo qual estão passando os diversos órgãos da Administração Estadual. Desde sua implantação, a maior preocupação está voltada para a aplicação dos recursos do Estado destinados à Informática, bem como metodologias, filosofia de atuação e política de aquisições;
- Divulgação Científica — em agosto de 1988, foi criado e lançado o primeiro número do Boletim "Ciência e Tecnologia", editado por esta Secretaria. O Boletim, de circulação mensal, além de divulgar as ações e decisões da Secretaria, FAPERGS e CIENTEC, divulga os eventos de toda a comunidade científica gaúcha. A SCT também colaborou decisivamente na continuidade da publicação dos catálogos da FAPERGS sobre a produção intelectual gaúcha em Ciência e Tecnologia;
- Debates, Seminários, Encontros — juntamente com a FAPERGS e CIENTEC, esta Secretaria realizou em 1988 diversos debates, seminários e encontros sobre os mais variados temas da pesquisa e desenvolvimento científico e tecnológico. Entre os eventos mais importantes promovidos, destacam-se dois Encontros Estaduais sobre Pesquisa e Meio-Ambiente

(realizados em junho e agosto de 1988), o Seminário sobre Biotecnologia Vegetal (promovido em agosto de 1988), o Seminário sobre Microbiologia Agrícola e Ambiental (em setembro/88), em conjunto com a Faculdade de Agronomia da UFRGS, e o Seminário sobre Ciência e Tecnologia, (em novembro/88), em conjunto com a Agência Regional Sul do CNPq;

- Convênio entre o Estado e o Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia do Estado do Rio Grande do Sul, visando ao desenvolvimento de programas de Informações Técnicas, para utilização de acervos técnicos e serviços de informações existentes;
- Convênio entre a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul e o Banco do Estado do Rio Grande do Sul, firmado por interveniência desta Secretaria, visando ao desenvolvimento de Programa de Formação de Jovens Pesquisadores;
- Protocolo de Cooperação firmado entre o Estado e a Universidade Federal de Santa Maria, visando ao desenvolvimento das atividades do Centro Integrado de Inovações e Desenvolvimento de Análises Laboratoriais em Ciências Agrárias (CIDAL);
- Elaboração do documento Diretrizes, Programas e Projetos, buscando estabelecer um plano para os anos de 1989/90 para a Secretaria de Ciência e Tecnologia e obter recursos junto à FINEP;
- Seminário “Política Científica e Tecnológica para o Rio Grande do Sul” — a Secretaria de Ciência e Tecnologia, buscando estabelecer diretrizes para formulação de uma política científica e tecnológica, consoante com a nova realidade e com os problemas e necessidades de desenvolvimento do Rio Grande do Sul, realizou dez seminários microrregionais, baseados nas cidades com universidades, e um Seminário Estadual de Culminância de todo o processo. Disso resultou, além do relatório que aponta as principais necessidades do setor, a identificação de potencialidades regionais e projetos para implantação de pólos e berçários tecnológicos em algumas regiões do Estado;
- Definição/Direcionamento dos Pólos de Alta Tecnologia e Pólo Tecnológico a serem constituídos na Zona Sul do Estado e Ijuí, respectivamente;
- Centro de Informática — em setembro de 1989, foi assinado Convênio entre o Estado do Rio Grande do Sul e a UFRGS para construção do Centro de Integração de Pesquisas de Desenvolvimento em Informática no Estado, junto ao Instituto de Informática/UFRGS. Tal empreendimento conta com recursos do Governo do Estado e da FINEP, bem como de empresas da área;
- Divulgação Científica — durante o ano de 1989, a SCT manteve e incrementou a divulgação das ações do Governo Estadual no que se refere à Ciência e Tecnologia, com a continuidade do Boletim “Ciência e Tecnologia” editado pela Secretaria de Ciência e Tecnologia e a elaboração de um Plano de Informações e Divulgação em Ciência e Tecnologia;
- Assinatura de Protocolo de Intenções com todos os Secretários de Ciência e Tecnologia do País, visando a estabelecer mecanismos de ação conjunta entre os Estados, para implantar, aprimorar e compatibilizar sistemas de informação voltados para o planejamento e gestão de políticas de desenvolvimento científico e tecnológico, a nível institucional, estadual e federal (02/06/89);
- Assinatura de Protocolo de Intenções entre a SCT e FIDENE (UNJUI), Prefeitura Municipal de Panambi, Associação Comercial e Industrial de Panambi, visando a realizar estudos e envidar esforços para constituir Universidade Regional, Multicampi e Pólo Regional de Tecnologia, com criação de Núcleo Científico e Tecnológico (28/08/89);
- Assinatura de Protocolo de Intenções entre o Estado do Rio Grande do Sul, Associação dos Municípios da Região Celeira, Associação dos Municípios da Grande Santa Rosa, Mu-

nicípios de Ijuí, Santa Rosa, Santo Augusto, Três de Maio, Três Passos, Panambi, Santo Cristo, Criciúma, Horizontina, Fundação de Integração, Desenvolvimento e Educação do Noroeste do Estado, Fundação Pró-Desenvolvimento do Alto Uruguai, Instituto Educacional Dom Bosco, Sociedade Educacional Três de Maio, Associação Comercial e Industrial de Ijuí, de Panambi, de Santa Rosa, de Três de Maio, de Santo Cristo, e Conselho de Desenvolvimento Comunitário de Santa Rosa, visando à implementação de uma Universidade Regional, Multicampi e de um Pólo Regional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (09/11/89);

- Assinatura de Protocolo de Intenções entre o Estado do Rio Grande do Sul/SCT, Municípios de Pelotas e Rio Grande, Universidade Federal e Católica de Pelotas, Fundação Universidade de Rio Grande, Centro Nacional de Pesquisa de Fruteiras de Clima Temperado, Centro de Pesquisa Agropecuário de Terras Baixas e Clima Temperado, Escola Técnica Federal de Pelotas, Centro das Indústrias de Pelotas, IRDES, CEPAL, Associação Comercial de Pelotas e Câmara de Comércio de Rio Grande, visando à conjugação de esforços para implementação do Pólo Tecnológico da Zona Sul (27/09/89);
- Assinatura de Termo Aditivo ao Convênio entre Estado/SCT e UFRGS, para formação e treinamento de pessoal no Centro de Biotecnologia do Estado, visando ao repasse de recursos suplementares no valor de NCz\$ 80 mil (novembro/89);
- “Curso Introdutório em Planejamento e Gestão de Atividades de Conteúdo Tecnológico”, realizado de 15 a 19 de janeiro/90, tendo como público-alvo dirigentes de instituições de pesquisa e coordenadores de programas de desenvolvimento científico e tecnológico, e objetivando possibilitar aos participantes uma visão global das questões relativas à Ciência e Tecnologia — abordando processos de concepção, implementação e gerência de atividades de conteúdo tecnológico;
- Coordenação dos debates e redação da proposta de projeto de lei de regulamentação do repasse dos recursos (1,5% da receita tributária do Estado) para a FAPERGS. Tal proposta foi elaborada pelo “Grupo Executivo do Seminário de Ciência e Tecnologia”, que conta com a participação das 10 microrregiões do Estado que sediam Universidades, tendo servido como subsídio a deputados que apresentaram projetos de lei neste sentido;
- Elaboração do documento “Programas Prioritários” que define os principais programas da Secretaria para 1990;
- “I Curso de Ciência e Tecnologia para Jornalistas”, promovido pela Secretaria, que contou com a participação de 44 jornalistas e obteve como principal resultado a nítida ampliação e qualificação da cobertura jornalística na área de Ciência e Tecnologia (julho/90).
- “Programa de Capacitação em Gestão de Ciência e Tecnologia para a Região Sul” (PROSECT), em atuação conjunta com Santa Catarina e Paraná e coordenação local com participação de dez técnicos do Estado (da Secretaria de Ciência e Tecnologia e de Institutos de Pesquisa do Rio Grande do Sul) no Curso da Região Sul. O PROSECT é uma iniciativa do Fórum de Secretários de Ciência e Tecnologia, com patrocínio da Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP) e visa a qualificar recursos humanos dos Estados em Gestão e Planejamento de Ciência e Tecnologia (20 a 24 de agosto/90);
- Criação da Secretaria de Ciência e Tecnologia (agosto/90), em substituição à Secretaria Extraordinária para Assuntos de Ciência e Tecnologia, estando previsto, em sua estrutura básica, o Conselho de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CODECITE), órgão de assessoramento superior composto de Comissões, com o objetivo de propor e desenvolver políticas setoriais em áreas estratégicas, com participação de técnicos da área e setor produtivo. As Comissões que compõem o CODECITE são:

- **Coordenadoria de Tecnologias Aplicadas a Recursos Naturais**, composta por 12 membros oriundos de Universidades, Institutos de Pesquisa do Estado, Centro de Sensoriamento Remoto, Institutos Nacionais (INPE e INMETRO) e Setor Produtivo (documento elaborado: "Política Estadual de Ciência e Tecnologia nas Áreas de Sensoriamento Remoto, Meteorologia e Agrometeorologia");
- **Comissão de Biotecnologia**, composta por 7 membros oriundos de Universidades, Centro de Biotecnologia do Estado, e Empresas Privadas (documento elaborado: "Bases para a Implantação de uma Política de Desenvolvimento de Biotecnologia no Estado");
- **Comissão de Informática, Microeletrônica, Automação e Telecomunicações**, composta por 10 membros oriundos de Universidades, Empresas do Estado (CRT, PROCERGS), e Setor Privado (documento elaborado: "Bases para Implantação de uma Política de Desenvolvimento de Informática, Microeletrônica, Automação e Telecomunicações, no Estado");
- **Comissão de Educação Técnica e Tecnológica**, composta por 9 membros oriundos de Universidades, Estado (Secretaria da Educação), Escolas Técnicas Federais, SENAI, etc. (documento em elaboração);
- **Comissão de Química, Petroquímica e Química Fina**, composta por 11 membros oriundos de Universidades, Empresas Privadas, Estatais e Institutos de Pesquisa do Estado (documento elaborado: "Política Estadual de Ciência e Tecnologia para o Desenvolvimento do Setor de Química, Petroquímica e Química Fina");
- **Comissão de Novos Materiais**, composta por 7 membros oriundos da UFRGS, Pólo Petroquímico e Empresas Privadas (documento elaborado: "Política Estadual de Ciência e Tecnologia para o Desenvolvimento do Setor de Novos Materiais");
- **Comissão de Transferência de Tecnologia em Indústrias Tradicionais** (em fase de estruturação);

- "Programa Estadual de Informação em Ciência e Tecnologia", lançado em setembro de 1990 e através do qual a Secretaria pretende criar canais apropriados à troca de informações na área, bem como divulgar as potencialidades e ações do Sistema de Ciência e Tecnologia;
- "I Seminário Gaúcho de Jornalismo Científico", promoção conjunta da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), Secretaria de Ciência e Tecnologia, e Faculdade de Comunicação da UFRGS, reunindo cerca de 100 profissionais e estudantes de Jornalismo para discutir a democratização da Informação Científica (outubro/90);
- Promoção, em conjunto com a UFRGS e com apoio da FAPERGS, de "Workshop" de Divulgação Científica com objetivo de familiarizar os pesquisadores do Estado com o trabalho jornalístico, contando com a participação de 75 pessoas (novembro/90);
- "Ciclo de Debates sobre Inovação Tecnológica — Experiências do Sul", promoção conjunta da Secretaria de Ciência e Tecnologia e Fundação para o Desenvolvimento de Recursos Humanos, com apoio da FIERGS entre outros, objetivando avaliar as possibilidades, condições, problemas de implantação e consolidação de ações voltadas ao desenvolvimento da competência tecnológica do Estado, e que contou com a participação de 225 pessoas aproximadamente (05 a 11 de dezembro/90);
- Seminário "O Papel da Ciência e Tecnologia no Desenvolvimento Econômico e Social" com carga horária de 20 horas e tendo como público-alvo os técnicos de nível médio que atuam em Instituições de Pesquisa do Estado. O Seminário buscou difundir entre os partici-

pantes alguns conceitos básicos de Ciência e Tecnologia, assim como levar a este grupo de profissionais a discussão que hoje se propõe a respeito do papel da Ciência e Tecnologia no desenvolvimento econômico e social (12 a 16 de novembro/90);

- “Curso Internacional sobre Sistema da Qualidade”, promovido pela Secretaria de Ciência e Tecnologia, com patrocínio do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (INMETRO), através do convênio e intercâmbio técnico com a “Deutsche Gesellschaft für Technische Zusammenarbeit (GTZ)” e executado pela Fundação de Ciência e Tecnologia (CIENTEC). O curso teve como principal objetivo divulgar e disseminar a normalização internacional relativa ao Sistema da Qualidade, visando a apoiar a competitividade das empresas dentro do mercado internacional, em especial o Mercado Comum Europeu, contando com 40 participantes (19 a 23 de novembro/90);
- Diagnóstico dos Institutos de Pesquisa da Administração Estadual, concluído em novembro/90;
- Convênio entre Estado/SCT e Universidade de Caxias do Sul, visando à restauração das antigas instalações da Estação Experimental de Caxias do Sul, bem como edificação de laboratórios para os quais será transferido o Instituto de Biotecnologia da Universidade (25 de janeiro/90);
- Protocolo de Intenções entre SCT, BADESUL, CEAG/IDERGS, Associação das Indústrias de Móveis do Estado, para execução de projeto-piloto do setor moveleiro, visando a identificar pontos de estrangulamento tecnológico e facilitar o desenvolvimento das condições de competitividade;
- Convênio entre Estado/SCT, Comissão Estadual de Informática do Rio Grande do Sul (CEIRGS) e Universidade Federal de Santa Maria, visando à elaboração de projetos de pesquisa na área de Automação Industrial (14 de fevereiro/90);
- Convênio entre Estado/SCT, Comissão Estadual de Informática do Rio Grande do Sul (CEIRGS) e Universidade Federal de Santa Maria, visando à formação de recursos humanos na área de Informática (14 de janeiro/90);

Noroeste do Estado (FIDENE), visando à implementação da 1.<sup>a</sup> etapa do Pólo Regional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, envolvendo recursos da ordem de Cr\$ 67 milhões (09 de março/90);

- Protocolo de Intenções entre Estado/SCT, Fundação Regional Integrada (FURI), Fundação Alto Uruguai para a Pesquisa e o Ensino Superior (FAPES), Fundação de Ensino Superior do Alto Uruguai (FESAM), Fundação Regional de Ensino (FUNREGE); Municípios de Santo Ângelo, Cerro Largo, São Luís Gonzaga, Erexim e Frederico Westphalen; Associações dos Municípios das Missões do Alto Uruguai e da Zona da Produção; Associações Comerciais e Industriais de Santo Ângelo, São Luís Gonzaga, Cerro Largo, Frederico Westphalen e Erexim, visando à criação e instalação de um Núcleo de Integração de Tecnologia, sediado na Faculdade de Tecnologia da FURI (29 de março/90);
- Convênio entre Estado/SCT e CIENTEC, visando à construção e instalação de um Centro de Química Fina, envolvendo recursos da ordem de Cr\$ 22,88 milhões (30 de março/90);
- Convênio entre Estado/SCT e CIENTEC, visando à criação e instalação de um Laboratório de Interferência Eletromagnética, envolvendo recursos da ordem de Cr\$ 51,45 milhões (30 de março/90);
- Convênio SCT, BADESUL e CEAG/IDERGS, visando à execução da primeira etapa do Projeto-Piloto no Setor Moveleiro Gaúcho (16 de abril/90);

- Convênio entre Estado/SCT e UFRGS, visando ao desenvolvimento de pesquisa e formação de recursos humanos no Centro de Biotecnologia do Estado do Rio Grande do Sul, envolvendo recursos da ordem de Cr\$ 7,28 milhões (11 de maio/90);
- Convênio entre Estado/SCT e o Hospital de Clínicas de Porto Alegre, visando à implementação de um Centro de Pesquisa Experimental em Animais, envolvendo recursos da ordem de Cr\$ 20,58 milhões (22 de maio/90);
- Termo Aditivo ao Convênio celebrado entre Estado/SCT, Comissão Estadual de Informática do Rio Grande do Sul (CEIRGS) e Universidade Federal de Santa Maria, para formação de recursos humanos em Informática, visando especificamente, ao repasse de recursos para o I Fórum de Informática do Cone Sul, envolvendo recursos da ordem de Cr\$ 1,23 milhão (17 de maio/90);
- Convênio entre Estado/SCT e Fundação Universidade de Rio Grande, visando à consolidação dos Programas de Transferência de Tecnologia em Eco Sondagem Pesqueira, Construção do Protótipo de Cama Giratória para Queimados e Politraumatizados, bem como Construção de Rotores de Bombas Centrífugas, envolvendo recursos da ordem de Cr\$ 1,31 milhão (04 de dezembro/90);
- Convênio entre Estado/SCT e Universidade Católica de Pelotas, visando à consolidação do Programa de Pesquisa e Desenvolvimento em Instrumentação Biomédica da Universidade, envolvendo recursos da ordem de Cr\$ 27,03 milhões (04 de dezembro/90);
- Convênio entre Estado/SCT e Universidade Federal de Pelotas, visando à consolidação do Centro de Biotecnologia da UFPEL, envolvendo recursos da ordem de Cr\$ 52,82 milhões (04 de dezembro/90);
- Convênio entre Estado/SCT e Universidade Federal de Pelotas, para viabilizar condições para desenvolvimento das atividades, bem como manutenção do Radar Meteorológico instalado no Centro de Pesquisas Meteorológicas do Sul, envolvendo recursos da ordem de Cr\$ 14,75 milhões (04 de dezembro/90);
- Protocolo de Intenções entre Estado/SCT, Município de Porto Alegre/Secretaria Municipal da Produção, Indústria e Comércio; UFRGS, PUC, ULBRA, BADESUL, BRDE, CEDIC e CIENTEC, visando à elaboração de projeto de implantação de uma Incubadora Tecnológica em Porto Alegre (em negociação).

### **2.20.2 — FUNDAÇÃO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA (CIENTEC)**

A dinâmica do processo de acumulação do capital impôs ao setor industrial uma reorganização do trabalho. O correto dimensionamento dos estoques, as substituições das matérias-primas escassas ou não disponíveis, a verticalização da produção, a automação industrial e a gestão da qualidade são alguns tópicos que caracterizam esta mudança.

O parque industrial nacional recém-instalado vê esgotada a política de substituição das importações e defronta-se com uma política de integração competitiva no mercado internacional. Com isso, obriga-se a adequar-se ao novo paradigma tecnológico.

As necessidades decorrentes dessa etapa do processo de industrialização requerem respostas da infra-estrutura de P&D nacional, nas quais os institutos de pesquisas estaduais são componentes-chaves.

Dentro desta realidade buscou-se, ao longo desses últimos quatro anos, a incursão da CIEN-TEC em áreas de tecnologia de ponta como, são exemplos, o Centro de Química Fina e o Laboratório de Interferência Eletromagnética.

O primeiro, para desenvolver pesquisa em processo de química fina, e o segundo para dotar os setores de eletrônica, telecomunicações e automação industrial de um moderno sistema de certificação de produtos. Porém, não se descuidou do desenvolvimento de tecnologias voltadas às características regionais.

Com o apoio da FINEP, concluiu-se desenvolvimento da planta-piloto de gaseificação de carvão, cuja tecnologia poderá ser transferida tendo em vista o aumento do uso do gás como insumo energético a partir da construção do gasoduto.

Na área do meio ambiente realizaram-se estudos de impacto ambiental e Relatórios de Impacto Ambiental (RIMA) do primeiro módulo da Usina Termelétrica de Candiota III, da duplicação da Refinaria Alberto Pasqualini (REFAP), e da mina São Vicente Norte.

No âmbito da construção civil foram inauguradas a casa AGLOTEC (novo aglomerante substitutivo do cimento) e a escola de argamassa armada (na Escola Estadual Felipe de Oliveira).

No programa de Tecnologia de Alimentos destaca-se o diagnóstico da indústria de arroz parboilizado e o controle de qualidade da merenda escolar, realizado para a Fundação de Assistência ao Estudante (FAE).

No campo da Química Industrial desenvolveu-se o processo de obtenção do Negro de Acetileno a nível de planta de bancada e, através da simulação computacional, o processo de concentração de Difenila, ambos usando rejeitos do Pólo-Petroquímico.

Destaca-se, ainda, a conclusão do projeto que estabelece critérios para o dimensionamento de pilares de minas subterrâneas de carvão, propiciando um aumento da produtividade de lavra dentro dos critérios de segurança.

Preparando a CIENTEC para os desafios futuros, contou-se neste período, com a participação crescente de recursos do Estado para investimentos em obras e instalações, bem como ampliaram-se as dotações destinadas ao aperfeiçoamento dos recursos humanos. Realizou-se, a partir de setembro de 1989, um programa de treinamento gerencial com o intuito de aumentar a eficiência na prestação dos serviços e criaram-se núcleos de segurança do trabalho e da gestão da qualidade, cabendo ao último a disseminação dos conceitos de qualidade e produtividade, interna e externamente à organização.

#### — Atividades de Pesquisa e Desenvolvimento e Consultoria

A CIENTEC desenvolve projetos de Pesquisa e Desenvolvimento, e Consultoria, através de seus Programas Específicos.

Durante o ano de 1987, os Programas desenvolvidos foram: Energia (PENERG); Agroindústria (PROAGI); Tecnologia Ambiental (PROTAM); Construção Civil (PROCON).

Em 1988, foi criado o Programa Química Industrial (PROQUIN) que inclui Química Fina, e foi estabelecido um plano de formação de Recursos Humanos na área de Biotecnologia mantendo-o ainda como programa emergente. Em 1989, foi substituído o Programa Agroindústria pelo Programa Tecnologia dos Alimentos. Destaca-se que existem projetos que não se enquadram em nenhum dos programas específicos.

Com relação ao seu financiamento, os projetos contam com diversas fontes de recursos, a saber: próprios e do Estado; agências de fomento à P&D (FINEP, STI/MIC, FBB, CNPq, FAPERGS); empresas públicas e privadas (CAEEB, ELETROSUL, SAMRIG, FAE).

Durante o quadriênio 1987/90, a CIENTEC desenvolveu 43 projetos de Pesquisa e Desenvolvimento, e Consultoria — compreendendo projetos já concluídos, projetos em execução e projetos em fase de negociação — entre os quais merecem destaque os seguintes:

### a) Programa Energia

- Projeto CIGÁS (concluído ao nível de planta-piloto) — desenvolvimento de processo de geração de gás de médio poder calorífico a partir da gaseificação fluidizada de carvão mineral em reator pressurizado.  
Fonte de Financiamento: FINEP  
Valor: (107.832 OTNs) — o equivalente a 901.475 BTNs.
- PROJETO PILAR (concluído) — estabelecimento de critérios para dimensionamento de pilares em minas subterrâneas.  
Fonte de Financiamento: FINEP  
Valor: (21.332 OTNs) — o equivalente a 178.335 BTNs.
- PROJETO MULTICAMADAS (Em execução) — lavras subterrâneas de camadas múltiplas de carvão — estudo geomecânico.  
Fonte de Financiamento: FINEP  
Valor (16.143 OTNs) — o equivalente a 134.959 BTNs.
- PROJETO GASEIFICAÇÃO NA AZULEJOS ELIANE (Em negociação) — unidade industrial de gaseificação de carvão mineral.

### b) Programa Tecnologia Ambiental

- PROJETO RIMA CEEE (concluído) — Relatório de Impacto Ambiental da Usina Termoeleétrica Candiota III — Candiota — Rio Grande do Sul.  
Fonte de Financiamento: CEEE  
Valor: (75.188 OTNs) — o equivalente a 628.572 BTNs
- PROJETO CRM RIMA (concluído) — Relatório do Impacto Ambiental da Unidade Mineral São Vicente Norte — Butiá — Rio Grande do Sul.  
Fonte de Financiamento: CRM  
Valor: (24.960 OTNs) — o equivalente a 208.666 BTNs.
- PROJETO PETRORIMA (concluído) — Relatório de Impacto Ambiental da Ampliação da Refinaria Alberto Pasqualini — REFAP — Canoas — Rio Grande do Sul.  
Fonte de Financiamento: PETROBRÁS  
Valor: (Cz\$ 37,270 milhões) — o equivalente a 157.165 BTNs.
- PROJETO MONITORAMENTO CANDIOTA (em negociação) — monitoramento ambiental do Complexo Termoelétrico — Mina em Candiota — Rio Grande do Sul.  
Fonte de Financiamento: CEEE

### c) Programa Construção Civil

- PROJETO AGLOTEC (concluído ao nível da planta-piloto) — desenvolvimento de processo para produção de aglomerante pozolâmico.  
Fonte de Financiamento: Caixa Econômica Federal  
Valor: (Cz\$ 933 milhões) — o equivalente a 73.307 BTNs.
- PROJETO ESCOLA (concluído ao nível de protótipo escolar) — projeto de uma escola modular com o emprego de elementos pré-moldados de argamassa armada.  
Fonte de Financiamento: Recursos Próprios
- PROJETO AGLOTEC (em negociação) — desenvolvimento de processo e produtos para obtenção de tijolos à base de cinzas de carvão e cal.

#### d) Programa Química Industrial

- PROJETO NEGRO DE ACETILENO (concluído ao nível de planta de bancada) — desenvolvimento de processo para produção do Negro de Acetileno a partir de uma corrente do Pólo-Petroquímico.  
Fonte de Financiamento: COPESUL.  
Valor: (91.980 OTNs) — o equivalente a 768.953 BTNs.
- PROJETO DIFENILA (concluído) — desenvolvimento de processo para concentração de Difelina a partir de uma corrente resíduo do Pólo Petroquímico.  
Fonte de financiamento: Quimitécnica S/A  
Valor: (Contrato de risco): 11.957 OTNs — o equivalente a 99.961 BTNs.
- PROJETO CENTRO DE QUÍMICA FINA (em execução) — planta-piloto multipropósito para o desenvolvimento de produtos e processos químicos, com ênfase em Química Fina.  
Fonte de Financiamento: Governo do Estado, FINEP e Recursos Próprios.  
Valores: FINEP: 49.000 OTNs, o equivalente a 409.640 BTNs; Governo do Estado; Cz\$ 106 bilhões, o equivalente a 1.199.175 BTNs; Recursos Próprios: Cz\$ 20 bilhões, o equivalente a 375.000 BTNs.
- PROJETO SILÍCIO (em execução) — desenvolvimento de processo para produção de silício grau eletrônico a partir da casca do arroz.  
Fonte de Financiamento: Recursos Próprios.

#### e) Programa Tecnologia dos Alimentos

- PROJETO FAE (em execução) — controle da qualidade da merenda escolar.  
Fonte de Financiamento: FAE  
Valor Contratado: (Cr\$ 4,51 milhões) — o equivalente a 108.207 BTNs.
- PROJETO TRANSPARB (em negociação) — transferência de tecnologia do processo de parboilização de arroz.

Merecem ainda destaque alguns projetos desenvolvidos pela CIENTEC, e identificados como prioritários pelo Governo do Estado, tais como o Projeto do Laboratório de Interferência Eletromagnética, e o Projeto do Centro de Química Fina.

O Laboratório de Interferência Eletromagnética, destinado à oferta de serviços de ensaios de interferência eletromagnética, para fins de homologação de produtos, contou com investimentos públicos no valor de 1.923.205 BTNs, já tendo sido adquiridos os equipamentos — com previsão de entrega para o início de fevereiro/91 — e com as obras de construção civil em fase de conclusão.

O Centro de Química Fina já conta com 80% dos seus equipamentos adquiridos, faltando executar as obras civis. O total dos recursos transferidos ao Projeto pelo Tesouro do Estado é da ordem de Cr\$ 170 milhões.

#### — Assistência Técnica às Empresas

A CIENTEC proporciona, ainda, suporte técnico a empresas públicas e privadas através da realização de serviços técnicos especializados (análises, testes, ensaios, vistorias, pareceres, etc.) em várias áreas do conhecimento.

No período 1987/90 ficou prejudicada a expansão dos serviços tendo em vista a ocorrência de significativa evasão do pessoal técnico especializado (comparativamente a dezembro/86 e considerando a admissão de 36 funcionários via concurso, houve uma evasão de cerca de 20% do total de funcionários).

Este fato, aliado à indisponibilidade de recursos vultosos necessários para informatizar laboratórios, estabeleceu a necessidade de concentrar recursos humanos e materiais em áreas específicas e, por conseqüência, a desativação de algumas áreas de atuação, quais sejam: extensometria elétrica; metrologia dimensional; laboratório de análises biológicas; sondagens geotécnicas; laboratório de cerâmica.

Constata-se, porém, que a diminuição dos recursos disponíveis, principalmente humanos, não acarretou queda no nível de atividades, visto que a média de laudos emitidos no período 1987/90 (7 mil laudos/ano) igualou a verificada no período 1981/86.

Explica-se a manutenção do nível de atividade pelas seguintes razões:

- investimento em treinamento, elevando o nível de especialização dos recursos humanos;
- investimento em informatização — foram adquiridos 12 microcomputadores (sendo 2 com estação gráfica), fazendo com que todos os departamentos da área técnica contem, com no mínimo, um destes equipamentos;
- concentração dos recursos disponíveis em reforma de instalações físicas e/ou reequipamento em laboratórios considerados estratégicos do ponto de vista do atendimento das demandas existentes e do rápido retorno do investimento.

Destaca-se, a seguir, dentre o número de solicitações atendidas no período 1987/90, algumas de significativa importância para a sociedade.

#### a) Departamento de Engenharia Mineral e Geotécnica

- estudos geotécnicos com a finalidade de avaliar a possibilidade de implantação de uma unidade industrial sobre a área de disposição de rejeitos da combustão de carvão (aterro de cinzas), no Pólo Petroquímico, para a COPESUL;
- estudos de misturas solo-cal-cinza volante e dimensionamento do pavimento da estrada de acesso à Usina Termoelétrica Candiota III, em Bagé, para a CEEE;
- estudos geotécnicos para a recuperação da Barragem do Capané, em Cachoeira do Sul, para o IRGA;
- estudos geotécnicos para o reforço do dique das bacias de deposição de rejeitos da combustão do carvão (aterro de cinzas), no Pólo Petroquímico, para a COPESUL;
- estudos geotécnicos para a construção da Barragem Dona Francisca, para a CEEE.

#### b) Departamento de Engenharia de Edificações

- vistoria técnica, análise estrutural e recomendações construtivas para a recuperação de pavilhões do Projeto Vida, para a SDO;
- vistoria técnica e análise estrutural de marquises para diversas empresas e órgãos públicos tendo em vista a obrigatoriedade estabelecida na Lei Municipal específica;
- vistoria e recomendações construtivas para recuperação dos prédios “Casa de Cultura Mário Quintana”, “Museu de Artes do Rio Grande do Sul — MARGS” e do “Museu de Comunicação Social”, para o CODEC;
- desenvolvimento de “software” para avaliação de desempenho térmico e de conforto em Edificações;

- desenvolvimento de metodologia para projeto de estruturas especiais e componentes mecânicos via CAD e elementos finitos.

#### c) Departamento de Biotecnologia

Foi efetuada reforma total nos laboratórios existentes (instalações físicas) e adquiridos mobiliário especial e equipamentos, dotando o Departamento dos seguintes laboratórios: Análise Sensorial; Microscopia; Bioengenharia.

Foram realizadas também análises microbiológicas (com sala de autoclaves, sala de preparo de meios de cultura, sala de lavagem de materiais e armazenamento de reagentes e sala de inoculação e incubação de amostras) todos enquadrados nos mais rígidos padrões exigidos pela legislação vigente para análise de alimentos e efluentes industriais.

#### d) Departamento de Engenharia de Projetos

- desenvolvimento do "Subsolador Alado" para a Fundação Jacuí, que recebeu o Prêmio Gerdau "Melhoras da Terra" na categoria "Novidades", da EXPOINTER 1989;
- desenvolvimento do "Subsolador Torpedo" para a IMAP, que recebeu o Prêmio Gerdau "Melhoras da Terra" na categoria "Novidades", da EXPOINTER 1989;
- participação no desenvolvimento da "Manopla Térmica para Motocicletas" para a GOBBI DESIGN, que recebeu o Prêmio "Distinção Indústria" da FIERGS em 1989.

#### e) Departamento de Engenharia de Materiais

- apoio à fiscalização de obras administradas por órgãos públicos estaduais, através do estabelecimento de características mínimas dos materiais empregados e controle da qualidade dos mesmos (concreto, tijolo, telhas, etc.) com trabalhos executados para a CORSAN, DAER, SDO, COHAB, Tribunal de Justiça, DAE, CINTEA, CEDIC, BANRISUL, etc.;
- inspeção de Recebimento e Controle da Qualidade dos materiais de saneamento adquiridos pela CORSAN (tubos de ferro fundido, tubos de PVC, hidrômetros, etc.);
- desenvolvimento de capacitação na área de recuperação de manifestações patológicas em materiais de construção;
- verificação das condições de conservação dos quadros de chassi nos coletivos urbanos de Porto Alegre, por força de Lei Municipal.

#### f) Departamento de Química

Na área de Preservação do Meio-Ambiente pode-se destacar os trabalhos abaixo relacionados:

- análise de metais pesados e resíduos de pesticidas em amostras de água do Arroio Barração, para a Câmara de Vereadores de Bento Gonçalves;
- análise de mercúrio em efluentes de fábricas de termômetro de Porto Alegre, e em lodo do Rio Guaíba, para o DMA;
- análise em sedimentos de rios para verificar o grau de contaminação provocado pelo cromo despejado pelos curtumes, para o DMA;
- determinação de emissões de material particulado, por amostra em chaminés;

- determinação do rendimento dos precipitadores eletrostáticos da Usina Termoelétrica Presidente Médici, em Candiota, para a CEEE;
- determinação de resíduos de pesticidas organoclorados em amostras de água e sedimentos de rio, para Prefeitura de Carlos Barbosa, Prefeitura de Chapecó, SSMA (Rio Gravataí) e Cia. Catarinense de Águas e Saneamento.

Relaciona-se, a seguir, os principais serviços executados na área da Saúde da População;

- análise de mercúrios em batatas procedentes do centro do País, para a SSMA;
- análise de cromo em gelatina, para setores do comércio, fabricantes e outras instituições (como escolas e creches);
- análise de resíduos de pesticidas organoclorados em amostras de feijão (para a Coordenadoria das Promotorias de Defesa Comunitária), de peixe (para a SSMA e Prefeitura de Carlos Barbosa), de maçã (para a SSMA);
- implantação e coordenação de um Programa Interlaboratorial para Análise de Alimentos (15 laboratórios do Estado) com o fim de elevar o nível de qualificação do controle da qualidade de alimentos produzidos no Estado.

#### g) Departamento de Engenharia

- aquisição de "software" Chemcad que possibilita desenvolvimento de processos, através de simulação de reações químicas via microcomputador, eliminando a necessidade de construção de plantas de bancada ou piloto;
- implantação de laboratórios de cinética para o desenvolvimento de fármacos e produtos petroquímicos.

É de se ressaltar, finalmente, a concentração de esforços para a formação de recursos humanos na área de qualidade (6 técnicos de nível superior) visando à adequação da Instituição à nova Política Industrial implantada pelo Governo Federal, em 1990.

#### — Administração e Finanças

Durante o período 1987/90, houve, na área administrativa, um considerável desenvolvimento da informatização na CIENTEC.

Graças a este trabalho tem-se hoje, no Departamento de Recursos Humanos, os seguintes sistemas: sistema para controle e execução do vale-transporte, do auxflio-refeição e da programação de férias; rotinas referentes a estagiários e consignatários. Encontram-se em estudo e desenvolvimento sistemas que possibilitem a informatização de diárias, treinamento e cadastro de pessoal.

O Departamento de Finanças (DEPPIN) desenvolveu nesse período de racionalização do sistema de contabilidade, o registro da alocação de tempo funcional e a emissão de relatórios gerenciais.

Foi desenvolvido ainda, pelo Gabinete de Relações com o Mercado (GAREM), a sistematização do cadastro de clientes e do controle e acompanhamento de serviços prestados.

Apesar da dificuldade encontrada para a contratação de recursos humanos conseguiu-se, nos últimos anos, manter relativamente estável o número de funcionários, em especial o quadro de técnicos.

A CIENTEC, por ser um centro de pesquisa e, portanto, desenvolver atividades alicerçadas principalmente na qualidade técnica de seus recursos humanos, procura, constantemente, tanto na área técnica como na área de apoio, uma maior capacitação de seus funcionários.

Dispõe atualmente, de 7 técnicos em doutoramento no Exterior e 1 no País, bem como de 1 técnico realizando mestrado no País.

### **2.20.3 — FUNDAÇÃO DE AMPARO À PESQUISA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL (FAPERGS)**

A Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul (FAPERGS), ao longo destes quatro anos, passou de uma Instituição limitada à distribuição eventual de auxílios e bolsas, cada vez mais em caráter marginal no cômputo geral do fomento à pesquisa no Estado, para uma Instituição marcada como principal órgão regional de apoio à pesquisa científica e tecnológica do Rio Grande do Sul.

Neste período, com o apoio recebido da Secretaria Extraordinária para Assuntos de Ciência e Tecnologia, foi possível cumprir com os principais objetivos traçados para a área.

Há quatro anos parecia imperioso projetar a FAPERGS como órgão de execução da Secretaria Extraordinária para Assuntos de Ciência e Tecnologia, da política de fomento das atividades de pesquisa básica e aplicada em todas as áreas do conhecimento, bem como da formação de recursos humanos qualificados no Estado. Para tanto, foi necessário devolver credibilidade à Fundação e mostrá-la à altura da demanda dos grupos de pesquisa estabelecidos.

Foi importante, também, dar suporte a estes grupos em seus pleitos junto às agências nacionais de apoio, e induzir uma maior integração dos vários segmentos que compõem a comunidade de pesquisa.

De modo incisivo, buscou-se trabalhar para recuperar a imagem da FAPERGS e reafirmá-la como importante agência de fomento, obedecendo, principalmente, o princípio da valorização da competência e do mérito técnico-científico dos projetos; da valorização do esforço e competência dos grupos de pesquisa da Capital e do Interior; e da valorização de ações coordenadas e programadas que maximizassem o aproveitamento dos recursos humanos e materiais à disposição da pesquisa do Estado. Além do que, dedicou-se um esforço especial para a ampliação dos recursos globais para a pesquisa em todos os campos do conhecimento.

Para a observância dos princípios acima descritos, procedeu-se a uma total revisão do modo de atuação da FAPERGS, de modo a adequá-la à nova orientação. Esta nova proposta de trabalho implicou na atualização do corpo de consultores (não remunerados) da Fundação, com a incorporação crescente de consultores de instituições de pesquisa do Interior do Estado e de outros Estados da Federação; no aprimoramento dos mecanismos de avaliação e acompanhamento — formaram-se comissões assessoras de coordenação por área de conhecimento (não remunerados); ampliou-se as linhas de fomento da FAPERGS, de modo a atender solicitações de auxílio para projetos de pesquisa, realização de reunião científica, publicação de trabalho científico, contratação de pesquisador visitante, participação em reunião científica, e para a iniciação científica.

Dentro desta nova proposta de trabalho procurou-se uma diversificação das fontes de recursos para sustento de programas da Fundação. Como exemplo, cita-se o Programa de Bolsas de Iniciação Científica financiado, desde 1988, pelo BANRISUL.

Buscou-se incentivar os contatos com organizações internacionais de apoio à investigação científica, através da assinatura de convênios e/ou definição de protocolos com agências internacionais de intercâmbio técnico-científico (DAAD, British Council, National Science Founda-

tion), além da realização de missões técnico-científicas, buscando ampliar oportunidades de cooperação e desenvolvimento — como exemplo, cita-se a Missão à Província de Shiga e Tsukuba, no Japão.

O volume de projetos encaminhados à FAPERGS, e de concessões, cresceu expressivamente neste período. Em 1987, a FAPERGS recebeu 149 solicitações e atendeu 85 — 187.548 BTN's. No exercício de 1988, foram 925 solicitações e 510 concessões — 2.500.964 BTN's. Em 1989, para 945 solicitações, 661 foram atendidas, num total de 2.883.360,69 BTN's. No exercício de 1990, até o mês de novembro, foram 1919 solicitações e 440 concessões — 3.358.960,31 BTN's.

Paralelo ao apoio ao pesquisador, a FAPERGS apresentou, desde o 2.º semestre de 1988, o Programa de Apoio ao Jovem Pesquisador.

Com recursos do Banco do Estado do Rio Grande do Sul (BANRISUL), pôde-se atender, inicialmente, cerca de 330 Bolsas de Iniciação Científica, de um total de 600 solicitações, num total de 125.739 BTN's. Já em 1989, a demanda foi de 1059, e o total de bolsas concedidas alcançou 521, num valor total de 1.057.758 BTN's. No exercício de 1990, até o mês de novembro, foram aprovadas 800 Bolsas de Iniciação Científica — 1.465.624,42 BTN's.

O ano de 1990 foi decisivo para a Fundação. Contemplada pela Constituição Estadual com 1,5% da Receita Líquida de Impostos, cresceu sua responsabilidade e seu papel de entidade de fomento à Ciência e Tecnologia.

Correspondendo a esta nova situação, a FAPERGS apresentou, para 1990, um Plano de Atuação que procurou concentrar a aplicação de recursos na melhoria da infra-estrutura do sistema de pesquisa em geral; na recuperação dos órgãos de pesquisa do Estado, em particular; no fortalecimento do apoio direto ao pesquisador; num programa pioneiro de bolsas de estudos e atração de pessoal qualificado; e, finalmente, num programa de estímulo à integração entre os grupos de pesquisa e o setor produtivo.

A FAPERGS, a partir de 1990, passou a atuar através das seguintes modalidades de apoio a projetos de Ciência e Tecnologia: bolsas e auxílios correlatos; auxílio ao pesquisador; auxílio a grupos de pesquisa; programas específicos.

As bolsas e auxílios correlatos, que integram o Programa de Formação de Recursos Humanos da FAPERGS, são concedidas sob as seguintes formas: bolsas de iniciação científica; bolsas de iniciação técnica; bolsas de apoio técnico; bolsas de aperfeiçoamento; bolsas de mestrado; bolsas de doutorado; bolsas de recém-mestre; bolsas de recém-doutor; bolsas de pesquisador visitante.

Os auxílios individuais à Pesquisa são concedidos sob as seguintes formas: auxílio individual à pesquisa; auxílio para organização de eventos; auxílio para participação de pesquisadores em reuniões científico-tecnológicas.

Os auxílios a grupos de Pesquisa são para cobrir, total ou parcialmente, as despesas de projetos que envolvam vários pesquisadores.

Os financiamentos a programas específicos são concedidos sob as seguintes formas: Programa de Estímulo à Interação de Grupos e Centros de Pesquisa com o Setor Empresarial; Programa de Recuperação de Centros de Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul; Expansão de Acervos Bibliográficos; Sistema de Informação para Ciência e Tecnologia no Rio Grande do Sul.

Com a política de buscar recursos de outras fontes, principalmente federais, acrescentando-se ao do orçamento do Estado com a finalidade de atender os seus objetivos, a FAPERGS firmou os seguintes convênios, contratos e acordos durante o período:

- **Convênio FAPERGS/FINEP**  
Beneficiário: Laboratório de Engenharia Genética e Mutagênese  
Departamento de Genética/UFRGS  
Objetivo: Produção de Anticorpos Monoclonais para Diagnóstico e Classificação das Leucemias  
Valor: NCZ\$ 172.106,00
- **Convênio FAPERGS/FINEP**  
Beneficiário: Centro de Ecologia  
Instituto de Biociências da UFRGS  
Objetivo: Consolidação do Centro de Ecologia da UFRGS  
Valor: 52.925 OTNs.
- **Convênio FAPERGS/FINEP**  
Beneficiário: Instituto de Biociências da UFRGS;  
Objetivo: Análise da atitude mutagênica em células procarióticas e eucarióticas como resposta à ação de agentes ambientais;  
Valor: 33.695 OTNs.
- **Convênio FAPERGS/FINEP**  
Beneficiário: Departamento de Biotecnologia/UFRGS;  
Centro de Biotecnologia;  
Objetivo: Programa de Biologia aplicável à Biotecnologia;  
Valor: NCz\$ 35.000,00.
- **Convênio FAPERGS/FINEP**  
Beneficiário: Prof. Darcy Closs  
Objetivo: Estudo de uma Política visando à Modernização dos Equipamentos de Laboratórios Universitários;  
Valor: NCz\$ 77.000,00.
- **Convênio FAPERGS/FINEP**  
Beneficiário: Programa de Pós-Graduação em Sociologia/UFRGS;  
Objetivo: Sindicalismo e Automação;  
Valor: NCz\$ 94.385,00.
- **Convênio FAPERGS/FINEP**  
Beneficiário: Instituto de Biociências — Departamento de Biofísica/UFRGS;  
Objetivo: Análise da atividade mutagênica em células procarióticas e eucarióticas como resposta à ação de agentes ambientais;  
Valor: Cz\$ 80.600.461,00.
- **Convênio FAPERGS/FINEP**  
Beneficiário: Instituto de Biociências — Centro de Ecologia/UFRGS;  
Objetivo: Consolidação do Centro de Ecologia na UFRGS  
Bioindicação Ambiental;  
Valor: Cz\$ 199.879.502,00.
- **Convênio CIBA-GEIGY QUÍMICA S.A.**  
Beneficiário: Instituto de Pesquisas Veterinárias "Desidério Finamor";  
Objetivo: Avaliação da eficácia biológica do Produto CGA 157419 contra o carrapato bovino "B. microplus";  
Valor: 4.400 BTN's.
- **Convênio FAPERGS/SALSBURY LABORATÓRIO LTDA.**  
Beneficiário: Instituto de Pesquisas Veterinárias "Desidério Finamor";

Objetivo: O estudo de diferentes cepas de vírus de bronquite infecciosa, prevalentes no território brasileiro;

Valor: NCz\$ 4.007,92.

— **Convênio FAPERGS/NITRAL**

Beneficiário: Faculdade de Agronomia;

Objetivo: O desenvolvimento de tecnologias para produção de leguminosas;

Valor: NCz\$ 10.000,00.

— **Convênio FAPERGS/PENA BRANCA DE ALIMENTOS DO SUL S.A.**

Beneficiário: Instituto de Biociências/UFRGS — Centro de Ecologia;

Objetivo: Controle e monitoramento de organoclorados em frangos e de outros produtos;

Valor: NCz\$ 21.677,64 até 14/12/89.

— **Convênio FAPERGS/SUVALAN**

Beneficiário: Departamento de Fitotecnia da Faculdade de Agronomia/UFRGS;

Objetivo: Realizar experimentos com frutas tropicais e subtropicais no Rio Grande do Sul;

Valor: NCz\$ 3.826,00.

— **Convênio FAPERGS/COMPANHIA MENUANO DE ALIMENTOS**

Beneficiário: Centro de Ecologia/UFRGS;

Objetivo: Controle e monitoramento de organoclorados em gorduras de aves e outros produtos;

Valor: NCz\$ 34.421,45 até 14/12/89.

— **Convênio FAPERGS/FRANGOSUL S.A. AGRO. AVIC. IND.**

Beneficiário: Instituto de Biociências/UFRGS — Centro de Ecologia;

Objetivo: Controle e monitoramento de organoclorados em frangos e de outros produtos;

Valor: NCz\$ 26.993,52 até 14/12/89.

— **Convênio ESTADO/UFRGS/FAPERGS**

Beneficiário: UFRGS;

Objetivo: Edificação, pela Universidade, das dependências do Centro de Integração de Pesquisa e Desenvolvimento em Informática do Estado do Rio Grande do Sul;

Valor: NCz\$ 650.000,00.

— **Convênio ESTADO/UFRGS/FAPERGS**

Beneficiário: Centro de Biotecnologia/UFRGS;

Objetivo: Conjugação de esforços para apoiar e promover o desenvolvimento da pesquisa na área de Biotecnologia, a difusão de conhecimento, a formação e o treinamento de pessoal no Centro de Biotecnologia do Estado do Rio Grande do Sul;

Valor: NCz\$ 222.120,00.

— **Convênio FAPERGS/BADESUL**

Beneficiário: Faculdade de Agronomia/UFRGS;

Objetivo: Visando ao desenvolvimento de ações conjuntas nas áreas de Tecnologia de Ponta;

Valor: NCz\$ 200.816,47.

— **Convênio FAPERGS/FUNDAÇÃO BANCO DO BRASIL**

Beneficiário: Departamento de Genética/UFRGS;

Objetivo: Cultura de tecidos e transferência de DNA em plantas;

Valor: NCz\$ 155.365,00.

— **Convênio FAPERGS/UFRGS**

Beneficiário: Instituto de Biociências/UFRGS

Objetivo: Edificação, pela UFRGS, das dependências do Centro de Ecologia do Instituto

de Biocências da UFRGS;  
Valor: NCz\$ 250.647,59.

— **Convênio FAPERGS/BADESUL**

Beneficiário: Centro de Biotecnologia

Objetivo: Desenvolvimento nas áreas de Tecnologia de Ponta;

Valor: NCz\$ 300.000,00.

— **Convênio FAPERGS/CURTUMES PINHEIROS S/A**

Beneficiário: Fundação Faculdade de Ciências Médicas de Porto Alegre;

Objetivo: Apoio ao desenvolvimento da pesquisa básica e aplicada em farmacologia na FFFCM;

Valor: Cz\$ 500.000,00.

— **Convênio FAPERGS/FINEP**

Beneficiário: Pró-Reitoria de Administração da UFRGS.

Objetivo: Adequação das instalações físicas do Departamento e do Centro de Biotecnologia da UFRGS;

Valor: 143.145,21 OTNs.

— **Convênio FAPERGS/FINEP**

Beneficiário: Centro Estadual de Pesquisa e Sensoriamento Remoto e Meteorológico/UFRGS;

Objetivo: Implantação do Centro Estadual de Pesquisa em Sensoriamento Remoto e Meteorológico;

Valor: 30.000 OTNs.

— **Contrato FAPERGS/ESCOLA DE SAÚDE PÚBLICA DA SSMA**

Beneficiário: Escola de Saúde Pública da SSMA;

Objetivo: Subsidiar a nova política de Saúde no Estado, produzindo informações e análises necessárias ao desenvolvimento e avaliação da reforma sanitária no Rio Grande do Sul;

Valor: Cz\$ 39.000.000,00.

— **Convênio FAPERGS/MCT**

Beneficiário: Departamento de Mecânica/UFRGS;

Objetivo: Apoiar a implantação de um núcleo de informação e transferência de tecnologia em mecânica de Precisão;

Valor: Cz\$ 1.620.000,00.

— **Convênio FAPERGS/MCT**

Beneficiário: FAPERGS;

Objetivo: Visa à conjugação de esforços para a implantação de um programa de Biotecnologia no Estado;

Valor: Cz\$ 1.000.000,00.

— **Convênio FAPERGS/VALE DO RIO DOCE**

Objetivo: Coleta e análise de amostra de água para efeito de monitoramento ambiental na região de Osório/RS;

Valor: 5.074 OTNs.

— **Convênio FAPERGS/FINEP**

Beneficiário: Secretaria Extraordinária para Assuntos de Ciência e Tecnologia;

Valor: 1.283,88 OTNs.

— **Convênio FAPERGS/CONSELHO BRITÂNICO**

Beneficiário FAPERGS/CB

Objetivo: O treinamento de recursos humanos e o desenvolvimento conjunto de Projetos de Pesquisa;

Valor: Conforme acordo estabelecido no Convênio.

— **Convênio FAPERGS/DAAD**

Beneficiário: FAPERGS/DAAD;

Objetivo: O programa de intercâmbio deverá principalmente servir à colaboração de cientistas brasileiros e alemães altamente qualificados no campo de pesquisa científica;

Valor: Conforme acordo estabelecido no Convênio.

O Presidente da FAPERGS participou, em 1989, da missão oficial técnico-científica do Estado do Rio Grande do Sul para o Japão, a qual visou a identificar as oportunidades de cooperação com centros de pesquisa e instituições governamentais nas áreas de Meio-Ambiente, Biotecnologia, Novos Materiais e Tecnologia Industrial. Os contatos mantidos permitiram identificar, claramente, possibilidades de cooperação nas áreas em questão, sendo que, em médio prazo, deverão ser assinados convênios.

## **2.21 — TURISMO**

### **2.21.1 — COMPANHIA RIO-GRANDENSE DE TURISMO (CRTUR)**

A Companhia Rio-Grandense de Turismo foi criada pela Lei Estadual n.º 6.238, em 23 de junho de 1971, e tem como principal objetivo fomentar o desenvolvimento do setor turístico do Estado, juntamente com a iniciativa privada, buscando o desenvolvimento de áreas pré-selecionadas, mediante a elaboração e a execução de estudos, projetos, programas e obras, bem como a realização de diversos outros trabalhos concernentes à área.

O Decreto n.º 31.559, de 02 de julho de 1984, transferiu a supervisão da CRTUR à Secretaria da Indústria e Comércio, devido à desativação da Secretaria de Turismo.

A CRTUR desenvolve suas finalidades principais mediante a prestação de serviços especializados e realização de atividades de promoção, expansão e captação de correntes turísticas, de adequação e regulamentação normativa do funcionamento das empresas turísticas, de estímulos e facilidades ao desenvolvimento da oferta turística, realizando estudos, programas e projetos que visam à concretização de medidas de ordem técnica e administrativa tendentes ao fomento do turismo estadual e às atividades correlatas no território do Estado, incrementando o intercâmbio permanente com outros Estados e com o Exterior, em especial com os Países do Prata, visando ao aumento do fluxo turístico, bem como à elevação da média de permanência do turista no Rio Grande do Sul.

A CRTUR presta ainda assessoramento técnico aos municípios para a elaboração do Plano de Desenvolvimento Turístico Municipal, buscando atender a determinação do Decreto n.º 32.037, de 22 de outubro de 1985, que dispõe sobre a Classificação de Municípios de Interesse Turístico.

Compete à CRTUR administrar a manutenção e conservação do acervo turístico, incluindo-se aqui os parques e campings do Caracol, em Canela; da Vindima, em Flores da Cunha; da Guarita e Itapeva, em Torres e do Espetáculo Som & Luz, em São Miguel das Missões.

Tem a Companhia, ainda, firmado Convênio Técnico com a EMBRATUR, mantendo uma delegação estadual que visa ao controle da qualidade do produto turístico, a uniformização equilibrada da qualidade do produto e o controle das empresas que atuam no mercado.

Em seu objetivo principal, a CRTUR busca promover toda a potencialidade turística estadual, seja de ordem natural, cultural e/ou sócio-econômica. Para tanto, realiza campanhas publicitárias compostas de diversos instrumentos, desde folhetos, cartazes, "outdoors", VTs e outros, para o fomento do setor. Participa de eventos nacionais e internacionais com o intuito de apoiar a iniciativa privada na comercialização turística e na captação de eventos para o Estado.

Assim sendo, durante o período 1987/89 o Governo Estadual resolveu concentrar na CRTUR toda a formulação da política turística do Estado, mantendo, então, uma estrita relação com a Secretaria da Indústria e Comércio, à qual a CRTUR está vinculada.

Dentre as várias atividades desenvolvidas pela Companhia nesse período, podem ser destacadas:

- a realização de Cursos de Conscientização Turística para a Brigada Militar, preparando oficiais e soldados com noções básicas de turismo e relações humanas; de Cursos de Formação e de Atualização para Guias de Turismo, promovidos em diversos municípios do Estado; e de Cursos de Treinamento para Recepcionistas da CRTUR;
- implementação do Programa “O Turismo e o Idoso”, através do Projeto “Clube da Maior Idade”, visando à integração de idosos em programas de lazer e turismo, a preços reduzidos, especialmente dirigidos à população de mais de 50 anos, incentivando o espírito associativo e a formação de grupos, estimulando e facilitando atividades sociais, culturais, de turismo e de lazer. O Clube conta com 857 sócios, foram realizados diversos encontros e excursões, como também o I Congresso Nacional de Clubes de Maior Idade, no Município de Canela, em maio/90;
- implementação do Projeto Táxi-Turismo, buscando a integração dos táxis urbanos no desenvolvimento de pólos receptores, propiciando ao turista um serviço de táxi adequado, mediante a melhoria das condições de conforto, segurança e atendimento por parte dos motoristas. O projeto foi implantado nos municípios de Porto Alegre, Gramado, Caxias do Sul, Nova Petrópolis, Santana do Livramento, Panambi e Ijuí, contando com 163 motoristas treinados para prestar orientação turística especializada;
- implantação do Programa “O Turismo e o Portador de Deficiência Física”, objetivando propiciar condições e facilidades para as viagens de portadores de deficiências físicas, tendo sido realizada a identificação do perfil sócio-econômico dos deficientes físicos residentes no Estado, bem como a divulgação dos empreendimentos turísticos que possuem facilidades para atender esta demanda e, ainda, a conscientização da comunidade para a realização de adaptações necessárias à facilitação do acesso;
- assessoramento técnico aos municípios para aplicação do Decreto nº 32.037/85, classificando-os como Municípios de Interesse Turístico para intervenção destes no programa de comercialização turística do Estado; coordenação e participação no I Seminário de Turismo do Município de Panambi e no I Seminário de Desenvolvimento Turístico do Município de Marcelino Ramos, com o objetivo de traçar o Plano de Desenvolvimento Turístico dos referidos municípios. Foram concluídos o Plano para os municípios de São Lourenço do Sul e de Marcelino Ramos; há três municípios em fase de elaboração do Plano e setenta e três municípios desenvolvendo diferentes etapas do Decreto;
- implantação de sete Albergues da Juventude com capacidade de 452 leitos, aproximadamente, nos municípios de Porto Alegre, Atlântida, Canela, Santana do Livramento, Nova Petrópolis, Torres e Iraí;
- planejamento, organização, coordenação, promoção e participação em Seminários, Congressos e outros eventos: I Seminário de Desenvolvimento Turístico do Estado do Rio Grande do Sul, em dezembro/87, no qual foi elaborada e aprovada a “Carta de Turismo”; Encontro Gaúcho de Campings Organizados; Seminário de Turismo em Primeira Página; “Conversando sobre Turismo” — encontros mensais que congregam empresários e profissionais da área. Cabe salientar o XVIII Congresso Nacional da Associação Brasileira de Agentes de Viagens (ABAV) — projeto que foi considerado prioritário pela atual gestão. Este Congresso foi realizado em Porto Alegre/Novo Hamburgo, no período de 19 a 23 de agosto de 1990, transformando o Rio Grande do Sul no maior pólo turístico do Brasil no período. Desenvolveram-se atividades técnicas, palestras e debates, e a exposição de 440 “stands” nacionais e internacionais para comercializar os produtos turísticos, além de eventos sociais, divulgando o potencial turístico de Porto Alegre. Participaram cerca de 6.000 congressistas e expositores nacionais e estrangeiros do ramo. Considerado como um dos eventos mais profissionais dos últimos anos, aguarda-se um incremento na atividade turística do Estado após a sua realização;

- elaboração de pesquisa e levantamentos com vistas a estabelecer o Perfil do Campista; o Perfil do Turista Rio-Grandense, através da Demanda Turística — Turismo Emissivo e Receptivo Internacional em Porto Alegre, Santana do Livramento, Uruguaiana e Santa Vitória do Palmar e também da Demanda Turística Internacional no Aeroporto Internacional Salgado Filho. Levantamento de dados específicos referentes ao fluxo turístico junto aos Centros de Informações (CENINTUR's), Campings e Hotéis;
- administração, manutenção e conservação dos Campings e Parques do Caracol, Vindima, Guarita, Itapeva, bom como dos Terminais Turísticos de Cidreira, Tramandaí, e Torres; transferência do Complexo Turístico do Caracol para a Prefeitura Municipal de Canela, em 1990, objetivando um maior desenvolvimento turístico para a região da Serra; recuperação do Espetáculo Som & Luz, em São Miguel das Missões, como também a manutenção do acervo;
- elaboração e distribuição de Mapas Turísticos e Rodoviários do Cone Sul, para orientação de turistas. Foram publicados vinte mil exemplares no período 1987/90;
- edição anual do Calendário de Eventos Turísticos do Rio Grande do Sul — material destinado à orientação da hotelaria, agentes de viagens, transportadores, operadores, etc. No decorrer do período foram editados 52 mil exemplares, divulgando 810 eventos;
- realização do controle de qualidade do produto turístico e controle das empresas que atuam no mercado, através do Convênio CRTUR/EMBRATUR, o qual foi renovado no decorrer de 1989. Neste sentido, durante 1990, foram orientados 7.526 agentes de viagens e empresários da indústria hoteleira; foram efetuados 212 controles de qualidade nos meios de hospedagem; foi realizada vistoria em 717 agências de turismo; foi feita a classificação de 9 hotéis e 134 agências de viagens e turismo, e 3 empresas organizadoras de eventos, e 8 transportadoras de turismo, e, ainda o enquadramento de 15 projetos de meios de hospedagem;
- outras ações desenvolvidas pela Companhia foram: realização e participação em campanhas promocionais do setor; apoio e participação em feiras, exposições e outros eventos turísticos regionais e nacionais; participação em congressos, seminários, festivais e outros eventos turísticos nacionais e internacionais; atendimento e orientação a turistas através de informações prestadas e material distribuído; apoio e orientação a agentes de viagens e empresários da indústria hoteleira; elaboração de folheteria informativa nacional e internacional para divulgar as regiões turísticas do Estado (português — inglês — espanhol); implantação de Centros de Informação Turística nos municípios e fora do Estado e recepção a turistas no Aeroporto Internacional Salgado Filho pela passagem do Dia Mundial do Turismo.

## **2.22 — INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS**

### **2.22.1 — BANCO DE DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL S.A. (BADESUL)**

O Banco de Desenvolvimento do Estado do Rio Grande do Sul é uma instituição financeira de economia mista, constituída sob a forma de sociedade anônima de capital autorizado, e criada através da Lei Estadual n.º 6.605, de 09/10/73.

O BADESUL tem como missão prestar apoio financeiro e institucional a projetos e atividades destinados a apoiar e induzir o fortalecimento e o desenvolvimento econômico e social no Rio Grande do Sul, segundo as prioridades estabelecidas pelo Governo do Estado.

O BADESUL apóia desde microempresas até as grandes organizações privadas, públicas ou de economia mista, bem como as atividades operacionais e de planejamento da Instituição beneficiam os setores primário, secundário e terciário do Rio Grande do Sul.

Em Assembléia Geral Ordinária realizada em abril de 1990, o capital social do Banco foi elevado para o montante de Cr\$ 411,09 milhões, ficando distribuído entre os seus acionistas segundo a seguinte composição: 99,91% com o Estado do Rio Grande do Sul; 0,05% com o IPERGS; 0,03% com a Companhia União de Seguros Gerais; e o restante (menos de 0,01%) com os outros acionistas.

O BADESUL norteia a sua atuação operacional e de planejamento a partir de um conjunto de políticas estratégicas que caracterizam a sua concepção de apoio financeiro e institucional ao desenvolvimento econômico e social do Rio Grande do Sul, abrangendo as áreas de: Apoio a Pequenas e Médias Empresas; Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico; Apoio ao Desenvolvimento Industrial; Interiorização; Desenvolvimento Rural; Desenvolvimento Social e Urbano; Assistência Técnica.

A partir de suas políticas de atuação, opera através do financiamento de projetos e da prestação de garantias e serviços financeiros, assim como realiza estudos e programas vinculados ao crédito ao desenvolvimento.

No que se refere ao financiamento de projetos, estes abrangem os seguintes objetivos: pré-investimentos (estudos e projetos); investimentos em obras civis e instalações industriais; investimentos em máquinas e equipamentos nacionais; capital de giro associado a investimentos fixos; investimentos no setor primário; infra-estrutura urbana; desenvolvimento social; desenvolvimento urbano; saneamento financeiro; turismo.

A prestação de garantias processa-se sob a forma de aval e fiança, sendo concedida fias seguintes modalidades: coobrigação na emissão de debêntures; garantia em licitações; garantia de subscrição de ações; garantia de empréstimos em moeda nacional ou estrangeira.

A prestação de serviços financeiros traduz-se na administração, controle de liberações, atualização monetária e cobrança de recursos financeiros destinados a projetos não inscritos nos ativos operacionais do Banco, mas em cuja execução o BADESUL atua como intervenien-

te, como é o caso dos programas EBTU/BIRD/TRENSURB (implantação do trem metropolitano de Porto Alegre) e RS/BIRD/PIMES (Programa Integrado de Melhoria Social).

No período 1987/90, o BADESUL contratou 250,2 milhões de BTN's, que foram distribuídas entre 10.002 operações.

No período de janeiro a dezembro de 1990, o Banco contratou 1.856 operações, equivalentes a cerca de US\$ 31,1 milhões, o que representa 56,2 milhões de BTN's.

Quanto às principais fontes de recursos repassados, estes foram provenientes do BNDES, BIRD/ESTADO e FINAME que representaram quase o total dos financiamentos contratados pela Instituição no período em tela.

No que tange à distribuição setorial, cerca de 12% dos recursos destinaram-se ao setor primário, 42% ao setor secundário e 46% ao setor terciário.

Cumprir destacar que houve um sensível aumento na participação do setor terciário neste exercício social, devido à contratação de uma grande operação com a CORSAN.

O BADESUL caracteriza-se por duas amplas formas de atuação operacional. A primeira consiste no apoio à demanda espontânea ou identificada pelo Banco, de empresas com projetos de investimento. A segunda forma consiste na indução sistematizada de novos investimentos, através de atividades programadas.

Em dezembro de 1990 a posição dos programas operados pelo BADESUL era a seguinte:

— **Programa Especial de Crédito para a Reforma Agrária (PROCERA)**

O PROCERA apóia a execução de projetos de aproveitamento econômico das áreas de assentamento agrário no Rio Grande do Sul.

No período 1987/90 o Programa beneficiou 2.453 famílias no Estado, o que totalizou cerca de 7,9 milhões de BTN's.

— **Programa de Apoio ao Pequeno Produtor Rural**

Este programa teve início em 1988, e até dezembro de 1990, contratou 1.746 operações representando, em valores monetários, em torno de 4,7 milhões de BTN's.

Os créditos que foram concedidos, através de cooperativas ou associações, objetivaram a melhoria das condições da pequena propriedade, assim como o aumento da produtividade dos seus produtos.

— **Programa de Armazenagem de Milho**

Este Programa objetiva a redução da atual perda da safra de milho no Rio Grande do Sul, ocasionada por falta de adequada armazenagem do produto, a nível de propriedade.

Desde o início do Programa, em 1989/90, foram contratadas 1.951 operações, sendo estas destinadas à construção de paióis (capacidade de armazenagem de até 300 sacas), armazéns (capacidade de armazenagem de até 700 sacas) e ainda à construção de armazéns comunitários.

Em termos de valores, no período, houve um total contratado de 3,3 milhões de BTN's.

— **Programa de Condomínios Suínícolos**

Objetiva a produção de suínos em condomínio, baseado na união de produtores para, em

conjunto, executarem a etapa crítica da produção, que envolve a gestação, parição e criação de leitões, até os 70 dias de vida.

O Programa, que iniciou em 1988, beneficiou, até 1990, 101 produtores, no valor de 324,5 mil BTN's.

#### — Programa de Eletrificação Rural Simplificada de Pequenas Propriedades (PROLUZ)

Este programa entrou em execução em outubro de 1990, consistindo na implantação de redes de eletrificação monofilar simplificada, visando a beneficiar pequenas propriedades rurais de baixa renda.

Em sua primeira etapa o PROLUZ energizou cerca de 407 pequenas propriedades, demandando recursos na ordem de Cr\$ 27,6 milhões, que equivalem a 391,3 mil BTN's. Estes recursos têm origem no BNDES/FINSOCIAL e Governo do Estado.

Acresce-se que os municípios beneficiados situam-se nas regiões Celeiro, Grande Santa Rosa, Alto Uruguai e alguns municípios do Litoral e do Sul do Estado.

#### — Programa Integrado de Melhoria Social (PIMES)

O Programa destina-se à ampliação e melhoria da infra-estrutura social, sendo beneficiárias as pequenas e médias cidades do Estado do Rio Grande do Sul.

A principal fonte de financiamento do Programa é o Banco Mundial, tendo ainda uma contrapartida proveniente do Governo do Estado e Prefeituras.

A primeira contratação do PIMES ocorreu em agosto de 1990, onde a beneficiada foi a CORSAN. Em termos de valores isto significou 18,4 milhões de BTN's.

Com relação a Estudos e Projetos, durante o período 1987/90 foram realizados os seguintes: Indústria de Informática do Rio Grande do Sul; Indústria de Conservas; Indústria Coureiro-Calçadista; Pedras Preciosas; Complexos Industriais no Rio Grande do Sul; Fruticultura, Oleicultura e Floricultura; Apoio na Construção do Laboratório de Cultura de Tecidos da Faculdade de Agronomia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Quanto aos Recursos Humanos, o BADESUL conta atualmente com 190 funcionários, inclusive Cargos em Comissão (17), dos quais 95 são técnicos de nível superior, e 78 são servidores administrativos.

O BADESUL encerrou o exercício social de 1990 com um saldo de operações ativas de Cr\$ 35,6 bilhões, ou o equivalente a 384 milhões de BTN's, valor este que representa um crescimento real de 7% em relação ao saldo de operações registrado no final do exercício anterior.

Em 31/12/90, o Patrimônio Líquido do Banco alcançou Cr\$ 4.691 milhões, ou seja, o equivalente a 54 milhões de BTN's, valor este que representa um crescimento real de 143% em relação ao valor registrado ao final de 1989.

O Saldo de Operações Ativas apresentou a seguinte evolução, no período (valores expressos em BTN x 1.000.000): em 1986 — 187; em 1987 — 226; em 1988 — 276; em 1989 — 359; e em 1990 — 384.

Da mesma forma, o Patrimônio Líquido teve a seguinte evolução, no período considerado: em 1986 — 16; em 1987 — 17; em 1988 — 19; em 1989 — 38; em 1990 — 54 (valores expressos em BTN x 1.000.000).

A relação entre Saldo de Operações Ativas e Patrimônio Líquido ficou, então, assim configurada: 11,7, em 1986; 13,3, em 1987; 14,5, em 1988; 9,5, em 1989; e 7,1 em 1990.

A evolução, no período considerado das variáveis anteriormente citadas, demonstra o desempenho favorável da Instituição.

### **2.22.2 — BANCO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL (BANRISUL)**

Em 1990, o BANRISUL lançou, oficialmente, o projeto "BANRISUL 2000 — Rumo ao Futuro" que deverá balizar as políticas operacionais e de investimentos do Banco ao longo desta década.

O projeto envolve investimentos de ordem de US\$ 50 milhões em automação e mudança de "lay-out" em 150 agências e a implantação de sistema de transmissão de dados via satélite.

Cumprindo o cronograma estabelecido para o ano de 1990, foi implantado o novo sistema de automação bancária em 22 agências. Realizou-se, ainda, a reforma da central de processamento de dados, em Porto Alegre, e a ampliação do parque de equipamentos.

Implantou-se, também, terminais para a consulta de clientes (CT's) em mais 21 agências, elevando para 200 os pontos de atendimento a contar com este serviço.

Deu-se início ao processo de licitação para a aquisição da Antena Master destinada ao Sistema de Transmissão de dados via satélite.

Com a autorização do Banco Central, em 12/03/90, o BANRISUL passou, formalmente, à condição de banco múltiplo, operando, além da Carteira Comercial, as novas carteiras, de Crédito, Financiamento e Investimento e de Crédito Imobiliário.

Com a transformação da BANRISUL Financeira SA. em BANRISUL Arrendamento Mercantil, começa-se a atuar também no mercado de arrendamento de bens.

A inauguração, no ano em curso de 11 novas agências ampliou a rede para 310 agências, que somadas aos 191 PAB's eleva para 501 o número de pontos de atendimentos do BANRISUL. Foram instaladas agências em 8 municípios gaúchos, uma em Santa Catarina e duas em São Paulo.

Associando-se aos esforços dos Governos Federal e Estadual no sentido de promover a "Integração dos Países do Cone Sul", o BANRISUL, em 12/12/90, inaugurou seu escritório de representação em Buenos Aires, com o firme objetivo de contribuir para o estreitamento das relações comerciais entre o Brasil e a Argentina.

Na área de recursos humanos, cabe destacar a importância conferida ao treinamento de pessoal, que levou à criação do Departamento de Treinamento, Formação e Desenvolvimento, encarregado de implantar a política de aperfeiçoamento da mão-de-obra, em consonância com as necessidades de qualificação definidas pelo novo padrão tecnológico que o BANRISUL vem adotando.

Em 1990, foram realizados 724 cursos de âmbito interno e externo, cobrindo um total de 8.055 treinados.

Teve relevância no contexto da política de pessoal do BANRISUL, a incorporação aos quadros do Banco dos funcionários da BANRISUL SA. Corretora e da ex-BANRISUL Financeira SA., consolidando o processo de integração operacional das empresas do Sistema BANRISUL.

Devido à forte redução da liquidez determinada pelo "Plano Brasil Novo", acentuou-se a recessão econômica em 1990, com o conseqüente aumento do risco no mercado de crédito. Por outro lado, as incertezas quanto aos desdobramentos do plano de combate à inflação mantiveram as operações concentradas no curto prazo.

Os empréstimos totais do BANRISUL atingiram, em 30/11/90, o saldo de Cr\$ 93,6 bilhões, com aumento nominal de 1.774% em relação a igual período do ano anterior.

Os recursos alocados ao financiamento das safras de inverno e verão/90 atingiram Cr\$ 6,0 bilhões, totalizando 15.696 operações de crédito. As culturas que mais receberam recursos foram as de soja (31%), arroz (16%) e milho (14%).

Os créditos de liquidação duvidosa somaram Cr\$ 1,1 bilhão e representaram crescimento de 2.450%, refletindo o aumento da inadimplência empresarial.

As captações do BANRISUL somaram Cr\$103,0 bilhões em 30/11/90, o equivalente a crescimento nominal de 2.286%. Destacam-se as captações de depósitos a vista em Cr\$ 19,5 bilhões e de depósitos a prazo de Cr\$ 29,1 bilhões, com crescimentos nominais de 6.598% e 19.803% respectivamente.

As captações de depósitos de poupança iniciadas em 01/04/90 alcançaram saldo de Cr\$ 6,6 bilhões em 30/11/90.

### **2.2.2.3 — CAIXA ECONÔMICA ESTADUAL DO RIO GRANDE DO SUL (CCE/RS)**

A Caixa Econômica Estadual, criada com a finalidade de estimular os hábitos da poupança, atendendo à pequena economia privada, completou, em 31/12/90, trinta anos de funcionamento, apresentando-se como instituição afirmada na preferência do povo gaúcho.

Atuando em 135 municípios, através de 165 unidades operacionais entre Agências e Postos de Atendimento Bancário, oferece seus serviços à comunidade que mantinha 1.923.062 contas ativas e o saldo de Cr\$ 77,3 bilhões de depósitos na data de seu trigésimo aniversário.

Em 1990, inobstante os impactos experimentados pelo mercado financeiro em decorrência do Plano de Estabilização Econômica, a Caixa Estadual lançou novos produtos, destacando-se os depósitos a prazo fixo, denominados "Renda Certa", representando alternativa de captação com renda pré ou pós-fixada, o "Over Continuada", constituindo instrumento de captação de curtíssimo prazo em convênio com a DIVERGS, e a "Poupança Múltipla", Caderneta de Poupança com exclusivos atributos, que mereceu alta receptividade entre os poupadores.

Um convênio com a Companhia União de Seguros Gerais, viabilizou a colocação do Seguro "Vida Forte" pelas agências da Caixa Estadual, ampliando o leque de produtos estendido ao público.

A Carteira de Crédito Habitacional em 31/12/90, apresentava um saldo de Cr\$ 57,0 bilhões, correspondentes a financiamento da aquisição e construção da casa própria a 27.200 mutuários.

Em 1990, as aplicações do Sistema Financeiro da Habitação, em virtude da política adotada pelas autoridades monetárias e devido à inexistência de recursos, estiveram praticamente paralisadas, concentrando-se a atividade no estímulo da cobrança, na redução da inadimplência e no incremento das liquidações antecipadas, inclusive com o aproveitamento de cruzados novos retidos pelo Banco Central do Brasil.

Em virtude do novo regramento da economia, que contingenciou o crédito para as pessoas físicas ao nível das aplicações em 15 de maio de 1990, a Carteira de Crédito Geral igualmente sofreu retração no fluxo de recursos que lhe costumavam ser direcionados, mantendo-se ajustada aos parâmetros impostos pela normatização.

Um novo plano de cargos e salários, constituindo o Novo Quadro de Pessoal, teve sua elaboração concluída, sendo aprovado e convertido em lei, representando a concretização de

significativa aspiração dos funcionários e importante elemento organizacional para a Instituição.

O corpo funcional é composto por 4.263 servidores, tendo sido reduzido de 141 funcionários no ano de 1990.

Em virtude da situação do ambiente econômico, o Concurso Público previsto para o suprimento de 782 vagas foi suspenso, implantando-se severo programa de racionalização de gastos e contenção de despesas.

A Divisão de Desenvolvimento de Recursos Humanos realizou 122 eventos de capacitação e desenvolvimento de recursos humanos, com uma carga horária de 2049 horas de aprendizado e participação de 1938 funcionários.

No âmbito da informatização, a Caixa Estadual, que sempre se caracterizou pela moderna tecnologia aplicada em seus serviços, expandiu a rede de agências automatizadas, implantando 26 agências localizadas nos principais municípios do Estado, que, somando-se às 23 unidades já implantadas na Capital, representou um passo importante na complementação da implantação do Projeto de Automação de Agências.

Assim, a Caixa Estadual possui hoje uma rede automatizada de 49 agências com equipamento próprio, possibilitando operação "on-line", atualização em tempo real, transações interagências, cartão magnético e auto-serviço.

A automação, além de ser uma solução moderna para os usuários da Caixa, permite maior agilização na computação das informações e no compartilhamento com os equipamentos da PROCERGS.

O Projeto de Automação prevê atingir 46% das unidades da Instituição, o que corresponde a 76% do número de contas-correntes e 85% do valor dos depósitos totais.

Mantém-se o êxito da participação da Caixa no "Banco 24 Horas", que permite ao cliente movimentar sua conta-corrente dentro e fora do Estado a qualquer hora do dia, em todos os dias da semana. A Caixa, entre as entidades integrantes do Sistema no Rio Grande do Sul, participa com 20,04% das operações.

O "Sistema Telecaixa", que permite aos clientes da Caixa consultas telefônicas quanto a depósitos e aplicações financeiras, continuou apresentando excelente desempenho, com mais de 280 mil atendimentos em 1990.

A Loteria Estadual conta com 181 Agentes Lotéricos, sendo 60 na Capital e 121 no Interior do Estado. Com modernos controles automatizados, o Departamento da Loteria Estadual realizou 51 extrações durante o ano de 1990, sendo a grande maioria através da Unidade Móvel da Loteria.

O ano de 1990 caracterizou-se pelas mudanças econômicas abalando, principalmente, instituições captadoras da poupança popular, porquanto as incertezas do ambiente e o congelamento de preços e salários estimularam os saques das poupanças e o consumo de bens.

Os agentes financeiros do SFH tiveram de suportar o acentuado volume de saques, sem poder realizar a curto prazo os seus ativos, constituídos quase absolutamente por financiamentos habitacionais de longo prazo.

Superada a fase aguda das adaptações ao novo ambiente econômico, a Instituição procura recuperar junto ao Banco Central do Brasil o valor equivalente a 32 milhões de BTN's que lhe foi debitado a título de custos e penas por insuficiência de reservas de cruzados novos, quando o Sistema Financeiro Estadual, considerado globalmente, dispunha recursos em cruzados novos recolhidos ao BACEN em nível superior ao exigido.

As adversidades foram superadas graças à grande preferência do público pelos serviços da Instituição, que tem sabido responder às expectativas da Comunidade, e à ação do Governo do Estado, que buscou fortalecê-la economicamente, assumindo seus compromissos de repasse junto à Caixa Econômica Federal, refletindo tal operação positivamente em sua estrutura patrimonial.

A Caixa Econômica Estadual do Rio Grande do Sul encerrou o exercício de 1990 com o Patrimônio Líquido de Cr\$ 15,3 bilhões.

## **2.23 — ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA**

### 2.23.1 — SECRETARIA DA FAZENDA (SF)

Desde que a Administração Simon/Guazzelli assumiu o Governo do Estado, em 15 de março de 1987, a gestão das finanças públicas vem sendo desenvolvida em consonância com as diretrizes fixadas na “Proposta de Saneamento Financeiro do Setor Público e de Desenvolvimento do Rio Grande do Sul” — documento contenedor da estratégia político-administrativa para realizar o saneamento das finanças do Estado.

De fato, transformando em ação concreta os propósitos consignados naquele documento, a atual Administração desencadeou um conjunto de ações coordenadas, a partir da sua assunção no Governo do Estado, no sentido de renegociar a dívida pública, de reequilibrar a execução orçamentária, de retomar a capacidade de investir com recursos próprios e de recuperar e controlar as entidades componentes da Administração Indireta, alcançando expressivas e incontestáveis conquistas neste importante segmento da gestão estatal.

Breve incursão aos primeiros dias de governo evidencia a caótica situação então vigente no Plano da Dívida Pública. Com efeito, naquela ocasião, a dívida consolidada da Administração Direta, acrescida do passivo da Administração Indireta, era de Cz\$ 110 bilhões, quantia equivalente, à época, a US\$ 5,340 bilhões ou a 70 vezes a receita líquida do ICMS de março de 1987, cabendo realçar, ainda, que mais da metade do valor desses compromissos encontrava-se sem nenhuma perspectiva de renegociação e já estava vencida ou venceria no próprio exercício de 1987.

Além disso, a Secretaria da Fazenda convivia cotidianamente com dívidas de curto prazo, igualmente vencidas e não pagas — algumas com atrasos superiores a 6 meses — a prestadores de serviço, fornecedores e Prefeituras, que somavam Cz\$ 7,6 bilhões, valor então correspondente a quase 5 vezes a arrecadação mensal do ICMS.

A situação generalizada de inadimplência inviabilizava qualquer pretensão do Estado na busca de linhas especiais de crédito junto ao Banco do Brasil, à Caixa Econômica Federal e ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

O primeiro passo no sentido de iniciar concretamente o saneamento financeiro foi dado com a realização de ampla renegociação dos compromissos de curto prazo, vencidos e não pagos, determinando a conseqüente e imperiosa alteração do perfil da dívida estadual de curto para médio e longo prazos.

Por outro lado, os créditos do Banco do Estado do Rio Grande do Sul S/A junto ao Erário Estadual foram repassados ao Banco do Brasil S/A, todas as operações de antecipação de receita herdadas da Administração anterior foram saldadas, ao mesmo tempo em que eram suspensas novas contratações de empréstimos de curto prazo, pois os excessivos encargos que essa operação envolve vinham se constituindo, em passado recente, na causa maior das dificuldades financeiras do Tesouro do Estado.

Com a adoção dessas medidas, o BANRISUL deixou de ser mero instrumento creditício do Tesouro do Estado, passando a gozar de plena autonomia como banco comercial, transformando-se em efetivo indutor do desenvolvimento regional.

Obteve-se, ainda, autorização do Congresso Nacional para rolagem dos títulos a vencer no exercício, via nova emissão de OTEs. Nessa operação de rolagem da dívida global, envolvendo não só a renegociação com bancos oficiais, como também com instituições financeiras privadas, foram alcançados os primeiros resultados positivos, que deram margem, inclusive, a substanciais reduções nas taxas médias de juros, que caíram de 40% em 1987, para 12%, em média, a partir de 1988.

Outra alternativa intensivamente utilizada pelo Governo do Estado durante esta gestão, que reduziu significativamente o custo de carregamento da Dívida Pública, foi a de concentrar seus recursos no Fundo de Liquidez dos Títulos da Dívida Pública.

Essa prática garantiu a proteção dos recursos arrecadados, até sua destinação final, dos perniciosos efeitos de um processo inflacionário que se manteve em permanente ascensão durante todo o período da Administração Simon/Guazzelli. Assim, o Fundo de Liquidez passou a ser o receptor de eventuais sobras diárias de arrecadação e financiador das necessidades de caixa do Tesouro do Estado, racionalizando o fluxo e regulando as diferentes curvas relativas a períodos de ingresso e de desembolsos mensais dos recursos.

Mantendo a mesma linha de atuação nos exercícios subseqüentes, a Administração Simon/Guazzelli reverteu radicalmente o perfil da dívida pública estadual e, pelo que sinalizam os números para o encerramento do exercício de 1990, pode-se antever que o futuro Governo do Estado usufruirá de uma situação bem mais cômoda do que a herdada por seus antecessores, na medida em que a dívida consolidada do Grupo Econômico Estatal importará em Cr\$ 812,7 bilhões, equivalendo a US\$ 4,747 bilhões ou a 35 vezes a receita líquida do ICMS de dezembro de 1990, valores bem menores do que os existentes em 15/03/87, conforme pode ser constatado pelos quadros a seguir:

#### Comparativo da Dívida Pública com a Receita de ICMS/Mês

Mês	Dívida Pública <sup>(1)</sup>	ICMS <sup>(2)</sup>	Em Cr\$ milhões
			Relação <sup>(1/2)</sup>
Março/1987 .....	110,7	1,57	70 vezes
Dezembro/1987 .....	357,8	5,37	66 vezes
Dezembro/1988 .....	3.169,8	61,88	51 vezes
Dezembro/1989 .....	62.127,2	1.368,77	45 vezes
Dezembro/1990* .....	812.760,0	22.750,00	35 vezes

Obs.: <sup>(1)</sup> Administração Direta e Indireta.

<sup>(2)</sup> Receita do mês, excluída a parcela repassada aos municípios.

\* Dados Preliminares

#### A Dívida Pública em Moeda Estável

Mês	Cr\$	US\$
Março/1987 .....	110,7 milhões	5,340 milhões
Dezembro/1987 .....	357,8 milhões	4,952 milhões
Dezembro/1988 .....	3.169,8 milhões	4,141 milhões
Dezembro/1989 .....	62.127,2 milhões	5,469 milhões
Dezembro/1990* .....	812.760,0 milhões	4,747 milhões

Obs.: <sup>(1)</sup> Administração Direta e Indireta

<sup>(2)</sup> Dólar/Venda em 13/03/87 = Cz\$ 20,729

Dólar/Venda em 31/12/87 = Cz\$ 72,251

Dólar/Venda em 31/12/88 = Cz\$ 765,300

Dólar/Venda em 31/12/89 = NCz\$ 11,358

Dólar/Venda em 31/12/90 = Cr\$ 171,20

\* Dados Preliminares

Além disso, 33% da dívida da Administração Direta eram de curto prazo e 67% de longo prazo, ao passo que ao encerrar o último balanço do atual período de governo, apenas 3% dos compromissos são de curto prazo, distribuindo-se os vencimentos dos restantes 97% entre os exercícios de 1992 e 2014.

A correção da política definida pelo Governo do Estado para gerir a dívida pública, com alongamento de prazos e redução de encargos, contribuiu substancialmente para que os déficits dos exercícios de 1987 e 1988, além de inferiores à previsão inicial, fossem os menores das últimas décadas e também para que ocorresse, no ano de 1989, um superávit final equivalente a Cr\$ 1,283 milhão em valor atualizado para 31/12/90 pelo IGP/DI da Fundação Getúlio Vargas, conforme se pode evidenciar no quadro a seguir:

#### Evolução do Resultado Orçamentário

Exercícios	Valor Nominal	Em Cr\$ milhões
		Em Valores de 31/12/90
1983 .....	( 0,3)	( 93.588,7)
1984 .....	( 0,4)	( 38.536,4)
1985 .....	( 5,2)	(149.496,6)
1986 .....	( 3,4)	( 59.226,2)
1987 .....	( 4,2)	( 14.183,3)
1988 .....	(29,6)	( 8.787,1)
1989 .....	81,4	1.283,4
1990* .....	1.804,8	1.804,8

Obs.: a) Valores Atualizados pela variação do IGP/DI/FGV

b) Fonte: Balanço Geral do Estado

\* Dados preliminares

Outra importante conquista da gestão financeira do Governo Simon/Guazzeli foi a obtenção de superávits operacionais antes dos investimentos nos exercícios de 1987, 1988, 1989 e 1990, fato que não ocorria na execução orçamentária desde os primeiros anos da década de 70.

Além de reverter uma tendência histórica, o superávit operacional alcançado nos dois primeiros anos cobriu integralmente os investimentos nele realizados, impedindo que os valores desta rubrica exercessem qualquer pressão para a ocorrência de déficit orçamentário.

#### Resultado Operacional — 1987 a 1990

Rubricas	Em Cr\$ milhões de 31/12/90			
	Exercícios			
	1987	1988	1989	1990(*)
Receita sem operações de Crédito .....	225.244,7	155.435,9	140.920,2	237.496,3
(—) Despesa sem o Serviço da Dívida .....	189.448,7	113.994,2	106.098,9	218.690,3
(=) Resultado Operac. antes dos Invest. ....	35.796,0	41.441,7	34.821,3	18.805,0
(—) Investimentos .....	35.120,6	19.266,2	25.831,4	46.150,1
(=) Resultado Operacional após Invest. ....	675,4	22.175,4	8.989,9	(27.344,1)

Obs.: a) Valores Atualizados pelo IGP/DI/FGV

b) Fonte: Balanço Geral do Estado

\* 1990 — Dados Preliminares

Além disso, durante toda a gestão, a Secretaria da Fazenda desenvolveu um elenco de atividades passível de manejo a nível interno, destinado a aumentar suas receitas próprias, especialmente a tributária, destacando-se nele a agilização da cobrança da Dívida Ativa, a revisão dos benefícios fiscais relativos ao ICMS, com vistas à sua gradativa revogação, à readequação dos prazos de pagamentos deste tributo e, de modo singular, à intensificação do combate à sonegação — implementada na forma de “Programas Especiais de Fiscalização”, idealizados pela Superintendência de Administração Tributária, em regime de co-participação com a Procuradoria-Geral do Estado e com o Ministério Público, representado pela Coordenadoria das Promotorias Criminais.

A atuação conjunta e rigorosa desses órgãos, além de incrementar o ingresso de receita, também materializou uma das prioridades fixadas pelo atual Governo: a promoção da justiça fiscal. De fato, ao induzir a que todos cumpram as leis fiscais, acionando os mecanismos preventivos e repressivos de que dispõe para atingir essa finalidade, o Poder Público estabelece a equidade entre os contribuintes, eliminando a possibilidade de que o mau pagador seja premiado pela omissão da Administração em detrimento dos que cumprem corretamente as suas obrigações tributárias.

O êxito desse trabalho pode ser comprovado pelo realçado desempenho da Fiscalização Estadual, que lavrou, nas 14.003 auditorias concluídas em 1990, em estabelecimentos industriais, comerciais e produtores, 15.375 Autos de Lançamento, de imposto sonegado, em atraso e multas, totalizando Cr\$ 28.086 bilhões, valor que corresponde a 12% da receita total do Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços.

Paralelamente aos cuidados que teve com a dívida e com a receita, o Governo do Estado dedicou especial atenção ao controle do gasto público. Com efeito, mantendo compromisso firmado na "Proposta de Saneamento Financeiro e de Desenvolvimento do Estado", a despesa realizada durante a atual gestão obedeceu aos princípios da austeridade, da rigidez e, especialmente, da qualidade do gasto.

Em função dessa política, desde a assunção até o último ano do atual Governo, o ingresso de funcionários, via concurso público, foi menor do que o número de aposentadorias ocorridas, o número de cargos de confiança foi sensivelmente reduzido, as licitações passaram a ser severamente controladas e muitas revogadas, gastos supérfluos foram sumariamente cortados e uma rigorosa fiscalização foi exercida sobre o repasse de recursos às entidades da Administração Indireta.

Ainda no campo da despesa, importa relevar outra prioridade alcançada nesta gestão: a normalização das transferências compulsórias aos municípios. Com efeito, ao assumir o governo a atual Administração deparou-se com atrasos de até 6 meses nos repasses dos resíduos do ICMS e das parcelas do ITBI e do IPVA pertencentes aos municípios. Apesar da asfixia financeira então arrostada, a Secretaria da Fazenda desenvolveu enormes esforços para regularizar essa inadimplência, atingindo esse objetivo ainda em 1987, passando, a partir de então a transferir tais valores rigorosamente em dia.

Outra realidade ocorrida durante a Administração Simon/Guazzelli foi o retorno da capacidade do Estado em realizar investimentos com recursos próprios. Com efeito, é sobejamente conhecido o fato de que inúmeras medidas adotadas pelo Governo Federal no sentido de zerar o déficit público excluíram os Estados e Municípios de linhas setoriais de financiamento de longo prazo a custos suportáveis, destinados à habitação e ao saneamento básico, inviabilizando, também, o financiamento dos investimentos de infra-estrutura.

Presente tal dificuldade, adquiria caráter estratégico contingenciar um mínimo de poupança orçamentária, suficiente para realizar investimentos inadiáveis, passíveis de execução com recursos próprios.

Alcançado esse objetivo, foi possível iniciar, a partir de 1987, a realização de investimentos em infra-estrutura, no valor de US\$ 265 milhões, representando 19% da Receita Própria Líquida arrecadada no exercício, concentrando-se a maior soma em inversões financeiras, via aumento de capital, para o saneamento de empresas da Administração Indireta e/ou pagamentos de fornecedores de equipamentos, obras e serviços, então pendentes de regularização.

O mesmo ritmo foi mantido em 1988, destinando-se US\$ 247 milhões para obras rodoviárias, energia elétrica, telecomunicações, mineração e, fundamentalmente, para a recuperação da rede escolar, hospitais, presídios e obras de saneamento básico.

A partir de 1989, esse processo foi intensificado, elevando o volume de recursos próprios investidos para US\$ 577 milhões, equivalente a 22% da Receita Própria Líquida do exercício. No ano corrente, o Governo do Estado alcançou a melhor performance da gestão e da década nesta rubrica, investindo US\$ 740 milhões, que correspondem a 25% da Receita Própria Líquida.

Em suma, os investimentos realizados durante a gestão Simon/Guazzelli alcançaram valor correspondente a US\$ 1.828 bilhão, importância que não encontra paralelo na história administrativa do Estado.

As ações desenvolvidas pelo Governo durante esta gestão, entretanto, não se fixaram exclusivamente, na Administração Direta e no saneamento do Sistema Financeiro do Estado. Pelo contrário, agindo com a convicção de que é possível integrar todas as entidades da Administração Indireta numa mesma filosofia de governo e numa só política econômico-financeira, coordenando suas atividades com o objetivo de romper a desarticulação, o descontrole e as postulações corporativas, a atual Administração também alcançou importantes realizações nesta área.

De fato, com a criação, na Secretaria da Fazenda, de um sistema gerencial de acompanhamento e controle do número de funcionários, fluxo de caixa, investimentos, endividamento, custeio e política salarial de cada uma e de todo o conjunto de empresas da Administração Indireta, foi possível melhorar seu desempenho operacional e, ainda, dar início à reestruturação administrativa desse importante agregado estatal, com vistas a limitar o número de entidades ao absolutamente essencial e prioritário.

Com esse intuito, a CLAVESUL foi absorvida pela EMATER, sendo a primeira entidade a ser extinta; a PROGASA, a AGEUSA e a CEDRO não mais existem como empresas, faltando apenas trâmites burocráticos para sua completa extinção; a AGASA está sendo liquidada; a VINOSUL e a FENUVA tiveram seu controle acionário oferecido, por doação, a municípios da região vitivinícola do Estado; a incorporação da PROCESUL pelo BANRISUL encontra-se em fase de últimação; por fim, a CORLAC reassumiu sua identidade histórica, exercendo a função precepsua de fomentar a produção leiteira e regular o abastecimento de leite e derivados. Para melhor alcançar esse objetivo, as subsidiárias de Frechim, Santa Maria, São Gabriel e Vacaria foram transformadas em filiais. Além disso, foram desativados os postos de Bento Gonçalves e Taquari e efetuada a fusão dos postos de Tapes e Camaquã, com a conseqüente diminuição dos cargos de Direção e Chefia, que resultou em sensível redução nos custos administrativos.

## **3 — TABELAS**

- Tabela 1 — Secretaria da Educação — Matrícula Total do 1º Grau, por Dependência Administrativa, e por Ano — 1980-88.
- Tabela 2 — Secretaria da Educação — Taxa de Reprovação, por Ano e Série nas Escolas Estaduais de 1º Grau — 1980-88.
- Tabela 3 — Secretaria da Educação — Matrícula Total no 2º Grau, por Dependência Administrativa, e por Ano — 1980-88.
- Tabela 4 — Secretaria da Educação — Estabelecimentos de Ensino Com Classes Especiais e Respektivas Matrículas, por Dependência Administrativa — 1988.
- Tabela 5 — Secretaria da Educação — Aprovação por Disciplina nos Cursos Supletivos do 1º Grau — 1984-88.
- Tabela 6 — Secretaria da Educação — Aprovação por Disciplina, nos Cursos Supletivos do 2º Grau — Educação Geral, por ano — 1984-88.
- Tabela 7 — Secretaria da Cultura — Demonstrativo da Estimativa de Realizações e Público Beneficiado — 1987-90.
- Tabela 8 — Fundação Orquestra Sinfônica de Porto Alegre — Quadro-Resumo de Eventos — 1987-90.
- Tabela 9 — Secretaria da Saúde e do Meio Ambiente — Cobertura Vacinal em Menores de 1 ano com Vacinas Sabin, DPT, Anti-Sarampo e BCG — 1987-90
- Tabela 10 — Secretaria da Saúde e do Meio Ambiente — Ação de Controle da Poliomielite no Rio Grande do Sul — 1980-90.
- Tabela 11 — Companhia Riograndense de Saneamento — Abastecimento de Água, Coleta e Tratamento de Esgotos no Rio Grande do Sul — 1981-90.
- Tabela 12 — Fundação Sul-Riograndense de Assistência Sen. Tarso Dutra — Pessoas atendidas segundo Programa de Trabalho — 1987-90.
- Tabela 13 — Fundação Gaúcha do Trabalho — Atividades executadas pelo Programa de Desenvolvimento Estadual do Artesanato — 1987-90.
- Tabela 14 — Fundação Gaúcha do Trabalho — Metas Alcançadas por Atividades e Projetos — 1987-90.
- Tabela 15 — Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor — Atendimento a Criança e Adolescentes — 1987-90.
- Tabela 16 — Companhia de Habitação do Estado do Rio Grande do Sul — Unidades Habitacionais, por Subprograma e Escolas construídas e Conjuntos Habitacionais Recuperados — 1987-90.
- Tabela 17 — Secretaria da Segurança Pública — Ocorrências Atendidas pela Brigada Militar no Rio Grande do Sul — 1981-90.
- Tabela 18 — Secretaria da Segurança Pública — Atividades da Polícia Judiciária no Rio Grande do Sul — 1981-90.
- Tabela 19 — Companhia Estadual de Energia Elétrica — Consumo de Energia Elétrica no Rio Grande do Sul — 1982-90
- Tabela 20 — Companhia Estadual de Energia Elétrica — Número de Consumidores de Energia Elétrica no Rio Grande do Sul — 1982-90.
- Tabela 21 — Companhia Riograndense de Telecomunicações — Indicadores Físicos da CRT — 1980-90.
- Tabela 22 — Companhia Riograndense de Mineração — Produção de Carvão Mineral e Valor Comercializado pela CRM no Rio Grande do Sul — 1980-90.
- Tabela 23 — Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem — Principais Serviços Executados no Estado do Rio Grande do Sul — 1981-90.
- Tabela 24 — Companhia Intermunicipal de Estradas Alimentadoras — Produção por Atividade-Fim no Decênio — 1981-90.

- Tabela 25 — Departamento Estadual de Portos, Rios e Canais — Movimento Geral dos Portos por Tipo de Navegação — 1987-90.
- Tabela 26 — Departamento Estadual de Portos, Rios e Canais — Movimento Geral dos Portos por Tipo de Carga — 1987-90.
- Tabela 27 — Departamento Estadual de Portos, Rios e Canais — Serviços de Dragagem realizados — 1987-90.
- Tabela 28 — Departamento Aeroviário do Estado — Atividades Desenvolvidas — 1986-90.
- Tabela 29 — Companhia Rio-Grandense de Artes Gráficas — Volume Físico da Produção — 1981-90.
- Tabela 30 — Instituto de Previdência do Estado do Rio Grande do Sul. Número de Beneficiários do IPERGS — 1981-90
- Tabela 31 — Instituto de Previdência do Estado do Rio Grande do Sul — Número de Pensões e Pensionistas — 1981-90
- Tabela 32 — Instituto de Previdência do Estado do Rio Grande do Sul — Serviços Prestados no Plano de Assistência Médica — 1981-90
- Tabela 33 — Secretaria da Agricultura e do Abastecimento — Atividades de Inspeção, Defesa, Fomento e Fiscalização da Produção Vegetal, no Rio Grande do Sul — 1987-90.
- Tabela 34 — Secretaria da Agricultura e do Abastecimento — Atividades Desenvolvidas em Recursos Naturais Renováveis no Rio Grande do Sul — 1983-90.
- Tabela 35 — Secretaria da Agricultura e do Abastecimento — Prestação de Serviços de Pesquisa no Rio Grande do Sul — 1981-90.
- Tabela 36 — Secretaria da Agricultura e do Abastecimento — Prestação de Serviços de Infra-Estrutura no Rio Grande do Sul — 1981-90
- Tabela 37 — Associação Riograndense de Empreendimentos de Assistência Técnica e Extensão Rural — Evolução do Trabalho Realizado Junto às Famílias do Meio Rural, na Área de Bem-Estar Social — 1981-90.
- Tabela 38 — Associação Riograndense de Empreendimentos de Assistência Técnica e Extensão Rural — Comparativo entre Produtividade dos Produtores Assistidos pela EMATER/RS e Total do Estado — 1980-81 a 1989-90.
- Tabela 39 — Associação Riograndense de Empreendimentos de Assistência Técnica e Extensão Rural — Força de Trabalho, Público Beneficiário e Indicadores de Custo/Benefício da Assistência Técnica e Extensão Rural no Rio Grande do Sul — 1981-90.
- Tabela 40 — Companhia Estadual de Silos e Armazéns — Evolução dos Ingressos na Rede de Armazenagem da CESA em Relação à sua Capacidade Instalada no Estado, e Índice de Rotação no Período — 1981-90.
- Tabela 41 — Companhia Estadual de Silos e Armazéns — Ingressos na Rede de Armazenagem da CESA, segundo as Principais Espécies de Produtos, no Período 1981-90.
- Tabela 42 — Companhia Estadual de Silos e Armazéns — Movimentação Física por Serviço nas Unidades da CESA no Rio Grande do Sul — 1981-90.
- Tabela 43 — Fundação Zoobotânica do Rio Grande do Sul — Principais Atividades Desenvolvidas pelo Jardim Botânico, no Rio Grande do Sul — 1984-90.
- Tabela 44 — Fundação Zoobotânica do Rio Grande do Sul — Principais Atividades Desenvolvidas pelo Museu de Ciências Naturais, no Rio Grande do Sul — 1984-90.
- Tabela 45 — Fundação Zoobotânica do Rio Grande do Sul — Principais Atividades Desenvolvidas pelo Parque Zoológico, no Rio Grande do Sul — 1984-90.
- Tabela 46 — Instituto Riograndense do Arroz — Assistência Técnica ao Arrozeiro — 1978-90.
- Tabela 47 — Instituto Riograndense do Arroz — Preços do Arroz e Custos de Produção — 1978-79 a 1989-90.
- Tabela 48 — Companhia Riograndense de Laticínios e Correlatos — Produção de Leite e Derivados pela CORLAC no Rio Grande do Sul — 1987-90.
- Tabela 49 — Companhia Riograndense de Laticínios e Correlatos — Resumo Comparativo do Resultado no Rio Grande do Sul — 1987-90.
- Tabela 50 — Companhia Estadual de Abastecimento S.A. — Quantidade dos Principais Produtos Comercializados na CEASA/RS — 1980-89.
- Tabela 51 — Secretaria da Indústria e Comércio — Fundo Operação Empresa (FUNDOPEM/RS) — Número de Empresas Contempladas com o FUNDOPEM, Investimentos Fixos, Empregos e Geração de ICMS, por Setor de Atividade Econômica (Valores para os próximos 3 a 5 anos, em US\$) — Ano 1990.
- Tabela 52 — Companhia de Desenvolvimento Industrial e Comercial do Rio Grande do Sul — Número de Empresas com Escrituras Firmadas por Ano, nos Distritos Industriais e Valor das Áreas Escrituradas — 1983-90.
- Tabela 53 — Fundação de Ciência e Tecnologia. Análise da Receita de Serviços — 1981-90

- Tabela 54 — Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul — Projetos de Pesquisa Aprovados e Classificados por Área. Número Total em BTN's — 1987-90.
- Tabela 55 — Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul — Projetos de Pesquisa Aprovados, classificados por Instituição de Pesquisa. Número e total em BTN's — 1989-90.
- Tabela 56 — Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul — Bolsas de Iniciação Científica Aprovadas. Número e Total em BTN's — 1988-90.
- Tabela 57 — Banco de Desenvolvimento do Estado do Rio Grande do Sul — Operações Contratadas segundo a Localização — 1987-90
- Tabela 58 — Banco de Desenvolvimento do Estado do Rio Grande do Sul — Operações Contratadas segundo as Fontes de Recursos — 1987-90.
- Tabela 59 — Banco de Desenvolvimento do Estado do Rio Grande do Sul — Quadro Resumo de Usos e Fontes — 1987-90.
- Tabela 60 — Banco de Desenvolvimento do Estado do Rio Grande do Sul — Operações Contratadas Segundo os Setores da Economia — 1987-90.
- Tabela 61 — Banco de Desenvolvimento do Estado do Rio Grande do Sul — Formação Anual do Patrimônio Líquido — 1987-90.
- Tabela 62 — Banco de Desenvolvimento do Estado do Rio Grande do Sul — Evolução das Despesas Administrativas do BADESUL — 1978-90.
- Tabela 63 — Banco de Desenvolvimento do Estado do Rio Grande do Sul — Evolução do Patrimônio Líquido, do Número de Funcionários, da Relação Patrimônio Líquido/Número de Funcionários — 1975-90.
- Tabela 64 — Banco de Desenvolvimento do Estado do Rio Grande do Sul — Evolução do Saldo de Aplicação, do Número de Funcionários do BADESUL, da Relação de Aplicação/Número de Funcionários — 1976-90.

Tabela 01

Secretaria da Educação  
Matrícula Total do 1º Grau, por Dependência  
Administrativa, por ano  
1980-88

DEP. ADM.	TOTAL		FEDERAL		ESTADUAL		MUNICIPAL		PARTICULAR		
	ANO	Matrícula	%	Matrícula	%	Matrícula	%	Matrícula	%	Matrícula	%
	1980	1.455.536	100,00	1.013	100,00	761.576	100,00	485.504	100,00	207.445	100,00
	1981	1.434.742	98,57	1.049	103,55	754.214	99,03	476.220	98,09	203.259	97,56
	1982	1.434.567	98,56	1.260	124,38	754.231	99,03	481.505	99,18	197.591	95,23
	1983	1.445.332	99,30	1.279	126,26	759.982	99,79	481.062	99,08	203.009	97,56
	1984	1.458.856	102,27	1.242	122,61	779.060	102,30	474.402	97,71	204.123	90,40
	1985	1.463.556	103,51	1.256	123,99	777.492	102,09	472.230	97,26	212.578	102,47
	1986	1.485.415	102,05	1.092	107,80	776.632	101,98	482.058	99,5	224.633	108,28
	1987	1.494.741	102,69	1.321	100,78	767.016	100,71	490.985	101,13	235.719	113,63
	1988	1.552.062	106,63	1.342	132,48	793.004	104,13	529.563	109,07	228.173	109,99

FONTE: Informática SE/RS

Tabela 02

Secretaria da Educação  
Taxa de Reprovação, por Ano e Série,  
nas Escolas Estaduais de 1º grau  
1980-88

SÉRIES	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988
1º	36,84	35,45	34,20	32,01	29,23	28,86	27,98	26,46	25,93
2º	45,46	17,51	17,41	16,43	15,56	15,30	15,72	13,71	15,18
3º	17,42	18,51	17,52	16,56	15,51	15,01	16,05	13,25	15,53
4º	20,85	21,84	21,40	23,63	23,43	22,16	24,57	19,60	23,56
5º	34,48	35,74	33,56	33,40	32,07	29,97	32,02	24,66	31,66
6º	31,07	33,27	31,10	30,86	30,23	26,78	29,43	21,19	29,67
7º	27,73	31,13	27,72	27,00	25,84	23,01	25,80	18,29	25,42
8º	19,77	22,40	19,12	18,53	18,08	15,75	16,97	11,27	18,03
TOTAL	26,67	27,67	26,02	25,51	24,30	22,70	24,07	19,24	22,28

FONTE: Informática SE/RS.

Tabela 03

Secretaria da Educação  
Matrícula Total no 2º Grau, por Dependência  
Administrativa e por ano  
1980-88

DEP.ADM.	TOTAL	FEDERAL		ESTADUAL		MUNICIPAL		PARTICULAR		
		ANO	Matrícula	%	Matrícula	%	Matrícula	%	Matrícula	%
	1980	237.268	5.506	100,00	139.120	100,00	3.739	100,00	86.903	100,00
	1981	235.340	7.905	99,19	141.978	102,05	3.443	92,08	82.014	94,37
	1982	231.584	7.369	97,60	142.950	102,75	3.453	92,40	77.810	89,54
	1983	223.114	7.020	94,03	140.096	100,70	3.905	104,44	72.093	82,26
	1984	221.737	6.858	93,45	141.701	101,86	3.292	88,04	69.886	80,42
	1985	217.126	7.144	91,51	136.728	98,28	3.663	97,97	69.591	80,08
	1986	214.890	7.268	90,57	135.658	97,51	3.284	87,83	68.680	79,03
	1987	210.820	7.486	88,85	130.198	93,59	3.340	89,33	69.796	80,33
	1988	221.373	8.706	93,30	140.335	100,87	3.601	96,31	68.731	79,09

FONTE: Informática SE/RS

Tabela 04

Secretaria da Educação  
Estabelecimentos de Ensino com Classes Especiais  
e respectivas matrículas, por Dependência Administrativa  
1988

LOCALIZAÇÃO	ESTABEL. DE ENSINO		MATRÍCULA	
	Dep. Administrativa	Matrícula	%	Matrícula
Estadual.....	320	73,06	4.128	70,63
Municipal.....	115	26,26	1.652	28,26
Particular.....	3	0,68	65	1,11
TOTAL.....	438	100,00	5.845	100,00

Fonte: Informática SE/RS

Tabela 05

Secretaria da Educação  
Aprovação por Disciplina nos Cursos Supletivos  
do 1º Grau — Educação Geral — por ano  
1984-88

DISCIPLINA	ANO	1984	1985	1986	1987	1988
Lingua Portuguesa.....		1.136	12.512	12.555	5.008	16.246
Educação Artística.....		607	5.824	5.487	1.841	7.292
Educação Física.....		212	1.832	1.485	551	3.259
Geografia.....		979	10.700	10.587	4.193	14.988
História.....		1.005	10.621	10.171	3.976	14.126
Ed. Moral e Cívica.....		401	4.365	4.918	1.986	6.372
Matemática.....		1.150	12.159	12.579	5.117	16.264
Ciências.....		1.093	12.409	12.592	4.799	16.111
OSPB.....		486	20.097	7.912	2.223	6.827
Outras.....		286	1.927	1.674	315	3.613

Fonte: Divisão de Ensino Supletivo DEPE/RS

Tabela 06

Secretaria da Educação  
Aprovação, por Disciplina, nos Cursos Supletivos  
do 2º Grau — Educação Geral — por ano  
1984-1988

DISCIPLINA	ANO	1984	1985	1986	1987	1988
Lingua Portuguesa.....		184	2.840	3.242	3.947	8.802
Biologia.....		174	2.635	3.499	3.963	6.706
Ed. Moral e Cívica.....		95	1.900	2.136	2.367	3.893
Matemática.....		305	3.154	3.486	3.978	7.843
Lingua Estrangeira.....		187	1.267	2.575	2.776	6.706
História.....		113	2.205	2.469	2.759	5.527
Geografia.....		113	1.522	1.859	2.109	5.447
Física.....		231	2.810	3.749	4.244	7.770
Química.....		246	2.787	3.659	4.041	7.322
Educação Física.....		6	832	653	652	2.341
OSPB.....		—	1.847	2.209	2.518	4.755
Educação Artística.....		—	1.445	1.858	2.051	5.886
Outras.....		—	886	875	312	61
Matrícula Total.....		1.102	4.974	6.912	6.190	18.260

Fonte: Divisão de Ensino Supletivo DEPE/SE/RS.

Tabela 07

**Secretaria da Cultura**  
**Demonstrativo da Estimativa de Realizações e Público Beneficiado**  
**1987-90**

ATIVIDADES	PERÍODO		1987		1988		1989		1990		TOTAL	
	Realizações	Público	Realizações	Público								
1 Audições discotônicas individuais.....	7.685	11.741	2.843	5.871	—	—	—	—	—	—	10.528	17.612
2 Cinema-Video.....	833	59.836	916	64.120	1.037	88.145	1.140	96.959	3.926	308.260		
3 Cursos/Oficinas/Ateliers.....	202	4.668	1.920	26.496	4.224	52.992	4.646	79.478	10.992	163.634		
4 Dança/Folclore.....	38	16.862	75	33.225	82	36.326	105	46.515	300	132.928		
5 Encontros/Seminários.....	41	15.180	55	24.860	72	32.544	83	37.516	251	110.100		
6 Entrevistas concedidas.....	35	—	900	—	1.033	—	1.220	—	3.188	—		
7 Exposições/Mostras/Feiras.....	293	148.400	322	162.932	354	179.124	387	195.822	1.356	686.278		
8 Implantação de núcleos culturais.....	5	300	24	1.500	111	11.000	60	1.680.000	200	1.692.800		
9 Integração com eventos Comunitários.....	399	238.200	798	476.400	833	555.800	916	730.492	2.946	2.000.892		
10 Música.....	950	533.250	997	708.867	1.096	779.256	1.205	856.755	4.248	2.878.128		
11 Palestras/Conferências.....	39	6.112	821	88.210	868	73.790	998	85.543	2.718	248.655		
12 Pesquisas.....	—	—	—	—	—	—	61	5.706	61	5.706		
13 Prestação de serviços culturais												
Atendimento nas instituições.....	250	337.632	1.032	356.664	1.370	456.638	1.507	684.957	4.159	1.835.891		
14 Produção de eventos culturais												
integrados ao lazer.....	1.085	542.500	1.961	596.500	2.368	684.000	2.504	752.000	7.918	2.575.000		
15 Projetos e eventos especiais.....	199	23.820	258	30.966	334	41.265	367	43.673	1.158	139.724		
16 Publicações Livros/Lançamento.....	10	15.550	43	264.000	62	268.000	64	273.000	179	820.550		
17 Recuperação/Reconstrução/Manutenção												
Ampliação de acervo.....	10	49.333	19	93.733	50	246.667	111	547.600	190	937.333		
18 Teatro.....	1.257	265.085	1.332	691.000	1.587	753.500	1.632	816.000	5.778	2.525.585		
19 Edições discográficas.....	—	—	—	—	—	—	—	—	3	—		
<b>Total.....</b>	<b>13.331</b>	<b>2.267.669</b>	<b>14.366</b>	<b>3.620.344</b>	<b>15.401</b>	<b>4.259.047</b>	<b>16.998</b>	<b>6.932.016</b>	<b>60.099</b>	<b>17.079.076</b>		

FONTE: SEDAC-RS

Os dados relativos ao público do item 6 deixaram de ser computados por estarem relacionados a penetração dos veículos de comunicação nos quais as entrevistas foram concedidas

Tabela 08

**Fundação Orquestra Sinfônica de Porto Alegre**  
**Quadro-Resumo de Eventos**  
**1987-90**

APRESENTAÇÕES DA OSPA	1987	1988	1989	1990	Total
Concertos oficiais (temporada).....	30	26	29	31	116
Concertos especiais — Jovens Solistas....	13	9	22	30	74
Concertos Para a Juventude.....	9	4	6	7	26
Concertos no interior do Estado.....	13	14	10	10	47
Concertos em outros Estados.....	1	3	1	—	5
<b>Total/ano.....</b>	<b>66</b>	<b>56</b>	<b>68</b>	<b>78</b>	<b>268</b>

Fonte: Fundação Orquestra Sinfônica de Porto Alegre

Tabela 09

Secretaria da Saúde e do Meio Ambiente  
Cobertura Vacinal em Menores de 1 Ano com Vacina Sabin,  
DPT, Anti-Sarampo e BCG  
1987-90

VACINAS	PERÍODO		JANEIRO A SETEMBRO DE 1990(*)	TOTAL
	1987	1989		
Sabin/Rotina.....	468.551		114.769	583.320
DPT.....	466.950		114.042	580.992
Anti-Sarampo.....	460.151		125.515	585.666
BCG.....	895.164		117.350	1.012.514

Fonte: DCE/SSMA.

(\*) Dados parciais.

Tabela 10

Secretaria da Saúde e do Meio Ambiente  
Ação de Controle da Poliomielite no Rio Grande do Sul  
1980-90

ANO		VACINADOS 0 - 4 ANOS	PERCENTUAL	FORA DA FAIXA ETÁRIA	TOTAL, DE DOSES
1980.	1º DIA	871.885	81,6	64.520	936.415
	2º DIA	939.177	87,9	79.163	1.018.340
1981	1º DIA	947.980	95,1	84.026	1.032.006
	2º DIA	935.767	93,8	70.337	1.006.104
1982	1º DIA	920.549	90,1	51.845	972.394
	2º DIA	955.190	93,5	49.422	1.004.612
1983	1º DIA	959.671	99,4	51.662	1.011.333
	2º DIA	975.394	100,0	48.457	1.023.851
1984	1º DIA	929.456	94,9	40.389	969.845
	2º DIA	926.334	94,5	43.628	969.962
1985	1º DIA	937.782	95,7	36.682	974.464
	2º DIA	936.081	95,5	34.320	970.401
1986	1º DIA	961.322	98,1	116.781	1.078.103
	2º DIA	947.281	96,6	121.122	1.068.403
1987	1º DIA	982.856	97,5	154.325	1.137.181
	2º DIA	937.547	93,0	139.485	1.077.032
1988	1º DIA	975.178	98,9	155.073	1.130.251
	2º DIA	980.650	99,5	162.365	1.143.015
1989	1º DIA	998.817	99,8	163.419	1.162.236
	2º DIA	1.000.934	100,0	168.141	1.169.075
1990	1º DIA	983.601	97,7	168.979	1.152.580
	2º DIA	931.122	92,5	205.765	1.136.887

FONTE: SDTA/DCE/SSMA/RS.

Tabela 11

Companhia Riograndense de Saneamento  
Abastecimento de Água, Coleta e Tratamento de Esgotos no Rio Grande do Sul — 1981-90

VARIÁVEIS	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989	1990
População Atendida — Água (habi).....	3.165.741	3.236.632	3.461.104	3.565.668	3.729.214	3.876.068	4.024.526	4.175.009	4.328.892	4.483.000
População Atendida — Esgoto (habi).....	253.750	255.355	272.827	278.761	283.489	314.950	383.085	0394.557	407.772	419.000
Localidades Atendidas — Água (unidade).....	240	241	252	253	261	267	271	273	275	281
Localidades Atendidas — Esgoto (unidade).....	18	18	18	18	18	19	20	20	20	20
Economias Atendidas — Água (unidade).....	821.751	899.088	969.497	1.007.251	1.062.454	1.120.829	1.176.762	1.224.343	1.273.204	1.314.541
Economias Atendidas — Esgoto (unidade).....	65.900	70.932	76.422	78.746	80.766	91.025	113.475	115.706	119.933	124.750
Rede Cadastrada — Água (km).....	10.421	11.028	11.627	12.098	12.429	13.347	13.851	14.342	15.270	15.767
Rede Cadastrada — Esgoto (km).....	413	432	455	516	566	600	839	917	931	978
Capacidade de reservação (m <sup>3</sup> ).....	251.725	266.178	276.166	281.976	284.646	285.455	288.955	290.955	294.555	300.405
Produção de Água (100m <sup>3</sup> ).....	213.108	225.831	245.899	267.539	284.358	284.588	309.300	328.070	335.160	338.314
Hidrômetros instalados (unidade).....	574.449	597.118	681.906	624.955	665.990	657.601	658.622	633.700	648.090	688.000

FONTE: CORSAN

NOTA: A partir de 1982 foi corrigida a população atendida, em função de nova relação hab/econ. definida pelo Censo 80.  
Os valores relativos a 1990 são reais até outubro, e estimados para novembro e dezembro.

Tabela 12

Fundação Sul-Riograndense de Assistência Sen. Tarso Dutra  
Pessoas Atendidas Segundo Programa de Trabalho  
1987-90

PROGRAMA	Pessoas			
	1987	1988	1989	1990
VIDA — Centros Sociais Urbanos.....	*	89.877	103.664	207.203**
Estímulo à Criança.....	—	—	1.154	1.175
VIDA — Centro Humanístico.....	—	—	—	15.500**
Alimento para o Povo.....	—	—	33.960	157.000
Atendimento à Criança e Adolescente (inclui Mercenaria Zona Norte).....	50	9.675	15.060	18.050
Centro de Triagem e Encaminhamento de Migrante.....	5.080	3.304	2.572	5.590
Ronda Social.....	—	—	1.161	4.525
Atendimento ao Idoso.....	—	—	—	2.588
<b>TOTAL.....</b>	<b>5.130</b>	<b>102.856</b>	<b>157.571</b>	<b>411.631</b>

Fonte: FUNDASUL.

\* A FUNDASUL não dispõe dos dados, estando comprometido total de realizações de 1987.

\*\* No total de pessoas atendidas estão incluídos os comparecimentos em eventos populares.

Tabela 13

**Fundação Gaúcha do Trabalho**  
**Atividades executadas pelo Programa de**  
**Desenvolvimento Estadual do Artesanato**  
**1987-90**

ANO	Feiras e Exposições		Oficinas Comunitárias		Mostras		Encontros Artesãos		Cadastramento	Apoio as Associações e AT. N. F.		Cursos realizados na C. do Artesão		TOTAL DE AÇÕES
	Nº de de ação	Nº de Artesãos	Nº de de ação	Nº de Artes	Nº de de Ação	Nº de Artes	Nº de Ação	Nº de Artes	Nº de Artesãos	Nº de Ação	Nº de Artes	Nº de Ações	Nº de Artesãos	
1987	30	**	43	882	—	—	—	—	1.419	—	—	—	—	73
1988	25	1.981	42	1.984	—	—	—	—	801	—	—	—	—	67
1989	17	1.404	10	1.440	01	—	—	—	1.883	—	—	—	—	38
1990	28	1.901	14	1.300	03	90	04	128	1.882	07	7.686	08	80	64
TOTAL	100	5.276	109	5.606	04	90	04	128	5.985	07	7.686	08	80	232

FONTE: Fundação Gaúcha do Trabalho

\* Atend. N. F. = Atendimento para Notas Fiscais de Artesãos

\*\* Dado inexistente

Tabela 14

**Fundação Gaúcha do Trabalho**  
**Metas alcançadas por Atividades e Projetos**  
**1987-90**

ÁREA	1987		1988		1989		1990		TOTAL	
	Nº Ativid.	Nº Pessoas	Nº Ativid.	Nº Pessoas	Nº Ativid.	Nº Pessoas	Nº Ativid.	Nº Pessoas	Nº Ativid.	Nº Pessoas
<b>Formação profis. Rel. do Trabalho</b>										
Cursos de qualificação	734	10.536	1.067	15.021	942	15.750	100	1.758	2.851	43.865
Segur. do Trabalho	164	2.518	150	2.363	111	1.065	101	1.337	526	7.823
Sindicalismo	--	--	06	135	31	2.553	36	1.812	53	4.500
<b>Intermediação de Mão-de-obra capt. de vagas</b>										
Inscritos	118.803	--	114.975	--	126.175	--	87.307	--	447.260	--
Encaminhados	209.164	--	227.861	--	194.688	--	164.679	--	796.392	--
Colocados	99.747	--	117.200	--	117.795	--	90.589	--	425.331	--
Seg. desemprego	--	45.487	--	52.754	--	52.206	--	38.084	--	188.531
Emis. cert. profis.	--	13.137	--	84.097	--	117.700	--	377.079	--	592.813
Emis. cert. profis.	3.690	--	31.806	--	56.141	--	46.581	--	138.226	--
<b>GERAÇÃO DE OCUPAÇÃO E RENDA</b>										
<b>Microunidades de produção</b>										
• Microps rurais	48	3.940	117	12.436	63	242	210	852	438	17.470
• Microps urbanas	10	2.353	40	224	13	61	--	--	71	2.638
• Prodecor	2.044	27.560	356	4.990	62	523	--	--	2.462	33.084
PRESTA-CTA	08	64	3.023	2.632	134	1.321	10.169	3.953	13.334	7.970
<b>DESENV. DO ARTESANADO</b>										
• Cadastramentos	--	1.419	--	801	--	1.883	--	1.882	--	5.985
• Feiras/Exposições	30	--	25	1.971	17	1.404	28	1.901	100	5.276
• Obr. comunitárias	43	082	42	1.984	10	1.440	14	1.300	109	5.606
• Mostras	--	--	--	--	01	--	03	90	04	90
• Encon. artesãos	--	--	--	--	--	--	04	20	04	20
• Apoio às Assoc.	--	--	--	--	--	--	07	106	07	106
• Cursos na Casa do Artesão	--	--	--	--	--	--	08	80	08	80
• Atend. p/N.F.	--	--	--	--	--	--	--	7.500	--	7.500
<b>PRO RENDA</b>										
<b>Reuniões comunit. da equipe e órgãos públicos</b>										
• Visitas às vilas selecionadas	--	--	--	--	--	--	77	790	77	790
• Seminários	--	--	--	--	--	--	24	139	24	139
• Encontros	--	--	--	--	--	--	06	163	06	163
• Encontros	--	--	--	--	--	--	02	11	02	11
<b>TOTAL</b>	<b>454.493</b>	<b>107.896</b>	<b>496.676</b>	<b>180.217</b>	<b>496.183</b>	<b>196.688</b>	<b>399.933</b>	<b>439.037</b>	<b>1.827.285</b>	<b>923.838</b>

FONTE: FGT

Tabela 15

Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor  
Atendimento a Crianças e Adolescentes  
1987-90

Regime de atendimento	1987	1988	1989	1990*
<b>Ação Direta</b>				
Internatos (1).....	4.746	4.437	5.020	5.236
Centros Abertos (2).....	5.347	6.506	3.947	3.116
Lares Substitutos (3).....	4.528	4.592	2.106	2.707
Auxílio Financeiro.....	1.221	5.324	1.005	365
<b>Sub-total.....</b>	<b>15.844</b>	<b>20.859</b>	<b>12.076</b>	<b>11.424</b>
<b>Ação Indireta</b>				
Conv. p/atend. a Menores.....	63.171	44.309	47.871	54.138
Micro Unids. Produção.....	---	---	67	---
Projeto Bom Menino.....	3.402	4.114	5.276	3.563
Colocação Emprego.....	5.593	2.235	1.823	1.168
Pensões.....	466	---	155	16
Encaminhamento Plantão.....	---	---	1.145	850
Projetos Especiais.....	1.171	1.494	---	---
Iniciação Profissional.....	8.804	---	---	---
Creches Comunitárias.....	---	---	---	1.027
<b>Sub-total.....</b>	<b>83.778</b>	<b>52.152</b>	<b>56.337</b>	<b>60.762</b>
<b>TOTAL GERAL.....</b>	<b>98.451</b>	<b>73.011</b>	<b>68.415</b>	<b>72.186</b>

FONTE: FEBEM

\* Com previsão de atendimento nos meses de Novembro e Dezembro/90

(1) Compreende: triagem, rede própria, C. Educacionais e Casas Lares

(2) Compreende: Centro Infante Juvenis e Centro de Prep. Trab.

(3) Compreende: Lares regulares, transitórios e vicinais

Tabela 16

Companhia de Habitação do Estado do Rio Grande do Sul  
Unidades Habitacionais por Subprograma e Escolas Construídas  
em Conjuntos Habitacionais Recuperados  
1987-90

ESPECIFICAÇÕES	CONCLUÍDAS	EM EXECUÇÃO	TOTAL
<b>Habitacões/Subprograma:</b>			
Reurbanização de Favelas.....	94	3.208	3.302
PROLUB.....	2.809	3.959	6.768
Conjuntos de Hab. e/ou Lotes (*).....	14.739	4.245	18.984
FICAM.....	2.605	---	2.605
CHALET.....	---	131	131
FICAM-SUL.....	100	---	100
<b>TOTAL.....</b>	<b>20.347</b>	<b>11.543</b>	<b>31.890</b>
<b>ESCOLAS EM CONJUNTOS</b>			
Escolas (Salas-aula).....	1(16)	6(76)	7(92)
<b>RECUPERAÇÃO DE CONJUNTOS</b>			
Conjuntos (Unid. beneficiadas).....	15(23.159)	6(7.920)	21(31.079)

FONTE: COHAB/RS

(\*) Incluída a comercialização dos conjuntos invadidos (12.260)

Tabela 17

**Secretaria da Segurança Pública**  
**Ocorrências Atendidas pela Brigada Militar no Rio Grande do Sul — 1981-90**

Especificação	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989	1990
<b>POLÍCIA MILITAR</b>										
Eventos Críticos:										
No trânsito .....	71.282	210.479	351.806	356.806	467.836	470.163	260.654	430.230	416.787	452.262
Contra os costumes .....	85.173	52.897	78.135	87.367	93.756	105.339	70.079	61.862	64.026	68.114
Contra o patrimônio .....	13.636	14.850	18.627	22.780	29.020	31.152	27.372	25.947	30.773	32.890
Contra a pessoa .....	33.347	23.745	39.607	43.036	47.481	50.421	40.129	40.787	45.760	49.415
Contra a vida .....	7.900	26.556	—	—	—	—	—	—	—	—
Serviços prestados .....	182.931	275.111	498.980	552.241	532.324	480.156	348.964	316.692	313.997	290.932
Providências .....	335.401	503.174	835.239	858.701	928.593	934.968	569.838	723.515	715.751	772.152
<b>BOMBEIROS MILITARES</b>										
Infrações .....	5.176	5.738	5.277	6.995	9.761	8.116	6.919	9.049	7.466	6.807
Serviços prestados .....	4.861	5.127	11.321	16.925	25.610	17.829	17.197	8.802	17.054	21.841
Providências .....	150	194	179	170	100	20	36	—	—	—

FONTE: 3ª Seção (PM-3) do Estado Maior da Brigada Militar

(1) Em 1990, com dados estimados para setembro, outubro, novembro e dezembro.

Tabela 18

**Secretaria da Segurança Pública**  
**Atividades da Polícia Judiciária no Rio Grande do Sul**  
**1981-90**

Especificação	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989	1990
Inqueritos e processos instaurados .....	54.135	55.741	49.384	68.582	71.863	71.213	64.706	67.124	65.016	69.983
Inqueritos e processos remetidos à juízo .....	48.050	47.496	50.204	70.083	72.791	67.060	59.951	60.498	56.664	64.072
Inqueritos e processos em andamento .....	45.495	47.392	45.132	37.843	32.516	29.090	30.111	36.096	45.055	58.049
Flagrantes elaborados .....	3.294	2.997	3.523	4.071	4.482	5.332	4.543	4.867	4.884	4.256
Veículos recuperados .....	5.824	6.129	6.919	5.063	4.882	5.113	6.780	6.546	7.268	7.570
Prisões preventivas solicitadas .....	1.476	1.359	1.564	1.927	3.036	1.330	1.429	1.468	1.924	1.983
Prisões preventivas decretadas .....	997	1.019	1.329	1.831	1.033	844	927	967	1.483	1.778
Cartas precatórias recebidas .....	—	—	—	—	4.639	4.788	4.195	4.018	4.656	5.744
Cartas precatórias atendidas .....	—	—	—	—	4.507	4.322	3.999	3.956	4.563	4.724
Cartas precatórias em andamento .....	—	—	—	—	724	825	1.894	1.023	1.116	1.584
Armas apreendidas .....	15.145	12.891	12.815	11.410	10.210	12.152	9.972	9.652	8.276	8.212

FONTE: Serviço de Estatística/DJNP/Polícia Civil

(1) Em 1990, com dados estimados para novembro e dezembro.

Tabela 19

**Companhia Estadual de Energia Elétrica**  
**Consumo de Energia Elétrica no Rio Grande do Sul**  
**1982-1990**

CLASSES	ANOS	(em GWh)								
		1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989	* 1990
Residencial.....		1.673	1.858	2.036	2.190	2.259	2.491	2.653	2.921	3.142
Comercial.....		1.013	1.074	1.157	1.219	1.183	1.294	1.308	1.345	1.425
Industrial.....		2.836	3.125	3.568	3.886	3.987	4.211	4.196	4.508	4.434
Rural.....		480	629	737	896	874	1.038	1.078	1.088	1.090
Outros (1).....		669	719	767	836	847	921	956	988	1.236
<b>TOTAL.....</b>		<b>6.671</b>	<b>7.405</b>	<b>8.265</b>	<b>9.027</b>	<b>9.150</b>	<b>9.955</b>	<b>10.191</b>	<b>10.850</b>	<b>11.347</b>

FONTE: CEEE

(1) Outros, inclui: Iluminação Pública, Poderes Públicos, Serviços Públicos e Próprio.

\* Dados previstos no PLANTE 91/2001.

Tabela 20

**Companhia Estadual de Energia Elétrica**  
**Número de Consumidores de Energia Elétrica no Rio Grande do Sul**  
**1982-90**

CLASSES	ANOS	(x 1.000)								
		1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989	* 1990
Residencial.....		1.256	1.334	1.404	1.468	1.549	1.614	1.695	1.778	1.817
Comercial.....		136	141	145	150	160	164	168	176	178
Industrial.....		23	23	24	25	29	31	32	35	35
Rural.....		114	127	141	155	167	178	186	193	196
Outros (1).....		14	14	15	16	16	17	18	19	19
<b>TOTAL.....</b>		<b>1.543</b>	<b>1.639</b>	<b>1.729</b>	<b>1.814</b>	<b>1.921</b>	<b>2.004</b>	<b>2.099</b>	<b>2.201</b>	<b>2.277</b>

FONTE: CEEE

(1) Outros: Inclui: Iluminação Pública, Poderes Públicos, Serviços Públicos e Próprio.

\* Dados estimados.

Tabela 21

**Companhia Riograndense de Telecomunicações**  
**Indicadores Físicos da CRT**  
**1980-90**

ESPECIFICAÇÕES	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989	1990
Terminais instalados.....	227.156	278.505	365.236	384.356	393.830	402.874	447.260	459.732	471.821	509.163	544.826
Terminais em serviço.....	201.721	235.227	286.558	335.034	361.681	377.543	414.898	436.130	448.439	464.095	505.174
Telefones instalados.....	365.499	403.685	496.528	585.664	635.980	661.485	701.775	712.054	713.018	725.948	738.000
Chamadas IC											
(DDD-MAN)x1000.....	45.165	50.876	60.575	72.193	82.207	96.260	117.308	127.527	137.928	156.988	175.482
Municípios com DDD-DDI	67	77	114	122	130	142	151	157	185	200	212
Empregados.....	7.435	7.346	7.491	7.203	7.077	7.042	6.911	6.653	6.431	6.265	6.142
Postos telef. rural social....	—	—	—	—	13	155	338	427	461	470	457
Telef. públicos moedeiros...	2.605	3.305	4.098	4.781	5.036	5.542	6.237	6.451	6.681	7.044	7.255
Terminais videotexto.....	—	—	—	—	—	56	162	207	139	169	169
Ramais CTC instalados.....	—	—	—	—	—	—	1.277	1.386	2.317	2.418	2.550

FONTE: CRT

Notas: 1) O número de terminais corresponde a planta instalada automática e manual.

2) Os dados relativos a 1990 contêm projeções para o mês de dezembro.

Tabela 22

**Companhia Riograndense de Mineração**  
**Produção de Carvão Mineral e Valor Comercializado**  
**pela CRM no Rio Grande do Sul**  
**1980-90**

ANOS	PRODUÇÃO DE CARVÃO	RECEITA OPERACIONAL (1)	
	(1.000 t ROM)	Cz\$ 1.000	OTN 1.000
1980	1.084,5	662,7	937,7
1981	1.264,2	1.559,2	1.128,2
1982	1.291,2	2.549,0	932,6
1983	1.274,6	7.587,8	1.082,0
1984	1.468,6	25.809,6	1.167,3
1985	1.167,1	64.110,6	1.400,9
1986	1.197,3	145.355,3	1.410,8
1987	1.106,8	464.700,7	1.367,8
1988	1.164,8	3.922.604,0	1.943,8
1989(1)	1.705,7	64.543.575,06(3)	2.362,7
1990(2)	1.675,2	3.827.592,1 (4)	43.021,1(5)

FONTE: CRM

(1) A partir de 1982, a receita operacional não inclui o IUM.

(2) Dados estimados de Dezembro/90

(3) Em 1989 NCzS.

(4) Em 1990 em CrS

(5) Em 1990 em BTN

Tabela 23

**Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem**  
**Principais Serviços Executados no Estado do Rio Grande do Sul — 1981-90**

SERVIÇOS	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989	1990
Conservação de rodovias extensão da rede (km).....	10.642	10.540	10.524	10.260	11.075	9.116	9.116	9.116	9.188(1)	9.81
Patrolagem (m <sup>2</sup> x 10 <sup>3</sup> ).....	1.060.043	978.356	904.555	1.024.226	922.474	853.620	768.310	517.871	1.064.050	640.79
Reçada manual e mecânica (m <sup>2</sup> x 10 <sup>3</sup> ).....	40.560	36.282	33.577	3.055	34.433	30.882	25.380	15.030	27.310	17.26
Revestimento primário (m <sup>3</sup> ).....	1.247.391	1.308.006	1.344.530	1.260.748	1.422.353	1.042.000	1.022.000	249.486	1.052.526	358.42
Capa selante (m <sup>3</sup> ).....	1.287.222	990.724	466.745	625.622	577.320	538.000	172.718	243.315	462.828	328.90
Implantação de rod. (km).....	364	315	284	395	508	322	50	146	312	62
Vol. de terrapl. por emp. (m <sup>3</sup> ).....	5.748.000	5.067.072	6.621.562	7.802.276	3.178.928	3.027.055	780.598	3.328.807	7.814.246	15.150.37
Vol. de Terrapl. p/sem. direis (m <sup>3</sup> ).....	2.044.234	3.497.936	2.507.200	3.814.518	2.084.274	1.471.200	1.072.000	1.796.397	1.374.149	181.86
Construção obras de arte especiais (m).....	545	417	669	1.077	610	619	166	296	553	690,5
Arborização de rod. (un).....	90.000	173.779	84.400	39.193	77.014	35.155	7.738	13.246	14.090	14,31
Plantação de rod. (km).....	208	250	88	254	259	269	43	232	352	76
Projetos de obras de arte especiais (m).....	540	906	1.034	1.336	1.998	774	817	404	393	2.30
Projetos de acessos e trevos (un).....	24	22	47	44	24	14	18	43	23	20
Levantamento catastral (km).....	-	-	-	9.957	4.904	3.603	350	3.920	1.184	-
Projetos de sinalização (km).....	-	-	-	-	-	-	-	230	383	55
Levantam. aerofotogram. (un).....	-	-	-	-	-	-	-	05	05	-
Mapas radiométricos (un).....	-	-	-	-	-	-	-	18	15	1
Levantamentos rodov. metr. (km).....	-	-	-	-	-	-	-	6.945	5.450	4.65
Projetos geométricos rod. (km).....	-	-	-	-	-	-	-	49	254	1.12

FONTE: DABR

(1) Na rede conservada não estão incluídas as rodovias federais e as rodovias em obra por empreitada.

Tabela 24

**Companhia Intermunicipal de Estradas Alimentadoras**  
**Produção por Atividade-Fim do Decênio**  
**1981-90**

ATIVIDADES	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989	1990
Construção de Estradas (Km).....	463	534	429	392	376	302	181	159	46	34
Reconstrução de Estradas (Km).....	3.109	1.332	1.474	1.561	1.566	1.325	1.439	1.448	1.347	860
Terraplenagem e Aterros (m <sup>3</sup> ).....	904.996	902.428	983.690	630.481	842.155	925.997	442.515	602.450	175.920	166.768
Constr. de Obras de Arte Especiais(m).....	2.034	2.232	2.298	2.426	2.866	2.410	376	275	165	-
Constr. Pontes Pré-Moldadas (m).....	-	-	-	-	-	-	-	67	712	1.071

FONTE: CINTEA

\* Dados referentes até novembro/1990.

Tabela 25

**Departamento Estadual de Portos, Rios e Canais**  
**Movimento Geral dos Portos por Tipo de Navegação**  
**1987-90**

Em toneladas

POR TIPO DE NAVEG.	1987			1988			1989			1990 (até outubro)		
	Imp.	Exp.	Total	Imp.	Exp.	Total	Imp.	Exp.	Total	Imp.	Exp.	Total
<b>Porto de Rio Grande</b>												
Longo curso.....	1.600.854	4.746.872	6.347.726	1.247.096	4.461.960	5.709.056	981.000	5.602.278	6.583.278	794.558	4.329.099	5.323.657
Cabotagem.....	1.028.338	768.799	1.797.137	1.149.314	1.123.963	2.273.297	1.001.773	1.223.437	2.225.210	739.468	583.460	1.324.928
Lacustre.....	2.071.891	755.976	2.827.867	1.126.868	631.247	1.758.115	1.967.076	397.162	2.364.238	1.719.357	388.939	2.109.296
Fluvial.....	844.650	120.365	965.015	769.289	53.292	822.581	1.137.962	202.722	1.340.684	542.620	86.636	629.256
Alto mar.....	375	9.285	9.660	-	6.135	6.135	-	5.138	5.138	-	2.850	2.850
<b>Porto de P. Alegre</b>												
Longo curso.....	371.449	125.946	500.395	1.177.512	60.651	1.238.163	1.495.694	225.014	1.680.908	896.551	217.216	1.113.767
Cabotagem.....	4.738.475	162.116	4.900.591	3.875.672	143.609	4.019.281	3.904.805	243.995	4.048.800	3.371.079	138.812	3.510.891
Lacustre.....	876.552	1.922.319	2.798.871	697.219	2.073.008	2.770.227	703.449	2.477.656	3.181.108	349.598	1.960.576	2.510.177
Fluvial.....	1.783.656	-	1.783.656	1.301.286	-	1.301.286	3.417.350	-	3.417.350	2.913.279	-	2.913.279
<b>Porto de Pelotas</b>												
Longo curso.....	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Cabotagem.....	9.442	24.355	33.797	19.219	16.389	35.608	4.967	10.246	15.213	-	20.455	20.455
Lacustre.....	51.080	513.287	564.367	5.410	416.148	421.558	2.708	486.955	489.663	28.694	357.797	386.491
Fluvial.....	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Acumulado</b>												
P. R. Grande.....	5.545.106	6.405.297	11.951.403	5.293.267	6.296.617	11.589.784	5.087.821	7.430.787	12.518.595	3.796.000	5.393.964	9.389.984
P. P. Alegre.....	7.776.132	2.210.381	9.986.513	8.051.689	2.273.268	10.328.957	9.521.496	2.756.868	12.278.366	7.730.510	2.317.607	10.048.117
P. Pelotas.....	60.527	539.642	600.169	24.629	432.337	456.966	7.675	496.331	503.976	28.694	378.252	406.946
Nas 3 portos.....	13.382.762	9.155.320	22.538.082	13.369.485	9.006.222	22.375.707	14.616.750	10.765.690	25.300.740	11.555.204	8.289.843	19.845.047

FONTE: DEPRC

Tabela 26

**Departamento Estadual de Portos, Rios e Canais**  
**Movimento Geral dos Portos por tipo de carga**  
**1987-90**

Em toneladas

CARGA	1987			1988			1989			1990 (até outubro)		
	Imp.	Exp.	Total	Imp.	Exp.	Total	Imp.	Exp.	Total	Imp.	Exp.	Total
<b>Porto de R. Grande</b>												
Grãos Sol.....	3.301.308	4.821.768	8.114.076	2.988.832	4.465.313	7.454.145	2.901.800	5.601.622	8.503.422	2.115.449	4.157.026	6.272.475
Grãos Liq.....	1.964.136	862.294	2.826.400	1.950.978	776.125	2.707.103	1.837.387	925.929	2.763.317	1.461.288	775.483	2.236.771
Carga Geral.....	148.357	352.334	500.691	251.552	593.550	825.102	175.329	437.215	612.544	101.487	301.694	403.181
Carga Frig.....	7.015	4.569	11.584	-	9.320	-	-	-	-	-	-	-
Carg. Cont.....	125.322	373.082	498.404	141.805	452.309	594.309	173.295	466.050	639.325	117.776	359.781	477.557
<b>Porto de Porto Alegre</b>												
Grãos Sol.....	2.816.068	1.194.964	4.011.032	2.858.133	1.247.382	4.105.515	4.204.928	1.430.969	5.635.907	3.516.650	1.270.453	4.787.103
Grãos Liq.....	4.928.945	880.661	5.809.606	5.166.286	886.585	6.052.871	5.284.100	1.195.290	6.479.390	4.187.259	917.152	5.104.411
Carga Geral.....	31.038	134.343	165.381	27.270	243.301	270.571	31.955	130.409	162.364	26.301	130.042	156.343
Carga Frig.....	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Carga Cont.....	81	413	494	-	-	-	305	-	305	-	-	-
<b>Porto de Pelotas</b>												
Grãos Sol.....	48.723	451.237	499.960	24.629	360.832	385.461	7.675	447.184	454.779	27.483	292.134	319.617
Grãos Liq.....	-	86.930	86.930	-	70.185	70.185	-	49.197	49.197	-	40.603	40.603
Carga Geral.....	11.799	1.475	13.274	-	1.320	1.320	-	-	-	-	-	-
Carga Frig.....	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Carga Cont.....	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

FONTE: DEPRC

Tabela 27

Departamento Estadual de Portos, Rios e Canais  
Serviços de Dragagem Realizados  
1987-90

LOCAL	1987	1988	1989	1990 (até nov.)
<i>m<sup>3</sup></i>				
Porto do Rio Grande (Superporto, Porto Novo e Porto Velho)				
— Canais de Acesso.....	69.300	..	—	54.200
— Bacia de Evolução.....	50.998	45.300	43.500	56.600
— Terminal da COPELUL.....	127.107	112.789	—	—
Porto de Porto Alegre				
— Canais de Acesso (Lagoa dos Patos e Rio Guaíba).....	—	213.079	172.410	392.433
— Bacia de Evolução.....	13.050	—	12.800	10.870
— Acesso à COPELUL (Sta. Clara).....	45.198	—	—	—
— Acesso à RIOCELUL.....	—	84.337	424.210	—
Porto de Pelotas				
— Canais de Acesso (São Gonçalo).....	—	..	150.822	63.283
— Bacia de Evolução.....	61.650	77.745	4.104	—
Porto de Cachoeira do Sul e Rio Parto				
— Canais de Acesso (Rio Jacuí).....	250.240	271.020	264.000	116.620
Porto de Estrela				
— Canais de Acesso (Rio Taquari).....	3.569	—	60.000	67.898
Acesso aos Terminais do Rio Gravataí.....	—	—	27.300	30.276
Acesso aos Terminais do Bianchini (Rio dos Sinos).....	20.952	3.140	—	—
Acesso ao Terminal da Cimensul (Rio Caí).....	—	25.000	—	..
Dragagens Diversas.....	56.341	182.917	14.040	—
<b>Totais anuais</b>	<b>698.405</b>	<b>1.015.327</b>	<b>1.173.186</b>	<b>792.180</b>

FONTE: DEPRC

Tabela 28

Departamento Aeroviário do Estado  
Atividades Desenvolvidas  
1986-90

ATIVIDADES	1986	1987	1988	1989	1990
Terraplenagem (m <sup>3</sup> ).....	127.259	28.859	19.490	179.000	126.837
Conservação de Aeródromos (m <sup>2</sup> ) (abrangendo cercame- nto, ceifamento e outras melhorias) ..	—	206.000	903.000	1.869.000	736.800
Drenagem (m).....	16.638	900	2.400	3.000	7.250
Sinalização Diurna (m <sup>2</sup> ).....	2.270	140.000	700	4.000	7.500
Balizamento Noturno (m).....	—	—	2.900	5.400	9.440
Pavimentação asfáltica (m <sup>2</sup> ).....	75.000	—	—	—	67.268
Terminal de Passageiros (m <sup>2</sup> ).....	105	50	550	1.940	—
Edificação para apoio a proteção ao voo (m <sup>2</sup> ).....	—	—	200	100	30
Instalação de Rádio-Farol.....	—	—	01	—	—
Estação de Telecomunicações (unid.).....	—	—	01	—	—
Estação Meteorológica (unid.).....	—	—	01	—	—
Enleivamento (m <sup>2</sup> ).....	139.328	—	—	—	18.300
Pátio para aviação agrícola.....	—	—	—	—	03

FONTE: Unidade de Engenharia do Departamento Aeroviário do Estado - DAE-RS.

Tabela 29

**Companhia Rio-Grandense de Artes Gráficas**  
**Volume Físico da Produção — 1981-90**

DISCRIMINAÇÃO	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989	1990 <sup>(1)</sup>
Diário Oficial do Estado .....	2.119.530	2.203.342	2.168.000	2.204.630	2.352.020	2.307.515	2.152.455	2.000.315	2.307.166	2.516.650
Diário da Assembléia										
Legislativa .....	545.000	245.449	277.500	255.950	166.500	106.050	57.750	56.000	75.500	58.000
Informativos diversos ..	2.018.870	1.486.591	1.536.000	3.904.440	7.275.878	1.216.798	393.690	3.144.114	1.616.000	3.908.786
Separatas Deputados ..	309.523	476.579	331.000	418.705	659.286	680.886	167.599	1.273.134	250.898	204.452
Revistas .....	358.500	400.886	342.200	208.500	149.796	181.658	159.850	89.700	108.530	227.900
Livros .....	27.600	122.737	200.500	148.924	262.835	191.361	715.565	73.895	16.400	67.579
Cadernos Escolares ....	—	—	—	100.000	801.658	500.000	—	—	1.177.930	138.215
Impressos em Geral ...	20.484.630	55.841.252	41.964.000	56.812.403	96.354.611	44.611.869	32.319.978	50.432.991	55.714.130	53.559.353
CM/COL. Publicados ..	3.561.840	3.458.456	4.010.904	3.439.428	3.748.882	4.292.318	3.901.395	4.659.045	4.874.153	5.475.251

FONTE: CORAG

<sup>(1)</sup> Dados de dezembro/89 projetados

Tabela 30

**Instituto de Previdência do Estado do Rio Grande do Sul**  
**Número de Beneficiários do IPERGS**  
**1981-90**

Ano	Segurados	Dependentes	Pensionistas	Total
1981	214.040	322.410	31.439	568.789
1982	221.991	332.987	31.949	586.927
1983	234.573	351.860	33.839	620.272
1984	237.700	356.550	35.931	630.181
1985	240.050	429.689	37.823	707.562
1986	245.779	439.946	39.520	725.245
1987	243.813	435.673	41.287	720.773
1988	234.399	406.917	42.757	684.073
1989	238.182	414.167	43.107	695.456
1990	254.151	428.202	43.163	725.516

FONTE: IPERGS

Tabela 31

Instituto de Previdência do Estado do Rio Grande do Sul  
Número de Pensões e Pensionistas  
1981-90

ANO	Nº PENSÕES	Nº PENSIONISTAS
1981	17.375	31.439
1982	18.375	31.949
1983	19.000	33.829
1984	20.973	35.931
1985	22.197	37.823
1986	23.393	39.520
1987	24.603	41.287
1988	25.730	42.757
1989	25.922	43.107
1990	26.329	43.163

FONTE: IPERGS

Tabela 32

Instituto de Previdência do Estado do Rio Grande do Sul  
Serviços Prestados no Plano de Assistência Médica  
1981-90

Ano	Consultas Médicas	Proced. em Consultórios	Emergências	Trat. Hospitalar Ambulatorial
1981	1.430.387	1.031.607	93.312	152.286
1982	1.633.879	1.035.709	95.308	115.891
1983	1.719.104	1.206.341	106.581	126.356
1984	1.943.559	1.299.100	137.905	164.900
1985	1.979.552	1.333.928	154.086	149.845
1986	1.787.706	1.301.216	190.301	136.608
1987	1.534.593	1.052.970	171.994	103.606
1988	1.805.623	1.123.461	162.503	116.830
1989	1.902.009	1.479.137	178.292	122.242
1990	1.931.008	1.486.136	170.756	112.765

FONTE: IPERGS

Tabela 33

**Secretaria da Agricultura e do Abastecimento**  
**Atividades de Inspeção, Defesa, Fomento e Fiscalização**  
**da Produção Vegetal, no Rio Grande do Sul**  
**1987-90**

ESPECIFICAÇÕES	1987	1988	1989	1990
<b>Sementes e Mudas</b>				
Certificação de sementes (t).....	7.434	6.566	7.284	3.802
Inspeção de Sementes fiscalizadas de Oleícolas (ha).....	741	396	465	264
Inspeção de mudas frutíferas e matrizes (planta).....	3.990	7.790	9.940	8.277
<b>Defesa Fitossanitária</b>				
Inspeção canavieiros críticos (planta).....	57.750	46.000	95.000	64.250
Cadastramento pés de acácia-negra (planta).....	4.200.000	2.820.000	2.820.000	3.766.500
Inspeção de mudas de acácia (t).....	830	521	640	1.080
<b>Fomento à produção vegetal</b>				
Treinamento de produtores e operários rurais (h).....	12	06	10	08
Produção de calcário (t).....	2.410	2.232	2.739	1.239
<b>Entomologia</b>				
Inspeção de municípios produtores (h).....	—	1.572	1.472	1.353
Liberação de Guias de Trânsito (m³).....	73.830	74.083	90.754	68.933
Análises quantitativas (m³).....	12.346	14.196	13.580	5.685
Produção liberada à comercialização (t).....	247.005.427	223.922.542	249.296.516	186.578.842

FONTE: SAA

Tabela 34

**Secretaria da Agricultura e do Abastecimento**  
**Atividades Desenvolvidas em Recursos Naturais Renováveis**  
**no Rio Grande do Sul**  
**1983-90**

ESPECIFICAÇÕES	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989	1990
<b>PRESERVAÇÃO E CONTROLE</b>								
Preservação de Parques e Reserv. Florestais (ha).....	37.662	37.662	37.662	37.662	37.662	37.662	37.662	37.662
Conservação de Estr. Tropicais (Km).....	80	100	100	120	120	142	112	53
Patrulhas de Vigilância (m³).....	250	250	280	280	260	321	212	61
Produção de mudas (mudas).....	500.000	648.821	308.419	114.920	193.000	250.000	136.000	161.500
Coleta de Sementes (Kgt).....	600	6.144	4.072	876	115	3.605	8.004	279
<b>CONSERVAÇÃO DO SOLO</b>								
Recuperação de áreas desertificas (ha).....	50	50	50	50	50	—	—	—
Locação de terraços (Km).....	7.552	7.922	9.675	1.856	1.901	2.403	1.468	675
Controle de voçorocas (m³).....	390	738	273	101	134	249	201	35
Locação de curvas escaravadeiras (m³).....	2.341	1.851	2.586	414	603	291	122	300
Melhoramento de pastagens (ha).....	29.052	16.896	9.724	7.777	5.391	6.833	4.818	1.602
Visitação técnica a agricultores (h).....	5.075	3.768	3.177	1.930	1.966	2.289	2.972	1.497
Palestras proferidas (m³).....	463	420	348	158	238	273	298	173
<b>FOMENTO À PRODUÇÃO FLORESTAL</b>								
Produção de mudas (mudas).....	640.000	2.199.546	1.032.859	744.531	215.270	380.000	350.000	69.974.000
Implantação de viveiros nanceiros (h).....	4	38	10	2	—	—	—	39
Bolsa de sementes (Kgt).....	200	4.880	6.221	980	1.175	264	524	759
Fixação de duras (m²).....	7.500	20.500	56.250	142.346	61.000	—	—	7.000
Coleta de sementes (Kgt).....	350	2.726	1.240	475	11.475	612	633	1.253
<b>Reflorestamento de Pequenos e Médios Imóveis Rurais (ha).....</b>								
	456	200	294	175	—	98	99	20.992

FONTE: SAA

Tabela 35

**Secretaria da Agricultura do Abastecimento**  
**Prestação de Serviços de Pesquisa no Rio Grande do Sul**  
**1983-90**

ESPECIFICAÇÕES	Unidade de Medida	Períodos							
		1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989	1990
<b>Pesquisas Agrônomicas</b>									
Projetos em andamento .....	n.º	147	174	194	193	226	234	234	177
Mapeamentos .....	n.º	588	712	776	773	1.010	385	1.135	923
Trabalhos publicados .....	n.º	170	102	181	90	170	44	4	373
<b>Pesquisas Zootécnicas</b>									
Projetos em andamento .....	n.º	35	38	49	48	47	53	41	45
Mapeamentos .....	n.º	70	58	65	64	63	50	50	50
Publicações.....									16
<b>Pesquisas em Recursos Naturais Renováveis</b>									
Projetos em andamento .....	n.º	22	19	17	23	21	30	24	21
Produção de mudas .....	mudas	938.846	884.367	860.323	621.000	2.300.000	940.052	1.120.000	*
Produção de sementes .....	Kg	379	726	527	567	700	2.911	2.979	*
Trabalhos publicados .....	n.º	13	14	13	10	15	23	—	33
<b>Produção de Vacinas e Antígenos</b>									
Vacina contra brucelose .....	dozes	874.130	870.568	849.774	806.902	478.454	531.062	402.640	374.494
Antígeno de Huddleson .....	dozes	25.800	31.500	34.160	29.100	38.750	25.000	57.266	69.949
Antígeno Acidificado Tamponado .....	dozes	133.300	130.000	140.600	430.000	113.000	132.333	557.998	96.666
Vacina Anti-Aftosa Oleosa .....	dozes	70.000	1.631.420	2.506.785	2.271.500	2.677.040	1.398.490	1.213.000	1.858.900
<b>Prestação de Serviços</b>									
Amostra de solo .....	amostra	3.612	5.226	4.976	5.614	2.820	3.290	3.363	3.205
Determinações químicas de solos .....	n.º	42.938	33.356	33.356	35.635	17.651	21.049	21.761	21.661
Amostras de adubos e calcário .....	amostra	1.094	1.036	1.412	1.063	491	569	507	313
Amostras de sementes .....	exames	4.880	5.967	5.386	3.841	4.131	4.330	8.438	8.271
Determinações químicas de adubos e calcário .....	n.º	2.950	1.468	1.702	1.587	1.817	1.846	1.567	1.139
Análise de inoculantes .....	n.º	16	12	14	15	18	22	58	74

FONTE: Departamento de Pesquisas da Secretaria da Agricultura e Abastecimento — SAA

\* Dados em processo de recntagem

Tabela 36

**Secretaria da Agricultura do Abastecimento**  
**Prestação de Serviços de Infra-Estrutura**  
**no Rio Grande do Sul**  
**1981-90**

DISCRIMINAÇÃO	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989	1990
Açude (obra).....	108	199	891	1.705	1.395	1.501	724	1.020	789	433
Barragem (obra).....	12	18	22	18	9	12	6	4	2	2
Canal de Irrigação (obra).....	1	1	26	10	15	11	3	2	12	10
Terraplanagem (obra).....	3	36	38	28	56	64	9	19	81	56
Vias de Acesso (obra).....	180	176	226	64	114	153	57	90	67	36
Sistematização de Lavouras (horas).....	—	—	78	—	144	254	696	162	—	—
Subsolagem (horas).....	1.350	1.183	1.518	2.286	3.457	2.748	1.208	915	341	160
Terraceamento de Microbacias (horas).....	—	—	—	—	—	—	167	942	3.465	3.059
Poços Tubulares (obra).....	278	267	247	264	230	234	167	131	102	90

FONTE: SAA

Tabela 37

Associação Riograndense de Empreendimentos de  
Assistência Técnica e Extensão Rural

Evolução do Trabalho Realizado junto às Famílias do Meio Rural,  
na Área de Bem-Estar Social  
1981-90

PRODUTOS	Unidade de Medida	Período									
		1980/81	1981/82	1982/83	1983/84	1984/85	1985/86	1986/87	1987/88	1988/89	1989/90
Organização de horta doméstica..	família	7013	15.696	24.485	27.316	20.771	18.477	18.917	17.592	19.221	19.728
Organização de horta escolar.....	escola	1.205	1.316	1.413	1.654	3.541	3.223	3.029	2.847	2.583	2.507
Organização de pomar doméstico	família	—	9.043	14.618	19.490	14.684	13.493	15.205	14.870	15.525	15.775
Preparo correto de alimentos.....	família	13.751	16.897	26.540	16.600	20.233	20.354	22.375	21.480	22.804	20.442
Indústria caseira de alimentos.....	família	2.649	3.252	14.340	21.381	21.157	20.864	21.966	20.648	22.507	21.248
Armazenamento correto de alimentos.....	família	—	6.514	9.574	16.224	17.851	17.075	17.866	17.687	14.324	13.044
Melhoria da merenda escolar.....	aluno	23.206	21.659	52.223	42.506	62.695	57.688	64.783	59.603	49.923	49.923
Abastecimento d'água.....	família	3.036	10.665	11.289	15.801	13.185	13.485	22.833	21.463	23.808	20.039
Saneamento ambiental.....	família	3.695	6.971	10.772	11.465	14.415	13.047	15.436	14.509	14.742	14.907
Saúde oral.....	pessoas	—	2.408	11.224	21.398	48.129	66.370	117.958	88.003	92.757	100.045

FONTE: Associação Riograndense de Empreendimentos de Assistência Técnica e Extensão Rural — EMATER/RS.

Tabela 38

Associação Riograndense de Empreendimentos de Assistência  
Técnica e Extensão Rural  
Comparativo entre Produtividade dos Produtores Assistidos  
pela EMATER/RS e Total do Estado  
1980-81 a 1989-90

PRODUTOS	UNIDADE DE MEDIDA	PERÍODO																			
		80/81		81/82		82/83		83/84		84/85		85/86		86/87		87/88		88/89		89/90	
		Estado	Assist.	Estado	Assist.	Estado	Assist.	Estado	Assist.	Estado	Assist.	Estado	Assist.	Estado	Assist.	Estado	Assist.	Estado	Assist.	Estado	Assist.
Arroz Irrigado	kg/ha	4.190	4.330	4.364	4.857	3.617	4.504	4.440	4.908	4.597	4.801	4.247	4.763	4.364	4.656	4.955	5.236	5.109	5.423	4.705	5.055
Feijão	kg/ha	600	867	665	887	493	508	657	771	676	816	269	309	300	303	314	836	752	964	658	922
Mandioca	kg/ha	11.173	11.381	12.335	20.665	12.207	20.551	12.207	17.848	11.879	12.190	12.000	13.768	12.706	16.131	12.860	17.095	14.059	16.125	14.391	15.553
Milho	kg/ha	2.294	3.215	1.700	2.889	1.755	2.830	1.894	2.870	1.894	2.575	1.270	2.106	1.983	2.751	1.587	2.316	2.279	3.143	2.404	3.174
Soja	kg/ha	1.595	1.763	1.192	1.354	1.548	1.774	1.487	1.734	1.570	1.884	1.008	1.234	1.582	1.798	1.057	1.238	1.776	1.570	1.796	1.962
Sorgo Granífero	kg/ha	—	—	1.095	2.350	2.047	2.655	2.072	3.000	1.891	2.520	1.892	1.800	1.988	1.700	1.596	2.900	1.859	1.550	1.964	—
Trigo	kg/ha	745	910	1.287	1.349	395	431	1.155	1.270	949	1.042	1.032	1.434	1.660	1.728	1.660	1.876	1.527	1.586	1.803	1.933
Bacaba	kg/ha	10.432	11.488	8.217	10.665	8.849	9.039	8.849	9.318	9.831	9.936	9.867	11.113	10.458	10.780	10.513	10.799	9.130	9.217	9.960	9.175
Citrus	kg/ha	17.491	21.455	16.511	21.995	17.258	31.083	17.288	17.591	17.195	17.837	15.019	16.303	17.878	21.477	14.658	17.836	14.908	15.940	15.767	17.515
Maçã	kg/ha	5.559	7.771	5.439	7.968	4.071	7.794	5.031	7.744	8.333	10.134	11.000	15.578	13.396	13.357	16.272	16.770	16.265	17.138	16.425	17.574
Morango	kg/ha	—	—	3.250	14.553	3.622	16.438	5.077	22.435	6.032	19.139	3.226	13.433	4.739	32.853	4.257	26.382	3.061	25.905	3.061	32.617
Pêssego	kg/ha	3.304	7.467	5.506	7.208	3.293	5.889	3.239	6.521	3.400	4.473	3.476	4.582	3.744	5.753	3.133	7.688	3.331	5.896	3.421	7.659
Luz	kg/ha	10.900	14.848	11.116	13.983	8.765	10.213	10.102	13.622	12.812	20.910	9.863	12.391	8.917	11.963	13.589	18.891	11.663	14.342	13.459	16.285
Alho	kg/ha	2.913	3.214	2.683	3.598	2.767	2.859	2.778	3.090	2.805	3.433	2.901	2.966	3.106	3.611	3.113	3.946	2.824	4.337	3.005	4.632
Beterraba	kg/ha	8.038	8.513	5.576	8.488	3.664	8.433	6.636	9.483	6.559	11.739	4.497	8.146	6.663	13.395	7.443	10.826	7.615	11.311	8.277	11.621
Cebola	kg/ha	—	—	8.555	12.128	6.434	11.613	6.746	9.181	9.512	12.975	6.256	9.064	8.334	11.335	7.725	14.372	7.630	14.019	7.622	13.538
Tomate	kg/ha	12.085	22.428	13.259	29.471	13.085	40.281	31.069	41.623	15.517	41.450	17.383	31.894	23.249	48.304	21.478	44.496	20.069	46.349	23.086	46.367
Bovinos de Corte 3/4	kg cabeças ano	45,0	55,0	4,5	57,5	39,5	59,0	39,6	61,0	42,6	60,3	45,3	62,4	46,2	61,4	44,6	62,2	45,0	66,0	43,1	66,1
Bovinos de Leite	vacas ano	1,03	1,61	1,04	1,73	1,18	1,78	9,0	1,55	8,0	1,75	8,0	1,55	1,07	1,94	1,07	1,82	1,37	1,54	1,00	1,95
Ovinos 4/5	g 1/2 cabeças ano	2,50	2,99	2,67	3,18	2,68	3,65	2,55	3,21	2,91	3,69	2,92	3,14	2,92	3,32	2,82	3,32	2,92	3,26	2,90	3,34
Suínos 5/6	leitões por ano	8,6	12,3	9,7	13,7	9,0	13,0	9,0	13,4	9,1	14,0	9,0	14,4	9,0	14,8	9,0	14,9	9,1	15,1	9,1	15,3

FONTE:

- 1 Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE
- 2 Associação Riograndense de Empreendimentos de Assistência Técnica e Extensão Rural - EMATER/RS
- 3 Delegacia Federal de Agricultura Serviço de Produção Animal, RS - dados referentes ao Estado.
- 4 Federação das Cooperativas de Laticínicos da Cooperativa de Assistência Técnica Estadual Adir Coimbra Filho - Estimativa de Produção Estadual.
- 5 Departamento de Planejamento Agrícola - DEPA/RS e Assistência Técnica Estadual da EMATER/RS.

Tabela 39

**Associação Riograndense de Empreendimentos de Assistência  
Técnica e Extensão Rural**  
**Força de Trabalho, Público Beneficiário e Indicadores de Custo/Benefício  
da Assistência Técnica e Extensão Rural  
no Rio Grande do Sul 1981-90**

DISCRIMINAÇÃO	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989	1990
Nº de escritórios municipais .....	177	177	177	177	188	188	191	202	210	258
Total de extensionistas de campo .....	1.123	1.065	1.017	930	929	909	854	826	817	1.104
Nível Superior .....	357	370	343	314	315	304	280	275	265	382
Nível Médio .....	756	695	674	616	614	605	574	551	552	722
Total de Agricultores Beneficiários .....	120.497	188.928	192.532	188.335	164.681	148.949	139.868	126.062	133.272	133.556
Agricultores Assistidos .....	47.701	82.490	91.381	85.518	74.777	67.623	63.500	56.324	59.546	59.566
Agricultores Orientados .....	72.796	106.438	101.351	102.817	89.904	81.326	76.368	69.738	73.726	73.990
Pequenos .....	101.217	158.700	161.727	163.851	143.272	129.735	121.964	109.674	115.946	116.327
Médios .....	16.870	26.450	26.954	19.587	17.127	15.565	14.826	13.363	14.127	14.157
Grandes .....	2.410	3.778	3.851	4.897	4.282	3.649	3.078	3.025	3.199	3.072
Total de Mulheres Rurais Beneficiárias .....	48.785	81.407	104.633	108.322	106.493	107.248	109.152	112.701	110.668	103.898
Mulheres Rurais Assistidas .....	22.785	36.939	47.633	49.557	48.720	49.066	49.992	51.617	50.675	47.390
Mulheres Rurais Orientadas .....	26.000	44.468	57.000	58.765	57.773	58.182	59.160	61.084	59.993	56.508
Total de Jovens Assistidos .....	18.374	25.920	36.567	39.240	37.494	36.326	36.349	33.938	27.957	23.098
Total de Agentes Colaboradores .....	200	8.360	10.654	11.013	10.240	9.667	8.650	7.484	7.350	7.097
Líderes .....	—	8.360	8.938	9.207	8.374	7.841	7.182	6.856	6.994	6.674
Multiplicadores .....	200	400	1.716	1.806	1.866	1.826	1.468	628	356	423
Total de Grupos e Clubes Assistidos .....										
Número .....	2.770	6.072	7.397	7.397	6.878	6.397	5.939	5.532	5.144	4.811
Participantes .....	60.025	116.596	137.558	132.684	124.019	115.296	111.616	105.634	102.113	96.556
Grupos de Agricultores .....										
Número .....	825	3.600	3.991	3.906	3.619	3.172	2.744	2.517	2.345	2.331
Participantes .....	13.832	57.411	63.549	60.394	55.683	47.290	42.070	38.580	39.694	40.753
Grupos e Clubes de Mulheres Rurais .....										
Número .....	1.256	1.621	2.293	2.391	2.280	2.343	2.358	2.292	2.202	2.014
Participantes .....	27.819	36.411	46.705	46.042	45.309	47.496	49.251	49.605	48.883	44.475
Grupos e Clubes de Jovens Rurais .....										
Número .....	689	851	1.113	1.100	979	882	837	723	547	466
Participantes .....	18.374	22.774	27.304	26.348	23.027	20.510	20.295	17.449	13.536	11.328
Integração com instituições de ensino .....										
Professores .....	3.311	4.889	7.512	7.779	8.911	8.927	8.722	8.840	8.837	8.606
Escolas .....	1.977	2.629	3.868	3.947	4.574	4.653	5.404	5.216	5.009	4.081
Alunos .....	29.655	56.984	105.243	116.017	134.047	139.753	175.462	170.023	165.078	133.019
Valor da produção/custos de ATER (1) -- Cr\$ .....	6,41	7,32	10,77	21,09	14,98	10,16	11,29	11,10	11,15	6,50
Valor da produção/Recursos Estaduais (1) Cr\$ .....	19,88	16,86	20,41	52,61	35,80	31,71	25,08	36,41	27,13	11,00
ICM/Recursos Estaduais (1) - Cr\$ .....	1,38	1,07	1,28	3,27	2,35	2,15	1,83	2,26	2,15	0,70

FONTE: Associação Riograndense de Empreendimentos de Assistência Técnica e Extensão Rural -- EMATER-RS

(1) Cr\$ adicionais para cada Cr\$ aplicado considerando a produtividade dos produtores assistidos e não assistidos

Tabela 40

Companhia Estadual de Silos e Armazéns  
Evolução dos Ingressos na Rede de Armazenagem da CESA  
em Relação à sua Capacidade Instalada no Estado, e  
Índice de Rotação, no Período 1981-90

ANOS	Ingressos	Capacidade Estática (t)	Índice de Rotação
1981	2.380.195	642.500	3,70
1982	2.100.312	646.900	3,25
1983	1.821.391	646.900	2,82
1984	1.805.842	646.900	2,79
1985	1.844.078	646.900	2,85
1986	2.345.702	654.300	3,53
1987	2.014.088	664.300	3,03
1988	1.436.298	664.300	2,16
1989 <sup>(1)</sup>	1.415.709	735.700	1,92
1990	1.218.154 <sup>(1)</sup>	730.800	1,67

FONTE: CESA

<sup>(1)</sup> Os ingressos referentes a Dezembro/90 foram estimados

Tabela 41

Companhia Estadual de Silos e Armazéns  
Ingressos na Rede de Armazenagem da CESA, segundo as Principais  
Espécies de Produtos, no Período 1981-90

PRODUTOS ANOS				Em(t)
	TRIGO	SOJA	OUTROS PRODUTOS	TOTAL
1981	578.273	679.194	1.122.728	2.380.195
1982	624.133	644.608	831.571	2.100.312
1983	686.932	417.073	717.386	1.821.391
1984	809.422	507.918	488.502	1.805.842
1985	788.657	584.277	471.144	1.844.078
1986	471.532	264.613	1.609.557	2.345.702
1987	877.345	349.051	787.692	2.014.088
1988	736.812	218.693	480.793	1.436.298
1989	676.722	220.610	518.377	1.415.709
1990 <sup>(1)</sup>	488.902	251.060	478.192	1.218.154

FONTE: CESA/SUPLAN

<sup>(1)</sup> Os ingressos referentes a Dezembro/90 foram estimados.

Tabela 42

**Companhia Estadual de Silos e Armazéns**  
**Movimentação Física por Serviço nas Unidades da CESA**  
**no Rio Grande do Sul — 1981-90**

Em (t)

Serviços	Anos										
	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989	1990 <sup>(1)</sup>	
Recebimento .....	1.763.045	1.423.053	1.348.383	1.308.432	1.530.504	1.588.317	1.672.572	1.267.981	1.180.377	1.072.079	
Estocagem .....	9.111.505	8.794.677	6.489.654	7.163.158	10.179.643	10.191.034	11.530.233	11.773.381	11.231.323	10.476.670	
Expedição .....	1.859.204	1.433.064	1.411.242	1.205.227	1.368.168	1.493.888	1.584.207	1.263.549	1.223.788	1.102.890	
Limpeza .....	636.592	472.790	570.514	567.097	724.854	653.825	619.923	537.922	494.279	405.672	
Secagem .....	419.836	295.741	501.052	455.395	595.218	583.458	525.782	411.861	397.409	354.492	
Expurgo .....	1.068.382	1.214.328	678.436	516.969	737.159	929.966	1.427.165	1.375.584	1.136.084	811.408	
Transbordo .....	617.150	677.259	473.008	497.410	313.574	757.385	341.516	168.317	235.332	145.075	

FONTE: CESA-SUPLAN

<sup>(1)</sup> A movimentação referente a Dezembro/90 foi estimada.

Tabela 43

**Fundação Zoobotânica do Rio Grande do Sul**  
**Principais Atividades Desenvolvidas pelo Jardim Botânico, no Rio Grande do Sul**  
**1984 - 90**

ESPECIFICAÇÕES	PERÍODO						
	1984	1985	1986	1987	1988	1989	1990
Visitação de público em geral.....	114.153	85.666	105.046	81.059	79.032	97.447	92.546
Produção de mudas.....	70.062	62.958	57.675	54.622	39.324	54.230	40.403
Comercialização de mudas.....	5.673	8.160	8.118	10.070	21.469	25.709	12.324
Plantio de Mudas de espécies anuais e perenes.....	21.336	19.589	12.824	31.053	23.982	8.643	6.566
Ampliação do acervo.....	112	290	101	76	172	135	161
Remessa de amostras científicas.....	—	23	404	309	575	795	253
Atendimento a consultas técnico-científicas.....	721	907	867	1.070	1.898	2.350	1.575
Index Seminum (espécies catalogadas).....	555	218	218	293	313	200	343
Publicações e apresentações de trabalhos técnicos-científicos.....	07	—	05	02	05	03	03
Participação em Congresso, Seminários, Reuniões, etc. .	14	19	36	39	37	41	55

FONTE: FZB

Tabela 44

**Fundação Zoobotânica do Rio Grande do Sul**  
**Principais Atividades Desenvolvidas pelo Museu**  
**de Ciências Naturais, no Rio Grande do Sul**  
**1984-90**

ESPECIFICAÇÕES	PERÍODO						
	1984	1985	1986	1987	1988	1989	1990
Projetos de pesquisa em andamento .....	37	39	42	88	108	105	122
Trabalhos Técnicos e de Pesquisa Científica concluídos	19	05	05	38	105	120	243
Acervo Coleções Científicas MCN (m <sup>2</sup> de lotes) .....	116.768	128.469	139.771	142.771	150.532	209.982	216.968
Dias trabalho-campo, diferentes equipes de pesquisadores (com ou sem acampamento) .....	266	593	214	455	305	139	225
Bolsas e Auxílios de Pesquisa (CNPq, CAPES, FINEP, FAPERGS e Outros) .....	50	27	72	91	76	64	71
Visitação Exposição MCN .....	—	—	—	2.348	22.710	23.387	19.554
Edição do Periódico Iheringia .....	02	02	03	01	05	03	03
Treinamento de Acadêmicos Estágio de Iniciação Científica .....	14	26	44	51	24	23	12
Captação de Recursos, Convênios e Prestação de Serviços .....	—	—	—	—	—	134.693	14.851.226

FONTE: FZB

Tabela 45

**Fundação Zoobotânica do Rio Grande do Sul**  
**Principais Atividades Desenvolvidas pelo**  
**Parque Zoológico, no Rio Grande do Sul**  
**1984-90**

ESPECIFICAÇÕES	PERÍODO						
	1984	1985	1986	1987	1988	1989	1990
Visitação Pública							
Pedestre .....	483.278	495.427	621.524	706.465	565.350	485.733	408.424
Veículos .....	53.255	64.161	80.773	64.681	64.215	62.766	51.133

FONTE: FZB

Tabela 46

Instituto Riograndense do Arroz  
Assistência Técnica ao Arrozeiro — 1978-90

ANOS	Atendimento nas sedes (N <sup>o</sup> )	Assistência Técnica a nível de Lavoura (N <sup>o</sup> )	Total
1978	6715	3353	10068
1979	7220	3345	10565
1980	6773	4203	10976
1981	7897	4080	11977
1982	9079	4052	13131
1983	10318	3083	13401
1984	10266	3477	13743
1985	9991	3622	13613
1986	8857	3530	12387
1987	7522	2799	10321
1988	15025	2304	17329
1989	7883	3179	11062
1990	3252	1023	4275

FONTE: UAT/IRGA.

Tabela 47

Instituto Riograndense do Arroz  
Preços do Arroz e Custos de  
Produção — 1978-79 a 1989-90

SAFRA	Mínimo (CFP) (1)	Preços De Comercialização (IRGA) (1)	Pago ao Produtor (3)	Custo de Produção (IRGA) (2)
1978/79	182,00	— (4)	295,00	279,00
1979/80	320,00	— (4)	575,16	542,42
1980/81	720,00	780,18	910,98	992,04
1981/82	1.436,00	1.651,48	2.366,18	1.607,30
1982/83	2.765,90	2.765,90	5.460,00	2.898,58
1983/84	9.350,00	9.350,00	15.749,00	12.066,46
1984/85	42.981,00	44.981,00	56.440,00	43.302,70
1985/86*	130,00	275,00	129,64	138,87
1986/87*	130,00	— (4)	—	181,25
1987/88*	705,00	— (4)	262,12	26.045,08
1988/89**	8,20	— (4)	108,46	2.582,02
1989/90***	498,21	— (4)	1.124,49	224,20

FONTE: IRGA

(1) Preço para arroz em casca (sac 50 kg), classe grãos longa, tipo 2 e rendimento de 40% grãos inteiros e 28 % grãos quebrados.

(2) Janeiro de cada ano. Na safra 87/88 - Maio/87

(3) Preço p/arroz em casca (saco 50 kg) — médio anual

(4) IRGA não efetuou compra. Não são incluídos preços das importações

(\*) Preços em Cz\$

(\*\*) Preços em NCz\$

(\*\*\*) Preços em Cr\$

NOTA — o preço mínimo calculado pelo IRGA, é realizado em dois períodos: janeiro e julho de cada ano. O preço de julho do ano/90 foi de Cr\$ 1.083,96.

Tabela 48

**Companhia Riograndense de Laticínios e Correlatos**  
**Produção de Leite e Derivados pela CORLAC, no Rio Grande do Sul — 1987-90**

PRODUTOS	1987	1988	1989	1990 <sup>(1)</sup>
Leite "in natura" <sup>(1)</sup> .....	102.769.198	117.535.188	125.806.648	111.427.937
Leite pasteurizado <sup>(1)</sup> .....	69.414.420	79.003.875	91.855.917	84.103.002
Leite em pó (kg) .....	7.786.630	7.382.073	3.737.165	2.202.740
Manteiga (kg) .....	955.887	897.210	968.322	825.655
Creme de Leite (kg) .....	272.145	750.873	596.577	633.703
Iogurtes <sup>(1)</sup> .....	688.300	921.293	658.788	386.186
Queijos (kg) .....	23.688	488.666	101.089	203.670
Doce de Leite (kg) .....	96.744	140.531	122.937	132.706
Requeijão (kg) .....	91.589	104.422	150.093	113.856
Leite em pó — compra (kg) .....	41.000	399.984	1.437.352	232.066

FONTE: Setor de Custos da CORLAC

<sup>(1)</sup> Computados valores de janeiro a novembro

Tabela 49

**Companhia Riograndense de Laticínios e Correlatos**  
**Resumo Comparativo do Resultado, no Rio Grande do Sul — 1987-90**

DISCRIMINAÇÃO	Em Cr\$							
	Exercício	1987	Exercício	1988	Exercício	1989	Exercício	1990 <sup>(1)</sup>
	Valores	%	Valores	%	Valores	%	Flash	%
Faturamento Líquido .....	1.233.457	100,00	13.023.253	100,00	184.318.053	100,00	3.233.157.589	100,00
Margem Bruta .....	282.710	22,92	3.038.424	23,33	50.752.726	27,53	521.968.565	16,14
Despesas com Distribuição .....	120.336	9,75	1.056.613	8,11	14.049.920	7,62	354.060.083	10,95
Despesas Administrativas .....	68.143	5,52	627.705	4,81	12.274.564	6,65	307.659.622	9,51
Despesas com Fomento .....	19.106	1,54	157.517	1,20	947.281	0,51	18.808.407	0,58
Desp. Financeiras menos Receitas Finan- ceiras .....	3.739	0,30	(225.560)	(1,73)	(8.557.622)	(4,64)	(249.574.656)	(7,71)
Correção Monetária (Lei 6404/76) .....	15.119	1,22	1.430.665	10,98	31.844.371	17,27	392.514.484	12,14
Resultado Líquido do Exercício .....	100.574	8,15	4.361	0,03	20.887	0,01	(301.499.375)	(9,32)

FONTE: CORLAC

<sup>(1)</sup> Posição até 31/12/90 (Resultado extra-contábil)

Tabela 50

Companhia Estadual de Abastecimento S.A.  
Quantidade dos Principais Produtos Comercializados na CEASA/RS  
1980-89

Em 1000t

PRINCIPAIS PRODUTOS	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989
Banana	16,73	17,09	19,50	16,69	14,99	17,45	17,85	17,53	18,12	19,85
Batata	30,37	28,49	37,96	27,87	43,25	37,15	30,19	34,69	48,19	42,38
Batata-doce	10,74	7,43	7,88	8,00	8,33	11,42	9,69	11,25	8,86	14,75
Bergamota	9,64	12,11	10,08	10,78	8,09	11,12	6,57	14,32	6,01	14,21
Cebola	15,69	17,94	13,11	14,81	18,77	11,79	13,56	16,46	18,72	22,38
Cenoura	9,58	8,91	9,34	6,89	9,53	9,37	11,21	10,47	11,75	11,74
Laranja	35,02	31,27	37,73	45,76	27,23	31,13	44,46	38,05	28,86	38,14
Maçã	12,03	11,21	12,53	11,56	12,13	12,22	13,03	13,61	21,42	25,31
Melancia	22,15	24,46	26,20	17,75	27,32	26,62	20,88	24,52	31,19	34,30
Ovos	12,09	9,40	9,76	7,76	6,69	7,49	8,40	10,30	8,16	6,33
Repolho	18,77	18,69	15,80	14,49	17,42	14,71	13,66	14,60	15,88	14,14
Tomate	42,29	41,52	44,43	41,49	43,79	45,97	46,94	47,59	50,84	49,77
SUBTOTAL	235,10	228,58	244,37	223,90	237,59	236,49	236,48	253,39	268,07	293,34
Outros	114,85	107,47	100,21	105,98	102,98	104,91	113,50	126,09	140,59	137,83
TOTAL	350,02	336,06	344,59	329,88	340,57	341,41	349,98	379,48	408,66	431,18

FONTE: Divisão Técnica CEASA/RS

OBS.: 1990 — Estatísticas não concluídas

Tabela 51

Secretaria da Indústria e Comércio  
 Fundo Operação Empresa (FUNDOPEM/RS)  
 Número de Empresas Contempladas com o FUNDOPEM, Investimentos Fixos,  
 Empregos e Geração de ICMS, por Setor de Atividade Econômica  
 (Valores para os próximos 3 a 5 anos em US\$)  
 Ano 1990

SETORES	Projeto		Novos		Expansão		Investimentos Fixos		Empregos		Incremento ICMS (ICMS Novo)		ICMS Realizado	
	Nº Projé- tos apre- sados	1990	1990	1990	1990	1990	1990	1990	1990	1990	1990	1990	1990	1990
Metal-Mecânica.....	19	2	-	17	7	19.870.837,81	42.401.791,14	3.180	753	90.936.257,26	34.338.118,67	18.904.749,98	3.625.207,00	
Química, Petroquímica e Produtos de Madeiras	15	12	6	3	2	266.549.474,59	176.399.547,69	1.702	1.219	118.132.174,70	65.115.209,61	31.708.523,39	14.301.063,00	
Plásticas.....	5	1	-	4	1	10.350.222,27	3.107.194,47	645	181	14.886.599,72	4.825.106,73	4.244.473,54	1.553.597,00	
Material Elétrico, Eletrô- nico e de Comunica- ções.....	3	1	-	2	1	3.234.086,89	1.187.347,79	141	110	4.249.990,20	3.637.736,84	756.558,22	593.673,00	
Produtos Alimentares.....	5	-	-	5	3	15.622.238,32	6.573.433,76	4.845	815	102.668.130,32	89.645.615,67	5.235.761,64	1.679.698,00	
Bebidas.....	1	-	-	1	1	1.538.246,86	1.538.246,86	19	19	2.201.749,55	1.201.749,55	600.524,85	600.524,85	
Celulose.....	1	-	-	1	1	1.075.559.993,00	1.075.559.991,00	1.717	1.717	44.810.109,72	44.810.109,72	17.924.043,39	17.924.043,39	
Têxtil Não-Petroquímica- co.....	1	-	-	1	1	1.900.384,45	1.900.184,45	40	40	3.577.232,82	3.577.232,82	950.092,22	950.092,22	
Materiais de Transporte.....	2	-	-	2	1	27.375.553,03	22.676.850,69	404	162	11.045.321,63	11.045.321,63	2.761.330,41	2.761.330,41	
TOTAL.....	52	16	6	36	18	1.522.022.028,22	1.331.364.581,05	12.893	5.016	392.501.566,12	239.166.191,24	83.342.868,14	44.069.251,00	

FONTE: SEADAP/SIC

Tabela 52

Companhia de Desenvolvimento Industrial e Comercial do  
Rio Grande do Sul  
Número de Empresas com Escrituras Firmadas por Ano, nos Distritos  
Industriais e Valor das Áreas Escrituradas  
1983-90

Ano	Nº de empresas com escritura firmada	Distrito Industrial	Valor da Área em BNT's
1983	5	DIC	8.102,13
1984	5	DIC, DISM, DIRG	248.636,18
1985	2	DIC, DIG	31.631,93
1986	2	DIC	42.514,88
1987	3	DIC	17.650,39
1988	23	DIC, DIG, DIRG, DISM	840.957,06
1989	28	DIC, DIG, DIRG, DISM	1.624.742,50
1990	10	DIC, DIG, DIRG	566.188,74

FONTE: CEDIC

Tabela 53

Fundação de Ciência e Tecnologia  
Análise da Receita de Serviços — 1981-90

Cr\$ 1,00

	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989	1990	%
Receita de Serviços Tecnológicos	157.359	234.139	280.779	522.559	2.152.759	4.970.839	15.406.859	34.348.759	3.214.971	41.538.256	75
Anal. Textos e Ensaios.....	123.359	268.189	473.139	1.157.229	2.889.979	7.172.129	22.597.229	346.239	5.237.633	12.189.244	28
Anal. Textos e Ensaios (Let)	0	0	8	98	602	998	11.172	85.912	631.551	2.381.054	6
Consultoria e Assis. Técnica	157.359	203.129	183.559	245.889	1.218.879	2.237.479	16.623.979	38.554.889	329.072	17.294.501	39
Pesquisa e Desenvolvimento	407.529	308.409	974.759	2.522.269	7.315.229	15.427.259	66.798.329	535.693	7.469.227	233.409.255	39
Total.....											

FONTE: Balanços de 1981-1989 e Balanços de 30/11/90

Tabela 54

Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul  
 Projetos de Pesquisa Aprovados e Classificados por Área  
 Número e Total em BTN  
 1987-90

Áreas	1987		1988		1989		1990*	
	Nº	BTN	Nº	BTN	Nº	BTN	Nº	BTN
Ciências Exatas e da Terra.....	10	12.561	079	406.916	105	458.791,96	83	520.755,17
Ciências Biológicas.....	30	66.412	135	813.998	129	836.802,86	71	738.988,83
Ingenharias.....	03	23.209	044	181.948	079	231.687,49	36	454.428,90
Ciências da Saúde.....	07	8.343	061	203.353	068	317.946,37	57	409.098,69
Ciências Agrárias.....	21	52.282	057	143.302	067	373.089,19	77	323.376,59
C. Sociais e Aplicadas.....	03	2.379	033	085.468	037	202.321,05	31	560.431,74
Ciências Humanas.....	10	18.724	062	165.705	119	354.261,24	63	196.997,09
Ling., Letras e Artes.....	01	3.638	026	089.005	057	108.460,54	22	154.883,30
AI.....	—	—	013	411.268	—	—	—	—
Total.....	85	187.548	510	2.500.964	661	2.883.360,69	440	3.358.960,31

FONTE: FAPERGS

(\*) Até Nov./90

Tabela 55

Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul  
 Projetos de Pesquisa Aprovados, Classificados por Instituição de Pesquisa  
 Número e Total em BTN  
 1989-90

INST.	ANOS	1989		1990*		TOTAL	
		Nº	BTN	Nº	BTN	Nº	BTN
UFRGS.....		388	1.548.081,54	268	2.449.656,60	656	3.997.738,14
PUCRS.....		036	92.508,29	021	73.432,48	057	165.940,77
UFSC.....		055	353.551,27	042	208.680,31	097	562.231,58
UNISINOS.....		014	34.039,30	008	14.372,60	022	48.411,90
UFPEL.....		014	35.816,18	010	69.773,84	024	105.590,02
UNIJUI.....		024	25.836,67	004	19.026,81	028	44.863,48
UCS.....		011	17.575,87	007	51.720,98	018	69.296,85
UPF.....		008	16.910,39	006	39.135,45	014	56.045,84
FURG.....		013	49.725,21	009	55.861,73	022	105.586,94
HCPA.....		003	16.196,74	002	13.686,75	005	29.883,49
C. BIOTEC.....		016	374.173,15	003	49.262,88	019	423.436,03
SAA.....		018	27.265,58	019	103.245,03	037	130.510,61
SSMA.....		016	42.048,78	006	46.847,34	022	88.896,12
SEACT.....		008	128.283,72	002	5.290,38	010	133.574,10
SEC.....		001	297,42	001	521,35	002	818,77
FEE.....		001	432,47	003	33.525,00	004	33.957,47
EMBRAPA.....		002	3.703,34	004	51.151,61	006	54.854,95
ISCOMPA.....		—	—	005	30.281,57	005	30.281,57
OUTRAS.....		033	116.914,77	015	43.487,60	048	160.402,37
TOTAL.....		661	2.883.360,69	440	3.358.960,31	1101	6.242.321,00

FONTE: FAPERGS

(\*) Até Nov./90

Tabela 56

Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul  
Bolsas de Iniciação Científica Aprovadas  
Número e Total em BTN's  
1988-90

ANOS	Nº	BTN
1988	330	125.739
1989	521	1.057.758
1990*	800	1.465.624
<b>TOTAL</b>	<b>1.651</b>	<b>2.649.121</b>

FONTE: FAPERGS

(\*) Até Nov./90

Tabela 57

Banco de Desenvolvimento do Estado do Rio Grande do Sul  
Operações Contratadas Segundo a Localização  
(1987-90)

REGIÃO	1987			1988			1989			1990		
	Número	Valor BTN's mil	%									
Metropolitana...	599	51.017	43,83	416	21.734	29,52	367	66.126	62,52	369	31.679	56,29
Interior.....	1.601	39.749	56,17	1.762	51.893	70,48	3.401	39.650	37,48	1.487	24.595	43,71
<b>Total.....</b>	<b>2.200</b>	<b>70.765</b>	<b>100,00</b>	<b>2.178</b>	<b>73.628</b>	<b>100,00</b>	<b>3.768</b>	<b>105.776</b>	<b>100,00</b>	<b>1.856</b>	<b>56.274</b>	<b>100,00</b>

FONTE: Departamento de Planejamento - BADESUL.

Tabela 58

**Banco de Desenvolvimento do Estado do Rio Grande do Sul**  
Operações Contratadas Segundo às Fontes de Recursos  
1987-90

FONTES	1987		1988		1989		1990	
	Nº	BTNs mil	Nº	BTNs mil	Nº	BTNs mil	Nº	BTNs mil
BADESUL .....	117	3.475	16	1.439	5	249	8	1.858
BADESUL/AVAL .....	11	1.656	2	287	2	667	—	—
BACEN .....	127	12.251	1	174	—	—	—	—
BIRD/ESTADO .....	—	—	—	—	—	—	1	18.521
BNDES .....	1.353	32.475	1.948	48.636	3.518	46.575	1.780	31.567
CEBRAE .....	2	2.142	—	—	—	—	—	—
CEF .....	3	238	7	4.776	—	—	—	—
EMBRATUR .....	2	405	4	2.549	1	171	—	—
FINAME .....	583	17.707	198	13.474	242	58.114	67	4.328
FINEP .....	2	419	2	791	—	—	—	—
<b>TOTAL .....</b>	<b>2.200</b>	<b>70.765</b>	<b>2.178</b>	<b>73.628</b>	<b>3.768</b>	<b>105.776</b>	<b>1.856</b>	<b>56.274</b>

FONTE: Departamento de Planejamento (BADESUL)

Tabela 59

**Banco de Desenvolvimento do Estado do Rio Grande do Sul**  
Quadro Resumo de Usos e Fontes  
1987-90

DISCRIMINAÇÃO	1987		1988		1989		1990	
	VALOR BTNs mil	%						
<b>USOS</b>								
Setor Privado .....	124.852	55,25	151.786	55,06	238.342	66,34	258.620	67,35
Setor Público .....	91.911	40,68	112.546	40,82	100.045	27,85	98.639	25,69
Setor Rural .....	6.467	2,86	9.860	3,58	18.782	5,23	22.511	5,86
Garantias Prestadas .....	2.688	1,19	1.486	0,54	2.040	0,57	1.696	0,44
Direitos Creditórios .....	47	0,02	—	—	—	—	2.547	0,66
<b>TOTAL DOS USOS .....</b>	<b>225.965</b>	<b>100,00</b>	<b>275.678</b>	<b>100,00</b>	<b>359.210</b>	<b>100,00</b>	<b>384.013</b>	<b>100,00</b>
<b>FONTES</b>								
Depósitos a prazo .....	43.404	19,21	61.357	22,26	7.076	1,97	2.640	0,69
BACEN/STN .....	12.226	5,41	15.268	5,54	14.852	4,13	8.295	2,16
BNDES .....	87.295	38,63	121.095	43,93	195.457	54,41	198.562	51,71
BNH/CEF .....	10.452	4,62	9.863	3,58	13.098	3,65	27.539	7,17
Interfinanceiras .....	13.801	6,11	11.077	4,02	7.456	2,08	4.712	1,23
FINAME .....	35.470	15,70	36.946	13,40	60.574	16,86	82.580	21,50
FINEP .....	487	0,21	735	0,27	643	0,18	514	0,13
Outras instituições .....	895	0,40	1.530	0,55	2.749	0,77	2.252	0,59
<b>Captação Interna .....</b>	<b>204.030</b>	<b>90,29</b>	<b>257.871</b>	<b>93,55</b>	<b>301.903</b>	<b>84,05</b>	<b>327.094</b>	<b>85,18</b>
<b>Captação Externa .....</b>	<b>6.701</b>	<b>2,97</b>	<b>8.754</b>	<b>3,17</b>	<b>10.049</b>	<b>2,80</b>	<b>6.986</b>	<b>1,82</b>
<b>Saldo de Captações .....</b>	<b>210.731</b>	<b>93,26</b>	<b>266.625</b>	<b>96,72</b>	<b>311.952</b>	<b>86,85</b>	<b>334.080</b>	<b>87,00</b>
<b>Recursos Próprios .....</b>	<b>15.234</b>	<b>6,74</b>	<b>9.053</b>	<b>3,28</b>	<b>47.258</b>	<b>13,15</b>	<b>49.933</b>	<b>13,00</b>
<b>TOTAL DAS FONTES .....</b>	<b>225.965</b>	<b>100,00</b>	<b>275.678</b>	<b>100,00</b>	<b>359.210</b>	<b>100,00</b>	<b>403.904</b>	<b>100,00</b>

FONTE: Departamentos de Contabilidade e Planejamento (BADESUL)

Tabela 60

Banco de Desenvolvimento do Estado do Rio Grande do Sul  
Operações Contratadas Segundo os Setores da Economia  
1987-90

SETORES	1987			1988			1989			1990		
	Nº	Valor BTNs mil	%									
PRIMÁRIO.....	1.091	6.590	9,31	1.588	9.157	12,44	3.217	13.672	12,93	1.734	7.023	12,48
SECUNDÁRIO...	860	51.970	73,44	556	44.166	59,98	528	88.328	83,50	116	23.540	41,83
TERCIÁRIO.....	249	12.205	17,25	84	20.304	27,58	23	3.776	3,57	6	25.711	45,69
TOTAL .....	2.200	70.765	100,00	2.178	73.628	100,00	3.768	105.776	100,00	1.856	56.274	100,00

FONTE: Departamento de Planejamento (BADESUL).

Tabela 61

Banco de Desenvolvimento do Estado do Rio Grande do Sul  
Formação Anual do Patrimônio Líquido — 1987-90

Patrimônio Líquido Inicial	Integralização em moeda	Incorporação de reservas	Lucro/ Prejuízo	Recuperação		R E S E R V A S				Patrimônio Líquido Final
				Resultado Exer. Anter.	da C.M.	Transf. p/ Capital	C.M. Ativo Permanente	C.M. L. 4.357	Reversão Lucro real	
—	100	—	—	—	—	—	—	—	—	101
101	4	—	—	(2)	—	—	—	—	—	103
102	56	—	—	5	—	—	—	—	—	169
169	50	—	—	2	—	—	—	—	—	240
240	30	10	10	(34)	94	—	—	—	(10)	351
351	112	105	105	(63)	156	—	—	—	(105)	632
632	293	197	125	1	591	—	—	—	(197)	1.786
1.785	192	769	73	(1)	1.481	—	—	—	(769)	3.819
3.819	36	1.707	105	(79)	5.146	—	—	—	(1.707)	9.919
9.918	2.491	5.727	1.073	—	19.293	—	—	—	(5.727)	35.911
35.911	7.973	21.180	7.773	—	74.603	—	—	—	(21.180)	135.970
135.970	1.499	97.914	9.855	—	84.580	—	—	—	(97.914)	245.412
245.412	1.020	87.906	30.639	3.916	771.651	—	—	—	(87.906)	1.125.463
1.125.463	255.269	771.550	1.101.604	(11.743)	8.459.153	—	—	—	(771.550)	11.812.077
11.812.077	105.400.249	8.345.896	3.506.462	(30.327)	278.184.542	—	—	—	(8.345.856)	412.423.212
412.423.212	39.814.731	256.280.053	704.082.990	1.857.638	3.368.339.349	—	—	—	(256.280.053)	4.690.882.787

Departamento de Contabilidade e Planejamento — BADESUL

(\*) Constituição de reserva de capital, com aproveitamento de incentivos  
fiscais dos exercícios sociais de 1983-86.

Tabela 62

Banco de Desenvolvimento do Estado do Rio Grande do Sul  
Evolução das Despesas Administrativas do BADESUL  
1978-90

Anos	(1) Desp. Adm. (*)	(2) Rec. Oper. (*)	(3) Res. Oper. (*)	(1)/ /(2)%	(1)/ /(3)%	Número Funcion.
1978	63	123	(825)	51,41	(7.636,35)	198
1979	106	929	38	11,40	282,31	199
1980	206	2.081	87	9,90	236,61	189
1981	462	8.823	710	5,23	65,01	179
1982	1.121	27.486	1.582	4,01	70,88	211
1983	2.748	97.337	5.428	2,82	50,62	210
1984	9.546	384.128	22.414	2,48	42,59	200
1985	30.659	1.286.480	93.356	2,38	32,84	197
1986	62.061	1.531.383	97.769	4,05	63,48	192
1987	265.517	15.056.009	848.344	1,76	31,30	189
1988	1.595.486	175.151.500	11.265.000	0,91	14,16	188
1989	32.158.000	2.789.196.000	292.529.000	1,15	10,99	184
1990	612.526.009	33.636.984.376	4.185.665.810	1,82	14,63	190

FONTE: Departamento de Contabilidade e Recursos Humanos — BADESUL

\* Valores expressos em milhões de cruzeiros até 1985, cruzados mil de 1986 a 1988, em cruzados novos mil em 1989 e em cruzeiros em 1990.

Tabela 63

Banco de Desenvolvimento do Estado do Rio Grande do Sul  
Evolução do Patrimônio Líquido, do Número de Funcionários, da Relação Patrimônio  
Líquido/Número de Funcionários  
1975-90

ANOS	PATRIMÔNIO LÍQUIDO VALOR (BTNs) CRESC. (%)	FUNCIONÁRIOS NÚMERO CRESC. (%)	RELAÇÃO PL/NÚMERO DE FUNCIONÁRIOS
1975	6.259.485	77	81.292
1976	4.519.348	142	31.826
1977	5.802.843	155	37.438
1978	6.040.759	198	30.509
1979	5.898.474	199	30.143
1980	7.156.179	189	37.863
1981	10.333.523	179	57.729
1982	10.932.867	211	51.814
1983	11.060.112	210	52.667
1984	12.701.542	200	63.508
1985	15.051.328	197	76.403
1986	15.883.997	192	82.729
1987	16.847.373	189	89.140
1988	19.307.089	188	102.697
1989	32.658.030	184	204.663
1990	53.733.030	190	282.805

FONTE: Departamentos de Contabilidade e de Recursos Humanos (BADESUL)

Tabela 64

Banco de Desenvolvimento do Estado do Rio Grande do Sul  
Evolução do Saldo de Aplicações do Número de Funcionários do BADESUL,  
da Relção Aplicações/Número de Funcionários  
1976-90

ANOS	SALDO APLICAÇÕES VALOR (BTNs)	CRESC. (%)	FUNCIONÁRIOS NÚMERO	CRESC. (%)	RELAÇÃO SALDO APLIC./ NÚMERO FUNCIONÁRIOS
1976	13.033.491	—	142	—	91.785
1977	30.746.004	135,90	155	9,15	198.361
1978	44.366.484	44,30	198	27,74	224.073
1979	56.611.634	27,60	199	0,51	284.481
1980	91.088.119	60,90	189	(5,03)	481.948
1981	115.772.999	27,10	179	(5,29)	646.777
1982	172.964.860	49,40	211	7,88	819.739
1983	165.354.406	(4,40)	210	(0,47)	787.402
1984	190.322.921	15,10	200	(4,76)	951.615
1985	214.113.286	12,50	197	(1,50)	1.086.869
1986	229.315.330	7,10	192	(2,54)	1.194.351
1987	254.081.389	10,80	189	(1,56)	1.344.346
1988	275.678.303	8,50	188	(0,53)	1.466.374
1989	359.209.801	30,30	184	(2,13)	1.952.227
1990	384.013.459	6,90	190	3,26	2.021.123

FONTE: Departamentos de Contabilidade e Recursos Humanos (BADESUL)